

# LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

N.º ESPECIAL, 2021



*In Honorem Ana Maria Barros de Brito*



“sinto-me bem a fazer investigação em Linguística”

## FICHA TÉCNICA

*Linguística*  
*Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*  
N.º ESPECIAL, 2021

ISSN: 1646-6195

Periodicidade: Anual

Diretor:  
António Leal

Organizadores deste N.º Especial:  
Celda Maria Morgado e Isabel Margarida Duarte

Editores:  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:  
José Osswald

Impressão e acabamentos:  
Invulgar - Artes Gráficas

Depósito Legal:  
248653/06

Tiragem:  
250 Exemplares

Os artigos publicados estão sujeitos a "peer review".

A Revista está registada no DOAJ e Latindex e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/EL/index>

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/00022/2020».

# Apresentação

Ana Maria Brito: “sinto-me bem a fazer investigação em Linguística”<sup>1</sup>

Desde o dia 1 de janeiro de 2021, Ana Maria Barros de Brito passou a ser Professora Catedrática Jubilada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde, durante décadas, foi docente de Linguística.

Ana Maria Brito é um nome incontornável da linguística portuguesa. Sintaticista de formação, é nesta área que se situa a esmagadora maioria da sua vastíssima produção científica. Na sua própria descrição, no ORCID<sup>2</sup>, Ana Maria Brito assim indica as suas áreas de investigação: Sintaxe Comparada, Interface Sintaxe-Semântica, Interface Sintaxe-Morfologia, Variação sintática em português. Foi acrescentando, ao longo dos anos, outras valências específicas a esta componente central da sua pesquisa. Interessou-se por África e pela complexidade da sua situação linguística, pelos crioulos; ocupou-se, ultimamente, também da descrição da Língua Gestual Portuguesa (LGP). Além da comparação sintática entre línguas, fez ainda trabalhos de confronto de diferentes variedades. A unidade curricular *Variedades do Português* tem, na FLUP, a sua marca. Não admira, portanto, que faça parte, neste momento, de um projeto sobre variação em português sobre a expressão da posse e da localização, que envolve Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O seu trajeto de investigação, por outro lado, teve sempre a preocupação de chegar aos professores de português. Colaborou, ao longo dos anos, em cursos de formação contínua e colóquios que a FLUP organizou para esse público-alvo, tendo escrito alguns textos sobre ensino da gramática que são obrigatórios no âmbito da formação inicial de professores de português. Nesta área, foi a primeira docente da Unidade Curricular do Mestrado em Ensino do Português *Oficina de Gramática de Língua Portuguesa*, que marcou também de forma indelével.

É uma das autoras da célebre gramática organizada por Maria Helena

---

<sup>1</sup> Da entrevista concedida aos estudantes. Ver *elingUP* (2021).

<sup>2</sup> <http://orcid.org/0000-0003-4013-2406>

Mira Mateus e também da mais recente Gramática da Fundação Gulbenkian. Publicou cerca de 140 artigos e capítulos em diferentes revistas e livros, muitos deles internacionais.

Licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1974), fez o seu Doutoramento (Doutoramento em Letras - especialidade em Linguística Portuguesa) na Universidade do Porto, em 1988, onde era assistente desde 1976, com uma tese intitulada *A sintaxe das orações relativas em português*, publicada pelo INIC, em 2001. Também no Porto fazia provas de Agregação em Linguística, em 2003, e se tornaria Professora Catedrática, em 2004.

A sua passagem pela FLUP foi marcante: para além das suas lições de Linguística Geral e de Sintaxe, que influenciaram centenas de estudantes, é célebre o seu entusiasmo como docente, embrenhada de corpo e alma em exposições linguísticas por vezes complexas, mas sempre motivadoras. Foi Diretora do Mestrado em Linguística, do Doutoramento em Linguística e depois em Ciências da Linguagem. Mas ocupou ainda outros lugares de destaque, participando sempre na vida académica da Faculdade: foi Diretora do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, membro do Conselho Científico até à sua jubilação, Presidente do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Diretora desta mesma Revista, *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, que agora a está a homenagear. Nunca se furtou a exercer cargos de gestão académica desgastantes, que lhe roubavam tempo para a investigação. Essa disponibilidade decorre de uma visão generosa do trabalho universitário que, longe de poder ser contabilizado numa qualquer folha Excel, se mede também pelo contributo que cada um de nós dá à gestão do que é comum e público. Esse mesmo espírito de generosidade académica levou-a a Moçambique por três vezes, para colaborar nos primeiros Mestrados do então jovem país.

Foi Presidente da Associação Portuguesa de Linguística, tendo organizado colóquios e encontros nacionais e a edição dos respetivos Textos Seleccionados. Organizou, também, enquanto coordenadora do grupo de Sintaxe do CLUP, encontros nacionais e internacionais, não só em Sintaxe, mas em áreas de interface. Mais recentemente, desde 2015, tem coorganizado os encontros internacionais de *Morfossintaxe da LGP e de outras línguas de sinais*, em parceria com a Escola Superior de Educação

do Instituto Politécnico do Porto. Participou em inúmeras conferências e eventos, um pouco por todo o mundo. Dirigiu dezenas de dissertações de Mestrado e sete teses de doutoramento. Arguiu muitos trabalhos, participou de dezenas de júris. Podemos dizer que uma parte central da sua vida foi dedicada ao ensino e à investigação na área da Linguística e, pela forma empenhada e rigorosa como se lhes dedicou, ser-lhe-emos para sempre devedores.

Enquanto organizadoras deste volume especial, agradecemos, em nome do Centro de Linguística da Universidade do Porto, aos autores que contribuíram para o seu conteúdo. São 25 textos, vários deles coletivos, apresentados por ordem alfabética do primeiro autor. Sabemos também que muitos colegas não conseguiram conciliar as exigências da vida académica com a escrita atempada do texto prometido. A multiplicidade temática, temática e linguística dos artigos aqui reunidos testemunha a diversidade teórica dos colegas, de vários quadrantes da Linguística e de diferentes países, que quiseram participar neste número de homenagem à Professora Ana Maria Brito. Portanto, além do grupo mais óbvio de trabalhos das áreas de investigação centrais da homenageada, o volume reúne textos de outras áreas, porque a forma de a Ana estar na profissão e na investigação lhe granjeou a admiração e a amizade de muitos colegas que, não sendo sintaticistas, agora quiseram deixar-lhe aqui o seu apreço e a sua homenagem. São linguistas cujo percurso ilustra a polivalência e a abertura investigativa a diferentes quadros teóricos da Ana Maria, e com os quais trabalhou, em algum momento da sua vida profissional ou pessoal.

Desejamos, em primeiro lugar, que esta coletânea seja do agrado da homenageada. Queremos também que este volume ilustre as redes que a Ana foi construindo e que seja potenciador de novas investigações, de novos e frutíferos cruzamentos e interfaces. As organizadoras, uma sua colega e outra sua ex-doutoranda, testemunham a sua grande energia e o seu entusiasmo, o empenho comprometido em diversas áreas de atuação, seja no ensino, na investigação ou na gestão universitária. Reconhecem, na Ana Maria, uma impulsionadora, alguém que faz e faz fazer, uma alavanca que motiva os outros. Assim tem sido e assim vai continuar a ser, temos a certeza, dada a sua jovialidade e a vontade de concretizar projetos adiados, nomeadamente a escrita de textos, e todos os outros que surgirão e a que

agora terá mais disponibilidade para se dedicar.

Aproveitamos para agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que financia este número da revista, e, ainda, ao Gonçalo e à Cristina, a colaboração imprescindível na Fotobiografia que a seguir apresentamos e que pretende ilustrar alguns momentos do percurso da homenageada. Será a nossa forma de lhe dizermos, mais uma vez: Obrigada, Ana Maria.

As organizadoras,  
Celda Morgado  
Isabel Margarida Duarte

Julho de 2021



## Fotobiografia



1985 – 1.º Encontro do CLUP



1987 - Doutramento Gonçalo Villas-Boas



1988, dezembro – Doutoramento



1988 – Doutoramento



1997 – lançamento *Sentidos que a vida faz*, para Óscar Lopes



1998 - Maputo



2001 – Última Lição Prof.<sup>a</sup> Maria Helena Mira Mateus



2001 – com Óscar Lopes



2001, novembro – 25 anos do CLUP



2003 – Agregação



2003 – jantar Agregação



2003, novembro – Colóquio de Homenagem Prof.<sup>a</sup> Helena Paiva



2004 – Agregação Gonçalo Villas-Boas



2008 – Cartola, Cristina Brito Villas-Boas



2012, 8 de julho – 90 anos do Pai



2015 – Jubilação, Gonçalo Villas-Boas



2015 – Stuttgart



2020 – III Congresso de Morfossintaxe da LGP e outras línguas de sinais



2021, 9 de julho – com estudantes da FLUP



2021 – Encontro via Zoom



## SUMÁRIO

Apresentação .....	5
Fotobiografia .....	9
Artigos	
À minha mãe	
<i>Cristina Brito Villas-Boas</i> .....	21
A construção da identidade da mulher num acórdão sobre violência doméstica	
<i>Alexandra Guedes Pinto</i> .....	27
What psych verbs and other verbs disclose about the role of Semantic Prominence and Thematic Hierarchy in affixal selection	
<i>Alexandra Soares Rodrigues</i> .....	47
A “língua desportuguesa”. Próclise no português angolano e no português moçambicano	
<i>Ana Maria Martins</i> .....	71
Evolução da Linguagem e Ordem Natural de Palavras: os verbos reversíveis e não reversíveis da Língua Gestual de São Tomé e Príncipe num estudo piloto	
<i>Ana Mineiro</i> .....	99
Das inferências à interpretação recursiva na leitura do texto literário em L2	
<i>Ângela Filipe Lopes e Maria da Graça L. Castro Pinto</i> .....	111
Greek derivational affixes: roots or categorizers?	
<i>Artemis Alexiadou</i> .....	129
Construções reflexiva, recíproca e média de clítico nulo no português brasileiro: reconceptualização de eventos e emergência de uma nova construção	
<i>Augusto Soares da Silva e Susana Afonso</i> .....	151
<i>Reir la risa de un ni o, chorar l grimas de crocodilo: um revisitar dos objetos cognatos entre expressões lexicalizadas e construções com verbos leves</i>	
<i>Celda Gonçalves Morgado</i> .....	187
O domínio das frases relativas preposicionadas por estudantes do ensino superior	
<i>Clara Amorim</i> .....	215
Dimensões da justificação no discurso legislativo: uma abordagem diacrónica	
<i>Clara Barros</i> .....	235
Para uma análise semântica de <i>para</i> locativo em construções estativas	
<i>F tima Oliveira, Lu s Filipe Cunha, Ant nio Leal, Purificaç o Silvano, F tima Silva e Idalina Ferreira</i> .....	259

Frases imperativas e negação em Português Europeu <i>Gabriela Matos</i> .....	281
Coordenações assimétricas no português antigo <i>Giampaolo Salvi</i> .....	311
Velhas e novas classes de formativos e de processos de construção de palavras: o caso particular de <i>splintering</i> e de fractocomposição <i>Graça Rio-Torto</i> .....	323
Demonstratives, definiteness effects and the type-token distinction <i>Ignacio Bosque</i> .....	347
<i>Ol mpia era t o alta que a sua cabeça desaparecia entre as nuvens</i> : a expressão de grau na obra <i>A girafa que comia estrelas</i> de José Eduardo Agualusa <i>In s Oliveira</i> .....	367
Element Iteration Respecification: Unstressed Word-Final [u] in Portuguese <i>Jo o Veloso</i> .....	393
O que tem de ser tem muita força... deôntica. Contributos para a caracterização do verbo modal <i>ter de</i> <i>Jos Ant nio Costa</i> .....	413
Some notes on <i>outro</i> in Portuguese <i>Laura Brug e Giuliana Giusti</i> .....	441
Deverbal nominalizations without overt suffixation in French <i>Petra Sleeman</i> .....	473
Ensinar gramática. Percursos que se criam, caminhos que se trilham <i>S nia Valente Rodrigues, Filomena Viegas e Carmo Oliveira</i> .....	499
Os operadores discursivos <i>ahora bien / ahora, (que)</i> e as suas correspondências em traduções literárias para português <i>Rogelio Ponce de Le n e Isabel Margarida Duarte</i> .....	535
Rethinking Depictive Secondary Predicates. A Pair-Merge approach and the Adjunct Condition <i>Violeta Demonte</i> .....	555
Recensões Manole, Veronica. <i>O debate parlamentar em portugu s (Portugal, Brasil) e romeno:</i> <i>an lise pragm tico-discursiva</i> . Cluj-Napoca: Casa Cărții de Știință. 2020. 443 pp. ISBN 978606171511 <i>Enio Jos Porf rio Soares</i> .....	579

Artigos



## À minha mãe

Começo por me identificar. Sou a única pessoa no mundo que pode tratar a Prof. Ana Maria Brito por mãe – é um privilégio, diga-se. Depois de um breve passado como jornalista, enveredei por caminhos que sempre me foram familiares: os da tradução. E quis o destino que viesse parar, como estudante e, mais recentemente, como docente, à casa à qual a minha mãe dedicou 45 anos da sua vida.

E como os caminhos sinuosos da vida têm esta magnífica propriedade de se cruzarem com frequência, também o meu foi dar diretamente ao complexo e misterioso mundo da linguística.

Devo agora acrescentar que este texto não tem a menor ambição de ser um artigo científico, mas sim um testemunho pessoal, como filha, como prestadora de serviços linguísticos e como docente da FLUP – por esta ordem. E por este motivo, referir-me-ei sempre à Prof. Ana Maria Brito como mãe.

Soube, há muito pouco tempo, que um cardiologista perguntou à minha mãe o que era a linguística. Demonstração cabal da posição do estudo e do ensino da língua na nossa sociedade, pensei. Ninguém precisa de explicar a ninguém que um cardiologista é um médico especializado em doenças do coração. Mas este cardiologista em particular, um falante da língua portuguesa, um antigo estudante que aprendeu, evidentemente, a sua língua nativa e a sua gramática, não sabia o que era a linguística. A minha mãe fez o que sempre fez de melhor: ensinou, mesmo que por breves instantes.

Mas na verdade, mesmo para quem - como eu - já iniciou uma jornada por esses misteriosos caminhos da linguística, o nível de conhecimento, ou a complexidade do conhecimento, que a minha mãe acumulou ao longo da sua brilhante carreira (sobretudo) em sintaxe, nunca deixou de surpreender.

–

Enquanto estudante do Mestrado em Tradução na FLUP, conheci teorias como as de Hans Vermeer (1969) ou de Christiane Nord (1987), entre muitas outras, que, marcando uma tendência de meados do século XX, aproximavam o trabalho tradutivo a fenómenos de apropriação de uma

nova cultura, mais do que à passagem de um texto de partida para uma nova língua. Contrariando abordagens eminentemente linguísticas, a tradução evoluiu de uma abordagem *word-for-word* para o chamado *sense-for-sense*. Embora perfeitamente justificável – pela necessidade de nos fazermos compreender junto de um público-alvo com particularidades culturais distintas e expectativas específicas – estas abordagens foram deixando de fora – sem nunca excluir completamente – a componente da língua.

Mas como repito incessantemente aos meus alunos, e a todos aqueles que se interessam pela atividade da tradução, a correção e fluidez da escrita são o primeiro passo para obtermos compreensibilidade. E para isto, o ensino da língua é fundamental. Trata-se de conhecermos ativamente os processos através dos quais falamos/escrevemos instintivamente.

O enorme contributo da minha mãe para esse conhecimento é inegável.

--

Foram vários os caminhos percorridos para lá chegar. Começo, naturalmente, pelo estudo das orações relativas, tema principal da tese de doutoramento, apresentada à FLUP em 1987 e publicada em livro em 1991. Aqui, a minha mãe propõe, entre muitos outros assuntos, algo inovador e pioneiro: a introdução em português europeu de um SDET (sintagma determinante), ao invés do tradicional SN, para melhor explicar fenómenos de determinação em geral e as relativas restritivas em particular.

Alguns anos antes, a especialização em sintaxe leva a minha mãe a um marco fundamental: a escrita de vários capítulos na *Gramática da Língua Portuguesa* (1983), da Caminho, onde escreve sobre temas variados, desde as categorias sintáticas às frases relativas, passando pelas construções de subordinação e pela tipologia das expressões nominais. Organizada pela sua saudosa amiga Maria Helena Mateus e com a colaboração de várias autoras de renome, esta gramática contou com cinco edições e, numa nota mais humorística, até foi surpreendentemente nomeada – já na última edição, quiçá a mais conhecida – como uma boa opção de leitura (?) por Marcelo Rebelo de Sousa enquanto comentador da TVI. Uma obra de enorme qualidade e um *must-have* para qualquer profissional da língua portuguesa – mas não só. Em 2013 e 2020, escreveria também dois capítulos em coautoria com Eduardo Paiva Raposo na *Gramática do Português*, da Gulbenkian. Paiva Raposo, além de encabeçar a comissão

organizadora da gramática, foi, curiosamente, um dos orientadores da tese de doutoramento da minha mãe, a par do Prof. Óscar Lopes. Aqui, a minha mãe volta a abordar a estrutura do SN. Por um lado, faz a distinção entre os seus complementos, modificadores e adjuntos, além do fenómeno das nominalizações, e por outro, aborda o fenómeno da concordância.

Um outro objeto de estudo em anos mais recentes é a sintaxe do OI, particularmente os dativos e as construções ditransitivas. Em 2010, a minha mãe procura explicar estas construções, propondo que com os chamados “core dative verbs” o OI é selecionado como especificador, ao passo que o OD é selecionado como argumento interno do verbo, e descrevendo assim os diferentes comportamentos destas duas funções sintáticas, uma mais “marcada” pelo verbo (OD) do que a outra (OI).

—

Durante toda a sua carreira, a minha mãe procurou demonstrar que a Sintaxe é uma área com autonomia e que pode descrever muito mais do que uma mera distinção entre frases gramaticais e frases agramaticais, mas sendo também capaz de afetar o significado de um texto. Esta noção é, parece-me, paradigmática da importância do ensino da língua. E, em boa verdade, os fenómenos acima descritos (entre muitos outros) têm inúmeras aplicações práticas além do estudo da própria sintaxe. Apenas a título de exemplo, em tradução, saber a distinção entre uma frase relativa restritiva e uma apositiva tem implicações diversas ao nível da interpretação – o que afeta, naturalmente, a compreensibilidade do texto por parte de um público-alvo. Já as noções relacionadas com o SN são importantes para um tradutor no sentido de evitar eventuais ambiguidades estruturais, que prejudicam o texto ao criar uma duplicidade de sentido. Além disso, estas noções proporcionam um conhecimento detalhado das relações entre determinação e quantificação com a parte lexical das expressões nominais.

—

A tradução é, contudo, apenas uma de várias áreas de aplicação da linguística. A minha mãe sempre teve uma abordagem pouco normativa da gramática: mais do que “ditar as regras”, sempre teve enorme abertura para a mudança da língua e para a sua evolução. E por isso foi estudando, lendo, aprendendo, lendo mais um pouco, retirando o melhor de cada teoria, trabalho de investigação, livro ou artigo; foi experimentando e testando,

registando e descrevendo as suas conclusões.

Não é por isso de estranhar que tenha enveredado pelo ensino das variedades do português e por um estudo comparativo da sintaxe em várias línguas, em que pôde demonstrar semelhanças e diferenças, por exemplo, entre o Português europeu e o Português do Brasil; ou até de eventuais influências das línguas bantu ou dos crioulos no Português de Angola e no de Moçambique (para onde viajou, de resto, em mais do que uma ocasião).

Mais recentes, e não menos interessantes, são os apoios que prestou à área da Linguística Forense, área de enorme potencial académico, ou da Língua Gestual Portuguesa. Trabalhando com Rui Sousa Silva e com Celda Morgado, respetivamente, a minha mãe contribuiu para a criação de um curso em Linguística Forense na FLUP e desenvolveu vários trabalhos que denotam semelhanças (e diferenças) sintáticas entre a LGP e o Português (oral), bem como a existência de uma sintaxe própria da LGP.

—

A minha mãe foi de uma dedicação incedível à faculdade, ao ensino, aos estudantes e à língua portuguesa durante 45 anos de uma carreira recheada. Foram, afinal, dezenas de colóquios, congressos e conferências em três continentes e em variadíssimos países, milhares de alunos, milhares de trabalhos corrigidos com todo o pormenor, mais de 40 orientações de teses de mestrado e sete de doutoramento, a participação em duas gramáticas de excelência e cerca de 140 artigos publicados. Isto, além de todas as tarefas inerentes à direção de cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, à presidência do CLUP e à direção da Revista Linguística. E, acima de tudo, foram milhares de aulas, dadas sempre de pé, energeticamente, escrevendo e escrevinhando no quadro, literalmente, de uma ponta à outra. Desde criança que percorro os corredores da FLUP, e pelos vidros das portas sempre me habituei a ver a minha mãe, aos saltinhos, voz projetada, a fazer-se ouvir bem do lado de fora – ainda que não percebesse nada do conteúdo. As aulas dadas em tempo de pandemia, que não contam para este espólio, foram um meio-sacrifício, sentada, refém dos problemas de Internet e de Zoom que sempre a irritaram, mas que nunca, em momento algum, a fizeram perder o prazer de ensinar.

Mas há aspetos que a comunidade científica desconhece e que este testemunho, que, como referi, não tem a mínima ambição de ser um



artigo científico, pode esclarecer. Toda a sua vida profissional foi sempre conciliada com uma vida familiar marcada pela constante vontade de ajudar, de estar presente: para os meus avós, para a tia Lena e tio Carlos, que sempre a sentiram próxima, apesar dos 300 km que nos separavam; para a dispersa e vasta família Villas-Boas; para o marido, também ele um ilustre conhecido nos meandros da FLUP, para a filha única e para o genro; e, de há sete anos a esta parte, para as duas maravilhosas netas, Margarida e Constança, que tiveram a sorte de se depararem com a melhor avó do universo, que se preocupa, que cuida, que educa, que corre, salta, brinca e canta – e que também é, para que conste, uma excelente cozinheira e uma ótima costureira. E, acima de tudo o resto, um ser humano com tudo aquilo que um ser humano pode ter de melhor, mais do que merecedora desta e de tantas outras homenagens.

Cristina Brito Villas-Boas



# A construção da identidade da mulher num acórdão sobre violência doméstica<sup>1</sup>

Alexandra Guedes Pinto  
mapinto@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)*  
*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*<sup>2</sup>

## ABSTRACT.

In this paper we propose to demonstrate the analytical and critical potential of Discourse Studies for understanding identity constructs in a judicial decision on domestic violence.

Taking as reference the concept of ideology in the sociocognitive framework (Van Dijk, 1995), that allows linking ideology and discourse, and using enunciative-pragmatic analytical categories, we will analyse certain aspects of a judicial decision, which demonstrate how the discourse structures favour a stigmatising and blaming representation of the woman victim of domestic violence and the consequent excuse and legitimisation of violence against her.

The object of analysis will be a decision of the Court of Appeal of Porto, Portugal, issued on October 11, 2017, concerning a domestic violence lawsuit, in which the adultery of the assaulted woman is an argument for excusing the violence exerted by the aggressors.

To implement our study, we will detach and analyse the linguistic means used to represent the actors involved; the predications attributed to them and the verbal processes in which they participate (Reisigl & Wodak, 2009). We will also detach and analyse instances of *doxa* invocation and evidentiality, occurrences of strong evaluative modality and mechanisms of illocutionary reinforcement, as strategies for argumentation and legitimisation.

## KEYWORDS.

Discourse Studies; identity construction; judicial decision; domestic violence against women.

## RESUMO.

Neste trabalho propomo-nos demonstrar o potencial analítico e crítico dos Estudos do

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma muito singela homenagem à Professora Ana Maria Brito, com quem tive o prazer e a honra de partilhar uma parte da minha vida académica. A unidade de análise visada neste estudo é o *discurso*, mas o *discurso* é composto de unidades menores, entre as quais se encontram as frases, às quais a Professora Ana Maria Brito dedicou uma boa parte da sua vida e obra. Por isso, podemos afirmar que, sem o seu trabalho, trabalhos como este não seriam possíveis.

<sup>2</sup> A presente investigação foi apoiada por fundos nacionais portugueses e por fundos comunitários europeus atribuídos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) ao Centro de Linguística da Universidade do Porto através do programa de financiamento FCT-UIDB/00022/2020.

Discurso para a compreensão da construção identitária da mulher num acórdão jurídico sobre violência doméstica. Tomando como referência o conceito de ideologia no enquadramento sociocognitivo (Van Dijk, 1995), que permite estabelecer a ligação entre ideologia e discurso, e utilizando categorias de análise de base enunciativo-pragmática, analisaremos certos aspetos de um acórdão, que demonstram como as estruturas do discurso podem favorecer uma representação estigmatizante e culpabilizante da mulher vítima de violência doméstica e a consequente desculpabilização e legitimação da violência exercida sobre ela.

O objeto de análise será um acórdão do Tribunal da Relação do Porto, Portugal, de 11 de outubro de 2017, relativo a um processo judicial de violência doméstica, em que o adultério da mulher agredida é um argumento de desculpabilização da violência exercida pelos agressores.

Para concretizar o nosso estudo, faremos o levantamento e análise dos meios linguísticos usados para representar os atores envolvidos; as predicções que lhes são atribuídas e os processos verbais em que estes participam (Reisigl & Wodak, 2009). Faremos ainda o levantamento e análise de instâncias de invocação da *doxa* e da evidencialidade, das ocorrências de modalidade avaliativa forte e dos mecanismos de reforço ilocutório, como estratégias de fundamentação e legitimação argumentativas.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Estudos do discurso; construção da identidade; acórdão jurídico; violência doméstica contra a mulher

## 1. Enquadramento e Metodologia

### 1.1.O *Corpus*

Entendendo o discurso como uma prática social que simultaneamente reflete e age sobre o contexto, analisaremos, neste estudo, um acórdão jurídico sobre violência doméstica, formulado pelo Tribunal da Relação do Porto, Portugal, em 11 de outubro de 2017 (Processo n.º 355/15.2 GAFLG. P1), com o objetivo de mapear a forma como a linguagem contribui para a construção das identidades da vítima e do agressor, culturalmente estereotipadas e assimétricas em termos de género. O acórdão em referência foi extraído da Base de Dados Jurídico-Documentais, de acesso público<sup>3</sup>, onde a identificação dos envolvidos se encontra já anonimizada, podendo o mesmo ser consultado na íntegra<sup>4</sup> no link disponibilizado. Neste estudo reproduzem-se apenas excertos do referido acórdão.

À data da sua divulgação, o acórdão gerou uma grande polémica na

---

<sup>3</sup> (<http://www.dgsi.pt/>)

<sup>4</sup> <https://jumpshare.com/v/XmGPjJyBg6mJmdehLjp8>

comunidade, motivada pela natureza dos argumentos invocados pelo juiz na defesa da pena suspensa para o agressor.<sup>5</sup> Com efeito, devido à visibilidade que os meios de comunicação deram ao documento, desde a televisão, aos jornais até às redes sociais, pondo a circular e comentando os seus fragmentos mais polémicos, muito se discutiu sobre o caso, tendo até o juiz sido alvo, na sequência do referido acórdão, de um processo disciplinar pelo Conselho Superior de Magistratura.

Neste estudo, procuramos desmontar as principais estratégias discursivas usadas pelo juiz na sua argumentação, focando particularmente o papel das mesmas na construção das imagens da mulher e dos agressores.

## 1.2. O género *acórdão judicial*

O *acórdão* é um género textual do discurso jurídico com grande relevância e impacto social, dado que materializa, após um longo diálogo processual, a tomada de posição final do Estado sobre um dado conflito, que, nos casos de violência doméstica, é um conflito de natureza criminal. Segundo o Dicionário Jurídico de Prata, Veiga & Pizarro de Almeida (2018), entende-se por *acórdão* a decisão final ou sentença de um processo proveniente de um tribunal coletivo, sendo esta sentença constituída por três partes:

Começa por um relatório - que contém as indicações da identificação do arguido, do assistente e das partes civis; a indicação do(s) crime(s) imputado(s) ao arguido; e, se tiver existido contestação, a indicação sumária das conclusões aí contidas -, ao qual se segue a fundamentação, que consta da enumeração dos factos provados e não provados, bem como de uma exposição (tanto quanto possível completa, ainda que concisa) dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão, com indicação das provas que serviram para fundar a convicção do tribunal. Termina esta peça processual pelo dispositivo que contém a decisão condenatória ou absolutória [...]. (Prata, Veiga & Pizarro de Almeida 2018: 461)

O género prevê, pois, uma estrutura dividida em secções com funções diferentes: uma parte, predominantemente narrativa, descritiva e expositiva,

---

<sup>5</sup> Referimo-nos a *juiz* no singular, embora seja certo que o acórdão é um produto de um coletivo de juizes, neste caso, um conjunto de dois juizes. O acórdão possui, todavia, um juiz relator e é nessa circunstância que usamos, por vezes, a referência no singular.

onde se identificam os intervenientes e se sintetizam o caso e os dados relevantes do processo; e uma parte, mais argumentativa, onde se fundamenta e se formula a decisão do Tribunal.

Os parâmetros de género contemplam, pois, a natureza argumentativa do mesmo, prevendo que o juiz (ou, melhor dizendo, o coletivo de juízes) defenda a posição tomada. Esta defesa deve ser feita, tal como Prata, Veiga & Pizarro de Almeida (2018: 461) indicam acima, através da identificação “dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão, com indicação das provas que serviram para fundar a convicção do tribunal” (ibidem), havendo, portanto, restrições quanto ao tipo de argumentos adequados para desenvolver a fundamentação.

Veremos, abaixo, que tanto o conteúdo como a formulação linguística dos argumentos invocados pelo juiz neste acórdão transbordam os parâmetros previstos no género, resultando num excesso de subjetivismo e de juízo de valor, desadequado e infundado.

Conforme defende Fairclough (1992: 63), “discourse is a mode of action, one form in which people may act upon the world and especially upon each other, as well as a mode of representation.”. O discurso jurídico materializado nos acórdãos representa uma das formas mais significativas do exercício do poder através do discurso, já que as decisões comunicadas nos mesmos têm a força de lei, constituindo atos pragmáticos declarativos, tipicamente performativos, que trazem um novo estado de coisas à existência. Para além do poder performativo deste género, materializado nas decisões judiciais, são também relevantes as eventuais representações ideológicas presentes nas fundamentações, já que, a existirem, estas constituem uma parte da matéria que origina as decisões.

### 1.3. Discurso, ideologia e poder

Já vários autores da área dos Estudos do Discurso alertaram para a inseparabilidade entre discurso, ideologia e poder. Fairclough (1989: 2) defende essa inseparabilidade, aludindo à componente ideológica da linguagem: “the exercise of power, in modern society, is increasingly achieved through ideology and more particularly through the ideological workings of language.” Também Van Dijk estabelece uma relação entre ideologia e discurso, afirmando que a ideologia pode ser concebida, em termos cognitivos, como o conjunto de formas de representar o real, coletivamente partilhadas e reproduzidas no discurso:

The cognitive definition of ideology is given in terms of the social cognitions that are shared by the members of a group. The social dimension explains what kind of groups, relations between groups and institutions are involved in the development and reproduction of ideologies. The discourse dimension of ideologies explains how ideologies influence our daily texts and talk, how we understand ideological discourse, and how discourse is involved in the reproduction of ideology in society. (Van Dijk, 2007:4)

O autor defende, pois, que as estruturas do discurso são inevitavelmente ideológicas, salientando que algumas delas se predispõem para funcionar como veículos privilegiados da ideologia: “If it is assumed that ideologies are preferably produced and reproduced in societies through forms of text and talk of social actors as group members, it seems plausible that some semantic structures of discourse do so more effectively than others.” (Van Dijk, 1995: 243). Reisigl & Wodak apontam para a mesma ideia, afirmando que, não sendo a linguagem um veículo de poder na sua essência, ela torna-se um veículo de poder, pelo uso que certos discursos do poder fazem dela: “language is not powerful on its own it is a means to gain and maintain power by the use powerful people make of it.” (Reisigl & Wodak, 2009: 88)

Em certos géneros jurídicos, como é o caso dos acórdãos, o exercício do poder está na própria essência do discurso, já que a sua função é justamente a de intervir e regular sobre as/as relações sociais, assumindo-se como a representação da justiça na sociedade. Todavia, mesmo no caso deste discurso, normalmente associado a justiça, neutralidade e imparcialidade, não estamos perante um discurso não ideológico, neutro e imparcial. Ele é construído por um enunciador investido de um poder socialmente legitimado, ele mesmo um feixe de representações e convicções, de quem se espera que seja porta-voz das “regras de experiência comum” de toda uma comunidade, mas que, muitas vezes, se torna intérprete de convicções próprias, altamente tendenciosas, que dão voz a determinados segmentos sociais e silenciam outros.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> As “regras ou máximas de experiência”, muito importantes na avaliação da prova judiciária, já que permitem ao juiz avaliar a prova, de acordo com generalizações probabilísticas dependentes de estereótipos sociais, surgem definidas da seguinte forma num acórdão do Supremo Tribunal de Justiça Português: “As regras da experiência não são meios de prova, mas antes raciocínios, juízos hipotéticos do conteúdo genérico, assentes na experiência comum, independentes dos casos individuais em que se alicerçam, com validade, muitas vezes, para além do caso a que respeitem, adquiridas, em parte, mediante observação do mundo exterior e da conduta humana, e, noutra

#### 1.4 As regras ou máximas da experiência: a voz da *doxa*?

As “regras ou máximas de experiência comum” são um dispositivo do Direito, reconhecido como válido na jurisprudência portuguesa, que habilita o juiz a, baseado na observação do que comumente acontece, apreciar a prova, no sentido de maximizar as deduções extraíveis da mesma, de forma a explicar e contextualizar a conduta humana em julgamento. Embora estas máximas habilitem à formulação de raciocínios e deduções assentes, em princípio, em regularidades e estereótipos válidos numa dada comunidade, elas transportam para o julgamento uma zona de grande ambiguidade semântica, que não favorece a manutenção de um critério fixo e transparente nos processos judiciais, mas, antes, abre espaço para a análise subjetiva do julgador na apreciação da prova.

Com efeito, as ditas “regras ou máximas de experiência comum” não correspondem a factos nem a leis lógicas ou científicas não probabilísticas, mas resultam, antes, da “generalização de elementos comuns a determinados eventos passados para extrair ilações sobre as motivações e o significado de determinadas condutas humanas. A sua força explicativa reside no grau de probabilidade — não verificado com estudos empíricos — de repetição no futuro do fenómeno ou comportamento esperado.”<sup>7</sup> (Oliveira e Silva, 2018) Desta forma, a aplicação destas máximas conduz, por um lado, não a conclusões certas, mas meramente prováveis. Por outro lado, ela assenta “por definição, em estereótipos (modelos de comportamento)”, sendo que estes “não devem estar em contraste com as conceções sociais dominantes (de que o juiz é intérprete), nem com o acervo de conhecimentos científicos da época histórica (incluindo os provindos das ciências sociais e humanas).” (ibidem)

As explicações extraídas de Oliveira e Silva sobre as regras ou máximas de experiência são relevantes no âmbito da nossa análise, porquanto ressaltam a natureza destas generalizações sobre as motivações e o significado da

---

parte, mediante investigação ou exercício científico de uma profissão ou indústria, permitindo fundar as presunções naturais, mas sem abdicar da explicitação de um processo cognitivo, lógico, sem espaços ociosos e vazios, conduzindo à extração de facto desconhecido do facto conhecido, porque conformes à realidade reiterada, de verificação muito frequente e, por isso, verosímil.” Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça consultável em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/6d3e832b041d7015802578cb0055ec14>

<sup>7</sup> Definição extraída de uma apresentação oral sobre o valor das máximas de experiência na prova judiciária pela Professora Doutora Sandra Oliveira e Silva, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, efetuada em 12 de março de 2018 no grupo ArgHub e disponível em: <https://argh.mil.up.pt/wp-content/uploads/sites/181/2018/03/Argh-leaks-20180312-SandraSilva.pdf>



conduta humana, em que os juízes, a par dos factos provados e da própria lei, alicerçam as suas convicções.

Verificaremos adiante que, no acórdão em estudo, as máximas de experiência são invocadas para sustentar a convicção do Tribunal não só em momentos e de formas desajustadas como, ainda, em claro contraste com “as conceções sociais dominantes” e “com o acervo de conhecimento científico da época histórica (incluindo os provindos das ciências sociais e humanas)”, ao contrário do que deveria acontecer (Oliveira e Silva, 2018). O Tribunal falha, assim, na importante missão de representar o exercício da justiça na comunidade, emitindo um discurso tendencioso, assente em estereótipos que não dão voz à voz da comunidade e que permitem avaliar um facto com base em convicções subjetivas (na aceção de muito dependentes do sujeito enunciador), conducentes a uma decisão fragilmente fundamentada.

A prova empírica deste desfasamento entre as vozes do Tribunal e da comunidade reside no coro de vozes de protesto que se levantou com a publicação deste acórdão, comum a muitos setores da sociedade, e o resultado daí advindo de instauração de um Inquérito disciplinar por parte do próprio Conselho Superior de Magistratura, que aplicou uma sanção efetiva de “advertência registada” ao juiz relator do processo.<sup>8</sup> O juiz recorreu desta pena, tendo o seu recurso sido indeferido pelo Supremo Tribunal de Justiça que argumentou a favor desta recusa, dizendo que,

“Em face dos factos dados como provados, estamos perante uma conduta do demandante, na qualidade de Juiz Desembargador, na qual sobressai o emprego, nas duas decisões por si elaboradas, de expressões impróprias, por afectarem a dignidade pessoal e a consideração social das pessoas que se encontram na situação descrita; expressões essas cuja utilização lesa a imagem de ponderação, de moderação e de imparcialidade que o sistema de justiça deve transmitir à sociedade. (...) As expressões utilizadas são graves, desnecessárias e lesivas da dignidade pessoal e da consideração

---

<sup>8</sup> Uma contextualização mais pormenorizada deste caso pode ser consultada no conjunto de remissões que colocamos de seguida e que são apenas uma pequena parcela das muitas notícias publicadas a propósito do caso: <https://observador.pt/2017/10/23/leia-aqui-o-acordao-do-juiz-que-atenuou-agressao-por-causa-de-adulterio/>; <https://www.dn.pt/portugal/ate-a-biblia-justifica-acordao-da-relacao-do-porto-que-arrasa-mulher-adultera-8863936.html>; <https://www.courrierinternational.com/une/polemique-neto-de-moura-le-visage-dune-justice-retrograde-au-portugal>; <https://observador.pt/2019/02/05/conselho-da-magistratura-aplica-advertencia-registada-a-juiz-neto-moura/>; <https://sicnoticias.pt/pais/2019-02-05-Juiz-Neto-de-Moura-recebe-advertencia>; <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/expressoes-impropias-supremo-confirma-sancao-a-neto-de-moura-11789409.html>

social de quem se encontra na situação descrita. Tais afirmações exorbitam manifestamente do âmbito da fundamentação judicial, não podendo defender-se que – a pretexto da insindicabilidade das decisões judiciais, assim como a pretexto do princípio da independência do poder judicial e da liberdade de expressão dos magistrados judiciais – se possam ignorar excessos de linguagem atentatórios de outros direitos constitucionalmente consagrados, designadamente dos direitos à honra e ao bom nome. São excessos que, para além de fragilizarem a própria decisão judicial, colocam em causa a imagem do sistema de justiça.”<sup>9</sup>

## 2. Análise; resultados e discussão

### 2.1 As sequências textuais no Acórdão

Em termos composicionais, os acórdãos seguem, como vimos acima, uma estrutura prototípica, composta por três partes: relatório, fundamentação e dispositivo ou decisão.

Cada parte é dividida em subtópicos e, em algumas partes, existem subsecções. Coexistem nos acórdãos quatro tipos de sequências textuais (Adam, 1992) que se relacionam diretamente com a natureza das respetivas partes: sequências descritivas; narrativas; expositivas e argumentativas. As sequências descritivas e narrativas ocorrem, por exemplo, no relato dos acontecimentos em julgamento e, no caso concreto em apreço, na caracterização das lesões corporais decorrentes do ataque à vítima. Vejam-se os seguintes exemplos extraídos da página 6 do acórdão em análise<sup>10</sup>:

(1) *O arguido Y e A mantiveram durante os meses de Novembro e Dezembro de 2014 um relacionamento amoroso, extra-conjugal, tendo A terminado com tal relacionamento no final do mês de Dezembro de 2014.*

(2) *Sucedede que, desde o fim do relacionamento de ambos, no final de*

---

<sup>9</sup> Excerto do acórdão do Supremo Tribunal, datado de 5/2/2020, de Justiça consultado em: <https://jurisprudencia.csm.org.pt/ecli/ECLI:PT:STJ:2020:14.19.7YFLSB/> em 20 de maio de 2021.

<sup>10</sup> O acórdão integral pode ser consultado, tal como já indicado anteriormente, em <https://jumpshare.com/v/XmGPjyBg6mJMdehLjp8>

*Dezembro de 2014, o arguido Y perseguiu a ofendida A diariamente, seguindo-a de carro de sua casa at ao seu local de trabalho, sitos no concelho de Felgueiras, na rea desta Comarca de Porto Este, telefonou-lhe v rias vezes ao dia e enviou-lhe v rias mensagens escritas, v rias vezes ao dia, exigindo que a mesma reatasse o relacionamento amoroso com o mesmo, dirigiu-se, v rias vezes por semana, ao local de trabalho da assistente (...)*

(3) *No seguimento de tais factos, os arguidos X e Y provocaram na assistente A as seguintes les es:*

*- na cara: ferida corto-contusa com 2 cm, suturada com 5 pontos de seda na regi o frontal;*

*- no pescoço: les o abrasiva na regi o ntero-lateral direita numa rea de 3x4 cm;*

*- no t rax: equimose de 5x4 cm na mama esquerda, » escoriaç o de 7 cm na mama direita; \*equimose de 4x4 cm na omoplata esquerda; (...)"*

Como podemos verificar, nos excertos (1) e (2), predominam os verbos de evento (terminar; suceder; perseguir, seguir, telefonar, enviar, dirigir-se) conjugados, maioritariamente, no pretérito perfeito simples, para relatar uma sequência de ocorrências, ordenadas cronologicamente, sendo esta sucessão cronológica referida através de sintagmas adverbiais e preposicionais de tempo (*durante os meses de Novembro e Dezembro de 2014; no final do m s de Dezembro de 2014; desde o fim do relacionamento de ambos*) e de tempo e aspeto (*diariamente; v rias vezes ao dia; v rias vezes por semana*). As situações também são localizadas no espaço, através de sintagmas preposicionais locativos (*de sua casa at ao seu local de trabalho, no concelho de Felgueiras, na rea desta Comarca de Porto; ao local de trabalho da assistente*). Estas sequências narrativas visam reconstituir os factos ocorridos, geradores da ação legal em curso.

O excerto (3) procede à caracterização das lesões sofridas pela vítima, sendo esta caracterização efetuada através de sintagmas nominais extensos, com vários complementos e modificadores adjetivais e preposicionais, locativos e especificadores (*ferida corto-contusa com 2 cm; les o abrasiva na regi o ntero-lateral direita; equimose de 5x4 cm na mama esquerda*).

Já as sequências expositivas ocorrem, por exemplo, na explicação de certos aspetos do funcionamento do género acórdão e na exposição de certos conceitos jurídicos, como ilustram os excertos transcritos abaixo, extraídos das páginas 4 e 5 do acórdão em estudo. O que justifica estes segmentos expositivos é a necessidade de explicar conceitos e fenómenos potencialmente desconhecidos do destinatário do texto. O tempo verbal predominante é o presente do indicativo e os fenómenos expostos são de natureza conceptual:

- (4) (...) *s o as conclusões que o recorrente extrai da motivação, onde sintetiza as razões do pedido, que recortam o thema decidendum (cfr. artigos 412.º, n.º 1, do C. d. Proc. Penal e, entre outros, o acórdão do STJ de 27.05.2010, [www.dgsi.pt/isti2](http://www.dgsi.pt/isti2) e, portanto, delimitam o objecto do recurso, assim se fixando os limites do horizonte cognitivo do tribunal de recurso.*
- (5) *Desse normativo decorre, com meridiana clareza, que a impugnação da decisão sobre matéria de facto pode fazer-se por duas vias: invocando os vícios da sentença enunciados no citado n.º 2 do art.º 410.º do C. d. Proc. Penal ou a existência de erro de julgamento, detectável pela análise da prova produzida e valorada na audiência de 1ª instância.*

A sequência argumentativa surge, maioritariamente, na secção do acórdão intitulada “fundamentação”, em que são expostos os motivos que sustentam a decisão dos juizes. Será, justamente, uma passagem desta secção do acórdão o alvo preferencial deste estudo. Esta passagem, que transcrevemos abaixo, antecede imediatamente a formulação da decisão, tendo início na página 19 do acórdão:

- (6) *O recorrente considera que as penas não reflectem a gravidade dos factos e o grau de culpa dos arguidos e exigências de prevenção geral, quer geral, quer especial reclamam a cominação de penas bem mais severas (para mais do dobro!).[...] No entanto, como já se deu a entender, não partilhamos da opinião da digna magistrada recorrente sobre a gravidade dos factos nem sobre a culpa dos*

*arguidos, especialmente do arguido X. Este caso está longe de ter a gravidade com que, geralmente, se apresentam os casos de maus tratos no quadro da violência doméstica. Por outro lado, a conduta do arguido ocorreu num contexto de adultério praticado pela assistente. Ora, o adultério da mulher é um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem. Sociedades existem em que a mulher adlterada é alvo de lapidação até à morte.*

*Na Bíblia, podemos ler que a mulher adlterada deve ser punida com a morte. Ainda não foi há muito tempo que a lei penal (Código Penal de 1886, artigo 372.º) punia com uma pena pouco mais que simbólica o homem que, achando sua mulher em adultério, nesse acto a matasse.*

*Com estas referências pretende-se, apenas, acentuar que o adultério da mulher é uma conduta que a sociedade sempre condenou e condena fortemente (e são as mulheres honestas as primeiras a estigmatizar as adlteras) e por isso vem com alguma compreensão a violência exercida pelo homem traído, vexado e humilhado pela mulher.*

*Foi a deslealdade e a imoralidade sexual da assistente que fez o arguido X cair em profunda depressão e foi nesse estado depressivo e toldado pela revolta que praticou o acto de agressão, como bem se considerou na sentença recorrida.*

A natureza argumentativa da passagem transcrita torna-se evidente pela presença de mecanismos linguísticos como os que identificamos na secção a seguir.

## 2.2 Sequência argumentativa: conetores

Por um lado, realça-se, nesta sequência, a acumulação de conetores argumentativos, tais como: *no entanto, por outro lado, ora, por isso*. Através destes conetores, o enunciador introduz vários tipos de movimentos argumentativos, importantes para a condução da sua fundamentação: um deles é o movimento contrastivo iniciado pelo conector "no entanto", que encabeça um ato ilocutório assertivo de discordância e que dá origem, por sua vez, a um longo movimento argumentativo de *asserção + justificação*

que apenas termina no final da sequência transcrita, após terem sido aduzidos todos os argumentos que confirmam a asserção inicial: "não partilhamos da opinião da digna magistrada recorrente sobre a gravidade dos factos nem sobre a culpa dos arguidos, especialmente do arguido X.", asserção em que o juiz anuncia a sua avaliação sobre o caso e em que antecipa a sua tendência de decisão.<sup>11</sup>

Os argumentos aduzidos na sequência, como fundamentação para a convicção do juiz, reportam-se todos eles a máximas de experiência relacionadas ora com a generalidade dos "*casos de maus tratos no quadro da violência doméstica*" ora com pretensas convicções coletivas relativas ao adultério da mulher: "o adultério da mulher é um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem.", alegadamente plasmadas em crenças e costumes da comunidade, na Bíblia e em códigos penais passados.

### 2.3 Sequência argumentativa: atos ilocutórios e força ilocutória

É igualmente relevante a presença no texto de atos assertivos avaliativos e de atos expressivos de crítica<sup>12</sup>. O carácter avaliativo destes atos materializa-se em apartes, assinalados pelos parênteses e pelo ponto de exclamação "(reclamam a cominação de penas bem mais severas (para mais do dobro!))" e num *l*ixo semanticamente marcado por uma polarização negativa, que fica bem patente nos excertos que replicamos a seguir: "o **adultério** da mulher é um **gravíssimo atentado** à honra e dignidade do homem; homem **traído, vexado e humilhado** pela mulher; Foi a **deslealdade e a imoralidade** sexual da assistente que fez o arguido X **cair em profunda depressão**".<sup>13</sup> A crítica dirige-se à mulher vítima da violência doméstica, construindo uma imagem muito negativa da mesma.

Esta polaridade semântica negativa dissemina-se por todas as classes lexicais ocorrentes: desde os nomes (*adultério; atentado; deslealdade; imoralidade, morte, revolta, depressão*), os verbos (*condenar, estigmatizar,*

<sup>11</sup> Pela sua natureza performativa-declarativa, o ato ilocutório que domina o género *acórdão* é o ato em que é proferida a sentença e que podemos ler nos seguintes excertos: "Atento tudo o exposto e devidamente ponderado decide-se: [...]". (exemplo extraído da página 1 do acórdão) e Em face do exposto, acordam os juizes na 1ª Secção Criminal do Tribunal da Relação do Porto em negar provimento ao recurso interposto e confirmar a decisão recorrida." (exemplo extraído da página 22 do acórdão).

<sup>12</sup> Efetuamos a classificação pragmática dos atos ilocutórios de acordo com Searle, 1976.

<sup>13</sup> Os sublinhados são nossos.

*cair*), até aos adjetivos e formas participiais (*gravíssimo, adlterado, traído, vexado, humilhado, taldado, depressivo*) e advérbios de modo (*fortemente*). Note-se, ainda, o grau superlativo do adjetivo *gravíssimo*, por si mesmo, um adjetivo de base subjetiva, avaliativa.

Outros dispositivos linguísticos contribuem para a natureza avaliativa e expressiva dos atos ilocutórios desta sequência. Destaquem-se, por exemplo, as estratégias linguísticas de elevação da força ilocutória presentes em atos como: "este caso está longe de ter a gravidade", em que a expressão enfática "estar longe de", que se libertou do valor semântico original de distância física para receber um valor estendido de distância conceptual, marca uma construção de reforço face a uma construção neutra que seria "este caso não tem a gravidade com que, geralmente, se apresentam os casos de maus tratos no quadro da violência doméstica.". Ao serviço da elevação da força ilocutória está também o advérbio "bem", no enunciado "como bem se considerou na sentença recorrida", que materializa a expressão de uma asserção avaliativa, com valor derivado de elogio, e que instaura um momento de polifonia concordante com o ponto de vista de um dos enunciadores da sentença recorrida; e ainda as repetições de reforço em "a sociedade sempre condenou e condena fortemente", juntamente com o advérbio *sempre*, que estende o limite temporal para além dos limites de tempo e do advérbio de reforço *fortemente*. As estruturas sintáticas clivadas, por natureza construções de reforço e de focalização de constituintes, cumprem, também, o seu papel na argumentação deste acórdão. Vejam-se as ocorrências: "Foi a deslealdade e a imoralidade sexual da assistente que fez o arguido X cair em profunda depressão e foi nesse estado depressivo e taldado pela revolta que praticou o acto de agressão." Note-se, ainda, a anteposição do adjetivo face ao nome na expressão "profunda depressão", que realça o valor subjetivo, avaliativo do mesmo.

Os atos assertivos avaliativos e expressivos de crítica neste acórdão não se restringem à passagem sob análise transcrita na íntegra em (6), ocorrendo em outros momentos do texto que vale a pena transcrever e analisar brevemente neste apartado, já que ajudam a confirmar o tipo de argumentação utilizada pelo juiz. Vejam-se os excertos a seguir:

- (7) *O recorrente não fez o mínimo esforço de síntese: as 96 (!) “conclusões” que formulou reproduzem grande parte do “corpo” da motivação do recurso. (exemplo extraído da página 4 do acórdão);*
- (8) *Percebe-se facilmente (dir-se-á até que apodíctico) que os factos descritos nos nºs 1 a 3 não têm qualquer significado para a medida da culpa dos arguidos. (exemplo extraído da página 4 do acórdão)*
- (9) *O único facto que poderia relevar para a medida da culpa seria o que se descreve no n.º 6. No entanto, nada, rigorosamente nada permite afirmar que se fez prova de uma “actuação em conluio” dos dois arguidos para infligir os maus tratos assistente. (exemplo extraído da página 5 do acórdão);*
- (10) *Salvo o devido respeito, uma tal apreciação afronta a razão e as regras da experiência. É óbvio que, se o arguido foi internado devido ao seu estado de depressão, esta teria que ser profunda. Tal como de primeira evidência que uma depressão não se cura de um dia para o outro. (exemplo extraído da página 15 do acórdão).*
- (11) *Não merece, pois, qualquer reparo (e, muito menos, a censura que lhe dirige a magistrada recorrente) o juízo probatório e valorativo efectuado pelo tribunal. (exemplo extraído da página 16 do acórdão).*

Nestas passagens, o juiz desqualifica a voz do magistrado recorrente, através da formulação de críticas abertas. Em (7), as aspas assumem uma função irónica, destacando o valor semântico não literal do lexema “conclusões”, que não podem ser interpretadas como verdadeiras conclusões, já que excedem o expectável. O ponto de exclamação entre parênteses a seguir ao quantificador - “as 96 (!)” - “conclusões” - assinala também o ato expressivo de crítica, assim como o adjetivo no grau superlativo absoluto sintético, “mínimo” - “não fez o mínimo esforço de síntese” - que funciona como um mecanismo de intensificação ou de elevação da força ilocutória do ato. Em (8), manifesta-se, novamente, o comentário crítico isolado entre parênteses – “Percebe-se facilmente ((dir-se-á até que é apodíctico))” –, formulado através de uma construção impessoal (“dir-se-á” e “percebe-se”). Esta construção impessoal polifónica (concordante com a voz do enunciador) manifesta



a voz da evidência, presente também no significado de “apodíctico”.<sup>14</sup> O advérbio “até” marca um movimento argumentativo de reforço, assinalando argumentos coorientados para a mesma conclusão. Por fim, o quantificador universal “qualquer”, em “*n* o têm qualquer significado”, ao expressar todos os elementos do conjunto designado pelo nome, exclui outra hipótese de interpretação, sendo, por isso, uma forma de reforço ilocutório da asserção.

Em (9), o enunciador executa um movimento *concessivo-contra-argumentativo*. O movimento concessivo, representado no segmento: “O único facto que poderia relevar para a medida da culpa seria o que se descreve no n.º 6”, é executado através de uma asserção com força epistémica e ilocutória fraca, em virtude do tempo verbal condicional em “poderia” e “seria”, que remete para uma possibilidade remota, e do adjetivo “único”, que exclui a possibilidade de haver mais do que um facto relevante. Em contrapartida, o movimento *contra-argumentativo*, iniciado pelo conector contrastivo “no entanto”, concretizado através de uma asserção com força modal epistémica e ilocutória alta, conferida pela repetição em “nada, rigorosamente nada”.<sup>15</sup>

Em (10), a invocação repetida da voz da *doxa* retira credibilidade à voz do recorrente: “Uma tal apreciação afronta a razão e as regras da experiência (...) É óbvio que (...) Tal como é de primeira evidência.” As construções evidenciais suportam asserções com força ilocutória e força modal epistémica alta<sup>16</sup>, pelo grau de certeza que exprimem. O recurso à voz da evidência também se concretiza através da expressão idiomática “de um dia para o outro”.<sup>17</sup>

Para finalizar, o segmento transcrito em (11) concretiza um movimento

---

<sup>14</sup> Ver adiante a secção 2.5 sobre o contributo da polifonia para a construção argumentativa.

<sup>15</sup> Veja-se o que defende Lopes (2011: 227) relativamente à interrelação entre os atos ilocutórios e as modalidades: “A título de exemplo, a modalização epistémica de um enunciado permite a produção de asserções não estritas ou não categóricas: na escala dos valores assertivos, o quase-certo (ou provável) e o incerto (possível), paradigmaticamente expressos pelos verbos modais *dever* e *poder*, correspondem a graus diferentes de responsabilização do locutor pela verdade do que diz, ou, noutros termos, a diferentes graus de validação da predicação expressa.(...) também a modalização deontica se articula com os atos de fala, na medida em que, ao asserir como obrigatória ou permitida uma determinada forma de conduta, o locutor pretende levar o interlocutor a agir de uma determinada forma, o que corresponde ao objetivo ilocutório de um ato diretivo.”

<sup>16</sup> Cf. a definição de modalização e de força modal em Oliveira & Mendes (2013). De acordo com as autoras, pode falar-se em modalização “quando ocorre uma reinterpretação da força modal de um enunciado de mais forte para menos forte no âmbito do mesmo domínio modal”. Contudo, segundo as mesmas autoras, uma forma mais lata abarca também o movimento inverso de “reinterpretação da força modal de um enunciado de menos forte para mais forte no âmbito do mesmo domínio modal.” Embora não tenhamos tempo para desenvolver esta questão neste estudo, é claro que existem ligações entre os conceitos e o funcionamento de *força modal* e de *força ilocutória*.

<sup>17</sup> Ver explicação das “regras ou máximas de experiência” na secção 1.

argumentativo do tipo *argumento-conclusão*, assinalado pelo conector conclusivo “pois”. De novo, o quantificador universal “qualquer” surge no apoio à elevação da força ilocutória da asserção avaliativa “não merece qualquer reparo” e o aparte expressivo, marcado pelos parênteses “(e, muito menos, a censura que lhe dirige a magistrada recorrente)”, apoia a construção de uma escala argumentativa que hierarquiza argumentos coorientados (orientados para a mesma conclusão)<sup>18</sup>. As construções ilustradas em “não merece” e “muito menos” funcionam, assim, como operadores argumentativos, na medida em que indicam a força e a orientação argumentativa dos enunciados.<sup>19</sup>

## 2.4 Sequência argumentativa: distribuição dos papéis semânticos

A distribuição dos papéis semânticos nas proposições enunciadas acima no excerto (6) *um outro aspeto da organização do discurso a relevar*. Com efeito, numa construção causativa como a que ocorre em “Foi a deslealdade e a imoralidade sexual da assistente que **fez** o arguido X **cair** em profunda depressão<sup>20</sup>” com a presença do auxiliar causativo “fazer” na perífrase verbal “fazer cair”, o papel semântico de AGENTE é atribuído à vítima e o papel semântico de PACIENTE, ao agressor. Esta distribuição de papéis produz uma espécie de inversão conceptual no evento sob julgamento, em que a vítima, *repetidamente*, construída como o agente agressor (a mulher executa um *atentado* contra o homem; a mulher age de forma *desleal e imoral* contra o homem e a mulher *faz cair* o arguido em depressão) e, o agressor é construído como a vítima (o homem sofre um *atentado* por parte da mulher; o homem é *traído, vexado e humilhado* pela mulher; o homem *cai em depressão* por ação da mulher). Esta conceptualização contribui para a vitimização do agente agressor, para a correspondente responsabilização da vítima pela violência sofrida e, logo, para a desculpabilização do arguido e consequente atenuação da pena.

---

<sup>18</sup> Na descrição dos movimentos argumentativos, utilizamos o quadro de análise proposto por Ducrot em vários dos seus estudos, de que citamos aqui apenas três: Ducrot, 1980; Anscombe & Ducrot, 1977 e 1983.

<sup>19</sup> Ver proposta de Tseronis (2011) sobre a noção alargada de operadores argumentativos.

<sup>20</sup> Sublinhados nossos.

## 2.5 Sequência argumentativa: polifonia

Torna-se também muito relevante, na argumentação conduzida na sequência (6), o recurso a vozes da autoridade, como a lei, a Bíblia e a voz da evidência, através da invocação de pretensos estereótipos sociais que, supostamente, *d* o fundamento aos argumentos do juiz. A convocação destas vozes<sup>21</sup> instaura movimentos de polifonia concordante, que visam reforçar os argumentos do enunciador.

Os sublinhados (nossos), efetuados nas sequências abaixo, replicadas de (6), permitem acentuar, em cada excerto, a voz da *doxa* a que o juiz pretensamente dá voz: "Este caso está longe de ter a gravidade com que, **geralmente**, se apresentam os casos de maus tratos no quadro da violência doméstica; o adultério da mulher é um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem; **Sociedades existem** em que a mulher adúltera é alvo de lapidação até à morte; o adultério da mulher é uma conduta que **a sociedade sempre condenou e condena fortemente** (e são as **mulheres honestas** as primeiras a estigmatizar **as adúlteras**)".

A voz da *doxa*, convocada através de recursos como o advérbio "geralmente"; a constituição como sujeito do nome abstrato "sociedades"/"sociedade" e o uso do presente do indicativo com valor genérico em frases estativas, reforçado pelo advérbio de tempo "sempre". São de relevar, também, as categorizações decorrentes das expressões "mulheres honestas" e "mulheres adúlteras", que implicam a existência de duas classes de mulheres, que se excluem mutuamente, ou seja, as "mulheres adúlteras" não podem ser "mulheres honestas" e as "mulheres honestas" não podem ser "mulheres adúlteras". Note-se, ainda, que este comentário surge sob a forma de aparte, assinalado pelos parênteses no texto.

Para além da *doxa*, o enunciador recorre também à voz da Bíblia como argumento legitimador da sua tese ("Na Bíblia, podemos ler que a mulher adúltera deve ser punida com a morte."), invocando um texto, considerado sagrado para os cristãos, que identifica a pena de morte como a punição exemplar para as mulheres adúlteras. O uso da modalidade deôntica, em "a

---

<sup>21</sup> Utilizamos, aqui, a noção de polifonia trabalhada por Ducrot em vários dos seus estudos (1987; 2001).

mulher adúltera deve ser punida com a morte", expressa um princípio com força diretiva alta, ao mesmo tempo que o nós inclusivo, em "podemos ler", envolve o alocutário no discurso do locutor.

A voz da lei, representada pelo Código Penal de 1886, o *outro argumento de autoridade* trazido para fundamentar a convicção do enunciador ("Ainda não foi há muito tempo que a lei penal (Código Penal de 1886, artigo 372.0) punia com uma pena pouco mais que simbólica o homem que, achando sua mulher em adultério, nesse acto a matasse.")

Tal como a própria lei enuncia, o juiz deve clarificar as razões de facto e de direito que sustentam a sua decisão na sentença ou no acórdão, todavia é claro, também, que essa sustentação deve reportar-se à lei vigente no contexto espaço-temporal em que o juiz chamado a decidir e não a leis transatas, como é o caso citado, em que o juiz invoca um código penal separado por mais de um século do tempo do acórdão em apreço.<sup>22</sup>

Assim, as várias vozes convocadas para dar corpo a estes argumentos, aparentemente suportados em "máximas da experiência"<sup>23</sup>, remetem para um pretense fundo de conhecimentos e crenças comum, que sustentaria a sentença do Tribunal, mas que dificilmente dá voz a concepções sociais dominantes na atualidade, dado o carácter obsoleto e descontextualizado das referências invocadas.

### 3. Conclusão

Um acórdão é um documento onde um tribunal de instância superior revê uma decisão tomada por um tribunal de primeira instância, sendo um dos géneros do discurso jurídico que representa o exercício da lei e, supostamente, da justiça.

Na própria definição deste género textual está prevista a formulação de uma sentença e respetiva fundamentação, o que confere ao género uma natureza argumentativa e performativa.

Esta argumentação encontra-se, todavia, restringida pela natureza

---

<sup>22</sup> Note-se, ainda, que o adultério foi descriminalizado em Portugal em 1976 e que não figura sequer no Código Penal aprovado em 1982.

<sup>23</sup> Ver o que foi dito acima sobre as "máximas de experiência" na secção 1.

dos argumentos adequados a uma fundamentação judicial. As “regras de experiência comum”, previstas no dispositivo legal como um repositório legítimo de conhecimentos e crenças comuns, estereótipos e generalizações a que os juízes podem/devem recorrer para exercer com prudência e bom senso o seu poder de julgar, abrem caminho para um espaço ambíguo onde quase tudo pode ser defendido e encontrar justificação. Assim *que*, facilmente, um juiz formula um raciocínio aparentemente fundado num conteúdo genérico e evidencial, assente numa experiência comum, quando apenas dá voz a um juízo altamente subjetivo, fundado nas suas próprias convicções, enviando, assim, a apreciação da prova.

Nestes contextos, a análise do discurso ajuda a desmontar um discurso que se apresenta como o legítimo representante da razão, da justiça e do poder da lei, naturalizando, por essa via, representações identitárias estereotipadas e impondo decisões judiciais que escondem um conteúdo ideológico forte.

No caso em análise de um acórdão sobre violência doméstica, julgamos ter comprovado como o discurso do juiz reproduz uma representação da mulher, vítima da violência, como agente responsável e, do agressor, como vítima, abrindo espaço, desta forma, para uma desculpabilização da violência exercida e para uma conseqüente atenuação da pena. As vozes da *doxa* invocadas na fundamentação do juiz não espelham sequer as conceções sociais dominantes, de que deveriam ser intérpretes, pelo facto de estarem já ultrapassadas e desajustadas do contexto real. Foram identificados vários recursos linguístico-discursivos usados na argumentação, que parecem naturalizar a violência doméstica, neste caso também violência de género contra a mulher, assumindo o discurso, desta forma, um papel ativo na manutenção de uma cultura de tolerância desta forma de violência.

Sendo a palavra uma “arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes.” (Brandão 2004: 9), torna-se relevante fazer a análise crítica da palavra tal como ela é usada nas decisões judiciais, que, símbolo do discurso da razão e com força coerciva sobre as vidas dos indivíduos, não representam a verdade, mas, sim, apenas, uma versão possível da verdade.

## REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. 1992. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan.
- Anscombre, J.-C. & Ducrot, O. 1977. Deux mais en Français?, *Lingua* 43: 23-40.
- Anscombre, J.-C. & Ducrot, O. 1983. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga.
- Brandão, H. N. 2004. *Introdução à análise do discurso*. 2ª edição, Campinas: UNICAMP.
- Ducrot, O. (Ed.). 1980. *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Ducrot, O. 1987. Esboço de uma teoria polifônica. In: *O dizer e o dito*. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 161-219.
- Ducrot, O. 2001. Quelques raisons de distinguer "locuteurs" et "énonciateurs". *Polyphonie –Linguistique et littéraire*, n° 3.
- Fairclough, N. 1989. *Language and power*. London: Longman.
- Fairclough, N. 1992. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Lopes, A. C. M. 2011. Atos de fala e ensino do português como língua materna: algumas reflexões. In: *Português, língua e ensino*. Porto: UP.
- Oliveira, F. & Mendes, A. 2013. Modalidade. In: E. P. Raposo, F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds). *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- Prata, A., Veiga, C. & Pizarro de Almeida, C. 2018. *Dicionário Jurídico - Direito Penal e Direito Processual Penal* (Vol. II). 3.ª edição, Porto: Edições Almedina.
- Reisigl, M. & Wodak, R. 2009. The discourse-historical approach (DHA). In: R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods for Critical Discourse Analysis*. 2nd edition, London: Sage, 87-121.
- Searle, J. 1976. *A classification of illocutionary acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tseronis, A. 2011. From Connectives to Argumentative Markers: A Quest for Markers of Argumentative Moves and of Related Aspects of Argumentative Discourse. In *Argumentation* 25(4): 427-447.
- Van Dijk, T. A. 1995. Discourse Semantics and Ideology, *Discourse & Society* 6(2): 243-289.
- Van Dijk, T. A. 2007. *Ideology and Discourse: A Multidisciplinary Introduction*, Barcelona: Pompeu Fabra University.

# What psych verbs and other verbs disclose about the role of Semantic Prominence and Thematic Hierarchy in affixal selection

Alexandra Soares Rodrigues

[afsr@ipb.pt](mailto:afsr@ipb.pt)

*Escola Superior de Educação de Bragança – Instituto Politécnico de Bragança*

*CELGA – Universidade de Coimbra (Portugal)*

## ABSTRACT.

This paper analyses the construction of deverbal adjectives in European Portuguese, focusing on the interface between morphology and semantics, specifically on the role of Thematic Hierarchy and Semantic Prominence on affixal selection.

Supported by paradigmatic morphology, the paper shows that suffixes that work in macro-paradigms of deverbal adjectives establish a relationship with specific semantic features of the lexical-semantic structure of the base verb in order to construct the derivative. The analysis concludes that suffixes are sensitive to thematic hierarchy, which is based on the semantic prominence of features of the verbs' theta-roles at work in the paradigm. Data from psych verbs is highly relevant to this finding.

The paper is dedicated to Professor Ana Maria Brito, who has always been keenly aware that scientific knowledge is not confined to a specific theory.

## KEYWORDS.

Deverbal adjectives; affixal selection; word formation; Semantic Prominence; Thematic Hierarchy.

## 1. Introduction

I was very fortunate to have had Professor Ana Maria Brito on several examination boards of the academic degrees I have earned. In all these situations, I admired her capacity to deeply understand and accept theoretical approaches which were hugely different from her own. This paper is my way of thanking her, focusing on a linguistic object of her interest albeit employing an approach that does not coincide with hers. This may seem

like a contradiction. However, Professor Ana Maria Brito has always been keenly aware that scientific knowledge is not confined to a specific theory and she seems to enjoy it.

This paper intends to contribute to better understanding the sensitivity of affixes in terms of semantic prominence, which supports the thematic hierarchy of the bases in word-formation paradigms. The study analyses the behaviour of suffixes in the formation of Portuguese deverbal adjectives with the suffixes *-vel*, *-os(o)* and *-nt(e)*, regarding their relationship with semantic features contained in the lexical-semantic structure of the verbal bases. We found that the semantic features which play a role in forming adjectives coincide with those of the thematic hierarchy (e.g., Levin & Rappaport Hovav 2005; Levin & Grafmiller 2013). The analysis of adjectives correlated with psych verbs is relevant to these conclusions.

Our theoretical basis is a paradigmatic approach to word formation (Bonami & Strnadová 2019) and the semantic approach to affixal selection formulated in Lieber (2004; 2006) and Rodrigues (2008; 2014). The analysis of derivatives that correlate with verbal bases requires an approach to thematic hierarchy and semantic prominence (Fillmore 1968; 1971; 1977; Belletti & Rizzi 1988; Bresnan & Kanerva 1989; Dik 1978; Givón 1984; Jackendoff 1990; Van Valin 1990), as well as to argument structure that is strongly rooted in Lexical-Functional Grammar (Levin & Rappaport Hovav 2005; Levin & Grafmiller 2013; Bresnan 2001; Börjars et al. 2019; Dalrymple et al. 2019).

The most common use of thematic hierarchy and semantic prominence is, perhaps, argument realisation (e.g., Levin & Rappaport Hovav 2005). In this paper, we use thematic hierarchy and semantic prominence to explain word-formation micro-paradigms. Micro-paradigms constitute small-scale paradigms within categorial macro-paradigms. Rodrigues & Rodrigues (2018) define macro-paradigms according to the “relationship between the syntactic and the semantic categories [...] of the involved members of the pairs of the paradigm”. The same authors propose that micro-paradigms are the result of specialisations (Lindsay & Aronoff 2013, Aronoff & Lindsay 2014, 2015, Aronoff 2016, Rodrigues 2019) and selectional restrictions that permeate the relationships between the pairs of the categorial macro-paradigm. This study analyses the micro-paradigms in European Portuguese



that correspond to deverbal adjectives constituted by the suffixes *-vel*, *-nt(e)* and *-os(o)*, which occur within the categorial macro-paradigm of deverbal adjectives.

The paper is organised as follows: After the Introduction (section 1), section 2 focuses on the main theoretical considerations. Section 3 analyses the behaviour of the suffixes in terms of semantic prominence and thematic hierarchy. Section 4 is dedicated to the conclusions.

The notation is as follows: when needed, each predication is structured into lexical-semantic structure, argument structure, and syntactic structure. These structures are inside square brackets. Arguments are notated with *x* and *y*, while internal arguments are placed inside chevrons and external arguments are underlined.

## 2. Theoretical considerations

The relationship between individual (agent, locative, instrument, etc.) deverbal nouns and adjectives and their verbal bases has been described through different approaches, from syntactic and semantic ones to argument structures (cf. Rodrigues (2008: 105-133) and Lieber (2006) for a discussion). Argument structure-driven approaches postulate a relationship between the derivative and one of the arguments predicted in the argument structure of the base verb in the level of argument structure *in se* (e.g., Rappaport Hovav & Levin 1992; Booij 1986; Rappaport Hovav et al. 1993). A finer-grained observation of the relationships built between the affix and the base leads to the conclusion that affixal selection is based on semantic features that have a structural relationship with thematic hierarchy and semantic prominence that goes beyond the level of argument structure (Rodrigues 2008; Lieber 2004; 2006). This approach is strengthened in this study.

Phonological features also work in affixal selection, but they will not be addressed in this paper.

According to Lexical-Functional Grammar (Alsina 1996; Laczko 2000; Bresnan 2001; Laczko 2003; Mohanan & Mohanan 1998; Levin and Rappaport Hovav 1995, 2005; Levin & Grafmiller 2013; Börjars et al. 2019; Dalrymple et al. 2019), argument structure is the lexical representation

of an item that takes on arguments (especially verbs, but also adjectives, nouns and prepositions), which contains information about the number of arguments, their syntactic realisation and their semantic features.

We follow Levin & Rappaport Hovav (1995; 2005) in their formulation of argument structure. Specifically, we adopt their conception of unaccusative, unergative verbs and transitive causative verbs. Semantically, unergative verbs have an external argument that is filled by an internal cause. In transitive causative verbs, the external argument takes an external cause. Transitive causative verbs in the unaccusative construction delete the external cause. Unaccusative verbs that do not presume an alternation of a transitive verb have an internal cause.

Levin & Rappaport Hovav (1995: 91) consider that events have an internal cause if their occurrence depends on a semantic property that is inherent to one of the participants of the lexical-semantic structure of the verb. An internal cause may be agentive or non-agentive. If it is agentive, the cause has control over the event (e.g., the cause of the verb *to walk*). If it is non-agentive, the cause does not control the event (e.g., the cause of the verb *to shine*). Events have an external cause if they result from the action of an external cause that intervenes in the occurrence of the event.<sup>1</sup>

Argument structure is an interface level between syntactic structure and semantic structure. Since the lexical-semantic structure of the predicate constrains the ordering and the kind of arguments in argument structure, lexical-functional grammar assumes there is a semantic component in the definition of external and internal arguments. According to Alsina (1996), those semantic constraints are proto-roles (Dowty 1991; Zaenen 1993), which correspond to clusters of more basic semantic features (e.g., [causative], [volitional], [human], [active], etc.). Thus, theta-roles are not primitives (Levin & Rappaport Hovav 2005; 2007). The proto-agent role is defined, among others, by the properties 'causing an event or change of state in another participant', 'volitional involvement in the event or state', and 'sentience (and/or perception)'. The proto-patient role is defined, among others, by the

---

<sup>1</sup> According to Levin & Rappaport Hovav (1995: 98-99), "The distinction between internally and externally caused eventualities is a distinction in the way events are conceptualized and does not necessarily correspond to any real difference in the types of events found in the world. In general, the relation between the linguistic description of events and the events taking place in the real world is mediated by the human cognitive construal of events, which we take our lexical semantic representations to represent."

properties ‘incremental theme’, ‘undergoes change of state’ and ‘causally affected by another participant’ (Dowty 1991: 572; for a recent critique of Dowty 1991, see Levin 2019). According to Alsina (1996), proto-agent roles have a connection with the external argument; whilst proto-patient roles have a connection with the internal argument. We will not describe here the procedures of the linkage between those structures. See Ackerman & Moore (2013) and Her (2013) for some approaches on the integration of proto-property proposal and Lexical Mapping Theory.

The semantic features whose clusters constitute theta-roles are responsible for semantic prominence and thematic hierarchy (Fillmore 1968; 1971; 1977; Givón 1984; Jackendoff 1990; Van Valin 1990; Levin & Rappaport Hovav 2005; 2007; Levin & Grafmiller 2013). Thematic hierarchy is a ranking of theta-roles based on the semantic prominence relationship among them.<sup>2</sup> Thematic hierarchy depends on the relative ranking of the theta-roles of a verb (or of another item that takes arguments) and is not to be considered an absolute hierarchy. We agree with Fillmore (1977) in that the prominence of the roles is determined by finer-grained semantic features than the roles themselves. As explained by Mohanan (1994: 28), thematic hierarchy is a “cumulative result of interacting relative prominence relations among semantic entities”.

We will not analyse here the different proposals on the ranking of semantic features. However, we agree with the generalised idea that an [active] element is higher than an [nonactive] one; a [volitional] element is higher than a [non-volitional] one; and a [causative] element is higher than a [non-causative] one (Fillmore 1977; Dowty 1991). These features are important for the explanation of affixal selection described in the next section.

The analysis of different affixes that work in the macro-paradigm of deverbal adjectives aims to answer the following questions:

a) Is it possible to consider each affix that works in the macro-paradigm as an operator that binds to a specific argument of the base?

If not,

b) What kind of features of the base are the suffixes sensitive to?

---

<sup>2</sup> There are two main perspectives to consider thematic hierarchy: one views thematic hierarchy as derived from event structure prominence (Baker 1996; Jackendoff 1990); the other one conceives it as the effect of the prominence of prototypical semantic features that constitute each one of the semantic roles (Fillmore 1977; Dowty 1991). For a critical view on different proposals on thematic hierarchy, see Levin & Rappaport Hovav (2005: 154-185).

### 3. Sensitivity of affixes to the features of the base

We will now analyse the behaviour of the affixes *-vel*, *-os(o)* and *-nt(e)* in relation to their verbal bases. The description of the suffixes and of their word-formation behaviour is rooted in Rodrigues (2008; 2016) and Rio-Torto (2020). Rodrigues (2008) presents a corpus of deverbal nouns and adjectives that provides a large amount of data.

#### 3.1 The suffix *-vel*

The suffix *-vel* works with transitive verbs (*beber* ‘to drink’ ↔ *beb vel* ‘drinkable’, *aceitar* ‘to accept’ ↔ *aceit vel* ‘acceptable’) and unaccusative ones (*variar* ‘to vary’ ↔ *vari vel* ‘variable’, *nascer* ‘to be born’ ↔ *nasc vel* ‘that can be born’).<sup>3</sup> There are no unergative verbs as bases of these adjectives. A specific argument structure is required for *-vel* selection: verbs must have an internal argument. If an unergative verb (e.g., *galopar* ‘to gallop’) has a transitive alternation, it is possible to construct a *-vel* adjective that corresponds to the internal argument, as exemplified in (1). In (1c) the adjective *galop vel* ‘that may be galloped’ correlates with the internal argument of the transitive construction (1b) of the verb, which has a basic unergative construction (1a). In example (1c), a verbal base ( $\langle v \rangle$ ), which defines a predication (PRED) constituted by an external argument ( $\langle x \rangle$ ) and an internal argument ( $\langle y \rangle$ ), correlates (1) with an adjective ( $\langle \lambda \rangle$ ) constituted by the suffix *-vel* which coindexes ( $\langle i \rangle$ ) with the internal argument of the verb.

- (1) a. [PRED  $\langle x \rangle$ ]<sub>v</sub>  
           *O*                   *cavalo galopa.*  
           The-MASC   horse gallops  
           ‘The horse gallops.’

<sup>3</sup> Although the verb *variar* displays a transitive construction in modern Portuguese, the intransitive construction is the basic one. Bluteau (1712-1728) only shows the unaccusative construction. Vieira (1871-1874) had already presented the transitive construction.

b. [PRED  $\underline{x}$ ;  $\langle y \rangle$ ]V

*O João galopa o cavalo.*

The-MASC João gallops the-MASC horse

‘João gallops the horse.’

c. [PRED  $\underline{x}$ ;  $\langle y \rangle$ ]V ↔ [[PRED  $\underline{x}$ ;  $\langle y^i \rangle$ ]V [-vel]]<sub>A</sub>

*É o único cavalo de baloiço*

*capaz de se transformar num “galopável”.*<sub>4</sub>

Be-3SING.PRES the-MASC only-MASC horse of rock

able of itself transform in.a-MASC gallop.SUFFIXvel.ADJ

‘It is the only rocking horse able to be transformed into a horse that can be galloped.’

Hitherto, suffix *-vel* selection seems to be easily described as binding the internal argument of the base. However, the analysis of *-vel* derivatives correlated with psych verbs complexifies this explanation.

A comparison between psych verbs with different argument structures and different linkages with syntactic structures (*abominar* ‘to abominate’, *amedrontar* ‘to frighten’, and *agradar* ‘to please’) sheds light on the way affixal selection works. In (2), the active construction of the verb *abominar* ‘to abominate’ is described. The experiencer corresponds to the external argument, which is realised as subject, and the stimulus corresponds to the internal argument, which is realised as object.

(2) a. *Ela abomina o monstro.*

She abominates the-MASC monster

‘She abominates the monster.’

<sup>4</sup> In: <https://www.kidits.pt/brinquedos/chicco/rodeio>.

b. active construction

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Experiencer;} & \text{Stimulus} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Subject;} & \text{Object} \end{array} \right]$$

In (3), the passive construction of *abominar* ‘to abominate’ reveals that the stimulus, corresponding with the internal argument, is realised as subject.

- (3) a. *O*                    *monstro é*            *abominado*            *por*            *ela.*  
The-MASC            monster is            abominated            by            her  
‘The monster is abominated by her.’

b. passive construction

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Experiencer;} & \text{Stimulus} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{OBLIQUE. POR 'by';} & \text{Subject} \end{array} \right]_V$$

In (4), in an adjectival predicative construction with the copulative verb *ser* ‘to be’ and the adjective with the suffix *-vel*, we can see there is no change in the syntactic realisation of the internal argument that appears in the passive construction, since it is realised as subject. The adjective with the suffix *-vel* shows some correspondence with the stimulus, which is mapped into the internal argument.

- (4) a. *O*                    *monstro é*            *abominável.*  
The-MASC            monster is            abominable  
‘The monster is abominable.’

b. Adjectival predicative construction

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Experiencer;} & \text{Stimulus} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Ø;} & \text{Subject} \end{array} \right]_V$$

Now we will observe psych verbs with a stimulus-subject. In (5), the active construction of the verb *amedrontar* ‘to frighten’ reveals that the stimulus, which maps into the external argument, is realised as subject, and the experiencer, which maps into the internal argument, is realised as object.

- (5) a. *O monstro amedrontou-a.*  
 the-MASC monster frightened her-  
 PRON3SING.FEM.ACCUSATIVE

‘The monster frightened her.’

- b. active construction

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Stimulus;} & \text{Experiencer} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Subject;} & \text{Object} \end{array} \right]_V$$

The passive construction of the verb *amedrontar* ‘to frighten’ is represented in (6).

- (6) a. *Ela foi amedrontada pelo monstro.*  
 She was frightened-FEM by.the-MASC monster  
 ‘She was frightened by the monster.’

- b. passive construction

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Stimulus;} & \text{Experiencer} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{OBLIQUE. POR 'by';} & \text{Subject} \end{array} \right]_V$$

The adjectival predicative construction with the adjective with the suffix *-vel* maintains the passive structure (7), in which the internal argument is realised as subject. The adjective with *-vel* has a degree of correspondence with the experiencer.

- (7) a. *Ela é amedrontável.*  
 She is frighten.able  
 ‘She is easy to frighten.’

b. adjectival predicative construction

Pred	Stimulus; <i>x</i> ; ∅;	Experiencer < <i>y</i> > Subject
------	-------------------------------	--

Hitherto, data coming from psych verbs is in accordance with data coming from transitive, unaccusative and unergative verbs (example 1), in that the suffix *-vel* binds the internal argument of the verb. Data also show that the suffix is not sensitive to the theta-role, because with experiencer-subject (external argument) psych verbs, the suffix *-vel* corresponds with the stimulus, whilst with stimulus-subject (external argument) psych verbs, the suffix corresponds with the experiencer, as shown in examples (4) and (7).

Notwithstanding, psych verbs such as *agradar* ‘to please’ show different argument and syntactic structures, which leads to a reanalysis of the behaviour of the suffix *-vel*. Example (8) displays the behaviour of *agradar*. In the interface between lexical-semantic structure and syntactic structure, the stimulus in *agradar* is syntactically realised as subject, and the experiencer is marked with *DATIVE* as indirect object (8).

- (8) a. *O livro agrada-lhe.*  
 The-MASC book pleases him/her.PRON3SING.DATIVE  
 ‘The book pleases her/him.’

b.

Pred	Stimulus; < <i>x</i> ; Subject;	Experiencer <i>y</i> > Object. DATIVE
------	---------------------------------------	---

Alsina (1996: 175-177) considers that verbs such as *agradar* ‘to please’ are dyadic predicates with two internal arguments. In this case, the experiencer is assigned the feature [+ DATIVE] (DAT), which is the marked case, because the experiencer is the highest of the two internal arguments. The logical subject is the experiencer. This is proved by the control it assumes in relation to



the “unexpressed subject of the adverbial clause.” (Alsina 1996: 177) (see example 9).

- (9) *O livro agrada-lhe sem saber porquê.*  
 The-MASC book pleases him/her.PRON3SING.DATIVE without  
 know[ing] why  
 ‘The book pleases her/him without knowing why.’

This is in accordance with Alsina’s case assignment convention: “A direct function (one that has the feature [obl –]) must take the marked feature value [DAT +] if it is mapped onto an argument that is either thematically a goal or more prominent than another argument expressed as a nondative function and if it is not the expression of the external argument.” (Alsina 1996: 175).

Although it is not our aim to draw capital conclusions about the argument structure of the verb *agradar*, the analysis of the resultative passive construction (10) and adjectival predicative construction (11) may shed light on the argument that both arguments of the verb *agradar* are internal.

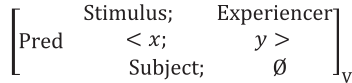
In a resultative passive construction with the verb *ficar* ‘to stay’ (10), the experiencer, corresponding to internal argument <y>, is realised as subject.

- (10) a. *Ele ficou agradado com o livro.*  
 The-MASC became pleased with the-MASC book  
 ‘He became pleased with the book.’  
 b. resultative passive construction



What is interesting is that in a predicative construction with the adjective with the suffix *-vel*, the adjective *agradavel* (example 11) does not align with the past participle of the resultative passive construction (example 10).

- (11) a. *O livro é agradável.*  
 The-MASC book is pleasant  
 ‘The book is pleasant.’
- b. predicative construction with adjective with *-vel*



This is different from *abomin vel* (example 4) and *amedront vel* (example 7), whose adjectival predicative constructions with the suffix *-vel* align with the past participle in a passive construction. One possible explanation would be that both arguments of *agradar* are internal arguments and, thus, internal argument  $<x>$  is realised as subject in the predicative construction with the adjective with the suffix *-vel* (example 11), and the internal argument  $<y>$  is realised as subject in the resultative passive construction with the past participle (example 10). Another argument would be that this verb does not admit a canonical passive construction (*\*Ele agradado pelo livro*. ‘He is pleased by the book.’), which is not expected, since the verb is not a direct transitive verb.

Summing up, in relation to psych verbs such as *agradar*, *-vel* shows correspondence with the internal argument (assuming Alsina is right) that expresses the stimulus, which is syntactically realised as subject (12).

- (12) *agradar* ↔ *agradável*
- $$\left[ \begin{array}{cc} \text{Stimulus;} & \text{Experiencer} \\ \text{Pred} < x; & y > \\ \text{Subject;} & \text{Object. DATIVE} \end{array} \right]_V \leftrightarrow [[\text{PRED} < \text{Stimulus}^i; \text{Experiencer} >]_V [-vel]^i]_A$$

In relation to psych verbs such as *abominar*, *-vel* shows correspondence with the internal argument (assuming Alsina is right) that expresses the stimulus, which is syntactically realised as object (13).

$$(13) \quad abominar \quad \leftrightarrow \quad abominável$$

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Experiencer;} & \text{Stimulus} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Subject;} & \text{Object} \end{array} \right]_V \leftrightarrow [[\text{PRED } \underline{\text{Experiencer}}; <\text{Stimulus}^i>]_V [-vel]^i]_A$$

In relation to psych verbs such as *amedrontar*, *-vel* shows correspondence with the internal argument that expresses the experiencer, which is syntactically realised as object (14).

$$(14) \quad amedrontar \quad \leftrightarrow \quad amedrontável$$

$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Stimulus;} & \text{Experiencer} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Subject;} & \text{Object} \end{array} \right]_V \leftrightarrow [[\text{PRED } \underline{\text{Stimulus}}; <\text{Experiencer}^i>]_V [-vel]^i]_A$$

If the verb *agradar* has two internal arguments, as proposed by Alsina (1996), explaining the selection of the suffix *-vel* as binding the internal argument leads to the question: which one of the internal arguments? Thus, a finer-grained analysis is required.<sup>5</sup> The same stands for a syntactic explanation that would try to establish a linkage between *-vel* and a syntactic function of the base. Finally, trying to find an exclusive correspondence between *-vel* and theta-roles does not lead to a satisfactory explanation as well.

A homogeneous explanation requires we go further into thematic hierarchy and semantic prominence. For this purpose, we need to bear in mind that theta-roles may be defined as proto-roles (Dowty 1991; Zaenen 1993) corresponding to semantic clusters of finer-grained features.

Levin & Grafmiller (2013) state that experiencer-object psych verbs such as *frighten* (or *amedrontar*) are causative and that experiencer-subject psych verbs such as *fear* are non-causative.

According to Levin & Grafmiller (2013: 29), *frighten* verbs have a stimulus (subject) that “evokes an emotion in the experiencer by his or her

---

<sup>5</sup> To assume that Alsina is wrong, and that *agradar* has an external and an internal argument makes it difficult to explain how an experiencer, when it is higher than a stimulus (reminding us of the control it assumes towards the unexpressed subject of the adverbial clause) and which would be an external argument, is not syntactically linked with the subject. To consider the subject as the external argument would also be in contradiction with the same argumentation and would lead *-vel* to select internal and external arguments, which would require the same kind of further analysis we are developing here.

actions”, which makes the stimulus [+] causative.

In the analysis of Levin & Grafmiller (2013), in experiencer-subject psych verbs such as *fear* (or *abominar*), the stimulus (object) does not possess a causative character. According to Levin & Grafmiller (2013: 31), in *fear* verbs, “the experiencer’s mental state should be conceptualized as a disposition directed toward something, rather than a direct reaction to an immediate stimulus.”

Levin and Rappaport Hovav (2005: 23) also state that *fear* verbs are inherently non-causative psych verbs, which has an impact on thematic hierarchy and syntactic realisation.

According to Croft (1993), there is cross-linguistic variation in the argument realisation of non-causative psych verbs since they do not fit with transitivity. In causative verbs, the agent role is syntactically realised as subject and the theme role as object. However, *fear* verbs have a property of agent proto-role associated with one participant and another agent proto-role property associated with the other participant; i.e., [sentience] is associated with the experiencer, and [causation] with the stimulus. That is why there is variation in the linkage to subject and object (Dowty 1991: 579-580; 586-587; Levin & Rappaport Hovav 2005: 56). Verbs with no causal directionality link the experiencer with either the subject or the object (Croft 1993). According to Levin & Rappaport Hovav (2005: 159-160),

In formulations of the hierarchy that include an experiencer (Belletti and Rizzi 1988; Bresnan and Kanerva 1989; Grimshaw 1990; Speas 1990), the agent-like roles such as agent, instigator, effector, or cause are ranked the highest and thus have priority over the experiencer for expression as subject. In contrast, with the *fear* verbs, the nonexperiencer argument cannot be analyzed as bearing an agent-like role, but is better analyzed as bearing the stimulus (or theme) role. If experiencer is ranked above stimulus in the hierarchy (Belletti and Rizzi 1988; Grimshaw 1990; Van Valin 1990), *fear* verbs will have an experiencer subject.

Levin & Rappaport Hovav (2005: 159-160)

Our analysis of *-vel* derivatives supports the hypothesis of Levin & Grafmiller (2013), as well as the proposal of Dowty (1991) and of Zaenen

(1993) regarding proto-roles.

Comparing *-vel* derivatives correlated with different verb classes, we conclude that there is a relationship between *-vel* and a specific feature of theta-roles. The suffix *-vel* always binds with the element that is the less active of the two involved in the lexical-semantic structure of the verb (15).

(15) [PRED [more active]; [less active]]<sub>v</sub> ↔ [[PRED [more active]; [less active]]<sub>v</sub> [-*vel*]<sub>i</sub>]<sub>A</sub>

In terms of thematic hierarchy, *-vel* assumes the least prominent theta-role, which, despite the differences between different proposals of different thematic hierarchies, ranks an active element higher than a non-active one and a causative element higher than a non-causative one (e.g., Fillmore 1977: 102). Thus, we come to the following paradigm of *-vel* adjectives, with the suffix *-vel* binding the lower theta-role of the thematic hierarchy (16):

(16) [PRED higher  $\theta$ -role; lower  $\theta$ -role]<sub>v</sub> ↔ [[PRED higher  $\theta$ -role; lower  $\theta$ -role]<sub>v</sub> [-*vel*]<sub>i</sub>]<sub>A</sub>

This shows that *-vel* is neither sensitive to syntactic nor to argument structures, nor to theta-roles *in se*. It is sensitive to finer semantic features that intervene in semantic prominence and, consequently, in thematic hierarchy.

### 3.2 The suffix *-os(o)*

Data from derivatives with the suffix *-os(o)* also highlight the sensitivity of affixes to semantic prominence and thematic hierarchy.

The suffix *-os(o)* correlates with transitive (*injuriar* 'to insult' ↔ *injurioso* 'insulting'; *amedrontar* 'to frighten' ↔ *amedrontoso* 'frightening'), unergative (from *chorar* 'to cry' ↔ *choroso* 'that has been crying'; from *suspirar* 'to sigh' ↔ *suspiroso* 'that has been sighing') and unaccusative verbs (*murchar* 'to wither' ↔ *murchoso* 'of something that is about to wither'). Thus, no specific argument structure is required by *-os(o)*.

Some adjectives correspond with the external argument of transitive verbs (*injurioso*, *amedrontoso*) and of unergative verbs (*choroso*, *suspiroso*).

Other adjectives correspond with the internal argument of unaccusative verbs (*murchoso*).

Despite this random behaviour towards the argument structure of the base, the suffix *-os(o)* shows a preference for the theta-role that is the most prominent in the thematic hierarchy of the verb. This is proved by the analysis of *-os(o)* derivatives correlated with psych verbs. Example (17) provides derivatives correlated with psych verbs with stimulus-subject and experiencer-object. The derived adjective corresponds with the stimulus.

- (17) a. 
$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Stimulus;} & \text{Experiencer} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Subject;} & \text{Object} \end{array} \right]_{\text{V}} \leftrightarrow [[\text{PRED } \underline{\text{Stimulus}}^i; < \text{Experiencer} >]_{\text{V}} [-\text{oso}]^i]_{\text{A}}$$
- afadigar* ‘to tire’ ↔ *afadigoso* ‘tiresome’
- embaraçar* ‘to embarrass’ ↔ *embaraçoso* ‘embarrassing’
- enfastiar* ‘to bore, to annoy’ ↔ *enfastioso* ‘boring, annoying’

When the base is an experiencer-subject psych verb, the derivative with *-os(o)* corresponds with the experiencer (18).

- (18) 
$$\left[ \begin{array}{cc} \text{Experiencer;} & \text{Stimulus} \\ \text{Pred } \underline{x}; & < y > \\ \text{Subject;} & \text{Object} \end{array} \right]_{\text{V}} \leftrightarrow [[\text{PRED } \underline{\text{Experiencer}}^i; < \text{Stimulus} >]_{\text{V}} [-\text{oso}]^i]_{\text{A}}$$
- recear* ‘to be afraid of’ ↔ *receoso* ‘that is afraid of’
- suspeitar* ‘to suspect’ ↔ *suspeitoso* ‘that suspects of’
- necessitar* ‘to need’ ↔ *necessitoso* ‘needy’

In line with Levin & Grafmiller (2013), we should remember that the stimulus of experiencer-subject psych verbs is non-causative, which places the stimulus on a lower rank in the thematic hierarchy. Furthermore, the stimulus of experiencer-object psych verb is causative, which places it on a higher rank in thematic hierarchy. Thus, we can conclude that the suffix *-os(o)* is sensitive to the highest role of the thematic hierarchy (19).

- (19) [PRED higher  $\theta$ -role; <lower  $\theta$ -role>]<sub>V</sub> ↔ [[PRED higher  $\theta$ -role<sup>i</sup>; <lower  $\theta$ -role >]<sub>V</sub> [-oso]<sup>i</sup>]<sub>A</sub>
- recear* ‘to be afraid of’ ↔ *receoso* ‘that is afraid of’  
*embaraçar* ‘to embarrass’ ↔ *embaraçoso* ‘embarrassing’

### 3.3 The suffix -nt(e)

The suffix -nt(e) works with transitive verbs (*dominar* ‘to dominate’ ↔ *dominante* ‘dominant’, *reconfortar* ‘to comfort’ ↔ *reconfortante* ‘comforting’), unaccusative verbs (*crescer* ‘to grow, to increase, to rise’ ↔ *crescente* ‘growing, increasing, rising’, *minguar* ‘to decrease’ ↔ *minguante* ‘decreasing’) and unergative verbs (*cavalgar* ‘to ride (on horseback)’ ↔ *cavalgante* ‘riding’; *brilhar* ‘to shine’ ↔ *brilhante* ‘shining’). In (20) we can see that -nt(e) does not require a specific argument to bind with, since it shows correspondence either with the external argument (x) of transitive (20a) and unergative verbs (20b) or with the internal argument (<y>) of unaccusative verbs (20c).

- (20) a. [PRED x; <y>]<sub>V</sub> ↔ [[PRED x<sup>i</sup>; <y>]<sub>V</sub> [-nt(e)]<sup>i</sup>]<sub>A</sub>  
*reconfortar* ‘to comfort’ ↔ *reconfortante* ‘comforting’
- b. [PRED x]<sub>V</sub> ↔ [[PRED x<sup>i</sup>]<sub>V</sub> [-nt(e)]<sup>i</sup>]<sub>A</sub>  
*galopar* ‘to gallop’ ↔ *gallop* ‘galloping’
- c. [PRED <y>]<sub>V</sub> ↔ [[PRED <y><sup>i</sup>]<sub>V</sub> [-nt(e)]<sup>i</sup>]<sub>A</sub>  
*minguar* ‘to decrease’ ↔ *minguante* ‘decreasing’

From (20) we could conclude that the suffix -nt(e) selects the subject of the verbal base. However, a more accurate analysis of the data suggests a non-syntactical explanation for the behaviour of the suffix -nt(e). In fact, the selection exerted by the suffix -nt(e) is not syntactically, but rather semantically-based.

Notwithstanding the availability of -nt(e) to construct derivatives from unaccusative verbs (*crescente* ‘increasing, rising’, *minguante* ‘decreasing’, *nascente* ‘nascent’, *morrente* ‘dying’, *dormente* ‘dormant’, etc.), in relation to transitive verbs with unaccusative alternation, only the transitive construction is appropriate to -nt(e) formations (21a), not the unaccusative one (21b).

- (21) a. [PRED  $\underline{x}$ ;  $\langle y \rangle$ ]<sub>V</sub> ↔ [[PRED  $\underline{x}^i$ ;  $\langle y \rangle$ ]<sub>V</sub> [-nt(e)]<sup>i</sup>]<sub>A</sub>
- corar* ‘to colour’ ↔ *corante* ‘that causes colouring’
- congelar* ‘to freeze’ ↔ *congelante* ‘that causes freezing’
- coagular* ‘to coagulate’ ↔ *coagulante* ‘that causes coagulating’
- b. [Pred  $\frac{\underline{x}}{\emptyset}$ ;  $\langle y \rangle$ ]<sub>V</sub> ↔ ∅
- corar* ‘to blush’ ↔ ∅
- congelar* ‘to freeze’ ↔ ∅
- coagular* ‘to coagulate’ ↔ ∅

The examples in (21) indicate that *corante* ‘a substance that colours something’, *congelante* ‘a substance that freezes something’, and *coagulante* ‘a substance that coagulates something’ correspond with the external cause provided in the lexical-semantic structure. If the external cause is not syntactically realised – unaccusative alternation –, the suffix *-ve/* will not bind the theme. This implies that the suffix *-nt(e)* does not simply correspond to the subject every time there is one. Otherwise, it would be compatible with the unaccusative construction of the abovementioned verbs. If we remember that *-nt(e)* is compatible with verbs that are inherently unaccusative (e.g., *nascer*) and are not an alternation of transitive ones, we propose that the suffix *-nt(e)* binds the most prominent role of the thematic hierarchy, that is, the one with the most active semantic component (Levin & Rappaport Hovav 2005: 154-185). If the external cause is implicit, i.e., not syntactically expressed, the suffix *-nt(e)* will not be licensed, since cause is more prominent than other roles. If the lexical-semantic structure does not predict an external cause, but rather an internal cause, this will correspond to the most prominent theta-role and, thus, will be bound by the suffix *-nt(e)* (22).

- (22) [PRED higher  $\theta$ -role; lower  $\theta$ -role]<sub>V</sub> ↔ [[PRED higher  $\theta$ -role<sup>i</sup>; lower  $\theta$ -role]<sub>V</sub> [-nt(e)]<sup>i</sup>]<sub>A</sub>





#### 4. Conclusions

The data analysed in this study show that semantic prominence and thematic hierarchy play a role in the formation of deverbal adjectives. That role depends on the sensitivity of the affix to semantic features of the lexical-semantic structure of the base, which build up theta-roles as clusters (Dowty 1991; Zaenen 1993). The analysis undertaken with the Portuguese deverbal adjectives *-os(o)*, *-nt(e)* and *-vel* add evidence to the hypothesis that affixal selection in word formation is neither sensitive to syntactic structure nor to argument structure *in se*, but rather to lexical-semantic structure. However, the sensitivity to lexical-semantic structure turns out to be situated not on the level of theta-roles as autonomous constructs, but rather on the level of finer-grained semantic properties that are important for the relative position each of the theta-roles occupies in the thematic hierarchy. The properties that revealed to be relevant for affix selection are [active] / [inactive], and [causative] / [non-causative]. Following the thematic hierarchy formulated by Fillmore (1977) and seconded by later proposals, an [active] element is higher ranked than an [inactive] one. The same holds true for a [causative] element confronted with a [non-causative] one. The suffixes *-nt(e)* and *-os(o)* turn out to be sensitive to the most prominent theta-role of the lexical-semantic structure of the verb, while the suffix *-vel* prefers the least prominent theta-role.

This paper proves that the importance of thematic hierarchy and semantic prominence regarding argument realisation and morphosyntactic processes can be extended to word formation.

## REFERENCES

- Ackerman, F. & Moore, J. 2013. Proto-properties in argument realization. In: T. H. King & V. Paiva (Eds.). *From quirky case to representing space: Papers in honor of Annie Zaenen*. Stanford: CSLI Publications, 9-20.
- Alsina, A. 1996. *The role of argument structure in grammar. Evidence from Romance*. Stanford: CSLI Publications.
- Aronoff, M. 2016. Competition and the lexicon. In: A. Elia, C. Iacobini, & M. Voghera (Eds.). *Livelli di Analisi e fenomeni di interfaccia. Atti del XLVII Congresso Internazionale della Società di Linguistica Italiana*. Roma: Bulzoni Editore, 39-52.
- Aronoff, M. & Lindsay, M. 2014. Productivity, blocking, and lexicalization. In: R. Lieber & P. Štekauer (Eds.). *The Oxford handbook of derivational morphology*. Oxford: Oxford University Press, 67-83.
- Aronoff, M. & Lindsay, M. 2015. Partial organization in languages: la langue est un système où la plupart se tient. *Proceedings of D cembrettes 8*. Retrieved April, 27, 2017 from the World Wide Web: (<https://linguistics.stonybrook.edu/faculty/mark.aronoff>).
- Baker, M.C. 1996. On the structural positions of themes and goals. In: J. Rooryck & L. Zaring (Eds.). *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 7-34.
- Belletti, A. & L. Rizzi 1988. Psych-verbs and theta-theory. *Natural Language and Linguistic Theory*. 6: 291-352.
- Bluteau, R. 1712-1728. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Companhia de Jesu.
- Bonami, O. & Strnadová, J. 2019. Paradigm structure and predictability in derivational morphology. *Morphology*. 29(2): 167-197.
- Booij, G. 1986. Form and meaning in morphology: the case of Dutch "Agent" nouns. *Linguistics*. 24: 503-517.
- Börjars, K., R. & Sadler, L. (2019). *Lexical-functional grammar. An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bresnan, J. 2001. *Lexical-Functional Syntax*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Bresnan, J. & Kanerva, J. 1989. Locative inversion in Chichewa: A case study of factorization in grammar. *Linguistic Inquiry*. 20: 1-50.
- Croft, W. 1993. Case marking and the semantics of mental verbs. In J. Pustejovsky (Ed.), *Semantics and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic, 55-72.
- Dalrymple, M., Lowe, J. J. & Mycock, L. 2019. *The Oxford reference guide to lexical functional grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- Dik, S.C. 1978. *Functional grammar*. North-Holland: Amsterdam.

- Dowty, D. 1991. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*. 67: 547-619.
- Fillmore, C. 1968. The case for case. In: E. Bach & R. T. Harms (Eds.). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1-88.
- Fillmore, C. 1971. Some problems for case grammar. In: R. J. O'Brien (Ed.), *Report of the 22<sup>nd</sup> Annual Roundtable Meeting on Linguistics and Language Studies*. Washington: Georgetown University Press, 35-56.
- Fillmore, C. 1977. Topics in lexical semantics. In: R. W. Cole (Ed.), *Current issues in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press, 76-138.
- Givón, T. 1984. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol. I. Amsterdam: John Benjamins.
- Grimshaw, J. 1990. *Argument Structure*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press.
- Her, O.-S. 2013. Lexical mapping theory revisited. In: T. H. King & V. Paiva (Eds.). *From quirky case to representing space: Papers in honor of Annie Zaenen*. Stanford: CSLI Publications, 47-59.
- Jackendoff, R. 1990. *Semantic structures*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Laczko, T. 2000. Derived nominals, possessors, and lexical mapping theory. In: M. Butt & T. H. King (Eds.). *Argument realization*. Stanford: CSLI Publications, 189-227.
- Laczko, T. 2003. On oblique arguments and adjuncts of Hungarian event nominals. In: M. Butt & T. H. King (Eds.) 2003. *Nominals: inside and out*. Stanford: CSLI Publications, 201-234.
- Levin, B. 2019. On Dowty's 'Proto-roles and Argument Selection'. In L. McNally & Z. Szabó (Eds.). *A Reader's Guide to Classic Papers in Formal Semantics*. Dordrecht: Springer. Retrieved February, 01, 2021 from the World Wide Web: <http://web.stanford.edu/~bclevin/dowty19fin.pdf>
- Levin, B. & Grafmiller, J. 2013. Do you always fear what frightens you? In: T. H. King & V. Paiva (Eds.). *From quirky case to representing space: Papers in honor of Annie Zaenen*. Stanford: CSLI Publications, 21-32.
- Levin, B. & Rappaport Hovav, M. 1995. *Unaccusativity. At the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press.
- Levin, B. & Rappaport Hovav, M. 2005. *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lieber, R. 2004. *Morphology and lexical semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lieber, R. 2006. The category of roots and the roots of categories: what we learn from selection in derivation. *Morphology*. 16: 247-272.

- Lindsay, M. & Aronoff, M. 2013. Natural selection in self-organizing morphological systems. In: F. Montermini, G. Boyé & J. Tseng (Eds.). *Morphology in Toulouse: Selected Proceedings of D cembrettes 7*. München: Lincom, 133-153.
- Mohanan, T. 1994. *Argument Structure in Hindi*. Stanford: CSLI Publications.
- Mohanan, K. P. & Mohanan, Tara 1998. Strong and weak projection: lexical reflexives and reciprocals. In: M. Butt & W. Geuder (Eds.). *The projection of arguments. Lexical and compositional factors*. Stanford: CSLI Publications, 165-194.
- Rappaport Hovav, M. & Levin, B. 1992) -Er nominals: implications for the theory of argument structure". In: T. Stowell & E. Wehrli (Eds.). *Syntax and the lexicon*. San Diego: Academic Press, 27-153.
- Rappaport Hovav, M. & Levin, B. 2007. Deconstructing thematic hierarchies. In: A. Zaenen et al. (Eds.). *Architectures, rules, and preferences: Variations on themes by Joan W. Bresnan*, CSLI Publications, Stanford, 385-402.
- Rappaport Hovav, M. et al. 1993. Levels of lexical representation. In: J. Pustejovsky (Ed.). *Semantics and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers: 37-54.
- Rio-Torto, G. 2020. Derivação. In: E. P. Raposo et al. (Eds.). *Gramática do Português*. Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3027-3149.
- Rodrigues, A. S. 2008. *Formação de substantivos deverbiais sufixados em português*. München: Lincom.
- Rodrigues, A. S. 2014. Causative eventive chains and selection of affixes in Portuguese nominalisations. *Lingue e Linguaggio*. XIII(1): 159-184.
- Rodrigues, A. S. 2016. Adjetivos deverbiais. In: G. Rio-Torto et al. (Eds.). *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 261-296.
- Rodrigues, A. S. 2019. Niches in derivational morphology: Specialisation of suffixes within the formation of Portuguese deverbal nouns. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. 14: 125-146.
- Rodrigues, A. S. & Rodrigues, P. J. 2018. Cross-paradigms or the interfaces of word-formation patterns: evidence from Portuguese. *Lingue e Linguaggio*. XVII(2): 273-288.
- Speas, M. 1990. *Phrase structure in natural language*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Van Valin, R. D. 1990. Semantic parameters of split intransitivity. *Language*. 66: 221-260.
- Vieira, D.1871-1874. *Grande dicionário português ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 5 vols.
- Zaenen, A. 1993. Unaccusativity in Dutch: Integrating syntax and lexical semantics. In: J. Pustejovsky (Ed.). *Semantics and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 129-161.



## A “língua desportuguesa”. Próclise no português angolano e no português moçambicano<sup>1</sup>

Ana Maria Martins

anamartins@letras.ulisboa.pt

*Centro de Linguística, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa  
(Portugal)*

### ABSTRACT.

The expansion of proclisis in contexts that typically exclude it in European Portuguese has been described as a syntactic feature that characterizes Angolan Portuguese. This article studies the presence of this feature in the literary language, based on a corpus of texts by Angolan and Mozambican authors, representing two generations: authors born in the colonial period (the Angolan Pepetela and the Mozambicans Mia Couto and Paulina Chiziane) and authors born after the independence of their countries (the Angolan Ondjaki and the Mozambican Lucílio Manjate). The study results show that proclisis has a stronger presence in the works of Angolan authors than Mozambican authors, suggesting that the shift towards the generalization of proclisis is more advanced, socially widespread and accepted in Angolan Portuguese than in Mozambican Portuguese, although it is visible in both. It is in non-finite domains that the contrast between the two African varieties is more evident. Not only is the frequency of proclisis to the infinitive higher in the Angolan Portuguese corpus, but only there is proclisis to the past participle attested. Comparing the two generations of writers, we see a significant rise of proclisis to the infinitive between Pepetela and Ondjaki and it is in Ondjaki's works that proclisis to the past participle occurs. Regarding the Mozambican Portuguese corpus, however, there seems to be a regression in the advance of proclisis between Mia Couto and Manjate. A closer look at *Rabhia*, by Manjate (2017), suggests that young speakers with a high level of education may perceive the spread of proclisis as a socially marked feature.

### KEYWORDS.

Proclisis; Angolan Portuguese; Mozambican Portuguese; comparative approach; variation; linguistic change.

### RESUMO.

A expansão da próclise em contextos que tipicamente a excluem no português europeu tem sido descrita como um traço sintático caracterizador do português angolano. Neste artigo estuda-se a presença deste traço na língua literária, a partir de um corpus de textos de autores

---

<sup>1</sup> Agradeço às organizadoras do presente volume o convite para contribuir para esta homenagem a Ana Maria Brito, colega e linguista cuja obra e incansável labor académico muito admiro. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00214/2020 e SynAPse, PTDC/LLT-LIN/32086/2017.

angolanos e moçambicanos, representativos de duas gerações: autores nascidos no período colonial (o angolano Pepetela e os moçambicanos Mia Couto e Paulina Chiziane) e autores nascidos após a independência dos seus países (o angolano Ondjaki e o moçambicano Lucílio Manjate). Os resultados do estudo mostram que a próclise tem uma presença mais forte nas obras dos autores angolanos do que dos autores moçambicanos, sugerindo que a mudança no sentido da generalização da próclise está mais avançada, socialmente difundida e aceite no português angolano do que no português moçambicano, embora seja visível em ambos. É nos domínios não finitos que o contraste entre as duas variedades africanas é mais forte. Não só a frequência da próclise ao infinitivo é mais elevada no corpus de português angolano como só aí se atesta a próclise ao participio passado. Na comparação entre as duas gerações de escritores vê-se um forte crescimento da próclise ao infinitivo entre Pepetela e Ondjaki e é nas obras de Ondjaki que ocorre a próclise ao participio passado. Já relativamente ao corpus de português moçambicano parece ver-se uma regressão no avanço da próclise entre Mia Couto e Manjate. Uma observação mais atenta de *Rabhia*, de Manjate (2017), sugere que falantes jovens com um nível de educação alto poderão percecionar o espraçamento da próclise como um traço socialmente marcado.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Próclise; português angolano; português moçambicano; abordagem comparativa; variação; mudança linguística.

### 1. Introdução: objetivos e corpus de trabalho (dois lugares, duas gerações)

O escritor angolano Ondjaki (nascido Ndalú de Almeida na Luanda pós-colonial) tem usado o termo "língua desportuguesa" para identificar o português não constrangido pela norma portuguesa (ou seja, a norma linguística de Portugal). Nas palavras de Ondjaki, a língua desportuguesa não é "de dicionário" (e quem diz dicionário poderia dizer gramática, ou ambos), é "a língua portuguesa mas com a influência das modalidades, do ritmo, da loucura que é a língua portuguesa de Angola".<sup>2</sup>

A língua desportuguesa é a celebração quieta, e digo quieta porque não é uma celebração contra alguém, é uma celebração de

---

<sup>2</sup> Veja-se a entrevista concedida pelo escritor no âmbito do I Festival das Culturas da UNILAB (19-22 de julho de 2016) em <https://unilab.edu.br/2016/07/25/entrevista-escritor-ondjaki-conta-sobre-sua-escrita-influencias-e-relacao-com-a-lingua-portuguesa/>. Pode entender-se igualmente como ideia de *desportuguesamento* da língua portuguesa a seguinte declaração do escritor moçambicano Lucílio Manjate (nascido no Maputo em 1981): "a publicação de autores africanos que escrevem em português é importante porque permite edificar esta língua também africana por herança e direito histórico". <https://www.noticiasominuto.com/cultura/756655/a-literatura-nao-permite-conceber-ilhas-diz-lucilio-manjate>



cada um, uma celebração quieta daquilo a que Mía Couto chamou uma vez de "a minha língua portuguesa". Ele disse: "A minha pátria é a minha língua portuguesa". Achei isso muito bonito, a maneira de ele desconstruir coisas grandes como uma frase de Fernando Pessoa e, ao mesmo tempo, dizer de maneira delicada exactamente aquilo que queria dizer. A língua desportuguesa é de facto a língua de liberdade estética. Não creio que deva haver uma língua desportuguesa nos dicionários para ensinar às crianças, não é disso que falo, não é aí que eu opero. Eu não opero com língua de dicionário, eu opero com língua de barro. E a língua do dicionário não é de barro. <https://www.publico.pt/2020/12/12/culturaipsilon/noticia/ondjaki-nao-opero-lingua-dicionario-opero-lingua-barro-1942247>

Na entrevista concedida ao jornal O Público, em 12.12.2020, da qual se extrai a citação acima, Ondjaki esclarece que a língua desportuguesa não é só de Angola, antes tem geografias diversas, podendo ser de qualquer dos lugares em que se fala português.<sup>3</sup> Mas na tetralogia de fundo autobiográfico que retrata pelos olhos do pequeno Ndalú a vida na Luanda dos anos 80 (Ondjaki 2003, 2007, 2008, 2020) a língua desportuguesa corresponde ao "português angolano", "português de Angola" ou apenas "angolano".

– Há dez anos aqui e nunca aprendeu o português de Angola. Estes soviéticos são uma vergonha do socialismo linguístico – a Avó Catarina falou. (Ondjaki 2008: 27)

O português angolano do Camarada Botardov era mesmo muito engraçado, mas nós tínhamos conseguido descodificar. (Ondjaki 2008: 28)

O Camarada Bilhardov saiu com cara desanimada e não fez nenhuma piada

---

<sup>3</sup> A citação acima continua:

A língua de Barros, de Manoel de Barros, essa também é desportuguesa. A língua de Guimarães [Rosa], a língua de Mía [Couto], a língua de [José] Luandino [Vieira], a língua do guineense Abdulai Silla, mesmo, de vez em quando, a língua do moçambicano Luís Bernardo Honwana e do Manuel Rui. Esses andavam a praticar há muitos anos uma certa língua desportuguesa. A língua desportuguesa é uma espécie de máscara de Zorro ou de subcomandante Marcos. Ela não é minha, não é tua, não é de ninguém. Poderá haver um autor português, um autor timorense, um nigeriano que aprenda português, mas que queira escrever com língua desportuguesa. <https://www.publico.pt/2020/12/12/culturaipsilon/noticia/ondjaki-nao-opero-lingua-dicionario-opero-lingua-barro-1942247>

no português angolano dele falado com sotaque soviético (Ondjaki 2008: 118)

- Acho que não foi bem isso que ele disse.
- Mais ou menos. Também ele fala só à toa.
- Mas fala à toa em cubano enquanto nós só falamos à toa em angolano. (Ondjaki 2008: 123)

Quando Ndalú fala ao telefone com o primo português, filho da tia Dada, que vive em Portugal, ri-se do português “dos tugas”, este designado na tetralogia por “língua portuguesa” ou apenas “português” e visto como distinto do português angolano tanto pelas crianças como pelos mais velhos, ainda que com perspetivas diferentes.

estórias da PraiaDoBispo no tempo dos tugas, com menos poeira que agora e as pessoa parece que falavam diferente (Ondjaki 2008: 116)

O telefone tocou. Fui a correr, estava convencido de que era a tia Dada. Eu não lhe conhecia, mas já tinha falado com ela muitas vezes ao telefone, então era muito engraçado, porque eu só conhecia a voz dela. Uma vez ela pôs-me a falar com o filho dela, e passámos a tarde toda a rir, eu e as minhas irmãs, por causa da maneira como ele falava. Eu quase nem conseguia responder, estive quase pra me atirar no chão de tanto rir, até a minha mãe teve de dizer que eu estava com cólicas na casa de banho. A minha tia dava menos vontade de rir, porque ela falava muito devagar, tinha assim, como dizem os mais velhos – e o Cláudio não me pode ouvir a dizer isto –, ela tinha uma “voz doce”. (Ondjaki 2003: 24)

- Não, SenhorTuarles, estávamos só numa missão também aí.
- “Também aí”? Que português é esse que andam a vos ensinar na escola? Ahn? (Ondjaki 2008: 99)
  
- Avó, eles vão desplodir todas as casas, né?
- Diz-se explodir, filho, não fales assim que as pessoas pensam que não sabes falar português.

- Gosto mais de dizer “desplodir”, fica mais uma palavra de rebentar mesmo, explodir parece uma chama devagarinho.
- Está bem, mas dizes só em casa essas tuas palavras inventadas. (Ondjaki 2008: 119)
  
- Mas diz-se “halofote” ou “holofote”?
- Diz-se “aquela luz grande que ilumina o lugar onde nós queremos passar sem sermos apanhados”, seu espertinho!
- Calma só, foi só uma dúvida de língua portuguesa.  
(Ondjaki 2008: 156)

No livro *Bom Dia Camaradas*, o narrador-personagem Ndalú refere com humor e sensibilidade sociolinguística um traço particular do português angolano, a colocação antes do verbo (proclítica) de um pronome pessoal átono que “os tугas” colocam depois do verbo (enclítico).

- Então ele só abana quando eu abro a janela... E não se abana, pai, não é bem abanar...
- Então é o quê? – fez-me um sinal com o dedo para eu começar a comer a torrada.
- É espreguiçar... o abacateiro está a espreguiçar-se... – ao dizer “espreguiçar-se” eu afinei, como fazem os tугas, porque o normal era eu dizer “a se espreguiçar”.  
(Ondjaki 2003: 82)

Neste trabalho observaremos precisamente aspetos da colocação dos pronomes clíticos enquanto indicadores de características do português angolano e do português moçambicano suficientemente consolidadas para terem expressão na língua literária.<sup>4</sup> O corpus estudado é o que se identifica no Quadro 1 e inclui, tanto para Angola como para Moçambique, escritores representativos de duas gerações: os nascidos no período colonial (o angolano Pepetela na década de 40, os moçambicanos Mia Couto e Paulina Chiziane na década de 50) e os nascidos após a independência

---

<sup>4</sup> Gonçalves (2000) descreve traços do português angolano e do português moçambicano refletidos nas obras literárias dos escritores Luandino Vieira (Angola) e Mia Couto (Moçambique), mas não se ocupa da colocação dos pronomes clíticos. Mia Couto é um dos autores que integra o corpus estudado no presente artigo.

dos seus países (o angolano Ondjaki e o moçambicano Lucílio Manjate). A abordagem comparativa a adotar permitirá, assim, não só comparar entre si as variedades do português angolano e moçambicano, e estas com a variedade europeia, mas também observar possíveis diferenças geracionais dentro de cada uma das duas variedades africanas. Todas as obras que integram o corpus foram publicadas depois da independência de Angola e de Moçambique e são maioritariamente do século XXI (exceptua-se o livro de Mia Couto *Cada homem uma raça* que teve a sua primeira edição em 1990).<sup>5</sup> Pepetela, Ondjaki, Mia Couto e Lucílio Manjate têm o português como língua materna,<sup>6</sup> enquanto Paulina Chiziane tem o chope, tendo aprendido o português na escola.<sup>7</sup> Na observação dos dados a realizar nas secções 2 e 3 esta diferença será tida em consideração.

---

<sup>5</sup> Mutali (2019) analisou a colocação dos pronomes clíticos em duas obras de Pepetela separadas por algumas décadas. Em *Mayombe*, escrito em 1970-71 e publicado em 1980, a colocação dos clíticos é integralmente a do português europeu, enquanto em *A Sul. O Sombreiro* apresenta traços bem marcados do português angolano. Isso mostra a importância da data de produção/publicação das obras para os autores nascidos no período colonial.

<sup>6</sup> Embora não a tenha encontrado informação explícita sobre a língua materna de Lucílio Manjate, deduzo ser o português da seguinte citação:

O autor diz fazer parte de "uma geração a quem lhe foi negada a possibilidade de falar em língua bantu" e que, exatamente por isso, "procura, hoje, resgatar algo que nunca teve, mas que faz parte do seu imaginário: as línguas bantu e toda a sabedoria que elas encerram, porque os nossos pais, tios e avós falavam nessas línguas, mesmo na nossa presença." <https://www.noticiasominuto.com/cultura/756655/a-literatura-nao-permite-conceber-ilhas-diz-lucilio-manjate>

<sup>7</sup> Em entrevista publicada na *Revista Estudos Feministas*, vol. 26, nº 2, Florianópolis, 11.06.2018 (<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245904>), diz Paulina Chiziane:

**T:** Eu gostaria de saber como era a sua relação com a língua portuguesa na infância...

**P:** Foi muito conflituosa, porque eu venho de uma família que não queria saber da língua portuguesa, portanto eu nunca falei português em casa dos meus pais. Comecei a falar português na escola e, então, foi muito difícil a adaptação na escola para uma criança que não sabia nada da língua portuguesa...

**T:** E que não entendia também o significado daquilo...

**P:** Levou tempo, levou tempo, e acho que três anos depois já falava um pouco melhor etc. E fui evoluindo, crescendo e aprendendo na língua portuguesa, mas a língua materna ficou bem no fundo.

**T:** O chope, não é?

**P:** Sim, o chope.

**T:** Você fala o ronga também?

**P:** Falo, não tão bem. O changane, não tão bem, mas o chope falo perfeitamente.

QUADRO 1 - Autores e obras estudados

Autor	Data de nascimento	Lugar de nascimento	Língua materna	Obra	1º ed.
<b>Pepetela</b>	1941	<b>Angola</b> (Benguela)	português	<i>A Sul. O sombreiro</i>	2011
<b>Ondjaki</b>	1977	<b>Angola</b> (Luanda)	português	<i>Bom dia camaradas</i>	2003
				<i>Os da minha rua</i>	2007
				<i>Av Dezanove e o segredo do sovi tico</i>	2008
				<i>A bicicleta que tinha bigodes</i>	2011
				<i>O livro do deslembramento</i>	2020
<b>Mia Couto</b>	1955	<b>Moçambique</b> (Beira)	português	<i>Cada homem uma raça</i>	1990
<b>Paulina Chiziane</b>	1955	<b>Moçambique</b> (Manjacaze)	chope	<i>Niketche. Uma hist ria de poligamia</i>	2004
<b>Lucílio Manjate</b>	1981	<b>Moçambique</b> (Maputo)	português	<i>Rabhia</i>	2017

Os dados correspondentes a cinco das nove obras que integram o corpus foram extraídos de trabalhos de outros autores. A colocação dos pronomes clíticos em *A Sul. O sombreiro* (Pepetela) e *Os da minha rua* (Ondjaki) foi estudada na tese de mestrado de Henrique Mutali (2019), a cujos anexos recorri para extração dos dados. No seminário de Linguística Histórica que lecionei no ano letivo de 2020-21, os meus alunos Maren Stilz, Yang Quan e Consuelo Browne estudaram a colocação dos pronomes clíticos, respetivamente em *Av Dezanove e o segredo do sovi tico* (Ondjaki), *Cada homem uma raça* (Mia Couto) e *Niketche. Uma hist ria de poligamia* (Paulina Chiziane). Os três trabalhos, tal como a tese de Mutali (2019), encontram-se listados nas referências bibliográficas.

No português angolano, o alargamento da próclise a contextos sintáticos que não a permitem no português europeu tem sido descrito por diversos autores (e.g. Chavagne 2005, Inverno 2009a,b, Gerhards 2018, Mutali 2019),

enquanto outros põem a tónica na instabilidade da colocação pronominal e aparente generalização da variação próclise/ênclise independentemente do contexto sintático (e.g. Soma Adriano 2015, Hagemeyer 2016). No presente artigo interessa-me perceber até que ponto o alargamento da próclise, em linha com o primeiro grupo de autores e com o "*a se espreguiçar*" de Ondjaki, ganhou espaço na língua literária em Angola e, possivelmente, Moçambique. Naturalmente não deixarei de verificar se também se vê no corpus estudado a expansão da ênclise, em linha com a ideia de variação generalizada na colocação dos pronomes clíticos de autores como Hagemeyer (2016).

A secção 2 é dedicada à colocação dos pronomes clíticos em frases finitas e mostrará que a expansão da próclise em frases afirmativas sem itens "proclisadores" (i.e. palavras ou constituintes que quando precedem o verbo induzem a próclise) tem frequência elevada no conjunto das obras estudadas (tanto de escritores angolanos como moçambicanos), enquanto a frequência da ênclise em orações subordinadas, frases negativas e afirmativas com proclisadores é globalmente marginal, tendência de que, no entanto, destoa o moçambicano Lucílio Manjate. Notam-se diferenças geracionais tanto entre os escritores angolanos como entre os escritores moçambicanos, mas as diferenças são mais acentuadas para Moçambique e parecem envolver questões de percepção sociolinguística. A secção 3 trata da colocação dos pronomes clíticos nos domínios não finitos (sobretudo infinitivo simples e participio passado). Nestes contextos sintáticos, há uma diferença clara entre os textos angolanos e os moçambicanos, sendo a expansão da próclise mais expressiva nos primeiros do que nos segundos. A diferença geracional entre os dois autores angolanos surge neste caso bem marcada e manifesta-se em sentido oposto ao que se observa nos domínios finitos: na cliticização ao verbo finito, Pepetela é mais proclisador que Ondjaki; na cliticização ao infinitivo simples Ondjaki é mais proclisador que Pepetela e só em Ondjaki se atesta próclise ao participio passado. A secção 4 conclui o artigo, sintetizando os resultados do estudo e identificando possíveis linhas de pesquisa.

## 2. Próclise/ênclise em frases finitas na língua literária de Angola e Moçambique

O quadro 2, abaixo, mostra a frequência da próclise e da ênclise ao verbo finito em dois tipos de contexto. Na metade esquerda do quadro estão representados os contextos em que no português europeu padrão teríamos necessariamente ênclise (frases afirmativas que não incluem, a preceder o verbo, itens desencadeadores de próclise – cf. Martins 2013, 2016). Na metade direita do quadro estão representados os contextos que apresentariam necessariamente próclise no português europeu padrão (frases negativas, frases afirmativas com proclisadores e orações subordinadas). Os dois tipos de configurações sintáticas estão exemplificados, respetivamente, pelo par de frases (1)-(2), por um lado, e o par (3)-(4), por outro. Cada exemplo corresponde a uma das colunas do quadro (a ordem crescente dos exemplos segue a orientação da esquerda para a direita no quadro).

- (1) – Ndalú, vai buscar um prato e os talheres para o Abranches comer no próprio prato dele  
 a minha mãe *me disse* com voz de ordem (Ondjaki 2020: 39)
- (2) – e sendo no teu próprio prato, fica ainda melhor  
 a minha mãe *piscou-me* o olho (Ondjaki 2020: 37)
- (3) Acho que ela *se assustou* e ficou quietinha (Ondjaki 2003: 56)
- (4) – Acho que ela *trouxe-te* uns sapatos bem bonitos (2003: 52)

QUADRO 2 - Próclise/ênclise em frases finitas não-V1 (português angolano)

	afirmativas s/ proclisadores		negativas, subordinadas, afirmativas c/ proclisadores	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
Pepetela (2011)	275 (66,7%)	137 (33,3%)	729	0
Ondjaki (2003)	9 (7,6%)	109 (92,4%)	125 (94,7%)	7 (5,3%)
Ondjaki (2007)	22 (22%)	88 (88%)	87 (98,9%)	1 (1,1%)
Ondjaki (2008)	51 (50,5%)	50 (49,5%)	203	0
Ondjaki (2011)	10 (55,6%)	8 (44,4%)	34	0
Ondjaki (2020)	29 (22,5%)	100 (77,5%)	179	0
TOTAL	396 (44,6%)	492 (55,4%)	1357 (99,4%)	8 (0,6%)

Um primeiro resultado muito claro que se extrai do quadro 2 é que a próclise ocorre com frequência muito significativa nas frases afirmativas sem proclisadores, estabelecendo uma clara diferenciação entre português angolano e português europeu. Pelo contrário, a presença da ênclise nos contextos que no português europeu exibem próclise obrigatória é marginal (globalmente, o número de ocorrências é inferior a 1%) não havendo neste domínio diferença significativa em relação ao português europeu. Admitindo que o português angolano está a evoluir no sentido da generalização da próclise (um caminho que já foi feito pelo português brasileiro), este é exatamente o quadro esperado. Olhando agora para aspetos de variação no corpus, vemos que há mais próclise em Pepetela do que em Ondjaki nas frases afirmativas sem proclisadores e que há diferenças entre os textos de Ondjaki nos dois tipos de contextos considerados. A primeira diferença poderia ser tida por geracional e indicativa de uma travagem na tendência para a expansão da próclise (os 66,7% de próclise de Pepetela comparam com uma oscilação em Ondjaki que, abstraindo do livro publicado em 2003, se situa entre os 22% e os 55%). Embora seja arriscado fazer interpretações com base num corpus tão reduzido (e que tenho bem presente que é um corpus de língua literária), talvez em *A Sul. O Sombreiro*, de Pepetela, vejamos um uso mais vincado da próclise como marca identitária do português angolano (cf. a nota 4 acima), sendo a diferença entre os dois autores sugerida pelo corpus apenas estilística. Comparando entre si os textos de Ondajki, é o mais antigo, *Bom Dia Camaradas*, que se singulariza, quer por apresentar a percentagem mais baixa de próclise em frases afirmativas sem proclisadores quer pelas 7 ocorrências de ênclise em orações subordinadas (3 completivas, 2 relativas, 1 clivada, 1 consecutiva), que comparam com a inexistência de tal colocação nas obras posteriores. Ter-se-á acentuado, depois de 2003, o à vontade com que Ondjaki escreve em língua desportuguesa? Outra interpretação arriscada, que vale o que vale.

Enquanto o quadro 2 nos dá os valores da próclise e da ênclise nas frases finitas em que o verbo não ocupa a primeira posição na frase, o quadro 3, a que correspondem os exemplos (5) e (6) mostra-nos esses valores nas frases com verbo inicial. Esta separação na quantificação dos dados justifica-se por se saber que, historicamente, nas línguas românicas em



que a próclise se generalizou nas frases finitas (espanhol, catalão, italiano, francês), as frases com verbo inicial constituíram um contexto de resistência à mudança. Por outro lado, no português brasileiro, que desde há muito alargou a próclise a todos os contextos sintáticos, as frases com verbo inicial são as que, na língua escrita, por pressão prescritiva, mais conservam a colocação enclítica. Comparando entre si os quadros 2 e 3 verificamos que embora os valores da próclise sejam um pouco mais baixos nas frases com verbo inicial, a diferença não é grande. Ou seja, a percentagem de próclise nos contextos que permitem ver a mudança (da ênclise para a próclise) é muito significativa tanto nas frases V1 (globalmente 41,7%) como nas frases não-V1 (globalmente, 44,6%), o que interpreto como indicador de que a distinção entre os dois tipos de configuração sintática não é relevante para compreender a mudança que está em curso no português angolano.

(5) – bom salto!

*Ihe disse* (Ondjaki: 2020, 122)

(6) – *diz-me*

– o quê, camarada professora? (Ondjaki 2020, 124)

QUADRO 3 - Próclise/ênclise em frases finitas V1 (português angolano)

	Próclise	Ênclise
Pepetela (2011)	77 (58,8%)	54 (41,2%)
Ondjaki (2003)	2 (11,1%)	16 (88,9%)
Ondjaki (2007)	0	26
Ondjaki (2008)	7 (24,1%)	22 (75,%)
Ondjaki (2011)	2 (33,3%)	4 (66,7%)
Ondjaki (2020)	8 (40%)	12 (60%)
TOTAL	96 (41,7%)	134 (58,3%)

Faremos agora um percurso idêntico para o português moçambicano, tal como se apresenta no corpus estudado. O quadro 4 tem a mesma estrutura que o quadro 2 e as colocações dos clíticos por contexto sintático relevante estão exemplificadas, seguindo no quadro a orientação da esquerda para a

direita, pelas frases em (7)-(8), por um lado, e (9)-10), por outro.<sup>8</sup>

- (7) Não. Eu sou taxista, ela *me chamava* quando precisava de boleia. (Manjate 2017: 61)
- (8) Nada. Quer dizer, eu não sei, apenas fiz o de sempre. Ela *ligou-me* e eu dei boleia a ela e ao seu cliente. (Manjate 2017: 62)
- (9) a. A trabalhar também *se aprende*, camarada! (Manjate 2017: 10)  
b. Quando ela *se voltou*, percebi que tinha sentido o meu olhar, foi aí que descobri que era cega. (Manjate 2017: 54-55)  
c. Agora é um homem sem rotina, dado aos sabores que ainda *lhe reserva* o parco cabelo grisalho na calvície sempre suada por causa do uísque. (Manjate 2017: 10)
- (10) a. Ela também *recebia-me*, mas considerava-se imprópria para mim. (Manjate 2017: 97)  
b. Quando o velho Muzivhi *calou-se*, a multidão hipnotizada virou a cabeça lentamente (Manjate 2017: 22)  
c. Mal abriram a porta do gabinete, a secretária, que ainda *achava-se* pregada ao televisor, colocou-se de pé e perguntou “Como foi?!” (Manjate 2017: 48)

QUADRO 4 - Próclise/ênclise em frases finitas não-V1 (português moçambicano)

	afirmativas s/ proclisadores		negativas, subordinadas, afirmativas c/ proclisadores	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
Mia Couto (1990)	444 (74,1%)	155 (25,9%)	371 (99,2%)	3 (0,8%)
Chiziane (2003)	164 (20%)	657 (80%)	965 (99,6%)	4 (0,4%)
Manjate (2007)	32 (9,9%)	290 (90,1%)	217 (87,1%)	32 (12,9%)
TOTAL	640 (36,7%)	1102 (63,3%)	1553 (97,6%)	39 (2,4%)

<sup>8</sup> Para a variação entre próclise e ênclise em frases finitas, não-V1, vejam-se adicionalmente os seguintes exemplos, que exibem as duas colocações bem perto entre si:

(i) a matrona *aproxima-se* e a *toma* nos seus braços (Manjate 2017: 39)

(ii) Sim, *conheço-a* e a *comi* várias vezes. Mas não a matei. (Manjate 2017: 89)

Uma primeira observação se torna óbvia analisando os dados do quadro 4: há um grande contraste entre Mia Couto, que representa a geração nascida no período colonial, e Manjate que representa a geração pós-colonial (já falarei de Chiziane). O contraste não vai na direção que poderíamos esperar e é muito marcado, tanto nos contextos que são caracteristicamente de ênclise no português europeu como naqueles que são caracteristicamente de próclise. Enquanto os dados de Mia Couto se alinham bem com os de Pepetela, no quadro 2, os de Manjate não se alinham com os de Ondjaki, nem mesmo o Ondjaki de *Bom Dia Camaradas*, embora seja com este texto que a diferença é menor. Mais do que a frequência baixa da próclise em frases afirmativas sem proclisadores (9,9% contra os 74% de Mia Couto), o que chama a atenção no texto de Lucílio Manjate são as ocorrências de ênclise nos contextos que no português europeu são de próclise obrigatória. E não é aqui só uma questão de frequência mas também de distribuição (cf. (10) acima). A ênclise regista-se em *Rabha* (Manjate 2017) não só em orações subordinadas (completivas, relativas, temporais de *quando* e *enquanto*, clivadas, causais), mas também em frases com marcadores de foco (*também*, *at*, *s*, *apenas*) ou quantificador (*tudo*) a preceder o verbo e numa interrogativa *qu-* (*E com que autoridade eu aponteilhe aquela arma?*, Manjate 2017: 78).<sup>9</sup> Antes de propor uma explicação para estes dados, que parecem pôr o português moçambicano numa rota regressiva relativamente à expansão da próclise, vejamos o que nos mostram as frases em que o verbo ocupa a primeira posição na frase. Os dados estão organizados no quadro 5 e exemplificados pelas frases em (11) e (12).

- (11) a. Eu conheço. *Lhe apanhei lááá*, na Baixa, a chorar; *lhe dei* cama, comida, *lhe dei* tudo. (Manjate 2017: 46)  
b. Dali mesmo, cara, daquela dependência. *Nos cruzamos* umas vezes (Manjate 2017: 106)
- (12) a. *Preocupava-lhe* a timidez ou o medo que o aprendiz de curandeiro parecia denunciar sempre que encarava o agente Sthoe. (Manjate 2017: 83)  
b. Por que faria isso? *Interessava-me* apenas que tomasses a iniciativa de ir até lá (Manjate 2017: 103)

---

<sup>9</sup> As 3 ocorrências de ênclise em Mia Couto distribuem-se por uma subordinada relativa, uma interrogativa *qu-* e uma frase negativa. Deste modo, apesar de a percentagem de ocorrências ser marginal, há uma convergência com Manjate e divergência relativamente aos autores angolanos que apenas registam ocorrências de ênclise, nos contextos relevantes, em orações subordinadas.

QUADRO 5 - Próclise/ênclise em frases finitas V1 (português moçambicano)

	Próclise	Ênclise
Mia Couto (1990)	36 (25,7%)	104 (74,3%)
Chiziane (2003)	0	530
Manjate (2007)	6 (9,7%)	56 (90,3%)
TOTAL	42 (5,7%)	690 (94,3%)

Quando comparámos entre si os quadros 2 e 3, concluímos que o corpus do português angolano não revela diferença significativa entre frases V1 e não-V1 no que diz respeito à colocação dos clíticos. O mesmo se pode dizer se compararmos os dados de Manjate nos quadros 5 e 6. O mesmo não acontece relativamente aos outros dois autores moçambicanos, o que se vê bem em Mia Couto (os 74% de próclise nas frases em que o verbo não ocupa a primeira posição descem par 25,7% nas frases V1), mas é particularmente notório em Chiziane. Em Mia Couto temos talvez o tipo de efeito decorrente de pressão normativa que também se vê no português brasileiro escrito. Em Chiziane, que não tem próclise em frases V1 e tem menos próclise do que Mia Couto nas frases não-V1, embora sejam da mesma geração, pode estar em causa o mesmo efeito mas com maior impacto por Chiziane não ser falante nativa do português, tendo-o aprendido em contexto escolar (cf. nota 6). Um padrão semelhante foi observado por Mutali (2019) relativamente a Gociante Patissa, escritor angolano que tem o umbundu como língua materna. Comparativamente a Pepetela e Ondjaki, revelou-se o mais 'conservador', isto é, o menos distanciado do português europeu relativamente à colocação dos pronomes clíticos.

Voltando agora aos dados de Manjate no quadro 4, impõe-se perguntar se serão indicativos de que o português moçambicano, contrariamente ao português angolano, não evoluirá afinal no sentido da generalização da próclise (os dados parecem mais condizentes com a hipótese de instabilidade generalizada de Hagemeijer 2016). A minha resposta cautelosa é negativa. O que pode estar a acontecer é que uma geração mais jovem de escritores (se é que os dados de Lucílio Manjate não são idiossincráticos) terá uma perceção sociolinguística da próclise já não como marca identitária mas antes como indicador de baixa escolaridade. O excerto de *Rabha* que transcrevo a seguir aponta nesse sentido. A personagem Margarida aparece

apenas ocasionalmente ao longo do texto, embora tenha um papel central na trama narrativa. Cinco das seis ocorrências de próclise em posição inicial aparecem na fala desta personagem (cf. (11a) acima). Na sequência textual que transcrevo, a prostituta analfabeta Margarida revela-se afinal uma agente secreta. Enquanto mantém o disfarce usa vários indicadores linguísticos para o suportar, entre eles, a próclise. Quando revela a sua verdadeira identidade, fá-lo mudando de registo linguístico e produzindo até uma subordinada com ênclise. No excerto abaixo transcrito, destaco a *itálico* as ocorrências relevantes de próclise, as observações sobre o português falado por Margarida no momento em que abandona o disfarce e a subordinada finita com pronome enclítico.

O recém-chegado aproximou-se mais da senhora, subiu o primeiro dos três degraus que davam à entrada da casa, olhou-a nos olhos e disse:

“A senhora não se lembra de mim?”

A prostituta cerrou os olhos e o peito começou a arquejar. Bernardo Sozinho tirou uma fotografia de Rabhia, colocou-a a um palmo do rosto de Margarida e atacou:

“Eu venho falar da morte desta jovem.”

Margarida voltou a abrir os olhos, arrancou a fotografia da mão do agente, cuspiu nela e atirou-a ao chão.

“Essa é muito puta.”

“Mas a senhora é que lhe ensinou”, disse Bernardo Sozinho depois de apanhar a fotografia com as impressões digitais da velha. Margarida apercebeu-se que os vizinhos aproximavam-se atraídos pela discussão e entrou, deixando a porta aberta. Bernardo Sozinho acompanhou-a e fechou a porta.

História dessa aí você não conhece. Senta. Até estás bem-apegoado! Quer vinho? Bernardo fez que não enquanto tratava de proteger a fotografia no equipamento que trazia na pasta de costas.

Rabhia *lhe salv*e a vida, mas, puta ingrata, roubou meus clientes. *Lhe apanhei* na Baixa, a chorar, disse um senhor Boanar... trabalha lá na Baixa, no Salim. Quem é Salim? Tem loja de lâmpada, na Baixa. Esse Boanar *lhe levou* de Nampula por causa dessa guerra. Fugiram, mas depois *lhe esqueceu* na Baixa. Eu *lhe apanhei*, cuidei-lhe e *lhe ensinei* tudo. Clientes vinham aqui

por nossa causa, mas eu já estou velha, mas a casa é minha. Discuti porque dizia dinheiro era pouco, então eu disse vai-te embora. Sthoe mais aquele amigo dele vinham aqui, todos dias, e outros...

Bernardo Sozinho achou estranho que Margarida falasse do mestre naquele tom, com aquele à vontade, como se soubesse que o mestre o tivera dito que frequentara a casa.

...por isso ela começou confusão de dinheiro, mas eu disse a casa é minha vai te embora. Não foi sozinha, levou meus clientes. Não sou nova no negócio, só estou velha, por isso abuso não gosto.

Por isso a senhora a matou?

Cada um mata como pode. Eu também já morri. E quem me matou? Foi quem? Rabhia. Você *me prende*? Não sou pequena, saio amanhã pra rir na tua cara. Essa morte não interessa. Ou vou-te falar mortes de verdade? Queres ver? Você nem me conhece, só vem aqui, diz vai-me prender. *Me prende l* .

Porquê teu chefe não veio contigo? *Lhe pergunta*. Sabe aqui não é fácil, afinal é primeira vez? Acha ele gosta de ti? Tem medo.

Medo?

Sim, medo.

Medo de quê?

De teu tio.

Meu tio?! A senhora conhece meu tio? Qual meu tio?

Margarida soltou uma gargalhada estrondosa e disse Vanimal, teu tio Vanimal. Não é esse o nome?

É, disse Bernardo Sozinho, confuso.

E como achas sei?

Bernardo Sozinho calou-se agora assustado.

*simples, estivemos todos em Niassa, na guerra.*

*A senhora... a senhora afinal fala...*

*Se falo bem o Portugu s?, disse Margarida a rir-se. Agora imagina que aqui ningu m sabe. Faz parte do disfarce. Aqui n o passo de uma prostituta analfabeta. o meu trabalho, pagam-me para isso, para manter a ordem neste bairro e na Baixa, já agora. Para manter até uma ordem nacional, se for necessário. Estou a instruir outras putas como eu, mas não vivem da fornicção, nenhuma de nós vive da fornicção. verdade que isso muda-nos um pouco*

o carácter, ossos do ofício, ficamos como que loucas. (Manjate 2017, *Rabhia*, pp. 113-115)

Algumas notas adicionais antes de concluir esta secção. Nas falas de Margarida contidas neste excerto há 9 ocorrências de próclise e 4 de ênclise em frases afirmativas sem proclisadores, muito acima da percentagem de próclise na totalidade do texto. Mas tendo em conta que o trabalho editorial de revisão do livro é muito deficiente, apresentando o texto muitas gralhas, podemos até perguntar-nos se alguns dos hífen indicadores de ênclise (e.g. *vou-te falar*, *vai-me prender*) serão do autor ou da revisora. Parece, de facto, improvável que seja do autor a variação entre *vai-te embora* e *vai te embora* (ver acima). Indicadores linguísticos que servem o disfarce de Margarida são, entre outros, a concordância, a omissão de determinante, complementador e pronome reflexivo ou o uso do pronome *lhe* com verbos transitivos diretos (*lhe salvei*, *lhe apanhei*, *lhe levou*). Este último traço, que tem sido descrito como característico do português moçambicano e angolano (está muito presente em Ondjaki), aparece pouco ao longo de *Rabhia* (mas veja-se (12a) acima). No texto do narrador e nas falas do personagem-narrador, Bernardo Sozinho, é frequente aparecer, pelo contrário, o pronome acusativo a substituir o dativo (como, acima, em *Bernardo Sozinho achou estranho que Margarida falasse do mestre naquele tom, com aquela vontade, como se soubesse que o mestre o tivera dito* [= *lhe tinha dito*] *que frequentara a casa*).<sup>10</sup> Esta peculiaridade linguística do texto de Manjate leva-me a pensar se o alargamento da ênclise a contextos tipicamente proclíticos, em contraponto a uma incidência forte da próclise, poderá ser também uma estratégia de demarcação relativamente a registos linguísticos sentidos como socialmente marcados.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Outros exemplos de clítico acusativo em lugar de dativo:

(i) tudo graças à argúcia do pai, Segundo Sthoe, em convencer a Conservatória portuguesa a *coloc -lo* o nome de um antepassado-avô (Manjate 2017: 14)

(ii) Dona Margarida, senhora de feio verbo, segundo os cabralenses que a *puseram* a alcunha (Manjate 2017: 18)

(iii) Mas vendo que o velho não o *respondia* [= *lhe respondia*], embora o observasse muito atento, Sthoe insistiu (Manjate 2017: 23)

(iv) O Comandante Vanimal não descansou enquanto não o *garantissem* que o sobrinho, inapto, haveria de ser convocado ao treinamento militar em Nacala-Porto (Manjate 2017: 52)

<sup>11</sup> Numa entrevista que teve lugar no Maputo em 2011, transcrita e publicada em 2016, Lucílio Manjate produz algumas orações subordinadas com ênclise:

(i) Aliás, saber quem sou é uma pergunta que eu *faço-me* constantemente. (Khan, Falconi & Krakowska 2016: 316)

(ii) E eu acho que é esta tensão que me move de uma forma de desabafo de dizer que *considero-me*, pessoalmente, fora da literatura (Khan, Falconi & Krakowska 2016: 316)

### 3. Próclise/ênclise com infinitivo, gerúndio e participípio passado na língua literária de Angola e Moçambique

As frases (13)-(14), por um lado, e (15-16), por outro, exemplificam as colocações próclítica e enclítica nos contextos sintáticos representados no quadro 6, dedicado à cliticização ao infinitivo simples, distinguindo entre orações infinitivas não introduzidas por preposição ou introduzidas pela preposição a e orações infinitivas introduzidas por outras preposições.<sup>12</sup>

- (13) a. o Bruno Viola vai estar a rir no portão antes de a mãe dele vir cá fora *lhe ralhar* (Ondjaki 2020, 68-69)  
 b. um cóboi já não pode se *dar* de herói, fica só esperto: as poucas balas, o tiro de acertar quem afinal ia *lhe matar* (Ondjaki 2020, 49)  
 c. – vamos *s’atirar* – o Bruno gritou (Ondjaki 2020, 124)  
 d. Com a minha avó e prima lá em casa, a minha mãe ia mais *lhe convidar* para almoçar? (Ondjaki 2003: 125)  
 e. já tinham nos dado surra nos skates e também nas damas andavam a *nos ganhar* (Ondjaki 2020: 91)
- (14) a. o meu pai quis *ver-me* a entrar na sala de aula, cumprimentou uma senhora e ainda veio falar comigo (Ondjaki 2020: 22)  
 b. é só ir lá avisar que o Lobo se esqueceu dela e perguntar se ela quer ir ao Mussolo ou se podem ir *busc -la* amanhã (Ondjaki 2020: 162)  
 c. ficou parada, à espera, a *ver-me* chegar até ao meio da piscina (Ondjaki 2020: 124)
- (15) a. ela disse que sim só *para me despachar*, ia toda contente de mãos dadas com o Mateus (Ondjaki 2007: 28)
- (16) b. a t-shirt estava tão molhada que voltei lá fora *para deix -la* já pendurada na corda (Ondjaki 2007: 132)

(iii) Mas eu também tenho um episódio, que também *faz-nos* pensar que a tradição no fundo não existe. (Khan, Falconi & Krakowska 2016: 320)

(iv) mas, se por um lado ele *chama-nos* atenção para cultivar essa mesma tradição, por outro lado ele diz assim (Khan, Falconi & Krakowska 2016: 321)

<sup>12</sup> Nas perífrases verbais com *estar* seguido de a-infinitivo, o pronome proclítico pode preceder a preposição:

(i) eu tou *t’a dizer* (Ondjaki 2020: 169)

(ii) ó tia, tou *ta dizer* (Ondjaki 2003: 62)

(iii) Tou *ta dizer* que ele num vem... (Ondjaki 2003: 89)

(iv) Epá *tô ta dizer*, ele tinha bom ângulo de visão... (Ondjaki 2003: 108)

(v) tou *ta dizer*, é verdade... (Ondjaki 2003:135)



QUADRO 6 - Próclise/ênclise em orações de infinitivo simples (português angolano)

	Ø-inf / a-inf		Prep-inf	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
Pepetela (2011)	90 (39%)	141 (61%)	134 (99,3%)	1 (0,7%)
Ondjaki (2003)	54 (78,3%)	15 (21,7%)	26	0
Ondjaki (2007)	27 (71,1%)	11 (28,9%)	23 (92%)	2 (8%)
Ondjaki (2008)	69 (77,5%)	20 (22,5%)	53	0
Ondjaki (2011)	12 (92,3%)	1 (7,7%)	6	0
Ondjaki (2020)	65 (80,2%)	16 (19,8%)	46	0
TOTAL	317 (60,8%)	204 (39,2%)	288 (99%)	3 (1%)

O quadro 6 mostra-nos que a próclise é mais frequente do que a ênclise nas orações infinitivas não preposicionadas ou introduzidas pela preposição *a* e que se generalizou nas orações infinitivas introduzidas por outras preposições, sendo aí a ênclise marginal.<sup>13</sup> Se compararmos a segunda e terceira colunas do quadro 6 com a segunda e terceira colunas do quadro 2 (têm em comum representarem contextos sintáticos que no português europeu são de ênclise obrigatória), vemos que a expansão da próclise está, no corpus estudado, mais avançada na cliticização ao infinitivo do que na cliticização às formas finitas do verbo. Há que notar, no entanto, que o quadro 6 revela uma diferença importante entre Pepetela e Ondjaki quanto à frequência da próclise nas infinitivas não preposicionadas ou com a preposição *a*: 39% em Pepetela contra, globalmente, 78% em Ondjaki. Esta diferença parece mostrar um avanço significativo da variante inovadora entre as duas gerações e também que a próclise ao infinitivo será sentida pelos escritores mais jovens como natural na língua literária (isto, claro, se não for afinal uma particularidade de Ondjaki).

Comparando os dados do corpus de português angolano com os do corpus de português moçambicano (veja-se o quadro 7 e os exemplos que o precedem), encontramos agora uma diferença muito clara. Mia Couto, Chiziane e Manjate apresentam todos valores relativamente baixos de próclise ao infinitivo não preposicionado ou com preposição *a*

<sup>13</sup> Uma das duas ocorrências de ênclise em *Os da Minha Rua* (Ondjaki 2007), poderia igualmente interpretar-se como um caso de próclise ao participio passado não fora a presença do hífen:

(i) Mesmo eu já tinha sido ralhado muitas vezes pelo meu pai, só por ter-lhe acordado na conta de umas pessoas chatas que tinham vindo lhe incomodar. (Ondjaki 2007, 36).

(globalmente, 4,7%, em contraste com os 60,8% dos autores angolanos). A percentagem de próclise sobe muito nas orações infinitivas introduzidas por outras preposições, mas fica ainda longe da próclise generalizada que se observa em Pepetela e Ondjaki (aqui os 66,4% de próclise do conjunto dos textos de escritores moçambicanos compara com 99% nos textos de autores angolanos). Chiziane volta a destoar de Mia Couto (e também de Manjate) pela elevada percentagem de ênclise com o infinitivo preposicionado. Sendo Mia Couto e Chiziane da mesma geração (ambos nasceram em 1955), coloca-se de novo a hipótese de que seja relevante para a interpretação dos dados o português ser língua materna ou língua segunda, mesmo tratando-se de escritores e língua literária.

- (17) a. e vamos *nos comer* uns aos outros (Manjate 2017: 46)  
 b. com tanta gaja boa por aí e tu vais *te apaixonar* logo por uma morta?  
 (Manjate 2017: 93)  
 c. O leitor deve *se perguntar* por que não tiraram as digitais do agente  
 Sthoe. (Manjate 2017: 109)
- (18) a. Vou *contar-vos* a história desta bela jovem... (Manjate 2017: 22)  
 b. Ó menina, vou *ensinar-te* uma coisa: uma puta diz apenas o que vale.  
 (Manjate 2017: 74)  
 c. Eu devia *libert -la* para morrer. (Manjate 2017: 116)
- (19) Comunicou o desejo *de se casar* com ela às estruturas superiores.  
 (Manjate 2017: 95-96)
- (20) Há muitas formas *de ser-se* superior, nesta vida. (Manjate 2017: 52)

QUADRO 7 - Próclise/ênclise em orações de infinitivo simples (português moçambicano)

	Ø-inf / a-inf		Prep-inf	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
Mia Couto (1990)	6 (8,7%)	63 (91,3%)	30 (85,7%)	5 (14,3%)
Chiziane (2003)	4 (2,3%)	167 (97,7%)	76 (56,7%)	58 (43,3%)
Manjate (2007)	5 (6,4%)	73 (93,6%)	36 (80%)	9 (20%)
TOTAL	15 (4,7%)	303 (95,3%)	142 (66,4%)	72 (33,6%)

Olhando para outros domínios não finitos (gerúndio e participío passado), confirma-se a mais rápida progressão da próclise no português angolano relativamente ao português moçambicano, pelo menos tanto quanto a língua literária nos deixa ver (acredito que seja reveladora do grau de consolidação da mudança, i.e., difusão na comunidade de falantes e aceitação transversal a diferentes grupos sociolinguísticos).

O indicador mais importante é a possibilidade de cliticização, em próclise, ao participío passado, inovação bem conhecida do português brasileiro, mas estranha à maioria das línguas românicas. Esta opção está bem representada em Ondjaki (frases em (23) e quadro 8) mas tem uma única ocorrência em Manjate (exemplo (25) e quadro 9). Que se trata de uma inovação recente (ou de uma aceitação recente da inovação) é sugerido pelo facto de nem Pepetela nem Mia Couto nem Chiziane apresentarem ocorrências de próclise ao participío passado. Ou seja, neste caso têm comportamento semelhante todos os autores da geração mais antiga (os nascidos no período colonial), quer sejam angolanos ou moçambicanos.

Os dados relativos ao gerúndio têm pouca relevância por serem parcelares (vejam-se os quadros 8 e 9 e os exemplos (21)-(22) e (24)). Ainda assim, em linha com o que já foi dito, vemos atestações de próclise ao gerúndio no português angolano, com expressão muito significativa em Pepetela, mas não no português moçambicano.<sup>14</sup> Os zeros em Ondjaki e Mia Couto resultam de estes autores usarem pouco o gerúndio, mas isso seria assunto para um outro artigo.<sup>15</sup>

- (21) Tremeu e gemeu durante uma semana, sendo Nzoji a sua ama-seca, *lhe dando* infusões de plantas desconhecidas. (Pepetela 2011: 228)
- (22) O João aproveitou pois para o interrogar, *pagando-lhe* mais vinho. (Pepetela 2011: 69)

---

<sup>14</sup> Na entrevista que Sheila Khan, Jessica Falconi & Kamila Krakowska realizaram no Maputo em 2011, o poeta moçambicano Sininho Paco oferece-nos um exemplo de próclise ao gerúndio, mostrando que esta colocação também é possível no português moçambicano:

(i) E, a certo ponto, eu ia *me questionando*, no meio em que eu me inseria questionava certas diferenças com que eu me debatia na altura, e os espíritos que viviam dentro de mim também não me deixavam quieto, obviamente. (Khan, Falconi & Krakowska 2016: 318)

<sup>15</sup> Mutali (2019) regista duas ocorrências de próclise ao gerúndio em Ondjaki (2007). Mas trata-se de transcrição de uma canção de Roberto Carlos, como tal identificada no texto de Ondjaki. Por essa razão não incluí essas ocorrências nos dados do corpus:

(i) «por mais que eu faça, não adianta, você nem nota, minha existência; e os dias passam correndo, vou acabar te perdendo, e os dias passam correndo, vou acabar te perdendo...». (Ondjaki 2007: 93)

- (23) a. os guardas nem tinham *nos visto*: a horta era nossa (Ondjaki 2020: 44)  
 b. eu que sabia sempre de tudo não tinham *me contado* nada (Ondjaki 2020: 64)  
 c. as pombas da tia Rosa tinham todas *se acalmado* (Ondjaki :2020, 140)  
 d. ele conhecia um médico que já tinha *lhe avisado* mesmo que a água faz muito mal e não deve ser bebida em exagero (Ondjaki 2020: 168)

QUADRO 8 - Próclise/ênclise com gerúndio e participio passado (português angolano)

	gerúndio (s/ proclisadores)		Participio passado
	Próclise	Ênclise	Próclise
Pepetela (2011)	33 (41,25%)	47 (58,75%)	0
Ondjaki (2003)	0	1	10
Ondjaki (2007)	0	0	4
Ondjaki (2008)	0	0	9
Ondjaki (2011)	0	0	0
Ondjaki (2020)	0	0	20
TOTAL	33 (42,2% )	48 (57,8%)	43

- (24) Sthoe insistiu, desta vez *dirigindo-se* a José Património (Manjate 2017: 23)  
 (25) Aliás, eles já haviam *se apercebido* da minha desconcentração (Manjate 2017: 96)

QUADRO 9 - Próclise/ênclise com gerúndio e participio passado (português moçambicano)

	gerúndio (s/ proclisadores)		Participio passado
	Próclise	Ênclise	Próclise
Mia Couto (1990)	0	0	0
Chiziane (2003)	0	33	0
Manjate (2007)	0	17	1
TOTAL	0	50	1

#### 4. Sumário dos resultados e observações conclusivas: a expansão da próclise na "língua desportuguesa"

Neste trabalho procurou-se avaliar a presença na língua literária de uma mudança sintática em curso no português angolano e no português moçambicano. Concretamente, o espriamento da próclise para contextos sintáticos que não são aqueles em que tipicamente ocorre no português europeu. Observou-se que a mudança é mais visível nas obras de autores angolanos (Pepetela, Ondjaki) do que de autores moçambicanos (Mia Couto, Paulina Chiziane, Lucílio Manjate). Também é entre os autores angolanos de gerações diferentes (colonial e pós-colonial) que se vê, como seria esperável, uma progressão da mudança, em particular relativamente à cliticização ao infinitivo e ao particípio passado. Pelo contrário, comparando os dados de Mia Couto com os de Manjate parece ver-se uma regressão da mudança, o que interpretei como indicador de que a expansão da próclise não tem uma aceitação transversal aos falantes do português moçambicano, podendo ser percecionada como socialmente marcada pelos mais jovens e educados.

Enquadrando teoricamente os resultados do presente estudo, o facto de o português angolano e o português moçambicano estarem a evoluir no sentido da generalização da próclise, um caminho que o português brasileiro já fez, parece dar razão aos que veem no contacto com as línguas bantu a motivação da mudança (cf., entre outros, Inverno 2009a, 2009b; Avelar & Galves 2014; Undolo 2014; Santos 2018). Mas, no quadro teórico da gramática generativa, as análises que derivam a ênclise a partir da próclise através do movimento do verbo para uma posição funcional alta (e.g. Kayne 1991; Martins 1994a, 1994b; Uriagereka 1995; Raposo 2000; Raposo & Uriagereka 2005; Fernández-Rubiera 2009, 2010) também poderiam explicá-la. Com efeito, a perda de movimento do verbo, em certas configurações sintáticas, é uma mudança largamente observada e descrita nas línguas do mundo. As duas hipóteses não são alternativas, antes são complementares. Em dialetos do português europeu que não estiveram em contacto com as línguas bantu também pode ver-se, com uma dimensão mais limitada, o alargamento da próclise aos contextos de infinitivo (Martins 2020), como aliás aconteceu também, historicamente, no francês (enquanto

o espanhol, o catalão e o italiano generalizaram a próclise apenas nas frases finitas). Podemos então pensar que a própria sintaxe dos clíticos contém em si esse potencial de mudança no sentido do alargamento da próclise (fator interno), potencial que pode ser ativado e acelerado em situações de contacto com línguas com certas características, como as línguas bantu (fator externo). A possível interação entre os dois tipos de fatores é tema suficientemente complexo para alimentar diversificada investigação futura.

Metodologicamente, os dados analisados neste estudo indicam que trabalhar com um corpus que permite observar gramáticas individuais é não só útil mas parece necessário. Caso contrário, poderemos incorrer no equívoco de querer dar sentido a um conjunto de dados que não corresponde afinal à gramática de ninguém (a classificação dos dados por perfis sociolinguísticos pode não ser suficiente e pode decorrer daí a ideia de instabilidade generalizada). Sem surpresas, revelou-se relevante neste trabalho a distinção entre falantes que têm o português como língua materna (L1) e falantes que o aprenderam como segunda língua (L2). Mas o que talvez traga alguma novidade é que, ao contrário do papel que tem sido atribuído aos falantes de português L2 como motores de mudança, os falantes cultos que aprenderam o português como segunda língua se revelam mais conservadores relativamente à expansão da próclise do que os que têm o português como língua materna. Isso vê-se na comparação entre os moçambicanos Mia Couto e Paulina Chiziane, ambos nascidos em 1955, mas o primeiro tendo o português e a segunda o chope como línguas maternas. E também se vira já em Mutali (2019) na comparação entre os angolanos Ondjaki e Gociante Patissa, ambos nascidos na década de 70, mas o primeiro tendo o português e o segundo o umbundu como línguas maternas.

## CORPUS

### [Angola]

- Ondjaki 2003. *Bom dia camaradas*. Lisboa: Caminho. 4ª edição (2018).  
Ondjaki 2007. *Os da minha rua*. Lisboa/Luanda: Caminho. 11ª edição (2017).  
Ondjaki 2008. *Av Dezanove e o segredo do soviético*. Alfragide: Caminho. 2ª edição (2009).  
Ondjaki 2011. *A bicicleta que tinha bigodes*. Lisboa: Caminho. 7ª edição (2020).  
Ondjaki 2020. *O livro do deslembamento*. Lisboa: Caminho.  
Pepetela 2011. *A Sul. O sombreiro*. Lisboa: D. Quixote.

### [Moçambique]

- Chiziane, Paulina 2004. *Niketche. Uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras.  
Couto, Mia 1990. *Cada homem uma raça*. Lisboa: Caminho. 2013.  
Manjate, Lucílio 2017. *Rabhia*. Edições Esgotadas.

## REFERÊNCIAS

- Avelar, J. & Galves, C. 2014. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Revista Linguística – ALFAL*. 30(2): 241-288.  
Browne, C. 2021. A colocação de pronomes clíticos em *Niketche. Uma história de poligamia* da autora Paulina Chiziane. Trabalho final do Seminário de Linguística Histórica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ms.  
Chavagne, J.P. 2005. La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais. Université Lumière Lyon. Tese de doutoramento.  
Fernández-Rubiera, F. J. 2009. *Clitics at the Edge: Clitic Placement in Western Iberian Languages*. Georgetown University, Washinton, DC. Tese de doutoramento.  
Fernandez-Rubiera, Francisco J. 2010. Force<sup>o</sup>, Finiteness<sup>o</sup>, and the placement of clitics in Western Iberian. *Estudos de Linguística Galega*. 2(1): 75-95.  
Inverno, L. C. C. 2009a. Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola. *Evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

- Inverno, L. C. C. 2009b. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In Ana Carvalho (Ed.). *Português em contacto*. Frankfurt A.M./Madrid: Iberoamericana/Vervuert, 87-106.
- Gerards, D. P. 2018. The Harbinger of a New Standard? The Placement of Clitic Object Pronouns in Colloquial Angolan Portuguese. Acesso em 12.06.2021: <https://pt.scribd.com/document/406120197/Gerards-Angolan-Portuguese>. A publicar em Verónica Böhm, Anja Hennemann & Benjamin Meisnitzer (Eds.). *Sprachkontakt und Grammatikalisierung [provisionary title]*. Heidelberg: Winter.
- Gonçalves, P. 2000. Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique. *Via Atlântica*. 4: 212-223. <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49614>
- Hagemeyer, T. 2016. O português em contacto em África. In: Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlin/Boston: De Gruyter, 43-67.
- Khan, S., Falconi, J. & Krakowska, K. 2016. Moçambique: novas gerações em diálogo. *Cerrados – Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*. 41: 314-329.
- Kayne, R. 1991. Romance clitics, Verb-movement, and PRO. *Linguistic Inquiry*. 22(4): 647-686.
- Martins, Ana Maria. 1994a. Enclisis, VP-deletion and the nature of Sigma. *Probus*. 6(2-3): 173-205.
- Martins, A. M. 1994b. Clíticos na História do Português. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- Martins, A. M. 2013. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: Eduardo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar, Maria Antónia Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (Eds.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2231-2302.
- Martins, A. M. 2016. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter, 401-430.
- Martins, A. M. 2021. Microvariação na sintaxe dos clíticos: os dialetos portugueses dos Açores e Madeira. *Estudos de Linguística Galega* 13: 67-105.
- Mutali, H. 2019. A colocação dos pronomes clíticos no português angolano escrito. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Quan, Y. 2021. A colocação dos pronomes clíticos no português escrito de Moçambique. final do Seminário de Linguística Histórica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ms.
- Raposo, E. P. 2000. Clitic positions and verb movement. In: João Costa (Ed.). *Portuguese*



- syntax: New comparative studies*. Oxford: Oxford University Press, 266-298.
- Raposo, E. P. & Uriagereka, J. 2005. Clitic Placement in Western Iberian: A minimalist view. In: Guglielmo Cinque & Richard S. Kayne (Eds.). *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 639-697.
- Santos, L. M. da S. 2018. A influência africana no português vernáculo brasileiro: reflexões sobre clíticos de objeto. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.
- Soma Adriano, P. 2015. *A crise normativa do português em Angola: cliticização e regência verbal – que atitude normativa para o professor e o revisor?*. Luanda: Mayamba.
- Stilz, M. 2021. A colocação dos pronomes clíticos no português escrito literário da variedade de Angola (Luanda) na obra de Ondjaki: *Av Dezanove e o Segredo do Soviético*. Trabalho final do Seminário de Linguística Histórica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ms.
- Undolo, M. Edu da S. 2014. Caracterização da Norma do Português em Angola. Universidade de Évora. Tese de doutoramento.
- Uriagereka, J. 1995. Aspects of the syntax of clitic placement in western Romance. *Linguistic Inquiry*. 26(1): 79-123.



# Evolução da Linguagem e Ordem Natural de Palavras: os verbos reversíveis e não reversíveis da Língua Gestual de São Tomé e Príncipe num estudo piloto

Ana Mineiro

amineiro@ucp.pt

*Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa  
Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS) (Portugal)*

## ABSTRACT.

Research on language evolution has recently focused on the issue of natural word order, that is, word order in the phylogenetic and cognitive sense (Pagel 2009; Gell-Mann and Ruhlen 2011). Sign language and gesture studies have inspired this discussion in the literature, with special emphasis on the seminal study by Goldin-Meadow and colleagues (2008). The results of this study revealed that participants tend to produce SVO and SOV word order, regardless of the syntax of their native language. This finding has been corroborated in later studies (Gibson et al. 2013; Hall et al. 2013; Sandler et al. 2005). Our study aims to verify if there is dominant word order, or not, in linguistic emergence of Sign Language of São Tomé and Príncipe.

## KEY WORDS.

Language evolution; pantomime; signs; natural word order; São Tomé and Príncipe Sign Language.

## RESUMO.

A investigação sobre a evolução da linguagem centrou-se recentemente na questão da ordem natural de palavras, ou seja, uma ordem de palavras no sentido filogenético e cognitivo (Pagel 2009; Gell-Mann e Ruhlen 2011). As línguas gestuais e os estudos sobre gestos têm inspirado esta discussão na literatura com especial destaque para o estudo seminal de Goldin-Meadow e colegas (2008). Os resultados deste estudo revelaram que os participantes tendem a produzir a ordem de palavra SVO e SOV, independentemente da sintaxe da sua língua nativa. Esta descoberta foi corroborada em estudos posteriores (Gibson et al. 2013; Hall et al. 2013; Sandler et al. 2005). O objetivo deste estudo é verificar se existe uma ordem de palavras dominante, ou não, em todas as fases de emergência linguística na Língua Gestual de São Tomé e Príncipe.

## PALAVRAS CHAVE.

Evolução da linguagem; pantomina; gestos; ordem natural de palavras; Língua Gestual de São Tomé e Príncipe.

## 1. Notas introdutórias

Este é um estudo original em honra da Professora Doutora Ana Maria Brito, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sem ela a motivar-me para sair da minha zona de conforto (o léxico), jamais me teria aventurado neste tema, nesta altura da minha vida pessoal e académica. Sendo este um artigo em sua homenagem, não quis deixar de refletir sobre a gramática, que tão cara lhe é. O seu exemplo de rigor e excelência, generosidade e curiosidade em abrir a porta, recentemente, à investigação em LGP inspiraram este estudo e este artigo que, com muito carinho e reconhecimento, lhe dedico. Bem-haja!

## 2. Evolução da Linguagem e Ordem Natural de Palavras

A investigação sobre a evolução da linguagem na espécie humana tem focado a sua atenção, nos últimos tempos, em saber se existe uma ordem natural de palavras num enunciado. Tal questão leva-nos a questionar se os seres humanos, não obstante a língua que nativamente falam ou gestuam, representam a estrutura de eventos na mesma ordem: agente–paciente–ação, ou seja, sujeito–objeto–verbo (SVO).

O tema da ordem natural de palavras na evolução da linguagem tem sido abordado por Bickerton (1990), que defende que, na protolinguagem, não haveria ordem de constituintes e as palavras seriam livres de se combinar sequencialmente. Neste sentido, há uma concordância parcial de Jackendoff e Wittenberg (2017), quando afirmam que, numa fase inicial de comunicação, não existem categorias sintáticas nem características como tempo e aspeto. Os mesmos autores defendem, porém, que a comunicação linguística inicial teria regras semânticas para assegurar o mapeamento de noções semânticas à ordem linear em fonologia, ou seja existiria uma “gramática linear” (Jackendoff 2002; Jackendoff & Wittenberg 2017) com regras básicas entre as quais a ideia de que o “agente” deve preceder o “paciente”.

Quando olhamos para a investigação das línguas gestuais emergentes, nomeadamente a Lengua de Señas de Nicarágua (Senghas et al. 2004) e

a Al-Sayyid Bedouin Sign Language (Sandler et al. 2005), encontramos uma preferência cognitivamente motivada pela ordem SOV. Além disso, descobriu-se que as crianças que são privadas de audição e não têm acesso às línguas gestuais existentes, tendem a comunicar usando um padrão em que o verbo é o constituinte final do enunciado (Goldin-Meadow & Feldman 1977).

Esta é uma descoberta relevante se pensarmos que estas línguas se desenvolveram sem intervenção externa e sem contacto com modelos linguísticos pré-existentes, ainda que se tenham desenvolvido em cérebros “prontos” para a linguagem, e que esta discussão em termos evolutivos seja especulativa (Mineiro et. al. 2021; Mineiro 2020).

Os estudos sobre pantomina e ordem de palavras (Gibson et al. 2013; Hall et al. 2013; Goldin-Meadow et al. 2008; S Boruta-Żywiczyńska et. al, 2019; Schouwstra & Placiński 2020) sugerem que a ordem de palavras preferencial para a comunicação por pantomina é a ordem SOV, quando a ação é a última informação que é dada num determinado enunciado. Esta descoberta plasma-se bem, por um lado, com o argumento de que a pantomina é omnipresente em todas as culturas e é independente da linguagem vocal (Boruta-Żywiczyńska & Placiński 2020, Żywiczyński 2021). Por outro lado, investigações recentes têm vindo a tentar provar que a pantomina pode estar na origem do sistema original de comunicação em humanos (Żywiczyński et al. 2018; Mineiro et al. 2021).

A investigação na área da linguística evolucionista (Bengtson & Ruhlen 1994) e da linguística histórica (Gell-Man & Ruhlen 2011; Hock 2015) na procura de evidências comparativas como a de cognatos em diferentes famílias linguísticas e de ordem de constituintes nos enunciados sugere que a “língua ancestral” teria uma ordem SOV que teria evoluído para SVO, ordem que, por sua vez, teria originado VSO e VOS (Gell-Man & Ruhlen 2011).

Em 2008, Susan Goldin Meadow e colaboradores investigaram a influência da linguagem no nosso comportamento “linguístico”. Para isso, desenharam uma experiência em que falantes nativos de inglês, espanhol, turco e mandarim realizaram duas tarefas: uma tarefa comunicativa (descrever um evento através do gesto) e uma tarefa não comunicativa (reconstruir um evento com fotografias). A hipótese de partida seria que, se na língua nativa

usamos um padrão estrutural (SVO; SOV; OSV; VSO; VOS), a realização da mesma mensagem via não verbal (por gestos) refletirá o padrão encontrado na língua falada. Nesta investigação, os verbos intransitivos e transitivos foram analisados separadamente. Os resultados indicam que a ordem SVO estava presente muito mais frequentemente do que qualquer outra estrutura para os eventos intransitivos e a ordem SOV para as ações transitivas.

Os resultados deste trabalho seminal sobre a ordem natural de palavras das línguas indicaram que os falantes das quatro línguas mantiveram as estruturas sintáticas das suas línguas nativas na sua reprodução gestual (não verbal) mas utilizaram, consistentemente, o padrão SOV.

Os resultados deste estudo lançaram luz sobre a ordem natural de palavras nas línguas, aquela que parece ser iniciática, universal e aquela que parece ser predominante no processo de comunicação linguística.

No seguimento deste estudo, novas evidências surgiram pela mão de Gibson *et al* (2013), utilizando um novo paradigma através de eventos semanticamente não reversíveis (e.g. *o homem chuta a bola*) e semanticamente reversíveis (e.g. *a mulher abraça o homem; o homem abraça a mulher*).

Os resultados encontrados por Gibson *et al.* (2013) indicam que, quando os participantes tinham que gestuar por pantomina eventos irreversíveis, eles preferiram a ordem de palavras SOV. Contudo, quando os participantes tinham que fazer o mesmo com eventos reversíveis, essa preferência desaparecia, surgindo a ordem de palavras SVO. Estes dados sugerem que comunicamos eventos reversíveis usando a ordem SVO para garantir que a mensagem seja facilmente decodificada.

Em sùmula, os estudos comparativos e históricos baseados na reconstrução de formas assim como as evidências das línguas gestuais emergentes e dos estudos sobre pantomina sugerem que SOV é a ordem de palavras padrão, a ordem primária, numa fase inicial de comunicação linguística. A explicação para a predominância da ordem SVO nas línguas do mundo justifica-se eventualmente pela necessidade semântica de descodificação da mensagem, não sendo esta a ordem inicial ou natural em termos de comunicação na espécie humana.

Neste sentido e tendo tido o privilégio de assistir ao desenvolvimento de uma língua gestual emergente, a Língua Gestual de São Tomé e Príncipe,

procurei estabelecer um estudo piloto em que a transição da pantomina para o gesto me pudesse esclarecer acerca da ordem de palavras nesta nova língua, partindo da hipótese retratada na literatura de que a ordem seria SOV, numa primeira fase de comunicação linguística através de pantomina, e SVO numa segunda fase, em que a pantomina deixa de ter expressão significativa.

### 3. A Língua Gestual de São Tomé e Príncipe: uma língua emergente

A Língua Gestual de São Tomé e Príncipe (LGSTP) surgiu em 2013 aquando da implementação do projeto Sem Barreiras (Ref.<sup>a</sup> SemBarreiras/LínguaGestual/2013), que visou reunir surdos de forma a que, em conjunto, pudessem criar uma língua própria. Para mais detalhe sobre este projeto, veja-se Mineiro e Carmo (2016).

À semelhança das outras línguas de modalidade gestual, a LGSTP exhibe as mesmas características universais no que respeita à fonologia, à morfologia e à sintaxe. Os gestos distinguem-se fonologicamente por serem articulados com as duas mãos, a partir de características fonológicas internas como a configuração, a localização e o movimento. A expressão facial é também determinante nesta língua gestual, assim como os articuladores não manuais (cabeça, torso, braços).

Na LGSTP, os gestos mostram uma tendência fonológica para serem executados com ambas as mãos nas várias fases de evolução, apresentando um decréscimo desta tendência nas últimas fases de observação (Mineiro et al. 2021). No que respeita a utilização dos articuladores manuais, esta nova língua socorre-se, sobretudo no início, de articuladores não manuais como os braços, a cabeça o tronco e as pernas (Mineiro e Carmo 2016; Mineiro et al. 2021).

No que concerne a morfologia, os gestos da LGSTP não exibem, em nenhuma fase, indícios flexionais, mas mostram algumas tendências derivacionais e composicionais. A partir de gestos existentes nas primeiras fases desta língua, encontram-se, em crescendo, gestos que são construídos sobretudo por composição, ainda que alguns também reflitam mecanismos derivacionais (Mineiro e Carmo 2016; Mineiro et al. 2017).

No que diz respeito à sintaxe (Carmo et al. 2014; Mineiro & Carmo 2016; Mineiro et al. 2017) e daquilo que nos foi dado observar, numa primeira fase, encontramos uma ordem de palavras OSV (e.g. PEIXE EU NÃO VI) e SVO (e.g. EU JOGO FUTEBOL).

No âmbito deste estudo original, dedicarei maior profundidade à ordem de palavras na LGSTP, inscrevendo-a na sua evolução natural.

#### 4. Métodos

Para o efeito deste estudo, utilizei o Corpus STP, pertencente ao Lang\_Lab (CIIS-UCP). Este corpus foi constituído entre 2013 e 2015, no âmbito do projeto Sem Barreiras. Alberga vídeos de sessões com surdos em que o objetivo era criarem, em conjunto, gestos para objetos, ações e emoções. Os participantes destas sessões eram de sexo feminino e masculino, tinham entre 4 e 25 anos, não se conheciam entre si nem tinham uma língua prévia, antes de se reunirem no âmbito deste projeto. Durante o tempo em que decorreu a recolha e constituição do *corpus* chegaram a um consenso sobre mais de 1000 gestos e iniciaram produções frásicas. O *corpus* foi parcialmente transcrito através do ELAN (Eudico Language Annotator). Este *corpus* encontra-se dividido em 4 fases, que permitem observar a evolução dos gestos e da estrutura frásica ao longo dos dois anos de recolha:

Fase 1: fevereiro de 2013 a julho de 2013;

Fase 2: setembro 2013 a fevereiro de 2014;

Fase 3: março de 2014 a julho de 2014;

Fase 4: setembro de 2014 a fevereiro de 2015.

Um recente estudo (Mineiro et al. 2021) demonstrou que os gestos da fase 1 neste *corpus* são predominantemente pantomímicos e que os gestos encontrados na fase 4 exibem características linguísticas em desenvolvimento (Mineiro et al. 2017).

Neste sentido e tendo em conta a hipótese levantada na literatura de que SOV seria a ordem de palavras padrão em eventos irreversíveis, numa fase inicial de comunicação linguística, que depois evoluiria para a ordem SVO



em eventos reversíveis, comparei 10 frases da fase 1 com 10 frases da fase 4. Nas duas fases, 10 frases transcritas em glosa, com eventos reversíveis e 10 frases com eventos não reversíveis (Tabela 1 e Tabela 2).

Após a constituição deste pequeno *corpus*, comparei frases com eventos reversíveis e não reversíveis nas duas fases, através de gráficos reveladores de estatística descritiva, não sendo possível aplicar um teste de estatística inferencial, pela amostra reduzida deste estudo piloto.

TABELA 1 - Fase 1

Reversíveis	Não reversíveis
PÃO MÃE DEU MENINO	PEIXE VENDO EU
CAIXA MÃE DEU IRMÃ	ARVORE EU SUBI
CÃO PORCO MORDEU	BANANA COMO EU
ABRAÇA MÃE EU	ESCOLA SURDOS GOSTO EU
AMIGA FAZ TRANÇAS A MIM	PRATOS EU LAVO
COELHO FOGE JAVALI	TENHO AMIGOS POUCOS
PRESENTE AVÓ DEU ANOS EU	GOSTO CAJAMANGA
MARÍLIA GOSTA RICARDO	COZINHA MÃE OLÉO DE PALMA
AVÓ ABRAÇOU IRMÃO TRISTE	BANHO EU (TOMO) NO RIO
MÃE OLHOU EU	DESENHO GOSTO ESCOLA

TABELA 2 - Fase 4

Reversíveis	Não reversíveis
TOMÉ CÃO BRINCA	TOMÉ OCULOS USA
REBUÇADO DEU MÉDICO VIZINHO	CHAVE EU PERDI
CABRA LUTOU PORCO	VIZINHO COMEU FRUTA PÃO
CARANGUEIJO PRAIA BRINCA EDGAR	BORRACHA APAGA DESENHO
GATO BRINCA CÃO	NOME MEU ESCREVO
ELA PUXA TRANÇAS MARIBEL	COBRA PICOU IRMÃO
AMIGO CELSO DEU PONTAPÉ	PAI DINHEIRO GASTA BEBIDA
PAPAGAIO FALAAO PAI	SAFU SABE DOCE
AMARILDO JULIETA DEU LANCHE	AVÓ COMPROU SACO SAL
AMARILDO BEIJO DEU JULIETA	PANELA QUENTE QUEIMOU MÃE

## 5. Resultados

Os resultados apresentados apontam para que, numa primeira fase, em que a língua se está ainda a moldar e a comunicação emerge de forma pantomímica, existe algum grau de liberdade na ordem de gestos na frase, ainda que se note uma tendência nos eventos reversíveis para a ordem SVO (60%) e nos eventos irreversíveis OSV (60%). Coexistem outras ordens como a ordem VSO nos eventos reversíveis e OVS nos irreversíveis, tal como explícito na Tabela 3.

TABELA 3 - Ordem 1.<sup>a</sup> fase – Eventos reversíveis e irreversíveis

	SVO	OSV	VSO	OVS
Reversíveis	60%	30%	10%	0%
Irreversíveis	20%	60%	10%	10%

No que concerne a última fase de recolh,a em que os gestos pantomímicos decresceram e deram lugar a gestos que, ainda que icónicos, não são pantomímicos, compreende-se pelos resultados que as ordens menos frequentes desaparecem, deixando lugar a uma ordem predominante em eventos reversíveis, a ordem SVO com 50 % das ocorrências e a uma ordem claramente maioritária nos eventos irreversíveis (80%), tal como podemos observar na Tabela 4.

TABELA 4 - Ordem 4.<sup>a</sup> fase – Eventos reversíveis e irreversíveis

	SOV	SVO	OSV
Reversíveis	20%	50%	30%
Irreversíveis	0%	80%	20%

A nossa hipótese de partida seria que, numa fase de comunicação pantomímica inicial, a ordem para os eventos irreversíveis seria a ordem SOV e que, no caso dos eventos reversíveis, a ordem seria SVO.

Não podemos afirmar que assim seja. A ordem SOV só aparece numa fase posterior, a última (fase 4) nos eventos reversíveis, não ocorrendo no nosso

*corpus* na primeira fase (fase 1), nos eventos reversíveis ou irreversíveis. A ordem SOV parece ser recorrente em línguas gestuais recentes e também nestes dados ela está presente.

Na fase 1, nota-se uma tendência nos eventos reversíveis para a ordem SVO (60%), tendência essa que diminui na fase 4, mas conserva, apesar de tudo, a predominância sobre as outras ordens (40%). Esta tendência está descrita na literatura e confirma-se nos dados recolhidos, indicando a possível ordem natural, neste caso.

No caso dos eventos irreversíveis, a fase 1 parece apontar para uma ordem OSV (60%), que na fase 4 perde vigor (20%), surgindo a ordem SVO com grande destaque (80%). A ordem de gestos observada não parece estar de acordo com os estudos anteriores, mas será necessário aprofundar esta possível tendência através de um *corpus* mais robusto.

É importante notar que este é um estudo piloto e que o *corpus* recolhido não permite, na nossa ótica, generalizar os resultados. Foi, todavia, relevante compreender algumas tendências que a ordem de gestos pode assumir ao longo de dois anos de evolução de uma língua nova, e perceber que, apesar de tudo, há tendências que parecem sólidas e que podem, com estudos mais aprofundados, vir a determinar a ordem natural de palavras ou de gestos de uma língua numa perspetiva evolucionista.

## 6. Notas Conclusivas

Agradeço a oportunidade de reflexão sobre a ordem de gestos com eventos reversíveis e irreversíveis na Língua Gestual de São Tomé e Príncipe e espero que, de futuro, e com base em mais dados, se possam fazer análises sobre os vários aspetos gramaticais que enformam esta língua nascente.

## REFERÊNCIAS

- Bengtson, J. D. & Ruhlen, M. 1994. Global etymologies. In: M. Ruhlen (Ed.). *On the origin of languages: Studies in linguistic taxonomy*. Stanford: Stanford University Press, 277–336
- Bickerton, D. (1990). *Language & species*. Chicago-London: University of Chicago Press.
- Boruta, M. & Placiński, M. 2017. The syntax in pantomimic re-enactments of events among Polish participants. *Culture and Education Journal*, 2(116): 106–118
- Gell-Mann, M. & Ruhlen, M. 2011. The origin and evolution of word order. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(42): 17290–17295.
- Gibson, E., Piantadosi, S. T., Brink, K., Bergen, L., Lim, E. & Saxe, R. 2013. A noisy-channel account of crosslinguistic word-order variation. *Psychological Science*, 24(7), 1079–1088.
- Goldin-Meadow, S. & Feldman, H. 1977. The development of language-like communication without a language model. *Science*, 197(4301): 401–403.
- Goldin-Meadow, S., So, W.C., Özyürek, A. & Mylander, C. 2008. The natural order of events: How speakers of different languages represent events nonverbally. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105(27): 9163–9168.
- Hall, M. L., Mayberry, R. I. & Ferreira, V. S. 2013. Cognitive constraints on constituent order: Evidence from elicited pantomime. *Cognition*, 129(1): 1–17.
- Hock, H. H. 2015. Proto-Indo-European verb-finality: Reconstruction, typology, validation. In: L. Kulikov & N. Lavidas (eds.) *Proto-Indo-European Syntax and its Development*. Benjamins Current Topics, 75: 51–78.
- Jackendoff, R. & Wittenberg, E. 2017. Linear grammar as a possible steppingstone in the evolution of language. *Psychonomic Bulletin & Review*, 24(1): 219–224.
- Mineiro A. Báez-Montero I. C., Moita M, Galhano-Rodrigues I., & Castro-Caldas A. 2021. Disentangling Pantomime From Early Sign in a New Sign Language: Window Into Language Evolution Research. *Front. Psychol.* 12: 640057. doi: 10.3389/fpsyg.2021.640057.
- Mineiro, A. 2020. *Ensaio sobre g nese e evoluç o da linguagem na esp cie humana. Entre o gesto, a fala e a escrita*. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas.
- Mineiro, A. Carmo, P. Carocha, C. Moita, M. Carvalho, S. Paço, J., et al. 2017. Emerging linguistic features of Sao Tome and Principe Sign Language. *Sign Lang. Linguist.* 20: 109-128, doi: 10.1075/sll.20
- Mineiro, A. Carmo, P. 2016. Língua Gestual de São Tomé e Príncipe: retrato dos primeiros

- gestos. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Vol.11, Porto: 161-182.
- Pagel, M. 2009. Human language as a culturally transmitted replicator. *Nature Reviews. Genetics*, 10(6): 405.
- Sandler, W., Meir, I., Padden, C. & Aronoff, M. 2005. The emergence of grammar: Systematic structure in a new language. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 102(7): 2661–2665.
- Senghas, A., Kita, S. & Özyürek, A. 2004. Children creating core properties of language: Evidence from an emerging sign language in Nicaragua. *Science*, 305(5691): 1779–1782. doi: 10.1126/science.1100199
- Zywiczynski, P. Wacewicz, S. Sibiershka, M. 2018. Defining Pantomime for Language Evolution Research, *Topoi*, 37: 307-318.
- Żywicznyński P. Wacewicz S. Lister C. 2021 Pantomimic fossils in modern human communication. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, 376: 20200204. <https://doi.org/10.1098/rstb.2020.0204>.

### **Agradecimentos**

Agradeço aos meus colegas do Lang\_Lab, em particular à Mara Moita e ao Paulo Carvalho, que, nesta altura de provação “física” da minha vida, tanto me têm apoiado. A todos os outros amigos-colegas na faculdade agradeço todo o carinho. À Professora Doutora Celda Morgado agradeço o caminho de ciência que temos vindo a partilhar de forma cada vez mais estreita entrelaçado num profundo respeito, cumplicidade e amizade.



# Das inferências à interpretação recursiva na leitura do texto literário em L2<sup>1</sup>

Ângela Filipe Lopes  
angela.tita@gmail.com

Maria da Graça L. Castro Pinto  
mgraca@letras.up.pt  
*Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)*  
*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

## RESUMO.

No campo da leitura em L2, o texto literário surge como um patamar difícil de vencer, mesmo nos níveis de proficiência mais altos, por não depender apenas de um certo nível de desempenho linguístico. O texto questiona, nesse sentido, a influência que o processamento de cariz inferencial (Kintsch 1998; Koda 2004) tem na compreensão profunda (Bernhardt 1991: 2011) e na distância que este género textual exige do leitor (Armstrong 2013; Olson 1994). Apontam-se vantagens da leitura literária no processo de aprendizagem de uma L2, não esquecendo que esses benefícios abrangem mais do que a competência linguística, na medida em que imprimem uma marca na flexibilidade mental do leitor que se vê levado a fugir de rotinas cognitivas e contribuem para a reserva cognitiva futura (Armstrong 2013; Paradis 2004; Pinto 2010; 2013).

## PALAVRAS-CHAVE.

Literatura em L2; leitura em L2; processamento inferencial na leitura; flexibilidade cognitiva.

## ABSTRACT.

When it comes to L2 reading, literary texts are often seen as barriers which are difficult to overcome even in higher proficiency levels, since they do not rely solely on a certain level of language performance. This text questions the influence that inferential processing (Kintsch 1998; Koda 2004) has on deep comprehension (Bernhardt 1991: 2011) and on the distance that this genre demands from its reader (Armstrong 2013; Olson 1994). Advantages of literary reading are pointed out in what concerns a L2 learning process, insofar as they leave a mark on the reader's mental flexibility, as s/he is forced to escape cognitive routines, and led into feeding a future cognitive reservoir (Armstrong 2013; Paradis 2004; Pinto 2010; 2013).

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia)..

## KEYWORDS.

L2 Literature; L2 reading; inferential processing in reading; cognitive flexibility.

## Introdução

Ler textos literários em qualquer língua implica sempre mais do que conhecer palavras e compreender frases soltas. Há, neste tipo de texto, uma dimensão menos tangível que coloca entraves à sua compreensão plena, sobretudo numa língua segunda (L2). Não obstante, pese a dificuldade do processo, não se põe em causa a importância de contactar com este registo pelo grau de profundidade e de estímulo à reflexão que a literatura acende na mente do leitor que reage a esse convite. A questão inerente à compreensão profunda, aquela que assenta na perceção e compreensão do que está para além das linhas grafadas (Bernhart 1991; 2011; Smith 1994), está, pois, intimamente ligada à capacidade de inferir, porquanto, como refere Manguel (2010), só uma sombra de sentido se transmuta da conceção da ideia do autor para a sua enunciação escrita. O que a linguagem transmite é, no entender deste autor, uma sombra platónica do que a espoleta. Da projecção dessa sombra até à compreensão, o que persiste tanto pode enfraquecer como enriquecer a ideia que esteve na génese da comunicação, dependendo de quem a recria e molda, isto é, o leitor. Em face de um vislumbre do sentido pretendido pelo autor, que razões podem explicar que leitores diferentes a tornem ora mais inteligível, ora mais opaca e inatingível, mesmo em língua materna (L1)? Que impacto têm as mesmas diferenças interindividuais na fluência requerida pela leitura de literatura em L2, mesmo que sob a influência de forte motivação intrínseca?

Quando se alude à compreensão profunda, não se pretende fazer deste conceito um objetivo fixo, imutável, ao alcance equidistante de todos. Este tipo de compreensão é necessariamente imperfeito e incompleto, por estar distante de quem a origina, tanto do ponto de vista cultural, como espacial ou temporal, mas origina no leitor um processo (re)criativo (Emig 1983; Pinto 2002; 2013) de som e forma impressa que pode ultrapassar, no campo da representação do sentido, a intenção primeira do autor, variando em função de condições que também são intraindividuais. Como refere Damásio (2013),



em paralelo com a perceção das palavras impressas e com a manifestação do conhecimento factual necessário à sua compreensão, a mente do leitor também o representa a si mesmo, aquele que lê e compreende. A panorâmica total da sua mente não se encontra confinada às imagens do que está a ser percebido externamente, ou do que é recordado relativamente ao que é percebido. A panorâmica também o inclui a si mesmo. (Damásio 2013: 161).

Se bem que seja inegável que o que se pode extrair do texto literário apela, entre outros fatores, ao conhecimento prévio do leitor, é necessário ter em conta que a este tipo de compreensão inerentes múltiplas visões que diferem na mesma medida em que as camadas correspondentes às experiências vividas pelos leitores alternam. Estas memórias, ao atonarem, provocam no recetor do texto um grau de identificação que vai do enredo à linguagem utilizada, a palavras particulares já ouvidas ou lidas antes em contextos diversos e às personagens que, como refere Manguel (2010), quase se tornam amigos próximos do leitor.

Manguel (2010) faz referência ainda ao paradoxo da linguagem ao descrever uma tensão entre a impossibilidade constante de fazer corresponder o pensamento à sua expressão linguística, até porque ambos são mutáveis. Assim, ao mesmo tempo que o autor persegue a precisão linguística, também a receção desse material linguístico, por natureza incompleto, pelo leitor pode não ascender ao que o texto exige dele ou até divergir. O paradoxo literário, como Manguel (2010) o vê, é assim inerente aos limites da linguagem e aos limites da imaginação de quem lê.

No âmbito da aprendizagem da leitura em L2, colocam-se questões que se prendem, em primeira instância, com a competência linguística. Contudo, dominada esta barreira, o que pode ainda interpor-se entre o texto e o leitor? Por que motivo há leitores que navegam com aparente facilidade a leitura literária enquanto outros se debatem com a insuperável incompreensão?

Um dos motivos que podem ajudar a explicar a insuperabilidade de sentido no texto literário, por natureza mais abstrato e truncado, prende-se com o processamento inferencial do objeto de leitura.

Este texto tem como objetivo problematizar o processamento de tipo inferencial na leitura literária em L2, tomando como pressuposto um leitor cuja competência linguística se situe num nível intermédio alto ou

avanzado. Há, nestes níveis, a despeito de um patamar de proficiência alto, diferenças no grau de compreensão do texto literário que importa explorar no sentido de auxiliar os leitores menos hábeis a superar obstáculos que se prendem menos com a compreensão de superfície e mais com o que está para lá das linhas.

Pondera-se, para além da capacidade inferencial, o potencial de contágio (Emig 1983) que a literatura encerra por ser um dos géneros que mais exigem do autor em termos de mestria no uso da linguagem. Essa exigência estende-se não só ao leitor no que toca à leitura, mas também em momentos de escrita futura.

Discute-se ainda o convite ao distanciamento que a literatura oferece por apresentar ao leitor contextos novos, inusitados, que provocam estranhamento. Esse efeito pode levar o leitor a afastar-se das rotinas cognitivas e a enfrentar desafios de compreensão que implicam uma necessária suspensão de crenças e expectativas, beneficiando a flexibilidade cognitiva e a construção de pensamento crítico.

### 1. A leitura do texto literário em L2: pontos críticos na transação texto-leitor

A leitura literária apresenta-se frequentemente, sobretudo ao leitor de uma L2, como impenetrável por ser tecida de palavras que, a despeito de serem familiares, não se ligam neste contexto escrito como noutros. Em virtude do seu hermetismo, a literatura em L2 afigura-se, em geral, como um investimento demasiado oneroso quando comparado com os benefícios práticos que aparentemente produz. Assim, assumindo a tendência de dar prioridade à oralidade e à necessidade de ler instruções, ementas, sinais ou notícias, a leitura literária em L2 é vista como o reduto opcional daqueles aprendentes que, frequentemente por motivação intrínseca, a procuram, isto é, os leitores voluntários (Krashen 1985).

O que se perderá, realmente, ao reduzir a literatura em L2 ao estritamente necessário ou à sua utilidade como depósito de estruturas linguísticas que se entende incluir nos currículos? O que se ganha, de facto, ao ler literatura em L2 que não se possa obter da oralidade ou de outros géneros textuais?

Manguel (2010) alude à diferença entre “using words” e “writing” (pp.15-16) para definir a escrita como uma elaboração criativa que expande o uso da palavra para lá do que é referenciável. Neste uso da palavra escrita reside o paradoxo da linguagem, como explica o autor. Do equilíbrio entre o uso preciso da língua e a intenção do autor resulta um certo efeito na imaginação do leitor, da qual depende a construção de significado. É por isso que o mesmo livro não é lido de forma igual por dois leitores ou sequer pelo mesmo leitor em momentos ou circunstâncias diferentes da sua vida. Talvez por isso se diga com frequência que certos livros exigem uma determinada idade ao leitor. Pressupõe-se que a idade acarretará experiência e com ela virá a capacidade de compreender situações, personagens e enredos que, noutras idades, se sentirão como possibilidades de um real mais longínquo. Esta é uma reflexão que exige trazer a lume variáveis relacionadas com o público leitor em L2. Entre elas estarão a idade e o repositório de experiências de vida moldadas pela cultura e pela língua de origem, bem como por outras circunstâncias com as quais contacte.

Independentemente de se poder considerar a compreensão plena como um objetivo tangível, o que importa pesar no campo da leitura literária em L2 é a forma como decorre a transação entre o capital mental do leitor e o uso que o autor faz da língua. Como se encontram estes dois fatores e como resultam numa representação do significado da leitura? Rosenblatt (1960) descreve bem a interação texto-leitor que está em causa:

The reader is thought of as approaching the text like a blank photographic film awaiting exposure. Actually, the reader and the text are more analogous to a pianist and a musical score. But the instrument that the reader plays upon is – himself. His keyboard is the range of his own past experiences with life and literature (Rosenblatt 1960: 304)

Assim, importa considerar o capital mental prévio do leitor, as suas características e interesses, bem como o grau do seu interesse pela leitura literária. Destes fatores dependerá muito do que é a permeabilidade do sentido mais improvável encontrado durante a leitura, postas de parte as dificuldades linguísticas de superfície.

## 2. O papel do pensamento inferencial na compreensão da leitura literária em L2

Se, como refere ainda Manguel (2010), a palavra é falsa, isto é, simbólica, poderá afirmar-se que a literatura não representa o mundo real, mas constrói universos que podem traduzir algo do mundo real, mas que verdadeiramente não o são. O leitor tem, por isso, de se abrir à “digestão” do livro (Manguel 2010: 92). Esta digestão é mútua, o que significa que não só o texto é digerido, mas o próprio leitor se faz digerir por ele num processo criativo de transformação recíproca que depende de uma voluntária “suspension of disbelief”, como preconizava Coleridge (1817).

Não obstante, se bem que o leitor abra a porta a universos menos plausíveis do que o real, só pode fazê-lo partindo da compreensão do texto que vê impresso. É, pois, primeiramente da decifração e da representação mais imediata do significado que dependem a compreensão profunda, mais elaborada, e a capacidade de suspender a resistência ao exercício da imaginação. Esta suspensão implica o uso de estratégias inferenciais que conduzam o leitor através de múltiplas tentativas na busca de significado.

### 2.1. Dois tipos de inferências

O contacto com a leitura parte de uma base de compreensão sintática (bem como de outros aspetos da organização da língua) que permite compreender relações entre ideias. De acordo com Koda (2004), “[n]arrative comprehension (...) can be described as the process of asking a series of ‘why’ questions about story events” (Koda 2004: 133). Em resposta a este tipo de questões que se vão levantando ao longo da leitura, surgem, segundo a autora, inferências elaborativas que auxiliam o processo de construção de sentido. Todavia, estas dependem de inferências de ligação, imbricadas na superfície do texto e nos seus mecanismos de coesão e de coerência que, não sendo decodificadas, impedem o pensamento inferencial de contornos mais globais. Supondo-se estes obstáculos ultrapassados, o tipo de pensamento inferencial que importa explorar é o elaborativo.

O discurso escrito emana de funções linguísticas diferentes daquelas que estão implicadas na oralidade, como afirma Vigotski (2007). Tal

como a aprendizagem bem sucedida, também a escrita é um processo seletivo, feito de múltiplas ligações (Emig 1977), cujas intenções o leitor tenta descodificar em busca do sentido. Por esse motivo, a escrita põe a nu as relações de natureza conceptual que podem ser subordinadas, coordenadas, entre outras, que, ao serem construídas, se tornam (re) formulações do pensamento. Assim, a escrita corresponde a um certo ritmo pessoal de aprendizagem que se vai desenrolando numa ligação do que é familiar com o que é novo, reorganizando redes conceptuais (Emig 1977) e iluminando caminhos mentais alternativos. Contudo, fá-lo indo para além de um papel de revestimento do pensamento, na medida em que o molda e completa, expondo-o (Emig 1977; 1983) e alimentando-o. A escrita leva o autor a desbravar território ainda pouco preciso nos meandros do pensamento, motivo pelo qual há neste processo também um ato de descoberta. Portanto, existe um caminho de revelação e de construção de sentido que começa do lado do autor e que termina nos múltiplos leitores e entendimentos que o texto pode vir a ter. Ambos os intervenientes no texto, autor e leitor, contribuem para a sua sustentação, mas nesse processo o pensamento inferencial, postas de parte as dificuldades linguísticas de superfície, é crucial.

A inferência é um processo que pode ser mais local, como também se pode considerar global porquanto põe ao dispor do recetor informação conceptual que esteve envolvida previamente no processo de produção por parte do emissor. Deste ponto de vista, defendido por Sperber e Wilson (1995), o processo inferencial pressupõe o acesso livre ao capital conceptual do autor. A partir do que este decide codificar, o leitor formula hipóteses que se aproximam em graus diferentes da intenção do emissor. A confirmação dessas hipóteses constitui um fenómeno cognitivo que não obedece sempre à lógica (Sperber & Wilson 1995), na medida em que se configura como um produto do processo inferencial em si mesmo, por natureza muito sustentado pelo capital mental do leitor e menos por leis lógicas ou dedutivas. Nesse sentido, a inferência é não-demonstrativa e pode conduzir a falhas de comunicação. Não havendo prova ou referência existente no mundo real, o sentido produzido é uma criação exclusiva de cada recetor, sendo, aliás, dependente do uso que o leitor faz do seu conhecimento prévio, como refere também Kintsch (1998).

## 2.2. A operacionalização do conhecimento prévio no pensamento inferencial

No entender de Kintsch (1998), os processos inferenciais que permitem originar a compreensão de enunciados, escritos ou orais, não se cingem à evocação de conhecimento declarativo do recetor, mas vão no sentido de gerar soluções para problemas que se colocam ao processo de compreensão e que nem sempre encontram um caminho para a informação armazenada na memória a longo prazo (MLP). Num processo de recuperação de informação prévia deste tipo, existe um estímulo que, gerido pela memória de curto prazo (MCP), evoca conhecimento adquirido no sentido de criar integração do material novo com aquele que é anterior e familiar. Contudo, na visão de Kintsch (1998), o pensamento de cariz inferencial, seja ele mais automático ou mais controlado, é gerado no decurso do processo de compreensão e vai para além do que o texto origina, configurando uma criação nova de sentido.

Assim, seguindo ainda Kintsch (1998), a evocação de conhecimento que podemos apelidar de inferências de ligação (ou “bridging inferences” como lhes chamam Kintsch (1998) ou Koda (2004)) depende de elementos mais localizados no texto no sentido em que são suscitadas por mecanismos de conexão frásica. Este tipo de inferência local é, em geral, um processo automático em L1, mas pode implicar mais controlo por parte de um falante de L2, porquanto os mecanismos de coordenação ou de subordinação podem não ser familiares.

Por outro lado, no campo das inferências mais produtivas, isto é, aquelas que Kintsch (1998) caracteriza como transitivas dentro de um domínio conceptual familiar, o processo tende, em geral, também a ser automático. Este parece ser o tipo de inferência que, debelados os obstáculos de superfície, pode levantar dúvidas ao leitor do texto literário por depender de um campo conceptual comum que pode não ser coincidente. Nestes casos, há um efeito de estranhamento a que se fará referência adiante.

De facto, parece ser a esta dificuldade que tanto Barthes (2009) como Manguel (2010) aludem ao referirem-se à impenetrabilidade da escrita que origina o que o segundo autor designa como um produto de compreensão imanentemente defeituoso, mas simultaneamente valioso.

Neste sentido, o processamento inferencial apoia-se no conhecimento prévio do leitor que opera como um instrumento de resolução de problemas. Porém, ao longo do caminho, podem assomar pistas que apontem no sentido de uma solução negada pelo próprio texto.

### 2.3. Ingredientes da inferência elaborativa

Como refere Andrews (2014), o significado resulta de um processo de negociação ao qual as categorias fixas, previamente estabelecidas, nem sempre dão a melhor resposta. Nesta negociação, entram a competência linguística, referentes extra e intralinguísticos e o contexto linguístico, para além do situacional, bem como o capital de experiências do leitor. Tendo em conta que o texto literário é menos explícito nos múltiplos sentidos que propõe e que se mostra mais hermético e truncado, cada um destes elementos que compõem o quadro da resolução do problema que constitui a compreensão, assume uma importância maior, porque põe em causa o que é referenciável do ponto de vista linguístico e conceptual ao apresentar-se o sentido de forma mais simbólica ou metafórica.

A este nível, o nome de um objeto referenciável no mundo real não lhe corresponde muitas vezes senão parcialmente. Um nome representa mais do que uma simbolização de uma entidade do real, como questiona Shakespeare<sup>2</sup>(1597).

Talvez a metáfora consubstancie mais perfeitamente a relação da linguagem com o pensamento, como refere Emig (1983). Numa visão generalizada da escrita, tendemos a antecipar uma mente escritora organizada que verte para palavras escritas um conteúdo explícito e preciso do pensamento. Na realidade, há no pensamento, com frequência, apenas uma ideia difusa que só pela ação da escrita se desdobra e elabora não necessariamente no sentido da explicação, mas frequentemente numa direção mais associativa e simbólica que a metáfora serve e que assenta na estrutura mais profunda do texto (Smith 1994).

É neste campo mais abstrato que se joga muito do significado contido

---

<sup>2</sup> Em *Romeu e Julieta*, a protagonista questiona “What’s in a name? that which we call a rose/ By any other name would smell as sweet” ao refletir acerca dos motivos pelos quais é proibida de se relacionar com Romeu, um Montéquio, cujo nome simboliza um inimigo e não só um apelido para a sua família. (Shakespeare 1597).

no texto literário. De facto, quanto mais distante a simbolização da palavra estiver de um referente real, de percepção sensorial e comum, mais pessoal e mais subjetiva se pode tornar. Nesse patamar, há influências que podem advir da cultura nacional, regional ou familiar de cada indivíduo, mas também do *Zeitgeist* que o moldou. Estes fatores, implícitos no texto literário, se bem que invisíveis, podem tornar a compreensão num processo labiríntico que, em L2, pode tornar-se desmotivante e penoso pela distância necessariamente maior entre culturas, património histórico e seus reflexos linguísticos.

Há, no entanto, leitores que, mesmo em L2, passam por este processo com maior facilidade. Que razões podem explicar estas diferenças entre desempenhos na leitura do texto literário?

A descodificação deste tipo mais simbólico de registo depende de fatores que se prendem com a biliteracia (Goodman et al. 1979; Hornberger 2004), isto é, a competência que resulta da construção de um capital operacional e linguístico que permite compreender um texto escrito. Como diz Olson (1994), a literacia consiste na “ability to make use of written texts” (1994:1), o que numa L2 encerra um leque mais vasto de competências. Quando Goodman et al. (1979) ou Hornberger (2004) aludem à construção de uma competência de biliteracia, descrevem um processo gradual e contínuo de apropriação do texto escrito numa L2. Neste processo, o diálogo ininterrupto entre as diversas línguas do leitor contribui de formas diversas para a construção de sentido. Entre elas, a experiência de vida do leitor, o capital de literacia noutras línguas, o grau de proficiência na sua L1 e noutras L2s e a influência intralinguística da mesma L2 na qual lê. Assim, seguindo também Bernhardt (1991; 2011), quanto mais um leitor de L2 ler, em geral, e sobretudo na mesma língua, mais competente será a construir sentido a partir de leituras gradualmente mais desafiantes, como também preconiza Stanovich (1986; 2000) para a L1.

Esta construção gradual leva tempo, motivo pelo qual o investimento na influência inter e intralinguística, no que respeita ao contacto com o texto literário, deve ser encetado cedo no processo de aprendizagem, sobretudo se o aprendente não é experiente na leitura literária nas suas outras línguas. Este contacto continuado leva a uma aprendizagem não só da L2 mas das convenções que lhe são inerentes. Como refere Emig (1983), nem tudo



o que é aprendido resulta de instrução formal, o que leva a considerar o potencial de contágio da leitura literária sobre a competência linguística geral e sobretudo sobre a capacidade de biliteracia com reflexos sobre o desempenho escrito.

### 3. Duas vantagens da abordagem ao texto literário

#### 3.1. O potencial contagioso

O contágio que a leitura permite (Emig 1983) vai ao encontro do que Kang (2020) refere quando alude à importância de fornecer textos-modelo que, quer sendo anteriores ou posteriores ao processo de escrita em L2, o favorecem em detrimento da intervenção corretiva exclusivamente posterior. Estas “samples of well-written texts” (Kang 2020: 2) operam como sugestões de escrita cujas estruturas, vocabulário e conteúdo podem acender um rastilho de possibilidades em qualquer um destes campos. Kang (2020) regista que, no ataque à escrita, os estudantes de L2 de nível intermédio alto sentiam dificuldades no processamento de sentido com base nos recursos lexicais de que dispunham mais rapidamente. Este tipo de obstáculo sugere que a falta de mobilização de recursos antes e durante o ataque à escrita limita o desempenho, pelo que o contexto no qual se propõe a leitura e a escrita deve ser orientado pela necessidade de expor o aprendiz a todos os estímulos que se antecipem úteis para o exercício de compreensão e de produção verbais em qualquer fase do processo da escrita.

Também Ireland e Pennebaker (2010) fazem menção do potencial de contágio linguístico de qualquer tipo quando exploram a sincronia verbal que se estabelece entre locutores, conquanto o contexto comunicacional ocorra por via oral ou escrita. Na opinião dos autores, a sincronia verbal ocorre sobretudo ao nível das palavras funcionais, razão pela qual as consideram representativas das diferenças individuais dos falantes e, conseqüentemente, do estilo de escrita de quem as usa. Tal como Sacks (2010), os autores aludem a um tipo de “language style matching” (Ireland & Pennebaker 2010: 551) que é automático e que transporta a influência implícita do que lemos e ouvimos com reflexos maiores nos mecanismos

funcionais das línguas.

Assim, o contexto no qual se trata o texto literário em L2 deve obedecer a um planeamento cuidado que permita ponderar a escolha dos textos, os interesses dos leitores e as suas dificuldades no plano do desempenho linguístico sob pena de sobrecarregar o aprendiz e de o afastar da leitura voluntária. Mas será também importante situar o texto no seu tempo, relacioná-lo com o espírito no qual teve origem e aproximar o autor do leitor pela sua caracterização e biografia. Assim, não só a história literária encontra pontos de contacto com o leitor, como a história biográfica do autor pode também iluminar opções narrativas e linguísticas ou conceptuais.

Poderá argumentar-se que a literatura não é o único género que pode subsidiar este tipo de empréstimo. Com efeito, existem outros registos com o mesmo potencial de sincronia verbal. No entanto, nem todos fornecem uma história que mobilize outras dimensões mentais, mais ligadas às emoções ou aos afetos, capazes de tornar a L2 num veículo mais próximo de sentido (Spack 1985). É precisamente o carácter mais hermético da literatura que espoleta a imaginação do leitor no sentido de construir universos possíveis com base naqueles que são familiares quer através da sua própria experiência, quer através de outras leituras que viveu anteriormente. É também no campo do processamento inferencial que a imaginação tem um papel fundamental, porque faz a ligação entre o passado do leitor, o seu potencial de imaginação e as múltiplas possibilidades de interpretação do texto em mãos.

### 3.2 A flexibilidade cognitiva

A leitura literária leva, de acordo com Armstrong (2013), ao equilíbrio de tensões entre o que é familiar e permite inferir com base em conhecimento estabelecido e o que é novo, surpreendente ou chocante. Esta tensão cujo equilíbrio é constantemente alterado conduz o leitor a um processo de sucessivas (re)avaliações do que lê à luz da sua cultura, das suas crenças e de aprendizagens anteriores.

No campo da aprendizagem de uma L2 e da produção linguística em geral (Paradis 2004), e em particular da escrita (Pinto 2013), os percursos mentais familiares são automáticos enquanto os que se exigem diferentes

podem resultar mais elaborados e mais penosos. Segundo Rosenblatt (1960) e Armstrong (2013), a literatura (bem como outras manifestações artísticas) levam o leitor a patamares de dúvida e de reflexão que causam atividade acrescida no cérebro e que, por isso, contribuem para a continuada flexibilidade mental que se espera, entre outros motivos, que contribua para a reserva cognitiva futura de quem lê (Snowdon et al. 1996; Pinto 2010).

Se, por um lado, a familiaridade leva à produção mais escorregada de inferências e a um conforto interpretativo, o estranhamento que outros elementos de um texto podem causar, no sentido brechtiano (*Verfremdung*), interrompe, de acordo com Armstrong (2013), a circularidade interpretativa que a antecipação inevitavelmente contida no ato de ler (Goodman 1996) convoca. A perturbação da expectativa de encontrar padrões quer na história, quer no comportamento ou desenho psicológico das personagens, choca o leitor e exige dele uma pausa reflexiva ou uma dúvida consciente que resiste à tentação de fechar o círculo de compreensão. Conforme explica Armstrong (2013), “[a]ll too easily formed by repeated experiences, habits make our actions more efficient by eliminating the need for conscious, purposive deliberation, but they then lock us into patterns that are hard to break.” (Armstrong 2013: 48). Se à literatura se puder atribuir um valor cognitivo, esse residirá amplamente nas múltiplas possibilidades de construção de pensamento inferencial recursivo, na medida em que exige a constante reavaliação das convicções do próprio leitor quando se vê confrontado com o que lhe parece a intenção do autor num determinado contexto situacional desenhado no texto. Há ainda que considerar a suspensão das convicções próprias a favor de contemplar os argumentos do próprio texto, exercício que contribui certamente para a construção de espírito crítico, na visão de Haber (2020). Este autor vê o pensamento crítico como a capacidade de, ao analisar informação, aprofundar pontos de vista, alargar a reflexão a ângulos ainda não contemplados, monitorizar o próprio pensamento no sentido de resolver um problema, sem no entanto ceder à tentação de o fechar com base em convicções pouco fundamentadas. Na verdade, como sublinha Armstrong (2013), no campo da literatura, essa solução não existe, já que nem sempre se chega a conclusões sobre o caráter de uma personagem ou até sobre a intenção do autor relativamente a certos pontos da história. Até porque essas soluções são em si mesmas inconstantes. Quantos leitores

terão julgado Anna Karenina com facilidade de várias formas diferentes ao longo do romance, tendo talvez chegado à última página ainda sem uma opinião final sobre a personagem? Talvez essa dúvida seja parte da intenção de Tolstoi ao conduzir o leitor por vários estados emocionais que oscilam entre a surpresa, o choque, a identificação ou outros, dependendo do leitor. Assim, o texto, como uma metáfora, exige do leitor a reconfiguração das suas partes num todo que nem sempre fica fechado porquanto talvez deva mesmo não se fechar esse círculo de compreensão mais confortável. No entender de Armstrong (2013), “the circular, recursive characteristics of interpretation are a manifestation of the noncentered, reciprocal interactions that are normal to the functioning of the brain” (p. 84). Assim, as lacunas de sentido deixadas em branco pelo texto originam espaço para a abstração, na medida em que mais recursos mentais confluem para um esforço interpretativo que pede distância. É dessa forma também que a leitura do texto literário se configura como uma quebra na consistência dos ambientes cognitivos mais familiares e expectáveis, abrindo caminho ao pensamento crítico.

#### 4. Conclusão

Dos pontos aduzidos anteriormente, pretende-se manter presente a importância da exposição do aprendente de qualquer L2 ao registo literário da língua em aprendizagem, para além de outras. Não só se abrem oportunidades de enriquecimento linguístico através de exemplos de um uso criterioso da língua, como se alimenta a dimensão cultural e histórica que a rodeia. Quando se refere a apropriação de uma L2, este nível de conhecimento está implícito, mas sem a dimensão literária estará certamente incompleto, até mesmo pela incapacidade de gerar inferências presentes e futuras com base em referências frequentes a obras de peso, a autores incontornáveis, como também às ocasionais citações dos clássicos de cada cultura.

Não obstante a importância do contágio linguístico, importa frisar o peso que leituras mais elaboradas e menos explícitas tem na arquitetura cognitiva do leitor, seja ela feita em L2, como noutras línguas. A prática de

pensamento inferencial de cariz elaborativo leva a uma distância saudável dos percursos previsíveis do funcionamento do cérebro e afasta-o de processos rotineiros de acesso a informação. Esta distância abre a porta à implicação de processos mentais que convocam mais recursos que abrem mais itinerários de processamento de informação. A flexibilidade mental que preconiza em todas as fases da vida beneficia do estímulo exigente que é a leitura literária e certamente conduzirá o leitor a outros estímulos semelhantes com mais facilidade.

No que concerne especificamente à aprendizagem de uma L2, a fluência que surge como um objetivo último do processo não sairá diminuída do contacto com a leitura literária. Beneficiará não só na medida em que alarga os horizontes culturais dos quais a língua depende, mas também ao elevar o potencial cognitivo do aprendente com reflexos não só no desempenho linguístico de uma L2, mas provavelmente nas suas várias línguas, ao alimentar o contínuo de biliteracia (Goodman et al. 1979; Hornberger 2004) no qual se movem aqueles que usam (Cook 2002) mais do que uma língua. As produções oral e escrita sairão também beneficiadas da influência de um modelo de uso exímio da língua em processo de aprendizagem (Emig 1977; Hirvela 2001).

#### REFERÊNCIAS

- Andrews, E. 2014. *Neuroscience and multilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Armstrong, P. B. 2013. *How literature plays with the brain: The neuroscience of reading and art*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Barthes, R. 2009. *O prazer do texto precedido de Variações sobre a escrita*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bernhardt, E. 1991. *Reading Development in a second language: theoretical, empirical, and classroom perspectives*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- Bernhardt, E. 2011. *Understanding Advanced Second Language Reading*. New York: Routledge, Taylor and Francis Group
- Coleridge, S. T. 1817. *Biographia literaria*. Disponível em <https://web.english.upenn>.

- edu/~mgamer/Etexts/biographia.html (último acesso a 20/01/2021).
- Cook, V. 2002. *Portraits of the L2 user*. Buffalo, N.Y.: Multilingual Matters Lda.
- Damásio, A. 2013. *O sentimento de si. Corpo, emoção e consciência*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Djivic, M.; Oatley, K.; Moldoveanu, M. C. 2013. Opening the closed mind: the effect of exposure to literature on the need for closure. *Creativity Research Journal*, 25 (2): 149-154.
- Emig, J. 1977. Writing as a mode of learning. *College Composition and Communication*. 28(2): 122-128.
- Emig, J. 1983. *The web of meaning*. Upper Montclair, N.J.: Boynton/ Cook Publishers, Inc.
- Goodman, K. 1996. *On Reading. A common sense look at the nature of language and the science of reading*. Portsmouth: Heinemann.
- Goodman, K.; Goodman, Y.; Flores, B. 1979. Reading in the bilingual classroom: literacy and biliteracy. InterAmerica Research Associates, Inc.
- Haber, J. 2020. *Critical thinking*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Hirvela, A. 2001. Connecting reading and writing through literature. In D. Belcher & A. Hirvela (Eds.) *Linking literacies. Perspectives on L2 reading-writing connections*. Michigan: The University of Michigan Press.
- Hornberger, N. 2004. The continua of biliteracy and the bilingual educator. *Educational linguistics in practice. International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*. 7 (3): 155-171.
- Ireland, M.E.; Pennebaker, J.W. 2010. Language Style Matching in Writing: Synchrony in Essays, Correspondence, and Poetry. *Journal of Personality and Social Psychology*. 99 (3): 549–571.
- Kang, Z. 2020. Usage-based instruction, systems thinking, and the role of Language Mining in second language development. *Language Teaching*: 1-16.
- Kaplan, J.T.; Gimbel, S.I.; Dehghani, M.; Immordino-Yang, M. H.; Sagae, K.; Wong, J. D.; Tipper, C. M.; Damasio, H.; Gordon, A. S.; Damasio, A. 2017. Processing narratives concerning protected values: A cross-cultural investigation of neural correlates. *Cerebral Cortex*. 27: 1428-1438.
- Kintsch, W. 1998. *Comprehension. A paradigm for cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Koda, K. 2004. Reading and language learning: Crosslinguistic constraints on second language reading development. *Language Learning*. 57 (1): 1-44.

- Krashen, S. 1985. *The power of reading. In Inquiries and insights. Selected essays.* Hayward, CA: Alemany Press.
- Olson, D. R. 1994. *The world on paper.* Cambridge: Cambridge University Press
- Paradis, M. 2004. *A Neurolinguistic Theory of Bilingualism.* Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Pinto, M. da G. L. C. 2010. A leitura/ escrita na universidade e para lá dos seus muros. In M.ª J. Marçalo; M.ª C. Lima-Hernandes; E. Esteves; M.ª C. Fonseca; O. Gonçalves; A. L. Vilela; A. A. Silva (Eds.) *Lingua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas.* Évora: Universidade de Évora.
- Pinto, M. da G. L. C. (2013). A leitura e a escrita: um processo conjunto assente numa inevitável cumplicidade. *Letras de Hoje.* 48 (1): 116-126.
- Rosenblatt, L.M. 1960. Literature: the reader's role. *The English Journal.* Vol. 49 (5), p. 304-316.
- Sacks, O. 1985. *The man who mistook his wife for a hat and other clinical tales.* New York: Summit Books.
- Spack, R. 1985. Literature, reading, writing, and ESL. Bridging the gaps. *TESOL Quarterly.* 19 (4): 703-725.
- Sperber, D. & Wilson, D. 1995. *Relevance: Communication and cognition.* Malden: Blackwell Publishing.
- Shakespeare, W. 1597. *Romeo and Juliet.* Disponível em [http://shakespeare.mit.edu/romeo\\_juliet/full.html](http://shakespeare.mit.edu/romeo_juliet/full.html) (Último acesso a 1 de fevereiro de 2021).
- Smith, F. 1994. *Understanding reading. A Psycholinguistic analysis of reading and learning to read.* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc. Publishers.
- Stanovich, K. E. 1986. Matthew effect in reading. Some consequences of individual differences in the acquisition of literacy. *Research Quarterly.* 21 (4): 360-407.
- Stanovich, K. E. 2000. *Progress in understanding reading: scientific foundations and new frontiers.* New York: The Guilford Press.
- Vigotski, L. 2007. *Pensamento e Linguagem.* Lisboa: Relógio D'Água Editores.





# Greek derivational affixes: roots or categorizers?<sup>1</sup>

Artemis Alexiadou

artemis.alexiadou@hu-berlin.de

*Humboldt Universit t zu Berlin & Leibniz-Zentrum Allgemeine  
Sprachwissenschaft (Germany)*

## ABSTRACT.

In this paper, I am concerned with the status of derivational affixes in Distributed Morphology: are these roots or categorizers? I will compare Greek to English and Dutch, as some derivational affixes in these two languages have been claimed to be roots. I will show that Greek derivational affixes are categorizers, and I will offer an explanation that capitalizes on the stress properties of Greek derivational affixes.

## KEYWORDS.

Derivational affixes; roots; categorizers; Greek; English; Dutch; accented affixes.

## 1. Introduction

Distributed Morphology, henceforth DM, is a theory of grammar that takes the syntactic component to build complex hierarchical representations from abstract morphemes via Merge. In DM, it is generally assumed that the morphemes manipulated by syntax are roots and functional morphemes. According to Embick (2010: 21), these can be defined as follows:

- (1) **Functional Morphemes:** Terminal nodes consisting of (bundles of) grammatical features, such as [past] or [pl], etc.; these do not have phonological representations.

**Roots:** Members of the open-class or ‘lexical’ vocabulary: items such as  $\sqrt{\text{CAT}}$ ,  $\sqrt{\text{OX}}$ , etc.

---

<sup>1</sup> I am grateful to Ana Maria for her friendship and support. This is a puzzle for her to think about. The research results presented in this publication were funded by the German Research Foundation (DFG), AL 554/81-1.

In this framework, roots are taken to be a-categorial. Category defining heads introduce categorization in the syntax, e.g., little *n*, little *v*, and little *a*. The combination of a category defining head with a root yields thus nouns, verbs or adjectives, but see Borer (2013) for arguments that adjectives come categorized. Once categorized, words can of course participate in further word formation processes, see Arad (2005) and Embick (2010) for further discussion.

As for DM there is really no difference between inflection and derivation, derivational affixes are not treated differently from functional morphemes in most DM analyses. However, several authors have questioned the analysis of derivational affixes as realizations of categorizing heads, claiming that at least certain such affixes may be roots. This is a very interesting debate, which ultimately highlights the need for diagnostics of what a root is. De Belder (2011), Lowenstamm (2015) and Creemers et al. (2018) among others argue that all or indeed some derivational affixes in Dutch and English are actually roots, cf. Borer (2013). In this contribution, I will revisit this discussion by comparing Greek to English and Dutch. Specifically, I will consider certain Greek derivational affixes in the light of this controversy and show that while at first sight it looks like Greek has also derivational affixes that may be classified as roots, a closer inspection reveals that they are actually categorizers.

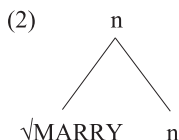
The paper is structured as follows: in section 2, I summarize the debate on the status of derivational affixes. In section 3, I discuss certain processes of word formation in Greek. In section 4, I offer some general conclusions.

## 2. The controversial status of derivational affixes

### 2.1 Derivational affixes as categorizers

In Embick (2010), a DM approach to word formation is outlined according to which, category defining heads, namely, *n*, *v*, and *a* are cyclic heads, see also Arad (2005). This means that these heads define the phases that trigger spell-out. According to Embick (2010: 37), when a cyclic head is merged, the cyclic domains in the complement of this head are spelled out. The

cyclic head itself is not subject to Vocabulary Insertion, which takes place when this head is found in the cyclic domain of another cyclic head, Embick (2019: 39). Embick offers a discussion of nominal derivational affixes to illustrate the point. The noun *marriage* has the structure illustrated in (2):

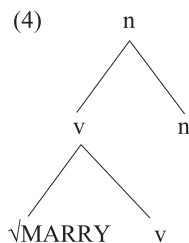


According to Embick, when *n* is merged with the root, there are no phases in *n*'s complements. Thus, when a higher cyclic head is merged, the domain centered on *n* will be spelled out. In this cycle, the  $\sqrt{\quad}$  and *n* will be linearized, and Vocabulary Insertion (VI) will take place. This is illustrated in (3), from Embick (2010: 40):

(3) Syntax: Higher cyclic head triggers spell out of *n*

1. PF: Linearization  $\sqrt{\text{MARRY}} \sim n$
2. PF: VI at *n*:  $\sqrt{\text{MARRY}} \sim [n, -age]$

However, when a category changing head is involved, e.g. *-ing*, the derivation is a bit more complex, as a *v* layer is included. Now *n* triggers spell-out in its domain, as it embeds *v*. The steps are summarized in (5), from Embick (2010: 40):



- (5) a. Merge of n triggers spell out of v-phase
- i. PF: Linearization  $\sqrt{\text{MARRY}} \frown_v$
- ii. PF: Vocabulary Insertion at v:  $\sqrt{\text{MARRY}} \frown_{[v,-\emptyset]}$
- b. Syntax: Later cycle triggers spell out of n-phase
- i. PF: Linearization  $[v,-\emptyset] \frown_n$
- ii. PF: Vocabulary Insertion at n:  $[v,-\emptyset] \frown_{[n,-ing]}$

As detailed in Embick (op.ci.t.), when n undergoes VI, the root is not present, hence n does not show root conditioned allomorphy. In addition, this cyclic domain is a special domain for interpretation: the first categorizing head fixes the interpretation of the root, which is then carried on in further derivation processes (Arad 2005).

On this type of approach, category changing affixes are realizations of categorizers. In this, DM basically follows the standard analysis of category changing affixes as being responsible for the category of the word which they head.

## 2.2 Derivational affixes as roots

According to De Belder (2011: 153ff), there are several affixes in Dutch that can be found in more than one category: 21 out of 143 affixes in Dutch yield both nouns and adjectives. As shown in (6) and (7), the affix *eel* and its allomorphs *-ieel*, *-ueel*, *-aal*, *-icaal*, *-onaal* and *-iaal* are used both in noun and adjectival formation:

- (6) de intellect-ueel

the intellect-UEEL

‘the intellectual’

(7) de koloni-aal

the colony-AAL

‘the colonial’

The two affixes cannot be combined, as shown in (8) from De Belder (2011: 158), which is accounted for if these are one and the same VI, and thus not a case of accidental homophony:

(8) \*de nonsens-icaalA-aalN

the nonsense-ICAAL-AAL

Intended: ‘someone or something which is nonsensical’

(9) illustrates some more affixes that yield both nouns and adjectives, and see De Belder (2011: 160-161) for a complete list:

(9) suffix	N	A
-air	<i>diamantair</i> ‘diamond dealer’	<i>elementair</i> ‘elementary’
-oot	<i>malloot</i> ‘scatterbrain’	<i>idiot</i> ‘idiotic’
-(o)ide	<i>asteroïde</i> ‘asteroid’	<i>paranoïde</i> ‘paranoid’
-ieur	<i>interieur</i> ‘interior’	<i>inferieur</i> ‘inferior’
-aan	<i>mohammedaan</i> ‘Muhammadan’	<i>momentaan</i> ‘momentary’
-aat	<i>kandidaat</i> ‘candidate’	<i>accuraat</i> ‘accurate’

In addition to that, Dutch has several affixes that can be used in nominal and verbal formations, see (10a-b), as well as adjectival and verbal formations, see (11a-b), from De Belder (2011: 161-164):

- (10) a. een trom-el  
a drum-EL  
'a drum'
- b. trom-el-en  
drum-EL-INFINITIVE  
'to drum'
- (11) a. en maat-ig-e belangstelling  
a measure-IG-INFL interest  
'a moderate interest'
- b. maat-ig-en  
measure-IG-INFINITIVE  
'to moderate'

De Belder (2011) thus concludes that affixes are not rigidly associated with a specific category. Turning to a discussion of Dutch affixes that seem to be category specific, she suggests that this may be due to convention, as cases of nonce words support the claim that affixes may have some flexibility. One such example is given in (12), from De Belder (2011: 193), showing the verbal use of an affix that otherwise only forms adjectives:

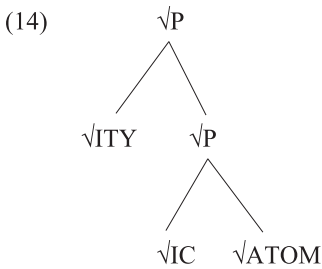
- (12) ge-schild-erij-d-e muren  
GE-paint-ERIJ-D-INFL walls  
Lit.: 'painted walls' Intended: 'walls with paintings'

A similar point is made in Lowenstamm (2015) in his discussion of English derivational affixes. For instance, *-ian* in English is not unequivocally associated with one category, and is involved both in adjective and nominal formation:

- (13) a. reptil-ian<sub>A</sub>
- b. librar-ian<sub>N</sub>

(13) is unexpected, according to Lowenstamm (2015), if affixes simply realize categorial heads: if that were the case, one would need to assume that there are two affixes, one realizing a and one realizing n. The conclusion drawn by Lowenstamm (op.cit.) is that this is not a case of accidental homophony, but rather we are dealing with one and the same element, suggesting that affixes are roots. Lowenstamm (2015) suggests that several other English affixes behave alike, e.g., *-able*, *-al*, *-ic*, *-y*, *-ish*.

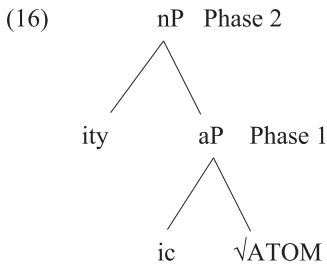
An important point that Lowenstamm makes is that if derivational affixes are no longer categorial heads, they also no longer introduce phase-boundaries. Recall that in Embick’s work categorial heads introduce phase boundaries. Consider in this respect, Lowenstamm’s discussion of the forms *atom*, *atomic* and *atomicity*. According to Lowenstamm, *-ic* and *-ity* are roots and the word formation processes they are involved in can be conceived of as in (14):



The structure in (14) explains why it is possible to have non-compositional meanings when *-ic* *-al* and *-ity* are involved, shown in (15a). By contrast, the DM view outlined in Embick suggests that non-compositional meaning is restricted in the domain of the first categorizing head. A similar criticism is raised in Borer (2013: 445ff), who points out that categorization at the phase level might be too narrow for compositionality: as we see in (15b) several derived forms are non-compositional beyond the level of the first categorizer.

- (15) a. globe global globality  
b. civilization, naturalize, sensational

According to Lowenstamm (2015), analyzing affixes as roots can explain English stress shift, i.e., the fact that stress moves as affixes are added. In this, he states that his analysis is superior to two analyses of stress shift that view roots as categorizers, namely Marvin (2003) and Embick (2010). As Lowenstamm points out, on Marvin's (2003) analysis, phase heads trigger the spell-out of their complement, thus in a structure as the one in (16), this will yield spell-out of the root and stress will be frozen on *tom*. On Embick's (2010) account, as discussed in Lowenstamm (op.cit.), phase heads trigger the spell-out of their cyclic complements, this means that in the structure in (16) spell-out takes place in phase 2, and that would yield *at micity*, i.e., the stress will be frozen on the penultimate syllable.



In their discussion of Dutch derivational affixes, Creemers, Don & Fenger (2018) argue that only affixes showing categorial flexibility are roots, again not allowing for an analysis in terms of accidental homophony; all other derivational affixes realize functional heads. They reach this conclusion by considering several criteria, illustrated in (17):

- (17) Criteria
- a. flexibility
  - b. stress behavior
  - c. selectional restrictions

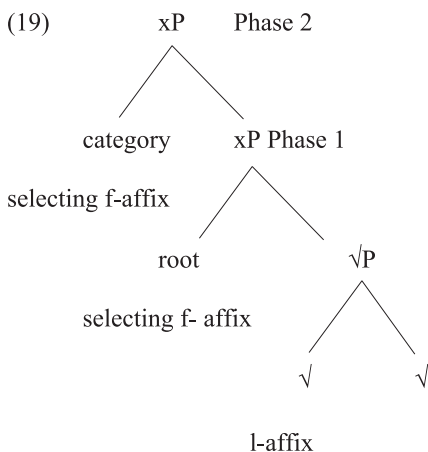


d. relative order

On the basis of their arguments, Dutch affixes *aal*, *-ief*, *-iel* and *-iek* are all flexible, attach to bound stems and are stress shifting. These are labelled level Ia affixes. By contrast, *-ig* [əx], *-(e)lijk* [lək], *-iteit* [iteit], and *-(is)eer* are not categorially flexible, may attach to bound stems and are stress shifting. These are labelled level Ib affixes. Ia are roots, while Ib ones realize categorial heads. Next to those two, there is a third group of affixes, labelled level II such as *-dom*, which are rigid in terms of category, they attach to words and do not cause stress shift. These are also categorizers. Their proposal is given in (18), from Creemers et al. (2018: 67):

- (18) a. There are two types of affixes: l-affixes and f-affixes.  
 b. F-affixes can have different selectional requirements: [u √P], [u xP] or [u x].  
 c. Only cyclic complements of phase-heads are sent to the interfaces

Importantly, only those affixes that are l-affixes, i.e., roots, are also categorially flexible. (19) offers a structural representation of this system:



(20) shows that when all types of affixes occur, they appear in a fixed order, namely level II affixes appear outside Ib affixes, which appear outside

la affixes, from Creemers et al. (2018: 60):

- (20) a. glob-al-iseer-ing                                      b. \*glob-\*{ing}-aal-\*{ing}-iseer  
 GLOB-AALA1-EERA2-INGA3      GLOB-INGA3-AALA1-INGA3-ISEERA2  
 ‘globalization’

As Creemers et al. note (2018: 71): “the proposal excludes the existence of any affixes that are both categorially flexible and stress-neutral, since it is impossible that an affix both appears as an uncategorized element (necessary to be flexible), and outside the first phase (necessary to be stress-neutral). That is, if an affix occurs outside of the first phase, it needs to be a phase head itself, and therefore, it should always spell out one and the same category. To the best of our knowledge, stress-neutral flexible affixes are indeed unattested in Dutch.”

Other languages that have been argued to provide evidence for derivational affixes as roots are French by Don, Sleeman & Westveer (2015), and Slovenian (Simonović 2018). With this background, let us now turn to Greek.

### 3. Greek derivational affixes

#### 3.1 Some background on Greek morphology

Greek, unlike Dutch and English, has a rich nominal and verbal morphology. With respect to nouns, according to Ralli (2000), the language has several declension classes (DC) (8 in total, see table 1, and Alexiadou & Müller 2008 for discussion and further references).

TABLE 1 - Greek Declension Classes

	I <sub>M/F</sub>	II <sub>M</sub>	III <sub>F</sub>	IV <sub>F</sub>	V <sub>N</sub>	VI <sub>N</sub>	VII <sub>N</sub>	VIII <sub>N</sub>
Nom <sub>sg</sub>	os	s	∅	∅	o	∅	os	∅
Acc <sub>sg</sub>	o	∅	∅	∅	o	∅	os	∅
Gen <sub>sg</sub>	u	∅	s	s	u	u	us	os
Voc <sub>sg</sub>	e	∅	∅	∅	o	∅	os	∅
Nom <sub>pl</sub>	i	es	es	is	a	a	i	a
Acc <sub>pl</sub>	us	es	es	is	a	a	i	a
Gen <sub>pl</sub>	on	on	on	on	on	on	on	on
Voc <sub>pl</sub>	i	es	es	is	a	a	i	a

As is clear from table 1, nominal morphology in Greek is highly syncretic and we do not seem to have a perfect match between DCs and genders. As gender is a characteristic property of nouns only, (Kramer (2015), Anagnostopoulou (2017), Alexiadou (2017) and Markopoulos (2018) take gender to be a property of n.

$$(21) \quad [{}_n \text{ n-gender } \sqrt{\text{root}}]$$

Since DC is also a property related to nouns, it should be realized on n. In Alexiadou (2004), I argued against identifying special projections in the nominal domain hosting DC and gender features, see also Alexiadou & Müller (2008). Thus, from the point of view of the structure in (21), we can identify n, the nominalizing head, as the host of both DC and gender. Adjectives also inflect for DC, thus a heads should also be associated with DC information.

Greek has three conjugation classes, which means that all verbal heads in Greek should encode information about verbal conjugation. Spyropoulos, Revithiadou & Panagiotidis (2015) provide arguments that the verbalizing v head is present in many Greek verbs even those that do not contain verbalizing morphology: specifically, they argue that “in 1st Conjugation verbs it usually takes the form of certain verbalizing suffixes or, for a handful of verbs of Ancient Greek origin, it has no exponence. However, in 2nd Conjugation verbs morphology spells out this v head as an empty vocalic

slot, a ghost vowel.”, Spyropoulos et al. (2015: 321). Verbalizing affixes are: *zo*, *-(i) zo*, *- no*, *- vo*, *- no*, *- ro*, see also Alexiadou (2009), Efthymiou (2011), and Anagnostopoulou & Samioti (2013). Note that all verbalizing affixes in Greek are accented. All verbs agree with their subjects, and carry inflectional information about Aspect/Voice, and Tense, see Merchant (2015), Christopoulos & Petrosino (2018).

Thus, unlike in English, in Greek there is no single word that only contains one morpheme, rather every word is the result of the combination between a root and either inflectional information, or a root and derivational affixes to which inflectional information is added. A further point to keep in mind is that Greek is a lexical stress language, in which every word has a single stress. Importantly, the scope of stress is limited to the last three syllables of a word. For all derived words that we will consider, we need to separate the root from the affix and determine which elements belong to the root or the affix, often a non-trivial task.

### 3.2 Greek affixes: roots or categorizers?

As observed in Revithiadou (1999: 82), most, but not all, Greek affixes are vowel initial, a fact that she takes to be the result of the re-analysis of thematic vowels as part of the suffix. In turn, this means that roots are mostly consonant final. An important insight from Revithiadou’s work, to which I will come back in the next section, is that derivational affixes in Greek determine the stress of the word, independently of the stress pattern of the root, as expected, if they determine the category of the word.

Manolesou & Ralli (2015) state that a characteristic of the language across diachronic stages is that nominal affixes can be used in the formation of adjectives as well. This point has been made for Classical Greek, and Manolesou & Ralli argue that it is still visible in Modern Greek, offering examples such as the ones in (22) with the suffix *-m s*. For instance, Petersen (1916) states that Classical Greek *m s* is a primary suffix, attaching to roots; according to Petersen, it is meaningless initially, as it can yield different types of nouns and adjectives. In Modern Greek, the nominal examples all bear masculine gender, and the affix itself is stressed. Classical grammars list *-m* as the derivational affix and *-s* as part of the DC information, while in

Ralli's (2000) system - *s* would be part of the DC information.

- (22) ther-m-ós                                      diog-m-ós                                      kor-m-ós  
hot-suffix-DC =Adjective      chase- suffix-DC      tree trunk- suffix-DC

Another affix that seems to be used for both nouns and adjectives is *-ik*, illustrated in (23) and (24). The nominal forms in (23) bears neuter gender, the adjectival examples are illustrated in the masculine form:

- (23) a. manávis      manáv-ik-o                                      b. psarás psar-ádik-o  
grocer                      grocery shop suffix-DC      fisher      fisher shop suffix-DC
- (24) a. gálos              gal-ik-ós                                      b. ipologistís      ipologist-ik-ós  
French<sub>N</sub>              French<sub>A</sub>                      computer<sub>N</sub>      computational- suffix-DC

Anastasiadi-Simeonidi (1997) notes that 'nominal' *-ik* is in complementary distribution with the affix *-diko* in the sense that nouns that are stressed in the antepenultimate syllable combine with *-ik*, while nouns stressed in the ultimate syllable combine with the form *-diko*. Note that in (24) the affix is stressed, while in (23a) it may not be stressed. *-ik-* has been argued by Revithiadou (1999: 193) to exhibit properties of stress float. Two positions are available for stress float: the ultimate and the antepenultimate syllable. Thus, the stress can end up on the inflectional affix, as in (24a), or on the root, as in (23a). The stress preferences of the root are not taken into consideration for the calculation of stress.

*-sim-* seems to be involved both in the formation of deverbal nouns and deverbal adjectives, signaling a meaning similar to *-able*:

- (25) grap-sim-o                                      po-sim-o  
write- suffix-DC                                      drink-able-DC

Once more, while the derived noun has fixed gender, namely neuter, the adjective agrees in gender with the noun it is associated with. In the above example it is illustrated in the neuter form.

There are two further affixes that seem to show flexibility, - *n-* and -*ar-*: - *n-* appears both on nouns and verbs, while -*ar-* appears on verbs, nouns and adjectives. This is an interesting affix, as the nominal and verbal -*ar-* are Latin/Romance borrowings:

(26)	klid-ón-o	abel-óna-s	
	lock-v-1SG	vine- suffix-DC	
	‘I lock’	‘vineyard’	
(27)	skits-ár-o	vark-ári-s	lip-ar-ós
	sketch-v-1SG	boat- suffix-DC	fat- suffix-DC
	‘I sketch’	‘boat man’	‘fatty’

As we will see, none of the above affixes is actually involved in more than one word formation process. Some cases are easier to dismiss than others. First, in all the above examples it is important to distinguish the derivational suffix from the DC bearing material. From this perspective, once the correct decomposition is achieved, some of our examples can be immediately analyzed as involving distinct pieces.

Starting with the nominal affix *na-s*, while originally the decomposition of a word such as *ele nas* was *ele- n-a*, i.e., - *n-* was a nominalizer, the suffix and the ending were reanalyzed as building one unit, namely *ele-na-*, Ø see Fliatouras (2005). This noun is now a DC2 noun, the presence of -*s* signalling nominative case. By contrast, the verbal affix - *n*, as detailed in Efthymiou (2011: 178), “developed from the Ancient Greek ending  $\omicron\omega > \omega\tilde$  and achieved separate suffix status in Medieval Greek by the 8<sup>th</sup> century.” Thus, these two forms are unrelated and are truly categorizers: - *n-* is an exponent of *v* and - *na-* an exponent of *n*.

With respect to nominal *simo*, as stated in Ralli (1988), -*ma* and -*simo* are taken to be allomorphic realisations of the same affix depending on the number of syllables of the stem: -*simo* attaches to stems with one syllable and -*ma* is the elsewhere form (Malikouti-Drachman & Drachman 1995).

Both these nominal affixes are gendered, being neuter and belong to DC8. The *sim-o* that we see in the formation of deverbal adjectives has a different decomposition. First of all, *-o-* is part of the DC information and the affix *-sim-* itself is the result of the reanalysis of two earlier affixes in Greek diachrony: according to Fliatouras (2005), *-is-im-* became the deadjectival affix *-(i)sim-*. Thus, nominal and adjectival *sim* are unrelated and are categorizers: *simo* is an exponent of *n* and *sim* an exponent of *a*.

With respect to verbal *-r-*, as detailed in Efthymiou (2011: 180), and see also, Anastasiadi-Simeonidi (1994), this suffix “is of Italian etymology and entered Greek through borrowings of Italian verbs in *-are* and French verbs in *-er*. The suffix is very productive in forming neologisms in MG and usually forms [-learned] derivatives. Phonologically, the suffix *-r-* attaches usually to feminine and neutral nominal disyllabic bases stressed on the penultimate syllable, to monosyllabic bases (*sok > sok ro* ‘to shock, scandalize’), and to a small number of adjectival bases in /e/ (*drap > drap ro.*)”

By contrast, as detailed in Anastasiadi-Simeonidi & Chatzopoulou (2009), the affix *-aris* is a suffixal loan, from the Latin affix *-arius*. In Latin, this affix was used to form adjectives. In Modern Greek, according to Anastasiadi-Simeonidi & Chatzopoulou (2009), the suffix surfaces with two forms: *-ri-os* and *-(i)-ri-s*. While the former is used to create nouns denoting occupation in formal registers, e.g., *vivliothik rios* ‘book clerk’, the latter is found on professional nouns and adjectives denoting permanent characteristics. Anastasiadi-Simeonidi & Chatzopoulou (2009) argue that this affix brings about a subjective interpretation and the adjectives or nouns created by this are found in informal registers. It is interesting that all the examples they use refer to humans, making an adjectival analysis of their examples difficult, e.g., *triand ris* ‘thirty years old’, *pismataris* ‘stubborn’, *vromiaris* ‘grimy person’. If we wanted to create the neuter form of these formations, we would need to add the affix *-ik*, suggesting that only a noun is created via *-(i)-ris* affixation, e.g. *psimatariko pedi* ‘stubborn child<sub>N</sub>’, as we will see below. Thus, I will view them as exponent of a nominal head, which carries gender information, see Alexiadou (2017) and Kramer (2015).

Finally, the *-ar* we see in *lip-ar-os* is an Ancient Greek affix used to form adjectives from roots. All these affixes also can be classified as categorizers, as they are unrelated. Thus, unstressed *-ar-* is an exponent of *a*; stressed *-r-*

is an exponent of *v*, and these two have nothing to do with one *another*. Finally, there is *-ris* that is an exponent of *n*.

Turning to *ik*, this is an affix that typically creates adjectives out of nouns. It is analyzed as realizing an a head by Alexiadou & Stavrou (2011). Anastasiadi-Simeonidi (1997) shows that formations that look nominal seem to have a particular interpretation, namely they refer to the concept of shop or ship. This enables an analysis of such formations as that the cases of ellipsis or substantivization. (28) illustrates the two options:

(28) a. [FP manaviko [nP ~~magazi~~]]

grocery shop

b. [nP manaviko [AP ~~manaviko~~ ]]

The puzzling case is the suffix *-m s-*, which I will discuss in detail. In (29) we see some further examples of nominalizations with this affix:

(29)	erhome	erhom-ós	kleo	klaf-mós
	arrive-1SG	arrival	cry-1SG	weeping
	frazo	frag-mós	psalo	psal-mós
	bar-1SG	barrier	chant-1SG	chant

In all the above examples, the affix bears stress, basically the words are stressed on the ultimate. Moreover, we observe that the affix may trigger allomorphy root (e.g., *frazo-fragmos*).

Turning to adjectival *-m s*, there appear to exist only three such adjectives among the ca. 795 entries in Anastasiadi-Simeonidi's (2002) reverse dictionary *-m s* entries: *therm s*, *itam s* 'rude/isolent', *hlom s* 'pale'. Is it then a flexible affix? I will provide an argument here that actually *-m s* is not involved in adjective formation. According to Ralli (2013), compounding gives about a clear idea about the word structure in Greek. Specifically, in Greek non-heads in compounds cannot contain inflectional or derivational affixes, this is Ralli's (2013) bare root/stem constraint. Greek compounds



typically involve *-o-* as a linking element. Note now that when *therm s* enters compound formation the form that can appear within compounds is *therm*, not *ther-*. Moreover, *therm-* may be the basis for the attachment of further adjectivizers:

- |      |  |                 |
|------|--|-----------------|
| (30) | therm-ó-pliktos                                  | therm-o-kéfalos |
|      | heat-linking element-strokenwarm-linkingelement- | head            |

- |      |            |         |
|------|------------|---------|
| (31) | therm-ik-i | energia |
|      | therm-al   | energy  |

(30) and (31) suggest that the root in *therm s* is actually *therm* and not *ther-*, and as a result *-m-* is part of the root in this adjective and not the affix.

A discussion of the diachrony of two remaining forms, *hlom s* and *itam s*, further supports the conclusion that there is no adjectival *-mós*. *Hlom s*, according to the dictionary of Triandafilides (1998), involves stress shift from the antepenultimate to the ultimate syllable. Originally, the word that underlies this adjective was the nominal form *fl mos* that refers to a plant. The third adjective *itam s* is acknowledged to have a problematic derivation, as this affix is typically used for nouns. In Medieval Greek the adjective *itam des* is found, with the same meaning, where the adjectival affix *-d-* attaches to the stem *itam*. This is an affix that typically derives adjectives out of nominal stems in Modern Greek, e.g., *sarka-sarkodis* 'flesh-fleshy', see Anastasiadi-Simeonidi (2001). The fact that it can derive an adjective out of *itam* suggests that *-m-* is not part of the affix but rather of the stem, and moreover, that the stem is considered nominal. The adjectival function in both cases could have been derived from the nominal via zero derivation.

#### 4. Discussion and general conclusions

In the previous section, I have argued that Greek derivational affixes are actually categorizers. Assuming that this is the correct analysis of the affixes

I discussed here and Lowenstamm, as well as De Belder and Creemers et al. are right about English and Dutch, and their cases do not involve accidental homophony, the question arises what determines this cross-linguistic variation.

As mentioned, one important difference between Greek and Germanic languages is that in Greek all words consist of more than one morpheme; a root that combines with either an inflectional element or a derivational affix, as explained in section 3.1. A second difference between Greek and the Germanic languages is, as discussed in Alexiadou & Lohndal (2017), that in Greek functional morphology plays a crucial role in determining the meaning of a root within a word. Finally, in Greek, as described in Revithiadou (1999) and taken up in van Oostendorp (2012), since there is only one stress per word, in the case of derivation it is always the derivational affix that determines the stress of the word.

Specifically, in Greek, derivational affixes are typically stressed. We saw that clearly in the case of verbalizers, and it is the case in most of the other examples. As stated in van Oostendorp (2012: 1170), “20 out of the list of 27 derivational suffixes in Holton, Mackridge & Philippaki-Warbuton (2006) are marked for being stressed, 3 are marked for being prestressing; 4 have no stress marking, but none of these 4 are without their complications.” Interestingly, adjectivizing *-imos* and nominalizing *-ma* are affixes that have no stress *marking*. These two go with verbs and seem to trigger antepenultimate stress: *eks yo eksayoyimos* ‘exportable’, *ðia v zo ði vazma* ‘reading’. Again, we see that independently of the stress pattern of the root, the affix determines the stress. As van Oostendorp points out, this behavior is explained if one assumes that derivational affixes are heads determining the category of the word they combine with.

By contrast, in the case of the combination of a root and with an inflectional affix, which is not a morphological head, if the root and the inflectional suffix have conflicting demands, it is the root that wins, as detailed in Revithiadou (1999). Compounding is also different as, sometimes, underlying stress of both roots is removed, and replaced by stress on the antepenultimate syllable (Nespor & Ralli 1994), Ralli (1993):

- (32) a. kuzinomáxero ‘kitchen knife’ (from kuzína ‘kitchen’ and maxéri ‘knife’)  
b. lemonóðhasos ‘lemon tree forest’ (from lemóni ‘lemon tree’ and ðásos ‘forest’)

van Oostendorp (2012:1167)

(32) is particularly interesting, as, if derivational affixes were roots, we would expect the combination of a particular affix and a root to yield similar results, contrary to fact. As argued in detail in Revithiadou (1999), the affix always wins. This provides further evidence that the affix is the head that determines the category of the word and categorizes the root it attaches to.

#### REFERENCES

- Alexiadou, A. 2004. Inflection class, gender and DP internal structure. In: G. Müller, L. Gunkel & G. Zifonun. (Eds.) *Explorations in Nominal Inflection*. Berlin: Mouton de Gruyter, 21-50.
- Alexiadou, A. 2009. On the role of syntactic locality in morphological processes: the case of (Greek) derived nominals. In: A. Giannakidou & M. Rathert (Eds.) *Quantification, Definiteness and Nominalization*. Oxford: Oxford University Press, 253-280.
- Alexiadou, A. 2017. Gender and nominal ellipsis. In: N. LaCara, K. Moulton, Keir & A.M. Tessier (Eds.) *A Schrift to Fest Kyle Johnson*. Linguistics Open Access Publications. 1. [https://scholarworks.umass.edu/linguist\\_oapubs/1/](https://scholarworks.umass.edu/linguist_oapubs/1/).
- Alexiadou, A. & Lohndal, T. 2017. The structural configurations of root categorization. In: L. Bauke & A. Blümel (Eds.) *Roots and Labels*. Mouton de Gruyter, 203-232.
- Alexiadou, A. & Müller, G. 2008. Class features as probes. In: A. Bachrach & A. Nevins (Eds.) *Inflectional Identity*. Oxford: Oxford University Press, 101-155.
- Alexiadou, A. & Stavrou, M. 2011. Ethnic Adjectives as Pseudo-adjectives. *Studia Linguistica* 65 (2): 1-30.
- Anagnostopoulou, E. 2017. Gender and defaults. In: N. LaCara, K. Moulton & A.-M. Tessier (Eds.) *A Schrift to Fest Kyle Johnson*. Linguistics Open Access Publications 1. [https://scholarworks.umass.edu/linguist\\_oapubs/1/](https://scholarworks.umass.edu/linguist_oapubs/1/).
- Anagnostopoulou, E. & Samioti, Y. 2013. Allosemy, idioms and their domains: evidence from adjectival participles. In: R. Folli, C. Sevdali & R. Truswell (Eds.) *On Syntax and*

- its Limits*. Oxford: Oxford University Press, 218-250.
- Anastasiadi-Simeonidi, A. 1996. The affix *-adiko* in Modern Greek. *Studies in Greek Linguistics* 17. 157-171. In Greek.
- Anastasiadi-Simeonidi, A. 1999. The affix *-(i)ris* in Modern Greek. *Studies in Greek Linguistics* 20. 65-74.
- Anastasiadi-Simeonidi, A. 2001. The element *-dis* in Modern Greek: a case of grammaticalization. In *Greek Linguistics. Proceedings of the 4th International Conference on Greek Language* (Πανεπιστήμιο Κύπρου, Λευκωσία, 1999). Thessaloniki: University Studio Press. 315–40. In Greek.
- Anastasiadi-Simeonidi, A. 2002. *Reverse dictionary of Modern Greek*. Thessaloniki: Institute of Modern Greek studies. In Greek.
- Anastasiadi-Simeonidi, A. & Chatzopoulou, K. 2009. Why does a Language borrow Affixes? Paper presented at the 9th International Conference on Greek Linguistics, Chicago, IL.
- Arad, M. 2005. *Roots and patterns: Hebrew Morpho-syntax*. Dordrecht: Springer.
- Borer, H. 2013. *Taking form*. Oxford: Oxford University Press.
- Creemers, A. J. Don & Fenger, P. 2018. Some Affixes are Roots, Others are Heads. *Natural Language and Linguistic Theory* 36: 45-84.
- Christopoulos, C. & Petrosino, R. 2018. Conditioning Greek root allomorphy without spans. In: Wm. G. Bennett, L. Hrac & D. Ryan Storoshenko (Eds.) *Proceedings of the 35th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 151-160.
- De Belder, M. 2011. *Roots and affixes, eliminating lexical categories from syntax*. PhD dissertation, Utrecht University.
- Don, J., Sleeman, P. & Westveer, T. 2015. Three Types of Affixes in French. *Linguistics in the Netherlands 2015*, 33–47.
- Efthymiou, A. 2011. The semantics of verb forming suffixes in Modern Greek. In: *Proceedings of the 19th International Symposium of Theoretical and Applied Linguistics, 3-5 April 2009*, School of English, Aristotle University of Thessaloniki, 175-184.
- Embick, D. 2010. *Localism and globalism in morphology and phonology*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Fliatouras, A. 2005. Affix reanalysis in Modern Greek. In the Proceedings of the 16th International Symposium of Theoretical and Applied Linguistics, Thessaloniki, 61-76. In Greek.

- Holton, D., Mackridge, P. & Philippaki-Warbuton, I. 2006. *Greek. A comprehensive grammar of the modern language*. London: Routledge.
- Kramer, R. 2015. *The morphosyntax of gender*. Oxford: Oxford University Press.
- Lowenstamm, J. 2015. Derivational affixes as roots: Phasal spell-out meets English stress shift. In: A. Alexiadou, H. Borer & F. Schäfer (Eds.). *The Syntax of Roots and the Roots of Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 230-259.
- Malikouti-Drachman, A. & Drachman, G. 1995. Prosodic Circumscription and Optimality Theory: A First Application in Greek. *Studies in Greek Linguistics* 16. 186-198. In Greek.
- Manolesou, I. & Ralli, A. 2015. In P. Müller In: P. Müller, I. Ohnheiser, S. Olsen & F. Rainer (Eds.), *A Handbook of Word Formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2041-2061.
- Markopoulos, G. 2018. *Phonological realization of morpho-syntactic features*. PhD dissertation, University of Thessaloniki.
- Marvin, T. 2003. *Topics in the stress and syntax of words*. PhD Dissertation, MIT.
- Merchant, J. 2015. How much context is enough? Two cases of span- conditioned allomorphy. *Linguistic Inquiry* 46: 273-303.
- Nespor, M. & Ralli, A. 1994. Morphology-Phonology Interface: Phonological Domains in Greek Compounds. *The Linguistic Review* 13: 357-382.
- van Oostendorp, M. 2012. Stress as a Proclitic in Modern Greek. *Lingua* 112: 1165-1181.
- Petersen, W. 1916. The Origin of the Indo-European Nominal Stem Affixes. Part I. *American Journal of Philology* 37:173-193.
- Ralli, A. 1988. *El ments de la Morphologie du Grec Modern*. PhD dissertation, University of Montreal.
- Ralli, A. 2000. A Feature-based Analysis of Greek Nominal Inflection. *Glossologia* 11-12: 201-227.
- Ralli, A. 2013. *Compounding in Modern Greek*. Dordrecht: Springer.
- Revithiadou, A. 1999. *Headmost accent wins: Head dominance and ideal prosodic form in lexical accent systems*. PhD dissertation, Leiden.
- Simonović, M. 2018. Derivational affixes as roots in a lexical stress system. Paper presented at the 13th European Conference on Formal Description of Slavic Languages, Göttingen.
- Spyropoulos, V., Revithiadou, A. & Panagiotidis, P. 2015. Verbalizers leave marks: Evidence from Greek. *Morphology* 25 (3): 299-325.

Triandafilides, M. 1998. Dictionary of Modern Greek. [https://www.greek-language.gr/greekLang/modern\\_greek/tools/lexica/triantafyllides/index.html](https://www.greek-language.gr/greekLang/modern_greek/tools/lexica/triantafyllides/index.html).

# Construções reflexiva, recíproca e média de clítico nulo no português brasileiro: reconceptualização de eventos e emergência de uma nova construção

Augusto Soares da Silva

assilva@ucp.pt

*Universidade Católica Portuguesa, CEFH (Portugal)*

Susana Afonso

s.p.c.afonso@exeter.ac.uk

*University of Exeter (England)*

## ABSTRACT.

Portuguese *se* constructions, posited in the transitive continuum, have a constructional counterpart in which the clitic is absent. The null clitic construction, observed in all the *se* constructions (i.e. reflexive, reciprocal, middle, anticausative, passive and impersonal) is more frequently used in Brazilian Portuguese (BP) than in European Portuguese (EP). The phenomenon has largely been studied from a morphosyntactic lens or as a result of an ongoing deletion of clitics in BP, shying away from the possible implications in terms of the semantic differentiation between overt and null *se* constructions. This chapter focuses on reflexive, reciprocal and middle *se* constructions and aims to investigate what factors determine the choice between overt *se* constructions and their null counterpart. Based on an extensive usage-feature and profile-based analysis, and using multivariate statistical methods, we show that reflexive, reciprocal and middle null *se* constructions are associated with a reconceptualization of an event as non-energetic or absolute, profiling the result of the event. On the other hand, the overt counterpart profiles the moment of change, construing the event as energetic. Reflexive and reciprocal constructions are more frequently encoded by an overt *se* construction whereas middle construction (in all its subcategories) is more frequently encoded by the null *se* construction. The study concludes that null reflexive, reciprocal and middle *se* constructions are new constructions semantically differentiated from overt *se* constructions, which, we argue, has wider implications, namely for reconceptualization of voice patterns in BP which tend towards ergativization.

## KEY-WORDS.

reflexive/reciprocal construction; middle construction; null clitic; absolute construction; Cognitive Grammar; Brazilian Portuguese.

## RESUMO.

As construções de *se* em português distribuem-se por um contínuo de transitividade e apresentam uma alternativa construcional caracterizada pela ausência do clítico. A construção

de clítico nulo, presente em todas as construções de se (reflexiva, recíproca, média, anticausativa, passiva e impessoal), é mais frequentemente usada no português brasileiro (PB) do que no português europeu (PE). As construções de clítico nulo têm sido estudadas de um ponto de vista essencialmente morfossintático, como resultado de uma mudança em curso no PB de perda generalizada dos clíticos, desconsiderando as possíveis implicações de diferenciação semântica entre construções de se explícito e construções de se nulo. Este estudo ocupa-se das construções de se reflexiva, recíproca e média no PB e pretende identificar os fatores que determinam a escolha entre presença e ausência do clítico nestas construções. Com base numa análise qualitativa detalhada de traços de uso e de perfis e utilizando métodos quantitativos multivariados, mostramos que as construções reflexiva, recíproca e média de se nulo estão associadas a uma reconceptualização do evento como não energético ou absoluto, focalizando o resultado desse evento. Em contrapartida, a alternativa construcional com o clítico explícito focaliza o momento crucial da mudança, exprimindo assim o padrão mais esperado de conceptualização do evento como energético. Os eventos reflexivos e recíprocos são mais frequentemente codificados pela construção de se explícito, ao passo que o evento médio, em todas as suas subcategorias, é mais frequentemente codificado pela construção de clítico nulo. Evidencia-se assim que as construções reflexiva, recíproca e média de se nulo constituem novas construções semanticamente diferenciadas das construções de se explícito. Analisamos, na parte final deste estudo, as implicações deste resultado para a gramática do PB, designadamente a reconceptualização dos padrões de voz no PB e a sua tendência para a ergativização.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Construção reflexiva/recíproca; construção média; clítico nulo; construção absoluta; Gramática Cognitiva; Português Brasileiro

## 1. Introdução

O português possui uma rede polissémica de construções com o clítico se, designadamente as construções reflexiva, recíproca, média (pouco reconhecida nas gramáticas do português), anticausativa, passiva e impessoal. As construções de se têm uma variante formalmente caracterizada pela ausência do clítico e mais frequentemente usada no registo informal. Esta variante construcional, que podemos designar como construções de se nulo, é bastante mais frequente e produtiva no português brasileiro (PB) do que no português europeu (PE) e é também no PB que o apagamento do clítico se observa na fala e na escrita de falantes de diferentes graus de escolaridade e de diferentes regiões e em todas as construções de se (e.g. Nunes 1995, Galves 2001). O apagamento do clítico no PE é mais restringido, ocorrendo



principalmente nas construções anticausativas e somente com certos verbos de alternância anticausativa.

As construções de clítico nulo do PB têm sido geralmente descritas como resultado de uma mudança em curso no PB de perda generalizada dos clíticos (Galves 2001, Cyrino 2007, Carvalho 2016). Mesmo reconhecendo que a ausência do clítico determina mudanças construcionais, estes estudos interpretam a presença e a ausência do clítico em termos essencialmente morfossintáticos.

Negrão & Viotti (2008, 2011, 2015) são dos poucos autores que apontam para a necessidade de reconhecer que a presença ou a ausência do clítico nas construções anticausativas do PB é determinada por fatores semânticos. As autoras associam as construções de se nulo à emergência de outras estratégias de impessoalização no PB e à tendência do PB para a ergativização por influência do Kimbundu, língua falada em Angola. A hipótese da ergativização é defendida também por Bagno (2012: 585-586) em relação às construções média e anticausativa de clítico nulo. Pereira (2007) indica fatores semânticos, pragmáticos e sociais para explicar a presença/ausência do clítico no registo informal do falar de São Paulo, argumentando que o clítico tende a manter-se quando realiza as funções semânticas de reflexivo, recíproco e médio (de emoção) e as funções discursivas de tópico e informação nova.

Este estudo pretende mostrar que as construções de clítico nulo configuram uma reconceptualização do evento sob uma perspetiva conceptual diferente das construções de clítico explícito, sendo tanto aquelas como estas determinadas por fatores que vão para além dos fatores morfossintáticos. A presente investigação retoma e desenvolve para as construções reflexiva e média o estudo de Silva *et al.* (2021), aplicado à variação entre clítico explícito e clítico nulo em todas as construções de se em PB e PE. Os objetivos principais do estudo são investigar (i) que fatores determinam a escolha das construções reflexiva e média de clítico nulo em relação às correspondentes construções de clítico explícito e (ii) se essas construções de clítico nulo configuram novas construções, conceptualmente diferenciadas das construções alternativas de clítico explícito. O estudo faz parte de uma investigação sociocognitiva e letométrica mais vasta sobre variação construcional do português como língua pluricêntrica,

considerando-se a variação expressa em diversas construções gramaticais como indicador de divergência entre PB e PE e como parte do projeto CONDIV (e.g. Silva 2014, 2016, 2018, 2020).

Desenvolvendo uma análise qualitativa multifatorial de traços semânticos, sintáticos e pragmáticos de dados de um corpus do registo informal do PB e utilizando métodos estatísticos multivariados, determinaremos os fatores conceptuais, estruturais e sociais que determinam a escolha por parte dos falantes brasileiros das construções reflexiva e média de clítico nulo em alternativa ao clítico explícito. Seguindo o enquadramento teórico da Gramática Cognitiva (Langacker 1987, 1991, 2008), especialmente o conceito fundamental de *perspetiva conceptual* (“construal”) e a distinção entre conceptualização de eventos *energética* vs. *absoluta*, evidenciaremos qualitativa e quantitativamente que as construções reflexiva e média de clítico nulo exprimem uma perspectiva conceptual do evento reflexivo/médio distinta (em relação às construções correspondentes com clítico explícito) e que os fatores mais determinantes da escolha da variante construcional de clítico nulo estão associados à conceptualização *absoluta* do evento reflexivo/médio, isto é, o evento é conceptualizado como um todo conceptual autónomo, um processo temático sem referência à sua força indutora.

Depois de identificarmos as construções reflexiva, recíproca e média no conjunto das construções de *se* (secção 2), apresentaremos os conceitos fundamentais de Gramática Cognitiva para a descrição da voz gramatical e da variação construcional presença/ausência do clítico (secção 3) e a metodologia de análise qualitativa multifatorial dos dados de um corpus do registo informal do PB e de análise quantitativa de estatística multivariada desses dados anotados em termos semânticos, sintáticos, pragmáticos e sociolinguísticos (secção 4). Seguidamente, discutiremos os resultados qualitativos e quantitativos do estudo identificando os fatores que predizem a opção dos falantes brasileiros pela construção reflexiva/recíproca de clítico nulo (secção 5) e pela construção média de clítico nulo (secção 6), sempre em comparação com as suas contrapartes de clítico explícito. Finalmente, concluiremos com as implicações dos resultados do presente estudo para a caracterização das construções reflexiva/recíproca e média de clítico nulo como configurando uma reconceptualização do evento e constituindo

novas construções de padrão ergativo na gramática do PB.

## 2. Construções reflexiva, recíproca e média de *se* explícito e nulo

As diferentes construções de *se* em português distribuem-se num contínuo de transitividade, sendo as construções reflexiva, recíproca e impessoal relativamente mais ativas/agentivas do que as construções média, anticausativa e passiva. Embora a construção reflexiva esteja próxima da construção transitiva, a correferencialidade dos participantes implica uma diminuição de grau de transitividade, visto que os dois participantes correferenciais se tornam conceptualmente menos distinguíveis (Kemmer 1993). As construções reflexiva e média distinguem-se em grau de transitividade, distinguibilidade conceptual dos participantes e controlo sobre o evento (Kemmer 1993, Maldonado 1999). Por os participantes na construção reflexiva poderem ser conceptualmente distinguíveis em diferentes facetas e por o participante sujeito deter maior controlo sobre o evento, a construção reflexiva é relativamente mais transitiva e ativa do que a construção média, em que o grau de distinguibilidade das facetas dos participantes e o controlo exercido sobre o evento são menores. Assim, a voz *m dia* tem uma natureza híbrida, combinando propriedades de atividade e de passividade, de transitividade e de intransitividade, propriedades que Kemmer (1993) e Maldonado (1999) fazem depender das características do participante sujeito. Num estudo recente sobre a voz média em inglês e romeno, Calude (2016) defende, pelo contrário, que a identidade da construção média não se encontra propriamente nas características do participante sujeito mas no próprio evento, isto é, a voz *m dia* caracteriza-se por perspetivar conceptualmente, em contraste com a voz ativa e a voz passiva, o evento em si mesmo.

Importa notar que assumimos a construção *m dia* em português com um domínio bem mais abrangente do que o que é apresentado em gramáticas do português, como a descrição de Duarte (2013: 456-458), que considera como construção média a “oração média caracterizadora” de verbos transitivos convertidos em predicados estativos que atribuem ao sujeito uma propriedade característica da entidade por ele denotada (como em *X I* -

*se/bebe-se/lava-se bem/mal*). Seguindo as classificações de Kemmer (1993) e Maldonado (1999), consideramos como pertencendo ao domínio da construção (ou voz) *m dia* as construções de *se* de verbos de ação corporal, emoção, cognição, percepção, união e outros predicados construídos com clítico pseudorreflexivo.

Kemmer (1993) e Maldonado (1999) incluem ainda a construção anticausativa no domínio das construções médias. Também designada como construção *m dia-interna* (García-Miguel 1995), em oposição à *m dia-ativa* e à *m dia-passiva*, a construção anticausativa caracteriza-se pela focalização da afetação do sujeito, desfocalização do agente ou causador e espontaneidade do evento como sendo internamente motivado. Embora reconhecendo propriedades da construção média na construção anticausativa, preferimos a diferenciação entre as duas construções por haver casos em que a construção anticausativa alterna com uma construção transitiva ativa. A construção anticausativa de *se* não será, pois, objeto do presente estudo.

Os exemplos (1)-(4) ilustram as construções de *se* recíproca (1)-(2) e média (3)-(4) com a alternância entre clítico explícito e clítico nulo (sendo este último marcado pelo símbolo Ø).<sup>1</sup>

- (1) *Ent o a fica, ele, n , vai l assim, de boa, e tal, e a quando ela menstrua, e t pronta pra casar, a eles v o e se casam, n* (C-Oral)
- (2) *n o precisa nem de festa / [...] pra gente Ø casar / Leandro / precisa ter eu / voc / uma testemunha e o padre* (C-Oral)
- (3) *Mas, como que foi, assim, que que c se lembra desse processo, assim, conta.* (C-Oral)
- (4) *pq ela j Ø lembra dos epis dios que ela viu* (Fóruns)

<sup>1</sup> Para comparação e verificação da produtividade da construção de clítico nulo no PB, os seguintes exemplos ilustram a mesma alternância nas restantes construções de *se*:

- construção anticausativa: “com uma idéia de valorizar a cultura popular que tava assim, [...], e alguns dados tavam se perdendo.” (C-Oral); “O arroz, Ø perdeu muito arroz na roça, porque a gente não podia trabalhar, né, Ø perdeu arroz.” (Museu da Pessoa)

- construção passiva: “Mas aquela história se contava na família e eu muito cedo tive vontade de viajar.” (Museu da Pessoa); “o primeiro telefone que Ø pôs aqui na...que foi colocado aqui na Serra do Cipó...” (C-Oral)

- construção impessoal: “Eu acho que vai se chegar, está se chegando a informações melhores.” (Museu da Pessoa); “Lá não Ø pode tirar foto não, né? Igual aqui, de dentro da igreja” (C-Oral).

### 3. Gramática Cognitiva, voz gramatical e ergatividade

Os argumentos de um verbo, especialmente o agente ou causador e o paciente ou tema, recebem diferentes estatutos de proeminência através da categoria da voz gramatical e de uma variedade de padrões semântico-sintáticos e pragmáticos que a instanciam. As diferentes construções de se envolvem diferentes vozes gramaticais. As construções de se reflexivo, recíproco e impessoal realizam a voz ativa, sendo esta voz gramatical não marcada no português e em muitas outras línguas ditas de sistema *nominativo-acusativo*, porque constroem as situações na perspetiva de “fora para dentro”, isto é, da fonte de energia ou força indutora para o núcleo do evento, configurado na mudança de estado, em oposição às línguas de sistema *ergativo-absolutivo*, que constroem as situações de “dentro para fora”, ou seja, da mudança de estado para a fonte de energia (Langacker 1990: 240-249). Alguns autores, como Kemmer (1993), falam também em voz reflexiva. A passiva de se é uma das construções da voz passiva em português, a par das passivas verbal ou perifrástica, resultativa e estativa. A construção média de se é a principal realização da voz média em português.

Na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 2001, 2008), a categoria da voz gramatical envolve operações conceptuais de *perspetivação conceptual* (“construal”), isto é, a capacidade de conceptualizar determinada situação de diferentes perspetivas alternativas. Resulta desta capacidade cognitiva geral o facto de que em qualquer expressão linguística estão presentes não apenas o conteúdo ou as propriedades do objeto de conceptualização, mas também a *perspetiva* do sujeito de conceptualização pela qual esse conteúdo foi conceptualmente construído. As alternâncias de voz revelam diversas operações de *perspetivação conceptual*, nomeadamente arranjos *perspetivais* (“viewing arrangements”), proeminência focal e organização assimétrica dos participantes em termos de Figura vs. Fundo, focalização/desfocalização, dinâmica de forças, especificidade/esquematicidade e menor ou maior envolvimento do conceptualizador ou objetividade vs. subjetividade (ver Maldonado 2007 para uma discussão geral sobre voz gramatical e operações de *perspetivação conceptual* e também Kemmer 1993, Maldonado 1999, Afonso 2008, Silva 2008 e Silva & Batoréo 2010).

Para a alternância entre construções de se explícito e de se nulo,

são particularmente relevantes duas operações complementares de perspetivação conceptual: a oposição entre conceptualização *energética* e conceptualização *absoluta* de situações (Langacker 1991: 389-393) e a oposição entre *objetividade* e *subjetividade* (Langacker 1987: 128-132). A situação *energética* descreve uma interação entre participantes conceptualizada em termos de *dinâmica de forças* e de *cadeia de ação* ou *transferência de energia*, pondo em foco de atenção três elementos desta dinâmica e desta cadeia: (i) a força indutora da situação (agente ou causador), mesmo que não seja explicitamente especificada; (ii) a mudança de estado, por natureza não esperada; e (iii) a afetação do paciente ou tema. Podem ser conceptualizados diferentes graus de força e controlo de energia (agente ou causador) e de afetação do alvo da energia (paciente ou tema), sendo a construção prototipicamente transitiva a mais energética. A construção energética implica um maior grau de envolvimento do sujeito de conceptualização quer pela sua perspetiva da dinâmica de forças e da cadeia de energia quer pela contraexpectativa em relação à mudança de estado resultante, sendo nesse sentido uma construção mais *subjetiva* (o conceptualizador funciona como sujeito e objeto de conceptualização) do que a construção não energética.

Em contraste, a construção *absoluta* ocorre quando a situação é conceptualizada como não energética, pondo em foco de atenção, não a força que conduz à mudança, mas o ponto final da cadeia de energia, isto é, o resultado da mudança. A situação é assim conceptualizada como autónoma, como um processo temático sem a sua força indutora ou fonte de energia. Naturalmente que a situação conceptualizada em termos absolutos pode envolver energia, dinâmica de forças e causação, mas o facto crucial é que estes elementos energéticos não são postos, de nenhum modo, em foco de atenção. Por exemplo, a situação bem energética de uma explosão é conceptualizada como absoluta quando a fonte de energia da explosão não é codificada na construção. Comparada com a construção energética, a construção absoluta exprime uma perspetiva *objetiva* da situação, separada do conceptualizador, o qual funciona apenas como sujeito de conceptualização.

A construção absoluta é típica das línguas ergativas, as quais tendem a tomar a perspetiva do ponto final da situação, isto é, o resultado da mudança

de estado, pelo que o paciente ou tema é o participante mais proeminente, posto em foco de atenção, ao contrário das línguas acusativas, que põem em foco de maior atenção o agente ou causador. Na Gramática Cognitiva, *ergatividade* correlaciona-se com orientação para o paciente ou tema. Embora uma língua possa construir as situações em termos quer ergativos/absolutos quer acusativos/energéticos, a estratégia de seleção de um paciente ou tema como figura principal de uma situação, isto é, a construção ergativa/absoluta é a construção não marcada das línguas ergativas e a construção marcada das línguas acusativas. Sintaticamente, a ergatividade implica que o participante único de uma oração intransitiva corresponda ao paciente ou tema da construção transitiva canónica. A ergativização é a mudança do padrão nominativo-acusativo de orientação para o agente ou causador para o padrão ergativo-absolutivo de orientação para o paciente ou tema e esta mudança é marcada numa língua acusativa como o português.

Com base nesta noção fundamental de perspetivação conceptual, na sua polarização cognitiva em termos energéticos vs. absolutos e subjetivos vs. objetivos e no seu grande impacto gramatical, partimos da hipótese de que as construções reflexiva, recíproca e média de se nulo codificam a perspetiva alternativa da situação como não energética ou absoluta, vista no seu ponto final resultante, como um processo temático conceptualmente autónomo, através de um processo de ergativização.

#### 4. Análise baseada no uso e métodos multifatoriais e multivariados

Os dados de análise das construções reflexiva, recíproca e média no PB foram extraídos de três corpora: (i) *C-Oral-Brasil* (263.000 palavras), constituído por transcrições de língua oral espontânea da década de 2000; (ii) *Museu da Pessoa-Brasil* (1.182.544 palavras), que inclui a transcrição de entrevistas sobre histórias de vida compilada em 2000; e (iii) *F runs-Brasil* (263.772 palavras), contendo uma coleção de postagens em fóruns na internet em língua escrita informal da década de 2010. Os corpora (i) e (ii) estão disponibilizados na Linguatca e o corpus (iii) foi construído pelo projeto CONDIV (Silva 2016, 2018). Optamos por estes corpora de registo informal porque as construções de clítico nulo são mais frequentes

no registo informal do que no registo formal. O corpus (i) é mais informal e espontâneo do que os restantes.

Limitamos o nosso estudo à forma *se* do clítico, deixando de lado as formas de primeira e segunda pessoas do clítico (*me, nos, te, vos*) nas construções reflexiva, recíproca e média.<sup>2</sup> Foram coligidas 775 ocorrências das construções de *se* reflexiva, recíproca e média nos três corpora do PB. Deste total, 297 ocorrências apresentam clítico explícito e 478 ocorrências são de clítico nulo, donde o predomínio das construções de clítico nulo (61,7%) nestes corpora do PB.

As 775 ocorrências das construções de *se* reflexiva, recíproca e média recolhidas no corpus foram anotadas com base num conjunto de fatores semânticos, sintáticos e pragmáticos distribuídos por três níveis: (i) construção gramatical; (ii) verbo; e (iii) sintagma nominal sujeito gramatical das construções em análise. A Tabela 1 sintetiza a anotação efetuada, indicando o número total de ocorrências de cada fator/variante.

TABELA 1 – Número de ocorrências (*tokens*) por fator

<b>fator</b>	<b>variantes</b>	<b>tokens</b>
tipo de construção	reflexiva	31
	recíproca	42
	média	702
controlo	sim	503
	não	272
marcador de controlo	advérbio de controlo	76
	advérbio temporal/aspetual	26
	imperativo	39
	interrogativo	63
	<i>ir</i> + infinitivo/gerúndio	29
	modalidade	50
	negação	32
	<i>para</i> + infinitivo	44
	referente agentivo implicado pelo verbo	83
	outro verbo de controlo	44
	sujeito gramatical humano	5
foco na mudança	contexto	13
	não controlo	271
	sim	341
	não	434

<sup>2</sup> O estudo das construções reflexivas, recíprocas e médias aqui discutido insere-se num projeto mais alargado (Silva et al. 2021) que engloba também as restantes construções de *se* que apenas admitem esta forma do clítico. Daí se terem codificado também as construções reflexivas, recíprocas e médias exclusivamente com a forma *se* do clítico.



	advérbio dinâmico	171
	perífrase aspetual	48
marcador de foco na	oração adversativa	8
	expressão explícita de causa/resultado	62
mudança	contexto	51
	perceção	1
	não foco na mudança	434
	estado	248
aspeto lexical (verbo)	atividade	47
	“accomplishment”	159
	“achievement”	321
	existencial (EXIST)	12
classe semântica geral	material (MAT)	264
	mental (MNT)	329
(verbo)	modulação (MOD)	15
	relacional (REL)	132
	verbal (VRB)	23
	ação corporal	74
classe semântica	emoção	94
	cognição	157
específica (verbo) (apenas	perceção	41
construção média)	denominação	95
	união	71
	outro	170
	agente causativo	45
	agente não causativo	243
	experenciador	306
papel semântico (SN)	paciente causativo	14
	paciente não-causativo	5
	estímulo	6
	tema	156
animado (SN)	sim	699
	não	76
	C-Oral	359
origem (subcorpus)	Fóruns	223
	Museu da Pessoa	193
	2000	194
década	2010	581

Alguns fatores exigem esclarecimento. Entende-se por ‘controlo’ a capacidade de o participante sujeito gramatical regular a sua ação e a mudança que impõe no participante objeto gramatical. Este fator é operacionalizável através de um conjunto diversos de marcadores: advérbios de controlo (como *ativamente*, *deliberadamente*, *intensamente*), advérbios ou perífrases temporais ou aspetuais, enunciados imperativos ou interrogativas, negação, modalidade, construções infinitivas finais e o co(n) texto nos casos em que não há nenhum marcador de controlo.

O fator ‘foco na mudança’ significa o enfoque (ou a falta dele) por parte do conceptualizador/locutor no momento da mudança de estado. Como

vimos na secção anterior, uma situação pode ser conceptualizada como *energética*, em termos de dinâmica de forças, o que implica pôr em foco de atenção o momento crucial da mudança de estado e aos participantes energéticos dessa mudança, ou pode ser conceptualizada como *absoluta*, um processo que se desenvolve no tempo e culmina num estado resultante, sem pôr em foco de atenção a fonte de energia. Uma das funções do clítico se é justamente codificar a atenção prestada ao momento da dinâmica de forças e à consequente mudança não esperada (Maldonado 1999: 362), pelo que é expectável que o falante opte pela construção de clítico explícito quando focaliza o momento da mudança e, conseqüentemente, conceptualiza a situação como energética. Os marcadores que permitem operacionalizar esta conceptualização do momento da mudança de estado incluem advérbios ou expressões adverbiais dinâmicos (como *rapidamente*, *lentamente*, *de repente*, *j*, *assim que*, *o jeito que*), perífrases aspetuais (e.g. *começar a + Vinf*, *estar + Vger*), expressão explícita de causa ou resultado (e.g. construções finais ou causais), construções adversativas e o co(n)texto nos casos de ausência de marcador.

Para as classes semânticas do núcleo do sintagma nominal sujeito gramatical e do verbo seguimos as classificações semânticas do projeto ADESSE – uma base de dados com anotação semântica e sintática de um corpus do espanhol (García-Miguel, González Domínguez & Vaamonde 2010).

A análise multifatorial qualitativa da variação entre presença e ausência do clítico nas construções reflexiva, recíproca e média foi complementada e comprovada pela análise quantitativa multivariada. Usamos o modelo estatístico de árvores de inferência condicional (“conditional inference trees” – Hothorn *et al.* 2006, Strobl *et al.* 2009, Tagliamonte & Baayen 2012). Estas árvores de análise estatística exploratória são particularmente úteis nos casos de um grande número de variáveis para uma base de dados relativamente pequena, como no presente estudo. As árvores permitem distinguir grupos de dados que se comportam de modo idêntico. Como resultado, produzem um valor para cada grupo de ocorrências que se comportam do mesmo modo, bem como a proporção dos dados observados no grupo que assume esse valor. Todas as análises foram realizadas com o programa estatístico R 3.5.3 (R Core Team 2019) e o pacote partykit,

v. 1.2 (Hothorn & Zeileis 2015, Hothorn *et al.* 2006). Em cada árvore, consideramos todas as variáveis, identificadas na Tabela 1, que se espera que tenham um efeito. A visualização das árvores de inferência condicional permite identificar os fatores preditores da variação entre clítico explícito e clítico nulo e explicar os resultados obtidos.

## 5. Construções reflexiva e recíproca de clítico nulo

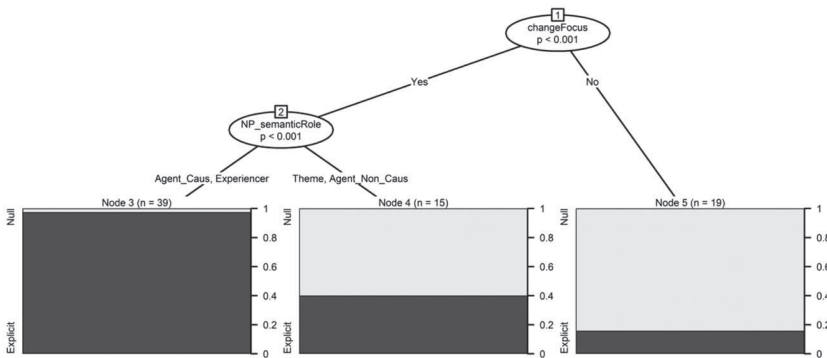
As construções reflexiva e recíproca tendem a manter a presença do clítico *se*. Das 73 ocorrências destas construções no corpus, 47 (64,4%) são com clítico explícito e apenas 26 (35,6%) representam o clítico nulo.

É conceptualmente menos provável que o clítico esteja ausente em contextos de reflexividade e reciprocidade propriamente ditas, visto que o clítico é o marcador gramatical destas categorias semânticas, desempenhando a função de verdadeiro complemento para assim codificar um evento transitivo com dois participantes e a afetação do participante agente. Com efeito, o clítico reflexivo codifica a diferenciação conceptual de uma única entidade em duas facetas distintas (Kemmer 1993: 66) e a dinâmica de forças entre as duas partes dessa entidade dividida; por seu lado, o clítico recíproco marca a diferenciação dos dois subeventos que compõem o evento recíproco em que participam os dois (ou dois grupos de) participantes. Confirma-se assim a hipótese de Kemmer (1993) que prediz que, se uma língua dispõe de variação entre duas formas pronominais (tónico vs. clítico ou explícito vs. nulo), a forma fonologicamente mais pesada e independente é utilizada nos contextos de reflexividade e reciprocidade propriamente ditas. Quando a construção reflexiva ou recíproca não envolve a diferenciação conceptual do participante em facetas distintas ou do evento em subeventos e, portanto, não evoca contextos de dinâmica de forças de eu-dividido ou de subeventos, a omissão do clítico é favorecida.

A Figura 1 é a árvore de inferência condicional das construções reflexiva e recíproca do conjunto das 73 ocorrências destas construções no corpus do PB. De notar que a alternância entre clítico explícito e clítico nulo é a variável dependente e as variáveis independentes são os fatores da Tabela 1, estando representados na árvore as variáveis independentes

que desempenham algum papel na variável dependente. Como se pode verificar na Figura 1, a variável independente mais importante é ‘foco na mudança’: a árvore separa as ocorrências anotadas com o traço ‘foco na mudança’ (54 ocorrências nos nós 3 e 4) das ocorrências de ‘não foco na mudança’ (19 no nó 5). O fator ‘foco na mudança’ mostra-se assim preditor da variação entre clítico explícito e clítico nulo nas construções reflexiva e recíproca: as ocorrências de ‘foco na mudança’ preferem a construção de clítico explícito, ao passo que a construção de clítico nulo está claramente associada às ocorrências de ‘não foco na mudança’. Um segundo fator da variação clítico explícito/nulo é o ‘papel semântico’ do núcleo do sintagma nominal ou sujeito gramatical das construções reflexiva e recíproca (nó 2), mas esta variável é apenas determinante entre as ocorrências reflexivas e recíprocas marcadas com o traço ‘foco na mudança’.

FIGURA 1 – Árvore de inferência condicional das construções reflexiva e recíproca



Vejamos como ‘foco na mudança’ está na base da variação entre clítico explícito e clítico nulo, considerando os dois primeiros exemplos apresentados na secção 2 e agora numerados como (5) e (6), que denotam ambos o evento recíproco de casamento.

- (5) *Ent o a fica, ele, n , vai l assim, de boa e tal, e a quando ela menstrua, e t pronta pra casar, a eles v o e se casam* (C-Oral)

(6) *n o precisa nem de festa, essas coisas n o. Eu at falei com Leandro, eu, pra gente Ø casar, Leandro, precisa ter eu, voc , uma testemunha e o padre (C-Oral)*

Em (5), o clítico codifica o momento crucial ou condição da mudança de estado e, conseqüentemente, o evento recíproco energético de casar-se, pondo em foco de atenção a agencialidade e a afetação dos participantes; ao mesmo tempo, o clítico marca o envolvimento do conceptualizador/locutor na descrição de uma mudança de estado civil não esperada e condicionada. Pelo contrário, a ausência do clítico em (6) está correlacionada com a perspectiva neutra, não energética ou absoluta do ato recíproco de casar-se, tomando o conceptualizador/locutor este evento como um todo e como seu objeto de conceptualização. Existem elementos independentes que permitem operacionalizar o fator ‘foco na mudança’ e, assim, evidenciar a adequação da distinção conceptual entre perspectiva energética e perspectiva absoluta de uma situação como critério explicativo da presença/ausência do clítico. Em (5), os advérbios dinâmicos (a ... a ), as construções adverbiais (*quando menstrua*) e a sequência de eventos dinâmicos (*eles v o e*) são marcadores independentes do momento crucial da mudança de estado e, assim, da perspectiva energética do evento de casar-se, donde a opção pela construção com clítico explícito. Nenhum destes tipos de marcadores está presente em (6).

A mesma alternância de perspectiva conceptual energética/absoluta e, logo, de presença/ausência do clítico observa-se na relação recíproca oposta de separação conjugal, exemplificada em (7) e (8).

(7) *J vi casal que poca que namoravam nunca transaram devido religi o. Da casaram, por m s durou 1 ano e meio e se separaram, tentaram voltar v rias vezes mas sem resultados positivos, da cada um foi viver sua vida, hoje a mulher j casou com outro. (Fóruns)*

(8) *sou muito feliz, porque todo mundo gosta de mim, n o tem ningu m contra mim, n . Nem meu marido que a gente j Ø separou, mas n o ficamo de mal, sabe, n o ficamo contra. Mas sou feliz. S isso. (C-Oral)*

Em (7), o clítico marca a mudança inesperada de rutura do casamento e a consequente separação, sendo o foco nessa mudança marcado também pela sequência de eventos dinâmicos e contrários (*casaram, por m ... e, tentaram ... mas*) e por expressões adverbiais dinâmicas (*s , 1 ano e meio*). Já em (8), o evento de separação é focalizado no seu resultado e conceptualizado como um processo temático, autónomo e absoluto, pelo que o clítico é omitido. O advérbio *j* não marca o momento crítico da separação conjugal, mas o novo estado civil, e a construção adversativa (*mas n o ficamo de mal*) contrária, não o ato de separação, mas as implicações desse novo estado.

Comprova-se no corpus do PB que a presença de marcadores de ‘foco na mudança’ (diferentes do clítico) está geralmente associada à construção de clítico explícito. Das 47 ocorrências da construção reflexiva/recíproca com a presença de *se*, 36 contêm diversos marcadores de ‘foco na mudança’, como advérbios dinâmicos ou expressões adverbiais dinâmicas (ver exemplos 5, 7, 10), perífrases aspetuais (9), orações adversativas (7, 10) e expressões explícitas de causa/resultado (11).

- (9) *se voc est se questionando se deve ou n o ler por causa dessa coisa toda* (Fóruns)
- (10) *eu tento olhar pra dentro o m ximo, n , porque a gente, muitas vezes, acha que se enxerga, mas dif cil se enxergar* (C-Oral)
- (11) *Ela est aqui pra se defender, mas ela n o consegue.* (C-Oral)

Exemplos da construção estritamente reflexiva de clítico nulo são raros no corpus: apenas 5 ocorrências do total de 31 exemplos da construção reflexiva. O mesmo verificaram Camacho (2003) e Pereira (2007) nos seus estudos sobre as construções de *se* no PB. Todos os 5 exemplos de construção reflexiva de clítico nulo ocorrem em contextos de não mudança de estado, como em (12) e (13). Em (12), *considerar* é um verbo de estado com um único participante e sem nenhuma representação de eu-dividido. Não há necessidade nem para a diferenciação conceptual do participante em diferentes facetas nem para a reflexividade semanticamente não esperada. Em (13), o evento de ação *fechar* é perspetivado, não na sua cadeia de ação ou transferência de energia, mas no seu resultado, donde também não ser necessária a diferenciação de facetas do participante. Em

nenhum dos exemplos ocorre qualquer marcador de foco na mudança. O reflexivo nulo tende assim a ocorrer em contextos conceptualizados como não energéticos, ora porque não é necessária ou não é possível a dinâmica de forças entre facetas do participante, ora porque se conceptualiza como não havendo mudança de estado.

- (12) *Largou casa marido que ela n o Ø considera casada e veio me ver.*  
(Fóruns)
- (13) *essa turma, cara, n s somos fichinha perto deles. Eles Ø fechavam em casas com trinta, quarenta litros de u sque, cara, c n o imagina*  
(C-Oral)

Mais frequentes no corpus são as ocorrências da construção recíproca de clítico nulo, principalmente com o verbo *casar-se* e seus antónimos *separar-se* e *largar-se*, como nos exemplos (6) e (8). Dos 21 exemplos de recíproco nulo, 16 contêm estes verbos de relação conjugal. Outros exemplos de recíproco nulo ocorrem com o verbo *encontrar-se*, como em (14, a seguir).

Importa analisar melhor as condições da presença/ausência do clítico com estes verbos de união. A presença do clítico codifica reciprocidade, uma reciprocidade natural ou necessária, como em (5) e (7), mas pode também codificar o papel simultaneamente ativo e temático do único participante no evento e, assim, medialidade, particularmente nos contextos que não se ajustam à leitura de reciprocidade, mais evidentes quando o sujeito é singular, como em *Ele se casou/separou*. A ausência do clítico marca a perda ou inexistência dos traços de reciprocidade ou de medialidade e serve para codificar a conceptualização absoluta e ergativa do evento de união ou de separação. A natureza primariamente intransitiva do verbo *casar* e a sua incompatibilidade nos usos secundários transitivos com a reflexividade potenciam o seu uso absoluto e ergativo. Deste ponto de vista, não pode falar-se de apagamento do pronome clítico em *casar*, mas da sua ausência. Haverá apagamento do clítico nos casos em que a esperada e natural reciprocidade do ato de casamento ou a possível medialidade do mesmo ato é substituída por uma conceptualização absoluta desse ato.

A Figura 3 mostra que há um segundo fator na variação clítico explícito vs. nulo. Trata-se do papel semântico do nome sujeito gramatical da

construção reflexiva/recíproca que intervém no conjunto das ocorrências marcadas com o traço ‘foco na mudança’ (nós 3 e 4). Sujeitos com o papel de tema ou de agente não causativo estão mais associados à construção de clítico nulo (nó 4), como nos exemplos (14) e (15), do que sujeitos agente causativo ou experienciador (nó 3), como nos exemplos (16) e (17).

- (14) *Mas para quem morava em um s tio, n o tinha carro e s andava de carroça, era longe. Ent o a gente n o tinha tanto contato com meus av s paternos. Ent o Ø encontrava uma vez na vida no Natal.* (Museu da Pessoa)
- (15) *Realmente cada caso um caso, e isso n o sinal que um n o goste do outro, nem que v o Ø largar depois daquele tempo* (Fóruns)
- (16) *Porque ela ia se trocar, ela apagava a luz pra eu n o ver ela sem roupa.* (Museu da Pessoa)
- (17) *Mas que as pessoas tinham que se respeitar para conseguir conviver* (Museu da Pessoa)

Embora a frequência seja reduzida, sobretudo em relação ao grupo do nó 4 (apenas 15 ocorrências), esta variação é conceptualmente motivada, visto que participantes temáticos ou agentivos não causativos não têm a força indutora ou *energia* suficiente para impor uma mudança de estado. As 9 ocorrências de clítico nulo, no pequeno conjunto das 15 ocorrências com sujeito temático ou agentivo não causativo (nó 4), são com os verbos *casar-se*, *largar-se* e *encontrar-se* em uso recíproco.

Exceções a este fator do papel semântico do sujeito gramatical estão exemplificadas em (18) e (19). A ocorrência inesperada da construção de clítico nulo em contexto de foco na mudança de estado (e presença de marcadores deste traço semântico) e sujeito agentivo do exemplo (18) – a única ocorrência de clítico nulo do nó 3 – pode dever-se a dois fatores: por um lado, o registo informal e espontâneo do corpus (*C-Oral*); por outro lado, a aproximação do verbo *limpar-se* aos verbos de cuidado corporal, que tendem a associar-se à construção média, como veremos na secção seguinte. Em relação a (19), também do *C-Oral*, a presença do clítico com sujeito temático do verbo *encontrar-se* (uma das 6 ocorrências de clítico



explícito do nó 4), em contraste com o exemplo (14), dever-se-á ao fator principal de ‘foco na mudança’, marcado por *todas as vezes que*.

- (18) *o Jo o brinca que vai cair, a , eu agora e a eu demorei, que eu tava acabando de fazer um negocio, ali. Dois segundo, n . A , tinha, eu escutei dar descarga, j Ø limpou, Jo o. J . Ele mesmo limpou sozinho e j saiu do banheiro, deu descarga e tchau. Demorei muito, po, gosto dele. (C-Oral)*
- (19) *De forma alguma, todas as vezes que a gente, se encontra, tem que ter carrinho (C-Oral)*

Em síntese, a árvore de inferência condicional da Figura 1 aponta para um mesmo padrão geral nas construções reflexiva e recíproca: clara preferência pela construção de clítico nulo quando não há foco na mudança de estado, isto é, quando a construção é absoluta, ou quando, havendo foco na mudança, o participante é temático ou agentivo não causativo.

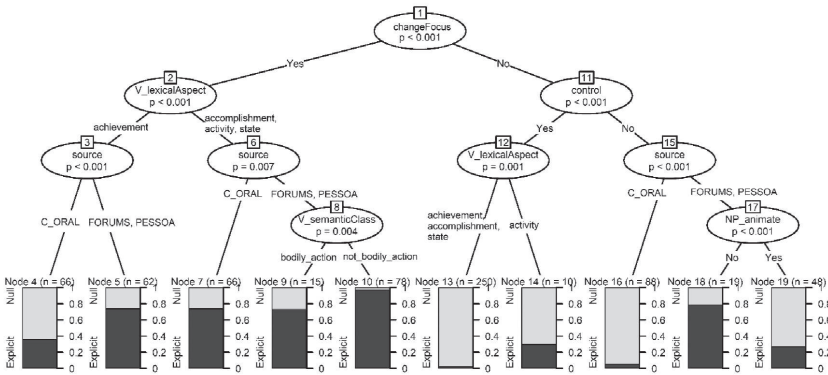
## 6. Construção média de clítico nulo

Como já referimos na secção 2, o domínio da construção média envolve grande variedade de classes semânticas de predicados, entre os quais estão verbos de cognição (157 ocorrências no corpus), emoção (94), ação corporal (74), percepção (41) e ainda denominação (95, sempre *chamar-se*) e união (71, sendo 55 com *casar-se* e *separar-se* em sentido não recíproco mas médio). Do total de 702 ocorrências da construção média no corpus, 64,4% (452) apresenta clítico nulo, contra 35,6% (250) de clítico explícito. Ao contrário das construções reflexiva e recíproca, a construção média tende assim a ser codificada pela construção de clítico nulo.

A Figura 2 mostra que o preditor principal da variação entre clítico médio explícito vs. nulo é, tal como nas construções reflexiva e recíproca, o fator ‘foco na mudança’. Já secundariamente, num segundo nível da árvore, os fatores igualmente internos ‘aspeto lexical’ do verbo e ‘controlo’ sobre o evento desempenham também um papel na mesma variação. O fator externo do ‘registo’ (‘origem’, na árvore) é também determinante na mesma

variação, mas a níveis mais inferiores. Finalmente, o fator interno da classe semântica do predicado desempenha um papel muito limitado na variação clítico explícito vs. nulo (nó 8). Vejamos o funcionamento destes preditores, a começar pelo mais importante.

FIGURA 2 – Árvore de inferência condicional da construção média



Os exemplos (20)-(24) ilustram o contraste entre clítico explícito e clítico nulo e permitem compreender como ‘foco na mudança de estado’ é o fator determinante desta variação construcional.

- (20) *como projetar um lucro l quido duma empresa, como se aproximar dum consumidor (C-Oral)*
- (21) *A , o cara começa a cantar uma m sica tradicional. A camela chora de ...escorrer escorrer escorrer l grima. A , ela deixa o filhote Ø aproximar dela e mamar (C-Oral)*
- (22) *GIL: A , a mulher foi, olhou meio assim, tipo, pra mim, meio sem graça, n .  
 ADR: Agora que, ela ia se preocupar mesmo (C-Oral)*
- (23) *FLA: Seu dinheiro t caindo  
 REN: Nossa! Nem tinha visto. Espero que eu n o tenha perdido  
 FLA: c Ø preocupou, n . C perdeu o meu vint o  
 REN: N o... o seu tava no outro bolso (C-Oral)*

(24) *toda a vez que voc se lembrar dele, n o Ø lembre dos momentos felizes juntos, isso n o vai te ajudar em nada! se o foco esquecer ele, ent o voc deveria Ø lembrar s dos defeitos!!* (Fóruns)

Comparando os dois usos do verbo de ação corporal (especificamente, movimento translacional) *aproximar-se*, a construção com clítico nulo de (21) exprime o escaneamento mental do evento de aproximação como um todo e focalizado, não no movimento de aproximação do participante sujeito, mas na nova localização deste participante (*filhote*) relativamente ao lugar do participante objeto (*camela*). Em contraste, o clítico em (20) focaliza a fase inicial do movimento (mais abstrato) de aproximação a um consumidor, marcando assim a mudança efetiva de não aproximação para aproximação. É assim que a construção com clítico explícito exprime uma conceptualização mais energética, de dinâmica de forças e, conseqüentemente, mais *subjetiva* (isto é, com maior envolvimento do conceptualizador/locutor no evento) do movimento de aproximação. Não existe um marcador de foco na mudança em (20), mas é possível acrescentá-lo: por exemplo, um advérbio dinâmico (*rapidamente*), de contraexpectativa (*inesperadamente*) ou de atitude do agente (*simpaticamente*). Já em (21) o mesmo ou não é possível ou altera significativamente o sentido do enunciado. Além disso, é possível acrescentar em (21), mas não em (20), uma expressão temporal durativa, como *durante toda a m sica* ou *durante todo esse dia*, ou uma construção adversativa que negue a mudança (*mas o filhote n o quis*), visto que o que a construção de clítico nulo enfoca é todo o processo desenvolvido ao longo do período de tempo delimitado por *aproximar-se*. A mesma diferença de conceptualização do movimento translacional oposto de afastamento é codificada na alternância entre *ir-se embora* (o momento da mudança) e *ir embora* (resultado da mudança).

A mesma oposição entre conceptualização energética e conceptualização absoluta verifica-se com o verbo de reação emocional *preocupar-se*. A construção com clítico explícito de (22) enfoca a reação emocional do experienciador e, deste modo, a sua experiência psicológica de dinâmica de forças. Esta leitura é reforçada por vários marcadores de foco na mudança de estado emocional, presentes em (22): o advérbio temporal dinâmico *agora*, o advérbio epistémico *mesmo*, o marcador de foco ( ) *que*, a perífrase aspetual

*ir preocupar* e ainda expressões verbais dinâmicas (*foi, olhou pra mim*). Em contraste, a ausência do clítico em (23) põe em segundo plano a experiência psicológica de dinâmica de forças e a mudança energética para enfocar o novo estado emocional. Por isso mesmo, não há nenhum marcador de foco na mudança em (23) nem o co(n)texto evoca o momento da mudança. Além disso, *c preocupou* é perfeitamente parafraseável pela perífrase resultativa *c ficou preocupado*, mostrando assim como (23) exprime, não o momento da mudança emocional, mas o novo estado resultante da mudança.

Em (24), encontramos dentro do mesmo enunciado a variação clítico explícito vs. nulo com o verbo mental *lembrar-se*. A presença do clítico serve para conceptualizar o momento crucial da mudança de não querer lembrar-se para não ser capaz de evitar lembrar-se e, assim, uma experiência mental energética, de dinâmica de forças. Esta leitura é reforçada pela expressão adverbial dinâmica iterativa *toda a vez que*. A ausência do clítico nas ocorrências seguintes do mesmo verbo permite desfocalizar a mudança efetiva de estado mental para estender o escaneamento mental do evento e focalizar o processo de mudança como um todo, isto é, a lembrança, não dos momentos felizes com ele, mas dos defeitos dele. Estas duas ocorrências de *lembrar-se* sem o clítico podem receber uma expressão temporal durativa (*durante largos minutos*) ou uma oração adversativa que negue a mudança (*mas ele se lembra/n o se lembra disso*).

A análise de corpus permite concluir que há efetivamente uma correlação positiva entre a opção pela construção média com clítico explícito e a ocorrência de marcadores a codificarem o foco na mudança de estado. Das 250 ocorrências de construção média e presença do clítico, 66,4% (166) contém marcadores explícitos do momento da mudança, sendo os mais frequentes expressões adverbiais dinâmicas e perífrases aspetuais, como em (22) e (24), expressão explícita de causa/resultado e orações adversativas, como em (25) e (26).

- (25) *Bom eu vou dar a minha opini o, voc por favor n o se ofenda, n ?* (Fóruns)
- (26) *Para secar o leite materno existe um medicamento [...] Mas lembre-se que s deve tomar este medicamento segundo indicaç o do seu m dico.* (Fóruns)

Vejam os restantes preditores da variação clítico explícito vs. nulo: aspeto lexical do predicado (nós 2 e 12), controlo do sujeito gramatical (nó 11) e registo (nós 3 e 6).

O aspeto lexical do verbo desempenha um papel na variação construcional em causa quando o momento da mudança é focalizado (nó 2): os eventos pontuais ou culminações (“achievements”) (nó 3, com 128 ocorrências, das quais 58 com clítico explícito e 70 com clítico nulo) estão mais associados à construção com clítico nulo do que os estados, as atividades e os eventos prolongados ou culminados (“accomplishments”) (nó 6). Podemos apontar duas razões para este resultado. Por um lado, os eventos pontuais favorecem o enfoque do ponto final ou resultado de um processo em detrimento da energia que conduziu a esse resultado, isto é, os eventos pontuais favorecem a conceptualização absoluta do evento, codificada na construção de clítico nulo. Por outro lado, 77,6% (45/58) das ocorrências de clítico nulo do nó 3 apresentam verbos médios que frequentemente se associam à construção de clítico nulo, como veremos mais adiante. São verbos das classes semânticas de união *casar-se* (9 ocorrências no nó 3; 52/54 médios nulos no total) e *separar-se* (4 ocorrências; 11/12 nulos); ação corporal *deitar-se* (3; 7/7 nulos), *levantar-se* (4; 5/5 nulos) e *sentar-se* (2; 13/13 nulos); cognição *esquecer-se* (3; 32/32 nulos) e *lembrar-se* (4; 104/111 nulos); emoção *cansar-se* (6; 10/10 nulos) e *desesperar-se* (6; 6/7 nulos); e *encontrar-se* (4; 7/10 nulos). O impacto do aspeto lexical nos contextos de ‘não foco na mudança’ e ‘controlo’ do sujeito gramatical (nó 12) parece ser relativamente reduzido, tendo em conta o baixo número de ocorrências no corpus (10 da classe aspetual de atividade: nó 14). Um corpus mais extenso permitiria medir com maior precisão o impacto do aspeto lexical.

Vejam agora o fator ‘controlo’ do participante sujeito gramatical, apenas relevante nos casos de ‘não foco na mudança’ (nó 11), os quais determinam, à partida, a opção pela construção de clítico nulo. A construção de clítico explícito tende a ser preferida apenas com sujeitos sem controlo e não humanos e nos subcorpora de registo menos espontâneo, isto é, Fóruns e Museu da Pessoa (das 19 ocorrências no nó 18, 15 apresentam o clítico se). Importa também notar que 11 destas 15 ocorrências de clítico explícito dão-se com a expressão gramaticalizada *chamar-se* (que discutiremos a seguir). Podemos concluir que o controlo do participante sujeito sobre o

evento é um fator preditor relativamente fraco, visto que a construção de clítico nulo é claramente selecionada nos casos de ‘não foco na mudança’ independentemente do controlo (ou falta dele) do sujeito sobre o evento.

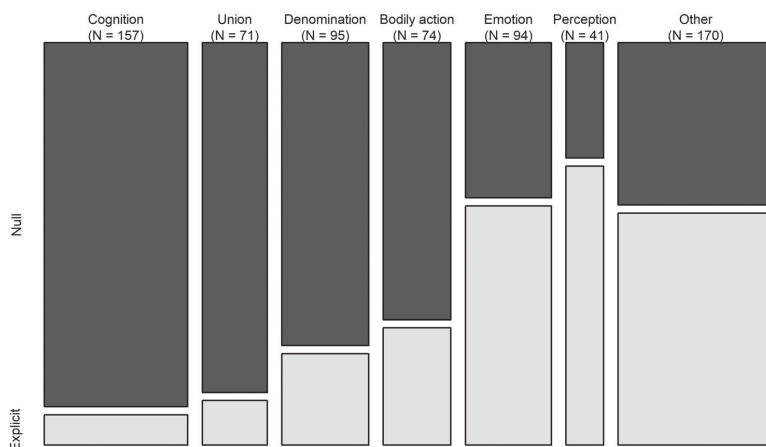
Este resultado não permite confirmar a proposta de alguns autores, como Maldonado (1999) e Medina (2014), sobre a importância da variável controlo do participante sujeito. Num estudo sobre o marcador médio no PB, Medina (2014) aponta o grau baixo de controlo do iniciador sobre o evento como fator conceptual para a permanência do clítico se nas construções médias. Apesar de a construção média se caracterizar pelo menor controlo sobre o evento em comparação com as construções reflexiva e recíproca e de o clítico se marcar uma diminuição (ou falta) de controlo por parte do iniciador do evento, como propõe Maldonado (1999), o fator controlo não parece ter no nosso corpus essa relevância para a opção pela construção de clítico explícito.

Um outro preditor da variação entre presença e ausência do clítico é o registo. Como se pode verificar nos nós 4 e 7 da árvore da Figura 2, quando o foco é posto na mudança de estado e, conseqüentemente, se esperaria a construção de clítico explícito, o corpus oral mais espontâneo (*C-Oral*) apresenta um número relativamente elevado de ocorrências da construção de clítico nulo. Juntamente com o fator interno do aspeto lexical do verbo, designadamente a culminação (“achievement”), o registo oral mais informal e espontâneo é responsável por 63,6% (42/66) da construção de clítico nulo (ver nó 4). A frequência do clítico nulo no mesmo *C-Oral* desce bastante quando o aspeto lexical do verbo é de classes diferentes da culminação (ver nó 7). Do lado dos casos de ‘não foco na mudança’ e de ‘não controlo’ sobre o evento é também no registo mais espontâneo do *C-Oral* que se encontra uma preferência clara pela construção de clítico nulo (nó 16). Pode assim concluir-se que a construção com clítico nulo no PB é mais frequente no registo oral mais espontâneo.

Apreciemos, finalmente, o papel da categoria semântica do verbo na variação clítico explícito vs. nulo. Como já referimos e podemos verificar na Figura 2, este fator tem um impacto limitado, podendo explicar apenas uma pequena parte da variação, constituída pelos casos anotados como foco na mudança, aspeto lexical diferente da culminação e registo menos espontâneo (ver nó 8). Isto sugere que as diferentes categorias semânticas

de verbos associadas à construção média se comportam de modo idêntico quanto à variação entre clítico explícito e clítico nulo. Há, no entanto, algumas diferenças que, embora não se mostrem significativas na análise multivariada, merecem atenção. A Figura 3 apresenta a proporção de ocorrências das construções de clítico explícito vs. nulo por categoria semântica do verbo (as categorias com menos de 40 ocorrências foram codificadas como “outro”). Os verbos de cognição, união, denominação e ação corporal são os que mais frequentemente se associam à construção de clítico nulo. Pelo contrário, os verbos de percepção e emoção são os que mais se combinam com a construção de clítico explícito.

FIGURA 3 – Construções médias de clítico explícito/nulo por categoria semântica do verbo



A preferência dos verbos de cognição pelo clítico nulo – especificamente os verbos *lembrar-se* e *esquecer-se*, que representam 90,5% (142/175) de todos os verbos de cognição na construção média no corpus – deve-se ao facto de estes verbos exprimirem geralmente uma atividade mental simples e rotineira e, por isso, não energética. Com efeito, as 12 ocorrências de clítico explícito com estes verbos exprimem a emergência da respetiva atividade mental, sendo essa mudança não esperada codificada, quase sempre (9/12), por expressões adverbiais dinâmicas que marcam contraexpectativa do falante, como *ent o a*, *ent o*, *depois veio*, *assim*, *toda a vez que*, como

nos exemplos (3) e (24), acima, e em (27) com o verbo *lembrar-se*. Já o mesmo mais dificilmente se acomoda ao verbo *esquecer-se*, pelo que não se encontra no corpus nenhuma ocorrência de clítico explícito com este verbo, mesmo em contextos de maior contraexpectativa do falante, como em (28).

(27) *As pessoas mais antigas que v o de rei dos bugios e eu como tinha poucos anos, 18 anos de bugio, n o podia ir de rei. Ent o, como eles viram que eu tinha capacidade para tal, lembraram-se e bateram-me porta.* (Museu da Pessoa)

(28) BRU: *eles foram prum lugar onde se fala hebraico, eles n o falavam uma palavra de hebraico, chegaram no aeroporto, n ; Ø esqueceram de busc -los.*

PRI: *Nossa*

BRU: *n o, at interessante. A ela na introduç o fala [...] o dia era t o importante que eles Ø esqueceram de busc -los.* (C-Oral)

De notar que os verbos de cognição que implicam um experienciador com grau elevado de controlo geram sistematicamente a construção reflexiva ou a construção recíproca quando se combinam com o clítico, como *achar-se*, *compreender-se*, *conhecer-se*, *considerar-se*, *entender-se*, *imaginar-se*. Das 8 ocorrências destes verbos na construção reflexiva, apenas o exemplo (12) acima, com o verbo *considerar-se*, se apresenta sem clítico. O mesmo acontece com os verbos de perceção (que são os verbos de atividade mental que implicam maior controlo e menor afetação do experienciador), como *ver-se*, *enxergar-se*, *ouvir-se*, *cheirar-se*, *tocar-se*. Todas as 13 ocorrências destes verbos na construção reflexiva/recíproca vêm acompanhadas do clítico.

A preferência dos verbos de união pela construção de clítico nulo tem sobretudo a ver com o uso muito frequente dos verbos *casar-se* e *separar-se* a designar, não a mudança, mas o estado resultante. Os três únicos exemplos destes dois verbos (em uso médio) com clítico explícito encontrados no corpus enfocam o momento crucial da mudança e são marcados por advérbios dinâmicos e expressões explícitas de causa ou resultado, como em (29), (oração temporal *quando ...*) e (30), (oração final *pra ter cidadania europ ia*).



- (29) *A ele foi para l , depois quando ele casou-se com a minha m e, passados uns anos, ele começou a nos levar todos para essa fazenda* (Museu da Pessoa)
- (30) *Essa cachorra, se casou com italiano pra ter cidadania europ ia, e se picou pra França* (C-Oral)

O verbo *chamar-se*, único verbo de denominação registado no corpus, ocorre quase sempre (73/95) na construção de clítico nulo quer no registo mais espontâneo do *C-Oral* quer no registo menos espontâneo do *Museu da Pessoa*, como em (31) e (32), o que atesta o alto grau de des-semanticização da construção reflexiva *chamar-se a si mesmo*, típica do português antigo, e a gramaticalização do verbo para funcionar como verbo pseudo-copulativo de expressão do nome próprio (ver Fernández Jáen 2019 para a descrição cognitivo-funcional deste processo diacrónico no espanhol). As 22 ocorrências de *chamar-se* com clítico explícito, como em (33), curiosamente seguido pelo apagamento do clítico, não estão propriamente associadas a um enfoque na mudança de estado (não há nenhum marcador de foco na mudança nos respetivos enunciados), aparecendo antes por força da sua gramaticalização como verbo médio inerente e nos corpora de registo menos espontâneo (apenas 2 exemplos no *C-Oral*). A construção de clítico nulo com o verbo *chamar-se* (inexistente no PE) poderá representar a fase inicial do processo de generalização da produção de construções de clítico nulo e explícito com os verbos médios inerentes.

- (31) *a filha do tio Carlos Ø chamava Maria Julieta, tinha uma filha do meu tio que chama Ø Julieta, at que viva, mora l em Itabira* (C-Oral)
- (32) *A minha irm Ø chama Leni Bueno Monteiro e o meu irm o Ø chama Lenine Bueno Monteiro* (Museu da Pessoa)
- (33) *Chamava-se, chama Ø, Raimundo Silva, ele ainda vivo.* (Museu da Pessoa)

Finalmente, os verbos de ação corporal mostram uma ligeira preferência pela construção de clítico nulo. A razão desta preferência poderá estar no facto de estes verbos, particularmente os de posição corporal e de deslocação,

serem mais frequentemente usados para designarem o estado resultante, isto é, a nova posição do corpo ou a nova localização do participante sujeito. Todas as 24 ocorrências dos verbos de mudança da posição corporal, como *levantar-se*, *sentar-se* e *deitar-se* não apresentam clítico, já que geralmente exprimem rotinas conceptualmente autónomas relativamente ao seu input de energia. Mas também se encontram algumas ocorrências de *levantar-se* sem clítico em contexto de mudança não esperada, como em (34).

- (34) *A quando eu tava, ligando pa pol cia, eles Ø levantaram e foram embora* (C-Oral)

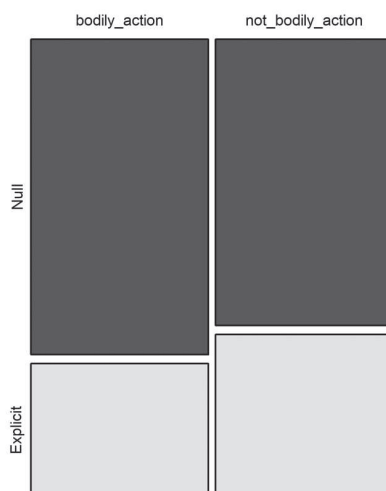
Isto pode sugerir a tendência do PB (em claro contraste com o PE) para a ergativização dos verbos de posição corporal, bem como de outros verbos de ação corporal como *mudar-se*, o qual ocorre sempre (19 exemplos no corpus) na construção de clítico nulo. Quer dizer que o que aqui é conceptualizado não é o movimento corporal autoagentivo, mas o resultado desse movimento, isto é, a nova posição do corpo ou a nova localização do participante principal.

Em contraste com as categorias semânticas anteriores, os verbos de emoção (especialmente de reação emocional) e os verbos de percepção preferem claramente a construção com clítico explícito. Isto faz sentido na medida em que o clítico focaliza a mudança de estado emocional/mental do experienciador. O que a construção com clítico nulo faz com estes verbos é desfocalizar a mudança emocional ou percetiva e focalizar o novo estado emocional, como em (23), acima, e (35), ou a nova atividade mental, como em (36), em que o verbo de localização *encontrar-se* é metonimicamente usado como verbo de percepção (a expressão adverbial *todo o santo dia* é um marcador de desfocalização da mudança).

- (35) *LIA: e aquela empregada da Cludia agora t indo direitinho?*  
*LEO: melhorou agora dessa vez que voltou. Ela ficou doida pa voltar, Ø arrependeu* (C-Oral)
- (36) *Eu tinha uma namorada tamb m queria Ø encontrar comigo todo santo dia.* (Fóruns)

Comparando os verbos de ação corporal com as outras categorias semânticas de verbos médios, verifica-se que não há grandes diferenças relativamente à variação entre presença e ausência do clítico, como a Figura 4 mostra.

FIGURA 4 – Verbos de (não) ação corporal e a variação clítico explícito vs. nulo



Este resultado pode constituir um argumento empírico para se considerar os verbos de ação corporal como pertencendo ao domínio da construção média, tal como Kemmer (1993) e Maldonado (1999) propõem, apesar de serem os que mais se aproximam da verdadeira construção reflexiva, já que implicam um participante sujeito agentivo. De entre os verbos de ação corporal, os de cuidado do corpo, como *arrumar-se*, *banhar-se*, *escovar-se*, *depilar-se*, *maquiar-se* (atestados no corpus), parecem preferir a construção com clítico explícito (das 9 ocorrências, apenas 1 é com clítico nulo). No entanto, é muito baixa a sua frequência no corpus e as 8 ocorrências com clítico explícito são dos subcorpora *Museu da Pessoa* e *F runs*.

## 7. Implicações para a gramática do PB

Os resultados da análise estatística multivariada, para a qual foi utilizado o modelo exploratório de árvores de inferência condicional, mostram que a variação entre presença e ausência do clítico nas construções reflexiva, recíproca e média no PB não se deve a fatores estritamente morfossintáticos nem a respetiva construção de clítico nulo, frequente e produtiva no PB, que assim diverge do PE, se explica pela tendência do PB para a perda generalizada dos clíticos, como afirmam Galves (2001), Cyrino (2007) e Carvalho (2016), entre outros. O fator que se mostrou como principal preditor desta variação construcional, quer nas construções reflexiva e recíproca quer na construção média, é de natureza conceptual, semântica portanto, nomeadamente o enfoque (ou não enfoque) no momento da mudança de estado. Pôr em foco de atenção o momento da mudança – que a presente análise operacionalizou com base em marcadores independentes (expressões adverbiais dinâmicas, perífrases aspetuais, construções adversativas, entre outros) – implica uma perspetivação energética do evento (em termos de dinâmica de forças). Esta conceptualização *energética* está associada à construção de clítico explícito. Por outro lado, quando o momento da mudança de estado não é o foco de atenção – corroborado pela ausência daqueles marcadores –, o evento é conceptualizado como um todo autónomo, perspetivado não no momento mas no resultado da mudança. Esta conceptualização não energética ou *absoluta* do evento mostrou-se claramente associada à construção de clítico nulo.

Reflexivos e recíprocos associam-se mais frequentemente à construção com clítico explícito (64,4% (47/73) dos reflexivos e recíprocos no corpus ocorre com o clítico). A análise quantitativa mostra que quando isso acontece é o momento efetivo da mudança que é perspetivado, sendo pois o evento conceptualizado como *energético*. Esta associação preferencial da reflexividade e da reciprocidade à presença do clítico é conceptualmente motivada. Com efeito, os verdadeiros reflexivos exprimem, como Kemmer (1993) e Maldonado (1999) explicaram em termos cognitivos, uma dinâmica de forças entre duas facetas, semântica e sintaticamente diferenciadas, de um mesmo participante e este participante, ou melhor, a faceta que é codificada como sujeito mostra alto grau de controlo sobre o

evento. O clítico reflexivo vem precisamente codificar a distinguibilidade entre as duas facetas do mesmo participante, a relação de dinâmica de forças entre essas duas facetas, funcionando uma como agente (sujeito gramatical) e outra como paciente (marcada pelo clítico, que exerce a função de objeto, correferencial ao sujeito), e a mudança de estado não esperada do participante. O clítico recíproco codifica a diferenciação dos dois subeventos que compõem o evento recíproco em que participam os dois (ou dois grupos de) participantes.

Quando o momento crucial da mudança não é conceptualmente perspectivado e, conseqüentemente, o evento reflexivo ou recíproco é conceptualizado como *absoluto* ou quando, mesmo sendo perspectivado o momento da mudança, o seu participante é temático ou agentivo não causativo, a construção de clítico nulo é mais frequentemente produzida. Mais especificamente, a construção reflexiva nula, relativamente pouco frequente no corpus, tende a ocorrer ora quando a divisão conceptual do participante em facetas distintas é irrelevante ou inexistente – o que inviabiliza uma situação de dinâmica de forças – ora quando se conceptualiza não haver mudança de estado. A construção recíproca nula mostrou-se mais frequente no corpus do que a reflexiva nula, ocorrendo mais frequentemente com verbos de união (*casar(-se)*, *separar(-se)*). Esta maior frequência da construção recíproca nula pode resultar quer do efeito lexical desses verbos quer da menor resistência da reciprocidade à construção absoluta, já que envolve a separabilidade, não de facetas de um participante, mas de subeventos.

Ao contrário das construções reflexiva e recíproca, a construção média, no conjunto das diversas classes semânticas de verbos que nela participam, associa-se mais frequentemente à construção de clítico nulo (64,4% (405/702) das ocorrências da construção média no corpus é marcada pela ausência do clítico). Esta associação preferencial da medialidade à ausência do clítico também é conceptualmente motivada. A semântica da construção média, especialmente o seu grau menor de transitividade, distinguibilidade do participante em facetas distintas e de controlo sobre o evento, em comparação com as construções reflexiva e recíproca, facilita a conceptualização *absoluta* do evento, como um todo autónomo, um processo temático focalizado no ponto terminal da mudança, desfocalizando

a sua fonte de energia. É assim que o fator ‘não foco no momento da mudança’, iconicamente expresso pela ausência de marcadores dessa mudança, prediz claramente a opção pela construção média nula. Outros fatores intervêm também, embora a nível secundário, na opção pelo médio nulo, designadamente o aspeto lexical do verbo e o registo: entre os casos marcados pelo fator ‘foco na mudança’ (que à partida conduziria à presença do clítico), os eventos pontuais ou culminações (“achievements”), porque este valor aspetual permite focalizar o ponto final ou resultado do evento, e o registo oral mais espontâneo do corpus *C-Oral* favorecem a opção pela construção média nula. Confirma-se assim a relevância da variável sociolinguística do registo (estatisticamente significativa na construção média, mas presente também nas construções reflexiva e recíproca): a construção de clítico nulo é mais frequente e produtiva no registo informal e coloquial e ainda mais no registo oral mais espontâneo (como é o do *C-Oral* em relação aos corpora *Museu da Pessoa* e *F runs*, de registo também informal). Embora a classe semântica do predicado não se tenha mostrado uma variável estatisticamente significativa, os verbos de cognição, união, denominação e ação corporal são os que mais frequentemente se associam à construção média nula, já que estes verbos são mais usados para exprimir o estado (mental, civil, identidade, posição do corpo ou localização) resultante.

Quando o evento médio é conceptualizado como *energético*, especificamente em termos de dinâmica de forças nos domínios físico de ação corporal, emocional, mental ou outro domínio abstrato, focalizando assim a fonte de energia e a mudança efetiva de estado corporal, emocional, mental ou outro, então a construção média mantém a presença do clítico. Em relação aos diversos verbos médios, os de reação emocional e de percepção parecem combinar-se mais facilmente com o clítico: embora estatisticamente não relevante, esta associação está em conformidade com o contributo conceptual do clítico de focalizar precisamente a mudança efetiva de estado emocional ou mental do experienciador.

As construções reflexiva, recíproca e média de clítico nulo evidenciam uma reconceptualização motivada do evento e, conseqüentemente, uma reconstrucionalização (Traugott & Trousdale 2013) no PB. Estamos, pois, perante a emergência de novas construções no PB, isto é, padrões

simbólicos de forma e significado (Langacker 1987, 1991; Golberg 1995, 2006) cognitivamente sedimentados na mente dos falantes, claramente diferenciadas das construções de clítico explícito: enquanto que a forma da construção com o clítico explícito está simbolicamente associada à focalização no momento da mudança, a forma da construção com o clítico nulo está simbolicamente associada à focalização no estado resultante da mudança, aproximando-se do padrão ergativo. Uma das consequências da reconstrucionalização é a mudança do padrão de voz gramatical do PB em direção à ergativização, ou seja, como consequência da emergência das construções de clítico nulo, a voz ativa e a voz média também sofreram um processo de reconceptualização através do qual se reduz o distanciamento conceptual entre voz ativa e voz média, de um lado, e voz passiva, do outro.

A nível teórico e metodológico, este estudo contribui para evidenciar que as construções gramaticais são meios eficientes de estruturação conceptual e envolvem capacidades e operações cognitivas gerais e que o enquadramento teórico da Gramática Cognitiva (Langacker 1987, 1991, 2008) permite a descrição e a interpretação adequadas dessas operações cognitivas inscritas na gramática de uma língua (ver também Silva 2019), neste caso na(s) gramática(s) da variedade nacional do PB. Especificamente, a capacidade cognitiva geral de *perspetivação conceptual*, pela qual conceptualizamos e comunicamos uma mesma situação de perspetivas alternativas, e as possibilidades de conceptualização *energética* vs. *absoluta* de uma mesma situação que esta capacidade permite explicam o significado da variação construcional entre presença e ausência do clítico se nas construções reflexiva, recíproca e média no PB. Concomitantemente, estes processos cognitivos combinam-se com processos sociais, pelo que a gramática de uma língua resulta da interação entre fatores cognitivos e fatores sociais; a variação construcional aqui estudada depende de fatores cognitivos de variação da perspetiva conceptual sobre uma situação e de fatores sociais de variação geográfica (a variação entre PB e PE) e estilística (a variação entre registo informal e formal). Metodologicamente, o presente estudo, aplicando técnicas avançadas de análise estatística multivariada a usos reais das construções estudadas num corpus, mostra como se podem operacionalizar os constructos teóricos da Gramática Cognitiva e como esses constructos são empiricamente válidos. Especificamente, o

modelo estatístico de árvores de inferência condicional permite comprovar empiricamente a distinção conceptual na variação entre presença e ausência do clítico e a reconceptualização do evento reflexivo, recíproco ou médio na nova construção de clítico nulo, típica do PB. Finalmente, e já no plano descritivo, esperamos ter deixado um contributo para a compreensão de uma especificidade da gramática do PB, em divergência com o PE, e para o estudo da variação construcional entre as duas variedades nacionais do português.

#### REFERÊNCIAS

- Afonso, S. 2008. Existentials as impersonalising devices: The case of European Portuguese. *Transactions of the Philological Society*. 106(2): 180-215.
- Bagno, M. 2002. *Gramática pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Calude, A. S. 2017. Testing the boundaries of the middle voice: Observations from English and Romanian. *Cognitive Linguistics*. 28(4): 599-629.
- Camacho, R. 2003. Construções de voz. In: M.B. Abaurre & A. C. S. Rodrigues (Eds.), *Gramática do Português Falado*. v. VIII: *Novos estudos descritivos*. Campinas: Unicamp, 227-316.
- Carvalho, J. 2016. *A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, m dias, impessoais e a alternância agentive*. Dissertação de Doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Cyrino, S. 2007. Construções com SE e promoção de argumento no português brasileiro: Uma investigação diacrônica. *Revista da ABRALIN*. 6(2): 85-116.
- Duarte, I. 2013. Construções ativas, passivas, incoativas e médias. In: E.B.P. Raposo, M.F.B. Nascimento, M.A.C. Mota, L. Sugura & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 427-458.
- Galves, C. 2001. *Ensaios sobre as gramáticas do Português*. Campinas: Unicamp.
- García-Miguel, J. 1995. *Las relaciones gramaticales entre predicado y participantes*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- García-Miguel, J., González Domínguez, Fita & Vaamonde, Gael. 2010. ADESSE, a database with syntactic and semantic annotation of a corpus of Spanish. *Proceedings of the Seventh International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC'10)*. Valletta: European Language Resources Association.



Goldberg, A. 1995. *Constructions. A Construction Grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

Goldberg, A. 2006. *Constructions at work. The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

Hothorn, T., Hornik, K. & Zeileis, A. 2006. Unbiased recursive partitioning: A conditional inference framework. *Journal of Computational and Graphical Statistics*. 15(3): 651-674.

Hothorn, T. & Zeileis, A. 2015. partykit: A modular toolkit for recursive partytioning in R. *Journal of Machine Learning Research*. 16: 3905-3909.

Kemmer, S. 1993. *The middle voice*. Amsterdam: John Benjamins.

Langacker, R. W. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 1: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.

Langacker, R. W. 1990. *Concept, image and symbol. The cognitive basis of grammar*. Berlin: De Gruyter.

Langacker, R. W. 1991. *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 2: Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press.

Langacker, R. W. 2008. *Cognitive Grammar. A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Maldonado, R. 1999. *A Media Voz. Problemas conceptuales del clítico SE*. México: UNAM.

Maldonado, R. 2007. Grammatical voice in Cognitive Grammar. In: D. Geeraerts & H. Cuyckens (Eds.), *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 829-868.

Medina, M. 2004. *Acabou-se o que era doce. La supervivencia del marcador medio en portugues brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidad Autónoma de Querétaro.

Negrão, E. & Viotti, E. 2008. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: J. L. Fiorin & M. Petter (Eds.), *fricção no Brasil. A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 171-203.

Negrão, E. & Viotti, E. 2011. A ergativização do português brasileiro: Uma conversa continuada com Carlos Franchi. In: D. da Hora & E. Negrão (Eds.), *Estudos da linguagem. Casamento entre temas e perspectivas*. João Pessoa: Ideia Editora Universitária, 37-61.

Negrão, E. & Viotti, E. 2015. Elementos para a investigação da semântica do clítico SE no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 57(1): 41-59.

Nunes, J. 1995. Ainda o famigerado se. *DELTA*. 2(2): 201-240.

R Core Team. 2019. *R: A language and environment for statistical computing*. R

Foundation for Statistical Computing. Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>.

Pereira, D. 2007. *Variacão e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: Uma abordagem funcionalista e cognitivista*. Dissertação de Doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Silva, A. S. 2008. Perspectivação conceptual e gramática. *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos*. 12(1): 17-44.

Silva, A. S. 2014. The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In: A. S. Silva (Ed.), *Pluricentricity: Language variation and sociocognitive dimensions*. Berlin: De Gruyter, 143–188.

Silva, A. S. 2016. The cognitive approach to pluricentric languages and the pluricentricity of Portuguese: What's really new? In: R. Muhr (Ed.), *Pluricentric languages and non-dominant varieties worldwide. Part II: The pluricentricity of Portuguese and Spanish. New concepts and descriptions*. Frankfurt a.M: Peter Lang, 13-34.

Silva, A. S. 2018. Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições. In: Díaz, M., Vaamonde, G., Varela, A., Cabeza, M. C., García-Miguel, J.-M. & Ramallo, F. (Eds.), *Actas do XIII Congresso Internacional de Linguística Xeral*. Vigo: Universidade de Vigo, 838-845.

Silva, A. S. 2019. Gramática, cognição e sociedade: para uma gramática de significados, usos e variações. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. 5: 17-32.

Silva, A. S. 2020. Portuguese: Normative grammars. In: F. Lebsanft & F. Tracke (Eds.), *Manual of Standardization in the Romance languages*. Berlin: De Gruyter, 679–700.

Silva, A. S., Afonso, S., Palú, D. & Karlien, F. 2021. Null se constructions in Brazilian and European Portuguese: Morphosyntactic deletion or emergence of new constructions? *Cognitive Linguistics*. 32 (1): 159–193.

Silva, A. S. & Batoréo, H. 2010. Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitectura e aplicações. In: A. M. Brito (Ed.), *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. Porto: Fundação Universidade do Porto, 229-251.

Strobl, C., Malley, J. & Tuts, G. 2009. An introduction to recursive partitioning: Rationale, application, and characteristics of classification and regression trees, bagging and random forests. *Psychological Methods*. 14(4): 323-348.

Tagliamonte, S. A. & Baayen, R. H. 2012. Models, forests, and trees of York English: Was/were variation as a case study for statistical practice. *Language Variation and Change*. 24(2): 135-178.

Traugott, E. C. & Trousdale, G. 2013. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

## *Reir la risa de un ni o, chorar l grimas de crocodilo:* um revisitar dos objetos cognatos entre expressões lexicalizadas e construções com verbos leves<sup>1</sup>

Celda Gonçalves Morgado

celda@ese.ipp.pt

*Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

### ABSTRACT.

Cognate objects (OC) (*espirrar um espirro...*) can be paraphrased by light verbs (*dar um espirro*). However, some paraphrases appear to be ungrammatical or generate several readings (Brito & Choupina 2018; Gonçalves et al. 2010; Mirto 2007). Cognate objects are of various types (Choupina 2013a and b), with real cognates being more restrictive syntactically and semantically. There are more or less inflexible expressions that resemble structures with OC (*reir la risa...*, *chorar l grimas de crocodilo...*) and that occur in certain languages, not being subject to the same morphosyntactic restrictions of good formation as the OC and distinguishing them for the conditions of use. It is the properties that OC, constructions with light verbs and lexicalized expressions share and those that individualize them that we will deal with in this article.

### KEYWORDS.

Syntax; cognate objects; light verbs; lexicalized expressions; argument structure.

### RESUMO.

Os objetos cognatos (OC) (*espirrar um espirro...*) podem ser parafraseados por verbos leves (*dar um espirro*). No entanto, algumas paráfrases afiguram-se agramaticais ou geradoras de várias leituras (Brito & Choupina 2018; Gonçalves et al. 2010; Mirto 2007). Os objetos cognatos são de vários tipos (Choupina 2013a e b), sendo que os verdadeiros cognatos são mais restritivos sintática e semanticamente. Há expressões mais ou menos inflexíveis que se assemelham a estruturas com OC (*reir la risa...*, *chorar l grimas de crocodilo...*) e que ocorrem em determinadas línguas, não estando sujeitas às mesmas restrições morfosintáticas de boa-

---

<sup>1</sup> Não posso iniciar este texto sem antes agradecer à professora Ana Maria Brito todos os ensinamentos, as lições e os conselhos que me deu durante todo o meu percurso académico e em grande parte da investigação que tenho desenvolvido. As ideias apresentadas neste artigo não são minhas, são, por todas as razões possíveis, nossas. E é por serem nossas que revisitar os Objetos Cognatos fez tanto sentido para mim neste momento de homenagem. Obrigada, professora Ana Maria Brito, pela amizade e sabedoria que tem partilhado comigo. É um prazer e uma honra ter sido sua aluna e trabalhar consigo.

Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

formação que os OC e distinguindo-se deles pelas condições de uso. É das propriedades que OC, construções com verbos leves e expressões lexicalizadas partilham e das que as individualizam que nos ocuparemos neste artigo.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Sintaxe; objetos cognatos; verbos leves; expressões lexicalizadas; estrutura argumental.

### 0. Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe - Considerações introdutórias

Nos últimos 50 anos, os domínios de investigação sobre a Linguagem e as competências linguísticas têm valorizado os campos de interface. “Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe: algumas reflexões” é precisamente o título<sup>2</sup> da conferência que a professora Ana Maria Brito proferiu na abertura do *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, decorrido em 2011, em Lisboa (Brito 2012). Esta conferência teve como ponto de partida a ideia do modelo de gramática em Y (proposto desde Chomsky 1981), com vista à problematização da relação Léxico-Sintaxe no que se refere: i) ao tipo de informação lexical dos predicados que deverá ser relevante para a Sintaxe; ii) à combinatória e interpretação de expressões idiomáticas; iii) à formação de palavras, especificamente as nominalizações deverbais derivadas de verbos transitivos com o sufixo <-ção>. Outros trabalhos da homenageada são exemplo também das suas preocupações ao nível da compreensão da arquitetura da gramática, das fronteiras entre as suas componentes e das áreas de interface que permitem explicar diversos fenómenos que não só à Sintaxe parecem dizer respeito, como sejam, a título de exemplo: infinitivo nominalizado; nomes deverbais de verbos causativos e de verbos eventivos; nominalizações deverbais em <-da>; verbos leves e verbos com objetos cognatos; verbos de movimento em PE e em LGP.

Não poderia deixar de convocar para tema central deste texto, que se pretende que constitua uma singela homenagem à Professora Ana Maria Brito – minha professora de Sintaxe desde o 1.º ano da licenciatura e com quem tive o prazer de realizar fascinantes caminhadas académicas –, um

---

<sup>2</sup> O texto referente a esta conferência pode ser consultado em [https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/Brito\\_conferencia.pdf](https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/Brito_conferencia.pdf).

tema que muitos encontros e discussões científicas nos tem motivado já desde a orientação do meu projeto de doutoramento – os objetos cognatos. As construções com objetos cognatos são, precisamente, um fenómeno linguístico que, em diversos quadros teóricos, tem promovido vários estudos no âmbito de diversas áreas de interface, desde morfologia-sintaxe; léxico-sintaxe; semântica-sintaxe; semântica-sintaxe-pragmática.

Em diversas línguas do mundo há construções com objetos cognatos (OC), como (1) a (4) ilustram para o Português Europeu (PE), o Francês (F), o Inglês (I) e o Espanhol (E), respetivamente.

- (1) Ele espirrou *um espirro deselegante*. (PE)
- (2) Le bébé a pleuré *un pleur convulsif*. (F) (Choupina 2013a)
- (3) She slept *the sleep of the just*. (I) (Hale & Keyser 2002: 71)
- (4) Juan cantó *una canci n*. (E) (Gallego 2008: 6)

Estas construções são consideradas objetos cognatos (Hale & Keyser 2002) ou argumentos sombra (Pustejovsky 1998), sendo constituídas tipicamente por um verbo e um nome cognatos morfologicamente (*espirrar-espirro*, para o PE). No entanto, o verbo e o nome não apresentam a mesma relação sintático-semântica em todas as construções, como veremos pelos dados apresentados nas secções seguintes.

As Línguas Românicas colocam problemas novos e, em parte, põem em causa o tratamento clássico do fenómeno dos OC, encetado por Hale e Keyser (2002), principalmente para o Inglês, assim como a perspetiva contrastiva de Real-Puigdollers (2008), análises desenvolvidas no âmbito de teorias lexicalistas.

Por julgarmos que a abordagem contrastiva entre as construções com verbos e objetos cognatos, como em (1) a (4) acima, as construções com verbos leves (5) e as expressões consideradas mais lexicalizadas (6) nos pode levar a novas discussões e conclusões, organizaremos este artigo em três partes essenciais: em 1., ocupar-nos-emos da discussão de algumas restrições e tipos de construções com objetos cognatos; em 2., faremos uma análise comparativa com os verbos leves; e em 3., refletiremos sobre as restrições que as expressões mais lexicalizadas impõem.

- (5) a) Ele deu um espirro deselegante.  
b) Ele deu um espirro.
- (6) a) Reir la risa de un niño.  
b) Chorar lágrimas de crocodilo.  
c) To slept the sleep of the just.

### 1. Construções com objetos cognatos - algumas restrições e tipos

Os OC em análise neste artigo surgem na posição de Objeto Direto e podem ser acolhidos por verbos tradicionalmente considerados intransitivos (7), de alternância transitiva /intransitiva (8) e inacusativos (9)<sup>3</sup>.

- (7) Ele **espirrou** *um espirro deselegante*.  
(8) Os concorrentes **dançaram** *uma dança encantadora*.  
(9) O assaltante **morreu** *de uma morte atroz*.

Os objetos cognatos em itálico nos exemplos (7) e (8) são SN formados por um determinante indefinido, um nome cognato do verbo que os acolhe e um modificador adjetival (SN = [Det<sub>ind</sub> + N<sub>cog</sub> + Adj]). A definitude e a modificação são duas propriedades que não apresentam o mesmo estatuto em ambas as construções: em (7) são restrições obrigatórias para a boa formação da construção; em (8) apresentam-se opcionais. Veja-se a agramaticalidade dos exemplos em (10), em comparação com a boa formação em (11).

- (10) a) \*Ele espirrou o espirro deselegante.  
b) \*Ele espirrou um espirro.  
c) \*Ele espirrou o espirro.
- (11) a) Os guerreiros dançaram a dança esquisita.  
b) Os guerreiros dançaram uma dança.  
c) Os guerreiros dançaram a dança.

<sup>3</sup> Seguiremos de perto Choupina (2013a; 2013b).

As construções em (11) melhoram em função da existência de discurso contextualizador<sup>4</sup>, enquanto os exemplos com o verbo *espurrar* continuam agramaticais. O exemplo (9), em PE, contém um SP em vez de um SN na posição de objeto, embora línguas como o Português do Brasil (Leung 2007) e o Inglês (Hale & Keyser 2002) admitam a construção com um SN, como em (12).

- (12) a) O assaltante **morreu** *uma morte atroz*. (PB)  
b) The robber **died** *an atrocious death*. (I)

Consideraremos, no seguimento de estudos anteriores (cf. Choupina 2013a), que a natureza preposicional do sintagma em que o OC se encontra não é impeditiva da existência de OC verdadeiro, uma vez que, em certas línguas<sup>5</sup>, esses OC são também SN, como foi ilustrado. Neste sentido, os OC em (7) e (9) são OC verdadeiros, com as mesmas restrições, e o OC em (8) é aparentado.

O que parece claro, até ao momento, é que existem duas condições para a gramaticalidade dos OC verdadeiros em PE: indefinidade e modificação. No entanto, o critério da indefinidade não tem sido considerado absolutamente uniforme e distintivo por todos os estudiosos das Línguas Românicas, como é o caso de Real-Puigdollers (2008: 170). Ao estudar línguas como o Espanhol, o italiano e o Francês, a autora recusa a indefinidade como propriedade básica dos OC, sustentando o seu ponto de vista com exemplos estritamente idiomáticos, como os transcritos em (13). Afastar-nos-emos desta conceção (cf. também em Choupina 2013a) e aceitaremos a indefinidade como condição *sine qua non* para a existência de OC verdadeiros.

---

<sup>4</sup> Frases do tipo (i) e (ii) seriam perfeitamente bem formadas em PE.

(i) Os concorrentes dançaram a dança tradicional e os jurados dançaram a dança inovadora.

(ii) Todos os dias em que lá estivemos, os guerreiros dançaram a dança.

<sup>5</sup> Em Francês, os OC preposicionais são muito comuns, vejam-se os exemplos seguintes, em que no Espanhol e no Inglês temos SN:

(i) a) Reir *la risa de un niño*. [Espanhol]

b) Rire *d'un rire d'enfant*. [Francês]

(ii) a) She slept *the sleep of the just*. [Inglês] (Hale & Keyser 2002: 71)

b) Elle a dormi *du sommeil du juste*. [Francês]

(iii) a) He laughed *his last laugh*. [Inglês] (Hale & Keyser 2002: 71)

b) Il a ri *de son dernier rire*. [Francês]

- (13) a) Reir la risa de un niño. (Espanhol)  
 b) Pleurer toutes les larmes de son corps. (Francês)

Também a possibilidade de substituição de um OC por um objeto hipónimo (OH) reforça a distinção entre os OC verdadeiros e os OC aparentados. Na construção (8), o OC aparentado pode ser substituído por um OH, enquanto a substituição de um OC verdadeiro, como em (7), por um OH produz agramaticalidade, o que comprova a impossibilidade de alternância OC verdadeiro/OH, como (14) e (15) ilustram.

- (14) Os concorrentes **dançaram** *valsa/a valsa/valsa*.  
 (15) Ele **espirrou** *um \*(espirro) al rgico/\*o espirro al rgico/?espirro al rgico*.

Em (14), o verbo *dançar* pode acolher uma OH, seja com um artigo indefinido (*uma valsa*), seja com um definido (*a valsa*) ou vazio (*valsa*) e sem modificador restritivo; em contraste, *espirrar* (15) não fornece nenhum hipónimo e o OC exige sempre o nome *espirro* (*um \*(espirro) al rgico*), um artigo indefinido e um modificador restritivo. Ainda que *um espirro al rgico* tenha uma aproximação à leitura “tipo de”, a presença do nome cognato do verbo atribui à construção um estatuto diferente do OH com o verbo *dançar*, *uma valsa*.

Gallego (2012: 103) segue igualmente esta distinção, para o espanhol *standard*, denominando as construções com os verbos *cantar*, *comer* e *beber* hipónimos alternantes; também Silva (2010: 17), para o PB, designa estas construções com verbos de alternância como verbos com objetos cognatos não prototípicos, por oposição aos verbos com cognatos prototípicos.

Nesta linha de pensamento, consideraremos como verbos propícios à construção com OC aparentado os verbos de ingestão (*comer*, *beber*, *fumar*, etc.), os verbos de movimentos (*dançar*, *caminhar*, *correr*, etc.) e alguns relativos a atividades intelectuais (*estudar*, *ler*); consideraremos os verbos de reação física (*espirrar*, *tossir*, *rir*, *sorrir*, *chorar*, *dormir*, etc.), alguns cognitivos (*sonhar*, *pensar*) e alguns verbos de estado meteorológico (*chover*, *trovejar*, *relampejar*, *nevar*, etc.) como verbos favoráveis à ocorrência de construções com OC verdadeiro.

Têm sido, ainda, referenciados vários tipos de OC na literatura, sendo



que muitas teorias tocam a distinção entre OC verdadeiro e OC aparentado, sem utilizar, porém, esta terminologia. Segundo Takami & Kuno (2002), citado por Kitahara (2006; 2007), há duas categorias semânticas de construções com OC em Inglês, construções predicativas (16) e construções referenciais (17).

(16) a) Mary smiled *Marilyn Monroe's smile*. (Kitahara 2006: 125)

b) Sam smiled *a beautiful smile*. (Kitahara 2007: 67)

'Sam sorriu um lindo sorriso.'

c) Harry lived *an uneventful life*. (Jones 1988: 91)

'Harry viveu uma vida sem complicações.'

d) John died *a gruesome death*. (Jones 1988: 89)

'John morreu uma morte horrível.'

Os OC do tipo (16a) não são referenciais, até porque não permitem a pronominalização e dificilmente aceitam a topicalização, como em (17a e b) se ilustra, sendo considerados por Takami e Kuno (2002) objetos predicativos; enquanto os SN de (16c e d) em itálico são considerados referenciais, parafraseáveis por advérbios e/ou adjetivos adverbiais, como em (17c, d e e).

(17) a) \*Mary smiled it, too.

b) \*Was Marilyn Monroe's smile that smiled Mary.

c) Sam smiled *beautifully*.

'Sam sorriu lindamente.'

d) Harry lived *uneventfully*.

'Harry viveu sem complicações.'

e) John died *gruesomely*.

'John morreu horrivelmente.'

Esta distinção semântica afigura-se-nos interessante para o paralelo entre as construções com OC e as construções com verbos leves que a seguir se desenvolve.

Em PE, justificam-se, então, quatro tipos de objetos distintos (Choupina 2013a), com propriedades comuns, mas também com propriedades que os diferenciam: OC verdadeiros, com obrigatoriedade de artigo indefinido e

modificador (*espirrar um espirro deselegante*); OC aparentados, sem restrição de indefinidade e modificação (*dançar uma/a dança*); objetos hipónimos, relação hipo/hiperonímica, (*dançar um valsa*), e OC preposicionais, encabeçados por preposição e com restrições fortes de indefinidade e modificação (*morrer de uma morte trágica*). Como veremos, as paráfrases dos OC por construções com verbos leves (ou suporte) são produtivas em PE (*dar um espirro*); no entanto, algumas paráfrases afiguram-se difíceis, o que talvez possa corroborar a hipótese de vários tipos de OC e também de verbos leves diferentes.

### 3. Os Objetos Cognatos e os Verbos leves

Tal como já notado por Choupina e Brito (2018), há alguma proximidade entre construções com OC e construções com verbos leves.

Assim, em diversas línguas, nomeadamente no PE, as construções cognatas podem ser parafraseadas por construções com verbos leves (ou suporte). Porém, a substituição não se revela uniforme com todos os verbos e os tipos de OC já mencionados. Limitemos a análise aos OC verdadeiros e aparentados. Neste sentido, há graus diferentes de aceitabilidade das construções com verbo leve, (18) e (19), e há mesmo várias leituras para certas construções, como em (20) e (21).

- (18) O bebé *deu um espirro*.
- (19) O bebé *\*deu/?fez/?teve um choro sufocante*.
- (20) #O bebé *teve um sono irritante*.
- (21) #Os concorrentes *fizeram uma dança encantadora*.
- (22) O assaltante *teve uma morte atroz*.

Se na construção (18), com o par cognato *espirrar-espirro*, a substituição do verbo *espirrar* pelo verbo leve *dar* é perfeitamente possível, no par *chorar-choro*, (19), a paráfrase é mais restritiva e há mais dificuldade em optar por um dos verbos leves disponíveis em PE: com *dar* o exemplo é agramatical e com *fazer* e *ter* é duvidoso, embora melhore com *ter*. Propriedades aspetuais intrínsecas aos diferentes verbos leves poderão explicar (pelo

menos parcialmente) esta questão (cf. Choupina & Brito 2018; Gonçalves *et al.* 2010).

Nos exemplos (20) e (21), as paráfrases geram, pelo menos, duas leituras diferentes: em *ter um sono irritante* podemos admitir uma primeira leitura em que o bebé teve sono e dormiu efetivamente e uma segunda em que o bebé revelou um estado de cansaço irritante, mas não dormiu (por razões não identificadas); em *fizeram uma dança encantadora* percebemos, igualmente, duas leituras: os concorrentes criaram uma dança encantadora, enquanto autores, ou os concorrentes executaram uma dança que era encantadora.

Desta breve análise e num primeiro momento, poderíamos pensar que as paráfrases de OC por verbos leves estivessem mais facilmente disponíveis para os OC verdadeiros do que para os OC aparentados. Os exemplos antes analisados continham paráfrases de OC verdadeiros, nomeadamente (18), (19) e (20), e de OC aparentados, como é o caso do exemplo (21).

Em (22), a paráfrase é boa e prova que o constituinte *uma morte atroz* pode ser um SN e a preposição exigida pelo verbo *morrer*, em algumas línguas, quando este se combina com o cognato nominal, parece funcionar como licenciadora de mais um constituinte interno ao predicado. Dizemos mais um constituinte porque, a partir de Perlmutter e a hipótese inacusativa, se pensa que o sujeito, nos verbos inacusativos, é gerado na posição de argumento interno. Assim, estando a posição de argumento interno ocupada, era necessário providenciar uma outra posição para o OC.

Alguns verbos inacusativos não aceitam OC, como em (23) e (24), para o Inglês e o Português; alguns verbos de alternância incoativa também não, (25).

- (23) a) \*He arrived an early arrival. (Silva 2010: 51)
- b) \*Ele chagou uma chegada antecipada.
- (24) a) \*The baby was born a difficult birth.
- b) \*O bebé nasceu \*(de) um nascimento difícil.
- (25) a) \*The glass broke a crooked break. (Takami & Kuno 2002: 134)
- b) \* O vidro quebrou uma quebra torta.

Vejamos o que acontece com o verbo inergativo *dormir*, no PE, nos exemplos (26), em primeiro lugar.

- (26) a) O bebé dormiu.  
b) O bebé dormiu um sono/\*uma dormida.

O verbo *dormir*, seguido de OC, em PE, apenas permite a coocorrência com o nome *sono* e não com o nome cognato morfológico (cf. *\*dormir uma dormida*), (26b). Este tipo de construção (*dormir-sono*) pode também ser considerado um OC verdadeiro (um segundo tipo), por quadro razões: (i) o PE não fornece nenhum cognato nominal morfológico do verbo, daí a agramaticalidade de *\*dormir uma dormida*; (ii) o nome autorizado na construção é semanticamente cognato (*dormir um sono*); (iii) há línguas que permitem o cognato morfológico, como o Português do Brasil (27) e o Inglês (28); (iv) há línguas com produtividade de construções com verbos leves.

- (27) *Dormiu* uma dormida agradável. (PB)  
(28) *We slept* a refreshing sleep.  
'Nós dormimos um sono reparador.'

#### *Predicados com verbos cognatos e predicados com verbos leves*

No âmbito da discussão acerca do estatuto argumental e funções sintático-semânticas dos OC, bem como do estatuto de predicado dos verbos que os acolhem, por um lado, e dos verbos leves, por outro, convém olharmos criticamente para algumas propostas. Veremos, em particular, duas propostas, de alguma forma, antagónicas: a proposta dos OC como integrados num predicado nominal, à semelhança dos predicados com verbo leve, de Mirto (2007), para o Inglês, e a de Gonçalves *et al.* (2010), para a defesa dos verbos leves, no PE, como predicados complexos, seguida já por Choupina e Brito (2018).

Mirto (2007), em retoma de Moltmann (1989), defende a natureza predicativa dos OC, ao considerá-los inseridos num predicado nominal, tal como ocorre nas construções com verbos leves. Considera, então, os nomes *postverbaís* como nomes predicativos.

Vejam os exemplos do autor em (29) e (30).

- (29) The two boxers fought. (Mirto 2007: 2)  
'Os dois pugilistas combateram.'
- (30) The two boxers had a fight. (Mirto 2007: 3)  
'Os dois pugilistas tiveram um combate.'

Na frase (29), o verbo *fight* atribui função sintática de sujeito a *the two boxers* e uma interpretação semântica relacionada com combater/lutar. O Inglês dispõe da paráfrase em (30), com o verbo leve *have* [ter], em que o nome *postverbal fight* [combate] é que atribui a *the two boxers* tanto a função sintática como o papel semântico, as quais parecem, segundo a proposta de Mirto (2007), totalmente comparáveis às de (29). Assim, as frases (29) e (30) são paráfrase uma da outra e implicam-se mutuamente. Para Mirto, porém, uma paráfrase ou uma implicação são entendidas apenas com referência ao significado base, ou seja, o significado deriva das funções sintática e semântica atribuídas pelo predicado (seja verbal ou nominal). Em (29) e (30), existem, simultaneamente, duas leituras implicadas: (i) um evento combate existe; (ii) dois pugilistas são lutadores.

Um outro argumento do autor a favor desta aproximação das duas construções é a inserção de um advérbio na construção com um verbo pleno (31a) e a correspondente inserção de um adjetivo na construção com verbo leve (31b), de alguma forma semelhante à proposta de Takami e Kuno (2002), para a interpretação dos OC como predicativos.

- (31) a) The two boxers fought *ferociously*. (Mirto 2007: 3)  
Os dois pugilistas combateram ferozmente.'
- b) The two boxers had a *ferocious* fight.  
'Os dois pugilistas tiveram um feroz combate.'

Nos exemplos (31), as relações de paráfrase e de implicação permanecem inalteradas com as inserções, sendo que o mesmo efeito sintático-semântico é criado por ambas as modificações. Este efeito pode ser observado também nas estruturas com OC. Em inglês, a modificação de um nome é semanticamente comparável à modificação de um verbo<sup>6</sup>, como em (33) para (32).

<sup>6</sup> "Modification of the noun [...] is semantically comparable to modification of the verb" (Huddleston, R. & Pullum, G. K. (2002). *The Cambridge Grammar of the English Language*, Cambridge: CUP) apud Mirto (2007: 3).

(32) He grinned wickedly. (Mirto 2007: 3)

‘Ele sorriu maliciosamente.’

(33) He grinned a wicked grin. (Mirto 2007: 3)

‘Ele sorriu um malicioso sorriso. /Ele sorriu um sorriso malicioso.’

Assim, a comparação entre (32) e (33) sugere, para Mirto (2007), que em (33) o nome *grin* é predicativo e o verbo *grin* é um verbo leve. Esta hipótese nasceu da relação sintática e semântica que parece haver entre um nome *postverbal* e o sujeito da oração. Esta é a razão pela qual Mirto (2007) defende também que, numa frase como (34), *life* é o núcleo nominal de um OC predicativo, tal como ocorre nas construções com verbo leve (cf. também Mittwoch 1998).

(34) She lived a good life. (Mirto 2007: 3)

‘Ela viveu uma boa vida. /Ela viveu uma vida boa.’

Para Mirto (2007), os OC recebem, então, a função sintática de nomes predicativos, porque inseridos num predicado nominal semelhante ao das construções com verbos leves. Naturalmente, o autor está aqui a refletir a existência de verbos leves diferentes: uns [+ lexicais] e outros [- lexicais]. No grupo dos verbos leves [+ lexicais] teríamos os verbos com OC e no conjunto dos [- lexicais] teríamos os típicos verbos leves.

Vários problemas devem ser discutidos a partir desta proposta de Mirto:

- (i) podendo ser estes OC, como vimos na secção anterior, referenciais (e não predicativos), pensamos que está a fazer-se uma generalização abusiva;
- (ii) podendo haver a hipótese de estarmos perante uma oração pequena (*small-clause*) em “uma vida boa”, pensamos que pode estar a estender-se a possível função predicativa do adjetivo *boa* a todo o SN;
- (iii) podendo as modificações por advérbio de um predicado e por um adjetivo de um nome, como as que Mirto sugere, ser problemáticas, por poderem gerar leituras diversas, estarão a aproximar-se questões de base bem diferentes. Parte dos problemas aqui levantados ficarão sem uma resolução cabal, por limite de tempo/espço e serão discutidos em trabalhos futuros. No entanto, resolveremos, parcialmente, as questões se adotarmos a proposta de dois

tipos de verbos leves, sendo que os verbos com OC se assemelhariam aos verbos leves [+ lexicais].

Tomemos em consideração, agora, a proposta de predicados complexos com verbos leves de Gonçalves *et al.* (2010). Em PE, existem verbos leves que, quando combinados com um nome deverbal, integram um predicado complexo, com propriedades de seleção sintática e semântica – é o caso dos verbos leves *dar*, *fazer* e *ter*, segundo Gonçalves *et al.* (2010).

Os autores apresentam as seguintes propriedades como argumentos a favor da ideia de que os verbos leves são predicados complexos<sup>7</sup>:

(i) *os verbos leves podem preservar a estrutura argumental do verbo pleno correspondente:*

- (35) a) O Pedro deu uma gravata ao pai. (PE)
- b) O Pedro deu uma leitura ao texto. (PE)
- c) O Pedro deu uma lida ao/no texto. (PB)

O verbo leve *dar*, nos exemplos (35b e c), preserva a estrutura argumental de três argumentos, tal como no verbo pleno em (35a). Mas, se pensarmos em estruturas cognatas com verbos tipicamente de 0 argumentos internos, como são os verbos *espirrar* e *dormir*, tal já não se verifica, como nos exemplos (1) e (27), para o PE e o PB respetivamente, aqui repetidos como (36) e (37).

- (36) a) Ele espirrou *um espirro* \*(*deselegante*).
- b) Ele deu *um espirro* (*deselegante*).
- (37) a) *Dormiu* uma dormida ?(*agradável*).
- b) Deu uma dormida (*agradável*).

De facto, o verbo leve, nestas construções, não está sujeito às mesmas restrições sintáticas, número de argumentos, que os verbos plenos correspondentes, nem às mesmas restrições sintático-semânticas das

---

<sup>7</sup> Apenas nos debruçaremos sobre os exemplos com o verbo leve *dar*, por limites de espaço.

construções com verbo e objeto cognatos, uma vez que aquelas não exigem modificador restritivo no SN e estas exigem.

(ii) *os verbos leves também são responsáveis pela seleção semântica do argumento externo, contrariamente ao que acontece com os verbos auxiliares:*

- (38) a) O João tinha empurrado o carro que estava estacionado.  
b) A chuva tinha empurrado o carro que estava estacionado.  
(39) a) O João deu um empurrão ao carro que estava estacionado.  
b) \*A chuva deu um empurrão ao carro que estava estacionado.

Gonçalves *et al.* (2010) justificam a agramaticalidade de (39b) em função das propriedades de seleção do verbo leve *dar*, que, contrariamente ao verbo pleno *empurrar* (num tempo composto e auxiliado por *ter*, em (38)), parece não admitir um argumento externo Causa com o traço de [-animado], como acontece em (38b), *a chuva*. Porém, consideramos, numa linha ligeiramente diferente da dos autores, que as propriedades de seleção poderão ser do predicado composto e não estritamente do verbo leve, dado que aquele inclui um nome tradicionalmente considerado deverbal e que em Morfologia Distribuída (MD) se considera formado da mesma raiz (acategorial) que forma o verbo. Uma raiz, no modelo da MD, é inserida na estrutura sintática apenas com traços mínimos de significado, que lhe permitem, contudo, ao fundirem-se com os *f*-morfemas (morfemas de categoria), fazerem a seleção sintática e semântica dos argumentos externo e interno, se assim puder ser considerado.

(iii) *os verbos leves preservam parte do significado e da estrutura argumental dos verbos plenos correspondentes:*

- (40) O João deu uma gravata ao pai.  
(41) O João deu um abraço ao pai.

Em (40), há uma transferência da entidade *uma gravata* do possuidor A [o João] para o possuidor B [o pai], como resultado de uma situação



eventiva intencional; em (41), podemos admitir que parte do significado de transferência é mantida, pelo que a situação eventiva da transferência intencional também se mantém, ainda que se coloquem, pelo menos, dois problemas: em (41), um abraço (supostamente entidade a transferir) não é uma entidade autónoma do evento, como em (40), ou seja, não pré-existe nem subsiste posteriormente ao evento de abraçar o pai, por ser um *possessum* inalienável do evento. No entanto, preserva-se a existência de três argumentos, tal como os autores pretenderam defender.

A análise crítica destas duas propostas permite-nos retirar algumas conclusões: (i) as construções com OC são apenas parcialmente parafraseáveis por verbos leves; (ii) as paráfrases por verbos leves mantêm apenas parcialmente as estruturas argumentais dos verbos plenos correspondentes; (iii) as construções com verbo e OC e as construções com verbo leves aproximam-se, porém, distinguem-se no conteúdo informativo, pelo que umas serão consideradas [+lexicais], porque mais informativas, que as outras.

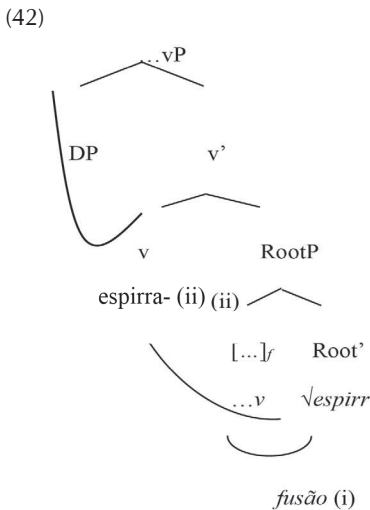
Parece-nos, desta forma, importante equacionar, na tentativa de solucionar a problemática aqui enunciada, a existência de tipos de verbos leves diferentes, assim como verbos com OC, o que promove outro tipo de discussão e talvez a aceitação de uma classificação escalar, quanto à fixidez, para os tipos de verbos – um *continuum*. Admitir um *continuum* no que se refere aos tipos de verbos leves permite ultrapassar uma solução mais simples e tradicional, em que apenas se admite a bipartição verbo pleno vs. verbo leve e para este optar por uma de duas soluções (já enunciadas em Butt 2010, e retomadas em Choupina & Brito 2018): i) o verbo leve é semanticamente vazio, isto é, a sua função é simplesmente licenciar a predicação construída a partir de um elemento não-verbal, neste caso uma nominalização deverbal; ou ii) o verbo leve é predicativo e faz a seleção semântica e sintática dos argumentos, tal como o verbo pleno correspondente, e forma um predicado complexo (Choupina & Brito 2018: 163).

A ideia de existência de vários tipos de verbos leves não é nova, já em Choupina e Brito (2018) foi discutida a possibilidade de haver dois valores para o verbo leve *dar* em PE: i) um que conserva os três argumentos, como em *dar uma ajuda ao filho*, aproximando-se do verbo *dar* pleno; ii) outro que, mais próximo do que será um verdadeiro verbo leve, apresenta, aparentemente, apenas dois argumentos, *dar um espirro*, aproximando-se

estes mais das construções com OC. Este segundo tipo de *dar* enquanto verbo leve parece formar um predicado complexo com o nome deverbal, ocorrendo em combinações com nomes deverbais de movimento (como *caminhada*, *salto* e *pulo...*) e de atos/reações do corpo (como *gemido*, *grito*, *espirro*, *suspiro...*).

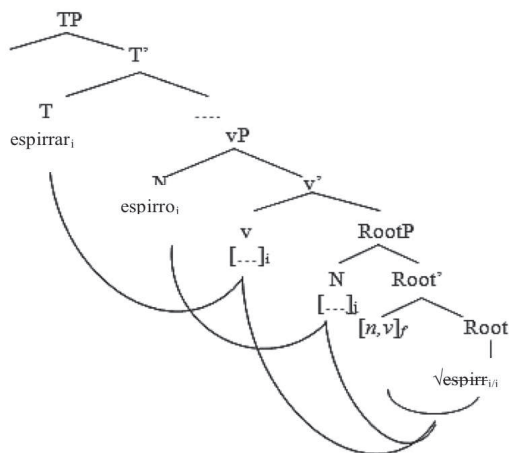
Estruturalmente, para dar conta destes dois valores de verbos leves, adotamos as estruturas propostas em Choupina e Brito (2018: 172): o verbo leve ditransitivo, como elemento predicativo, é gerado em V (posição baixa da estrutura de VP), ascendendo, tal como um verbo pleno, a posições superiores; o verbo leve integrado num predicado complexo com nome deverbal é inserido diretamente em v (seguindo uma proposta, comumente, aceite em Sintaxe). Choupina (2013a), no quadro da Morfologia Distribuída, justifica a inserção do verbo leve diretamente em v pela ausência de inserção de uma raiz verbal e, consequentemente, ausência de movimento para v, sendo que a raiz inserida é nominalizada em RootP por um morfema nominal (Choupina 2013a: 249).

Uma questão se coloca: qual a solução para os verbos com OC em paralelo com as soluções adotadas para os dois valores diferentes de verbos leves? Admitindo, então, que a sintaxe verbal tem, pelo menos, dois níveis estruturais (RootP e vP), a estrutura parcial para dar conta da construção com OC verdadeiro *espirrar um espirro* poderia ser a apresentada em (42), conforme Choupina (2013a).



O item de vocabulário resultante da fusão da raiz *espirr-* com o *f-* morfema verbal (etapa (i)) é, pelo processo de movimento por cópia (Haugen 2009), copiado para *v* (etapa (ii)); depois da subida da cópia verbal, esta deixa traços fonológicos na posição da raiz (a cópia baixa), que podem ou não tornar-se visíveis no módulo Enciclopédia<sup>8</sup>. Assim, em (42), o núcleo, num só *spell out*, produz duas cópias: uma cópia alta (núcleo de [*v*, *v*']), que sobe a fim de verificar os traços de Voz, Aspetto e Tempo, específicos das formas verbais flexionadas/finitas, e uma cópia baixa (projetada na posição de especificador de RootP), que se move para uma posição de especificador de *vP* para verificar os traços de acusativo, como ilustrado em (43). O facto de haver duas cópias projetadas no mesmo movimento permite a coindexação sintática, nos moldes de Massam (1990), assim como a leitura de evento deste tipo de OC.

(43)



Desta forma, a construção com OC *espírrar-espírra* é abstratamente possível. Repare-se, no entanto, que não é a combinação *espírrar-espírra* que está simplesmente em causa, mas *espírrar um espírra* seguido de modificador restritivo (*espírrar um espírra deselegante*). Por essa razão, Haugen (2009)

<sup>8</sup> O módulo Enciclopédia é uma das três componentes que integram a arquitetura de gramática em MD, contendo entradas que relacionam itens de vocabulário a significados, podendo albergar informações extralinguísticas, relacionadas com a interpretação semântica dos elementos já gramaticalmente formados.

propõe a noção de inserção tardia<sup>9</sup>, que autorizaria a inserção de material não cognato numa estrutura já formada. Além disso, o autor defende uma teoria de cópia<sup>10</sup> que lhe permite a análise de objetos cognatos.

Deste modo, o autor e, na sequência dele, para o Português, Choupina (2013a: 245-49), sugere o mesmo tipo de estrutura para construções com objetos cognatos e para os predicados com verbos leves e nomes deverbais, com a diferença de que o verbo leve é inserido, por inserção tardia, apenas em v. Assim, na ausência de fusão da raiz verbal com um morfema categorizador e sem movimento para v, o verbo leve é inserido diretamente em v. Nesta perspetiva, os verbos leves são uma “solução” que evita a redundância morfossemântica das estruturas com objetos cognatos (veja-se *espirrar / espirrar um espirro...*) e também uma “solução” para estruturas com nomes deverbais que não autorizam estruturas com cognatos.

#### 4. Problemática dos objetos cognatos e das expressões lexicalizadas

Como temos vindo a verificar, o critério de indefinidade parece ser comum aos OC verdadeiros, em várias línguas. Neste sentido, é estranho que tal critério não seja visto, por alguns linguistas, como homogéneo nas várias línguas em que as construções ocorrem (cf. Real-Puigdollers 2008; Leung 2007, entre outros).

Por facilidade de análise, repetimos alguns exemplos em (44).

---

<sup>9</sup> Inserção tardia é uma operação no quadro da MD que diz respeito à atribuição de conteúdo fonológico às categorias sintáticas (abstratas), que se formaram por associação dos f-morfemas a l-morfemas, com aplicação das operações *merge* e *move*. Após a sintaxe, tornam-se expressões fonológicas, por inserção de item vocabular (*Spell-Out*), operação pós-sintática, em diferentes momentos da derivação sintática (cf. Marantz, 1993).

<sup>10</sup> Ainda que inspirado no mecanismo da cópia do Programa Minimalista, o movimento por cópia adotado pela MD apresenta algumas particularidades que convém realçar: (i) a cópia é um componente da operação sintática mover (*move*); (ii) a cópia pode ocorrer ao nível de traços, presentes quer em morfemas lexicais (as raízes), quer em morfemas funcionais, o que permite a ocorrência da mesma forma morfológica, mas com traços especificadores distintos, assim como a concordância entre vários elementos, como, por exemplo, em número e género, por meio da cópia de traços; (iii) uma raiz, acategorial, pode gerar múltiplas cópias, de categorias distintas; (iv) por movimento por cópia, um item de vocabulário (resultante da fusão da raiz com o morfema categorizador), sendo subespecificado, pode igualmente ser inserido em núcleos distintos, gerando mais que uma cópia, uma vez que ainda não possui expressão fonológica; (v) pode haver sobrevivência da segunda cópia sem a cópia geradora, desde que copie traços suficientes para aceder à forma fonológica ou, então, o nó terminal da sintaxe onde é inserido contenha os traços necessários para a sua especificação. Assim, a sintaxe pode gerar especificação necessária, que se encontra ausente no item de vocabulário; (vi) não há lugar a mecanismos de redução de cadeias, dado que o não *spell out* impede a visibilidade em forma fonológica de uma ou várias cópias; (vii) há licenciamento de várias cópias, por via de condições pós-sintáticas de localidade ou de regras morfológicas. (cf. Halle & Marantz 1994, e.o.)

- (44) a. *Reir la risa de un niño.* (Mendikoetxea 1999: 1578)  
'Rir o riso de uma criança.'  
b. *Pleurer toutes les larmes de son corps.* (Grevisse & Goosse 1993: 393)  
'Chorar todas as lágrimas do seu corpo.'  
c. *She slept the sleep of the just.* (Hale & Keyser 2002)  
'Ela dormiu o sono do justo.'

Os exemplos apresentados em (44) não cumprem, de facto, um dos critérios favorecedores da existência de OC verdadeiros – o critério de indefinidade. No entanto, estas construções não só não apresentam um SN indefinido, como também não o aceitam, como revela a agramaticalidade de (45) para os exemplos com *reir* e *to sleep*, do Espanhol e do Inglês, respetivamente.

- (45) a. \**Reir una risa de un ni o.*  
b. \**She slept a sleep of the just.*

Como já sugerimos em Choupina (2013a), estamos perante expressões que funcionam como uma expressão cristalizada num determinado estágio de lexicalização; esta natureza é confirmada pela impossibilidade de ausência de modificador (46), pela impossibilidade de qualquer modificação (47).

- (46) a. \**Reir la risa.*  
b. \**She slept the sleep.*  
(47) a. \**Reir la risa de un adulto.*  
b. \**She slept the sleep of the merited/\*of workers.*

Também os testes aplicados em (48), que modificam a expressão *Pleurer toutes les larmes de son corps* (pela omissão do quantificador universal *toutes* (48a.); pela sua substituição pelo quantificador existencial *quelques* (48b); e pela ausência de modificador restritivo (48c)), mostram haver um

grau de fixação<sup>11</sup> que nos impede que a expressão<sup>12</sup> seja entendida como semelhante às construções cognatas analisadas neste estudo.

- (48) a. \*Pleurer *les larmes de son corps*.  
 b. \*Pleurer *quelques larmes de son corps*.  
 c. \*Pleurer *toutes les larmes*.

Estas expressões são também denominadas, na literatura, ‘fraseologias verbais’, distinguindo-se, porém, de outras construções fixas (por ex.: fraseologias nominais e fraseologias adverbiais; paráfrases por verbo leve; idiomatismos e provérbios) por ocorrerem pospostas a um verbo e se encontrarem num determinado “grau de fixação sintática, não permitindo a inserção de quaisquer elementos na sua estrutura, e semântica, estando completamente idiomatizadas” (Fortunato 2009: 36), sendo que são “expressões (palavras ou sequências de palavras) cujo sentido não é completamente previsível a partir do sentido das suas partes constitutivas” (Brito 2012: 23).

Observemos, então, mais atentamente as construções com o verbo *chorar*, comparando a construção (49), e que contém um OC verdadeiro, com a construção (50).

- (49) A mãe **chorou** *um choro manso*. (*corpus*: v18; c288; Choupina 2013a)  
 (50) Ricardo vira costas ao jogo, enfia a cabeça entre as mãos, **chora** *l grimas de desespero*. (*corpus*: v18; c297; Choupina 2013a).

No exemplo (50), *l grimas de desespero* é um SN que integra o núcleo *l grimas* sem determinante, um *bare plural* com um nome contável e pluralizável. Estas propriedades diferenciam-no de um OC verdadeiro, como

<sup>11</sup> O grau de fixação das expressões fixas (ou cristalizações) é medido por diversos estudiosos (cf. entre outros, Athayde 2000; Plaza 2005) a partir de testes sintático-semânticos, embora tal seja assumido como uma tarefa complexa e que, dependendo dos critérios adotados, seja difícil determinar o patamar de fixação em que se encontra determinada expressão. Plaza (2005) conclui que o alto grau de fixação das combinações começa quando se inicia um processo de restrição quanto à colocação de determinantes no SN; em contraste, nas expressões menos fixas (menos lexicalizadas), o SN admite inserção de determinantes e quantificadores, assim como variações de número do núcleo.

<sup>12</sup> Não distinguiremos as expressões fixas ou cristalizadas de uso corrente das expressões cristalizadas (com um determinado grau de cristalização) em textos literários ou em géneros específicos. No entanto, parece-nos que a rapidez da lexicalização ou da fixação (ou melhor, a amplitude que o fenómeno atinge) poderá ser maior nas expressões de uso quotidiano ou corrente.

o de (49), *um choro manso*, cujo nome é tipicamente não-contável, ocorrendo no singular e integrando um SN obrigatoriamente indefinido e modificado.

Vejam-se mais alguns exemplos de SN com a estrutura *l grimas de* em (51), também extraídas do corpus de Choupina (2013a).

- (51) a. ... **chorando** *l grimas de* revolta e de solidariedade. (corpus: v18; c292)  
b. ... **choravam** *l grimas de* alegria (...) (corpus: v18; c293)  
c. ... **chora** *l grimas de* sangue (...) (corpus: v18; c294)  
d. ... **chorar** *l grimas de* ocasião (...) (corpus: v18; c308)  
e. ... **chorava** *l grimas de* guerra. (corpus: v18; c310)  
f. ... **chorar** *l grimas de* crocodilo. (...) (corpus: v18; c307)

Consideremos duas hipóteses explicativas para a existência destas construções com o verbo *chorar*, um verbo tradicionalmente considerado intransitivo:

i) O SN *l grimas de...* é um objeto direto comum, um argumento do verbo *chorar*.

A favor desta hipótese está o facto de a construção *chorar l grimas de desespero* (50) admitir a pronominalização (52a), o que aproxima o constituinte *l grimas de desespero* de um objeto direto, isto é, um verdadeiro argumento, e o afasta do OC verdadeiro *um choro manso* em (49), que não admite a pronominalização (52b), uma vez que se apresenta como uma extensão do evento.

- (52) a. Ricardo **chorou** - as. (-as = *l grimas de desespero*)  
b. \*A mãe **chorou** - o. (-o = *choro manso*)

Recorde-se que a pronominalização em *-o*, *-a*, *-os* e *-as* só acontece com um SN objeto ou argumento verdadeiro dos verbos, com caso acusativo e papel temático Objeto ou Tema. Sabendo que apenas os verbos que atribuem caso acusativo e papel temático na sua forma ativa podem entrar em estruturas passivas (Chomsky 1995), então o exemplo apresentado em (53) reitera a mesma conclusão<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. Choupina (2013a); Leung & Scher (2006); Leung (2007); Mittwoch (1997).

(53) Mas logo desmontou a trama: denunciou a manipulação das imagens, garantindo que *aquelas l grimas foram choradas* na execução do hino alemão. ([http://www.jn.pt/desporto/euro2012/foradejogo/Interior.aspx?content\\_id=2644404](http://www.jn.pt/desporto/euro2012/foradejogo/Interior.aspx?content_id=2644404) 03/10/2013)

Em contrapartida, a agramaticalidade da construção com OC verdadeiros, como em (52b), gerada pela pronominalização, sugere a não-argumentalidade destes objetos (cf. Horita 1996; Kitahara 2006; 2007); a mesma hipótese explica a não passivização destes OC, sendo agramatical a estrutura (54), com o verbo *chorar* na voz passiva.

(54) \**Um choro manso foi chorado* pela mãe.

Não podemos esquecer que os OC como em *chorar um choro manso*, (49), têm uma leitura de evento, contrariamente aos OC aparentados e aos OH, que têm uma leitura de entidade. Como é sabido, constituintes argumentos do verbo, com leitura de entidade, são facilmente deslocados por passiva e pronominalizados; constituintes com leitura de evento e, portanto, com algum sentido predicativo aceitam com dificuldade a pronominalização. Neste sentido, a aceitação de passiva e de pronominalização e a leitura de entidade nos exemplos (51) levam-nos a colocar a hipótese de *l grimas de...* ser um objeto direto do verbo *chorar*.

Por outro lado, *chorar l grimas de...* parece ter algo de lexicalizado, o que nos faz refletir numa segunda hipótese explicativa para estas construções.

ii) O SN *l grimas de...* é uma expressão lexicalizada ou cristalizada.

Segundo Vale (2001), algumas expressões verbais deste tipo podem ter “um estatuto claramente cristalizado, enquanto outras parecem ser mais livres” (Vale 2001: 40), o que leva a que algumas aceitem construções ativas e outras construções passivas.

Esta hipótese permitir-nos-á propor que *chorar l grimas de...*, em estruturas ativas como as de (50) e (51), seja uma cristalização (cf. Vale 2001: 139-166). Segundo a tipologia das expressões cristalizadas proposta por Vale (2001), para o PB, a expressão *chorar l grimas de...* insere-se no grupo das cristalizações em torno de um verbo (expressão cristalizada



verbal), admitindo, no estágio de fixação em que se encontra, que o verbo constitutivo siga “os paradigmas de conjugação” (Vale 2001: 36).

Aceitamos, então, que a expressão *I grimas de...*, em construções com o verbo *chorar*, é uma expressão cristalizada, que se fixou, na língua, sem determinante e com o nome no plural (*bare plural*), distinguindo-se dos OC verdadeiros. Neste sentido, as expressões lexicalizadas apresentam inflexibilidade estrutural, embora resultando de estruturas de formação pós-sintática (Marantz 1997). No quadro da Morfologia Distribuída, estas expressões estão localizadas no módulo Enciclopédia, sendo por ele licenciadas e interpretadas, a partir da condição de localidade (Marantz 2000, 2001).

A propósito das expressões lexicalizadas ou idiomáticas, Brito (2012) discute, por um lado, os argumentos apresentados por via das teorias lexicalistas, que defendem que estas expressões se encontram já formadas no Léxico; e, por outro, os argumentos aduzidos advindos da Morfologia Distribuída. Como a própria autora refere, esta discussão sobre a geração das expressões idiomáticas encerra uma discussão maior - o modelo de interface Léxico-Sintaxe a adotar-, sendo que, a defender que as expressões idiomáticas ou lexicalizadas se encontram já formadas no Léxico, então admite-se a existência de Léxico na linha clássica da Sintaxe Gerativa, a reconhecer que estas expressões têm uma formação pós-sintática, a partir de condições de localidade situadas no módulo Enciclopédia, então o módulo gerativo de palavras e de frases é a sintaxe (sistema computacional da gramática).

Dadas as propriedades sintáticas das expressões lexicalizadas aqui analisadas e as suas proximidades com construções com OC, parece-nos que a solução da MD permite uma análise equilibrada destas combinações e das construções com verbos leves.

#### 4. Algumas conclusões

Neste breve artigo, refletimos sobre as paráfrases de construções com OC, na posição de OD, por construções com verbos leves. Partimos das propriedades típicas dos vários tipos de OC, seguindo a linha de trabalhos

anteriores (Choupina 2013a): categoria do OC; tipo de verbo que o acolhe; estrutura do SN; restrições sintáticas e semânticas nucleares dos OC verdadeiros; alternância OC/OH.

Em primeiro, uma das conclusões que ressalta desta análise é a dificuldade em parafrasear todas as construções cognatas por construções com verbos leves, dados os possíveis tipos de verbos leves existentes nas línguas, o que revela a pertinência desta linha de investigação e a necessidade de definição de tipos de OC e de tipos de construções com verbos leves. Em segundo, as propostas teóricas aduzidas, nomeadamente a de Mirto (2007) e a de Gonçalves et al. (2010), permitiram-nos sustentar uma tentativa de solucionar a problemática relação entre os tipos de construções em estudo, pela proposta de uma classificação escalar de tipos de verbos – sendo que os verbos com OC estariam entre os verbos plenos e os verbos leves. Em terceiro, parece-nos que alguns exemplos são expressões mais ou menos inflexíveis e que, não estando sujeitas às mesmas restrições de boa-formação que os OC, não põem em causa estas estruturas.

Quanto à geração, entendemos que as expressões lexicalizadas são de formação pós-sintática, que, no quadro da Morfologia Distribuída, ficarão armazenadas no módulo Enciclopédia, sendo por ele licenciadas e interpretadas a partir da condição de localidade.

#### REFERÊNCIAS

- Athayde, M. F. 2000. *A estrutura sintática das construções com verbo-suporte preposicionadas do português e do alemão*. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra: edição de autor.
- Brito, A. M. 2012. Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe: algumas reflexões. Costa, A.; Flores, C., & Alexandre, N. (Orgs.). *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL: 1-44.
- Brito, A. M. 2013. A formação de nomes deverbais em -da em Português Europeu: contribuição para uma abordagem sintática. F. Silva; I. Falé; I. Pereira; & J. Veloso (Orgs.). *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra: APL, 169-188; acessível em: [https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/BRITO\\_2013.pdf](https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/BRITO_2013.pdf)

- Brito, A. M. 2016. Entre a Morfologia e a Sintaxe: a formação de nomes deverbais em –da em Português Europeu. A. Ledgeway; M. Cennamo; G. Mensching (eds.). *Actes du XXVII<sup>e</sup> Congr s International de Linguistique et de Philologie Romanes* (Nancy, 15-20 juillet, 2013). Section 4: Syntaxe. Nancy: ATILF, 37-47.
- Butt, M. 2010. The Light Verb Jungle: Still Hacking Away. In M. Amberber, B. Baker & M. Harvey (Eds.) *Complex Predicates: Cross-linguistic Perspectives on Event Structure*, Cambridge: Cambridge University Press 978-0-521-88667-3; acessível em <http://ling.uni-konstanz.de/pages/home/butt/main/papers/cp-volume.pdf>
- Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*, Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Choupina, C. 2013a. *Reg ncia, Transitividade e Intransitividade: Noç es e Crit rios. Uma abordagem sint tica dos verbos com objetos cognatos em PE*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Porto, Portugal.
- Choupina, C. M. 2013b. Dos objetos cognatos às construções com verbos leves. In *Atas do IV Simp sio Mundial de Ensino da L ngua Portuguesa*. Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas., Goiânia/Brail, 1655-1664.
- Choupina, C., & Brito, A. M. 2018. Dar um beijo é a mesma coisa que dar um espirro? Para uma análise sintático-semântica de diferentes valores do verbo leve dar em Português Europeu. In: J. Veloso et al. (Eds.). *A Lingu stica em Di logo. Volume Comemorativo dos 40 anos do Centro de Lingu stica da Universidade do Porto*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 153-176.
- Fortunato, I. V. 2009. Análise da estrutura argumental do verbo “chegar” em construções com verbo-suporte. In *Dom nios de Linguagem. Revista Eletr nica de Lingu stica*, Ano 3, nº 1, 1º semestre: 30-60; disponível em [www.dominiosdelinguagem.org.br](http://www.dominiosdelinguagem.org.br).
- Gallego, Á. 2012. A note on cognate objects: cognation as doubling. In K. Bentzen & A. Fábregas (eds.) *Nordlyd* 39.1: University of Tromsø: 95-112. Disponível em <http://www.ub.uit.no/baser/nordlyd/> . Acesso em: 11, maio, 2012.
- Gonçalves, A. et al. 2010. Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva. In *Textos Selecionados, Encontro Nacional da Associaç o Portuguesa de Lingu stica*, XXV, 2010, Porto. Atas, Porto: APL, 449-464.
- Grevisse, M. & Goosse, A. 1993. *Le bon usage*. Paris: Duculot
- Hale, K. & Keyser, S. J. 2002. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: MIT Press.
- Halle, M. & Marantz, A. 1994. Some Key Features of Distributed Morphology. In A. Carnie, H. Harley & T. Bures, (eds.) *Papers on phonology and morphology*. MIT Working Papers in Linguistics, 21, 275-288.

- Haugen, J. 2009. Hyponymous objects and Late Insertion. In *Lingua* 119, Elsevier: 242-262.
- Jones, M. A. 1988. Cognate objects and the case filter. *Journal of Linguistics* 24: 89-110.
- Kitahara, K. 2007. On the Predicative Cognate Object construction and the Adjunct Resultative Construction: A Construction Grammar Approach to language Universals. In *Tsukuba English Studies*, vol. 26: 67-90. Disponível em: <http://www.tulips.tsukuba.ac.jp/imedio/dlam/M92/M921496/6.pdf> . Acesso em: 27, maio, 2012.
- Leung, R. 2007. *Um estudo sobre os objetos cognatos e os adjetivos adverbiais no português do Brasil*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dl/pos/teses/LEUNGrenata.pdf> . Acesso em: 20, mar, 2012.
- Leung, R., Scher, A. 2006. Os Objetos Cognatos e os Modificadores Adverbiais. In *Estudos Linguísticos*, 35: 1668-1676; disponível em <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/978.pdf>.
- Marantz, A. 1993. Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In Mchombo, S. A. (eds.) *Theoretical aspects of Bantu Grammar*, Vol. 1. Stanford: CSLI Publications, 113-150.
- Marantz, A. 1997. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In A. Dimitriadis & L. Siegel, eds., *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Philadelphia: University of Pennsylvania, 201-225.
- Marantz, A. 2000. *Reconstructing the lexical domain with a single generative engine*. Mass.: MIT.
- Marantz, A. 2001. Words and things. *Handout of a talk at the XX West Coast Conference on Formal Linguistics*, University of Southern California, 29 p.; disponível em <http://web.mit.edu/marantz/Public/ALI/Handouts/ALIThird.pdf> (acedido em 30/05/2012).
- Massam, D. 1990. Cognate objects as thematic objects. In *Canadian Journal of Linguistics* 35: 2: 161-190.
- Mendikoetxea, A. 1999. La inacusatividad en la tipología verbal del español. In I. Bosque, / V. Demonte (eds.) *Gramática descriptiva de la lengua española*, vol. 2. Madrid: Espasa Calpe, 1575-1629.
- Mirto, I. M. 2007. Dream a little dream of me: Cognate Predicates in English, comunicação apresentada à *26th conference on Lexis and Grammar*. Bonifacio, Università di Palermo. 2-6 outubro 2007. [On-line], disponível em <http://infolingu.univ-mlv.fr/Colloques/Bonifacio/proceedings/mirto.pdf> (acedido em

- 30/05/2012).
- Mittwoch, A. 1998. Cognate objects as reflections of Davidsonian event arguments, in S. Rothstein (org.), *Events and Grammar*, Kluwer. Dordrecht, 309-332.
- Moltmann, F. 1989. Nominal and Clausal Event Predicates. In *CLS 25*: 300-314. Disponível em <http://semantics.univ-paris1.fr/pdf/Nominal%26Clausal-Event-Predicates.pdf> (20/12/2012).
- Plaza, A. B. 2005. *Combinaciones verbonominales y lexicalización*. Frankfurt: Peter Lang.
- Pustejovsky, J. 1998. *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Real-Puigdollers, C. 2008. The Nature of Cognate Objects. A Syntactic Approach. In *Proceedings ConSOLE XVI*: 157–178. Disponível em: <http://media.leidenuniv.nl/legacy/console16-real-puigdollers.pdf> . Acesso em: 27, maio, 2011.
- Silva, M. 2010. *As Construções com Objeto em Português: análise baseada no uso de um desencontro sintático-semântico e sua modelagem formal pela gramática das construções*. Tese de doutoramento em Linguística - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em <http://www.ufjf.br/framenetbr/publicacoes/>. Acesso em: 20, abr, 2012.
- Takami, K. & Kuno, S. 2002. Doozoku Mokutekigo Koobun to Hi-nookakuasei, *Nichieigo no Jidooshi Koobun*, Tokyo: Kenkyusha, 133-177.
- Vale, O. 2001. *Expressões Cristalizadas do Português do Brasil: uma proposta de tipologia*. Dissertação de Doutorado. Vol. I. Brasil-Araraquara: edição de autor.



# O domínio das frases relativas preposicionadas por estudantes do ensino superior

Clara Amorim

mfamorim@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Para a Professora Ana Maria Brito, com admiração e estima.

## ABSTRACT.

This article intends to study the domain of relative clauses by higher education students. For this purpose, a test was designed with the objective of verifying the most used relativization strategies by students of a Bachelor's degree in Basic Education. The test was applied to 40 students and revealed that non-canonical relative clauses are the most used, especially chopping relative clauses.

## KEYWORDS.

Prepositional relative clauses; chopping strategy; contemporary European Portuguese.

## RESUMO.

Este artigo pretende estudar o domínio de orações relativas preposicionadas por parte de estudantes do ensino superior. Para o efeito, foi desenhado um teste com o objetivo de verificar as estratégias de relativização mais utilizadas por parte de estudantes do 2.º ano de uma licenciatura em Educação Básica. O teste foi aplicado a 40 estudantes e revelou que a estratégia cortadora é a mais utilizada.

## PALAVRAS-CHAVE.

Orações relativas preposicionadas; estratégia cortadora; português europeu contemporâneo.

## 1. Introdução

A investigação no âmbito da aquisição da linguagem mostra que as orações relativas são de aquisição tardia relativamente a outras estruturas sintáticas, como a coordenação ou outros tipos de subordinação, estabilizando apenas durante a idade escolar (Vasconcelos 1991; Costa

2011). Mesmo no âmbito das orações relativas, a aquisição é assimétrica, estando demonstrado que a função sintática desempenhada pelo pronome relativo é determinante. Com efeito, as relativas de objeto, aquelas em que o pronome relativo desempenha a função de complemento direto, são adquiridas depois daquelas em que o pronome relativo desempenha a função de sujeito, as relativas de sujeito (Costa, Lobo, Silva & Ferreira 2009; Costa, Lobo & Silva 2011). Esta assimetria é explicada pelo facto de o sujeito da oração subordinada se interpor entre o constituinte deslocado (que é relativizado) e a sua posição original.

Trabalhos desenvolvidos no quadro da linguística educacional sobre o ensino de português como língua materna comprovaram também dificuldades no domínio da estrutura de relativização. A análise do desempenho linguístico de alunos em ano de final de ciclo (4.º, 6.º, 9.º e 12.º anos) demonstrou que o desenvolvimento linguístico e a exposição à instrução formal favorecem o domínio da estrutura (Fontes 2008; Valente 2008). Essas investigações demonstraram também que a assimetria entre as relativas de sujeito e objeto, já descrita nos trabalhos de aquisição, se mantém até final do 2.º ciclo do ensino básico, deixando de colocar dificuldades a partir do 3.º ciclo do ensino básico, o que também se encontra relatado noutros trabalhos (Choupina 2004; Antunes & Brito 2008). No entanto, Antunes e Brito (2008) relatam uma diferença significativa no domínio das relativas: se as relativas de sujeito e objeto já estão consolidadas no final do secundário, tal como como as que recorrem a *onde* ou a *que* locativo, o mesmo não acontece com os constituintes relativos compostos por preposição e pronome. Com efeito, os autores referem que a utilização de orações relativas preposicionadas não só é pouco frequente como está na origem de construções agramaticais.

Efetivamente, as orações subordinadas relativas, em geral, e as preposicionadas, em particular, estão entre as estruturas sintáticas que colocam mais dificuldade aos falantes nativos, sendo frequente o recurso a estratégias não canónicas, independentemente do estatuto sociocultural e da idade dos falantes. Embora sejam mais frequentes na oralidade, a utilização dessas estratégias na escrita, quer em textos jornalísticos quer literários, encontra-se também descrita (Peres & Mória 1995; Arim, Ramilo & Freitas 2003; Carmo 2019; Veloso 2013).



Se a qualidade do *input* a que as crianças estão expostas é determinante na aquisição mais ou menos precoce das estruturas de relativização, a instrução formal ao longo da escolaridade básica será fundamental para a sua consolidação e aperfeiçoamento, bem como para a aquisição de estruturas que geralmente estão ausentes da fala coloquial dos adultos, como as relativas preposicionadas (Sim-Sim, Duarte & Ferraz 1997; Sim-Sim 1998). Deste modo, o papel do educador / professor é fundamental na aquisição das estratégias canónicas de relativização, sendo, por isso, indispensável que as domine, de forma a proporcionar *input* de qualidade aos alunos.

O objetivo geral deste texto é avaliar o domínio das orações subordinadas relativas preposicionadas em estudantes do ensino superior, aferindo se os problemas que ainda persistem no final do ensino secundário se mantêm. Com base em dados de produção provocada, serão analisadas as estratégias utilizadas na produção de relativas preposicionadas por parte de 40 estudantes a frequentar uma licenciatura em Educação Básica, que lhes dá acesso a mestrados de formação de educadores de infância e de professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Além desta introdução, o artigo é constituído por três outras secções: na secção 2, serão apresentadas as estratégias de relativização canónicas e não canónicas do PE; segue-se a apresentação da metodologia, na secção 3, e a apresentação e discussão dos dados (secção 4). As considerações finais são apresentadas na secção 5.

## 2. Orações relativas preposicionadas

As orações relativas representam um tipo de subordinação em que a frase encaixada modifica tipicamente uma expressão nominal antecedente<sup>1</sup>, sendo introduzidas por um constituinte relativo, ou morfema-Q, que pode integrar-se em diferentes categorias gramaticais: pronome (1), advérbio (2), determinante (3) ou quantificador (4).

---

<sup>1</sup> Embora não seja relevante para o presente trabalho, refira-se que as relativas podem também modificar uma outra oração, como ilustra o seguinte exemplo: Os números de infetados continuam a aumentar, [o que preocupa as autoridades].

- (1) O filme [*que* vimos ontem] ganhou um prémio.
- (2) Gosto muito do restaurante [*onde* jantámos no sábado].
- (3) É este o aluno [*cujo* pai é um artista reconhecido].
- (4) O homenageado agradeceu a todos [*quantos* foram à festa].

A estratégia canónica para a construção das relativas implica a utilização de um morfema-Q, que se desloca da sua posição base para o início da oração, junto do antecedente (Brito 1991; Peres & Mória 1995; Brito & Duarte 2003; e.o.), como ilustra o exemplo (1), retomado agora em (5):

- (5) [O filme [*que* vimos [~~o filme~~] ontem]<sub>SN</sub>]<sub>SN</sub> ganhou um prémio.

No caso das relativas preposicionadas, o movimento da palavra-Q é acompanhado pela preposição selecionada pelo predicador, como se demonstra em (6).

- (6) Comprei [o livro [*de que* me falaste [~~do livro~~]]<sub>SPrep</sub>]<sub>SN</sub>.

No exemplo dado, o pronome relativo *que* integra um SPrep encabeçado pela preposição *de*, argumento interno do predicador *falar*. É deslocado da sua posição de base (depois do predicador) - para uma posição inicial, passando a encabeçar a oração subordinada.

Esta estratégia que envolve o movimento de todo o SPrep (preposição + palavra-Q) para o início da oração recebe a designação de *pied-piping*, ou arrastamento de preposição, não sendo possível manter-se a preposição na sua posição de base (cf. (6a)), uma vez que o português europeu contemporâneo (PEC) não admite *preposition stranding*, ao contrário do que acontece noutras línguas, como o inglês (cf. (7)).

- (6a) \*Comprei o livro *que* me falaste *de*.
- (7) I bought the book (*that*) you told me *about*.

A estratégia que envolve *pied-piping* é a única considerada gramatical no PEC, sendo a única encontrada em gramáticas normativas. No entanto, são possíveis outras estratégias de relativização, que, embora mais frequentes

na fala espontânea, são também encontradas na língua escrita (e.o., Peres & Mória 1995; Brito & Duarte 2003). A secção que se segue é dedicada a essas estratégias não canónicas.

### 2.1. Estratégias não canónicas

Entre as estratégias não canónicas mais comuns para a construção de orações relativas, encontram-se a estratégia cortadora (Tarallo 1983) e a resumptiva, também designada como pronome de retoma ou com duplo preenchimento (Peres & Mória 1995; Alexandre 2000; Brito & Duarte 2003; Veloso 2013). Estas estratégias são transversais a todos os estratos sociais e graus de escolaridade e, embora ocorram principalmente na linguagem oral informal, ocorrem também no texto jornalístico (Peres & Mória 1995; Arim et al. 2003; Carmo 2019), podendo até ser encontradas em textos literários (Veloso 2013: 2127).

A estratégia cortadora, que está presente também noutras variedades do português (Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer, 2011; Espírito Santo, 2020), caracteriza-se pela eliminação da preposição que deveria introduzir o pronome e pela utilização sistemática do pronome relativo *que* (Veloso 2013: 2128), como ilustra o exemplo que se segue.

(8) ERA® a Imobiliária *que* mais portugueses confiam. (cf. ERA® a Imobiliária *em que* mais portugueses confiam.)

Embora haja vários estudos sobre orações relativas cortadoras, não há consenso quanto aos contextos que favorecem essa construção. Com efeito, Santos (2014), num trabalho sociolinguístico sobre estas construções, conclui que, embora se registre uma maior frequência de adjuntos no *corpus*, “é com complementos que mais ocorre a ausência de preposição, contabilizando-se apenas seis casos que fogem a esta regra” (Santos, 2014: 46). Destaca também as preposições *de*, *a*, *com* e *em* como sendo as mais frequentemente elididas. Já de acordo com Veloso (2013), a utilização da estratégia cortadora é frequente quando os constituintes relativos têm valor temporal ou locativo ou quando são introduzidos por preposições semanticamente vazias, como *a* ou *de*, seleccionadas por verbos como

*falar, gostar* ou *precisar*, desempenhando a função de oblíquo argumental. Finalmente, Aßmann e Rinke (2017), num estudo baseado na análise de um *corpus* oral do PEC, concluíram que a estratégia cortadora é mais frequente em constituintes relativos com a função de objeto indireto (97,4% do total de objetos indiretos), seguindo-se as preposições verbais (93,1% do total de preposições verbais) e SPrep com valor temporal (76,8% do total de SPrep com valor temporal), locativo (58,6% do total de SPrep com valor locativo) ou objetos oblíquos<sup>2</sup> (51,5% do total de SPrep com valor oblíquo).

Apesar de não haver consenso sobre a relevância da estratégia cortadora no PEC<sup>3</sup>, o facto de estar presente no discurso oral de falantes com um nível de escolarização elevado leva alguns autores a considerar que se poderá estar perante uma mudança em curso na língua (Brito & Duarte 2003: 667; Valente 2008; Santos 2014).

A estratégia resumptiva (Tarallo 1983; Alexandre 2000) consiste no preenchimento da posição de base do constituinte relativo com um pronome resumptivo (Peres & Mória 1995: 275; Alexandre 2000: 14), também designado pronome de retoma ou pró-forma (Velo 2013: 2129). Este “pronome resumptivo” é geralmente um pronome pessoal, mas também pode ser um pronome demonstrativo, um advérbio relativo, um quantificador pronominal ou até um sintagma nominal completo (Velo 2013: 2132), que retoma o constituinte relativo, conforme ilustram os seguintes exemplos, extraídos de Alexandre (2000) e de Velo (2013):

- (9) ... vinte contos” e então, ou o achou ou o furtou. Há aquela pessoa *que* a gente olha *para ela* e diz: “Não isto...”. (cf.: vinte contos” e então, ou o achou ou o furtou. Há aquela pessoa *para quem / para a qual* a gente olha e diz: “Não isto...”) (Alexandre 2000: 80);
- (10) Acho que é uma questão *que* agora não devíamos perder muito tempo *com ela*. (cf. Acho que é uma questão *com que / com a qual* agora não devíamos perder muito tempo) (Alexandre 2000: 80);

---

<sup>2</sup> As autoras não explicitam a distinção feita entre “preposições verbais” e “objetos oblíquos”, limitando-se a referir que as preposições verbais são “prepositions which are part of the verb” (Aßmann & Rinke, 2017: 32), apresentando uma lista que contém verbos que selecionam um SPrep como argumento interno, portanto com a função de oblíquo argumental, como *gostar de*, *lembrar-se de*, *esquecer-se de* ou *recorrer a*.

<sup>3</sup> Alguns autores consideram que esta estratégia é menos produtiva do que a estratégia resumptiva (Peres & Mória, 1995), enquanto outros consideram que é mais produtiva do que esta, mas menos do que a estratégia canónica de  *pied-piping* (Alexandre, 2000; Arim *et al.*, 2003).

- (11) Fiquei num hotel em Veneza *que* já metade da empresa ficou *naquele* hotel. (cf. Fiquei num hotel em Veneza em que já metade da empresa ficou) (Velooso 2013: 2132).

Nesta estratégia, portanto, a preposição não se desloca com o pronome relativo, mantendo-se na sua posição original. Uma vez que o PEC não admite *preposition stranding*, o complemento da preposição tem de ser preenchido, usando-se para o efeito o pronome resumptivo.

À semelhança da estratégia cortadora, também a utilização de construções relativas resumptivas é frequente na linguagem oral de falantes com diferentes graus de escolarização (Peres & Mória 1995: 276).

### 3. Metodologia

O *corpus* que analisaremos resulta de um teste apresentado em contexto de aula a 40 estudantes de licenciatura, no qual se pedia que se unisse duas frases simples, de modo a formar uma frase complexa, seguindo um exemplo, que se reproduz em (12).

- (12) Comprei um livro na Feira do Livro. Este é o livro. → Este é o livro que comprei na Feira do Livro.

No total foram apresentados trinta exercícios, vinte dos quais exigiam a utilização de uma oração subordinada relativa preposicionada. Os restantes dez foram utilizados como distratores e implicavam a utilização do pronome relativo *que* com função de sujeito ou de objeto direto.

Optou-se por usar quase sempre a mesma estrutura sintática, de forma a manter o mais possível as condições em todas as frases. Deste modo, recorreu-se maioritariamente a frases declarativas<sup>4</sup> em que i) a oração subordinada relativa ocorre numa estrutura apresentativa e ii) o constituinte relativo preposicionado é quase sempre um argumento selecionado pela estrutura argumental do predicador, desempenhando, maioritariamente,

---

<sup>4</sup> Apenas duas das frases eram interrogativas, das quais somente uma continha uma relativa preposicionada.

a função de complemento oblíquo<sup>5</sup>. As preposições selecionadas pelos predicadores são as seguintes: *a* (cinco frases), *com* (cinco frases), *de* (seis frases) e *em* (quatro frases).

Semanticamente o sintagma preposicional (SPrep) selecionado pela estrutura argumental do predicador possui maioritariamente o traço [-humano], registando-se apenas quatro exceções: duas frases em que o SPrep é locativo e outras duas em que é caracterizado pelo traço [+ humano].

Apresenta-se na tabela abaixo os verbos a utilizar nas orações relativas preposicionadas.

TABELA 1: Verbos usados para a formação das orações relativas preposicionadas

Verbo	Preposição	Tipo de frase	Função sintática do constituinte relativo	Objeto [+/- humano] / locativo
Assistir	a	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Concordar	com	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Confiar	em	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Confrontar-se	com	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Contar	com	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Depender	de	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Dispor	de	Declarativa	Oblíquo argumental	[+ humano]
Entrar	em	Declarativa	Oblíquo argumental	locativo
Esquecer-se	de	Interrogativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Falar	de	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Gostar	de	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]

<sup>5</sup> Há apenas a registar a ocorrência de um complemento indireto (*suceder a*) e de um SPrep não selecionado pelo verbo (verbo *vencer*).

Guardar	em	Declarativa	Oblíquo argumental	locativo
Habituar-se	a	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Obedecer	a	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Recorrer	a	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Prescindir	de	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Sonhar	com	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]
Suceder	a	Declarativa	Objeto Indireto	[+ humano]
Vencer	com	Declarativa	Oblíquo não argumental	[- humano]
Votar	em	Declarativa	Oblíquo argumental	[- humano]

#### 4. Resultados

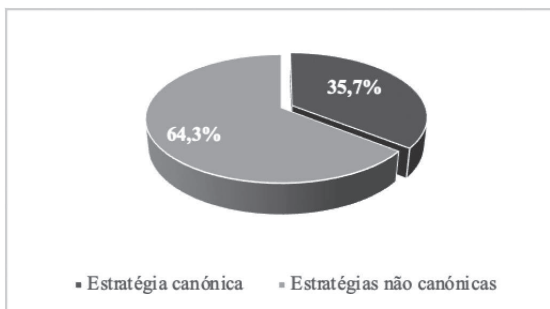
No total, foram recolhidas 1198 frases, tendo-se analisado aquelas em que se esperava a utilização de uma oração relativa preposicionada, num total de 798<sup>6</sup> frases.

Embora não seja nosso objetivo analisar as orações de sujeito e de objeto, é importante referir que os resultados evidenciam uma grande clivagem entre essas relativas e as relativas preposicionadas. Com efeito, as dez frases incluídas como distratores, nas quais deveria ser utilizado um constituinte relativo simples (o pronome relativo *que* com função de sujeito ou de objeto direto) apresentam resultados de acordo com o esperado. Já as frases em que se esperava a utilização de um constituinte relativo composto pelo morfema relativo e pela preposição apresentam resultados muito diferentes, registando-se apenas 35,7% de frases com recurso à estratégia canónica: utilização da preposição selecionada pelo predicador seguida do morfema relativo.

---

<sup>6</sup> Este número resulta do facto de haver duas respostas em branco das 800 esperadas.

FIGURA 1: Estratégias utilizadas nas construções relativas preposicionadas

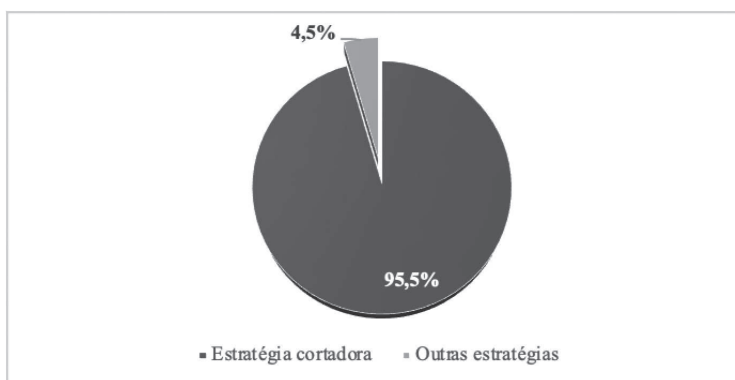


Na secção que se segue serão analisadas as estratégias não canónicas utilizadas pelos informantes.

#### 4.1. Estratégias de relativização não canónicas utilizadas

Analisados os dados, verificou-se que a estratégia cortadora foi a mais utilizada, representando 95,5% das frases que não utilizaram a estratégia canónica de *pied-piping*, conforme ilustra a figura 2.

FIGURA 2: Estratégias não canónicas utilizadas nas construções relativas preposicionadas





Sob a etiqueta “outras estratégias” agrupa-se uma grande diversidade de estratégias utilizadas residualmente, a saber: i) utilização de preposição diferente daquela que é selecionada pelo verbo (cf. (13)), ii) utilização do determinante relativo *cujo* (cf. (14)), iii) utilização de oração coordenada copulativa (cf. (15)), v) utilização de estrutura passiva (cf. (16)) e, finalmente, utilização da estratégia resumptiva, ainda que sem recurso a um pronome (cf. (17)).

(13) Estes são os novos desafios *em que* nos confrontamos. (cf. Estes são os novos desafios *com que / com os quais* nos confrontamos.)

(14) Estas são as novas regras do clube *cujo* os jogadores obedecem. (cf. Estas são as novas regras do clube *a que / s quais* os jogadores obedecem.)

(15) Estas são as regras do novo confinamento e a população concordou. (cf. Estas são as regras do novo confinamento *com que / com as quais* a população concordou.)

(16) Este é o amigo que foi sucedido pelo João na presidência da empresa. (cf. Este é o amigo *a quem / ao qual* o João sucedeu na presidência da empresa.)

(17) Este é o depoimento *que* os advogados prescindiram *do depoimento*. (cf. Este é o depoimento *de que* os advogados prescindiram.)

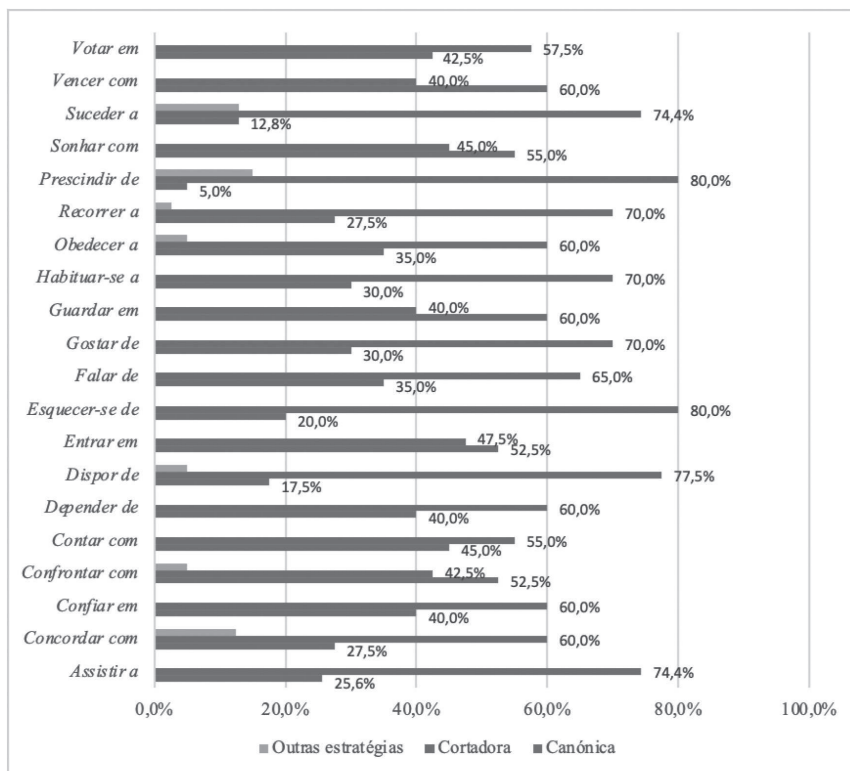
Uma vez que a estratégia cortadora é usada na quase totalidade das frases, analisaremos detalhadamente essas construções.

#### 4.2. Estratégia cortadora

Como se referiu anteriormente, a estratégia cortadora foi usada em 95,5% das construções não canónicas. Do total absoluto de 798 construções analisadas, esta estratégia representa 61,4% (490/798) das produções, quase o dobro da estratégia canónica com *pied-piping*, que foi usada em 35,7% (285/798) das frases.

Analisados mais detalhadamente os resultados, verificamos algumas assimetrias na utilização das duas estratégias, como se pode verificar na figura 3.

FIGURA 3: Estratégias de relativização utilizadas por verbo



Destes resultados, destaca-se a utilização da estratégia canónica nas frases com os verbos *confrontar (com)*, *entrar (em)*, *guardar (em)*, *sonhar (com)* e *vencer (com)*, nas quais o  *pied-piping* foi utilizado maioritariamente.

Analisados estes verbos, ressalta, em primeiro lugar, o facto de nenhum deles seleccionar preposições semanticamente vazias, como *a* ou *de*, indicadas como favorecedoras da estratégia cortadora (e.o., Veloso, 2013).

Em segundo lugar, encontramos neste grupo de verbos os dois únicos do *corpus* que seleccionam um locativo como argumento interno (*entrar* e *guardar*), contexto indicado como favorecedor da estratégia cortadora (Veloso 2013: 2128), o que poderia sugerir que o sucesso nestas construções se deveria à utilização do advérbio relativo *onde*. No entanto, analisados os morfemas relativos utilizados, conclui-se que essa hipótese se verifica

nas construções com o verbo *guardar*, mas não nas que recorrem ao verbo *entrar*. Com efeito, das 40 construções com cada um dos verbos, verifica-se que o advérbio relativo é utilizado em treze orações relativas com o verbo *guardar* e apenas em cinco com o verbo *entrar*.

A tabela que se segue apresenta os morfemas relativos usados com cada um dos verbos.

TABELA 2: Estratégias utilizadas na produção de construções canónicas

	Prep. + que	Prep. + o qual	onde	Total de estruturas canónicas
<i>confrontar</i> ( <i>com</i> )	14	7	—	21/40 (52,5%)
<i>entrar</i> ( <i>em</i> )	13	3	5	21/40 (52,5%)
<i>guardar</i> ( <i>em</i> )	7	4	13	24/40 (60%)
<i>sonhar</i> ( <i>com</i> )	17	5	—	22/40 (55%)
<i>vencer</i> ( <i>com</i> )	18	6	—	24/40 (60%)

Outro aspeto interessante a observar é o facto de o único verbo que não seleciona um SPrep como argumento interno (o verbo *vencer*) figurar entre os que apresentam mais construções canónicas. O facto de esse ser o único verbo em que o SPrep é não argumental não nos permite tirar ilações sólidas, mas parece confirmar a conclusão de Santos (2014: 46), que refere que “é com complementos que mais ocorre a ausência de Prep”.

Ao analisar os restantes verbos que selecionam as mesmas preposições que ocorrem nas construções com mais sucesso (*com* e *em*), verifica-se que, embora não seja a mais usada, a estratégia canónica é usada em pelo menos 40% das construções com os verbos *confiar* (*em*) (40%), *votar* (*em*) (42,5%) e *contar* (*com*) (45%). A única exceção é o verbo *concordar* (*com*), com apenas 27,5% de construções com *pied-piping*, sendo usada preferencialmente a estratégia cortadora (60%), ilustrada no exemplo (18). Este resultado parece confirmar o constatado em Espírito Santo (2020: 165), que refere que 53% dos seus inquiridos consideram “muito natural” a estratégia cortadora com este verbo quando o antecedente é não humano.

- (18) Estas são as regras do novo confinamento *que* a população concordou.  
(cf. Estas são as regras do novo confinamento *com que* / *com as quais* a população concordou.).

Como referido anteriormente, as construções com menor percentagem de recurso à estratégia canónica envolvem as preposições *a* e *de*, todas com um índice inferior a 40%, como se pode verificar na tabela que se segue.

TABELA 3: Estratégias canónicas utilizadas com os verbos que selecionam as preposições *a* e *de*

	Prep. + <i>que</i>	Prep. + <i>o qual</i>	Total de estruturas canónicas
<i>assistir (a)</i>	9	1	10/39 (25,6%)
<i>habituar-se (a)</i>	5	7	12/40 (30%)
<i>obedecer (a)</i>	7	7	14/40 (35%)
<i>recorrer (a)</i>	7	4	11/39 (28,2%)
<i>suceder (a)</i>	1	4	5/40 (12,5%)
<i>depende (de)</i>	7	9	16/40 (40%)
<i>dispor (de)</i>	6	1	7/40 (17,5%)
<i>esquecer-se (de)</i>	7	1	8/40 (20%)
<i>falar (de)</i>	12	2	14/40 (35%)
<i>gostar (de)</i>	11	1	12/40 (30%)
<i>prescindir (de)</i>	0	2	2/40 (5%)

Os piores resultados (com percentagens de *pied-piping* inferiores a 20%) verificam-se com os verbos *prescindir de* (5%), *suceder a* (12,8%), *dispor de* (17,5%) e *esquecer-se de* (20%).

Deste grupo de verbos, há a ressaltar o facto de apenas um (*suceder a*) selecionar a preposição *a*, sendo também este verbo o único do *corpus* que seleciona um argumento interno com função de objeto indireto. Este verbo, juntamente com *prescindir de*, foi um dos que registaram mais construções alternativas, como ilustram os exemplos que se seguem.

- (19) Este é o amigo que sucedeu o João na presidência da empresa.  
(20) Este é o amigo que foi sucedido pelo João na presidência da empresa.

- (21) Este é o amigo que sucedeu ao João na presidência da empresa.
- (22) Este é o amigo que antecedeu o João na presidência da empresa.
- (23) Este é o amigo e o João sucedeu-o na presidência da empresa.

Em várias destas construções (cf. (19), (20)<sup>7</sup> e (23)), o verbo subcategoriza um SN como objeto direto, mas a construção (21) sugere que o problema colocado por este verbo pode dever-se ao seu significado<sup>8</sup>. A estratégia usada em (22) permite ultrapassar a dificuldade colocada pelo *pied-piping* através da utilização de um verbo antónimo transitivo direto.

Saliente-se também o facto de este verbo ser o único com antecedente humano, o que implicaria o recurso ao pronome relativo *quem*. No entanto, este pronome nunca foi utilizado, recorrendo-se ao pronome relativo invariável *que* numa única construção (cf. (24)) e ao pronome relativo com as marcas flexionais [+masc, +sing] (*o qual*) (cf. (25)) nas restantes construções canónicas.

- (24) Este é o amigo *a que* o João sucedeu na presidência da empresa.
- (25) Este é o amigo *ao qual* o João sucedeu na presidência da empresa.

Nas construções cortadoras, recorreu-se invariavelmente a *que*, o que parece confirmar que “os falantes não aceitam frases relativas cortadoras introduzidas por *quem*, quando o antecedente é humano” (Espírito Santo, 2020: 167).

Analisados globalmente os resultados de não realização por preposição, confirma-se uma assimetria entre as preposições:

Como se pode verificar na figura 4, as preposições com menor saliência semântica e fonética (*de* e *a*) são aquelas que mais frequentemente não são realizadas nas orações relativas cortadoras, confirmando o que já se encontra relatado noutros estudos (Veloso 2013; Santos 2014; Espírito Santo 2020).

A diferença no apagamento das restantes preposições (*com* e *em*), com a preposição *em* a não ser realizada com mais frequência, encontra-se

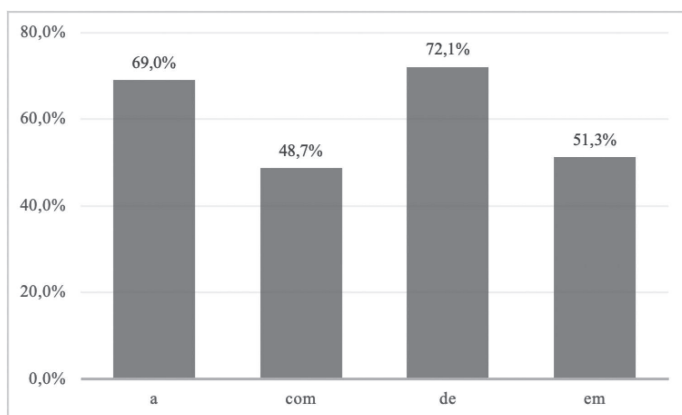
---

<sup>7</sup> A construção passiva foi utilizada por três sujeitos.

<sup>8</sup> De acordo com a nossa experiência, são recorrentes os problemas com verbos que indicam sequência, como *anteceder*, *antepor*, *seguir*, *pospor*.

também relatada, embora com diferente expressão, por Aßmann & Rinke (2017: 32): “*em* is chopped in 56 out of 84 clauses (67%), but *com* only in 5 out of 18 occurrences (28%)”.

FIGURA 4: Percentagem de não realização por preposição



## 5. Considerações finais

No PEC estão disponíveis três estratégias de relativização quando a grelha argumental do verbo prevê uma preposição: a estratégia canónica, a estratégia cortadora e a estratégia resumptiva.

Embora a estratégia canónica seja a única reconhecida pela norma e, por conseguinte, a única descrita em documentos normativos, vários estudos têm demonstrado que a estratégia cortadora é cada vez mais frequente, principalmente no discurso oral. O facto de estas construções serem encontradas no discurso oral de falantes com um nível de escolarização alto, bem como na língua escrita, designadamente no texto jornalístico, leva alguns investigadores a identificar uma mudança em curso na língua (Arim et al. 2005; Brito & Duarte 2003; Valente 2008; Santos 2014; Aßmann & Rinke 2017).

Não estando estas estruturas presentes no *input* da fala coloquial, a escola assume um papel preponderante, já que só através da instrução formal

e, eventualmente, através da exposição à linguagem do professor, estas construções serão adquiridas. No entanto, estudos realizados com alunos do sistema de ensino português demonstraram que as orações relativas preposicionadas ainda não são dominadas no final do 3.º ciclo nem do ensino secundário (Antunes & Brito 2008; Valente 2008), o que nos levou a fazer este estudo com estudantes de licenciatura que pretendem prosseguir os seus estudos em mestrados que conferem habilitação profissional para a docência.

Os resultados discutidos anteriormente parecem confirmar um processo de mudança linguística, já que a estratégia cortadora foi a mais utilizada na produção de construções relativas preposicionadas, apesar de as condições em que os dados foram recolhidos pressuporem o uso de uma linguagem mais cuidada do que a encontrada na fala espontânea. Estes dados parecem confirmar não só que a escola não está a cumprir o seu papel regulador, neste aspeto em particular, como também sugerem que a estratégia cortadora será cada vez mais dominante, já que a maioria dos futuros professores provavelmente não a dominará.

Seria importante alargar este estudo a mais alunos do ensino superior e cruzar esses dados com testes (de produção e de juízos de aceitabilidade) aplicados também a docentes do ensino básico e secundário, de forma a poder confirmar ou infirmar esta tendência.

#### REFERÊNCIAS

- Alexandre, N., 2000. *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Alexandre, N; Gonçalves, R. & Hagemeyer, T. 2011. A formação de frases relativas em português oral de Cabo Verde e de São Tomé. In A. Costa; I. Falé & P. Barbosa (eds.). *Textos Seleccionados do XXVI ENAPL 2010*, Lisboa: APL, 17-34.
- Antunes, J. D. & Brito, A. M. 2008. Contribuição para a definição do perfil linguístico dos alunos do ensino básico: o caso das orações relativas. In F. Oliveira & I. M. Duarte (orgs.). *O fascínio da linguagem. Actas do colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: CLUP/FLUP, 237-254.
- Arim, E.; Ramilo, M. C. & Freitas, T. 2003. Estratégias de relativização nos meios de

- comunicação social portugueses. *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 279-288.
- Aßmann, E. & Rinke, E. 2017. Relative Clauses in a Spoken Corpus of European Portuguese: Identifying the Factors Determining Their Variation. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* (12): 9-39.
- Brito, A. M. 1991. *A sintaxe das orações relativas em português. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Tese de doutoramento. INIC, Porto.
- Brito, A. M. & Duarte, I. 2003. Construções relativas e construções aparentadas. In M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva (Eds.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 653-694.
- Carmo, I. 2019. *A correção da língua portuguesa na imprensa*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social.
- Choupina, C. 2004. *Orações Relativas: Aspectos Descritivos e Didáticos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Costa, J. 2011. Desenvolvimento da linguagem e ensino da língua materna. In I. Duarte & O. Figueiredo (orgs.). *Português, Língua e Ensino*. Porto: Universidade do Porto.
- Costa, J., Lobo, M. & Silva, C. 2011. Subject-object asymmetries in the acquisition of Portuguese relative clauses: adults vs. children. *Lingua* 121.6: 987-1158.
- Costa, J., Lobo, M.; Silva, C. & Ferreira, E. 2009. Produção e compreensão de orações relativas em Português Europeu: dados do desenvolvimento típico, de PEDL e do agramatismo. In *Textos Seleccionados, XXIV Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, 211-224.
- Espírito Santo, A. 2020. Relativas cortadoras: mover e cortar? Ou cortar antes de mover?, *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n.º 7: 151-175.
- Fontes, E. 2008. *A produção de frases relativas restritivas no final do 1º e 2º ciclos do ensino básico*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa.
- Peres J. & Mória, T. 1995. *Frases relativas da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Santos, C. S. 2014. *Relativas cortadoras no português europeu falado: interação com as variáveis sociais*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Sim-Sim, I. 1998. *Desenvolvimento da linguagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Sim-Sim, I., Duarte, I. & Ferraz, M. J. 1997. *A língua materna na Educação Básica, Ministério da Educação*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- Tarallo, F. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*, Dissertação de Doutoramento. Universidade de Pensilvânia.



- Valente, P. 2008. *Produção de frases relativas em alunos do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino Secundário*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Vasconcelos, M. 1991. *Compreensão e produção de frases com orações relativas. Um estudo experimental com crianças dos três anos e meio aos oito anos e meio*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Veloso, R. 2013. Subordinação relativa. In E. Paiva Raposo et al. (eds.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2061-2136.



# Dimensões da justificação no discurso legislativo: uma abordagem diacrónica<sup>1</sup>

Clara Barros

mbarros@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

## ABSTRACT.

In this paper I intend to analyse some aspects of the evolution observable in the way the legislative discourse justifies the legal-legislative provisions in legislative texts of different synchronies of the Portuguese language: this is especially apparent when they present statements which contain acts of discourse with justification value.

From a comparative and diachronic perspective, I will confront Afonso X's medieval legislative texts (such as the Portuguese versions of the *Primeyra Partida* and the *Foro Real*) with contemporary Portuguese legislative texts. I will attempt to demonstrate that in medieval legislative texts, in addition to the greater extent of the supporting segments, there is also a discursive structure that uses arguments of authority. In Afonso X's legislative texts royal legislation is conveyed and the Speaker, designated by the first person "we", is identified with the king, holding a power inherent to this statute. It reaffirms its status as authority and the desirability of royal legislative action and affirms the pragmatic need for the existence of justice by its favourable effect (which is ethically identified with the Common Good).

By contrast, contemporary legislative discourse is presented in the third person and this does not designate any individualized subject. The law is stabilized, established in multi-secular institutions and fundamental rights are already guaranteed, and new legislation is generally conjunctural and especially case-by-case legislation. In contemporary legislative formulations there is no discourse of the legitimization of power and the dimension of the supporting segments is smaller.

## KEYWORDS.

Historical linguistics; legal discourse; justification-argumentation.

## RESUMO.

Pretendo analisar, em textos legislativos de duas sincronias da língua portuguesa, alguns

---

<sup>1</sup> Este artigo surge na sequência do texto da comunicação apresentada ao Congresso Jadis VI / CIEDS II "O Poder do Discurso e o Discurso do Poder" realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto de 26 a 28 de outubro de 2016, texto que não foi enviado para publicação e que agora se desenvolve. Conserva-se o título da comunicação então proferida.

Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

aspectos da evolução observável no modo como o discurso jurídico legislativo justifica as disposições jurídico-legislativas, sobretudo quando apresentam enunciados que contêm atos de discurso com valor de justificação.

Numa perspetivação comparativa e diacrónica procederei ao confronto de textos jurídicos medievais da legislação de Afonso X (como as versões portuguesas da *Primeyra Partida* e do *Foro Real*, e das *Flores de Direito*) com textos legislativos portugueses contemporâneos. Tentarei mostrar que nos textos legislativos medievais, além da maior extensão dos segmentos justificativos, há também uma estruturação discursiva que recorre a argumentos de autoridade. Nos textos da legislação de Afonso X é veiculada legislação régia e o Locutor, designado pela primeira pessoa “nós”, está identificado com o rei, detendo um poder inerente a esse estatuto. Não deixa de reafirmar o seu estatuto de autoridade e a conveniência da ação legislativa régia e afirma a necessidade pragmática da existência da justiça pelo seu efeito favorável que é identificado eticamente com o ‘Bem Comum’.

No caso do discurso legislativo contemporâneo, é usada a 3ª pessoa e esta não designa nenhum sujeito individualizado. O direito está estabilizado, sedimentado em instituições plurisseculares e os direitos fundamentais já estão assegurados, sendo a legislação nova geralmente conjuntural e sobretudo casuística. Nas formulações legislativas contemporâneas não há um discurso de legitimação do poder e é menor a dimensão dos segmentos justificativos.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Linguística histórica; discurso jurídico legislativo; justificação-argumentação.

### 1. A linguagem da lei

O meu objetivo neste estudo é analisar, em textos legislativos de duas sincronias diferentes da língua portuguesa, alguns aspetos da evolução observável no modo como o discurso da legislação justifica as disposições jurídico-legislativas, sobretudo quando apresentam enunciados que contêm atos do discurso com valor de justificação. Trata-se de um tipo de análise pragmática histórica, aplicada ao estudo da tradição discursiva da atualidade ou à da tradição discursiva dos textos legislativos do passado, numa perspetivação comparativa e diacrónica. Em relação aos textos do passado, foi feita uma escolha cuidada de textos específicos de que se conhece a tradição, a função, a intenção do locutor e o tipo de ação que representam, o que permite analisar os aspetos textuais e contextuais e descrever a estruturação discursiva de textos de outras sincronias<sup>2</sup>.

Pretendo analisar especificamente a linguagem da lei, o discurso

---

<sup>2</sup> O problema da análise discursiva e pragmática de textos do passado foi já debatido por Jacobs/Jucker (1995: 8-9.)

legislativo expositivo, adotando a terminologia das linguagens jurídicas de Jerzy Wroblewski (1988) que faz notar que a linguagem do direito compreende vários níveis. Assim, não existe uma linguagem jurídica, mas uma linguagem legislativa, uma linguagem judiciária, uma linguagem da jurisprudência e uma linguagem jurídica científica. Gérard Cornu refere igualmente essa pluralidade do discurso jurídico, explicando que o direito se diversifica pelos seus agentes, pelos seus tipos e pelos modos de expressão que utiliza, e considera diversos géneros: o discurso legislativo, o jurisdicional, o doutrinal, o costumeiro ou consuetudinário.<sup>3</sup>

À partida, a lei pretende construir uma nova realidade, prever o futuro, enquanto a decisão judiciária procura apreender uma ocorrência, um caso concreto, verificado. A linguagem da lei parte de um conceito normativo geral para a realidade social abstratizada, enquanto a linguagem judiciária tem um propósito deliberativo e parte do acontecido na direção da norma que se lhe aplica.

Procedi ao confronto de textos jurídicos medievais da legislação de Afonso X em português, que analisei detalhadamente em trabalhos anteriores (Barros 2010, 2012, 2016) com textos legislativos portugueses contemporâneos. Trata-se, em ambos os casos, de discursos tradicionais de exercício do poder jurídico em contexto institucional.

### 1.1 Textos legislativos medievais: autoridade e conveniência da ação legislativa

Nos textos legislativos medievais observei uma enorme importância da convocação de autoridades e da afirmação da conveniência da ação legislativa. Observa-se, nesses textos legislativos, além da razoável extensão dos segmentos justificativos, uma estruturação discursiva que para além de recorrer a argumentos de autoridade que reforçam as asserções produzidas, também fundamenta as disposições legislativas em princípios gerais aceites.

Inserem-se claramente num quadro ideológico de valorização da ação legislativa régia e afixam uma justificação dos fundamentos da legitimidade dessa ação. Nos textos da legislação de Afonso X, de que existem versões

---

<sup>3</sup> Cornu (2005: 214-215).

portuguesas no caso da *Primeyra* e da *Terceira Partida* e do *Foro Real*, é veiculada legislação régia, e o locutor, designado pela primeira pessoa “*nós*”, está identificado com o rei, detendo um poder inerente a esse estatuto. Tem, pois, à partida, legitimidade para emitir a lei: afinal, legislar é uma prerrogativa régia. Torna-se interessante verificar que o locutor não deixa, porém, de reafirmar o seu estatuto de autoridade e a pertinência da legislação proposta; invoca a autoridade divina bem como a natureza ou origem divina do poder de que foi investido, mas também afirma a necessidade pragmática da existência da justiça pelo seu efeito favorável que é identificado eticamente com o ‘Bem Comum’ e a ‘manutenção da Paz’.

O discurso destes textos jurídico-legislativos medievais integra o exercício do poder político e judicial do rei e do estado.

## 1.2 O contexto do discurso legislativo medieval

Analisando o contexto deste discurso verifica-se que os textos da legislação de Afonso X surgem num momento particularmente marcado por evolução, mais ou menos pacífica, do exercício da prerrogativa régia de legislar. As leis agora (neles) instituídas afirmam-se como diferentes e inovadoras em relação a anteriores formulações legislativas; pretendem substituir legislação consuetudinária dispersa e sentenças referentes a casuística anterior<sup>4</sup>. Esta legislação corresponde, portanto, a uma nova fase da administração da justiça, que procura assegurar a vigência do direito público, sob a forma de normas jurídicas de carácter geral aplicáveis a todas as circunstâncias ou cenários. Trata-se de um período da história jurídica que se caracteriza como fase de transição entre duas tradições legislativas: a tradição legislativa do direito consuetudinário peninsular, síntese de diversas influências e a reposição da tradição do direito romano<sup>5</sup>. Tal quadro ideológico poderá esclarecer, quer o carácter reformulativo

---

<sup>4</sup> Assim, no *Foro Real* são mencionados os “usos”, considerados “desguysados e sen dereyto de que uijã muytos danos e muytos maeas a todo o poboo” (FR, I, 31-33) e as sentenças consideradas modelares, as “façanhas”, que são avaliadas como prejudiciais à comunidade pela sua variabilidade e falta de coerência. (FR, I, 31-33). Cf. Barros 2010: 323. A posição defendida no texto da *Primeyra Partida*, move-se estrategicamente entre o reconhecimento da conexão com o direito anterior e o assumir-se como legislação nova e em certa medida revogativa. (PP, II, 89-90 e PP, II, 129-131) Cf. Barros (2010: 324-331).

<sup>5</sup> Cf. Gilissen (2016: 269).

e inovador de que se reveste a legislação de Afonso X, quer o discurso de legitimação da autoridade que nela está bem patente. A unificação da legislação intentada pela instância régia tendia a aniquilar a dispersão de diversos 'poderes' feudais, em proveito do poder centralizado na figura do rei. Na Península Ibérica, neste período de enorme ampliação territorial que se segue à Reconquista, observam-se poderes dispersos que surgem por concessões feudais ou por usurpação e persistem depois por direito consuetudinário. Há contaminação do direito público por fenómenos de privatização do poder, característicos da Idade Média e do feudalismo: os 'senhores' detinham o exercício de prerrogativas de carácter estatal, porque a sua dominação não se verificava apenas no plano social e económico, mas também no âmbito da aplicação da justiça<sup>6</sup>. As leis tentam impor uma ordem estabelecida, são de carácter geral e frequentemente efetivam a centralização do poder, fortemente politizada, que ocorria no início da nacionalidade.

Os textos analisados constituem, em parte, o exemplo de um género específico, de uma prática discursiva histórica e socioculturalmente determinada e também se afirmam como inovadores em relação a anteriores formulações do género jurídico legislativo. Há uma dimensão de base destes discursos – a de que eles se constituem manifestamente como discursos do Estado. Partem da instância legisladora, a figura do rei, e têm como destinatário imediato o aplicador da legislação estabelecida.

De facto, trata-se de um período de afirmação da figura do rei num cenário feudal marcado pela existência de privilégios. É, portanto, importante uma reflexão sobre a relação entre a linguagem que encontramos nestes textos e a imposição do poder régio. No caso concreto do discurso jurídico legislativo a análise dos atos discursivos é particularmente pertinente. Este tipo de textos manifesta uma acionalidade própria, inscreve-se num cenário ideológico específico, como vimos: o de um discurso de uma instância governativa. Apresenta, portanto, uma dimensão ilocutória e perlocutória dominante que o configura em termos genéricos como discurso de autoridade e que se traduz em atos ilocutórios diretivos, frequentemente com presença explícita de verbo ilocutório ajustado, correntemente concretizado como performativo.

O discurso manifesta a existência de uma estrutura hierárquica da

---

<sup>6</sup> Cf. Mattoso (2015: I: 60-61).

interação social, com a figura do monarca no topo da pirâmide, diretamente dependente de autoridade divina, que sendo reconhecidamente superior, legitima a autoridade do rei e a sua posição cimeira. Há, portanto, forte assimetria entre a posição do locutor (mais elevada, mais forte) e a do alocutário (menos elevada, menos forte).

### 1.3 A estruturação discursiva do discurso legislativo de teor prescritivo

Analisando as formas do discurso, observa-se que, embora o discurso legislativo expositivo dos textos da legislação de Afonso X não se esgote na estrita prescrição de disposições legislativas, é muito frequente a presença de atos diretivos /injunctivos em que surgem com regularidade verbos jussivos ou de teor jussivo (*mandar, estabelecer, ordenar*), construídos com o sujeito “nós rei D. Afonso”. É também de assinalar a manifestação de uma disposição psicológica do locutor, traduzida no discurso por formas como “*achamos*”, “*avemos vontade*”, “*queremos*”, “*avemos esperança*”, que manifestam uma modalidade volitiva/bulomaica e a intencionalidade que preside à tomada de decisão de emitir a disposição legislativa.

Mas o discurso deontico presente nos textos medievais de legislação régia revela-se também, afinal, como forma de atribuição de funções aos diversos agentes da praxis jurídico-legislativa sendo também, portanto, direito processual<sup>7</sup>. E apresenta formas linguísticas próprias: as ações cometidas ao destinatário surgem expressas em formas verbais de imperativo ou conjuntivo, funcionando este como modo supletivo do imperativo. Em alternativa aos enunciados com imperativo/conjuntivo surgem construções com modais deonticos, sendo *dever* o verbo mais frequente.

Nas *Partidas*, é mais escassa a ocorrência de verbos ilocutórios jussivos ou de índole jussiva que tenham como sujeito a autoridade régia. Nesses textos, a organização enunciativa do discurso é diferente e o locutor transfere a autoridade exigida por tais verbos para outras instâncias, para outras vozes discursivas (de autoridade) de diversa natureza, institucional

---

<sup>7</sup> No *Foro Real* nota-se mais explicitamente a repartição das diferentes áreas. No Livro II há um nítido predomínio do direito processual, estabelecendo-se, em atos de injunção dirigidos ao aplicador da lei, toda a organização judicial, com os seus prazos, apelos, prescrições e provas, entre outros temas. E há textos legislativos medievais ainda mais claramente de direito processual como as *Flores de Direito* e os *Tempos dos Preitos* que se concentram na atividade da aplicação da lei.



ou sobrenatural sendo, sem dúvida, a “Santa Igreja” aquela que ocorre mais frequentemente, em fórmulas como “teve por bem a Santa Igreja” ou “entendeu a Santa Igreja” em que a disposição de emitir a diretiva é transferida do locutor para a autoridade “Santa Igreja”.

### 1.3.1 O ethos do Locutor no discurso legislativo medieval

Nestes textos medievais o discurso legislativo constitui-se, por um lado, como *discurso legislativo expositivo* (de teor prescritivo e não prescritivo) e, por outro lado, como *discurso legislativo justificativo* que basicamente realiza um adequado enquadramento do primeiro. O discurso justificativo realiza-se, predominantemente, em atos de natureza assertiva, cumprindo uma função de explicação-justificação. A orientação fundamental desse discurso, no seu todo, visa não só a construção do Locutor como uma particularmente *autorizada fonte de ntica*, como também a afirmação da justeza ética, da conveniência pragmática e mesmo da oportunidade das disposições legislativas propostas. Interessa anotar, a este respeito, um primeiro aspeto: o discurso em estudo revela a construção de um *ethos* do locutor em que avulta, à partida, uma saliente dimensão de legitimidade - a legitimidade da instituição régia para legislar, no caso do *Foro Real* e da *Primeyra Partida*<sup>8</sup>. A este primeiro aspeto há que acrescentar um outro: é que aquele *ethos pr -discursivo* é fortemente ampliado por um *ethos* construído no próprio discurso (*ethos discursivo*).

### 1.3.2 Outras estratégias argumentativas

Estão ainda presentes nestes textos outras estratégias argumentativas com destaque para as que utilizam argumentos ‘racionais’ e o recurso a *doxas* e *topoi*, num mundo configurado por princípios lógicos reconhecidos e aceites (*logos*) com o apelo às emoções (*pathos*), sobretudo ao medo (de condenação) e à esperança (de salvação). São de sublinhar ainda outros aspetos relevantes na construção da argumentação-explicação-justificação, como os que dizem respeito quer à invocação de autoridades e de vozes

---

<sup>8</sup> Cf. Barros (2010: 260-261).

qualificadas presentes em citações abundantes, quer ao recurso a variados processos comparativos, ou ainda a narrativas ‘exemplares’<sup>9</sup>.

### 1.3.3 A estrutura do discurso legislativo

Na reflexão geral que fiz sobre o discurso legislativo expositivo de índole prescritiva nos textos medievais, dediquei um longo capítulo à descrição e explicitação do seu funcionamento<sup>10</sup>. De que cito um excerto:

Reconhece-se no discurso legislativo expositivo dos textos do *corpus* uma estruturação característica. A mais frequente construção que aí se recorta é a que apresenta proposições ou orações condicionais com o verbo no conjuntivo – com valor eventual/potencial -, a que se articulam orações com formas de imperativo ou conjuntivo (funcionando este como modo supletivo do imperativo).

Realizam, assim, estas construções raciocínios condicionais do tipo:  
«Se A então B», ou seja,  $A \rightarrow B$ .

Como já se compreendeu, B realiza uma injunção, que surge, como se viu, dependente de uma condicional – pelo que aí se projecta um acto de discurso directivo condicional, e não categórico. Essa condicional, que se realiza em soluções diversas, desenha um mundo virtual, ou melhor eventual, em que se aplicarão as determinações estabelecidas na injunção. (Barros, 2010: 140)

As determinações integradas no discurso legislativo expositivo de teor prescritivo poderão condensar-se na seguinte fórmula, que traduz o quadro antes esboçado:

d ( $\alpha \rightarrow \beta$ )

directiva  $\delta$ : Se for / acontecer  $\alpha$ , então faça-se  $\beta$ .

Se fosse / acontecesse  $\alpha$ , então deve fazer-se  $\beta$ .

Estamos claramente em presença de atos ilocutórios condicionais, a

<sup>9</sup> Cf. Barros (2010: 331-332).

<sup>10</sup> Cf. Sobretudo as páginas 163-232 (Barros, 2010); e também Barros (2012: 94-95).

cumprirem-se de forma não categórica, mas apenas no caso de ser verdadeiro o que se enuncia numa proposição condicional. Trata-se de raciocínios de tipo genérico que pretendem abarcar todas as condições de aplicação da lei. A oração de se introduz um determinado estado de coisas e a oração de *ent* o introduz um mundo possível de ordem deontica, um mundo “do que é devido” ou “do que se deve fazer” na prática de aplicação da lei.

#### 1.3.4 A formulação da lei

O texto das leis apresenta formato variável, mas as formas linguísticas introdutórias são sistematicamente repetidas, destacando-se:

- Quantificadores universais como “*todo que*”, “*ningu m*”, “*qualquer que*” ou “*todo aquele que*”, “*todo homẽ*” e quantificadores existenciais em contextos condicionais que lhes conferem o valor de quantificadores universais, como, por exemplo, “*se algũũ*”, “*se alguẽ*”, equivalentes a ‘todo que...’ , como se pode ver nos seguintes exemplos:

- (1) **Todo ome** se pode alçar de sentença diffinitiva e de outros agrauamentos que lhy faça iuyz <sup>11</sup> (FID, III, 938-939)<sup>12</sup>
- (2) **Nenhuu ome** nõ seya ousado de iuygar preytos se nõ for alcayde posto per el rey (FR, I, 388-389)
- (3) **Nenhua molher** nõ razõe preyto alleo ne possa seer pessoeyro doutrẽ, mays seu preyto publico razoe se quiser (FR, I, 599-600)
- (4) **Quẽquer que** dé pessoeyro en seu preyto contra outro nõ dé pessueyro mays poderoso qua é seu contendor (FR, I, 672-673)
- (5) **Se alguu** quiser toller o pessueyro que deu, façao a ssaber ao contendor e ao alcayde que iuygar o preyto. (FR, I, 652-653)

- Gerúndios - que, pelo carácter imperfetivo que lhe é próprio,

---

<sup>11</sup> Neste e nos restantes exemplos, destaco a negrito as formas assinaladas na análise.

<sup>12</sup> Na referência aos textos de que são retiradas as citações, adoto o seguinte esquema: (i) o primeiro elemento especifica a obra, através das seguintes abreviaturas: FR para o *Foro Real*, PP para a *Primeyra Partida* e FID para as *Flores de Direyto*; (ii) o número romano especifica o Livro, no caso do *Foro Real*, e o Título, no caso da *Primeyra Partida*; (iii) o(s) número(s) árabe(s) indica(m) a(s) linha(s).

estabelecem uma abertura para a modalidade eventual. Atente-se nos seguintes exemplos:

- (6) **Casandosse** algũu clerigo que ouuesse ordẽ sagrada **nõ deue** a ficar ssem pẽa ca lhy deuẽ a uedar o offizio e tolher o benefiçio (PP, IX, 996-997)
- (7) **Gverras auendo** enalgũas terras por que os homẽs moradores daqueles logares ouuessem de uelar os muros ou os castelos, os clerigos **nõ som teudos d’ir** a guardalos (PP, IX, 1246-1248)
- (8) **Auẽdo feyta** peendẽça algũu **nõ pode** rreceber ordẽs sagradas (PP, IX, 441-442)
- (9) **Achando os abades** ou os seus priores que seus mõges auĩã feyto algũus erros pero seiã pequenos **podenos** castigar. (PrP, X, 764-765)
- Participios ou nomes acompanhados de participio, precedido ou não de artigo definido, com oração participial pressuposta, como no exemplo:
- (10) **Ladrues cõnoçudos nõ podẽ** apellar (FID, 973)
- “Depoys que” e “quando”, que podem em muitas ocorrências ser interpretados como equivalentes a “sempre que”, “em todas as circunstâncias que”, aproximando-se neste caso extremamente das construções com quantificador universal ou das condicionais:
- (11) **Quando** alguũ omẽ quebrãtar muinho doutrin alleo, ata .XXX. dias seya teudo de o aderẽçar e fazer e de dar a seu dono toda perda que lhi ende ueer entramẽte. (FR, IV, 335-336)
- Modais que exprimem o obrigatório (obrigação deontica) – como “dever”, “nõ deuer”, “ser teudo de” – ou o interdito (interdição deontica) – como “nõ poder”, “nõ ser ousado de”; ou ainda modais com valor variável, como “poder”, que ocupa tendencialmente a área do permitido, como no seguinte exemplo:
- (12) **Feytas podẽ** seer as leys [...] (PP, I, 124)
- De forma resumida há geralmente na formulação do texto da lei a presença de -  
**elemento modal – oração condicional – oração injuntiva**<sup>13</sup>

#### 1.4 O discurso legislativo justificativo

<sup>13</sup> Para a descrição e explicitação do discurso legislativo de teor prescritivo ver Barros (2010, capítulo 3: 139-251) em que são apresentados quadros exaustivos da frequência das diversas formas linguísticas para todos os textos analisados.

O discurso legislativo expositivo medieval não se esgota na estrita prescrição de disposições legislativas, porque em alguns textos, como no da *Primeira Partida* ou no das *Flores de Direito*, há segmentos de índole definitiva e de orientação informativa e também didática. Estes segmentos conduzem diretamente à defesa da legitimidade e da pertinência dos livros de leis, vistos como repositórios da sabedoria jurídica. Trata-se de leis de definição/explicação e de nomeação, acompanhadas da especificação de implicações ou consequências legais.

Nos textos legislativos medievais que analisei, o discurso legislativo expositivo é, como vimos nos pontos 1.3.1 e 1.3.2, frequentemente seguido ou precedido por um outro, que lhe serve de contexto argumentativo – constituindo o que já em estudos anteriores designei discurso legislativo justificativo<sup>14</sup>. No texto da *Primeira Partida* o cenário justificativo dos atos injuntivos atinge um elevado nível de elaboração: os atos diretivos surgem integrados numa moldura explicativa, pedagógica, que torna este texto mais doutrinal e mais subtilmente prescritivo do que outros textos jurídicos legislativos medievais.

Este discurso legislativo convoca argumentos que tendem a demonstrar e ou a construir a autoridade da instância legisladora e elementos que se orientam para a afirmação da pertinência das disposições legislativas. São essas as grandes linhas que comandam o desenvolvimento do discurso justificativo nos textos legislativos da época, correspondendo, de resto, às orientações mais intensamente marcadas desse mesmo discurso no seu todo: por um lado, a que respeita à construção de um estatuto de autoridade do Locutor; por outro, a que respeita à afirmação da justeza ética e da conveniência pragmática das disposições legislativas propostas.<sup>15</sup> É justamente este complexo argumentativo-justificativo que caracteriza o discurso legislativo medieval.

---

<sup>14</sup> Cf. Barros (2010: 13; 237).

<sup>15</sup> Cf. Barros (2010: 254).

## 1.5 Os textos legislativos modernos

O discurso dos códigos legislativos modernos é idêntico ao que descrevi acima nos pontos 1.3.3 e 1.3.4. Observando por exemplo o Código Civil português<sup>16</sup> constatamos a presença da formulação das leis anteriormente descrita, no que se refere a construções com quantificadores, como nos seguintes exemplos:

- (13) **Ninguém pode** renunciar, no todo ou em parte, à sua capacidade jurídica.  
(Título II, art. 69º Código Civil)
- (14) **Toda a** limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade é nula (nº 1 do art. 81º Código Civil).
  - à presença de gerúndios, como no seguinte exemplo:
- (15) **Havendo** má fé dos sucessores, (Título II, nº 2 do art. 119º, Código Civil);
  - participios ou nomes acompanhados de participio:
- (16) **Morto** o destinatário, pode a restituição da carta confidencial ser ordenada pelo tribunal (Título II, nº 2 do art.75º Código Civil);
  - fórmula introdutória com “quando” equivalente a ‘sempre que’ ou ‘em todas as circunstâncias em que’ como se vê nos exemplos seguintes:
- (17) **Quando** certo efeito jurídico depender da sobrevivência de uma a outra
- (18) **Quando** tenha sido instituído o regime de administração de bens, (nº5 do art. 85º Código Civil);
  - a presença de modais como no seguinte exemplo:
- (19) **É permitido** estipular domicílio particular para determinados negócios...  
(art. 84º Código Civil)

A análise do discurso legislativo moderno foi objeto de dois trabalhos de C. Carapinha (Carapinha, 2013, 2018). A autora sublinha a necessidade desta análise uma vez que se encontra no discurso jurídico legislativo “uma organização textual muito particular” (2018: 98) . Quando analisamos este trabalho mais abrangente de Carapinha (2018), que retoma e desenvolve alguns aspetos tratados em 2013, encontramos uma descrição explicativa da linguagem legislativa dos códigos que não se afasta muito da que

---

<sup>16</sup> DL n.º 47344/66, de 25 de novembro, in [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so\\_miolo](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_miolo) consultado a 21-05-21.

tínhamos proposto para o discurso legislativo medieval<sup>17</sup>. Ou seja, o discurso legislativo de teor prescritivo não é muito diferente nos textos medievais e nos modernos no que toca à sua estrutura e formulação, mesmo em aspetos muito particulares da sintaxe do discurso legislativo como os fenómenos de topicalização, de tematização e da ordem da frase em geral, que eram inovadores na sintaxe do português medieval e que caracterizam ainda o discurso dos códigos legislativos modernos<sup>18</sup>. Creio que podemos concluir que a estrutura textual do discurso legislativo obedece a um formato que se estabeleceu ao longo do tempo, em que se verifica a presença de elementos que se repetem quer ao nível do contexto institucional, quer ao nível das formas detetadas no próprio texto, ou seja, que estamos perante uma tradição discursiva multissecular.

## 2. As dimensões da justificação no discurso legislativo

Vimos atrás que o discurso legislativo medieval se caracteriza por apresentar uma estruturação discursiva que corresponde a um complexo argumentativo-justificativo que enquadra o discurso legislativo de cariz prescritivo.

### 2.1 A legitimidade das instituições

Quando procedemos à comparação com os textos modernos há diferenças evidentes uma vez que se observa que nestes a legitimidade é construída sobretudo sobre a competência específica das instituições. Em flagrante contraste formal com os textos antigos analisados, o discurso legislativo contemporâneo apresenta-se em 3ª pessoa e esta raramente designa um sujeito individualizado, mas antes uma instituição. Assim, quando consultamos o Código Civil, por exemplo, verificamos que no artigo 1º do capítulo I, intitulado “Das leis, sua interpretação e aplicação” afirma-se: “*Consideram-se leis todas as disposições gerais e obrigatórias emanadas dos*

---

<sup>17</sup> Cf. Carapinha (2018: 99-105), em que são analisadas as características sintáticas do discurso legislativo, com exemplificação; ver em particular a página 104, em que a autora propõe uma fórmula para explicitar a estrutura discursiva deste discurso.

<sup>18</sup> Cf. Barros (2010: 564-565); Carapinha (2018:103).

*rg os estaduais competentes*<sup>19</sup>. Observa-se que são de facto as instituições que emitem a lei: o Governo que assina Decretos-Lei e a Assembleia da República que publica leis, no enquadramento previsto na Constituição da República portuguesa.

No Código de Processo Civil constata-se, com alguma frequência, a presença da 3ª pessoa com um sujeito individualizado:

- (20) O tribunal não pode resolver o conflito de interesses que a ação pressupõe ... (nº 1 do art. 3º do CPC<sup>20</sup>),
- (21) O juiz deve observar e fazer cumprir, ao longo de todo o processo, o princípio do contraditório (nº 3 do art. 3º do CPC);
- (22) O juiz pode, em qualquer altura do processo, ouvir as partes, seus representantes ou mandatários judicial (nº 2 do art. 7º do CPC)

No entanto, esse fenómeno é muito característico do estabelecimento da intervenção dos agentes da prática jurídica, no direito processual, em que se torna por vezes evidente a presença dos modais deonticos, e é frequente sobretudo no Título I do referido diploma, intitulado “Das disposições e dos princípios fundamentais”. Neste Código, como em outros, é evidente a autoridade institucional, uma vez que ele faz parte de uma lei (a Lei nº 41/2013 de 26 de junho) que tem como enunciado de abertura: “A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:” E como enunciado de fecho refere-se que está aprovada e promulgada pela Presidente da Assembleia da República e assinada pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro<sup>21</sup>.

Observa-se por vezes a presença da 3ª pessoa com um sujeito individualizado de natureza formular: “esta lei”, “a presente lei”, “o presente decreto-lei”.

---

<sup>19</sup> Código Civil Português atualizado. Microsoft Word - CodigoCivil.rtf (igac.gov.pt)

<sup>20</sup> Lei n.º 41/2013, de 26 de junho in [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis&so_miolo=)

<sup>21</sup> [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)



## 2.2 A legitimidade das instituições e dos especialistas

É notória a aceitação da legitimidade das instituições que são instâncias que emitem a legislação e a dos ‘especialistas em leis’.

Quer no caso da Assembleia da República quer no caso do Governo, há recurso a comissões constituídas por especialistas (os deputados, os representantes dos partidos, professores de direito, juízes, advogados) e a legitimidade está construída sobre a competência específica dos ‘peritos em leis’. Esta situação mantém-se no Parlamento desde o período em que era designado Assembleia Nacional (de 1935 até 1974), em que existia a Câmara Corporativa, apenas com funções consultivas, responsável pela redação de diplomas, constituída por juristas e outros especialistas<sup>22</sup>.

## 2.3 As reformulações legislativas

Observam-se reformulações legislativas que raramente são de fundo e têm pouco de estrutural. De facto, o direito está estabilizado, sedimentado em instituições muito antigas, com os direitos fundamentais já assegurados, sendo a nova legislação geralmente conjuntural, funcional, contexto-dependente e sobretudo casuística. Em tempos mais recentes, a alteração legislativa vai no sentido de dar maior poder às partes envolvidas conferindo-lhes uma maior participação nos processos. Veja-se, a título de exemplo, como fica garantido o direito de consulta e de compreensão, estando também disponível a possibilidade de consulta eletrónica para todas as partes em qualquer momento do processo. Também se verifica a preocupação e a exigência de simplicidade e de clareza de linguagem, havendo mesmo um artigo do código de processo civil dedicado ao princípio da utilização de linguagem simples e clara, que aqui reproduzimos:

(24) O tribunal deve, em todos os seus atos, e em particular nas citações, notificações e outras comunicações dirigidas diretamente às partes e a outras pessoas singulares e coletivas, utilizar preferencialmente linguagem simples e clara<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Ver Miranda (1997).

<sup>23</sup> Título I Das disposições e dos princípios fundamentais - Artigo 9º-A do Código de processo Civil. [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis)

Está presente, nestas alterações, uma dimensão de intersubjetividade. Não podem deixar de ser tomados em conta, na linguagem jurídica, os destinatários concretos e a sua potencial compreensão para que esse discurso possa ter uma função dissuasora de comportamentos que a desrespeitem. É um fator de legitimação e de garantia da efetiva capacidade de exercício do controle interpessoal e público. Deve, portanto, conciliar precisão e compreensão. O que não impede que se verifiquem, no caso específico do discurso legislativo, dificuldades de compreensão decorrentes, entre outros aspetos, da complexidade sintática<sup>24</sup>. Na recente alteração ao Código de Processo Civil realizada no decreto-lei nº 97/2019 de 26 de julho consagra-se na lei, pela primeira vez, a preocupação com a capacidade de comunicação com os utentes e a compreensão que estes possam ter dos processos judiciais. Essa novidade é explicitamente enunciada:

(25) [...] prevê-se pela primeira vez, tendo em vista aumentar a transparência e proximidade do sistema judicial, o princípio de utilização de linguagem clara pelos tribunais nas comunicações dirigidas a cidadãos e empresas.

Mas note-se que estamos a observar textos de um código de direito processual que estabelece um princípio regulador da linguagem a utilizar no decurso do processo judicial. Portanto a lei dá uma diretiva – vemos o modal deontico *dever* na formulação do citado artigo 9º-A – no sentido da utilização de linguagem simples e clara, nomeadamente na citação ou na notificação das partes envolvidas, intentando uma simplificação de alguns aspetos do discurso judicial, mas não do discurso legislativo.

#### 2.4 Aspetos da justificação

Há outros casos em que a reformulação vai no sentido de concentrar o poder nas instituições dando maior ênfase à gestão da aplicação da lei, às formalidades e ao poder de gestão que pode consistir até na simplificação dos procedimentos. Embora se trate da análise de tradições discursivas antigas, utilizadas há décadas, observam-se algumas simplificações em que

---

<sup>24</sup> Ver Carapinha (2018: 102, em particular a nota 3) que explicita as razões dessa dificuldade de compreensão.

as alterações das formas textuais estão relacionadas com a utilização de diferentes meios de fixação do texto<sup>25</sup>. Assim, no aditamento ao Artigo 9º, 9º-A do Código de Processo Civil são explicitados os motivos que presidem à transição para a digitalização dos textos:

(26) [...] entende-se ser chegado o momento de refletir no Código de Processo Civil, em toda a sua plenitude, a ideia de «digital por definição»: isto é, a ideia de que o processo judicial, a respetiva tramitação e, em regra, a prática de atos têm natureza eletrónica.

A justificação baseia-se na melhoria do processo judiciário, conforme se pode verificar adiante no mesmo diploma:

(27) As alterações têm como escopo contribuir para aumentar a proximidade entre o sistema de justiça e os cidadãos.

Em princípio, a legislação é da responsabilidade do poder político. Mas, na prática, tem sempre origem, como já referi, em comissões especializadas em que o poder político delega a ação de legislar. Quando há alterações legislativas, na nova versão dos códigos figura, por vezes, um preâmbulo inicial, de dimensões reduzidas, em que as novas disposições são geralmente objeto de explicação acerca da natureza da alteração. Os preâmbulos têm extensão variável, mas sempre diminuta em relação ao texto legislativo que antecedem.

Um outro aspeto a considerar, nas formulações legislativas modernas e contemporâneas, é a ausência de fenómenos de encarecimento da figura detentora do poder. Não há mesmo um discurso de legitimação do poder. A lei emana de um poder do estado, de uma autoridade incontestada, como o Governo ou a Assembleia da República. Mas é axiomáticamente aceite que as leis provêm dos órgãos do Estado competentes e partem de discussão e deliberação desses órgãos responsáveis. Os atos discursivos, que têm como sujeito a autoridade institucional, apresentam verbos declarativos, tendo o formato de asserções declarativas. A referência no discurso é sempre formular como é próprio de tais atos e como se pode observar nos seguintes exemplos:

---

<sup>25</sup> Preâmbulo do DL 97/2019 <https://dre.pt/home/-/dre/123513819/details/maximized>

(28) A Assembleia da República **decreta**, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

(29) A Constituição da República Portuguesa **proclama** que: todos os cidadãos têm a mesma dignidade e são iguais<sup>26</sup>

Por vezes encontramos uma autoridade dupla, como em:

(30) O Governo **decreta**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:[...].

Aliás o Governo, sendo embora a instância do poder, pode precisar de autorização legislativa. A legitimidade está assegurada pelo recurso a outras autoridades ou a especialistas. Por exemplo a autoridade do Presidente da República **'promulga'** diplomas emitidos pelo Governo e pela Assembleia da República.

Na formulação da lei verifica-se um distanciamento em relação ao aplicador que é obviamente um jurista.

No interessante artigo de C. Carapinha, que já referi, encontramos uma descrição e explicação exhaustiva da linguagem dos códigos (Carapinha 2018: 98-106). Alguns dos aspetos descritos confirmam as observações aqui feitas sobre a ausência de segmentos justificativos: a referência ao uso da 3ª pessoa, ao elevado número de nominalizações, ao tom definitivo, impessoal, à frequência de passivas sem agente, à objetividade anónima<sup>27</sup>.

#### 2.4.1 A dimensão dos segmentos justificativos

Na análise que fiz de alguns textos legislativos contemporâneos, procurei determinar qual a dimensão dos segmentos justificativos. Quando surgem no texto legislativo moderno estão frequentemente reduzidos a breves considerações em preâmbulo inicial que enumera e explica o que a nova disposição legislativa acrescenta (ou substitui) nos casos de reformulação. Mas o mais corrente, no discurso legislativo das últimas décadas, é encontrarmos códigos extensos e inovadores que não contêm

---

<sup>26</sup> No nº2 do art.1º da CRP.

<sup>27</sup> Carapinha (2018: 102-103).

qualquer preâmbulo. Por exemplo, observamos que o Código Civil de 1966, extremamente inovador, foi antecedido por artigos doutrinários<sup>28</sup> e, talvez por esse motivo não apresente preâmbulo. Foi objeto de uma ampla revisão em 1978, que vem acompanhada de Preâmbulo com uma exposição de motivos. O mesmo sucedendo com o Código Penal de 1982 que sofreu reformulação em 1995, em 2004 e em 2009. Mas só algumas das mais profundas reformulações apresentam algum tipo de exposição justificativa nos decretos-lei que contem as alterações. Por exemplo, em 1996 o código de Processo Penal sofreu uma reformulação que não foi acompanhada por qualquer justificação<sup>29</sup>.

Genericamente, os segmentos justificativos são escassos, ainda que se possam observar duas tendências diferentes de acordo com a génese da legislação. Assim, as Leis decretadas pela Assembleia da República partem de diferentes projetos dos partidos com assento na Assembleia que são debatidos em comissões. A sua conceção é mais de natureza política, porque resultam da discussão e da votação dos grupos parlamentares. Há uma ausência de justificação nessa legislação. Já os Decretos-Lei que emanam do Governo resultam de um estudo encomendado a especialistas convocados para o efeito de elaboração da lei. Trata-se de um grupo de juizes, de advogados, especialistas de Direito, que analisam e debatem as reformulações e que ao propor qualquer alteração expõem os fundamentos jurídicos que estão na génese dos novos diplomas. Logo, é mais frequente nos Decretos-Lei a presença de considerandos de matiz justificativo que possam figurar no preâmbulo da nova legislação.

As alterações da Lei são muitas vezes motivadas por fatores contextuais. Por exemplo, o Código de Processo Civil fez alterações, no final dos anos 70, das leis do divórcio e do direito de família que estão radicadas em alterações sociais que eram relativamente recentes<sup>30</sup>. Mas estas alterações não apresentam segmentos justificativos; o mesmo acontece com as alterações à lei da adoção (Lei 2 de 2016): não têm preâmbulo, baseiam-se

---

<sup>28</sup> Artigos de Adriano Vaz Serra no Boletim do Ministério da Justiça n.º 86 de 1959.

<sup>29</sup> Os textos analisados estão disponíveis na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, em [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis)

<sup>30</sup> Ver a alteração à lei do divórcio (Lei n.º 61/2008); ao regime de comunhão de bens adquiridos (Decreto-Lei 496/77), da união de facto (Lei n.º 7/2001, do casamento homossexual (Decreto da Assembleia da República n.º 9/XI de 2010) em [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis)

na discussão/votação da Assembleia da República. Na revisão do Código de Processo Penal há duas ou três alterações de fundo relacionadas com o direito do ambiente<sup>31</sup>. Refletem aspetos contextuais, nomeadamente o aumento de importância atribuída à preservação da Natureza, do meio ambiente. Mas a reformulação é explicada e justificada apenas por uma necessidade 'técnica', de atualização, uma vez que se tratava de direito processual que na sua base datava de 1929; este diploma apresenta um preâmbulo extenso em 4 partes e com 11 pontos. Mas, em contrapartida, a Lei de Bases do Ambiente, (Lei nº 11/87, alterada pela Lei nº 13/2002) foi revogada pela Lei nº 19/2014. Esta Lei nº 19/2014 de 14 de abril que define as Bases da Política de Ambiente, tem como fórmula introdutória apenas: "*A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:*", ou seja, não tem qualquer preâmbulo, como é típico da legislação decretada pela Assembleia.

Refiro, como exceção, um decreto-lei que apresenta um preâmbulo de dimensões significativas e de cariz argumentativo: trata-se do diploma que regulamenta o Regime jurídico das cláusulas contratuais gerais<sup>32</sup>. Estende-se por uma página, em sete pontos, com argumentação baseada em dados contextuais como se pode observar no ponto 3.:

(31) As sociedades técnicas e industrializadas da atualidade introduziram, contudo, alterações de vulto nos parâmetros tradicionais da liberdade contratual;

ou no ponto 4.:

(32) As cláusulas contratuais gerais surgem como um instituto à sombra da liberdade contratual. A realidade pode, todavia, ser diversa. Motivos de celeridade e de precisão, a existência de monopólios, oligopólios, e outras formas de concertação entre as empresas, [...] tornam viáveis situações abusivas e inconvenientes;

ou ainda no ponto 6:

---

<sup>31</sup> Contemplando a punição dos que incorrerem em ações contra as disposições de preservação de espécies da fauna e flora protegidas, e os que contrariarem as medidas para evitar poluição sonora ou do ar, da água e dos solos.

<sup>32</sup> DL n.º 323/2001, de 17/12 [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=837&tabela=leis&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=837&tabela=leis&so_miolo)

(33) O Código Civil vigente consagra em múltiplas disposições o princípio da boa-fé. Deu-se um passo decisivo no sentido de estimular ou habilitar os tribunais a intervenções relativas ao conteúdo dos contratos, com vista à salvaguarda dos interesses da parte negocialmente mais fraca. [...] Sabe-se, contudo, que o problema das cláusulas contratuais gerais oferece aspectos peculiares<sup>33</sup>.

Este preâmbulo apresenta de facto, com explicitude, os motivos da alteração do diploma legislativo. Mas são raras as leis que incluem explicações no preâmbulo dos seus textos. A presença de segmentos de discurso justificativo parece ser a exceção.

### 3. A concluir

Neste confronto de textos legislativos de duas sincronias diferentes observei que os textos analisados, em ambas as sincronias, constituem exemplo de um género específico, de uma prática discursiva histórica e socioculturalmente determinada. E em relação ao discurso legislativo prescritivo encontramos uma estruturação textual idêntica, o que pode levar a concluir que se trata de uma tradição discursiva específica que se mantém desde os textos medievais até aos modernos. Mas em relação à presença de discurso justificativo observam-se diferenças evidentes.

Procurei focar sobretudo textos do género jurídico legislativo que se afirmam como inovadores em relação a anteriores formulações. No caso dos textos medievais, os novos 'códigos' de legislação régia; nos textos modernos, as revisões de códigos ou a promulgação de novos códigos.

Há uma dimensão de base destes discursos, quer os medievais quer os mais modernos – a de que eles se constituem manifestamente como discursos que partem da instância legisladora e têm como destinatário imediato o aplicador da legislação estabelecida. Os atos legislativos refletem certas preocupações dominantes do legislador e um código deontico que rege as determinações propostas. Mas o contexto é muito diferente.

Vemos que nos textos medievais este discurso legislativo do Estado revela

---

<sup>33</sup>DLn.º 323/2001, de 17/12 [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=837&tabela=leis&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=837&tabela=leis&so_miolo=)

ainda uma necessidade de se afirmar. E uma preocupação de se autolegitimar. Assim, os textos mostram, por um lado, um discurso injuntivo / diretivo que, emanando do poder régio, estabelece com autorizada força disposições legislativas, mas, por outro lado, contém também um insistente discurso argumentativo-justificativo, que previne resistências ou contradiscursos potenciais e que, esporadicamente, reage mesmo a um contradiscurso já efetivado. Este elaborado discurso argumentativo-justificativo projeta estratégias diversificadas que se orientam fundamentalmente para a construção do locutor como fonte deontica particularmente credibilizada.

As dimensões da justificação são mais extensas no texto legislativo medieval. Sobretudo pela necessidade que o poder legislativo sente de se afirmar. No texto moderno, a referência à autoridade de que emana a lei é formular, estereotipada. A maior diferença reside no facto de o texto medieval justificar sistematicamente as normas emitidas também no próprio texto das leis, por regra: há sempre preâmbulos, nos Títulos, nos Livros e mesmo no texto das Leis.

Nas formulações legislativas contemporâneas não há um discurso de legitimação do poder. É menor a dimensão dos segmentos justificativos, que raramente existem e estão frequentemente reduzidos à mera constatação da revogação ou a breves considerações iniciais que enumeram e explicam o que a nova disposição legislativa acrescenta ou substitui. Só por exceção é justificada a reformulação das leis: quase não há preâmbulos nos Códigos e os que existem são de dimensões reduzidas, sempre diminutos em relação à extensão do texto legislativo em que se integram<sup>34</sup>.

Mas, subjacente a estas diferenças entre os discursos legislativos que aqui analisei em confronto, existe uma base justificativa comum: uma legitimação do poder legislativo e judicial como garante do bom funcionamento da justiça e do bem do povo. O discurso legislativo medieval afirma reiteradamente esse propósito e a Constituição da República portuguesa afirma que *“os tribunais são os orgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo”*<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Em flagrante contraste com o observável na estrutura do discurso deliberativo, jurisdicional, em que a um segmento narrativo que relata ‘os factos’ se segue um longo segmento argumentativo com a fundamentação ‘de facto’ (integração na casuística) e com a fundamentação ‘de direito’ (artigos do código, referência às inclinações da jurisprudência, às orientações dos acórdãos, e até à doutrina de fontes e de comentários).

<sup>35</sup> Propósito bem definido nos textos legislativos medievais e na atual constituição da República Portuguesa,



## REFERENCIAS

- Amossy, R. 1999. La notion d'éthos de la rhétorique à l'analyse de discours. In: J-M. Adam; R. Amossy & M. Dascal (Eds.). *Images de soi dans le discours*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 9-30.
- Barros, C. 2010. *Vers es portuguesas da legislaç o de Afonso X Estudo lingu stico-discursivo*. Porto: U. Porto Editorial.
- Barros, C. 2012. Tradição, normatividade e especificidade: estruturação discursiva de textos legislativos medievais. In: *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associaç o Portuguesa de Lingu stica*. Lisboa: APL, 79-97.
- Carapinha, C. 2013. Comunicação e justiça – o texto legislativo. In: *Justiça e Comunicaç o: o di logo (im)poss vel*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 81-113.
- Carapinha, C. 2018. A linguagem jurídica. Contributos para uma caracterização dos Códigos Legais. *Redis, Revista de Estudos do Discurso*. 7: 91-119.
- Carmo, R. (org.) 2012. *Linguagem, Argumentaç o e Decis o Judici ria*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho Homem, A. 2017. *O Rei e a Lei. Estudos de Hist ria Institucional da Idade M dia Portuguesa (1279-1521)*. Porto: U. Porto Editorial.
- Cornu, G. 2005. *Linguistique Juridique*. 3e ed. Paris: Montchrestien.
- Fonseca, J. 2001. *L nguagem e Discurso*. Porto: Porto Editora.
- Gilissen, J. 2016. ( trad.) A. M. Hespanha & L. M. Macaísta Malheiros. *Introduç o hist rica ao direito*. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mattoso, J. 2015. *Identificaç o de um pa s: oposiç o, composiç o: ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Lisboa: Temas e debates.
- Miranda, J. 2004. *As Constituiç es Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituiç o*. 5ª ed. Lisboa: Petrony.
- Wroblewski, J. 1988. Les langages juridiques: une typologie. *Droit et Soci te. Revue Internationale de Th orie du Droit et de Sociologie Juridique*. 8 : 13-26.

## Textos

- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa – Base de Dados Legislativa [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado).
- Diário da República Eletrónico <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34509075/view>

Código Civil Português atualizado. Microsoft Word - CodigoCivil.rtf (igac.gov.pt)

Ferreira, J. de Azevedo 1980. *Alphonse X. Primeyra Partida. dition et tude*. Braga: INIC.

Ferreira, J. de Azevedo 1987. *Afonso X. Foro Real. Ediç o e Estudo Lingu stico*. 2 vols., Lisboa: INIC.

Ferreira, J. de Azevedo (ed.) 1989. *Jacob de Junta. Flores de Direyto. Ediç o, Estudo e Gloss rio*. Braga: INIC.

## Para uma análise semântica de *para* locativo em construções estativas<sup>1</sup>

Fátima Oliveira

[moliv@letras.up.pt](mailto:moliv@letras.up.pt)

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Luís Filipe Cunha

[luisfilipeleitecunha@gmail.com](mailto:luisfilipeleitecunha@gmail.com)

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

António Leal

[jleal@letras.up.pt](mailto:jleal@letras.up.pt)

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Purificação Silvano

[msilvano@letras.up.pt](mailto:msilvano@letras.up.pt)

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Fátima Silva

[mhenri@letras.up.pt](mailto:mhenri@letras.up.pt)

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Idalina Ferreira

[idalinaferreira9@gmail.com](mailto:idalinaferreira9@gmail.com)

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT - UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

Para a Professora Ana Maria Brito, com muita estima e consideração.

ABSTRACT.

In this paper, we put forward a semantic analysis of constructions of prepositional phrases introduced by the preposition *para* with a locative meaning combined with the verbs *ser*, *estar* and *ficar*. In this proposal, we characterise these constructions regarding the properties individual-level/ stage-level, modal reading, and vagueness of the location, as well as restrictions imposed on the subject related to some lexical semantic features, in particular [movable] and [animated] features. Additionally, we contrast these constructions to the ones introduced by the preposition *em* (typically locative), revealing to what extent they differ from each other.

KEYWORDS.

preposition *para*; predicative verbs; location; semantics

RESUMO.

Neste trabalho, propõe-se uma análise semântica das construções que envolvem sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *para* com valor locativo combinados com os verbos *ser*, *estar* e *ficar*. Na proposta, estas construções são caracterizadas tendo em consideração as propriedades *individual-level/ stage-level*, leitura modal, vaguidade da localização, assim como restrições impostas ao sujeito das predicções no que concerne a algumas propriedades semânticas lexicais, em particular os traços [movível] e [animado]. Estabelece-se ainda um contraste com as construções em que os referidos verbos ocorrem com a preposição *em* (tipicamente locativa), mostrando em que medida estas construções com *em* e com *para* se distinguem.

PALAVRAS-CHAVE.

preposição *para*; verbos predicativos; localização; semântica

## 1. Introdução

Nas línguas naturais, as preposições com significado espacial são normalmente divididas em dois grupos: as preposições locativas e as preposições direcionais. As preposições locativas localizam uma entidade (designada muitas vezes por *Figure*) relativamente a outra entidade (tipicamente designada como objeto de referência ou *Ground* (cf. e.g. Talmy 1985), que corresponde ao local onde algo está. Por seu lado, as preposições direcionais ocorrem normalmente associadas a um verbo ou um nome que expressa movimento ou direção (cf. e.g. Zwarts & Winter 2000) e correspondem a percursos (para onde algo está a ir). Assim, em

(1), *em* contribui para a localização da entidade denotada por “o rapaz” (*Figure*) numa localização denotada por “o jardim” (*Ground*). Já em (2), “até a” expressa a direção em que segue a entidade denotada por “o rapaz” referindo a localização dessa entidade no final do evento denotado pelo predicado projetado pelo verbo *ir*.

- (1) O rapaz está no jardim.
- (2) O rapaz foi até ao jardim.

A distinção entre preposições com valor locativo e preposições com valor direcional baseia-se sobretudo no significado das próprias preposições<sup>2</sup>, mas há também testes que permitem fundamentar esta divisão. Uma forma comumente usada para distinguir os dois tipos de preposições é a possibilidade de ocorrência dos respetivos SPs em construções predicativas: as preposições locativas podem ocorrer em predicados com verbos copulativos, mas as direcionais, não. Deste modo, (3) mostra que apenas *em* pode coocorrer com o verbo *estar*, pelo que é classificada como preposição locativa; por seu lado, *a* não pode ocorrer no mesmo contexto verbal, mas apenas com verbos como *ir*, que expressa eventos, pelo que *a* se inclui no grupo das preposições direcionais.

- (3) O rapaz está {*em* / \**a*} casa. (cf. *O rapaz foi a casa.*)

Embora haja uma correlação entre preposições locativas e predicções estativas e entre preposições direcionais e predicções eventivas, esta correlação nem sempre se verifica. Uma das exceções surge com a utilização, em certos contextos, de preposições locativas na descrição de situações eventivas. Por exemplo, em Inglês<sup>3</sup>, as preposições locativas *in* e *on* podem ser usadas em combinação com verbos de movimento denotando eventos, como em (4), expressando, não a localização do evento na sua globalidade, mas antes um percurso curto que termina, no caso de (4), no quarto<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Como refere Helmantel (1998: 361), “an often found distinction is the one between locative prepositions (like *in* and *above*) and directional prepositions (like *through* and *to*). This dichotomy is often made on a merely intuitive basis”.

<sup>3</sup> O mesmo padrão ocorre em outras línguas, como, por exemplo, o Neerlandês (cf. Gerkhe 2007) ou o Francês (cf. Kopecka, 2009).

<sup>4</sup> “In the room” tem também a leitura de localização do evento (todo o evento denotado por “walk” e que

(4) John walked in the room. (Beavers, Levin & Tham 2010:363)

O mesmo se passa em algumas variedades do Português (e.g. Português de Angola ou de Moçambique e Português do Brasil). Efetivamente, a preposição *em* pode combinar-se com verbos de movimento e denotar o destino final de um percurso. (5) ilustra um destes casos, em Português do Brasil, com um SP encabeçado por *em* a introduzir o Destino numa predicação com o verbo eventivo *chegar*.

(5) O diretor chegou na repartição no horário combinado. (Vieira 2009: 427)

Já a ocorrência de preposições direcionais em contextos estativos é, aparentemente, menos frequente. Por exemplo, em frases como (6), a preposição “*across*”, que tipicamente denota destinos em predicções de movimento, é interpretada como a localização da entidade denotada por “*the car*” em (7).

(6) John walked across the street.

(7) The car is across the street (from here). (Zwarts 2005: 741)

O exemplo (7) mostra também que usar-se a coocorrência das preposições com verbos predicativos como diagnóstico para a distinção entre preposições locativas e direcionais é problemático, na medida em que *across* é classificada como preposição direcional, mas (7) é um contexto em que só poderiam, em princípio, ocorrer preposições locativas<sup>5</sup>.

Este mesmo padrão também se verifica em Português Europeu, com a preposição *para*. Esta preposição é classificada na literatura como direcional (tal como *a* e *at* ), especificando um destino, ou seja, o ponto final de um percurso num evento de movimento cf. e.g. Bechara 1999; Costa 2014; Cunha & Cintra 1984; Leal & Oliveira 2008; Leal, Oliveira & Silvano 2018a; Leal, Oliveira & Silvano 2018b; Raposo & Xavier 2013; Ferreira & Basso 2019). Assim, em (8), a localização introduzida por *para* é interpretada

---

envolve a entidade denotada por “John” se localiza “in the room”), leitura esta que, na presente discussão, não é relevante.

<sup>5</sup> Casos como o de *across* em (7) são tratados na literatura como envolvendo uma operação semântica em que se toma um percurso e se foca apenas a sua parte final (cf. Cresswell 1978; Zwarts 2005).

como o ponto final do movimento da entidade denotada por “o rapaz”, de forma semelhante ao que acontece com a locução *at a*.

- (8) a. O rapaz caminhou {para a escola / até à escola}.
- b. O rapaz foi {para a escola / até à escola}.

Contudo, em (9), quando combinados com verbos que expressam estados, os SP introduzidos por *para* apresentam, não uma interpretação direcional, mas uma interpretação locativa, estática. Nestes casos, a preposição *para* pode ser alternada com a preposição *em*, mantendo essa interpretação geral locativa, embora com alterações de significado mais específicas, que serão mais à frente ilustradas.

- (9) a. O rapaz está {para a escola / na escola}.
- b. O rapaz mora {para a Boavista / na Boavista}.

Este valor locativo de *para* tem sido pouco tratado na literatura, quer em trabalhos de natureza gramatical ou descritiva (Bechara, 1999; Raposo & Xavier, 2013), quer em trabalhos de natureza teórica (cf. e.g., Costa, 2014). Pelo contrário, apenas se encontram referências vagas a construções que envolvem *para* locativo. Em termos gerais, refere-se que *para*, nestas construções de localização, denota um lugar *onde* (Bechara 1999: 317), associado a uma falta de certeza sobre a localização exata de *Figure* (Raposo & Xavier 2013, 1543) ou de distanciamento relativamente à validação do estado de coisas associado à relação predicativa (Costa 2014: 149). De assinalar ainda que esta leitura é normalmente associada à coocorrência do advérbio *l* e da expressão *para os lados de* (Raposo & Xavier 2013: 1543).

Contudo, estas referências não dão conta da complexidade subjacente às construções de *para* locativo. Vejamos alguns exemplos disso mesmo. Em primeiro lugar, a localização expressa por *para* apresenta diferenças quando comparada com a que ocorre com a preposição (mais comum) *em*, pelo que é redutor dizer-se apenas que *para* locativo denota um lugar *onde*. Por exemplo, embora ambas as frases em (10) localizem a entidade denotada pelo sujeito da frase, apenas em (10a) as condições de verdade da frase impõem que a entidade denotada pelo sujeito se encontre no interior

do espaço denotado por “a Boavista”; já em (10b), a localização da entidade denotada por “o João” poderá ser no interior dessa mesma região<sup>6</sup> ou numa região próxima.

- (10) a. O João está na Boavista.  
b. O João está para a Boavista.

Por outro lado, nem sempre *para* locativo corresponde a alguma falta de certeza ou a algum distanciamento relativamente à localização de *Figure*; veja-se, por exemplo, (11), em que não existe tal interpretação na resposta do falante B.

- (11) A: Onde estás?  
B: Estou para a Boavista.

Finalmente, dizer-se que a ocorrência de *para* locativo está normalmente associada à coocorrência de expressões locativas como *l* ou *os lados de* não esclarece sobre, por exemplo, as condições que obrigam, ou não, a esta coocorrência. Por exemplo, em (12a), o surgimento de *para* locativo está dependente da coocorrência de alguma dessas expressões locativas, mas em (12b), não.

- (12) a. Isto passa-se {lá para / para os lados de/ \* para} os Emirados Árabes.  
(CETEMPúblico, *par=ext24977-nd-95b-1*, exemplo adaptado)  
b. Os homens estão {lá para / para os lados de/ para} o Canadá.  
(CETEMPúblico, *par=ext1528147-soc-92a-2*, exemplo adaptado)

O presente trabalho pretende assim ser um contributo para uma melhor caracterização das construções de *para* locativo em Português Europeu. Neste sentido, propomo-nos descrever as possibilidades de combinação de *para* locativo com diferentes verbos predicativos – *ser*, *estar* e *ficar* sem expressões locativas, como *l* ou *os lados de*, assim como analisar as leituras que são licenciadas e apontar as restrições que se verificam relativamente

---

<sup>6</sup> Estamos a usar o termo *região* como conjunto de pontos contíguos, tal como definido em Rothstein (2020: 619-620).



ao tipo de sujeito da predicação<sup>7</sup>. Nas próximas secções, analisaremos as combinações de *para* com *estar*, depois, com *ficar* e, finalmente, com *ser*. Terminaremos com algumas considerações gerais.

## 2. *Estar* + *para* locativo como predicativo do sujeito

As construções *estar* + *para* com valor locativo, tal como as restantes construções estudadas neste trabalho, funcionam como localizadores para as entidades que ocorrem na posição de sujeito (cf. (13)-(14)).

(13) Da família de Elvira, só o marido, pescador, escapou com vida, porque «estava para o mar». (CETEMPúblico, *par* = ext717789-nd-97b-2).

(14) A maioria do pessoal emigrou, está para França, e outros foram para Lisboa. (CETEMPúblico, *par* = ext1178033-pol-98b-2)

Em termos aspetuais, esta construção manifesta as propriedades características dos estativos (cf. Vendler, 1967; Dowty, 1979; Moens, 1987; Cunha, 2004, 2013). Assim, e a título de exemplo, observamos que *estar* + *para* locativo, quando combinado com o Presente do Indicativo, recebe preferencialmente uma interpretação de presente real, i.e., uma leitura puramente temporal e não de habitualidade, que é a leitura mais comum com eventos (cf. (15)). Além disso, quando surge no contexto de subordinadas temporais introduzidas por *quando*, mesmo no Pretérito Perfeito, privilegia uma relação de sobreposição ou de inclusão com as eventualidades que ocorrem na frase principal e não de sucessividade, como acontece com a generalidade dos eventos (cf. (16)):

(15) João aprendeu a encadernar e ainda está para Lisboa (neste momento / # habitualmente). (CETEMPúblico, *par* = ext1337634-nd-98b-2, exemplo adaptado)

---

<sup>7</sup> Para uma revisão dos valores veiculados por estes verbos quando combinados com sintagmas preposicionais de valor locativo introduzidos por “em”, veja-se Morgado & Brito (2020), onde também são descritas as construções equivalentes em Língua Gestual Portuguesa.

(16) Quando {estive / estava} para França, o João estudou na Sorbonne. (leitura de inclusão)

Verificamos, igualmente, que esta estrutura dá conta de estados de natureza *stage-level*, uma vez que remete para a expressão de porções espaciotemporalmente bem delimitadas dos indivíduos a que se aplica (cf. e.g. Kratzer, 1995). Nessa medida, é perfeitamente compatível com orações ou com adverbiais que, de uma forma ou de outra, apontam para algum tipo de demarcação temporal (cf. (17)-(18)):

(17) A Maria está para o escritório, mas deve voltar daqui a meia hora.

(18) Ontem, os pescadores estiveram para o mar, mas já regressaram.

Tendencialmente, a estrutura *estar + para* locativo surge com sujeitos que manifestam o traço [+animado] (cf. (19)-(20)). No entanto, não se trata de uma condição obrigatória, já que é perfeitamente possível encontrar exemplos em que ocorrem sujeitos [-animados] (cf. (21)-(22)).

(19) Mas Machado de Castro está para Mafra, a esculpir para enriquecer de peças a grande obra do convento. (CETEMPúblico, *par* = ext676328-nd-92b-2)

(20) O meu cão está para o jardim.

(21) Um elemento ligado à presidência do serviço adiantou, no entanto, que «os resultados ainda estão para o ministério» e que deverão ser conhecidos até ao próximo dia 15 deste mês. (CETEMPúblico, *par* = ext743546-soc-92a-2)

(22) A sonda está para Plutão.

Isto não significa, porém, que *estar + para* locativo não apresente restrições combinatórias no que diz respeito ao tipo de sujeitos com que coocorre. Na verdade, não parece poder surgir com sujeitos que manifestam o traço [-movível], como ilustram os seguintes contrastes (23)/(24) e (25)/(26):

(23) O meu cão está para o jardim.

(24) \* A minha tília está para o jardim.

(25) O táxi do João está para a baixa.

(26) \* A casa do João está para a baixa.

Com o objetivo de dar conta desta restrição, colocamos a hipótese de que *estar + para* locativo tem associada uma inferência de movimento prévio, sendo a localização veiculada pelo SP introduzido por *para* o ponto de chegada desse movimento. Ou seja, ao asserirmos uma proposição como “O João está para a escola”, estamos, de alguma forma, a inferir um evento anterior de “O João ir para a escola”. Ora, para que um evento que suponha movimento possa ocorrer, é forçoso que o sujeito que nele participa possa percorrer uma dada trajetória, i.e., que exiba o traço [+movível]. Assim, e dada a inferência do movimento prévio, poderíamos explicar a anomalia associada a exemplos como (24) ou (26), em que, devido às características dos sujeitos envolvidos, um evento anterior denotando movimento não seria de todo possível.

De algum modo relacionada com esta caracterização, encontramos uma outra propriedade que parece acompanhar este género de construções. Referimo-nos ao facto de a localização por elas descrita ser, tipicamente, encarada como temporária ou transitória (cf. Raposo, 2013). Comparem-se os exemplos (27)-(28), em que (27) claramente explicita uma localização temporária, enquanto (28) parece pouco aceitável, dado que a própria predicação remete para uma localização duradoura.

(27) O meu carro está para a oficina (enquanto está a ser arranjado).

(28) ?? O meu carro está para a sucata. (cf. *est na sucata*)

Encontrando-se associada a um dado movimento prévio que, por norma, supõe algum tipo de dinamismo, parece existir a tendência de encarar a localização expressa por *estar + para* como uma propriedade temporária ou transitória, o que, aliás, se coaduna perfeitamente com o facto de estarmos perante estados de natureza *stage-level* que, como referimos, dão conta de porções espaciotemporalmente delimitadas de indivíduos.

Estas construções parecem funcionar melhor quando a localização feita pelo SP com *para* é, de alguma forma, uma localização que não corresponde àquela que, prototípica ou frequentemente, atribuímos à entidade em questão, como se pode ver em (29-32).

(29) \* O carro está para a garagem de minha casa.

(30) O carro está para a oficina do Sr. João.

(31) \* Os livros estão para a estante.

(32) Os livros estão para o hall de entrada.

A preferência por frases como as de (30) e (32), face a uma certa rejeição em relação a frases como as de (29) e (31), parece dever-se ao facto de que, no primeiro par de exemplos, estamos perante localizações não típicas das entidades referidas, logo encaradas como estando associadas a uma duração mais transitória quando comparadas com as localizações típicas (concebidas como decorrendo em intervalos de duração mais prolongada) do segundo par de exemplos. Por outras palavras, um carro costuma estar na garagem da casa do dono, mas não na oficina; um livro costuma estar na estante, mas não no hall de entrada.

É importante referir ainda que, em certos contextos – e mesmo quando algumas das propriedades acima enunciadas não se verificam –, a estrutura *estar + para* locativo pode envolver algum tipo de imprecisão ou de vaguidade. A imprecisão associada a *estar + para* pode manifestar-se de duas formas distintas. Em primeiro lugar, podemos encontrar estruturas em que se observa uma certa imprecisão no que respeita à própria localização do sujeito. Uma frase como (33) pode ser interpretada como significando que o João está na região da escola. Em casos como este, é a localização que nos é apresentada de uma forma vaga ou imprecisa.<sup>8</sup>

(33) O João está para a escola.

No entanto, a imprecisão associada a *estar + para* locativo pode ser de natureza modal, remetendo para um certo grau de incerteza no que se refere ao conhecimento por parte do locutor. Em determinadas condições, *estar + para* parece funcionar como um operador de modalidade epistémica (de alguma forma sugerido em Costa, 2014). Se um dado locutor declara que

---

<sup>8</sup> Esta interpretação não é surpreendente, na medida em que, de uma certa forma, parece poder acomodar-se perfeitamente às observações de Leal & Oliveira (2015) ou de Leal, Oliveira & Silvano (2018) sobre a preposição *para* no contexto de verbos de movimento, nomeadamente quando sublinham que *para* determina a relação de ordenação na escala projetada pelo verbo e não necessariamente um ponto Alvo terminal, podendo, nesse sentido, estabelecer a direcionalidade, mas não obrigatoriamente a fronteira final dessa escala.

“O João está para o quintal”, ele pode simplesmente estar a afirmar que é bastante provável que o João esteja no quintal, sugerindo que há um certo grau de incerteza quanto à verdade do que está a dizer; por outras palavras, não assume integralmente a veracidade da afirmação produzida.

Apesar de descrever igualmente estados de tipo *stage-level*, a construção equivalente com a preposição *em* revela-se muito menos restritiva; em particular, *estar + em* locativo (i) pode ocorrer com sujeitos ostentando o traço [-movível] (cf. (35), por oposição a (34)); (ii) não está sujeita à restrição relativa à localização temporária das entidades (muito embora, tratando-se de um estado de natureza *stage-level*, a eventualidade em si continue a ser encarada como espaciotemporalmente delimitada (cf. (37), por oposição a (36)); e (iii) pode exprimir uma localização típica (cf. (39), por oposição a (38)):

(34) \* Os semáforos estão para o cruzamento da avenida.

(35) Os semáforos estão no cruzamento da avenida.

(36) O meu carro está para a oficina.

(37) O meu carro está na oficina.

(38) ??? O meu carro está para a sucata.

(39) O meu carro está na sucata.

Finalmente, e ao contrário do que observámos para as suas equivalentes com *para*, as construções com *estar + em* locativo não manifestam qualquer tipo de imprecisão ou de vaguidade: se alguém afirma (40), parece ser obrigatório concluir-se que o João está no espaço ocupado pelo complexo escolar, não sendo, por conseguinte, admitidas leituras em que apenas se encontra numa região próxima da região escola.

(40) O João está na escola.

Também a interpretação modal epistémica em que o locutor exprime incerteza ou não se compromete totalmente com a veracidade da proposição asserida parece estar excluída nestes casos: quando alguém afirma (41), a proposição é tipicamente tomada como verdadeira, não se encontrando sujeita a efeitos modais.

(41) O João está no quintal.

### 3. *Ficar* + *para* locativo como predicativo do sujeito

A construção *ficar* + *para*<sup>9</sup> corresponde, tal como a de *estar* + *para*, à expressão de estados (cf. e.g. a leitura de presente real do presente do indicativo no exemplo (42)), funcionando também como forma de localização das entidades denotadas pelo sujeito da frase.

(42) A Casa da Música fica para a Boavista.

Contudo, *ficar* + *para* apresenta uma série de características que parecem ser o reverso das da construção *estar* + *para*. Assim, e ao contrário do que se passa com *estar* + *para*, as construções de *ficar* + *para* não têm associada a informação de que a localização é temporária (cf. (43)).

(43) \* O Tomás fica para o quarto (a estudar). (cf. *O Tomás est para o quarto.*)

Pelo contrário, a localização expressa por *ficar* + *para* é tida como uma propriedade duradoura, o que aponta para uma classificação destas construções como estados de natureza *individual-level*, o que explica o motivo de, por exemplo, não poderem ocorrer no escopo de expressões de quantificação, como *sempre que* ou *todas as vezes que* (cf. (44)), nem de surgirem no contexto de leituras de habitualidade (cf. (45)).

(44) \* Sempre que a Casa da Música fica para a Boavista, tem mais espetadores a assistir aos concertos.

(45) \* A Casa da Música fica habitualmente para a Boavista.

---

<sup>9</sup> Sublinhe-se que, tal como referido, e.g., por Cunha (2004) ou por Rebouças (2019), em contexto predicativo, *ficar* tanto pode surgir em configurações puramente estativas (cf. (i)), quanto em estruturas eventivas que tenham claramente um estado resultativo (no caso, culminações; cf. (ii)). Quando ocorre com *para* locativo, contudo, apenas uma interpretação estativa parece ser licenciada (veja-se o contraste entre (iii) e (iv)).

(i) Durante vários séculos, o vulcão ficou inativo.

(ii) Ontem às cinco da tarde / Quando lhe assaltaram a casa, o João ficou furioso.

(iii) Durante muitos anos, e até se mudar para o novo edifício, a Faculdade de Engenharia ficava para Cedofeita.

(iv) \*Ontem às cinco da tarde / quando abriu as portas, a Faculdade de Engenharia ficou para Cedofeita.

Um outro aspeto que distingue *estar + para* de *ficar + para* prende-se com o facto de, no segundo caso, a restrição sobre a entidade denotada pelo sujeito corresponder ao traço [- movível]. Assim, (46) e (47) são combinações possíveis, dado que, em ambos os casos, o sujeito denota lugares, entidades que, por natureza, não são movíveis. Pelo contrário, em (48) e (49), o sujeito denota entidades movíveis (“cão”, “dossiê”), pelo que a sua localização não pode ser feita com *ficar + para*, mas apenas com *estar + para*.

(46) Essa fábrica fica para os arredores da cidade.

(47) Caminha fica para o Norte.

(48) \* O meu cão fica para o jardim. (cf. *O meu c o est para o jardim.*)

(49) \* Os dossiês ficam para os arrumos. (cf. *Os dossi s est o para os arrumos.*)

Esta restrição sobre o tipo de sujeito nas estruturas com *ficar + para* está associada à não existência, nestas construções, de uma inferência de movimento prévio semelhante à que se verifica com *estar + para*. Efetivamente, ao dizer-se uma frase como (42), aqui repetida como (50), não se infere qualquer evento anterior de “a Casa da Música ir para a Boavista”, tal como acontece em (51), em que se infere o evento anterior de “o Tomás ir para o quarto”.

(50) A Casa da Música fica para a Boavista.

(51) O Tomás está para o quarto.

Por último, as construções com *ficar + para* também estão associadas a algum tipo de imprecisão ou vaguidade, de forma semelhante, embora não completamente idêntica, à que encontramos nas construções com *estar + para*. Efetivamente, numa frase como (50), afirma-se que a localização da entidade denotada por “a Casa da Música” se situa na região que corresponde a “Boavista”, mas também numa região próxima desta, pelo que, neste aspeto, é equivalente à construção com *estar + para*. Por isso, uma frase como (52) é possível, embora as ruínas de Conimbriga se situem a alguns quilómetros de Coimbra.

(52) As ruínas de Conimbriga ficam para Coimbra.

Contudo, contrariamente ao que se verifica em *estar + para*, a combinação *ficar + para* não tem associado qualquer tipo de imprecisão de natureza modal. Deste modo, ao afirmar-se (50), não existe incerteza quanto à verdade do que se está a asserir, ou seja, o locutor assume a veracidade da afirmação produzida.

Por fim, importa salientar que, tal como se verificou em relação a *estar + para*, também a estrutura *ficar + para* apresenta bastantes mais restrições do que a correspondente construção locativa com a preposição *em*. Assim, *ficar + em* admite não só sujeitos [-movíveis] (cf. (53)), mas também [+movíveis] (cf. (54)). Para além disso, as construções com *ficar + em* não apresentam as leituras de imprecisão ou vaguidade que associamos a *ficar + para*, pelo que, por exemplo, a proposição expressa em (53), que é verdadeira, não equivale à de (55), que é falsa, mas antes à de (56).

(53) A Casa da Música fica na Boavista.

(54) Os carros elétricos ficam no edifício da recolha de Massarelos. (cf. \* Os carros elétricos ficam para o edifício da recolha de Massarelos.)

(55) As ruínas de Conimbriga ficam em Coimbra.

(56) As ruínas de Conimbriga ficam perto de Coimbra.

Por fim, importa observar que, ao contrário do que sucede com *ficar + para*, *ficar + em* pode, em contextos adequados, integrar interpretações de cariz eventivo com estado resultante associado, i.e., manifestar o comportamento típico das culminações, como o contraste entre (57) e (58) deixa bem claro, em que o adverbial “às nove da manhã” em (58) marca a transição para o estado resultante:

(57) \* {Ontem às nove da manhã / quando cheguei à rotunda}, a Casa da Música ficou para a Boavista.

(58) {Ontem às nove da manhã / quando o deixei na escola}, o João ficou no recreio.

#### 4. *Ser + para* locativo como predicativo do sujeito



A construção *ser + para* exprime estados e uma forma de localização das entidades denotadas pelo sujeito, tal como as construções já analisadas *estar + para* e *ficar + para*. Veja-se o exemplo (59).

(59) A Casa da Música é para a Boavista.

Apesar destas duas propriedades comuns, a construção *ser + para* tem características que a aproximam mais de *ficar + para* do que de *estar + para*, dado que também se comporta como um predicado de *individual-level* em que a localização da entidade em posição de sujeito tem de ser estável, isto é, não temporária, e a entidade deve ser não móvel. Esta caracterização é essencial para permitir que se possa associar tanto a *ser + para* como a *ficar + para* uma interpretação próxima de um predicado *individual-level*, dado que, sem essas características, estaríamos perante um predicado *stage-level*. O exemplo (60) ilustra estas observações.

(60) Eu sou de Viana e para mim Lisboa é para o sul. (<https://www.reddit.com>)

Dado que a entidade relevante não é móvel ou não pode ter uma localização facilmente alterada, também não pode ter o traço [+animado], tal como se verifica em (61)-(62).

(61) \* O Tomás é para o quarto.

(62) \* O meu cão é para o jardim.

*Ser + para* assemelha-se também a *ficar + para* e diverge de *estar + para* no sentido de não haver uma inferência de movimento prévio, como se pode verificar em (63).

(63) O clube nocturno mais próximo é o Whitehorse, que é para o sul... (<https://www.publico.pt/1999/11/29/jornal/dinheiro-perigoso-127177>)

No que se refere à localização imprecisa ou vaga, *ser + para* comporta-se como *ficar + para* e *estar + para*. No entanto, o efeito modal de natureza epistémica associado a *estar + para* não se verifica nas outras duas estruturas,

o que é compreensível, porque *estar + para* é a única construção que se comporta como um predicado *stage-level*, permitindo que a sua localização possa não ser conhecida por ser temporária.

Dado que *ser + para* e *ficar + para* são semelhantes quanto aos traços e características apresentados, coloca-se a questão de saber se estas duas estruturas são equivalentes na sua interpretação locativa ou se há alguma diferença entre elas. Para a interpretação locativa, como já se disse, o traço [-movível] é essencial. No entanto, a construção com o verbo *ser* admite, excepcionalmente, sujeitos animados em que a construção adquire uma leitura próxima de finalidade (cf. (64)) e admite também sujeitos menos animados, mas movíveis, embora alterando a sua interpretação para percurso posterior, assemelhando-se a *vai para + locativo*, o que não é possível com *ficar + para* (cf. (67)-(68)) em contraste com (65)-(66). Esta diferença pode indiciar que *ficar* é fundamentalmente locativo, tal como *estar*<sup>10</sup>; *ser*, nestas construções, parece ser neutro relativamente à localização, permitindo assim que o valor da preposição se sobreponha.

(64) O jogador A é para o ataque.

(65) # O livro é para a estante. (leitura locativa)

(66) # O comboio é para Faro. (leitura locativa)

(67) \* O livro fica para a estante.

(68) \* O comboio fica para Faro.

O comportamento de *ser* com *para* locativo com função predicativa parece ser praticamente idêntico ao das estruturas equivalentes em que intervém *em*. Com efeito, para além de manter características de predicado de *individual-level*, só pode ocorrer com nomes não animados e não movíveis (cf. (69)-(72)). Além disso, tal como com os outros verbos, a localização não é vaga com a preposição *em* e também não apresenta qualquer efeito modal (cf. (71) e (72)). No entanto, verifica-se que *ser + em*, em virtude da preposição de localização estrita, não admite qualquer percurso. No caso de (76), por se assumir que se trata de um lugar típico, parece que a localização constitui ou é apresentada como uma propriedade

---

<sup>10</sup> Esta propriedade poderá ter a ver com o facto de este verbo, tal como *ficar*, ter uma natureza locativa (cf. Raposo, 2013: 1330)

do livro, ao contrário do que se passa em (75) relativamente ao comboio e à sua localização em Faro.

- (69) Caminha é para o Norte.
- (70) Caminha é no Norte.
- (71) O pátio é para as traseiras da casa.
- (72) O pátio é nas traseiras da casa.
- (73) \* O meu cão é para a casota.
- (74) \* O meu cão é na casota.
- (75) \*O comboio é em Faro.
- (76) O livro é na estante.

Quando *ser* se pode combinar com *para* ou com *em*, parece que a preposição é determinante para o tipo de localização que é feita, divergindo quanto a uma localização precisa em contraste com uma localização imprecisa. Tal faz supor que se trata de localizações de natureza diferente. Enquanto com a preposição *em* a localização é constituída pelo espaço ocupado pelo *Ground*, com *para* locativo a região a considerar pode incluir a localização do *Ground*, mas é mais vasta, tal como se verifica com os verbos *estar* e *ficar*.

Em síntese, apresenta-se, nas tabelas 1 e 2, os resultados fundamentais da análise das construções dos verbos *estar*, *ficar* e *ser* com as preposições *para* e *em* com leitura locativa.

TABELA 1 - *Para* locativo

	<i>estar + para</i>	<i>ficar + para</i>	<i>ser + para</i>
<b>SU-restrições</b>			
animado	+/-	-	-
movível	+	-	-
<b>Propriedades</b>			
<i>stage level</i>	+	-	-
localização vaga	+	+	+
efeito modal de incerteza	+	-	-

TABELA 2 - *Em* locativo

	<i>estar + em</i>	<i>ficar + em</i>	<i>ser + em</i>
<b>SU-restrições</b>			
animado	+/-	+/-	-
movível	+/-	+/-	-
<b>Propriedades</b>			
<i>stage level</i>	+	-	-
localização vaga	-	-	-
efeito modal de incerteza	-	-	-

## 5. Considerações finais

No presente trabalho discutimos as propriedades semânticas fundamentais de construções estativas com função locativa em que ocorrem sintagmas preposicionais encabeçados pela preposição *para*, especificamente as introduzidas pelos verbos *estar*, *ficar* e *ser*, que, ao contrário daquelas em que *para* assume um valor direcional, não têm recebido grande atenção na literatura.

Embora em todos os casos estejamos face a construções estativas, observamos que *estar + para* contrasta com as restantes estruturas na medida em que, por um lado, dá conta de estados de tipo *stage-level*, contrariamente a *ficar* e a *ser*, que remetem para estados de natureza *individual-level*, e, por outro, apenas aceita sujeitos com o traço [+movível], enquanto *ficar* e *ser* ocorrem tipicamente com sujeitos que manifestam o traço [-movível]. De notar, no entanto, que, no caso de *ser + para*, se podem observar estruturas com sujeitos [+movíveis], cuja interpretação permite leituras próximas das de finalidade ou em que *para* parece preservar o seu significado básico de direcionalidade.

Uma outra propriedade que distingue as construções com *estar + para* prende-se com a associação a uma inferência de movimento prévio, o que justificaria o seu carácter temporário ou transitório, face à natureza duradoura das estruturas correspondentes com *ficar* e com *ser*.

Existe, no entanto, uma característica comum a todas estas construções:

a expressão de uma certa vaguidade ou imprecisão no que respeita à localização das entidades envolvidas. No caso de *estar + para*, e por se tratar de um predicado *stage-level*, essa imprecisão pode estender-se ao grau de certeza atribuído à proposição, dando origem a efeitos modais de natureza epistémica.

Finalmente, *ficar* e *estar* diferem de *ser* na medida em que se revelam estruturas eminentemente locativas, ao passo que *ser* dá origem a interpretações mais neutras, no sentido em que, em circunstâncias adequadas, pode também atribuir propriedades às entidades com que coocorre.

A comparação destas estruturas com *para* com as equivalentes com *em* revela que as primeiras são, no geral, mais restritivas, impondo condições de licenciamento por vezes bastante limitativas, seja ao nível dos traços que caracterizam as entidades que ocupam a posição de sujeito, seja em termos do tipo de localização realizada.

A complexidade destas construções envolve outros aspetos não tratados neste estudo preliminar, como seja a sua combinação com advérbias de localização espacial, precisa ou não, e também a sua interação com advérbias de localização temporal, que serão objeto de investigação futura.

## REFERÊNCIAS

- Beavers, J., Levin, B. & Wei Tham, S. 2010. The typology of motion expressions revisited. *Journal of Linguistics*. 46(2): 331-377. doi:10.1017/S0022226709990272
- Bechara, E. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (37.ª edição).
- Costa, M.L. 2014. *Os valores semânticos das preposições a, até e para em Português Europeu. Trajetórias, fronteiras, telicidade e topologia*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Cresswell, M. J. 1978. Prepositions and points of view. *Linguistics and Philosophy*. 2: 1-41.
- Cunha, C. & Cintra, L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Cunha, L. F. 2004. *Semântica das preposições estativas: para uma caracterização aspetual dos estados*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Cunha, L. F. 2013. Aspeto. In: E. P. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 585-622.
- Dowty, D. 1979. *Word meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Reidel Publishing Company.
- Ferreira, T. & Basso, R. 2019. Preposições de ALVO no português brasileiro: uma comparação entre ‘para’ e ‘até’. *Revista Linguística*. 15(3): 43-68.
- Gehrke, B. 2007. Putting path in place. In: E. Puig-Waldmüller (Ed.). *Sinn und Bedeutung* 11. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 244-260.
- Helmantel, M. 1998. Simplex adpositions and vectors. *Linguistic Review*. 15 : 361-388.
- Kopecka, A. 2009. L’expression du déplacement en français : L’interaction des facteurs sémantiques, aspectuels et pragmatiques dans la construction du sens spatial. *Langages*. 173: 54-77.
- Kratzer, A. 1995. Stage-level and individual-level predicates. In: G. Carlson & F. Pelletier (Eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 125-175.
- Leal, A. & Oliveira, F. 2008. Subtipos de verbos de movimento e classes aspectuais. In: M. Lobo & M. A. Coutinho (Orgs.). *Atas do XXIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, 287-298.
- Leal, A., Oliveira, F. & Silvano, P. 2018a. Movimento ascendente e descendente em Português Europeu: os casos dos verbos “subir” e “descer”. In: F. Oliveira, A.

- Leal, F. Silva & P. Silvano (Eds.). *Para Escalar Lopes: Estudos de Linguística*. Porto: Afrontamento, 99-114.
- Leal, A., Oliveira, F. & Silvano, P. 2018b. Path Scales: Directed-Motion Verbs, Prepositions and Telicity in European Portuguese. In: D. Ayoun, A. Celle & L. Lansari (Eds.). *Tense, Aspect, Modality and Evidentiality: Cross-linguistic perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 333-354.
- Moens, M. 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Edimburgo.
- Morgado, C. & Brito, A. M. 2020. Verbos copulativos com locativos em Português Europeu e em Língua Gestual Portuguesa. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. 7: 242-262.
- Raposo, E.P. 2013. Orações copulativas e predicções secundárias. In: E. Raposo, M.F. Nascimento, M.A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português*, Vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1285 -1354.
- Raposo, E.P. & Xavier, M. F. 2013. Preposição e sintagma preposicional. In: E. Raposo, M.F. Nascimento, M.A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.). *Gramática do Português*, Vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1497-1568.
- Rebouças, R. 2019. *Sobre o verbo ficar em construções progressivas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Rothstein, S. 2020. Locations. *Journal of Semantics*. 37: 611-649. doi:10.1093/jos/ffaa007
- Talmy, L. 1985. Lexicalization patterns: Semantic structures in lexical forms. In: T. Shopen (Ed.). *Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 56-149.
- Vendler, Z. 1967. *Linguistics in Philosophy*. New York: Cornell University Press.
- Vieira, M. J. 2009. Variação das preposições em verbos de movimento. *Revista SIGNUM: Est. Ling.* 12(1): 423-445.
- Zwarts, J. 2005. Prepositional aspect and the algebra of paths. *Linguistics and Philosophy*. 28: 739-779.
- Zwarts, J. & Winter, Y. 2000. Vector space semantics: A model-theoretic analysis of locative prepositions. *Journal of Logic, Language and Information*. 9: 169-211.





# Frases imperativas e negação em Português Europeu<sup>1</sup>

Gabriela Matos  
mgabrielamatos@yahoo.co.uk  
*Universidade de Lisboa (Portugal)*

## ABSTRACT

In languages like Spanish, Italian and European Portuguese, specific morphological verb forms alternate with suppletive verb forms to express imperative. However, they pattern differently with respect to sentential negation: true imperatives ban the occurrence of sentential negation in opposition to suppletive imperatives. This contrast has been ascribed to different causes: differences in the structural configuration of true and suppletive imperatives, distinct selectional properties of the functional projections involved, or scope constraints on the sentence illocutionary force. Focussing European Portuguese, we will set up the structure of imperative sentences, taking into account the evidence provided by sentence negation, the scope of the illocutionary force, the status of T<sup>0</sup> and the position of overt subjects.

## KEYWORDS

Imperative sentences; negation; C-domain; illocutionary force.

## RESUMO.

Em línguas como o Espanhol, o Italiano e o Português Europeu, formas verbais morfologicamente específicas alternam com formas verbais supletivas para expressar o imperativo. Contudo, o seu comportamento difere relativamente à negação frásica: os imperativos verdadeiros rejeitam a presença de negação frásica em oposição aos imperativos supletivos. Este contraste foi atribuído a causas diversas: a diferenças de configuração estrutural dos imperativos verdadeiro e supletivo, a propriedades de seleção distintas das projeções funcionais envolvidas, ou às restrições sobre o escopo da força ilocutória da frase. Focando o Português Europeu, estabelecemos a estrutura das frases imperativas, tendo em conta as evidências fornecidas pela negação frásica, o escopo da força ilocutória, a natureza de T<sup>0</sup> e a posição dos sujeitos realizados.

---

<sup>1</sup> Este texto, escrito em homenagem a Ana Brito, surge num ponto crucial da sua carreira, marcada pelo saber, competência e dedicação. Uma homenagem é um momento para fazer um balanço do que passou: longos anos de amizade e de trabalho de investigação exigente e apaixonante desenvolvido; mas é também uma oportunidade para lembrar que o presente está aí para desfrutar e prosseguir os nossos projetos.

Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT - UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

## PALAVRAS-CHAVE

Frases imperativas; negação; domínio-C; força ilocutória.

## 1. Introdução

Vários estudos em gramática generativa se debruçaram sobre a variação linguística relativa à ocorrência da negação em frases imperativas. Algumas línguas, como o Português Europeu (PE), o Espanhol (Esp) ou o Italiano (It) (cf. (1), (2) e (3)) banem a negação frásica de frases apresentando verbos com morfologia imperativa específica, i.e. com o dito “imperativo verdadeiro”, outras, como, por exemplo, o Francês (Fr) (cf. (4)), exibem frases negativas com o imperativo verdadeiro. O primeiro grupo de línguas, para expressar a negação, têm de recorrer a formas verbais de outros modos, tipicamente o conjuntivo no Português Europeu e no Espanhol e o indicativo no Italiano (It), (5), i.e., ao chamado imperativo supletivo:

- |     |                            |       |
|-----|----------------------------|-------|
| (1) | a. Vai para casa!          | (PE)  |
|     | b. Ide para casa!          |       |
|     | c. *Não vai para casa!     |       |
|     | d. *Não ide para casa!     |       |
| (2) | a. Lee ese libro!          | (Esp) |
|     | b. *No lee ese libro!      |       |
| (3) | a. Leggi quel libro!       | (It)  |
|     | b. *Non leggi quel libro!  |       |
| (4) | a. Va-t-en!                | (Fr)  |
|     | b. Ne t'en vas pas!        |       |
| (5) | a. Não vás para casa!      | (PE)  |
|     | b. ¡No leas ese libro!     | (Esp) |
|     | c. Non leggere quel libro! | (It)  |

Note-se, porém, que o imperativo supletivo não se restringe ao domínio da negação e ocorre em frases afirmativas nos contextos em que imperativo verdadeiro não apresenta formas verbais próprias, que no Português Europeu se restringem às 2<sup>as</sup> pessoas do singular e do plural (cf. (1a) e (1b)). Assim, o imperativo supletivo ocorre em Português Europeu quando o interlocutor

é referido pelas formas pessoais *voc /voc s*, que tipicamente pedem conjuntivo, e no italiano na 2ª pessoa do plural, em que surge o indicativo:

- |     |                      |      |
|-----|----------------------|------|
| (6) | a. Vá para casa!     | (PE) |
|     | b. Vão já para casa! |      |
| (7) | a. Telefona!         | (It) |
|     | b. Telefonate!       |      |

Neste trabalho centrar-nos-emos na estrutura da frase imperativa e na alternância imperativo verdadeiro e supletivo em contextos de negação, focando o caso do Português Europeu<sup>2</sup>. Assumiremos, como é usual, que os casos canónicos do imperativo ocorrem em frases raiz.

O contraste exibido pelo imperativo face à negação frásica tem sido alvo de diferentes explicações, destacando-se, três tipos de tratamentos relativamente à impossibilidade de negar o imperativo verdadeiro: (i) os que atribuem essa impossibilidade a fenómenos de intervenção por interposição de Neg<sup>o</sup> (Rivero 1994, Rivero & Terzi 1995); (ii) os que consideram que a exclusão da negação das frases de imperativo verdadeiro se deve à interação das propriedades morfossintáticas do verbo imperativo com os requisitos de seleção de Neg<sup>o</sup> (Zanuttini 1991, 1996, 1997, 2001); (iii) os que imputam a incompatibilidade do imperativo verdadeiro com a negação frásica a fenómenos de escopo, envolvendo a negação frásica e a força ilocutória (Han 2001). Por vezes, estas explicações surgem conjugadas, consoante as propriedades dos marcadores de negação frásica nos diferentes tipos de línguas analisados, românicas, germânicas, eslavas ou o grego (Zeijlstra 2006). A análise destas propostas para dar conta da alternância imperativo verdadeiro e supletivo mostra que, no que diz respeito a línguas como o Português Europeu, o Espanhol ou o Italiano, nem todas elas são igualmente empiricamente motivadas.

Considerando que o imperativo verdadeiro e o supletivo têm um valor discursivo idêntico, é plausível levantar a hipótese de que estão associados a uma mesma projeção funcional na periferia esquerda da frase, como sugerido em Zanuttini (2008) e Zanuttini et al. (2012), trabalhos em que

---

<sup>2</sup> Não consideraremos o Português Brasileiro, que usa a forma pronominal *voc (s)* como a forma privilegiada de tratamento do(s) interlocutore(s).

se propõe a existência da projeção JussivoP. No entanto, assumir que o imperativo verdadeiro e o supletivo se relacionam com uma mesma projeção funcional recoloca a questão da estrutura sintática a atribuir às frases imperativas afirmativas e negativas.

Neste artigo, para captar a alternância do imperativo verdadeiro com o supletivo face à negação e sua respectiva distribuição na frase, proporemos uma abordagem que procura conciliar as propriedades de seleção atribuídas a T<sup>o</sup> nas frases de imperativo verdadeiro e supletivo com as restrições de escopo sobre a força ilocutória e a proposta da existência de uma única projeção funcional dedicada a ambas as instâncias de imperativo.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura: na secção 2 são revistas as principais propostas da literatura relativas à exclusão da negação com o imperativo verdadeiro em línguas como o Italiano e o Espanhol, as quais serão confrontadas com alguns dados empíricos do Português Europeu; na secção 3, são analisadas as propriedades e a ordem dos constituintes das frases imperativas do Português Europeu; na secção 4, é proposta uma análise visando captar o comportamento diverso do imperativo verdadeiro e supletivo face à negação frásica, bem como a sua distribuição na frase imperativa; a secção 5 é dedicada às observações finais.

## 2. A exclusão da negação com o imperativo verdadeiro

Como dissemos na introdução, na literatura evidenciam-se, como mais influentes, três propostas para explicar a exclusão da negação com o imperativo verdadeiro em línguas como o Italiano e o Espanhol, entre outras. Analisá-las-emos nas subsecções seguintes, tendo em vista a sua potencial capacidade de dar conta do Português Europeu.

### 2.1. O bloqueio de negação em frases com imperativo verdadeiro

Desenvolvendo trabalho prévio, (Rivero 1988), Rivero (1994: 102) e Rivero & Terzi (1995: 306) assumem que na estrutura frásica de línguas como o Espanhol, o Búlgaro e o Servo-Croata, NegP ocorre abaixo de CP e acima de IP:

(8) [CP C<sup>o</sup> [NegP Neg<sup>o</sup> [IP I<sup>o</sup> [VP V<sup>o</sup> ]]]]

Os autores consideram que, em Espanhol, o núcleo funcional C<sup>o</sup> das frases raiz é um indicador de força ilocutória. Quando exhibe o traço imperativo, o verbo com a morfologia imperativa tem de mover-se para C<sup>o</sup>, por movimento de núcleo a núcleo, para ativar Força ilocutória. Se o núcleo Neg<sup>o</sup>, intervém entre I<sup>o</sup> e C<sup>o</sup>, bloqueia o movimento, daí decorrendo a impossibilidade de negação do imperativo verdadeiro:

- (9) a. Lee!  
b. \*No lee!  
(Rivero 1994:91)

Segundo Rivero (1994), o mesmo não sucede em Búlgaro, (10), em que não é C<sup>o</sup>, mas I<sup>o</sup> que indica a força ilocutória imperativa, pelo que o verbo no imperativo não tem de atravessar Neg<sup>o</sup> e as frases com imperativo verdadeiro podem ser negadas, (10b). O Servo-Croata difere igualmente do Espanhol, na medida em que Neg<sup>o</sup>, que precede o verbo no imperativo, é alvo de incorporação. Assim, o complexo [Neg+V] pode mover-se para C<sup>o</sup>, (11):

- (10) a. *eti!* (Búlgaro)  
le -IMP2sg  
b. *Ne eti!*  
NEG le-IMP2sg
- (11) a. *itaj!* (Servo-Croata)  
le -IMP2sg  
b. *Ne itaj!*  
NEG le-IMP2sg  
(Rivero 1994:92)

Diferentemente do proposto para o Servo-Croata, Rivero e Terzi consideram que em Espanhol a negação frásica não se incorpora no verbo (Rivero 1994: 93, 102). Deste modo, em frases com imperativo verdadeiro, não se forma um complexo [Neg+V] que se possa mover para C<sup>o</sup>. Pelo contrário, o imperativo supletivo pode ser negado, pois as formas de

imperativo supletivo podem permanecer em I<sup>o</sup>.

Porém, no imperativo afirmativo, quando a morfologia imperativa está ausente, as formas supletivas do conjuntivo elevam-se para C<sup>o</sup>. Rivero (1994: 105) sugere que a combinação dos traços de Pessoa e Número do Sujeito com as propriedades de operador de Modo (conjuntivo) permitem verificar os traços do Imperativo abstracto em C<sup>o</sup>:

- (12) *Den-me el libro!* (Esp)  
(Rivero 1994: 104)

Rivero (1994) e Rivero & Terzi (1995) relacionam as propriedades atribuídas ao imperativo verdadeiro em línguas como o Espanhol com outros dois fenómenos: a natureza de raiz deste imperativo, que determina a sua impossibilidade de ocorrer em frases subordinadas (13b); e a colocação pós-verbal dos pronomes clíticos com o imperativo verdadeiro, (13a), atribuída ao facto de os clíticos se encontrarem numa projeção funcional abaixo de C<sup>o</sup> para onde o verbo imperativo se moveu:

- (13) a. *Dad-me el libro!* (Esp)  
b. \*Pido que dad-me el libro  
(Rivero 1994: 97)

A análise da alternância do imperativo verdadeiro com o supletivo em línguas como o Espanhol proposta em Rivero (1994) e Rivero & Terzi (1995) encontra duas principais dificuldades de aplicação ao Português Europeu. Com efeito, nesta língua, há evidência de que a negação, embora não seja um clítico, sofre incorporação no verbo em I<sup>o</sup> e move-se com ele para o domínio C<sup>o</sup>. Esta mesma objeção foi feita para o Espanhol e o Italiano por Han (2001). No Português Europeu os exemplos em (14) e (15) mostram esta propriedade em frases declarativas e interrogativas, em que advérbios altos<sup>3</sup>, epistémico em (14) e avaliativo em (15) (cf. Oliveira 2003 e Marques 2012), separam o complexo formado pelo verbo e a negação do domínio frásico em que ocorre o sujeito.

<sup>3</sup> Os advérbios epistémicos e os avaliativos expressam a atitude do locutor face ao conteúdo da frase proferida. Têm tipicamente escopo sobre TP.

- (14) a. Não terá certamente o Pedro acreditado nos boatos que se espalharam.  
b. [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> Não + terá]<sub>i</sub> [certamente [<sub>TP\_NegP</sub> o Pedro ... t<sub>i</sub> ... [<sub>VP</sub> acreditado nos boatos que se espalharam]]]]
- (15) a. A que jogos não têm infelizmente os adeptos assistido?  
b. [<sub>CP</sub> a que jogos<sub>i</sub> [<sub>C</sub> não + têm]<sub>j</sub> [infelizmente [<sub>TP\_NegP</sub> os adeptos ... t<sub>j</sub> ... [<sub>VP</sub> assistido t<sub>j</sub>]]]]

Adicionalmente, a especificidade do padrão de colocação dos pronomes clíticos mencionada por Rivero e Terzi não se verifica no Português Europeu. Como mostram os exemplos em (16), tanto em frases com imperativo verdadeiro como nas de imperativo supletivo a ênclise é o padrão canónico, sempre que o clítico e o verbo que o hospeda não estiverem sob o escopo local de um desencadeador de próclise. Assim, a presença de próclise no imperativo negativo, em (17), não decorre da presença do imperativo supletivo, mas do facto de o marcador de negação frásica ser um proclisador.

- (16) a. Dá-me o livro! (imperativo verdadeiro)  
b. Dê-me o livro! (imperativo supletivo)  
c. Dêem-me o livro! (imperativo supletivo)
- (17) a. Não me dês o livro!  
b. Não me dê o livro!  
c. Não me dêem o livro!

Com efeito, em Português Europeu, o comportamento dos clíticos no imperativo afirmativo, verdadeiro ou supletivo, não se distingue claramente do exibido em frases declarativas ou interrogativas, como (18a) ou (18b): a ênclise ocorre quando não há desencadeadores de próclise que tenham escopo local sobre os pronomes clíticos:

- (18) a. O Pedro deu-me um livro.  
b. Deram-te um livro?

Por outro lado, a proposta de que os pronomes clíticos surgem numa projecção distinta daquela em que o verbo ocorre encontra problemas em

formas de mesóclise que subsistem no Português Europeu padrão, (19). Estes casos parecem privilegiar uma análise de inserção dos clíticos na unidade verbal em T<sup>o</sup> que lhes serve de hospedeiro (cf. Duarte & Matos 2000: 134):

- (19) a. O Pedro dar-me-á o livro amanhã.  
b. Dar-lhe-ias (tu) o livro?

Em suma, a explicação da exclusão do imperativo verdadeiro em termos de interferência da projeção NegP, não parece adequada ao Espanhol, ao Italiano e ao Português Europeu e, no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos, não é corroborada por esta última língua.

## 2.2. O imperativo e os requisitos de seleção de Neg<sup>o</sup>

Zanuttini (1991, 1996, 1997, 2001) contrasta as línguas românicas em que o marcador de negação frásica pode preceder o verbo finito com aquelas em que o pode seguir. Assume que os marcadores negativos pré-verbais são núcleos de uma projeção funcional alta, NegP1, e apresentam restrições de seleção dado o seu estatuto de núcleos (Zanuttini 1996: 186; Zanuttini 1997: 127), contrariamente aos marcadores negativos pós-verbais, que ocorrem numa projeção NegP abaixo de TP e não seleccionam complementos, pois são projeções máximas, que ocorrem em especificador dessa projeção baixa de NegP (Zanuttini 1997: 127)<sup>4</sup>.

Zanuttini (1991, 1996, 2001) considera que nas línguas românicas a projeção Neg1 seleciona TP por complemento (Zanuttini 1996: 181) e que a sua ocorrência depende da presença desta categoria funcional. Esta proposta, que é alterada em Zanuttini (1997)<sup>5</sup>, é retomada em trabalho

<sup>4</sup> Zanuttini (1996) admite que o mesmo sucede no Inglês. NegP nesta língua exibe um núcleo pré-verbal *n't* e um marcador negativo pós verbal, de natureza adverbial *not*, que ocuparia a posição de especificador ou de adjunto de uma projeção máxima. Em alguns casos estes dois marcadores negativos coocorrem na mesma frase:

(i) *She couldn't not have noticed.* (Zanuttini 1996: 192)

A autora considera que o imperativo no inglês recruta uma forma supletiva, provinda do conjuntivo, e que, por esse motivo pode ser negado:

(ii) *Don't (you) do that!* (Zanuttini 1996: 194)

<sup>5</sup> Zanuttini (1997), afirma que a presença de MoodP é requerida para a ocorrência de Neg1. Este núcleo funcional seleciona por complemento MoodP, projeção associada às frases com interpretações de ordem, proibição, convite ou recomendação, correspondentes à força ilocutória do imperativo (Zanuttini (1997:146). De acordo com esta posição, a estrutura de uma frase imperativa seria simplificada a seguinte:

(i) [<sub>CP</sub> [<sub>C</sub> IMP]...[...[<sub>NegP1</sub> Neg<sup>o</sup>1 [<sub>MoodP</sub> Mood<sup>o</sup>...[VP]]]]].



posterior (Zanuttini 2001):

(20) [CP C° [Neg°1P [TP ... [VP]]]

Zanuttini assume que as frases com força ilocutória imperativa possuem um traço IMP em C° que tem de ser verificado por um constituinte imperativo. Diferentemente de Rivero e Terzi, Zanuttini admite que tanto o imperativo afirmativo como o negativo, devem verificar esse traço (Zanuttini 1997: 142). Segundo ela, argumentam a favor do movimento do verbo (ou dos seus traços) para C<sub>[IMP]</sub> nas frases imperativas em Italiano, não só a impossibilidade de advérbios altos (modais epistémicos) ocorrerem em posição pré-verbal face à sua aceitabilidade em posição pós-verbal, como ilustrado em (21) vs. (22), mas também a posição enclítica dos pronomes pessoais, atribuída ao facto de estes ocuparem uma projecção mais baixa do que o verbo (Zanuttini 1997: 140-141, 143):

- (21) a. *\*Certamente fallo!* (2ª Sg) (imperativo verdadeiro) (It)  
b. *?\*Certamente fatelo!* (2ª Pl) (imperativo supletivo)
- (22) a. *?Fallo certamente!* (imperativo verdadeiro)  
b. *?Fatelo certamente!* (imperativo supletivo)

Atendendo à possibilidade de o imperativo supletivo afirmativo (no Conjuntivo) em Espanhol exibir o verbo em primeira posição na frase raiz ou ser precedido de um complementador, (23)-(24), Zanuttini (1997: 144) conclui que os traços de imperativo em C° tanto podem ser verificados pelo verbo como pelo complementador.

- (23) a. Den-me el libro! (2Pl) (imperativo supletivo) (Esp)  
b. *\*Me den el libro!*
- (24) Que me den el libro!

A exclusão da negação das frases com o imperativo verdadeiro é explicada pela não satisfação das propriedades de seleção de Neg°. De acordo com Zanuttini (1996), os verbos no imperativo verdadeiro não têm traços de tempo gramatical e, por isso, na construção da estrutura frásica,

TP não se projecta, e consequentemente, Neg<sup>o</sup>, que selecciona TP por complemento, não pode ocorrer (Zanuttini 1996: 188). Pelo contrário, os imperativos supletivos exibem traços de tempo, o que determina a projecção de TP; por este motivo, os imperativos supletivos podem ser negados.

$$(25) \quad [_{CP} [_{C^o} IMP] \dots [_{NegP1} Neg^o1 [_{TP} T^o \dots [VP]]]]$$

Dada a configuração em (25) e não aceitando, contrariamente a Belletti (1990), a incorporação da negação pré-verbal, com estatuto de núcleo, no verbo flexionado no imperativo supletivo em Italiano (e em Espanhol), a autora admite que os traços de IMP em C<sup>o</sup> são verificados pelo marcador de negação frásica (Zanuttini 1997: 145), que caracteriza como um elemento de tipo v. Assim, o verbo no imperativo supletivo não precisa de se mover para C<sup>o</sup>.

Em suma, nesta abordagem, a questão que se põe centralmente são os requisitos de seleção Neg<sup>o</sup>, que requer a presença de TP<sup>6</sup>, e a sua interacção com as propriedades morfossintáticas do imperativo verdadeiro, que, segundo a autora, não está associado a T<sup>o</sup>, diferentemente do imperativo supletivo.

Alguns problemas se colocam à análise de Zanuttini, tal como às propostas de Rivero e Terzi, quando aplicada ao Português Europeu: a não consideração de que o marcador de negação frásica se incorpora no verbo que verifica tempo gramatical, formando com ele uma unidade (cf. (14) e (15)), e a aceitação de que os pronomes clíticos podem permanecer isolados numa projecção funcional abaixo da ocupada pelo verbo (Zanuttini 1997: 143), o que contraria os dados do Português Europeu, nomeadamente os ilustrados em (19).

Em Zanuttini (2008) e Zanuttini et al (2012) uma nova análise das frases imperativas afirmativas é proposta, em que a relação entre o imperativo e T<sup>o</sup> é repensada. Visando a natureza do sujeito, que denota sistematicamente o interlocutor, Zanuttini (2008) propõe a existência de uma categoria Juss<sup>o</sup> (Jussivo), núcleo de uma projecção funcional com estatuto sintático-discursivo, JussP, que alberga estruturas imperativas, com imperativo

---

<sup>6</sup> Em Zanuttini 1997, a presença da projecção MoodP.

verdadeiro ou supletivo e legitima sujeitos nulos ou realizados exibidos por estas expressões. Em Zanuttini et al. (2012), JussP é alargada às frases promissivas e exortativas.

JussP é tida como uma projeção funcional projectada abaixo do domínio C, distinto das categoria CP ou FinitenessP (Zanuttini 2008: 215), mas acima de TP<sup>7</sup>. Assim, podemos inferir que as frases imperativas, em geral, teriam a seguinte estrutura simplificada:

$$(26) [_{CP} C^{\circ} [_{FinP} Fin^{\circ} [_{JussP} Juss^{\circ} [_{TP} T^{\circ} \dots [_{VP} V^{\circ} [_{VP} V^{\circ}]]]]]]]$$

Segundo Zanuttini et al. (2012), Juss<sup>o</sup> entra na derivação com um traço de 2ª pessoa interpretável<sup>8</sup>, enquanto o sujeito é inserido com um traço de número interpretável e um traço de caso não-interpretável que o torna um alvo ativo. T<sup>o</sup> é introduzido na derivação das frases imperativas com um traço de caso, mas sem traço de pessoa. T<sup>o</sup> eleva-se para Juss<sup>o</sup> formando com este um feixe de traços que atua como uma unidade, procurando o alvo ativo mais próximo no seu domínio de c-comando, o sujeito que tem um traço de caso não-interpretável. Nos casos prototípicos do imperativo, com sujeito nulo, T-Jussivo e o sujeito entram numa relação de Agree, partilhado os valores de número, e o traço de caso do sujeito adquire um valor (nominativo). Em Zanuttini (2008) e Zanuttini et al. (2012) não são, no entanto, abordadas as restrições entre o imperativo verdadeiro e a negação.

### 2.3. Escopo da negação e força ilocutória imperativa

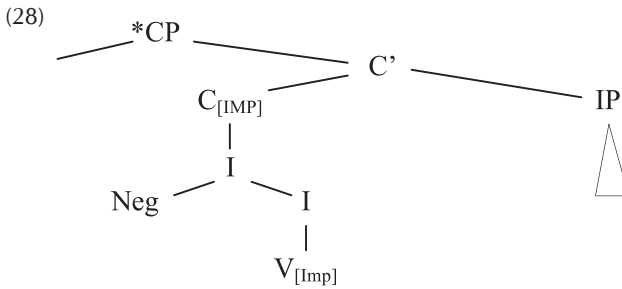
Han (2001) considera que a exclusão da negação com o imperativo verdadeiro em línguas com marcador de negação pré-verbal, como o Espanhol ou o Italiano, tem a ver com fenómenos de escopo. Na esteira de Frege (1884/1960) e de Lee (1988), Han salienta que os operadores de força ilocutória não podem ser negados, mas apenas o conteúdo proposicional a que se aplicam. Deste modo, o exemplo em (27), de Han (2001: 307), é parafraseável por (a), mas não por (b):

<sup>7</sup> Zanuttini (2008) não se compromete quanto à projeção de TP nas imperativas. Porém, uma vez que JussP é extensível às frases com imperativo supletivo, a seleção de TP por Juss<sup>o</sup> é pressuposta.

<sup>8</sup> No caso do Português, em que a 3ª pessoa gramatical é usada para referir o interlocutor, esta proposta, a ser aceite, terá de ser reajustada. Para os casos de imperativos com sujeitos realizados, veja-se Zanuttini et al. (2012).

- (27) Don't call!  
 a. = I require that you not call.  
 b. ≠ I do not require that you call.

C<sup>o</sup>, que codifica a força ilocutória imperativa, [IMP], não pode, pois, ocorrer sob o escopo (i.e. no domínio de c-comando) do marcador de negação frásica. Quando tal acontece a estrutura é excluída como incorrecta. Em línguas como o Espanhol e o Italiano, a negação do imperativo verdadeiro acarretaria uma configuração de escopo problemática, dado que a negação frásica se incorpora no verbo. O verbo<sub>[imp]</sub> ao mover-se de I<sup>o</sup> para C<sup>o</sup><sub>[IMP]</sub>, formaria um operador de força ilocutória imperativa que ficaria sob o escopo de um operador de negação (cf. Han 2001:308):



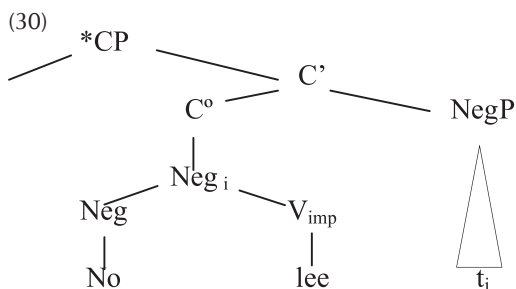
Segundo Han, nos imperativos supletivos destas línguas, esta configuração de escopo não se verifica, uma vez que o conjuntivo e o indicativo não codificam força ilocutória, e, por isso, não se movem para C<sup>o</sup><sub>[IMP]</sub>. É por inferência pragmática que o conjuntivo em contexto matriz assume força directiva, no imperativo supletivo, afirmativo e negativo (Han 2001: 317).

Contudo, em Han 2001 não é esclarecida qual a posição sintática final dos imperativos supletivos em línguas como o Espanhol ou o Italiano, que deverá, como argumentado por Zanuttini (1996, 1997, 2008) ser uma posição alta, acima de TP. Do mesmo modo, dado que a força ilocutória de qualquer frase não pode ser negada, não é explicitada qual a estrutura, a atribuir a frases negativas com força ilocutória interrogativa, com movimento do verbo de I para C, como (29). Admitimos que devem ser analisadas de modo idêntico às de imperativo supletivo, uma vez que as formas verbais

que nelas ocorrem, em (29) o indicativo, não exibem em si mesmas traços diretamente conectados com força ilocutória.

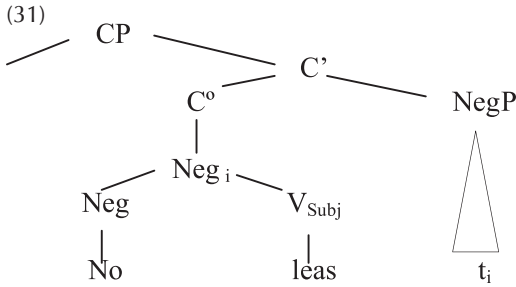
(29) Não terá a Ana telefonado à mãe?

Zeijlstra (2006), para dar conta da exclusão da negação com o imperativo verdadeiro em línguas como o Espanhol, o Italiano e o Português Europeu, baseia-se na proposta de Han (2001), que reformula pontualmente<sup>9</sup>. Segundo o autor nestas línguas  $V_{imp}$  eleva-se para  $C^o$  para verificar o traço ilocutório IMP de  $C^o$ . O marcador negativo é um núcleo,  $X^o$ , que exibe um traço negativo interpretável [iNEG] e incorpora-se em  $Neg^o$ , formando uma unidade com V. Ao mover [ $Neg^o [V_{imp}]$ ] para para  $C^o$ ,  $Neg^o$  c-comanda [IMP] (Zeijlstra 2006: 416).



Segundo o autor, se o verbo morfologicamente imperativo for substituído pelo conjuntivo não há agramaticalidade, porque o conjuntivo não traz consigo um traço que codifique a força ilocutória. Assim, pode ser c-comandado pela negação (Zeijlstra 2006: 416):

<sup>9</sup> Zeijlstra (2006) estuda a relação entre imperativo e negação em línguas românicas, germânicas, eslavas e no Grego. Identifica 5 classes de línguas diferentes quanto à compatibilidade ou incompatibilidade do imperativo verdadeiro com a negação. O Espanhol, o Italiano e o Português correspondem à classe I. Para uma caracterização de cada uma destas classes veja-se Zeijlstra (2006: 416-421).



A questão da posição ocupada pelo imperativo supletivo é claramente estabelecida por Zeijlstra (2006). Porém, não é claro que, na estrutura dada em (31), a força ilocutória de C° [C°<sub>IMP</sub>] tenha escopo sobre a negação, uma vez que C° não c-comanda, [iNeg]. Assim, [iNeg] em C° parece ter um escopo idêntico ao da força ilocutória imperativa de C°. Porém, tal como nas frases com imperativo verdadeiro, nas frases negadas com o imperativo supletivo, é o conteúdo proposicional, (32a), e não o valor ilocutório, (32b), que é negado:

- (32) Não telefones!
- a.  $\models$ Eu ordeno que não telefones.
- b.  $\neq$ Eu não ordeno que telefones.

### 3. Ordem dos constituintes nas frases imperativas do Português Europeu

A estrutura sintática das frases imperativas em Português Europeu tem sido um assunto pouco debatido no quadro recente da gramática generativa<sup>10</sup>. As propriedades centrais das frases imperativas em Português Europeu encontram-se, contudo, descritas em trabalhos como Brito et al. (2003:449-460) e Barbosa et al. (2020: 2578-2584).

No Português Europeu as formas verbais morfologicamente específicas do imperativo reduzem-se à 2ª pessoa do singular e do plural (33), esta

<sup>10</sup> Veja-se Faria (1973) para uma abordagem num quadro anterior.

última usada no norte do país, mas em desuso na língua padrão, sendo tendencialmente substituída por *voc s*. Nos casos em que o interlocutor é referido pelos pronomes *voc /voc s* implícitos ou realizados, gramaticalmente da 3ª pessoa,<sup>11</sup> é o imperativo supletivo, no conjuntivo, que ocorre<sup>12</sup>. O mesmo acontece quando o sujeito é designado por sintagmas nominais como, por exemplo, *o senhor*, (34).

- (33) a. Vai-te embora!  
b. Ide-vos embora!
- (34) a. Vá-se embora!  
b. Vão-se embora!  
c. O senhor vá-se já embora!

A negação está excluída das frases com imperativo verdadeiro, (35). Neste contexto, ocorre o imperativo supletivo, tipicamente no conjuntivo, tanto para as 2<sup>as</sup> como para as 3<sup>as</sup> pessoas gramaticais, (36).

- (35) a. \*Não te vai embora!  
b. \*Não vos ide embora!
- (36) a. Não te vás embora!  
b. Não se vá embora!  
c. Não se vão embora!

Como dissemos em 2.1. e 2.2., em Português Europeu, a colocação dos pronomes clíticos não diferencia claramente as frases imperativas das declarativas ou das interrogativas. Tanto nos casos de imperativo verdadeiro, como nos de imperativo supletivo, fora do escopo de um proclisador, as formas verbais exibem ênclise, como mostram os exemplos em (33) e (34). Na medida em que a negação é um dos constituintes que desencadeia a próclise quando c-comanda localmente o clítico e o verbo seu hospedeiro, os casos de imperativo negativo apresentam próclise, (36).

---

<sup>11</sup> Na 1ª pessoa de plural, a expressão é interpretada como uma exortação. O sujeito omitido tem por referentes o locutor e o(s) interlocutor(es).

(i) Vamos embora!

<sup>12</sup> Há outras formas verbais que substituem o imperativo verdadeiro: o indicativo, o infinitivo invariável e o gerúndio. Não nos deteremos sobre estes casos.

Porém, uma análise da colocação dos adverbiais potencialmente desencadeadores de próclise nas frases imperativas permite determinar a posição ocupada pela unidade formada por verbo e clítico em Português Europeu<sup>13</sup>. Como os seguintes exemplos mostram, nas frases declarativas e interrogativas, advérbios focalizadores como *s* ou temporais como *j* podem ocorrer em posição pré ou pós-verbal. Quando precedem e c-comandam o verbo e o clítico, desencadeiam próclise, (37). O mesmo não acontece nas frases com imperativo verdadeiro, em (38) ou supletivo, em (39) em que só a posição pós-verbal está disponível. Não tendo estes advérbios escopo sobre o verbo e o clítico, só a ênclise é possível (38)-(39):

- (37) a. Ele *s* me trouxe o livro. / Ele trouxe-me *s* o livro.  
b. Ele *j* te telefonou? / Ele telefonou-te *j* ?
- (38) a. Traz-me *s* o livro! / \**Só me* traz o livro!  
b. Telefona-lhe já! / \**J* lhe telefona!
- (39) a. Traga-me *s* o livro! / \**Só me* traga o livro!  
b. Telefonem-lhe já! / \**J* lhe telefonem!

Estes dados indicam que o complexo [V-CL] se move para uma posição mais alta do que TP. Exemplos com adverbiais temporais que não desencadeiam próclise, como *hoje*, confirmam esta posição<sup>14</sup>:

- (40) a. \*Hoje vai-te embora!  
b. Vai-te hoje embora!
- (41) a. \*Hoje vá-se embora!  
b. Vá-se hoje embora!
- (42) a. \*Hoje não se vá embora!  
b. Não se vá hoje embora!

<sup>13</sup> Como vimos em (2.1.), nos exemplos (19), os casos de mesóclise mostram que os clíticos formam uma unidade não-sintaticamente separável do verbo hospedeiro

<sup>14</sup> Veja-se a possibilidade de este advérbio ocorrer antes e depois do verbo em frases declarativas:

(i) (Hoje) os amigos (hoje) ofereceram-lhe flores.  
(ii) Os amigos ofereceram-lhe (hoje) flores (hoje).



Por outro lado, em enunciados diretivos, a presença de advérbios modais mais altos do que TP produz resultados marginais, vejam-se os seguintes exemplos, em que ocorre um advérbio epistémico, (43) – (44), outro evidencial, (45) - (46), e um advérbio de atos de fala, (47) - (48)<sup>15</sup>:

- (43) a. \*Possivelmente telefona-nos! (sujeito implícito: tu)  
b. \*Telefona-nos possivelmente!
- (44) a. \*Possivelmente telefonem-nos! (sujeito implícito: vocês)  
b. \*Possivelmente não nos telefonem!
- (45) a. \*Evidentemente senta-te!  
b. \*Senta-te evidentemente!
- (46) a. \*Evidentemente sentem-se! (sujeito implícito: vocês)  
b. \*Evidentemente não te sentes!
- (47) a. ??Sinceramente vai-te embora!  
b. \*Vai-te sinceramente embora!
- (48) a. ??Sinceramente vão-se embora! (sujeito implícito: vocês)  
b. \*Sinceramente não te vás embora!

O advérbio evidencial e o epistémico produzem resultados marginais tanto quando precedem, como quando seguem o verbo, o que indica que as projeções que os albergam não se projetam nas frases imperativas. Estes dados sugerem que o verbo no imperativo verdadeiro ou supletivo, tanto em frases afirmativas como negativas, se moveu para o domínio C. No entanto, o adverbial de ato de fala em posição pré-verbal é menos marginal do que os restantes. A possibilidade de o mesmo advérbio ocorrer na periferia esquerda, como um comentário do locutor, sugere que está associado ao CP, mantendo, contudo, independência relativamente à força ilocutória imperativa deste.

- (49) a. Sinceramente, vai-te embora!  
b. \*Vai-te, sinceramente, embora!

---

<sup>15</sup> Em Rizzi & Cinque (2016: 149), é proposta a seguinte hierarquização destes advérbios, que assumem ocorrer entre CP e TP:

(i) CP<sub>ip</sub> Mood-speech act > Mood-evaluative > Mood-evidential > Mod epistemic > TP...].

Por sua vez, a posição dos sujeitos realizados pode fornecer-nos pistas relativamente à posição final dos verbos nas imperativas. Nestas frases, o sujeito denota o interlocutor do ato de fala, o qual pode ser referido pelos pronomes *tu/v s*, ou *voc /voc s*, omitidos ou realizados, por fórmulas de tratamento como *o(s) senhor(es)*<sup>16</sup>, (50) ou ainda expressões indefinidas quantitativas (cf. Barbosa et al. 2020: 2580), nomeadamente em imperativas negativas (51):

- (50) a. (Tu) cala-te imediatamente!  
 b. [-] ide-vos embora!  
 c. Você telefone logo que chegar!  
 d. O senhor seja paciente!
- (51) a. Tu não digas nada!  
 b. Ninguém fale!

As expressões vocativas, ainda que não exclusivas das imperativas<sup>17</sup>, surgem por vezes com estas frases, podendo coocorrer com os sujeitos realizados. Distinguem-se destes pelo facto de ocuparem uma posição periférica, separada da frase por uma pausa e uma entoação específica. Quando o vocativo é um nome, este não é precedido de artigo e pode ser antecedido pela expressão “Ó”. No presente trabalho omitiremos o vocativo<sup>18</sup>.

- (52) a. João, cala-te imediatamente!  
 b. Ó Pedro, tu vai-te já embora!  
 c. Ó senhor, o senhor seja paciente!

O sujeito realizado pode aparecer tanto pré-verbal, como pós-verbalmente. Em posição pré-verbal pode ser interpretado como foco

<sup>16</sup> O tratamento por *voc* ou *o senhor* denota frequentemente menos familiaridade com o interlocutor. Já o mesmo não acontece com *voc s*, que, como dissemos, tende a substituir *v s* no Português Europeu padrão.

<sup>17</sup> O vocativo pode ocorrer com frases declarativas e interrogativas sem valor imperativo:

(i) Pedro, comprei uma prenda para te oferecer.

(ii) Ó Joana, quem achas que vem jantar hoje?

<sup>18</sup> Para propostas de tratamento sintático-discursivo do vocativo, veja-se, por exemplo, Hill (2007), Haegeman & Hill (2013). Desenvolvendo propostas de Speas & Tenny (2003), Hill (2007) propõe uma projeção estrutural dos atos de fala, *Speech act phrase (SAP)*, na qual o vocativo ocorre enquanto elemento que denota o interlocutor.

contrastivo, como em (53a); em posição pós-verbal é caracteristicamente interpretado como foco contrastivo (cf. Barbosa et al. 2020: 2580), ilustrado em (53b), ou corretivo (Frascarelli & Jiménez-Fernández 2021), como em (54B).

- (53) a. TU come a sopa imediatamente!  
b. Trás TU o bolo, que eu compro os queijos!
- (54) A: Sente-se!  
B: Não. Sente-se você, por favor!

Estes dados indicam que o sujeito nas imperativas pode ocupar uma posição de foco contrastivo, usualmente assumida como ocorrendo no domínio C.

Assim, as propostas de Zanutini e de Rivero e Terzi, que consideram que em línguas como o italiano e o Espanhol o imperativo supletivo afirmativo se moveu para C, e a hipótese de Zanuttini et al (2012) de que o imperativo verdadeiro e o supletivo estão associados à mesma projeção alta da estrutura de frase, devem ser repensadas tendo em conta estes dados do Português Europeu.

#### 4. A negação frásica e a estrutura das frases imperativas no Português Europeu

Na presente secção apresentaremos uma proposta estrutura de frase para os casos de imperativo verdadeiro e supletivo compatível com o seu comportamento diverso face à negação frásica. Teremos em conta as propostas da literatura presentes na secção 2 e os dados do Português Europeu apresentados nas secções 2 e 3. Começaremos por estabelecer a estrutura da frase negativa em línguas românicas com negação pré-verbal, como o Português Europeu, o Italiano ou o Espanhol em 4.1. Discutiremos, subsequentemente, a estrutura a propor para as frases imperativas afirmativas e negativas em Português Europeu, em 4.2.

#### 4.1. A estrutura da frase negativa

Partindo da estrutura das frases declarativas canónicas, adotaremos uma estrutura de negação frásica próxima da proposta por Pollock (1989) para o Francês e o Inglês<sup>19</sup>:

$$(55) \quad [_{TP} T^{\circ} [_{NegP} Neg^{\circ} [AspP Asp^{\circ} [_{vP} v^{\circ} [_{VP} V^{\circ} \dots]]]]]$$

A posição pré-verbal do marcador de negação frásica em línguas como o Português, o Espanhol e o Italiano surge durante a derivação, de baixo para cima, da frase: (i) O verbo eleva-se de v/V para T<sup>o</sup>; (ii) subsequentemente, a negação move-se de Neg<sup>o</sup> para adjunção à esquerda ao verbo em T, no qual se incorpora. (cf. Belletti 1990, Haegeman 1995, Gonçalves 1994, Matos 2005, Matos et al. 1997).

Quando a categoria T<sup>o</sup> é negada, o valor negativo percola até TP, projectando TP<sub>T<sup>o</sup>Neg</sub>. Assim, a uma frase negativa como (56), corresponde representação simplificada em (57):

(56) Ele não leu esse livro.

(57) ... [<sub>TP</sub>[<sub>T<sup>o</sup>Neg</sub>] ... [<sub>T<sup>o</sup></sub> não<sub>i</sub> [<sub>T<sup>o</sup></sub> leu<sub>j</sub>]] [<sub>NegP</sub> [<sub>Neg<sup>o</sup></sub> t<sub>i</sub>] ... [<sub>vP</sub> ... t<sub>j</sub> esse livro]]]]]

Esta análise difere das propostas por Zanuttini (1991, 1996, 1997, 2001), Laka (1990) e Martins (1994) que consideram que a negação frásica em línguas como o Italiano, o Espanhol e o Português Europeu ocupa uma projecção funcional acima de TP<sup>20</sup>. Difere igualmente da análise de Matos (1999, 2001), elaborada num quadro Minimalista anterior à *derivação por fases*, que aceitava que a construção de baixo para cima da estrutura sintáctica era alvo de transferência para os níveis interpretativos de Fonologia e Semântica<sup>21</sup> logo após cada passo da derivação (Chomsky 2000). Neste

<sup>19</sup> Recorde-se que Pollock (1989: 376) assumia que T<sup>o</sup> seleccionava AgrP (e não AspP) e não considerava o desdobramento do sintagma verbal em vP e VP. A estrutura frásica de uma frase negativa era, pois, a seguinte:

(i) [<sub>TP</sub> T<sup>o</sup> [<sub>NegP</sub> Neg<sup>o</sup> [<sub>AgrP</sub> Agr<sup>o</sup> [<sub>vP</sub> V<sup>o</sup> ...]]]]]

<sup>20</sup> Zanuttini, como vimos, admite projecções de NegP acima e abaixo de TP, nas línguas românicas. No Italiano e o Espanhol, a negação frásica situar-se-ia acima de TP. Laka 1990 propõe a existência da projecção sigma, ΣP, para dar conta da polaridade negativa e afirmativa e das construções de foco anteposto. Esta projecção em Inglês estaria abaixo de TP e em Espanhol acima de TP. Martins (2004) adota para o Português a proposta de Laka relativamente ao Espanhol.

<sup>21</sup> Níveis de representação linguística também designados como Forma Lógica e Forma Fonética.

quadro, Matos sugere que não há motivação para a existência de uma projeção frásica NegP, com base em dados de concordância negativa com o sujeito pré-verbal em frases de movimento do verbo de T-para-C. Como o contraste dos exemplos em (58) mostra, neste contexto o verbo tem de ser negado; porém, o passo intermédio da derivação, envolveria a coocorrência de *n* o com o constituinte negativo pré-verbal, como em (59a), produzindo uma estrutura não-aceitável em línguas como o Português Europeu que, ao ser transferida, para Forma Lógica faria abortar a derivação. Por outro lado, se na construção de T-para-C estivesse subjacente uma estrutura idêntica à da frase bem formada em (59b), o resultado obtido seria o do exemplo marginal em (58b):

- (58) a. O que não tem [ninguém feito]?  
b. \*O que tem ninguém feito?
- (59) a. \*Ninguém não feito o quê?  
b. Ninguém tem feito o quê?

Contudo, como referido em Matos (2005:72, nota 38), no atual Programa Minimalista, de *derivação por fases* (Chomsky 2001, 2004, 2008), admitimos que os passos intermédios marginais da derivação são possíveis, uma vez que a transferência para os níveis de interface (Fonologia e Semântica) só se aplica a fases: depois de ter operado sobre a fase vP, só opera ao nível da fase CP.

Adotando a representação (55), e aceitando a deslocação do marcador de negação, para se adjungir e incorporar no verbo em T<sup>o</sup> (cf. (57)) podemos dar conta da posição pré-verbal da negação e da sua estreita relação com T<sup>o</sup>. Esta análise capta, assim, os efeitos das abordagens que admitem que em línguas como o Italiano, o Espanhol e o Português, NegP é inserido acima de TP. Por outro lado, não incorre nos problemas dessas propostas, que movem um sujeito frásico sem qualquer traço negativo, como o do exemplo (60), para Especificador de NegP, apesar de não haver motivação para tal. Na análise aqui apresentada, a presença do sujeito pré-verbal é decorrente da verificação dos traços- $\varphi$  de T<sup>o</sup>, como usualmente assumido.

- (60) Os turistas não reservaram todos os quartos do hotel.

A proposta adotada não assume que Neg<sup>o</sup> seleciona TP por complemento, como proposto em Zanuttini (1991, 1996, 2001), mas sim que T<sup>o</sup> seleciona NegP. É no, entanto, possível considerar que T<sup>o</sup> no imperativo verdadeiro é defetivo em traços temporais (T<sup>o</sup><sub>def</sub>) e que T<sup>o</sup><sub>def</sub> não é capaz de selecionar uma projeção de negação frásica. Esta propriedade verifica-se, aliás, noutros contextos, independentes do imperativo, como é o caso das construções de reestruturação (cf. Gonçalves & Matos 2009)<sup>22</sup>.

#### 4.2. A estrutura da frase imperativa e o escopo da força ilocutória

Para dar conta das frases imperativas em Português Europeu partiremos da proposta de Han (2001), assumindo que o que determina a sua gramaticalidade ou agramaticalidade é a satisfação dos requisitos de escopo: a força ilocutória de uma frase não pode ser negada. Desta forma, o constituinte que a codifica força ilocutória, Force<sup>o23</sup>, não pode ocorrer sob o escopo de um operador de negação.

Afastamo-nos, todavia, deste trabalho, no que diz respeito à estrutura a atribuir a C. Adotando uma análise cartográfica, na esteira de Rizzi (1997) e trabalhos seguintes, aceitamos que este domínio se desdobra em diferentes categorias funcionais, das quais são obrigatórias Força Ilocutória e Finitude, podendo, no entanto, realizar-se ainda no domínio C, as categorias de Foco e Tópico(s), como indicado na representação seguinte<sup>24</sup>:

$$(61) \left[ \text{Force}^o \text{Force}^o \left[ \text{TopP} \text{Top}^o \left[ \text{FocP} \text{Foc}^o \left[ \text{TopP} \text{Top}^o \left[ \text{FinP} \text{Fin}^o \right] \left[ \text{Tp} \dots \right] \right] \right] \right] \right]$$

Aceitamos igualmente que as frases com valor imperativo projetam um

<sup>22</sup> Em construções de reestruturação, T<sup>o</sup> defetivo em traços-T não legitima negação frásica, como notado em Gonçalves & Matos (2009: 125). Nos exemplos seguintes em que operou a reestruturação, como marcado pela presença do pronome clítico antecedendo todo o complexo verbal *quis magoar*, a negação não pode ocorrer no domínio T<sup>o</sup><sub>def</sub> instanciado por *magoar*, (i), e só a sua ocorrência no domínio de T<sup>o</sup> não defetivo é admitida, (ii):

- (i) \*O Pedro só o quis não magoar.
- (ii) O Pedro só não o quis magoar.

<sup>23</sup> Vários autores correlacionam Force<sup>o</sup> com estruturas de atos de fala, baseadas em versões renovadas da análise performativa, originalmente proposta por Ross (1970). Entre eles encontram-se Speas & Tenny (2003), Haegeman & Hill (2013), Alcazár & Saltarelli (2015), Frascarelli & Jiménez-Fernández (2021). Neste trabalho não adotaremos esta abordagem, embora a nossa análise seja compatível com ela.

<sup>24</sup> Em Rizzi & Bocci (2017), a estrutura do domínio C é detalhado como em (i):

- (i) [Force<sup>o</sup> [Top<sup>o</sup>\* [Int<sup>o</sup> [Top<sup>o</sup>\* [Foc<sup>o</sup> [Top<sup>o</sup>\* [Mod(ification) [Top<sup>o</sup>\* [Q\_emb [Fin<sup>o</sup> [IP ... ]]]]]]]]]]]

Para a nossa análise utilizaremos a versão mais concisa de Rizzi (1997).

nó Jussivo, que se combina com T<sup>o</sup>, como proposto em Zanuttini (2008) e Zanuttini et al. (2012). T<sup>o</sup> apresentará traços de defectividade temporal, no imperativo verdadeiro, mas não no imperativo supletivo. Numa frase interpretada como imperativa podem pois, simplificarmente, ser projetados as seguintes categorias funcionais.

$$(62) \quad [_{ForceP} Force^o [_{FocP} Foc^o [_{FinP} Fin^o [_{JussP} Juss^o [_{TP} T^o [_{NegP} Neg^o \dots [_{VP} ]]]]]]]]$$

A estrutura em (62) permite captar a boa formação de frases no imperativo afirmativo verdadeiro e supletivo, por oposição à sua exclusão do imperativo negativo. Estendendo as propostas de Zanuttini (1996, 1997, 2008) e de Zanuttini et al. (2012), consideramos que numa projeção de Juss-T, T<sup>o</sup> só pode seleccionar NegP se não for defetivo (T<sup>o</sup><sub>def</sub>), o que só acontece no imperativo supletivo.

Com Han (2001), assumimos que a força ilocutória de uma frase (no caso, Force<sub>[IMP]</sub>) não pode estar sob o escopo de um operador de negação. No entanto, recorde-se que este requisito parece impor-se tanto a frases com imperativo verdadeiro como às que exibem imperativo supletivo, como mostram as paráfrases dos exemplos em (63a):

- (63) Não telefones!/ Não telefonem!  
a. ≡Eu ordeno que não telefones / Eu ordeno que não telefones  
b. ≠Eu não ordeno que telefones / Eu não ordeno que telefonem

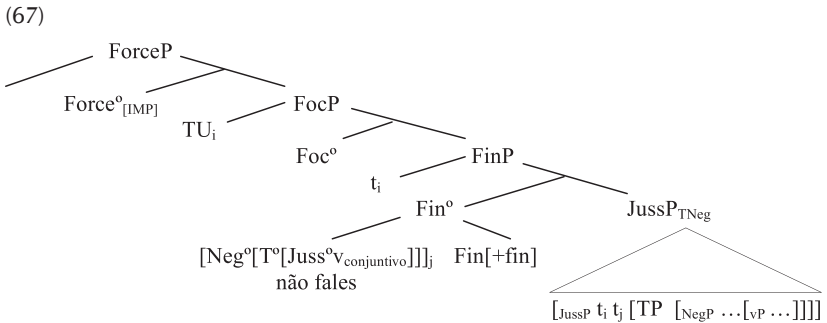
Tendo em vista as possibilidades de colocação dos sujeitos realizados em Português Europeu, cujo carácter focalizado tem sido salientado (Barbosa et al 2020), procuraremos precisar a posição do verbo nas frases imperativas afirmativas e negativas. Admitimos que nas frases com imperativo verdadeiro ou supletivo, tanto afirmativas como negativas, o verbo se move para Fin<sup>o</sup>, para verificar traços de finitude deste núcleo funcional, e aí pode permanecer, ficando ambos sob o escopo de Force<sup>o</sup><sub>[IMP]</sub>, como em (64), exemplos de frases afirmativas com sujeitos realizados interpretados como foco. A estrutura simplificada em (65) visualiza (64a), em que não representamos o vocativo, que ocorre acima de Force<sup>o</sup>:

- (64) a. (Ó João,) TU cala-te!
- b. (Meninos,) VOCÊS estejam quietos!

(65)  $[_{ForceP} Force^o_{IMP} [_{FocP} TU_i [_{Foc^o} ] [_{FinP} t_i [_{Fin^o} cala-te] ] [_{JussP} t_i [_{Juss^o} t_j] ] [_{TP\_def} [_{T^o\_def} t_j] ] [_{vP} t_i [_{v^o} t_j \dots ]]]]]]$

Do mesmo modo, em frases imperativas negativa como (66), admitimos, que o verbo em T° que tem incorporado o morfema de negação [Neg-V] se move de T° para Juss°, e de Juss° para o domínio C (cf. Zanuttini 1997: 144), onde ocupa a posição de Fin°, especificando os traços desta categoria como [+fin], e ficando sob o escopo de Force<sub>IMP'</sub>, o núcleo que codifica a força ilocutória imperativa. A representação simplificada em (67) ilustra a estrutura atribuída ao imperativo supletivo negado em (66a), que exhibe sujeito focalizado:

- (66) a. TU não fales!
- b. TU NÃO FALES!
- b. Não falem!



Aceitando que o núcleo/complexo verbal pode igualmente ser focalizado, como em (66b), propomos que nestes casos o complexo verbal se pode elevar de Fin° para Foc°, resultando a seguinte configuração:

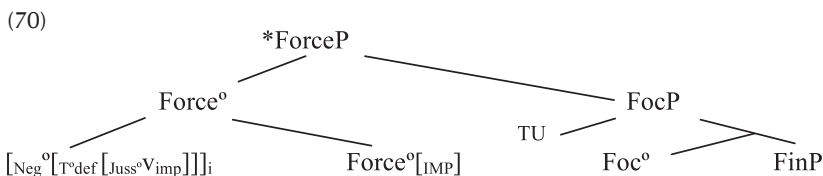
(68)  $[_{ForceP} Force_{IMP} [_{FocP} TU_i [_{Foc^o} NÃO_K FALES]_j [_{FinP} t_i t_j [_{JussP} t_j [_{TP\_def} t_j [_{NegP} t_k [_{vP} t_i t_j \dots ]]]]]]]]$



Os exemplos (66) não esgotam as possibilidades de ocorrência de sujeitos realizados na periferia esquerda das frases imperativas. Estes podem surgir imediatamente após o verbo com um valor de foco contrastivo:

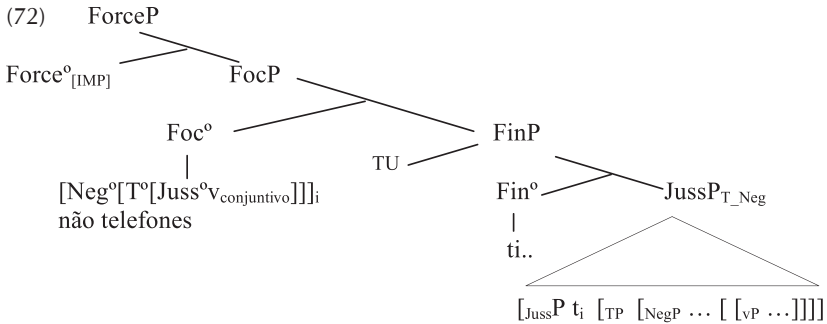
- (69) a. Trás TU o bolo!  
 b. Tragam VOCÊS os queijos!  
 c. Não telefones TU, que eu falo-te depois!

Para dar conta da ordem verbo-sujeito, poder-se-ia retomar a hipótese, defendida por Rivero (1994: 105) e Zanuttini (1997: 142) (sem ter em conta a focalização dos sujeitos) para o imperativo afirmativo de que os verbos no imperativo verdadeiro e supletivo se movem para Force<sup>o</sup> para verificação de traços-v de força ilocutória. Porém, o imperativo com sujeito pós-verbal não ocorrem só em frases afirmativas, como (69a) e (69b), mas também em frases negativas, como (69c). O movimento para Force<sup>o</sup> do verbo com a negação incorporada produziria a configuração ilegítima, em que a negação teria escopo sobre força ilocutória, (70). Contudo, como vimos, a força ilocutória não é suscetível de ser negada (cf. (63)):



Assim, propomos que o valor de focalização do sujeito pós-verbal decorra nestes casos do facto de o verbo (negado) instanciar o núcleo Foc<sup>o</sup>, activando esta projecção e colocando sob o escopo de Foc(P) o sujeito, eventualmente movido para especificador de FinP, como visualizado para (71) em (72):

- (71) Não telefones TU (, que eu falo-te depois)!



Em suma, uma versão mais articulada do domínio C, ausente das propostas de Rivero, Terzi, Zanuttini, Han e Zeijstra, permite dar conta da estrutura das frases imperativas e aproximar os casos de imperativo verdadeiro e supletivo, afirmativo ou negativo, respeitando as configurações de escopo requeridas.

## 5. Observações finais

Na presente proposta, tivemos como guias três propriedades centrais cujo alcance ultrapassa as frases imperativas: (i) A força ilocutória de uma frase não pode ser negada, e, conseqüentemente a nas imperativas Force° não pode ficar sob o escopo de (ser c-comandada por) um operador de negação. (ii) Nas frases imperativas, a exclusão da negação com o imperativo verdadeiro deve-se ao carácter defetivo de T°, propriedade que se manifesta noutras estruturas, nomeadamente nas construções de reestruturação. (iii) CP é segmentável em categorias funcionais, como proposto na análise cartográfica do domínio C. Entre essas categorias, destacam-se, como obrigatórias, Force° (com traços de força ilocutória) e Fin° (com traços de [±finitude]) formando um elo com T° no domínio TP, e, como opcionais, entre outras, Foc°.

Adicionalmente, assumimos, com Zanuttini (2008) e Zanuttini et al. (2012), que as frases com valor jussivo, estão associadas a uma projeção específica, JussP, situada acima de TP e abaixo de CP, que alberga todas as instâncias de imperativo e determina a referência dos sujeitos nestas frases.

Adotando uma análise a cartográfica de CP, admitimos que a posição final do verbo no imperativo verdadeiro e supletivo, nas frases afirmativas e negativas, é Fin<sup>o</sup> e que nos casos de realização de um sujeito focalizado, este ocorre em especificador de FocP, quando é pré-verbal, ou é focalizado pelo verbo em Foc<sup>o</sup>, se ocorrer em posição pós-verbal.

## REFERÊNCIAS

- Alcázar, A. & Saltarelli, M. 2015. *The syntax of Imperatives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbosa, P., Santos, P. & Veloso, R. 2020. Tipos de Frases e Força Illocutória. In: E. Raposo, M-F. Nascimento, M-A. Mota, L. Segura, A. Mendes & A. Andrade. *Gramática do Português*. Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Belletti, A. 1990. *Generalized Verb Movement. Aspects of the verb syntax*. Turim: Rosenberg & Selier.
- Brito, A-M, Duarte, I. & Matos, G. 2003. Estrutura da Frase simples e tipos de frases. In: Mateus, M-H., A-M. Brito, I. Duarte, I. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Chomsky, N. 2000. Minimalist Inquiries: the Framework. In: Martin, R., D. Michaels & J. Uriagereka (eds.) *Step by Step: Essays in Minimalism in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 89-155.
- Chomsky, N. 2001. Derivation by Phase. In Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: a Life in Language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1-52.
- Chomsky, N. 2004. Beyond Explanatory Adequacy. In: A. Belletti (ed.) *Structures and Beyond The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 104-131.
- Duarte, I. & Matos, G. 2000. Romance Clitics and the Minimalist Program. In: J. Costa (ed.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies in Portuguese Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 116-142.
- Faria, I. 1973. Sobre a formação das imperativas em Português. *Boletim de Filologia*, XXIII: 81-188.
- Frascarelli, M. & Jiménez-Fernández, A. 2021. How much room for discourse in imperatives?

- The lens of interface on English, Italian and Spanish. *Studia Linguistica*, 75(1):1-61.
- Frege, G. 1960. *The Foundations of Arithmetic: a Logico-mathematical Enquiry into the Concept of Number*. New York: Harper. Tradução de J. Austin, publicado originalmente em 1884.
- Gonçalves, A. & Matos, G. 2009. Ellipsis and Restructuring in European Portuguese. In: E. Aboh, E. Linden, J. Queer & P. Sleeman (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2007*, 109-129. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Gonçalves, F. 1994. *A Negação Frásica em Português — Caracterização do Sintático com Referência ao Processo de Aquisição*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Haegeman, L. 1995. *The Syntax of Negation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haegeman, L. & Hill, V. 2013. The syntacticization of discourse. In: Folli, R, Ch. Sevdali & R. Truswell. *Syntax and its limits*. Oxford: Oxford University Press.
- Han, C-H. 2001. Force, negation and imperatives. *The Linguistic Review* 18: 289–325.
- Hill, V. 2007. Vocatives and the pragmatics-syntax interface. *Lingua* 117: 2077-2105.
- Lee, Ch. 1988. Speech act terms and mood indicators (in Korean). *Acta Linguistica Hungarica* 38: 127–141.
- Marques, R. 2012. Sobre alguns modalizadores de frase epistémicos e evidenciais. *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2012, pp. 398-415.
- Martins, A. M. 1994. Enclisis, VP Deletion and the Nature of Sigma. *Probus* 6, 173-205.
- Matos, G. 2005. *Temas de Sintaxe - Seminário de Pós-Graduação*. Trabalho apresentado em provas de Agregação. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Matos, G., Miguel, M., Freitas, M. J. & Faria, I. 1997. Functional Categories in Early Acquisition of European Portuguese. In: A. Sorace, C. Heycock & R. Shillcock (eds.), *Proceedings of the GALA'97 Conference on Language Acquisition*, Edinburgh: The University of Edinburgh, 115-120.
- Matos, G. 1999. Negative Concord and the Scope of Negation. *Catalan Working Papers in Linguistics*. 7: 175-190.
- Matos, G. 2001. Negative Concord and the Minimalist Approach. In: D'Hulst, Y., J. Rooryck e J. Shroten (orgs.) *Romance Languages and Linguistic Theory 1999*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Oliveira, F. 2003. Modalidade e Modo. In: M.- H. Mateus, A-M. Brito, I. Duarte, I. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Pollock, J. -Y. 1989. Verb Movement, Universal Grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*. 23(3): 365-424.
- Rivero, M. -L. 1988. *The structure of IP and V movement in languages of the Balkans*. Ms. University of Ottawa.
- Rivero, M. -L. 1994. Negation, imperatives and the Wakernagel effects. *Rivista di Linguistica* 6(1): 91-118.
- Rivero, M. -L; Terzi, A. 1995. Imperatives, V-movement and logical mood. *Journal of Linguistics*, 31: 301-332.
- Rizzi, L. 1997. The Fine Structure of the Left Periphery. In L. Haegeman (ed.) *Elements of Grammar*. 281-337. Amsterdam: Kluwer.
- Rizzi, L. & Bocci, G. 2017. The Left Periphery of the clause – primary illustrated for Italian. In: *The Wiley Blackwell Companion to Syntax*. edition II. Hoboken: Blackwell Publishers.
- Rizzi, L. Cinque, G. 2016. Functional categories and syntactic theory. *Annual Review of Linguistics*, 2.
- Speas, M. & Tenny, C. 2003. Configurational properties of point of view roles. In Di Sciullo, A.M. (Ed.), *Asymmetry in Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 315–344.
- Zanuttini, R. 1991. Syntactic properties of sentential negation. A comparative study of Romance languages. PhD thesis. University of Pennsylvania, Philadelphia.
- Zanuttini, R. 1996. On the relevance of Tense for sentential negation. In A. Belletti & L. Rizzi (eds.) *Parameters and Functional Heads: Essays in Comparative Syntax*. New York / Oxford: Oxford University Press, 181-207
- Zanuttini, R. 1997. *Negation and Clausal Structure – A comparative study of Romance Languages*. New York / Oxford: Oxford University Press.
- Zanuttini, R. 2001. Sentential Negation. *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Edited by Dark Baltin and Chris Collins. Oxford / Malden: Blackwell Publishers, 511-535.
- Zanuttini, R. 2008. Encoding the addressee in the syntax: evidence from English imperative subjects. *Natural Language and Linguistic Theory*.26: 185-218.
- Zanuttini, R, Pak, M. & Portner, P. 2012. A syntactic analysis of Interpretative restrictions on imperative, promissive and exhortative subjects. *Natural Language and Linguistic Theory*, 30(4):1231–1274.
- Zeijlstra, H. 2006. He ban on true negative imperatives. In: O. Bonami & P. Cabredo Hofherr (eds.) *Empirical Issues in Syntax and Semantics* 6: 405–424. [http // www. cssp. cnrs. fr / eiss6](http://www.cssp.cnrs.fr/eiss6).



# Coordenações assimétricas no português antigo<sup>1</sup>

Giampaolo Salvi

salvi.giampaolo@btk.elte.hu

*Universidade E tv s Lor nd, Budapeste (Hungria)*

## ABSTRACT.

This paper takes into account some asymmetries found in Medieval Portuguese coordinate structures containing infinitival clauses. These are cases of coordination of a non-inflected infinitive with an inflected one and cases of apparent extraction of an element from the first clause of a coordinate structure. Both asymmetries can be eliminated if we assume that the coordination takes place at a higher structural level than that of the infinitival clauses; however, this solution entails that we have to postulate a gap in the second conjunct with the ellipsis of some elements (and/or the presence of some abstract elements) recoverable on the basis of elements expressed in the first conjunct. We show that only this more abstract hypothesis can explain in a direct manner the data examined in this work.

## KEYWORDS.

Coordination; ellipsis; inflected infinitive; clitic climbing.

## RESUMO.

Este artigo toma em consideração algumas assimetrias que encontramos em estruturas coordenadas que contêm subordinadas infinitivas no português antigo. Trata-se em particular de casos em que um infinitivo não flexionado é coordenado com um infinitivo flexionado e de casos em que aparentemente temos a extração de um elemento do primeiro membro de uma estrutura coordenada. Ambas as assimetrias podem ser eliminadas assumindo que a coordenação se refere a secções mais amplas da estrutura do que as minimamente necessárias; o custo desta hipótese é que no segundo membro desta estrutura mais ampla devem aparecer um ou mais elementos abstratos identificáveis com elementos expressos no primeiro membro. Esta hipótese mais abstrata, no entanto, explica de forma mais simples os dados estudados neste trabalho.

---

<sup>1</sup> O material deste artigo foi apresentado em 2017 num colóquio comemorativo dedicado aos 40 anos de ensino do português na Universidade Eövös Loránd de Budapeste, onde esteve também presente Ana Maria Brito, que conhece portanto o conteúdo essencial deste estudo. Esta versão escrita é, contudo, um pouco mais ampla e trata também alguns exemplos problemáticos que na ocasião do colóquio foram colocados de lado. A coordenação de um infinitivo não flexionado com um infinitivo flexionado já tinha sido tratada brevemente em Salvi (2008) e os casos de extração, com base em exemplos do italiano antigo, em Salvi (2005).

Agradeço a Ildikó Szijj e a Gabriela Tavares a ajuda que me deram na tradução deste artigo, e a um leitor anónimo as suas observações.

PALAVRAS-CHAVE.

Coordenação; elipse; infinitivo flexionado; subida dos clíticos.

## 1. Os problemas

Num artigo dedicado à origem do infinitivo flexionado, Ana Maria Martins cita o seguinte exemplo, em que aparece uma coordenação de duas frases infinitivas<sup>2</sup> que podemos definir como assimétrica porque, enquanto o primeiro infinitivo é não flexionado (*auer*), o segundo, no entanto, é-o (*dare(m)*; cfr. Martins 2004: n. 35):

- (1) estes meus cabeças e erées possam *auer* todo o meu asi mobil commo rrayx  
e *dareno* ali u elles teuerem por bem

Outros exemplos semelhantes aparecem citados por Maurer (1968: 38-39):

- (2) a. *deuemnos reteer* em seus corações, e *pensarem* que...  
b. *Deuemos dandar* no sseu caminho e nunca nos *departirmos* do sseu ensinamento  
c. Se *deuem* os monges *dauer* ou *teerem* algua coisa...

O exemplo (2a) apresenta ainda uma outra aparente anomalia, porque o clítico *nos* (= *os*) ligado ao verbo principal *deuem* refere-se só ao primeiro dos dois infinitivos: de facto é objeto direto de *reteer*, mas não tem nenhuma relação sintática com o segundo infinitivo (*pensarem*). Numa perspetiva transformacional, podemos imaginar que a estrutura subjacente da frase é a representada em (3a), da qual (2a)/(3b) seria derivada fazendo subir o clítico da subordinada para a frase principal (v indica o vestígio deixado pelo elemento deslocado):

---

<sup>2</sup> Para simplificar a exposição, consideraremos todos os casos da sequência *verbo + infinitivo* como casos de subordinação, quer dizer da construção *verbo + frase infinitiva*. Como notado por um dos leitores anónimos, na maioria dos exemplos é possível uma análise alternativa em que o verbo principal é na realidade um auxiliar, quer dizer: *auxiliar + infinitivo*, sem subordinação. Mas como podemos analisar a relação *auxiliar-verbo* como paralela, do ponto de vista estrutural, a uma relação de subordinação (com o auxiliar como regente do infinitivo), esta simplificação não deveria comprometer os resultados da análise.



- (3) a. *deuem* [*reteê-los em seus corações*], e [*pensarem que...*]  
b. *deuemnos* [*reteer v em seus corações*], e [*pensarem que...*]

Esta derivação, no entanto, não deveria ser permitida tendo em conta a restrição sobre a extração das estruturas coordenadas de Ross (1986, 4.84): «In a coordinate structure, no conjunct may be moved, nor may any element contained in a conjunct be moved out of that conjunct». O clítico encontra-se de facto no primeiro membro da estrutura coordenada [*rete -los em seus coraç es*] e [*pensarem que...*], e por isso não deveria poder ser extraído.

Neste texto propomos contribuir com uma solução intuitivamente simples, capaz de explicar as duas anomalias encontradas no exemplo (2a): a assimetria na flexão dos infinitivos coordenados e a aparente extração de uma estrutura coordenada.

## 2. Proposta de solução

Vamos começar com a aparente extração de um clítico de uma estrutura coordenada, que é uma construção muito frequente. Em (4) temos alguns exemplos ulteriores:<sup>3</sup>

- (4) a. *ao menos deuesse confesar* hũa vez no ano e *tomar* ho corpo de Deus por pascoa (Clemente Sánchez de Vercial, *Sacramental* 3.42)  
b. *Assi se deve acusar* cada hũu pecador, e *dizer* (*Castelo Perigoso* 1.16)  
c. *homem se deve confessar* em temor e humildade e *esparger* todo seu coraçom ante Deus e seu confessor (*Castelo Perigoso* 1.16)  
d. *deve-se* homem *armar* ante do campo (...) e *hordenar* seu coraçom em paciência (*Castelo Perigoso* 2.34)  
e. *deve-sse tornar* a Deus humilldosamente e *dizer* devotamente (*Castelo Perigoso* 2.63)

---

<sup>3</sup> Os exemplos foram recolhidos do *Corpus informatizado do português medieval* (<https://cipm.fcsh.unl.pt/>), exceto (7c) e (28e) (de Martins 2004: 4.1). Os símbolos A, B e V remetem aos cancioneiros da lírica trovadoresca, CSM às *Cantigas de Santa Maria*.

Uma possível solução que evita a violação da restrição sobre as estruturas coordenadas é atribuir à frase (2a), em lugar da estrutura (3a), a estrutura (5a), em que em vez de um verbo principal que rege a coordenação de duas frases no infinitivo, temos coordenação de duas frases, na segunda das quais o verbo principal fica não expresso; nesta estrutura a subida do clítico (5b) acontece no interior do primeiro membro da coordenação e não viola a restrição de Ross:

- (5) a. [deuem reteê-los em seus corações], e [V pensarem que...]  
 b. [deuemnos reteer em seus corações], e [V pensarem que...]

A solução (5a) é com certeza mais complexa do que a solução (3a), porque é mais abstrata: prevê de facto um elemento não expresso, mas semanticamente presente (o significado é 'devem retê-los em seus corações e *devem* pensar que...'). Esta hipótese é contudo apoiada pelo facto de uma elipse similar do verbo finito ser em qualquer caso necessária na gramática do português antigo, como se mostra no exemplo (6a), onde temos a coordenação de duas frases completas com dois sujeitos diferentes (a primeira com sujeito impessoal, a segunda com sujeito nominal), e aqui também o verbo finito da segunda frase fica não expresso porque lexicalmente é igual ao da primeira frase (6b):

- (6) a. começou de chover / e *alampos con torv es des i coriscos caer*  
 (CSM 311)  
 b. [começou de chover ] e [alampos con torvões des i coriscos V caer]

A postulação da estrutura (5a), com elipse do verbo finito no segundo membro da coordenação, permite-nos, portanto, evitar uma violação da restrição sobre as estruturas coordenadas. Mas vamos alargar um pouco o âmbito dos nossos exemplos. Em (7)–(8) vemos coordenações em que aparecem infinitivos que regem clíticos diferentes, com uma nova assimetria: enquanto no primeiro membro da coordenação o clítico sobe e fica ligado ao verbo principal (ou, em (8a), ao complementador *se*), no segundo membro o clítico fica ligado ao infinitivo, normalmente em posição enclítica (7), mas em posição proclítica se o infinitivo é precedido da negação (8):

- (7) a. deuêsse *teer* por auõdados dos bẽes que lhys fezerẽ enos moesteyros  
e *seruilos* lealmẽte (Afonso X, *Primeyra partida* 10.21)  
b. muito o deveriamos *agradecer* a Nosso Senhor e *or -lo* por em (*Demanda do Santo Graal* 472)  
c. E nos posades *tomar* o dicto CasaL E *dalo* A quem por bem teuerdes
- (8) a. se *m'* algum tempo quisera *leixar* / ela *servir*, e non-*na ir matar* (B608, V210)  
b. deuea *apertar* na mão, e nom *lhe leixar* *descayr* a ponta (*Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* 3-5.5)

Podemos pensar que a estrutura, antes da subida do clítico, é (9a) (para o ex. (7b)); no primeiro membro o clítico sobe regularmente, como era normal nas línguas românicas antigas, mas no segundo membro, à falta de um verbo principal foneticamente realizado, o clítico fica ligado ao infinitivo (9b), daí a assimetria (nos exemplos (8) a subida do clítico podia ter sido também impedida por causa da presença da negação):

- (9) a. [muito *deveriamos agradecer-lo* a Nosso Senhor] e [V *orá-lo* por em]  
b. [muito o *deveriamos agradecer* a Nosso Senhor] e [V *or -lo* por em]

Antes de continuar o nosso raciocínio, vamos observar que uma estrutura como (3a), em que um verbo principal rege uma coordenação de frases no infinitivo, devia ser possível no português antigo. Esta é, de facto, a estrutura que podemos atribuir às frases em (10), onde o clítico ligado ao verbo principal se refere a ambos os infinitivos coordenados. A estrutura subjacente de (10d) seria portanto (11a), da qual podemos derivar (11b) com uma aplicação *across-the-board* da subida do clítico (mas esta análise será problematizada na secção 3):

- (10) a. a quen Deus tanto ben deu / *devia-ss'* a *nenbrar* do seu / home coytdo  
e a *doer* / de tan coytdo, mha senhor, / com' oj' eu vivo (A 42, B 154)  
b. *Acorrer nos* pode e de mal *guardar* / a Madre de Deus (CSM 86)  
c. *começou-ss'* a *repentir* / de seus pecados e *sentir* (CSM 239)  
d. aquelles que a deuiam *defender* e *mostrar* per exemplo (*Orto do Esposo* 4.46)

- (11) a. *deuiam* [defendê-la] e [mostrá-la per exemplo]  
b. *a deuiam* [defender v] e [mostrar v per exemplo]

Mas também no caso de dois infinitivos coordenados que regem o mesmo clítico, os falantes podiam escolher a outra solução, a coordenação de duas frases principais com elipse do verbo principal, como se mostra nos exemplos em (12); a estrutura subjacente de (12c) é representada em (13a), donde podemos derivar (13b) com a subida do clítico no primeiro membro da coordenação, como em (9):

- (12) a. *vós ben vos deviades nembrar / en qual coita vos eu ja por mi vi, / fals', e nembrar vos qual vos fui eu i* (B 1170, V 776)  
b. *Entom o fez levar a ãa câmara e espi-lo* (*Demanda do Santo Graal* 548)  
c. *sse for caualeiro deuesse deçer a pee e apartarse* daquele lugar (Clemente Sánchez de Vercial, *Sacramental* 2.183)  
d. *por isto a deve homem teer em deciplina e met -lla so seus pees* (*Castelo Perigoso* 2.26)  
e. *deve-sse homem entom a guardar de todas terreaes ocupaçoes (...) e ocupar-sse em oraçom e em servir Deus* (*Castelo Perigoso* 2.61)
- (13) a. [*deue deçer-se a pee*] e [*V apartar-se* daquele lugar]  
b. [*deuesse deçer a pee*] e [*V apartarse* daquele lugar]

Ora, a derivação resumida em (9) fornece-nos também a solução para o problema apresentado nos exemplos (1)-(2), nomeadamente, a flexão assimétrica dos infinitivos coordenados. Se supomos que a flexão pessoal do verbo se comporta de alguma forma como os clíticos, e é, portanto, na estrutura subjacente, um elemento sintaticamente independente, como em (14a) para o exemplo (1), a estrutura superficial obtém-se ligando a flexão ao verbo mais proeminente: ao verbo principal no primeiro membro da coordenação e, à falta de um verbo principal foneticamente realizado, ao infinitivo do segundo membro (14b):

- (14) a. [*possa 3pl auer...*] e [*V 3pl dar...*]  
b. [*possam auer...*] e [*V darem...*]

A distribuição da flexão pessoal nestas estruturas coordenadas é exatamente a mesma que a distribuição dos clíticos em (12).

### 3. Algumas dificuldades

A hipótese formulada na secção precedente encontra várias dificuldades que serão discutidas brevemente nesta parte.

Se o mecanismo da colocação dos clíticos e da flexão pessoal é o mesmo, esperaríamos que numa mesma frase, se há assimetria na posição dos clíticos, houvesse também assimetria na da flexão. Mas não é assim: nos exemplos (7) e (12a) os clíticos aparecem colocados de forma assimétrica, mas não há assimetria na flexão dos infinitivos: ambos são não flexionados. Se os dois fenómenos fossem paralelos, esperaríamos (7b'), em lugar de (7b), com a estrutura subjacente (7b''):

- (7) b'. muito o deveríamos agradecer a Nosso Senhor e *orarmo-lo* por em  
b''. [muito *deveria* 1pl. *agradec -lo* a Nosso Senhor] e [V(cond.) 1pl. *or -lo* por em]

(em (6) também, se a flexão fosse um elemento independente da estrutura, esperaríamos no segundo membro: *alampos con torv es des i coriscos caerem*). Podemos pensar que nos exemplos deste tipo a elipse não se refere só à forma lexical do verbo principal, mas também à flexão pessoal, que, como morfema ligado, tem menos independência do que os clíticos – e esta parece ser de facto a solução preferida. Observe-se também que a flexão pessoal não deve ser necessariamente igual à do primeiro membro, como se vê em (6) (3sg/3pl).<sup>4</sup>

Vejamos agora a interação destas estruturas com a negação. Um exemplo como (15) requer a coordenação de duas frases porque a negação só tem escopo sobre o primeiro infinitivo – a estrutura será portanto (16):

---

<sup>4</sup> A preposição que precede o infinitivo também não é normalmente repetida antes do segundo infinitivo, como se vê em (2b-c), (6), (10a), (12e), e, mais abaixo, (15), (28e) e (30) (mas também é possível a repetição (10a)).

(15) *nom* deve de dormir, *mes* estar sempre so guarda (*Castelo Perigoso* 2.57)

(16) [*nom* deve de dormir], *mes* [V estar sempre so guarda]

Em (17) a posição dos clíticos e o escopo da negação requerem o mesmo tipo de estrutura (cfr. acima (7) e (9) para os clíticos):

(17) *nom se* deve guardar com a llança de sso o braço, *mais t malla* em amballas mãos (*Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* 3-5.11)

Mas em (18) este paralelismo rompe-se: a negação, que tem escopo só sobre o primeiro infinitivo, aqui requer a coordenação de duas frases, como em (15) e em (17), mas o clítico é complemento dos dois infinitivos, portanto a estrutura requerida deveria ser do tipo (11b), com coordenação das duas frases infinitivas:

(18) por que *o nom* deve *aficar* em correr nem voltar, *mas* a gallope trazer (*Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* 3-5.14)

Se nos baseamos na posição do clítico, deveríamos atribuir à frase a estrutura (19a) – mas como explicar então que a negação não se estenda ao segundo membro da coordenação? Se, pelo contrário, nos baseamos na negação, a estrutura deveria ser (19b) – isto é, devemos admitir que além do verbo, também um clítico pode estar sujeito à elipse:

(19) a. *o nom* deve [aficar em correr nem voltar], *mas* [a gallope trazer]

b. [*o nom* deve aficar em correr nem voltar], *mas* [V-*pro* a gallope trazer]

Esta última solução é paralela à adotada no caso anterior, e por isso preferível – como no caso anterior, a elipse do verbo pode comportar também a elipse de um elemento estreitamente ligado ao verbo: não só a flexão pessoal, como em (7), mas também um clítico, como em (18). O fenómeno aparece também noutras línguas românicas antigas, como mostra o seguinte exemplo francês tomado de Tobler (1902: 112):

- (20) a. corone d'or *li fait porter* / et comme s'oissor *honorer* 'faz-lhe usar coroa de ouro e (fá-la) honrar como sua esposa'  
b. [corone d'or *li fait porter*] et [comme s'oissor *pro* + V *honorer*]

Observe-se que, como no caso da flexão pessoal acima visto, o clítico exposto à elipse também não deve ter todos os traços iguais aos do seu antecedente: o antecedente *li* é dativo, enquanto o clítico não expresso deveria ser acusativo (*la*).

A análise que propusemos para os exemplos com o primeiro membro da coordenação negado, é confirmada por casos em que os dois membros aparecem negados. Em teoria um exemplo como (21) poderia ter a estrutura (22a) ou (22b),<sup>5</sup> mas (23), por causa da posição dos clíticos, deverá ter uma estrutura similar a (22b):

- (21) delle [= do cabedal] *nom* deve leixar *nem* despender, salvo com speranza d'aver moor gaança (*Leal Conselheiro* 11)  
(22) a. *nom* deve [leixar *nem* despender]  
b. [*nom* deve leixar] [*nem* V despender]  
(23) Seu dono *nom* *lhi* quis *dar* / cevada, *nen'ó* *ferrar* (B 1487, V 1098)

Também neste caso temos exemplos paralelos a (18): nos exemplos (24) o clítico ligado ao verbo principal refere-se aos dois infinitivos, por isso, como em (18), para (24a) podemos pensar numa estrutura como (25a), baseando-nos na posição do clítico, ou como (25b), paralela a (19b):

- (24) a. *n* *lhe* querendo *conhocer* senhorio *nem* *dar* o trebuto que *lhe* soya de dar (*Cr nica Geral de Espanha de 1344* 466)  
b. tal promissom come esta *n* *na* pode o papa *nẽ* outrẽ *nẽ* *hũu* *mudar* *nẽ* *c* *bhar* (*Afonso X, Primeyra partida* 11.4)  
(25) a. *n* *lhe* querendo [conhocer senhorio] [*nem* dar o trebuto]  
b. [*n* *lhe* querendo *conhocer* senhorio] [*nem* *pro*-V dar o trebuto]

---

<sup>5</sup> Não podemos entrar aqui nos problemas relacionados com o tratamento da negação, em particular de *nem*; observaremos só que (22b) não apresenta dificuldades particulares, porque *nem* está no mesmo nível estrutural que *nom*: [*nom* deve leixar] [*nem* (= e *nom*) (deve) despender], enquanto (22a) requer um tratamento especial, porque o primeiro membro da coordenação é negado só indiretamente: *nom* deve [leixar] [*nem* despender] (aqui não podemos substituir simplesmente *nem* por *e* *nom*). Este facto poderia ser um argumento para preferir a estrutura (22b) a (22a).

Mas (25a) não parece ser uma boa opção para a estrutura dos exemplos (24): esta estrutura prevê, de facto, a extração de uma subordinada negada (o segundo membro da coordenação), uma possibilidade que, com base nos exemplos do português moderno de (26), parece pouco provável ou até excluível:

(26) Como pode não o fazer? / Como pode não fazê-lo? vs ??Como o pode não fazer?

Temos, assim, que escolher a solução (25b), paralela a (19b), que desta forma fica reforçada.

Neste ponto podemos perguntar-nos se a estrutura proposta para os exemplos (10), com aparente subida do clítico *across-the board*, é realmente necessária ou se, pelo contrário, em lugar da estrutura (11), não devemos supor também para aqueles exemplos uma estrutura com duas frases coordenadas e elipse do clítico, como em (27):

(27) [a *deuiam* defender] e [cl-V mostrar per exemplo]

E o problema apresenta-se em todos os casos em que não temos suficientes elementos para decidir entre as duas análises, por exemplo na ausência de clíticos, ou com clíticos só no segundo infinitivo, como nos exemplos (28)-(29),<sup>6</sup> ou com clíticos nos dois infinitivos, como em (30). Nestes casos podemos hesitar entre as análises (31a) e (31b) (para o ex. (28d)):

- (28) a. devia hũ delles *tornar* ao comde, & *dezer-lhe* como os dous fycavã sobre as vacas (*Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* 2.15)  
 b. em tall caso hũu deve *prasmr* o outro e *amoest -llo* escondidamente que sse emmende (*Castelo Perigoso* 1.13)  
 c. Homem deve assi *criar* seu corpo que possa servir e assi o *deciplinar*, que queira obedecer (*Castelo Perigoso* 2.26)

---

<sup>6</sup> Em relação a exemplos como (29) cfr. no entanto a nota anterior.



- d. deve todos seus nembros *manteer* em justiça e dereitura e *horden -llos* aa fim por que sam feitos (*Castelo Perigoso* 2.54)
- e. E nos deuemos de *p er* A meyatade da semête e *daruos* may's hũu sesteyro de pam meyado
- (29) *non* pode falar migo / *nen* veer *m'* (B 555, V 158)
- (30) começou de *lhe beygar* os sseus mui santos pees e *rregar-lhos* cõ muitas lagrimas (*Vida de Santa Maria Egipc aca* 65r)
- (31) a. deve [todos seus nembros *manteer* em justiça e dereitura] e [hordená-*llos* aa fim por que sam feitos]
- b. [deve todos seus nembros *manteer* em justiça e dereitura] e [V-os hordenar aa fim por que sam feitos]

Como a solução (31b) é de qualquer maneira necessária para explicar exemplos paralelos como (1) e (2b), pela navalha de Ockham, a estrutura (11)/(31a), ainda que mais simples, poderia ser realmente supérflua. Mas para decidir esta questão seria necessário tomar em consideração um maior número de estruturas coordenadas do português antigo.

#### 4. Conclusão

Nesta breve contribuição procuramos resolver alguns problemas relativos às estruturas coordenadas do português antigo que contêm subordinadas infinitivas: a aparente extração de um dos membros coordenados e a aparente coordenação de um infinitivo não flexionado com um infinitivo flexionado. Os problemas desaparecem se se postula que a coordenação se refere a estruturas mais amplas do que as minimamente necessárias, que contêm elementos não expressos. O elemento não expresso é sempre o verbo lexical principal, mas a elipse pode referir-se também a elementos gramaticais estreitamente ligados ao verbo como a flexão pessoal e os clíticos (além da preposição que introduz o infinitivo) – fica por estudar, com uma recolha mais ampla de dados, quais são os limites exatos destas elipses acessórias.

## REFERÊNCIAS

- Martins, A. M. 2004. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. In: A. M. Brito, O. Figueiredo e C. Barros (Org.). *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 197-225.
- Maurer, Th. H. Jr. 1968. *O Infinitivo Flexionado Português (estudo histórico-descritivo)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editôra da Universidade de São Paulo.
- Ross, J. R. 1986. *Infinite Syntax!* Norwood, New Jersey: ALEX.
- Salvi, G. 2005. Coordinazioni asimmetriche nelle lingue romanze antiche. In: S. Kiss, L. Mondin e G. Salvi (Org.). *Latin et langues romanes. Études de linguistique offertes à Josef Herman l'occasion de son 80<sup>me</sup> anniversaire*. Tübingen: Niemeyer, 453-462.
- Salvi, G. 2008. Coordinazioni asimmetriche nelle lingue romanze antiche (terza parte). In: E. Stark, R. Schmidt-Riese e E. Stoll (Org.). *Romanische Syntax im Wandel*. Tübingen: Narr, 273-283.
- Tobler, A. 1902. *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik*. Erste Reihe. Zweite vermehrte Auflage. Leipzig: Hirzel (reprint: Amsterdam: RODOPI, 1971).

# Velhas e novas classes de formativos e de processos de construção de palavras: o caso particular de *splintering* e de fractocomposição<sup>1</sup>

Graça Rio-Torto  
gracart@gmail.com  
Universidade de Coimbra, Celga-Iltec (Portugal)

## ABSTRACT.

The present study describes the classes of formatives and processes of word construction, such as (i) affixation and composition, the most established and stabilized, (ii) *blending*/lexical fusion and *clipping*/shortening, less represented than the previous ones, and (iii) some of the most innovative, such as those operating with *splinters*. The legitimation of these formatives, with origin in non-morphememic segments that acquire, as a result of reanalysis, morfolexical status, poses the problem of the nature of the process in which they operate. Once the autonomy from *blending* is established, the proximity of *splintering* to affixation and composition is discussed, and the fractocomposition is proposed as the subclass in which *splinters* can be enrolled, together with other fractoformatives. In order to characterize these formatives, in this study the processes' categorization is based on the  $\pm$  bound,  $\pm$  fragmented/splintered and/or  $\pm$  clipped nature of the formatives.

## KEYWORDS.

Derivation; composition; blending; splinter; fractocompounding.

## RESUMO.

O presente estudo descreve as classes de formativos e de processos de construção de palavras, como (i) a afixação e a composição, as mais consagradas e estabilizadas, (ii) o *blending* ou fusão lexical e o *clipping*, ou encurtamento, menos representadas que as anteriores, e (iii) algumas das mais inovadoras, como as que envolvem *splinters*. A legitimação destes formativos, com origem em segmentos não-morfémicos que adquirem, fruto de reanálise, estatuto morfolexical, coloca o problema da natureza da(s) classe(s) em que estes operam. Uma

---

<sup>1</sup> Este modesto contributo em homenagem à Professora e Amiga Ana Maria Brito situa-se numa área de trabalho que não é área de eleição na investigação da ilustre Colega. Todavia, ao longo dos muitos anos de convívio entre ambas, foi possível testemunhar o elevado grau de exigência profissional colocado em todas as missões que acolheu, o rigor que sempre colocou em tudo o que fez, a curiosidade e o espírito de abertura a tudo quanto era novo e diferente, a serenidade e a convivialidade que imprimia a todos os processos em que aceitava colaborar, mesmo para além das suas forças. Conhecendo o seu gosto pelos desafios, oxalá este texto, com uma subliminar intencionalidade pedagógica para os nossos alunos, lhe seja saboroso!

vez estabelecida a autonomia do *splintering* face ao *blending*, discute-se a sua proximidade com a afixação e com a composição, e propõe-se a fractocomposição como a subclasse em que eles se podem inscrever, conjuntamente com outros fractoconstituintes. Tendo em vista uma melhor caracterização destes fractoconstituintes, os processos são aqui categorizados com base no traço  $\pm$ preso,  $\pm$ fragmentado e/ou  $\pm$ truncado dos formativos.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Derivação; composição; *blending*; splinter; fractocomposição.

## 1. Introdução

No mundo da morfologia muitos dos constituintes morfológicos parecem ter um estatuto imutável e totalmente estável; mas o estatuto morfológico e/ou sintático de alguns formativos pode alterar-se em função de diversas variáveis. A flutuação categorial dos formativos é um tópico desde sempre sinalizado, e dela também se ocupa esta reflexão.

Este estudo visa sumariar as propriedades mais prototípicas dos formativos actuaentes nos diferentes processos de construção de palavras, e descrever alguns casos de alteração de estatuto de formativos genolexicais, quer operem no âmbito da afixação, quer no da composição, quer no de cruzamento, truncamento ou formação que envolve 'splinters'/*splintering*.

## 2. Recategorização de formativos

Um mesmo constituinte formal pode assumir vários estatutos, tendo sido objeto de uma recategorização de sentidos diversos: mais 'lexical', se um afixo se assume como uma unidade lexical autónoma (N, A, por exemplo), ou mais 'gramatical' se um radical de um composto adquire nova configuração e se assume como mais próximo de um afixo.

### 2.1. Recategorização no sentido de mais lexicalidade

Os afixos são, por definição, formativos presos. Assim acontece com sufixos (-ice, em *malandrice*, -ej-, em *alvejar*, -nte, em *colaborante*,

-*vel*, em *substitu vel*, entre muitos outros), com circunfixos (*a...-ec-*, em *amanhecer*, *es- ... -e-*, em *espernear*), com prefixos (*des-*, em *desinibir*, *in-*, em *invulgar*, *re-*, em *lembrar*). Mas, dada a plasticidade da língua e a labilidade categorial de muitos dos seus signos, há formativos com outro estatuto matricial não afixal que podem adquirir propriedades afixais, do mesmo modo que há afixos que podem assumir outros estatutos.

Se os sufixos são, por definição, formativos presos, que não podem portanto funcionar como unidades morfolexicais autónomas, alguns casos há em que eles se nominalizam e adquirem estatuto de substantivos: assim acontece com *-ismo* e com *-ista*, pois «estamos numa época de muitos *-ismos* e de muitos *-istas*» como se ouve abundantemente dizer nos média. Assim acontece também com *-inho*, dado o facto de se tratar de um sufixo muito usado com valor pragmático em português.

Também podem funcionar como autónomos alguns prefixos que são objeto de reanálise e de resignificação, que viriam a desembocar num novo sentido; tal lexicalização de afixos é visível em:

- (1) *o/a ex-* de ‘*o/a antigo/a X [companheiro/a] de alguém*’
- (2) *um extra* ‘algo de supletivo em relação a’ (*ganhar uns extras para equilibrar as finanças*)
- (3) *a micro* ‘microrradiografia’ (*o m dico prescreveu uma micro*);
- (4) *o micro*
  - a. ‘microfone’ (*o micro n o emite som*);
  - b. ‘minicomputador portátil’ (cf. «A avaliação foi feita com um micro portátil (notebook) e um micro de mesa, configuração mais comum para o uso do produto». Cf. [www.linguateca.pt](http://www.linguateca.pt) Corpo: Corpus Brasileiro v. 6.1)
- (5) *os pr s* e *contras* ‘argumentos a favor de’ e ‘argumentos contrários a’
- (6) *o pr* ‘vencimento diário de um militar de graduação inferior a oficial.  
“**pré**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/pr%C3%A9> [consultado em 04-03-2021].

## 2.2. Recategorização no sentido de mais gramaticalidade

Situação de recategorização ocorre também com *-latra*, *-logo*, *-dromo*, *-metro*, sobretudo no Brasil, e amplamente estudados, pelo

menos desde Gonçalves 2011. Os exemplos aqui arrolados são extraídos deste artigo.

O que acontece nestes casos é uma reanálise e recategorização dos formativos, que deixam de ser radicais ao serviço da composição para se gramaticalizarem mais (ao mesmo tempo que adquirem novas significações) e adotarem um estatuto mais próximo do de sufixos.

O formativo - *latra*, em *alco latra* (PB, PE), *cafe latra*, *cervej latra*, *choc latra*, retoma e reanalisa o formativo de origem grega *-latres*, que significava ‘adorador, venerador, apreciador’, e que em - *latra* amplia estes semantismos para os de ‘viciado/adicto em’. Matricialmente este -*o* era uma vogal de ligação entre os dois radicais que formam um composto neoclássico (*hidr latra*, *idi latra*, *mari latra*, *pap latra*) mas, fruto de uma reanálise, ao radical *-latra* passa a estar associada tal vogal de ligação, configurando um novo formativo — *latra* — que, dada a sua produtividade, se aproxima funcionalmente de um sufixo. O mesmo tipo de fenómeno ocorre com - *logo* ‘apreciador especialista’ (*mulher logo*, *cervej logo*) e não apenas, como matricialmente, ‘estudioso de, agente especialista’, com - *dromo* ‘lugar de passeio, de passeata, de desfile, de corrida’ (*boi dromo*, *camel dromo*, *can dromo*, *fum dromo*), com - *metro* ‘unidade de medida’ (*covid metro* [também no PE], *olh metro*).

### 3. Arqueoconstituintes e fractoconstituintes. Fenómenos de recategorização

Vários formativos, alguns dos quais de origem neoclássica, e por isso também denominados de arqueoconstituintes, e outros denominados de fractoconstituintes, adquirem novos estatutos.

As denominações de arqueoconstituintes e fractoconstituintes têm origem, tanto quanto me é dado saber, num texto de 2001 de Danielle Corbin. Com elas a autora denomina duas classes de formativos infralexicais:

. os arqueoconstituintes são itens neoclássicos, como *foto* ‘luz’, presente em *phot fobo*, *phot geno*, *photsc pio*, *phototaxia*, ou *bio-* (‘do grego *bios* ‘vida’), presente em *biologia*, *bioma*.

. os fractoconstituintes são itens truncados e lexicalizados, tais como *eco-* (de *ecol gico*) em *ecosustent vel*, *euro-* (de *européu*), em *euroc tico*, *eurodeputado*.

Eis as palavras de Corbin (2001: 44): “Cette façon de décrire le sens des affixes et leur intervention dans la construction du sens des unités construites permet de les différencier des autres unités infralexicales entrant dans la construction des mots que sont ce que j’appelle les **arch oconstituants**, c’est-à-dire **les constituants empruntés au latin et au grec** (ex. *brachy-* ‘court’, *anthropo-* ‘homme’, *-cide* ‘qui tue’), et **les fractoconstituants, c’est-à-dire les représentants tronqués et lexicalisés comme tels d’unités françaises** (ex. ***euro-* = *Europe***) dans ***eurocorps*, *eurod put*, *euromissile*, etc.:** archéoconstituants et fractoconstituants ont un sens de nature descriptive et non instructionnelle».

O estatuto destes arqueoconstituintes está longe de se confinar ao de afixos, como sugere Corbin, no excerto acima; muitos arqueoconstituintes são radicais que entram na chamada composição neoclássica. De igual modo, alguns dos fractoconstituintes não são exclusivos de uma língua particular, mas têm um estatuto internacional (*euro-*, *foto-*). Também não é feita menção neste trecho ao facto de um arqueoconstituente poder corresponder (i) a um formativo que mantém a mesma forma e o mesmo sentido que o seu étimo e (ii) a um formativo que tem a mesma forma que o seu étimo mas cujo sentido sofreu alterações (no sentido da especialização, da extensão, da figuralidade) na história recente das línguas. Muitos arqueoconstituintes têm, assim, um duplo funcionamento, o matricial e o dele derivado.

São exemplos de arqueoconstituintes *bio-* e *tele-*, cada um dos quais hoje em dia pode assumir valores funcionais parcialmente diferenciados dos que lhe estão geneticamente associados.

- (7) *biologia*, *bioma* < *bio* ‘do gr. *bios* ‘vida’ e em
- (8) *bioperigo*, *biorres duos* < *bio* [lógico].

Em *biologia* e *bioma* estamos perante dois compostos morfológicos constituídos cada um por dois formativos de origem erudita: nestes casos *bio-* é um formativo neoclássico (um arqueoconstituente), com origem no grego *bios* ‘vida’.

Em *bioperigo* e *biorres duos*, *bio-* é a forma reduzida/truncada de *biológico*, pelo que neste caso está em jogo um fractoconstituente, e por isso estamos perante um caso de fractocomposição.

Alteração funcional também ocorre no radical neoclássico *tele-* que, do sentido etimológico grego ‘à distância’, presente em *telepatia*, *tel grafo*, *telegrama*, passou a significar ‘pela televisão’ (*tele-ensino*, *tele-escola*, *telespectador*, *telenovela*, *tele vendas*) ou, mais recentemente, ‘por quaisquer meios de comunicação à distância’ como sejam *telepizza*, *tele-conferência* («Braga de Macedo esteve praticamente todo o dia em «**tele**-conferência» com os seus parceiros dos Doze e com os membros do comité monetário da CE [...]» (<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>, *par=ext402778-eco-92b-1*. Acesso em 01-03-2021), *tele-aulas* (As “tele e radio - aulas” começaram esta... - A Nação Jornal ...

[www.facebook.com](http://www.facebook.com/anacaocaboverde) › [anacaocaboverde](#) › posts › [as-tele-e-radio-aulas-com...](#)).

Existe ainda a possibilidade de *tele-* funcionar como forma livre para fazer referência genérica “a um conjunto de empresas prestadoras de serviços de telecomunicação” e/ou a ‘quaisquer meios de comunicação à distância’, como em *sistema tele*: «Uma grande inovação foram os «cash dispenser» (dispensadores de numerário), que são ATM para os caixas, ou seja: o cliente apresenta o cheque, o caixa passa o cheque num sistema **tele** e a máquina «vomita-lhe» o dinheiro certo.» (<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>, *par=ext892886-soc-93a-2*. Acesso em 01-03-2021).

No caso dos fractoconstituente *afro-* e *euro-*, os formativos podem denominar ‘africano, relativo a África’ e ‘europeu, relativo à Europa’. Quando têm valor predicativo (*afro-asiático*, *afro-americano*, *afro-europeu*, *euro-africano*, *euro-americano*, *euro-asiático*, *eurodeputado*, *euromssil*) ambas as paráfrases são possíveis: ‘africano, relativo a África’ e ‘europeu, relativo à Europa’. Todavia, em *Eur frica* e *Eur sia*, o composto é formado



por parte do nome *Europa* e pelos nomes *frica* e *sia*, pelo que *euro-* neste caso apenas tem valor nominal. Os fractoconstituintes são muito usados em gentílicos compostos, como em *anglo-americano*, *austro-húngaro*, *franco-germânico*, *luso-brasileiro*, *sino-tibetano*.

Em *sino-* 'chinês', o formativo é erudito, remontando ao latim; tendo sido disseminado sobretudo a partir do sec. XIX, acumula as propriedades de arqueoconstituinte e de fractoconstituinte.

Alguns dos fractoconstituintes ganham lexicalidade máxima, funcionando como itens lexicais autónomos, outros não.

Funcionam como itens lexicais autónomos:

(9) *afro* 'africano, relativo a África' (*design muito afro*)

(10) *bio* 'biológico' (*se produzimos produtos bio, do mais saudável vel que h ; essa uma produção totalmente bio*)<sup>2</sup>

(11) *eco* 'ecografia' (*fizeram duas ecos*)

(12) *euro* 'moeda europeia' (*foram doados muitos euros*)

(13) *foto* 'fotografia' (*tiraram várias fotos*)

(14) *expo* 'exposição, evento' (*expo-noivos, Expo98, Expo RH 'evento de Recursos Humanos' ([www.ife.pt](http://www.ife.pt) > expo-rh)*)

Nos exemplos (9)-(14) estamos perante porções fonológicas provenientes de truncamento, processo através do qual ocorre subtração de uma parte da unidade lexical-fonte, redução da mesma, de tal sorte que essa parte (*bio* < bio[lógico]; *euro* < euro[peu]), na qual se consubstancia a nova unidade lexical, passa a valer semanticamente e lexicalmente pelo todo de que provém.

Alguns formativos com estatuto de fractoconstituintes não se usam como unidade lexical autónoma, como o atesta a agramaticalidade de *auto* < auto[móvel] 'veículo motorizado' em (15):

(15) *O Paulo comprou um \*auto na semana passada*

---

<sup>2</sup> De acordo com os requisitos da UE, o logótipo Bio caracteriza os produtos alimentares, transformados ou não, produzidos a partir de pelo menos 95% de matérias-primas oriundas de produção biológica controlada. *Bio-* ocorre em numerosas marcas de produtos/estabelecimentos: *Tonsai Merceria Bio* (Loja de alimentos biológicos. <https://g.page/Tonsai-bio?share>), *Produtos Bio* (<https://maps.google.com/maps?oe=utf-8&client=firefox-b&um=1&ie=UTF8&fb=1&gl=pt&sa=X&q=produtos+bio&ved=2ahUKEwiRKnFoYXvAhVWQEEAHUoEAJ8QtgMwAHoECAwQAQ>).

#### 4. Génese de alguns 'splinters'

No conjunto dos itens morfolexicais que não funcionam originariamente como autónomos incluem-se os chamados 'splinters', de que é exemplo *caipi-*, em *caipifruta*, *caipiwodka*, o qual não funciona até ao presente, e tanto quanto nos é dado saber, senão como item preso.

Bauer (2004, p. 77) descreve o 'splinter' como uma parte de uma palavra que, fruto de reanálise(s) da estrutura da palavra original em que ocorre, é interpretada como significativa (podendo a parte significar algo parcialmente e estereotipicamente associado ao todo a que pertencia e/ou a um seu constituente), e passa a partir de então a ser utilizada na criação de novas palavras. O caso internacional de *-holic* é paradigmático do processo: *alcohol* + *ic* passa a ser segmentado e reanalisado como *alco-holic* ou como *alc-oholic*, atribuindo a *-(o)holic* o sentido de 'adicto, viciado em' (cf. *chocoholic*, *shopoholic*). Ou seja, um 'splinter' começa por ser um segmento não-morfémico que, fruto da reanálise que envolve a sua emergência, se torna num morfema. É esta característica diferenciadora que distingue o 'splinter' de qualquer outra classe de formativos operantes na construção de palavras.

No Brasil muitos são os exemplos de formações neológicas expressivas e lúdicas produzidas com recurso a 'splinters'. Os exemplos que o quadro seguinte reproduz são extraídos de alguns dos estudos que se dedicam a este tipo de formação (Gonçalves 2016a; 2016b; Gonçalves; Carvalho; Andrade 2016; Gonçalves; Andrade 2016).

Alguns dos 'splinters' acima registados são internacionais: são disso exemplo *info-* 'informática' e *narco-*. A estes podem juntar-se *-burger*, *-gasm*, *-gate* (de *watergate*) e o já mencionado *-holic*. Já *caipi-* e *-l* são vernaculares, estando documentados no Português brasileiro. Os casos de *-nese* e de *-tone*, dada a sua origem alógena (*maionese*, *panetone*), não poderão ser considerados de génese vernacular, mas também não são tão internacionais quanto os primeiros elencados neste parágrafo.

QUADRO 1 – ‘Splinters’ atestados na Língua Portuguesa Contemporânea (PB ou PE)

Formativos neológicos que ocorrem na margem Esquerda	Formativos neológicos que ocorrem na margem Direita
<p><b>caipi-</b> [PB] ‘caipirinha’: <i>caipifruta</i>;</p> <p><b>fran-</b> ‘frango’: <i>franb rguer; franfil</i></p> <p><b>info-</b> ‘informática; informação’: <i>info-alfabetizaç o, info-exclu do, info-peças</i> <sup>3</sup></p> <p><b>narco-</b> ‘droga’: <i>narcod lar, narcoestado, narcomania, narcoturismo, narco-tr fico</i></p>	<p><b>-drasta/o</b> [PB] ‘parente por empréstimo’: <i>paidrasto; sogradrasta</i></p> <p><b>-l</b> [PB] ‘picolé de’: <i>sucol , wisky</i></p> <p><b>-nese</b> [PB] ‘salada de maionese com’: <i>macarronese, ovonese</i></p> <p><b>-tone</b> [PB] ‘panetone de’: <i>chocotone, sorvetone</i></p> <p><b>-troc nio</b> [PB] ‘financiamento por’ (foco no agente do patrocínio): <i>av troc nio, CAPStroc nio, irm otroc nio, m etroc nio, tiotroc nio</i></p>

FONTE: elaboração própria

Tanto quanto revelam os estudos sobre a temática, um dos primeiros nomes brasileiros formados com dois ‘splinters’ terá sido o de *periguete* (cf. Carvalho; Gonçalves 2015), também já grafado como *piriguete*, mais próximo da pronúncia usual, nome que no Brasil denota, e à parte o sexismo da descrição lexicográfica, «[Brasil, Informal, Depreciativo] mulher considerada demasiado liberal, que geralmente se veste de forma provocadora» (cf. “periguete”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/periguete> [consultado em 01-02-2021]).

A ressegmentação de  $[[\text{perig}]_{\text{Rad N}} + [\text{ete}]_{\text{sufixo}}]$  nos ‘splinters’ *peri-* e *-guete* está na base de numerosos nomes e adjetivos em *peri-X* e *X-guete*, em ambos os casos com atribuição de sentido de *piriguete* a X (exemplos extraídos de CARVALHO; GONÇALVES 2015):

(16) *piri-*: *piririamiga, pirichefe, piricriança, pirigata, pirigorda, pirigostosa, piringringa, piripirinha, piripobre, pirisona, pirivizinha*

(17) *-guete*: *amiguete, irm guete, m eguete, pircrente* (‘evangélica trajada com roupas inapropriadas para um templo/crente religioso’), *primaguete, pobreguete, sexyguete, vov guete* ‘vovó que se veste com roupas extravagantes’

<sup>3</sup> Fundada em 2000, a Infopeças é uma das pioneiras no comércio eletrônico e Infomático em Americana, estado de São Paulo. [www.infopeças.com.br](http://www.infopeças.com.br).

## 5. 'Splinters' e processos genolexicais

O conceito de 'splinter' tem estado associado ao de 'blending' ou de cruzamento vocabular e também ao de 'clipping' ou redução/truncação vocabular.

As palavras de Štekauer 2000: 108, referindo-se aos muitos 'blends' formados no século XX, ilustram esta associação:

«They may be composed of two elements called **splinters** (*ballute* from *balloon* and *parachute*), or only one element is a splinter and the other element is a full word (*escalift* from *escalator* and *lift*, *needcessity* from *need* and *necessity*). Many blends show some degree of haplology, such as *privilegensia* from *privilege* and *intelligentsia*, or *latensification* from *latent* and *intensification*. A special punning effect is achieved when one constituent echoes in some way the word or word-fragment it replaces, for example, *foolosopher* echoing *philosopher*, or *fakesimile*, echoing *facsimile*». Na verdade, estes formativos mencionados por Štekauer não lograram manter produtividade digna de registo, pelo que não se tornaram afixos, e também não têm o estatuto de 'splinters'.

A bem da verdade, torna-se conveniente demarcar o território de 'blending' do de 'splinter', pois os segmentos presentes nos 'blends' (cf. *aborrescente*, *nim*) não se tornam habitualmente morfemas da língua, o que acontece com os 'splinters'. Em *caipifruta*, o 'splinter' *caipi-* junta-se a uma base autónoma, ativando um padrão construcional em tudo idêntico ao da composição (cf. *mundifrutas*, nome de marca comercial portuguesa; *rabiteso*), e o processo em jogo não envolve cruzamento ou fusão lexical.

Andrade; Rondini 2016 distinguem duas classes de processos: (i) interposição, entranhamento ou impregnação lexical; e (ii) combinação truncada.

Na **interposição** (ou **entranhamento ou impregnação lexical**) há dois formativos que se sobrepõem «por partilharem porções fonológicas (segmentos, traços, sílabas) entre as bases e a palavra resultante, para que fique assegurada, dentro do possível, menos opacidade do produto gerado em função das bases.» (Andrade; Rondini 2016: 875). Assim acontece em

(exemplos dos autores citados) *aborrescente* (*aborrecer* + *adolescente*), *burrocracia* (*burro* + *burocracia*), *paitroc nio* (*pai* + *patroc nio*).

Na **combinação truncada** não há coincidência de segmentos entre as palavras-base, pelo que não ocorre partilha de material fonológico (o que o aproxima da composição), tendo antes lugar alguma perda de massa fónica:

«(a) se as formas de base são do mesmo tamanho, ocorre encurtamento em ambas: *chocotone* (*choco*[late + *pane*]tone); (b) caso contrário, a base mais extensa é recortada e a menor, sem perder massa fónica, concatena-se inteiramente à maior: *macuncrente* (*macum*[beiro] + *crente*) e *forrogode* (*forr* + [*pa*]gode). Em ambos os casos, (a) e (b), a estrutura silábica e/ou os segmentos constituintes do pé métrico da base maior são preservado(s).» (Andrade; Rondini 2016: 875).

No caso de *-drasta* [PB] ‘parente por empréstimo’ ou *-troc nio* [PB] ‘financiamento por’, houve analogia e reanálise, de tal modo que uma sequência não-morfémica de uma palavra é reinterpretada como unidade significativa, sendo portanto promovida no seu estatuto semiótico.

Mesmo tendo na sua génese motivações diferentes, para alguns autores os cruzamentos e as formações analógicas «apresentam o mesmo padrão morfológico, conforme proposta de unificação de Andrade (2008), que, à luz da Teoria da Otimalidade, na sua versão de Correspondência, demonstra, por meio de um ranking de restrições violáveis, que se trata de estruturas idênticas, totalmente regulares e gramaticalmente previsíveis.» (Andrade; Rondini 2016: 876).

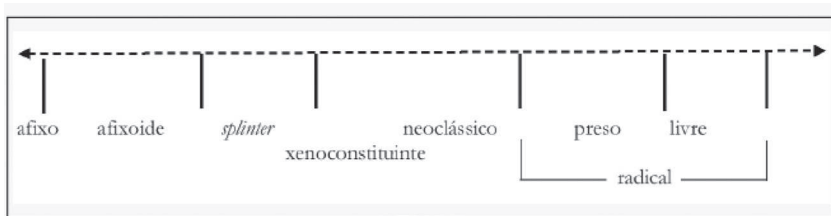
É formada por cruzamento vocabular/blending ou, nas palavras dos autores, por ‘interposição’, «uma palavra morfológica resultante da fusão de duas outras pré-existentes, que, ao mesmo tempo, reproduz e cria significados a partir das palavras que lhe serviram de fonte, como, por exemplo, *baiano* (*baiano* + *mineiro*), *breganejo* (*brega* + *sertanejo*), *chaf* (*ch* + *caf*), *marginata* (*marginal* + *magnata*), entre tantas outras.» (Andrade; Rondini 2016: 871).

Gonçalves; Andrade (2016: 289) propõem o seguinte quadro de contínuo entre afixo e radical. Nele se distingue ‘splinter’ de afixóide, situando-se o ‘splinter’ mais próximo do constituinte neoclássico e do

radical preso e o afixóide mais próximo do afixo. Para Gonçalves (2016: 95) são exemplos de afixóides (reproduzidos do Autor): *aero-* ‘avião’, *auto-* ‘automóvel’, *bio-* ‘biologia, biológico’, *eco-* ‘ecológico’, *foto-* ‘fotografia’, *homo-* ‘homossexual’, *moto-* ‘motocicleta’, *petro-* ‘petróleo’, *tecno-* ‘digital’, *tele-* ‘à distância’, *nauta-* ‘que navega [dever-se-á acrescentar: digitalmente]’, *-rreia* ‘infestação de’ (*piolhorreia*), *-rragia* ‘queda/descarga profunda de’ (*cabelorragia*), *-rexia* ‘falta de alimentação por’ (*frangorexia*), *teca-* ‘lugar onde se reúnem’ (*maridoteca*).

Para estes morfólogos, as propriedades em comum entre afixos e afixóides são: a recorrência, a grande combinabilidade com itens lexicais nativos, a fixidez na estrutura da palavra e o facto de poderem ser descritos por esquemas de construção idênticos aos que envolvem os afixos. Na classe dos afixóides incluem-se vários radicais neoclássicos entretanto ressemantizados, que participam num processo de recomposição. A emergência destes afixóides decorre de um processo de gramaticalização, pois há lugar a uma transição de radicais para formativos com gramaticalidade acrescida.

FIGURA 1 - Continuum entre afixo e radical (Gonçalves; Andrade 2016: 289)



**O continuum afixo-radical ampliado**

A observação deste esquema coloca duas questões: uma prende-se com a relação entre ‘splinter’ e xenoconstituíntes: *-burger*, *-gate*, *-holic*, *info-*, *narco-* são xenoconstituíntes, mas os ‘splinters’ *caipi-*, *-guete*, *-l* e *piri-* não o são. A inclusão da dimensão de xenoconstituência no *continuum* acima traçado não me parece, pelo menos nos termos em que é formulada, espelhar a realidade da língua portuguesa. Se encarada de modo gradiente, talvez ajudasse a descrever com mais realismo a natureza endógena ou exógena dos constituíntes. Devemos ter em conta que afixos há com configuração

neoclássica, importados do grego e/ou do latim (cf. *-itude*, *-cie*), a par com afixos daqueles ‘divergentes’ e com configuração vernácula (cf. *-ido*, *-ice*), pelo que, no esquema acima, na mesma linha de xen constituência, falta o pólo oposto desta.

A segunda questão prende-se com a inclusão do conceito de afixóide, constituinte mais próximo de um afixo, por contraste com o ‘splinter’, mais próximo do constituinte neoclássico e do radical preso. A fixidez na estrutura da palavra, a recorrência, a grande combinabilidade com itens lexicais nativos, e o facto de poderem ser descritos por esquemas de construção idênticos aos que envolvem os afixos fazem de *aero-* ‘avião’, *bio-* ‘biologia, biológico’, *eco-* ‘ecológico’, *petro-* ‘petróleo’, *tecno-* ‘digital’, *teca-* ‘lugar onde se reúnem’ formativos diferentes dos formativos neoclássicos que estão na sua matriz, mas não afixóides. Em meu entender, a consideração dos processos de extensão figural (metafórico, metonímico e/ou metafonímico), e que estão na base das novas significações que entretanto emergiram, pode explicar a teia de semantismos que se foram formando a partir dos mais neoclássicos. Por exemplo, em *foto-* ‘fotografia’ e *petro-* ‘petróleo’ o formativo representa, por meronímia, o todo; em *aero-* ‘avião’, o formativo representa o estereótipo associado ao nome ( *aeronave*) de que é uma versão reduzida; *eco-* sofreu enriquecimento de sentido, acumulando ‘ecológico e sustentável’; *tecno-* e *nauta-* restringiram o sentido de ‘tecnológico’ a ‘digital’ e o de *nauta-* ‘que navega’ a ‘que navega digitalmente’; *teca-*, de ‘acervo’, passou metonimicamente a ‘lugar onde se reúnem’.

Obedecendo a esquemas construcionais amplamente partilhados por muitos outros formativos genolexicais, não se torna necessário ancorar estes formativos numa nova classe, cujos contornos são necessariamente porosos. Não será possível continuar a considerar estes formativos como incluídos no âmbito da composição? As propriedades elencadas para tais afixóides não são idênticas às que caracterizam os radicais que operam no âmbito da composição morfológica?

Devido à porosidade dos seus contornos, a eficácia da proposta de uma nova classe como a dos afixóides revela-se escassa face ao ónus da mesma. Já assim havia sido com a das classes de sufixóides e de prefixóides, cujas fronteiras com as de sufixos e prefixos permanecem osmóticas. Recorde-se que já Herculano de Carvalho (1974) introduz os conceitos de sufixóides e

de prefixóides para cunhar os constituintes que não cabem inteiramente nas categorias de sufixos e de prefixos. Para este autor, os prefixóides (*contra-*, *inter-*, *maxi-*, *mini-*, *mono-*, *poli-*, *rec m-*, *sobre-*, *super-*, entre outros) distinguem-se dos demais prefixos por possuírem, além de um grau de independência mais acentuado, «uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes, de tal modo que o significado do todo a que pertencem se aproxima de um conceito complexo, e portanto de um sintagma». (Herculano de Carvalho, 1974, p. 554-555). Pelas palavras expostas, para este autor os prefixóides conferem ao produto que formam uma configuração mais próxima da de um sintagma.

Em suma, não sendo unívocas as concepções disponíveis sobre afixóides, prefixóides e sufixóides, a sua eficácia apresenta-se diminuída. As várias caracterizações dos afixóides não impedem que se mantenha em aberto o problema das fronteiras entre afixos e radicais. Ademais, nada obsta também que *aero-*, *bio-*, *eco-*, *petro-*, *tecno-*, continuem a ser encarados como formativos que operam no âmbito da composição (cf. Lieber; Štekauer 2011; Rio-Torto; Ribeiro 2012, 2016).

## 6. Um novo quadro de classes de processos genolexicais

Os processos genolexicais do português distribuem-se de forma escalar, sendo os mais representados a derivação afixal (sufixação, prefixação) e a composição, e os menos representados o *blending* ou cruzamento, a truncação (ou *clipping*), a siglação e a acronímia (Mota, 2020; Rio-Torto, 2016; Rodrigues, 2016). Entre os dois extremos situam-se a derivação não sufixada (Rodrigues 2001), conhecida tradicionalmente por ‘derivação regressiva’, e um processo que denominamos de fractocomposição, na qual se inscreve o *splintering*.

Tendo em vista uma melhor caracterização dos fractoconstituintes, os processos são aqui observados com base nos traços  $\pm$ fragmentado e/ou  $\pm$ truncado dos formativos, intersectados com a natureza  $\pm$ presa dos mesmos.

O quadro que se segue apresenta dois grandes grupos de processos genolexicais:



- (I) os que envolvem itens presos que não resultam de *truncação/clipping*, de *blending* ou de *splintering* e
- (II) os que envolvem itens presos que resultam de *truncação/clipping*, de *blending* ou de *splintering*.

Organizar as classes de processos genolexicais com base na natureza tipicamente presa (v.g. *auto-*, em *autom vel* ‘veículo que se move por si próprio’, *bio-*, em *bioma*), autónoma (*estrada*, *montagem*) e truncada (v.g. *foto-*, em *fotomontagem* ‘montagem de fotos/fotografias’) dos formativos traz uma luz mais acurada sobre o estatuto morfolexical dos formativos e, através destes, dos processos em jogo. Para tal, tenha-se em conta a diferenciação entre os seguintes dois formativos presos *auto-*, com o mesmo recorte formal, mas com estatutos genolexicais diferenciados: (i) a forma matricialmente prefixal *auto-*, em *autom vel* ‘semantismo composicional: veículo que se move por si próprio’, e (ii) o formativo truncado *auto-*, em *autoestrada* ‘via para veículos automóveis’.

Quadro 2 - Processos atuantes na formação de palavras

Natureza dos itens	Dois itens livres	Um item livre & um item preso	Itens presos
(I) Processos genolexicais	Composição patrimonial	Composição híbrida <sup>4</sup>	Composição neoclássica (2 arqueoconstituintes)
	<i>abre-latas</i> <i>lava-loiça</i>	<i>Fotodepilaç o</i> < foto ‘luz’ + N	<i>fol fobo, fotosc pio,</i> <i>folotaxia</i> <i>biologia, bioma</i> <do gr. <i>bios</i> ‘vida’)
		Prefixação	Sufixação
		<i>autorretrato</i> ( <i>auto-</i> , do gr. <i>aut s</i> ‘o próprio’) <i>desinfetar</i>	<i>teclista</i> <i>voluntarismo</i>

<sup>4</sup> O adjetivo *híbrido* aqui usado recupera a concepção tradicional de *hibridismo*, segundo a qual uma palavra constituída por formativos pertencentes a línguas diferentes.

Natureza dos itens	Um item livre; um 'splinter' ou um item truncado, usável como		Dois itens truncados
	Autónomo	Preso	Presos
(II) Processos genolexicais	<b>Fractocomposição</b>		<b>Blending ou cruzamento lexical</b>
	<i>Fotomontagem</i> < foto[grafia] + N  <i>Bioperigo,</i> <i>biorres duos</i> < bio[lógico] + N	<i>Sucol, whisky</i> < N + [pico]  <i>Tiotroc nio</i> < N + [pa] <i>troc nio</i>  <i>Autoestrada</i> < auto[móvel] 'veículo motorizado' + N	<i>Aborrescente</i> < <i>Aborr</i> [eɐr + adɔ] <i>escente</i>  <i>Lixeratura</i> < <i>lix</i> [o + it] <i>eratura</i>

FONTE: elaboração própria

O único processo em que ambos os formativos são livres (*abre-latas, limpa-neves, quebra-nozes*), pois representam palavras autónomas da língua, é o da composição patrimonial. Na composição híbrida um dos formativos é autónomo e ou outro não (*depilac o* e *foto 'luz'*, respetivamente, em *photodepilac o*), pertencendo a línguas diferentes. Na composição neoclássica ambos os formativos são presos (*biologia, bioma; fot fobo, fot geno, fotosc pio, fototaxia*). Também no caso de 'blending' ambos os constituintes são presos, mas resultam de eliminação de parte da sua matriz fónica. No 'blending' ou cruzamento lexical há material fónico partilhado que é eliminado, por ser fruto de sobreposição no ponto de fusão (cf. *aborrescente* < *aborr* [eɐr + adɔ] *escente* ou *aborre* [eɐr + adɔ] *scente*). Ao contrário do que ocorre na fractocomposição, os segmentos de 'blending', como *aborr-*, em *aborrescente, -eratura*, em *lixeratura, -im*, em *nim*, não são reutilizados como morfemas produtivos na língua, o que sucede com os 'splinters'.

Para demarcar a formação de palavras que envolve um item truncado, seja 'splinter' (*caipi-*) ou não (*bio-* 'biológico', *foto-* 'fotografia'), propomos a classe da fractocomposição (processo denominado de 'combinação truncada' por Andrade; Rondini 2016). Nela um dos constituintes é

autónomo, o outro é fruto de um processo de truncamento/*clipping* ou de fragmentação/*splintering*.

Assim, a fractocomposição envolve também itens presos e itens livres, sendo que os itens presos são objeto de truncamento/*clipping*, como se observa em *autoestrada* < *auto*[*móvel*] ‘veículo motorizado’ + *estrada*, ou de *splintering* (*tiotroc nio* < *tio* + [*pa*]*troc nio*). Alguns dos itens truncados operantes na fractocomposição podem funcionar como autónomos: *bio* (*bioperigo*, *biordes duos* < *bio*[*lógico*]) e *foto* (*fotomontagem* < *foto*[*grafia*] + N). A este processo Gonçalves (2016 a: 93-97) dá o nome de ‘recomposição’, que envolve o que denomina de afixóides como *aero-* ‘avião’, *bio-* ‘biologia, biológico’, *eco-* ‘ecológico’, *petro-* ‘petróleo’, *tecno-* ‘digital’, *teca-* ‘lugar onde se reúnem’. Nesse seu livro, o uso de ‘splinters’ não é enquadrado em nenhuma classe específica de processos genolexicais, preenchendo uma secção consagrada a «Surgimento de novos formativos». O conceito de recomposição não figura em nenhum dos grandes manuais internacionais de referência, nomeadamente no do Lieber; Štekauer 2011, *The Oxford Handbook of Compounding*, certamente por não envolver nenhum processo formal de construção lexical; mas nele se menciona o mecanismo de reanálise semântica (‘semantic change’), que efetivamente acompanha alguns dos formativos em pauta. Em todo o caso, reputamos de tipologicamente relevante a distinção entre (i) a alteração semântica que afeta *bio-* ou *eco-* e (ii) a fragmentação através da qual se criam os formativos *caipi-*, *-drasta*, *fran-*, *-l*, originalmente não morfémicos, e que passam a ser recrutados para a formação de compostos que integram fractoconstituintes. À medida que estes passarem a ser mais produtivos e frequentes deixam de ter um estatuto tão singular e periférico para se tornarem radicais ou afixos de pleno direito, idênticos ao que *bio-* (produtos com origem em matérias-primas oriundas de produção biológica controlada) ou *eco-* (sustentável, não poluente) têm hoje na língua comum.

A fractocomposição (*fotomontagem* < *foto*[*grafia*] + N) e a composição híbrida (*fotodepilaç o* < *foto* ‘luz’ + N) têm algumas semelhanças, nomeadamente quando o item truncado é não autónomo (*caipifruta* < *caipi*[*rinha*]; *autoestrada* < *auto*[*móvel*] ‘veículo motorizado’). A necessidade de diferenciar os processos prende-se com o facto de os itens presos serem, no caso da composição híbrida, não truncados (*fotodepilaç o*

< *foto* 'luz' + N, em que *foto-* reproduz o recorte grego do seu étimo) e, no caso da fractocomposição, truncados (*caipifruta* < *caipi*[*rinha*]; *autoestrada* < *auto*[*móvel*] 'veículo motorizado') ou objeto de fragmentação/*splintering*. Ademais, em caso de fractocomposição o item truncado pode funcionar como autónomo (*fotomontagem* < *foto*[*grafia*] + N, *bioperigo*, *biorres duos* < *bio*[*lógico*]), o que não acontecerá na composição híbrida, na acepção com que aqui é usada.

Ao invés do que sucede com *sorvetone* (face a *panetone*), nos casos mais prototípicos de fractocomposição não tem de haver coincidência de segmentos entre as palavras-base, podendo existir apenas perda de alguma massa fónica, como em *caipifruta* < *caipi*[*rinha*], *sogradrasta* < *sogra* + [*ma*]drasta. Como tal, a fractocomposição inscreve-se no universo da composição, estando próxima da composição morfológica, que envolve um ou dois radicais não autónomos. Um produto como o de *chocotone* < *choco*[*late*] + *pane*]tone situa-se na esfera do 'blending', atestando uma vez mais a permeabilidade de fronteiras entre processos.

Não é possível prever o destino de alguns 'splinters'. Quando não ganham uso por parte dos falantes, acabam certamente por fenecer. Terá sido o caso de *-teria* (a partir de *cafeteria*, e presente em *washeteria*) ou de *-cade* (de *cavalcade*, em *motorcade*). Os que ganham elevada produtividade poderão tornar-se afixos ou formativos próximos destes. Nas palavras de Lieber (2016, 3.3. Affixation)

«The difference between a splinter and a true suffix is that speakers understand splinters in relation to the original word from which the ending splits off. If these bits survive and continue to give rise to new forms, though, they might someday be real suffixes».

Veremos se *infodemia* ('Excesso de informação sobre determinado tema, por vezes incorreta e produzida por fontes não verificadas ou pouco fiáveis, que se propaga rapidamente (ex.: *infodemia de notícias falsas nas redes sociais*). "infodemia", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/infodemia> [consultado em 23-03-2021], por influência do inglês *infodemy*, de *info*[*rmation*] 'informação' + [*epi*]demy 'epidemia'), apesar do uso ampliado na época em que a pandemia por covid-19 se abateu sobre o planeta, será preservada

ou não. Dada a transparência de *-demia* ‘pandemia’, nada obsta a que outras novas palavras venham a surgir com este formativo. Já *multiverso*, por analogia com *universo*, pode ter um destino igual ou diferente, consoante as necessidades denominativas dos falantes. Tenha-se em conta que o formativo *-verso* colide com o nome *verso* (parte de poema), há muito implantado, o qual pode ter um papel bloqueador da expansão do ‘splinter’ *-verso*.

Os ‘splinters’ como *caipi-*, *-drasta*, *-l*, ganham gramaticalidade acrescida, como é natural em face do processo de gramaticalização que sofreram. Além da compressão que faz habitualmente parte da sua génese e da fixidez na sua posição relativa, ganham paradigmaticidade, integrando padrões já estabelecidos, e tornam-se indispensáveis como formativos para a expressão de determinado semantismo: *caipi-* ‘caipirinha’, *-drasta* ‘parente por empréstimo’ e *l* - ‘picolé de’. Ou seja, apresentam quatro dos cinco grandes princípios que regem, segundo Lehmann (2015), os processos de gramaticalização. O que parece é que tais ‘splinters’ não têm ainda um grau de produtividade tão acentuada quanto os afixos, e um grau de aceitação e de reconhecimento generalizados, até mesmo quando comparados com o que Gonçalves denomina de afixóides como *aero-* ‘avião’, *bio-* ‘biologia, biológico’, *eco-* ‘ecológico’, *petro-* ‘petróleo’, *tecno-* ‘digital’, *teca-* ‘lugar onde se reúnem’. O facto de estas formas estarem há muito inscritas na língua como formativos presos muito recorrentes e abundantemente usados, faz deles formativos de reconhecimento e utilização lineares. Já *-drasta*, presente apenas em *madrasta* e em *padrasto*, tem um potencial de crescimento menor que os anteriores formativos, ainda mais com o valor de ‘parente por empréstimo’. Ademais, há fortes restrições combinatórias ao seu uso, pois *X-*, em *Xdrasta* deve denominar uma entidade que possa denotar grau de parentesco. O valor *e/ou* o uso expressivo e lúdico deste formativos (*-l*, *caipi-*, *-drasta*) torna-os menos versáteis (até porque não se combinam entre si) do que os radicais do tipo de *aero-* ‘avião’, *bio-* ‘biologia, biológico’, *eco-* ‘ecológico’, *petro-* ‘petróleo’, *tecno-* ‘digital’, *teca-* ‘lugar onde se reúnem’, mesmo com estes novos valores semânticos que entretanto foram adquirindo.

## 7. Considerações finais

O universo dos formativos e de processos de construção de unidades lexicais incorpora um vasto conjunto de recursos e de mecanismos.

No âmbito dos recursos formativos, destacam-se palavras (*meia-lua*), radicais (*mecan-*, em *mec nico*), temas (*rua*, em *ruazinha*, *-teca*, em *biblioteca*), afixos (*-ic-*, em *mec nico*) e ‘splinters’ (*caipi-*, *-drasta*, *-guete*, *piri-*). A estes acrescem, para alguns, os afixoides (*bio-* ‘biologia, biológico’, *eco-* ‘ecológico’). Os ‘splinters’ são porções originalmente não morfémicas de uma palavra-fonte que se combinam com outros formativos para formar uma nova palavra, e não operam no processo de ‘blending’, que está na origem de *aborrescente* < *aborrecer* + *adolescente*. As unidades lexicais de que os ‘splinters’ fazem parte não são encaradas como resultado de fusão ou de cruzamento (cf. *nim* < *n o* + *sim*), mas de adição de uma porção/de um ‘splinter’ de uma palavra-fonte (*-l*, trocínio) a um tema ou a uma palavra (*sucol*; *tiotroc nio*). A esse processo damos o nome de fractocomposição, diferenciando-a da composição neoclássica pelo facto de esta envolver dois arqueconstituintes presos (*biologia*, *bioma*, *fotosc pio*, *tot fobo*, *tot geno*, *fototaxia*) e da composição híbrida pelo facto de esta implicar um radical preso e uma palavra autónoma (*photodepilaç o* < *foto* ‘luz’ + N).

As fronteiras entre as diferentes classes de processos e as diferentes classes de formativos revelam-se porosas, havendo frequentes exemplos de recategorização de formativos, no sentido de mais lexicalidade (a *eco* ‘ecografia’, *o/a ex-* de ‘o/a antigo/a X [companheiro/a] de alguém’, *um extra* ‘algo de supletivo em relação a’, o *euro* ‘moeda europeia’, a *foto* ‘fotografia’, a *micro* ‘microrradiografia’), no sentido de mais gramaticalidade (cf. - *latra*, - *logo*, - *dromo*, - *metro*, no Brasil) ou num viés semântico de expansão, especialização, figuralidade (cf. *afro* ‘africano, relativo a África’ (*design muito afro*), *bio* ‘biológico’ (*produç o totalmente bio*)).

No que diz respeito aos processos genolexicais, e tomando como parâmetro o carácter preso ou livre e a natureza  $\pm$  truncada ou  $\pm$  fragmentada dos formativos em jogo, distinguem-se várias classes, caracterizadas com as seguintes propriedades:

- Apenas a composição patrimonial opera com dois constituintes livres: *abre-latas*
- A composição neoclássica (*biologia, bioma, fot fobo, fot geno, fototaxia*) e a sufixação (*voluntarismo*) recorrem a dois itens presos (radical não autónomo e sufixo); em casos mais periféricos, a sufixação usa um item preso e um radical autónomo (*covid rio, raizame*)
- A prefixação (*desinfectar, autorretrato (auto-, do gr. aut s 'o próprio')*) e a composição híbrida (*fotodepilaç o < foto 'luz' + N*) operam com uma palavra e um item preso
- Nos demais casos, estão envolvidos itens que resultam de fragmentação, o seja no *blending* (*aborrescente < aborr [ecer- + adof] escente, lixeratura < lix[er + tit]eratura*), o seja no *splintering* (*tiotroc nio < tio[pa]troc nio*), o seja na fractocomposição em que apenas um formativo é autónomo (*autoestrada < auto[móvel]* 'veículo motorizado') ou em que ambos os formativos já se comportam como autónomos (*bio*, em *bioperigo, biorres duos < bio[lógico], foto*, em *fotomontagem < foto[grafia] + N*).

A 'endogamia' morfológica é possível com radicais e temas neoclássicos, que se podem combinar entre si, mas não com fractoconstituintes ou com segmentos não morfológicos de blends.

A proliferação de *splinters* na formação de novas palavras e o facto de a sua natureza ser diversa da dos demais formativos — trata-se de porções não morfémicas de uma palavra-fonte que se tornam formativos morfolexicais e se combinam com outros formativos para formar uma nova palavra — implica necessariamente a revisão do quadro de processos genolexicais até então traçado. A introdução da classe de fractocomposição (uma vez que se trata de formativos que nascem de um processo de fragmentação) ou de *splintering* pretende dar resposta a essa necessidade.

## REFERÊNCIAS

- Alves, R. S., Gonçalves, C. A. V. 2014. O processo de formação de palavras com os splinters -nese, -nejo e -tone. *Entretextos* (UEL) v. 14. 27-42.
- Andrade, K.; Rondini, R. 2016. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição?. *D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (Online), v. 32. 861-887.
- Barrena Jurado, A. 2019. A study on the 'wordgasm': the nature of blends' splinters. *Lexis* v. 14. 1-49.
- Basílio, M. 2013. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Bauer, L. 2004. *A Glossary of Morphology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Bauer, L. 2005. The Borderline Between Derivation and Compounding. In W. U. Dressler (ed.) *Morphology and Its Demarcations*. John Benjamins. 97-108.
- Bauer, L.; Lieber, R.; Plag, I. 2013. *The Oxford Reference Guide to English Morphology*, Oxford: Oxford University Press.
- Berman J. M., 1961. Contribution on Blending. In *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik* 9, Walter De Gruyter. 278-281.
- Booij, G., Lehmann, C.; Mugdan, J. (eds.) 2000. *Morphology: An International Handbook on Inflection and Word-Formation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- Cannon, G. 2000. Blending. In: G. Booij, C. Lehmann, J. Mugdan (Eds.), *Morphology: An International Handbook on Inflection and Word-Formation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter. 952-956.
- Carvalho, W. B., Gonçalves, C. A. V. . 2015. Sobre piris e guetes: análise morfológica das construções cunhadas a partir de 'splinters' de "PERIGUETE". *Frum Linguístico* (Florianópolis) v. 12 n. 4: 930-944.
- Corbin, D. 2001. "Préfixes et suffixes : du sens aux catégories." *Journal of French Language Studies* v. 11 n. 1: 41-69.
- Corbin, D. 2004. French (Indo-European: Romance). In G. Booij et al. (eds), *Morphologie / Morphology. Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung / An International Handbook on Inflection and Word-Formation*. vol. 2, Berlin / New York: Walter de Gruyter, [Article 121], 1285-1299.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/periguete> [consultado em 01-02-2021].
- Fandrych, I. 2008. Submorphemic elements in the formation of acronyms, blends and



- clippings. *Lexis* 2. 103-121.
- Gonçalves, C. A. V. 2011. Composição e Derivação: Polos Prototípicos de um *Continuum*? Pequeno Estudo de Casos. *Domínios de Linguagem*. v. 5, n. 2: 62-89.
- Gonçalves, C. A. V. 2013. Na sextaneja com a caipifruta da mãedrastra: o estatuto morfológico dos splinters no português brasileiro contemporâneo. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. esp., n. 13: 139-158.
- Gonçalves, C. A. V. 2016a. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto.
- Gonçalves, C. A. V. 2016b. *Processos 'Marginais' de formação de palavras*. Campinas: Pontes.
- Gonçalves, C. A. V., W. B. Carvalho, K. E. Andrade 2016. Splinters são cruzamentos de cruzamentos? Repensando o estatuto desse constituinte em português. *Revista do GEL*, v. 13, n. 1: 132-156.
- Gonçalves, C. A. V., Andrade, K. E. 2016. A instabilidade categorial dos constituintes morfológicos: evidência a favor do continuum composição-derivação. *D.E.L.T.A.*, v. 32, n 2: 261-294.
- Haspelmath, M. 2002. *Understanding Morphology*. Oxford: Oxford University Press, Arnold Publications.
- Heine, B, Claudi, U., Hünnemeyer, F. 1991. *Grammaticalization*. Chicago: Chicago University Press.
- Herculano de Carvalho, J. G. 1974. *Teoria da Linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*. 2 vols.. Coimbra: Coimbra Editora.
- Hopper, P., Traugott, E. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Iacobini, C. 2004. Composizione con elementi neoclassici. In M. Grossmann, F. Rainer (eds), *La formazione delle parole in italiano*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. 69-95.
- Lehmann, C. 2015. *Thoughts on grammaticalization*. 3rd edition. Berlin: Language Science Press.
- Lieber, R. 2016. *Introducing Morphology*, 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lieber, R., Štekauer, P. (eds.) 2011. *The Oxford Handbook of Compounding*. Oxford: Oxford University Press.
- Linguatca.pt <https://www.linguatca.pt/CETEMPUBLICO/>
- Mota, M. A. 2020. Processos de formação de palavras. In E. Paiva Raposo et al., *Gramática do Português*. Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2820-

2825.

Müller, Peter O. et al. (eds). 2015. *Word-Formation: An International Handbook of the Languages of Europe*, Berlin/New York: De Gruyter Mouton.

Rio-Torto, G. (coord) et al. 2016, *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rio-Torto, G.; Ribeiro, S. 2012. Portuguese Compounds. *Probus* 24: 119-145.

Rio-Torto, G.; Ribeiro, S. 2016. Composição. In G. Rio-Torto (ed.), *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 461-520.

Rodrigues, A. S. 2001. *A construção de postverbiais em português*. Porto: Granito Editores.

Rodrigues, A. S. Processos de Formação. In G. Rio-Torto et al. 2016, *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 102-126.

Spencer, A., Zwicky, A. M. (eds.) 2017. *The Handbook of Morphology*. Oxford: Blackwell Publishers.

Štekauer, P. 2000. *English Word-Formation: A History of Research, 1960-1995*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

# Demonstratives, definiteness effects and the type-token distinction<sup>1</sup>

Ignacio Bosque  
ibosque@ucm.es

*Universidad Complutense de Madrid, Spain*

## ABSTRACT.

Definiteness effects have been attested in the literature for some DPs complementing HAVE (= English *have* and their counterparts in other languages). In this paper, which focuses on English and Spanish, demonstrative DPs are shown to be affected by the TYPE-TOKEN distinction in HAVE contexts: the internal argument of HAVE receives a type reading in these cases and rejects a token interpretation. The “type restriction on demonstrative DPs” (TRD) is shown to follow from the need for narrow focus NPs complementing HAVE to receive a hearer-new reading, a well-known property of presentational structures. Type readings of demonstrative DPs are shown to meet this condition. Apparent exceptions to the TRD effect include (i) DPs in so-called “remainder contexts”; (ii) structures in which the relevant DP is the subject of a small clause (sometimes with a non-overt predicate); and (iii) structures containing a number of anti-assertive operators. The contexts in (i) are shown to be hearer-new, in spite of being definite. Those in (ii) and (iii) provide DPs which escape the narrow focus interpretation that gives rise to this variety of the definiteness effect.

## KEYWORDS.

Definiteness effects; *have* sentences; type-token; demonstratives; possession; informational structure.

## 1. Introduction

Suppose that you are in front of the window of a car dealer and you point to a certain car. You could then use sentence (1a), in which the NP *this car* would receive an interpretation of “type” or “kind” (*type reading*).

- (1) a. I have this car [TYPE READING, \*TOKEN READING].  
b. This care is mine [\*TYPE READING, TOKEN READING].

---

<sup>1</sup> I am indebted to Manuel Leonetti and Luis Á. Sáez for the valuable comments and suggestions they made to a first draft of this paper. Needless to say, none of them is responsible for any possible mistake or misunderstanding that these pages might contain.

The sentence would therefore mean “I have a car like this one” or “I have a car of this type”. In that scenario, you could only use sentence (1b) if you had purchased that particular car (*token reading*). Conversely, if you are at your garage and you point your finger at a certain vehicle, you could use (1b). You could not use (1a) —except in very restricted circumstances, which I will address shortly—, since the relevant interpretation of the NP *this car* is “token” in this scenario, not “type”. Now suppose that you are at the place of some friend or yours to whom you lent a book some time ago. If you point to a certain book on her bookshelf and utter sentence (2a),

- (2) a. I have this book. [TYPE READING, \*TOKEN READING].  
b. This book is mine. [\*TYPE READING, TOKEN READING].

you will be saying that you own another copy of that book, and not (dropped hints and ironic intentions aside) that this is the book you lent to your friend. Conversely, if you use sentence (2b) in such a situation, you will be suggesting to your friend (perhaps somewhat rudely) that she should return the borrowed book to you. As we see, the meanings expressed in these situations are quite different.<sup>2</sup>

The two ways of expressing possession illustrated in (1) and (2) have long been associated in the literature, including proposals which derive the (a) sentences above from their (b) counterparts, or relate them through various mechanisms which insure their supposed equivalence. As is well known, the meaning of HAVE (= English *have* plus its equivalents in other languages) may be expressed in many languages with BE (= English *be* and its equivalents in other languages) followed by dative or genitive NPs. Alternatives include possessives and PPs encoding the meanings expressed by these morphological case marks. PPs headed by WITH denoting contact or transitory (i.e., *stage level*) possession provide another option, as in *I am with the flu* ~ *I have the flu*.

There is an extensive literature on the HAVE-BE (or HAVE-THERE

---

<sup>2</sup> Type interpretations admit variants, an issue rarely addressed in the literature on type vs. token interpretations. Note that (1a) is equivalent to “I have a car like this”, while (2a) is not exactly equivalent to “I have a book like this”, but rather to “I have a copy of this very book”. In the former case, we speak of an item corresponding to a certain model or a certain brand. In the case of a book (or CD, or DVD, or other informational nouns), we do not speak of models, brands or other formally established classes of entities, but rather copies of the same content.

BE) relationship and its grammatical consequences. Main references include Benveniste (1960), Szabolcsi (1983), Freeze (1992), Kayne (1993), Hornstein et al. (1996), Heine (1997), Uriagereka (1998), Guéron & Zribi-Hertz (1998), Kupferman (2000), and Stassen (2009), among many others.

There is little doubt that the opposition between these two constructions is related to informational structure: the first pattern is often associated with POSSESSION OR OWNERSHIP: we speak of a certain individual and we predicate that some entity belongs to him/her (or, rather, that he or she is temporally associated with it). In the second pattern, which expresses MEMBERSHIP, BELONGING (Sp. *pertenencia*; Port. *pertença*) or mere ADSCRIPTION, a certain entity is spoken of, and it is pointed out to which individual it corresponds. In a large number of cases, the result may be relatively equivalent in strict truth-value terms, as in (3):

- (3) a. I own the apartment in the third floor.
- b. The apartment in the third floor is mine.

But, as shown in (1) and (2), such equivalence does not necessarily hold when demonstratives are involved. The irregularity of type readings in the membership pattern may be due to a pragmatic factor, since one may attribute the possession of entities or that of groups of entities to individuals, but hardly that of classes of entities. By contrast, it is not so obvious how exactly we can derive the restriction that forces type readings in (1a) or (2a). This restriction will be called TYPE RESTRICTION ON DEMONSTRATIVES here (henceforth, TRD):

- (4) In unmarked contexts, demonstrative NPs acting as internal arguments of HAVE receive a type interpretation, as opposed to a token reading.

The TRD effect, as formulated in (4), is restricted to demonstratives. Interestingly, this interpretation is preserved in interrogative sentences: (5a) is a question formed by targeting the NP complement in (1a).

- (5) a. What car do you have?
- b. Which car is yours?

Just as its Spanish counterpart (namely, *¿Qué coche tienes?*), (5a) asks about a type of car (then, some brand or some car model). This utterance does not ask the hearer to identify his or her vehicle from within some set of cars, as opposed to (5b). Moreover, if a wh-phrase unmistakably selects for tokens in some scenario parallel to (1), HAVE will be excluded, as shown in (6a). Again, type readings naturally license parallel uses of HAVE, as in (6b):

- (6) a. Which one among these three cars {is yours / \*do you have}?  
b. Now that we talk about allergies, which one do you have?

All this confirms that ownership and belonging, as introduced above, prove to be rather different relations from a grammatical perspective. In this short paper I will attempt to schematically characterize the TRD, set out its conditioning factors, and suggest its plausible place in the grammatical system. Although this article was originally intended to analyze the TRD in Spanish, I will use English in many examples, given that the results obtained are practically identical for both languages. Even so, Spanish demonstratives—unlike their English counterparts—can be prenominal (*este libro* ‘this book’) or postnominal (*el libro este*, lit. “the book this”; approx. “the book here”). I will not address the possible extension of the TRD to postnominal NPs in the pages to follow.

## 2. Definiteness effects with HAVE

I will assume some familiarity with the so-called *Definiteness Effect* (henceforth, DE). The DE with HAVE has been addressed in fewer studies than its counterpart with THERE-BE. Analyses of the former include Gutiérrez-Rexach (2000, 2007), Tham (2006), Leonetti (2006), Bassaganyas-Bars (2017) and Bassaganyas-Bars & McNally (2020). For a state of the art on the DE in THERE-BE contexts—deeply scrutinized for about thirty years—I simply refer to the overviews included in Reuland & ter Meulen (1987), Lumsden (1988), Lyons (1999), Landman (2004), Fisher et al. (2016), McNally (2016) and the references therein.

It is worth remembering that numerous interlinguistic differences

on the DE have been noted, and also that a large number of exceptions to it have been pointed out for individual languages. As a matter of fact, the literature mentioned above amply demonstrates that the presence of definite determiners and strong quantifiers in the complement of THERE-BE sentences does not guarantee that the DE will be attested at all, since it can be obviated by several resources that give rise to quantificational readings obtained compositionally. Exceptions to the DE in the grammar of Spanish are summarized in Leonetti (1999: 814 and ff.) and RAE-ASALE (2009: 15.6i and ff.).

The TRD is not attested in existential sentences. Otherwise, it would be possible to say *Here is this Volkswagen* intending something like ‘Here is a car of the type of a Volkswagen’, contrary to fact. But there is little doubt that the type-token distinction is relevant for the analysis of THERE-BE contexts. Definite NPs denoting types may escape the DE in Spanish presentational sentences, whereas their token counterparts may not. Sometimes the nouns *tipo* ‘type’ or *clase* ‘class’ are sufficient to obviate the DE, as in (7):

- (7) a. \*Había todos los pájaros.  
Lit. ‘There were all the birds’  
b. Había toda clase de pájaros.  
‘There were all kinds of birds’

At other times, a simple definite NP designating an individual type may escape the DE. This factor is discussed in RAE-ASALE (2009: 15.5p), from which the example (8) is extracted:<sup>3</sup>

- (8) Pero la gama era infinita. Había el tolstoiano que se negaba a comer carne porque era enemigo de toda muerte violenta [...] y el partidario de la violencia hasta en sus formas más indiscriminadas (E. Sábato, *Sobre héroes y tumbas*).

---

<sup>3</sup> Even so, from the pattern of (8) —more frequently attested in literary language— one cannot deduce that NPs headed by definite determiners or strong quantifiers denoting individual types always escape the DE in Spanish. Most of my informants who accepted (8) rejected (i), in which a type reading of a definite NP is guaranteed:

(i) \*En esta librería hay el típico libro que tanto te gusta. [DE with Sp. *haber* ‘have’ and type reading]  
(Lit. ‘In this bookshop there is the typical book that you like so much’)

I am not aware of studies contrasting the patterns in (8) and (i), what suggests that more research is needed on the licensing of type-denoting definite NPs in THERE-BE contexts.

‘But the range was infinite. There was the Tolstoyan who refused to eat meat because he was an enemy of all violent death [...] and the supporter of violence, even in its most indiscriminate forms.’

This connection between the TRD and the DE in THERE-BE sentences should not obscure the fact that the DE with HAVE is much more restrictive than its counterpart with THERE-BE. The former occurs characteristically with HAVE in NPs expressing kinship relations, as in (9a), and other forms of inalienable possession, particularly those of a meronymic or part-whole nature, as in (9b):

- (9) a. Mary has {a / \*the} brother. [DE with *have*]  
b. John has {a / \*the} big nose. [DE with *have*]

HAVE is free of DEs, unlike THERE-BE sentences, when purely ownership is expressed. Nouns subject to such a relation are sometimes called *sortal nouns*:

- (10) a. There is {a / \*the} book here. [DE with *there-be*]  
b. I have {a / the} book here. [No DE with *have*]

Although both constructions express the existence of some entity relative to a spatio-temporal context, the contrasts of (9)-(10) are extremely marked. The explanation usually given to them lies in the fact that the cases of meronymy and inalienable possession often coincide with those that give rise to the interpretation of HAVE that Keenan (1987) called “existential”; that is, the one in which sentences with HAVE admit paraphrases with THERE-BE sentences:

- (11) a. This book has {a / \*the} preface. [DE with *have*]  
b. There is {a / \*the} preface in this book. [DE with *there-be*]

Even so, these paraphrases are known to be appropriate for nouns expressing meronymic (or integral: Hornstein et al. 1996) relationships, but not quite so for those denoting kinship relations. Both sorts of possession are



expressed through relational nouns; that is, nouns (typically biargumental) denoting realities that cannot be conceived of as independent of the entities in which they are included or to which they are attributed. This makes it difficult for them to become autonomous discourse referents (intuitively, it is difficult to identify the reference of “a brother” in reality, as opposed to that of “a tree” or “a car”). A more complete classification of Spanish relational nouns is presented in RAE-ASALE (2009: 12.10c).

Bassaganyas-Bars and McNally (2020) note that NPs formed from nouns such as *type* or *kind*, escape the DE with HAVE, as in (12a). Nouns that receive a “kind(-like) interpretation” (in their terms) do so as well, as in (12b):

- (12) a. Jan has this kind of sister (cf. \*Jan has this sister).  
b. Jan has the same intelligence as Kim (cf. \*Jan has the intelligence).

The meaning of (12b) may be paraphrased with expressions that would include NPs such as “the same type, degree or amount of intelligence”. On the effect of Sp. *mismo* ‘same’ on the cancellation of the DE in Spanish, see RAE-ASALE (2009: 15.6n). Again, these sentences admit paraphrases with indefinite determiners, such as *Jan has this kind of sister* ~ *Jan has a sister of this kind*. They coincide with (1a) in that similar paraphrases are admitted in the latter case (*John has a car of this type*), but the fundamental difference lies in the fact that *car* is not a relational noun, but a sortal noun. Bassaganyas-Bars and McNally (2020) detect more exceptions to the DE with HAVE with relational nouns modified by certain complements, and show that the interpretation obtained in these cases is also that of type. This is shown in their example (13):

- (13) Jan has the body of an athlete,

which means “Jan has the type of body that an athlete has”.<sup>4</sup> Again, there is some relationship with the TRD effect, but also a crucial difference, since the TRD is not restricted to relational nouns nor existential HAVE.

NPs attesting the DE in sentences with existential HAVE may escape it

---

<sup>4</sup> The article is typically optional in the Spanish counterpart of this pattern. There are two articles in (13), but articles may be dropped in *Juan tiene (el) cuerpo de (un) atleta*, the Spanish translation of (13).

through a well-noun resource: definite NPs impose a familiarity condition that requires us to identify a single individual in the domain of some referential expression. This information is often obtained through endophoric means, including relative clauses and adjectives or participles expressing reference to prior knowledge of individuals (*usual, typical, expected, required, known, etc.*), as in (14). The asterisk outside the parenthesis indicates that the information it contains cannot be omitted.

- (14) a. This book has {the preface that it was supposed to have / the usual preface}.  
 b. You have the \*(typical) autumn cold.  
 c. I have the luck \*(of having you with me).  
 d. He has the wife \*(that he deserves).  
 e. John has the \*(required) age.  
 f. I do not have the \*(necessary) height.  
 g. You had the good sense \*(to speak to him).

Notice that many abstract nouns (*age, luck, sense, etc.*) typically behave like relational nouns as regards this pattern. This link is discussed in relation to the DE for Spanish in RAE-ASALE (2009: § 12.20c and § 15.6q and ff.).<sup>5</sup> We can, then, deduce from (14) that, in unmarked contexts, most definite NPs with relational nouns show a certain resistance to identify their referent in HAVE contexts through the mere presence (in the awareness of speakers) of the entities being mentioned. Endophoric identification provides some clues for the hearer to acknowledge their background status. The minimal pair in (15) gives an idea of this difference between “sortal nouns” (such as *book*) and “relational nouns” (such as *luck*):

- (15) a. I have the book (of John’s).  
 b. I have the luck \*(of being here).

---

<sup>5</sup> In any case, it is conceivable that the distinction required turns out not to be a strictly lexical one, especially in cases in which the information provided by the complements marked in (14) can be deduced from the immediate context. We may compare (11a) and (14a) with *Finally, your dissertation has the (necessary) preface; so, you may now deposit a copy in the department*, in which the adjective *necessary* could be omitted.

It is known that anaphoric devices tend to be most effective with sortal nouns when some small clause contains a secondary predicate, as in *I have the book with me* or *You have the car in the garage*. The effect of this secondary predicate may be lexical, in the sense that HAVE no longer denotes ownership, but rather some locative association temporally restricted or circumscribed to a particular environment. Thus, from *Tengo el coche esperándome* 'I have the car waiting for me' (Leonetti's 2006 example), one cannot infer *Tengo el coche* 'I have the car'. In a similar vein, Gutiérrez-Rexach (2000) notes that locative adjuncts override Hornstein et al.'s (1996) integral reading of predication, so that *My truck has a Ford engine in the back seats* does not imply *My truck has a Ford engine*.<sup>6</sup> All this suggests that, when HAVE expresses accidental, circumstantial or stage-level possession, it does not properly select for an NP, but for some small clause, even if its predicate is not always overt. This might provide a syntactic explanation for the fact these sentences apparently constitute exceptions to the TRD: If I point out to a set of documents and I say *The police has these proofs*, I will certainly not mean that the police has proofs of the same type as the ones I am pointing at, but rather that they have these specific (i.e. *token*) items. Notice that this interpretation will not be different if the demonstrative is identified anaphorically, rather than indexically or ostensively.

I shall return to the important role of secondary predicates in HAVE sentences, but before going into that, let me narrow down the effects of the TRD.

### 3. Refining the restriction

In this section I will take a schematic look at the fundamental factors that override, or at least strongly condition, the TRD.

#### 3.1. Pragmatic accessibility and circumstantial possession

The type reading has to be pragmatically accessible, in the sense that it presupposes the existence of objective classes or types in the entity we are

---

<sup>6</sup> Interestingly, *Juan es largo de piernas* 'Juan is long-legged' does not imply *Juan es largo* 'Juan is long', as pointed out by Español-Echevarría (1977) in his study of the inalienable prepositional construction in Spanish and its relationship with its HAVE counterpart (in this case, *Juan tiene las piernas largas* 'Juan has long legs'). Recall that secondary predicates are never omissible in these contexts (therefore, *\*Juan tiene las piernas* 'Juan has the legs').

talking about. This allows us to compare the naturalness of (1a) with the strangeness of *?I have this umbrella* or *?John has that bottle*. These differences are not strictly grammatical. In fact, they are not even lexical, since it would be impossible to construct the paradigm of nouns that group with *book* and *car*, and those that do so with *umbrella* or *bottle*.

Although one might argue that the inaccessibility of a “type reading” in sentences such as *I have that phone number* is due to pragmatic reasons (that is, the difficulty of identifying “types of phone numbers”), I suggest that these cases pattern with the accidental or circumstantial possession cases that I have just mentioned. Their capability to cancel the TRD may be either lexical (if we assume that they contain a particular reading of HAVE not relevant for the TRD), or rather —and perhaps preferably— syntactic, if we suppose that HAVE does not select for NPs in these cases, but for small clauses allowing the contextual retrieval of their missing predicate.

### 3.2. Contrastive environments and reminder contexts

Contrastive patterns may introduce demonstrative NPs that provide possible substitutes of a certain entity that has been mentioned in the immediately preceding discourse, then cancelling the TRD effect. There is little doubt that *this stool* receives a token reading in (16):

- (16) —Have you got a ladder?  
—No, but I have this stool.

The result is similar to the one provided by the so-called *reminder contexts* (RCs). These contexts have been studied in Rando and Napoli (1978), Woisetschlaeger (1983), Hannay (1985), Lumsden (1988), Ward & Birner (1995), Abbott (1993), and Leonetti (2016), among others, in relation to THERE-BE sentences. Notice that the DP *this car* does not receive a type interpretation in (17), but a token reading, as does *this stool* in (16):

- (17) —You own nothing.  
—That’s not true. I have this car.

RCs are not mentioned in the literature as contexts licensing the token interpretation of expressions such as *this car* in (17), but rather as contexts which escape the DEs in English THERE-BE sentences. For example, the utterance *Yes, there is that problem* would be natural if someone wants to acknowledge that some particular problem is a possibly forgotten item in a list of relevant factors.<sup>7</sup> In a broad sense, RCs are contrastive contexts, such as the one in (16), but the patterns in (16) and (17) cannot be reduced to a single class, since RCs are typically associated to some (possibly) forgotten content, whereas in (16) some unknown —not forgotten— information is introduced.

NPs such as those characterizing RCs in the examples above are definite, but they have not been previously mentioned. As Ward and Birner (1995: 730) note about RCs, “there are sufficient grounds for the speaker to believe that the entity has been (at least momentarily) forgotten [...]. For this reason, the speaker is licensed to treat the referent as though it were hearer-new”. I conclude, along these lines, that RCs rescue definite NPs from the DE in existential contexts because, although their referent is definite and refers to a particular entity, it is also new in the relevant domain.

In my view, the paraphrases with indefinites that characterize type readings in demonstrative contexts (i.e., *I have this car* ~ *I have a car of this type*) can be extended to RCs. I will suggest that one possible way to carry out such an extension is to attribute what we may call a SAMPLE READING to *this car* in (17). In this interpretation, a paraphrase of *I have this car* in this context will be close to “I have something relevant (that you forgot); namely, this car”.

Interestingly, sample readings are obtained in other contexts. In Bosque (2010) it is argued that so-called *inclusive disjunction* is not properly inclusive, but rather an instance of a relatively similar “sample interpretation”, one of the possible instantiations of free-choice indefinites in intensional environments. That is, if the speaker pronounces *coffee or tea* in (18) in a single intonational group with a final rising pitch contour,

---

<sup>7</sup> It is worth remembering that there are strong interlinguistic differences on the relevance of RCs contexts as regards DEs. The example (ia) —from Lumsden (1988: 110)— would be natural in English if one wants to suggest that certain university should be considered in relation to some particular purpose.

(i) a. There's the University of Stoke.  
b. \*Hay la Universidad de Stoke.

Its translation to Spanish, which appears in (ib), is strongly ungrammatical, regardless of the context in which it might be used, since *estar* ‘be’ is the unmarked verb required in presentational sentences with definite NPs.

(18) Would you like coffee or tea?,

he or she would not be suggesting the hearer to have both coffee and tea (a rather absurd suggestion, although somehow implied by the so-called “inclusive reading of disjunction”), but rather asking a question such as *Would you like something, such as coffee or tea?* This analysis—but not the strictly “inclusive” interpretation of disjoined NPs—naturally accounts for the fact that the hearer might answer the question by saying *Thank you, I’ll have a soft drink.*

Interpreting demonstrative NPs in RCs as instances of the “sample reading” suggested above has another interesting consequence: it easily accommodates the fact that *I have this car* in (17) admits paraphrases with *at least*, *among other things*, and other similar expressions suggesting a set of which only one representative member is mentioned by way of mere illustration. It is, thus, implied that there are other members that need not be mentioned. In fact, NPs in RCs are sometimes claimed to receive a “list reading”, as in Lyons (1999: 239). For Rando and Napoli (1978), they do not constitute the focus of the assertion in THERE-BE contexts. This focus is provided—they argue—by the set containing those individuals, then by some quantificational entity.

Finally, I suggest that the “sample reading” analysis can be extended to contrastive contexts such as (16), which—as I have just pointed out—do not conform to the TRD either. The contextual interpretation of *I have this stool* in (16), would then be close to “I have something similar to what you want; namely, this stool”.

### 3.3. Anaphoric or textual contexts

Most demonstrative NPs built from relational nouns do not have referents able to be identified through ostensive or indexical means. This leaves anaphora as the only resource for them to find their reference:

- (19) a. I have that {car / ??luck}.  
b. You are with me. I have that luck.

Even so, anaphoric contexts may be equally compatible with both type and token readings of these NPs. Notice that *that problem* means “a problem of that type” in (20a), but also “that particular problem”, then giving rise to a token interpretation. The former reading is harder to obtain with sortal nouns, as (20b) suggests.

- (20) a. John couldn't leave his home at night, but I didn't have that problem.  
b. Mary then showed a blue notebook. I now have that notebook.

As I have suggested in section 2, some secondary predicate is understood in the latter sentence, such as “with me” or “here”. In many cases, it is simply not possible to distinguish type and token readings in anaphoric uses of definite NPs, especially if abstract nouns, such as *problem* in (20a), are involved. Similarly, the NP *this discussion* in *Every time we have this discussion* admits paraphrases such as “a discussion of this type” (*type reading*), but also “this specific discussion” (*token reading*), assuming that repeated discussions are instances of the same notion.

The use of demonstratives sometimes called *evocative* does not clearly distinguish these two senses either, as in *The food had that special flavor*, in a context in which no previous mention has been made of any flavor. Even so, the evocative use of demonstratives could perhaps be reduced to the endophoric pattern, assuming that the former freely admits adjectives such as *typical* or *characteristic*.

### 3.4. Non-focal interpretations

The last factor, among those that cancel the TRD, is informational: the TRD disappears when the narrow focus of the predication does not fall on the NP complementing HAVE, but on some other constituent external to it. The relevance of this factor is illustrated in (21):

- (21) a. I've had this car for ten years. [TOKEN READING]  
b. I have this car because I can't afford a better one. [TOKEN OF TYPE READING]

The TRD also disappears when the NP complement is under the scope of an *anti-assertive operator*, in the sense developed in Bosque & Sáez (2017). In this paper, negative, modal-intensional or presuppositional operators are shown to provide the proper contexts for the licensing of Sp. *tan(to)* ‘so much, so many’ in non-overt comparisons, as in Sp. *Siento que Juan trabaje tanto* ‘I am sorry that Juan works so hard’ vs. \**Creo que Juan trabaja tanto* ‘I think Juan works so hard’. Their capacity to cancel the TRD is shown in (22):

- (22) a. I deeply regret having this car. [TOKEN OR TYPE READING]  
 b. If anyone is interested in having this car, I’m sure we can reach an agreement. [TOKEN READING]  
 c. I very much doubt that John is really interested in having this car. [TOKEN READING]

#### 4. Assembling the pieces of the puzzle

A classic problem of the DE is the fact that it is often formulated as a filter or a negative generalization. The DE tells us which specific situations do not occur, a strange way of formulating scientific generalizations in any discipline. There are several ways to turn the DE upside down so that it becomes formulated in positive terms. Certainly, the DE cannot be formulated as a constraint against the occurrence of definite NPs, proper names and strong quantifiers in existential contexts, as the literature has repeatedly made clear. One way to reformulate it in positive terms, as applied to HAVE, could be the one suggested in (23):

- (23) Narrow focus NPs complementing HAVE must be hearer-new.

We may, in fact, interpret the TRD as a natural outcome of (23). Notice that the TRD nicely falls within this generalization if we assume that type readings are hearer-new, as I have suggested. Moreover, in the previous section I have argued that the “sample interpretation” of demonstrative NPs in reminder contexts is also hearer-new, and also that it may be related to the fact that these readings allow for paraphrases with indefinites, which gives



them a natural place in (23) as well.

As Tham (2006) argues, sentences with HAVE in which an ownership relation is denoted are associated with presentational focus. As a natural consequence, these NPs introduce new information into the discourse. We may suppose that the canceling effect described in § 3.4 is an extension of the one which cancels the DE with HAVE in small clauses. In simple sentences such as *I had that book at home* (which does not imply *I had that book*, as I have explained), the small clause prevents *that book* from occupying the narrow focus of the main predicate. Since adjunct modifiers attract the focus of the predication in these sentences, the focus no longer falls on the demonstrative NP. An immediate consequence, according to (23), is that these definite NPs do not have to conform to any quantificational reading.

In order to clarify this idea, we may consider the following contrast from Spanish:

- (24) a. \*Tengo este resfriado.  
          ‘I’ve got this cold’  
      b. Tengo este resfriado desde hace un mes.  
          ‘I’ve got this cold for about a month’

In principle, the omission of a temporal adjunct should not make a simple sentence ungrammatical. But there is nothing anomalous about (24): the TRD rules out the token reading for *este resfriado* in (24a). We may suppose that the hearer tries to get the type reading for this NP, but he or she fails as well (cf. *\*Tengo un resfriado como este* ‘I have a cold like this one’). Notice that the reference of the demonstrative NP in (24a) cannot be retrieved anaphorically (as opposed to the one in *Tengo este problema* ‘I have this problem’; recall section 3.2.). The “hidden secondary predicate” (such as *with me*) that might be available for HAVE in some small clauses is not plausible either. Since none of these options is suitable, the sentence cannot be interpreted, unless some overt reminder context is provided.<sup>8</sup>

In contrast, in (24b) the demonstrative NP is outside the narrow focus of

---

<sup>8</sup> For instance, the one in (i):

(i) —Veo que estás muy bien de salud. ‘I see that you are in very good health’  
      —Bueno, tengo este resfriado. ‘Well, I have this cold’

the predication; the type reading ceases to be mandatory and the token (i.e., non-quantificational) interpretation becomes admissible, according to (23). The contexts that Bosque & Sáez (2017) call *anti-assertive*, as in (22), play a similar role, as their name indicates. Those operators place the relevant NPs under modal or presuppositional environments able to assimilate their content to the information already known by the hearer. This makes them free of the requisite imposed by (23).

I realize that (23) does not explicitly mention demonstratives. As we know, demonstrative NPs typically retrieve their referent in ostensive contexts (*deixis ad oculos*); they reject associative anaphora and they do not give rise to scope-related ambiguities, as opposed to their counterparts with definite articles. Certainly, demonstratives do not reject anaphoric contexts, as we saw in (20), but sortal nouns suggest type readings in those environments, or rather add (or suggest the need for) secondary predicates (*here, with me, at home, ready, etc.*), as I have recalled. Relational NPs do not present this problem because of their facility to anaphorically or endophorically identify the entities they designate. In addition, in many cases they do not discriminate type readings from token readings. We can therefore assume that (25) is on the right track:

- (25) Demonstrative NPs with sortal nouns and token readings complementing HAVE are referential expressions requiring a contextual identification.

If this is the case, it is entirely natural that these NPs do not contribute the “new information” demanded in (23).

I am afraid I will not be able to fully develop (23) here in order to cover the interpretation of both demonstrative and non-demonstrative definite NPs within a positive formulation of the DE in HAVE contexts. I will just recall one relevant factor that should be taken into account in such a task: distinguishing between two senses of the same verb HAVE (approximately, existential and non-existential) constitutes a lexical solution to tell apart “membership-localization” and “possession-ownership”, two concepts systematically related in many languages. There seems to be a general agreement on the idea that noun classes (basically “relational vs. sortal” nouns) determine the appropriate interpretation of these two large groups. But at

tributing to the verb HAVE the ability to lexically select nouns of one or the other type should not, in itself, prove to be a satisfactory solution for anyone on conceptual grounds.

#### REFERENCES

- Abbot, B. 1993. A Pragmatic Account of the Definiteness Effect in Existential Sentences. *Journal of Pragmatics*. 19: 39-55.
- Bassaganyas-Bars, T. 2017. *Have-Sentences in Discourse*. Doctoral Dissertation. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra. Available online.
- Bassaganyas-Bars, T. & McNally, L. 2020. *There be- and have-Sentences: Different Semantics, Different Definiteness Effects*. *The Linguistic Review*. 37(2): 179-208.
- Benveniste E. 1960. *tre et avoir dans leurs fonctions linguistiques*. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*. 55: 113-134. Reprinted in *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Minuit, 187-207.
- Bosque, I. 2010. On Disjunctive Dependencies. *Catalan Journal of Linguistics*. 9: 7-21.
- Bosque, I. & Sáez, L. A. 2017. La naturaleza composicional de *tan(to)* y los contextos antiassertivos. In Á. J. Gallego et al. (Eds.). *Relaciones sintácticas: Homenaje a José M. Brucart y M. Lluïsa Hernanz*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 121-140.
- Español-Echevarría, M. 1997. Inalienable Possession in Copulative Contexts. *Lingua* 101: 211-244.
- Fischer, S. et al. (eds.). 2016. *Definiteness Effects: Bilingual, Typological and Diachronic Variation*. Cambridge: Cambridge Scholar Publishing.
- Freeze, R. 1992. Existentials and other Locatives. *Language*. 68 (3): 553-595.
- Guéron, J. & Zribi-Hertz, A. 1998. *La grammaire de la possession*. Nanterre: Paris X.
- Gutiérrez-Rexach, J. 2000. *Tener y el efecto de definitud*. *Cuadernos de lingüística (Instituto Ortega y Gasset)*. 7: 19-37.
- Gutiérrez-Rexach, J. 2007. Beyond the (In)definiteness Restriction: a Unified Semantics for *have*. In E. Puig-Waldmüller (Ed.). *Proceedings of Sinn und Bedeutung 11*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 91-304.
- Hannay, M. 1985. *English Existentials in Functional Grammar*. Dordrecht: Foris.
- Heine, B. 1997. *Possession: Cognitive Sources, Forces and Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Hornstein, N., Rosen, S. and Uriagereka, J. 1996. Integral Predication. *Proceedings of WC-CFL*. 14: 169-184.
- Kayne, R. S. 1993. Toward a Modular Theory of Auxiliary Selection. *Studia Linguistica*. 47 (1): 3-31.
- Keenan, E. 1987. A Semantic Definition of Indefinite NP. In A. Reuland & A. G. B. ter Meulen (Eds.). *The representation of (in)definiteness*. Cambridge, MA: The MIT Press, 286-317.
- Kupferman, L. 2000. Avoir et la prédication seconde. *Langue Française*. 127: 67-111.
- Landman, F. 2004. *Indefinites and the Type of Sets*. Oxford: Blackwell.
- Leonetti, M. 1999. El artículo. In I. Bosque & V. Demonte (Eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, vol. 1, 787-890.
- Leonetti, M. 2006. Sobre la restricción de definitud con *tener*. Paper presented at the VII Congreso de Lingüística General. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Leonetti, M. 2016. Definiteness Effects: The Interplay of Information Structure and Pragmatics. In Fischer, S. et al. (eds.), 65-116.
- Lumsden, M. 1988. *Existential Sentences: Their Structure and Meaning*. London: Croom Helm.
- Lyons, C. 1999. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McNally, L. 2016. Existential Sentences Cross-Linguistically: Variations in Form and Meaning. *Annual Review of Linguistics*. 2: 211-231.
- RAE-ASALE, 2009. Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española: *Nueva gramática de la lengua española. Morfología y sintaxis*. Madrid: Espasa, 2 vols.
- Rando, E. & Napoli, D. J. 1978. Definites in *There*-Sentences. *Language*. 54(2): 300-313.
- Reuland, E. & ter Meulen, A. G. B. (Eds.). 1987. *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Stassen, L. 2009. *Predicative Possession*. Oxford: Oxford University Press.
- Szabolcsi, A. 1983. The Possessor that Ran Away from Home. *The Linguistic Review*. 3: 89-102.
- Tham, S. W. 2006. The Definiteness Effect in English *Have* Sentences. In P. Denis et al. (Eds.). *Proceedings of the 8<sup>th</sup> Texas Linguistic Conference*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 137-149.
- Uriagereka, J. 1998. From Being to Having: Questions about Ontology from a Kayne/Szabolcsi Syntax. In A. Schwgler et al. (Eds.). *Romance Linguistics. Theoretical Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 283-306.

Ward, G. & Birner, B. 1995. Definiteness and the English Existential. *Language*. 71(4): 722-742.

Woisetschlaeger, E. 1983. On the Question of Definiteness in 'An Old Man's Book. *Linguistic Inquiry*. 14: 137-154.



## *Olmpia era t o alta que a sua cabeça desaparecia entre as nuvens: a expressão de grau na obra A girafa que comia estrelas de José Eduardo Agualusa<sup>1</sup>*

Inês Oliveira

inesoliveira@ese.ipp.pt

*Escola Superior de Educação do Político do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

### ABSTRACT.

The main objective of this article is to reflect on the notion of degree and the structures that allow its expression, highlighting its importance for reading comprehension and the development of (meta)linguistic and communicative skills of the student. So, first, there will be a brief review of the expression of degree and reading comprehension. In order to frame the theme and the contents at the teaching level, an analysis of the normative documents that guide the teaching of Portuguese in the Primary School and 2nd Cycles of Basic Education will be presented, showing how the expression of degree arises proposal for approach. In this sense, the different guiding documents for the teaching of Portuguese will be analyzed, by years of schooling, identifying the domains in which the content appears, recording its direct and indirect occurrences. This content is mainly proposed in the domain of grammar. Later, the work *A girafa que comia estrelas*, of José Eduardo Agualusa, will be explored, showing how the degree's expression mechanisms help in the construction of the meanings of the text. Finally, there will be a brief reflection on the need for scientific and solid knowledge about the structure and functioning of language in order to access the meaning of the text and outline relevant and consequential pedagogical activities.

### KEYWORDS.

Expression of degree; reading comprehension; Primary School; 2<sup>nd</sup> CEB; linguistic competences.

### RESUMO.

O presente artigo tem como objetivo primordial refletir sobre a noção de grau e as estruturas que permitem a sua expressão, realçando a sua importância para a compreensão na leitura e o desenvolvimento de competências (meta)linguísticas e comunicativas do aluno. Assim, primeiramente, realizar-se-á uma breve revisão da expressão do grau e da compreensão da leitura. De modo a enquadrar a temática e os conteúdos ao nível do ensino, apresentar-se-á a

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

análise dos documentos normativos que orientam o ensino do Português nos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, evidenciando de que forma a expressão do grau surge proposta para abordagem. Nesse sentido, analisar-se-ão os diferentes documentos orientadores do ensino do português, por anos de escolaridade, identificando os domínios em que surge o conteúdo, registando as suas ocorrências diretas e indiretas. Este conteúdo é proposto sobretudo no domínio da gramática. Posteriormente, explorar-se-á a obra *A girafa que comia estrelas*, de José Eduardo Agualusa, evidenciando de que forma os mecanismos de expressão do grau auxiliam na construção dos sentidos do texto. Por fim, será realizada uma breve reflexão sobre a necessidade de conhecimentos científicos e sólidos sobre a estrutura e funcionamento da língua para que se consiga aceder ao sentido do texto e delinear atividades pedagógicas relevantes e consequentes.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Expressão do grau; compreensão da leitura; 1.º Ciclo do Ensino Básico; 2.º CEB; competências linguísticas.

A Professora Ana Maria Brito esteve presente em vários momentos do meu percurso académico, foi, desde logo, minha professora de Linguística durante a Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas. Um primeiro contacto extremamente relevante, que me ficou e ficará sempre na memória: 8h30 da manhã, segunda e sexta-feira, aula de Linguística e a professora cheia de energia; era apaixonante todo o dinamismo, a forma clara como explicava os diferentes conteúdos; foram as minhas primeiras leituras em sintaxe e o contacto com a descrição linguística. Final de licenciatura, foi a minha madrinha de curso, em que, na cerimónia da Imposição das Insígnias, me retirou a capa e me pôs a cartola, seguindo-se três pancadas com a bengala. Estes momentos foram tão marcantes e especiais que alguns anos após o término da licenciatura me inscrevi em Doutoramento, enveredando pela área da Sintaxe, tendo sido minha orientadora. Profissionalismo, rigor e rapidez nas correções, verdadeiro acompanhamento foi o que a caracterizou. Além de uma sintaticista brilhante, uma professora muito humana e compreensiva. Embora, neste momento, não tenha prosseguido investigação no âmbito da Sintaxe formal, foi com a professora Ana Maria Brito que desenvolvi o meu gosto pela Linguística. Neste momento, tenho canalizado esses conhecimentos para a Linguística Aplicada, nomeadamente em contextos de Supervisão e orientação de estágios.

Uma célebre frase de Albert Einstein diz que “A arte suprema do professor consiste em despertar o entusiasmo pela expressão criativa e pelo conhecimento.” Creio que esta frase sintetiza o quão importante foi a sua presença para este gosto que tenho pela Linguística. Um muito obrigada.



## 1. Introdução

O tema e a motivação do presente artigo, estando enquadrado numa revista de homenagem à professora Ana Maria Brito, surgiram durante a revisitação de um artigo da professora em coautoria com Helena Lopes - Da Linguística ao ensino da gramática: para uma reflexão sobre a coordenação e a subordinação -, em que se valoriza a importância da formação linguística dos docentes e educadores de forma a propiciarem o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas dos alunos. Aliada a essa revisitação, este artigo também foi inspirado no meu último ano de trabalho na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico do Porto, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, e relaciona-se com a necessidade de promoção, junto das estagiárias, de competências linguísticas e de um trabalho sistemático de compreensão do texto, dada a sua relevância na delimitação de atividades pedagógicas. Só analisando linguisticamente o texto se consegue depreender o seu sentido e identificar as suas potencialidades pedagógicas. Para além disso, o constante refletir em não se ver no texto um pretexto para o ensino da gramática, como, muitas vezes, se observa no ensino, advogando-se que é uma gramática contextualizada porque os exemplos são do texto, mas sim o mostrar que a arquitetura do texto, a forma como os elementos frásicos surgem no próprio texto devem contribuir para a identificação dos sentidos do texto.

Neste âmbito, como objetivo geral procurar-se-á promover a importância das competências linguísticas como acesso à compreensão, mais concretamente partindo da obra *A girafa que comia estrelas*, de José Eduardo Agualusa, e das estratégias de expressão do grau aí presentes. A par deste objetivo geral, procurar-se-á:

- a) Evidenciar de que forma a expressão de grau pode contribuir para a compreensão das categorias da narrativa: personagens, ação e tempo;
- b) Evidenciar a importância desse conhecimento linguístico na delimitação de atividades pedagógicas;
- c) Analisar como a expressão de grau surge proposta nos documentos orientadores para o ensino do Português.

## 2. Enquadramento teórico

### 2.1 Noção de grau e estruturas que permitem a sua expressão

O grau, segundo Marques (2013: 2141), designa uma “ ‘categoria gramatical’ (...) que afeta o significado de certos grupos dentro das classes dos adjetivos, dos advérbios e dos verbos.” Saliente-se que nem todas as palavras da mesma classe permitem construções de grau, apenas se verifica nas palavras cujo significado apresenta uma natureza graduável, podendo ser medida por uma escala. A par dos adjetivos, dos advérbios e dos verbos também os nomes possibilitam um tipo muito especial de variação em grau<sup>2</sup> (Lopes & Morgado no prelo; Veloso & Raposo 2013)

A natureza dessas escalas pode ser diversa, representando ora medidas físicas, exatas como altura, comprimentos ou peso, ora medidas mais vagas, com uma dimensão psicológica e subjetiva, como interesses, beleza, importância. Acrescem a estas escalas, outras relacionadas com o tempo, como as que surgem com advérbios como “cedo” ou adjetivos como “atrasado”. Os pontos das escalas são intitulados “graus”, atendendo a que expressam a quantidade (Marques 2013; Lopes & Morgado no prelo).

Do mesmo modo que podem ser diferentes as classes afetadas por expressões de grau, também a estrutura frásica em que as mesmas surgem são distintas. Observem-se os seguintes exemplos:

- (1) a) O Carlos é muito alto.  
b) O Miguel pesa 70 quilos.  
c) O Carlos comprou dois cadernos.  
d) Ele tem 1,85 m de altura.
- (2) a) A camisola é mais cara do que o casaco.  
b) Ele correu tanto que ganhou a maratona.

Assim, em (1) temos sobretudo frases simples ora com graus específicos e exatos ora com graus mais vagos. As três últimas construções envolvem

---

<sup>2</sup> Atendendo a que, no âmbito do trabalho de exploração da expressão de grau na obra *A girafa que comia estrelas*, de José Eduardo Agualusa, o que tradicionalmente se denomina variação em grau no nome, por processos morfológicos, não ocorre, não será desenvolvido este aspeto no artigo.

graus específicos enquanto a primeira é mais vaga. Em (1a) a quantificação incide sobre o adjetivo “alto” em que “muito” designa o grau de escala de altura. Em (1b) a forma verbal “pesa” identifica o domínio de quantificação. Em (1c) “cadernos” é o domínio de quantificação e a quantidade “dois”. Em (1d) o domínio de quantificação é a altura e quantidade é 1,85 m. (Marques 2013: 2142). Por sua vez, em (2) temos, respetivamente, uma estrutura comparativa com *mais... do que* em (2a) e uma estrutura consecutiva em (2b).

Posto isto, a expressão de grau em Português decorre da presença de palavras que expressam quantidade, como, por exemplo (Raposo 2013: 1569-1593):

- i) Advérbios que derivam de adjetivos escalares (*devagar, depressa, cedo, tarde, pr ximo, longe, ...*)
- ii) Advérbios de grau (*nada, menos, mais, bastante, bem, demasiado, muito, pouco, duplamente, extraordinariamente, ligeiramente, enormemente, excessivamente, suficientemente, completamente, extremamente*)
- iii) Locuções adverbiais (*um bocadinho, um bocado, um pouco, mais ou menos, a potes*)

Brito e Matos (2003: 730-766) consideram na expressão de grau quatro construções: as orações comparativas, as orações consecutivas, as orações conformativas e as orações proporcionais.

Analisando as construções comparativas, estas enquadram-se em construções de grau na medida em que implicam a presença de um item de quantidade ou grau, estabelecendo-se uma comparação entre duas entidades. Em construções comparativas prototípicas, esse item de quantidade ou grau aparece no primeiro termo de comparação. Consoante o elemento selecionado, distinguem-se as construções: comparativas de superioridade (*mais*), comparativas de inferioridade (*menos*) e comparativas de igualdade (*t o*), como ilustrado em (3).

- (3) a) A Maria é mais alta do que o João.
- b) A Maria é menos alta do que o João
- c) A Maria é tão alta como o João.

No que diz respeito às estruturas comparativas de igualdade, a forma “tão” pode coocorrer com adjetivos (3c) e advérbios (4a) e a forma “tanto” com nomes (4b) e verbos (4c).

- (4) a) A Maria leu tão depressa como o João.  
b) A Maria come tantos bolos como o João.  
c) A Maria come tanto como o João.

Nas estruturas comparativas, este elemento de grau ou quantidade coocorre com o conetor de comparação, nas estruturas de superioridade e de inferioridade com (*do*) *que* e nas de igualdade com *como*. Como habitualmente nas estruturas comparativas, é necessária a presença dos dois elementos (primeiro termo de comparação e segundo termo de comparação), muitos autores consideram que estes dois elementos formam uma unidade semântico-sintático (Brito & Matos 2003: 734).

Ao nível do 1.º termo de comparação, embora as estruturas comparativas, preferencialmente, ocorram com adjetivos graduáveis (2a), podemos encontrar diferentes categorias gramaticais: SN (4b), SADV (5a), verbos (5b), SPrep (5c).

- (5) a) A Maria leu mais depressa do que o João.  
b) A Maria leu mais do que o João.  
c) A Maria gostou do bolo mais do que o João.

Em termos de estruturas frásicas, as comparativas adjetivais ocorrem em estruturas predicativas copulativas (6a) ou transitivas predicativas (6b), mas também em sintagmas adjetivais modificadores do nome (6c).

- (6) a) A Maria é *mais alta do que* o João.  
b) A Maria acha o João *mais alto do que* o Pedro.  
c) [Um livro *mais caro do que* *til*] foi adquirido pelo Departamento de Linguística. (Brito & Matos 2003: 735)

Tradicionalmente, as estruturas comparativas surgem integradas nas orações subordinadas adverbiais. Brito e Matos (2003: 738) questionam a

classificação das comparativas como subordinadas adverbiais, apresentando diferentes critérios que as distinguem:

i. Estatuto do conetor de comparação, que apresenta comportamento distinto do complementador da subordinação (vejam-se os exemplos em (7)):

- Possibilidade de frases não finitas com os conectores de comparação (7a);
- Possibilidade de seleção de relativas livres como complemento (7b);
- Coocorrência com o pronome *isso* como anáfora do segundo termo da comparação (7c);

(7) a) Ele prefere ir ao cinema *do que viajar*.

b) Ela admira mais a obra *do que* [quem a criou] (Brito & Matos 2003: 739)

c) A Ana é mais alta *do que* isso. (Brito & Matos 2003: 740)

ii. Função sintática das orações comparativas, não se comportando como adjuntos (impossibilidade de realização de interrogativa com SV *fazer o que* ? (vejam-se os exemplos em (8) propostos por Brito & Matos 2003: 740).

(8) a) O Luís compra mais livros ao Pedro *do que* a Maria oferece chocolates à Ana.

b) \*A: O que é que o Luís faz *do que* a Maria oferece chocolates à Ana?

B: Compra mais livros ao Pedro.

iii. Impossibilidade de mobilidade (veja-se o exemplo em 9)

(9) A Maria é mais alta *do que* a Ana.

\*Do que a Ana, a Maria é mais alta.

iv. Impossibilidade de clivagem (exemplo 10)

(10) Foi *do que* a Ana *que* a Maria é mais alta.

v. Possibilidade de elipse lacunar (exemplo 11)

(11) Os alunos comem mais na cantina da faculdade *do que* [-] no restaurante.

Do exposto acima, conclui-se que a inserção das orações comparativas no grupo das subordinadas adverbiais é problemática e não a mais adequada. Do mesmo modo, Brito e Matos (2003) afastam a possibilidade

de as aproximar das construções relativas face aos seguintes aspetos:

i. A invariabilidade da forma “do que” nas estruturas comparativas

(12) \*Comprei mais livros dos que podia ler. (Brito & Matos 2003: 743)

ii. Possibilidade de elipse lacunar;

(13) A Ana come mais gelados num dia do que a irm [-] num m s. (Brito & Matos 2003: 745)

Neste sentido, concluem que, embora possam ocorrer estruturas relativas no segundo termo da comparação, não podem ser comparadas a estruturas relativas. A par disto, consideram que as comparativas têm comportamentos semelhantes às estruturas de coordenação, como resultado da aplicação dos seguintes testes:

1. Possibilidade de associação de constituintes frásicos e sintagmáticos;
2. Impossibilidade de mobilidade;
3. Impossibilidade de extração de apenas um dos seus constituintes;
4. Possibilidade de extração de todos os seus elementos;
5. Possibilidade de fenómenos de elipse frásica.

Por tudo isto, sugerem “que as estruturas comparativas são um caso particular de coordenação (...) os conectores de comparação *como* e *(do) que* podem ser, no português actual, caracterizados como conjunções de coordenação comparativos.” (Brito & Matos 2003:747)

Ainda no que se refere às estruturas comparativas, as autoras consideram neste grupo, para além das que compreendem o grau comparativo de igualdade, superioridade e inferioridade, as seguintes estruturas: as comparativas de superlativo, as pseudocomparativas, as comparativas-temporais e as comparativas-condicionais.

Nas comparativas de superlativo, embora não haja a explicitação de um termo de comparação, de forma implícita é estabelecida essa comparação. Temos dois tipos de superlativo, o superlativo absoluto com duas formas, a simples ou sintética e a composta. Na forma composta, encontramos advérbios quantificadores como *muito*, *muitíssimo*, *extraordinariamente* e

*horriavelmente*. O superlativo relativo contém duas formas, a de superioridade e a de inferioridade, construída com um sintagma determinante e um adjetivo antecedido dos advérbios *mais* ou *menos*, como ilustrado nos exemplos em (14):

- (14) a) A Maria é altíssima.
- b) A Maria é muito alta.
- c) A Maria é a mais alta da turma.
- d) A Maria é a menos alta da turma.

As pseudocomparativas, mantendo a mesma estrutura das comparativas canónicas, distinguem-se por não estabelecerem uma comparação entre dois graus ou quantidades. Distinguem-se as pseudocomparativas aditivas (15a), as truncadas (15b) e as corretivas (15c;15d), exemplos de Brito e Matos (2003: 750). Estas últimas (as corretivas) são deslocáveis, contrariamente às comparativas canónicas.

- (15) a) Apesar de o João e o António fazerem intervenções brilhantes, o ritmo da aula é lento porque o professor tem mais alunos do que esses.
- b) Ela adquiriu (algo) mais do que um bom livro.
- c) Você adquiriu um amigo, mais do que um bom livro.
- d) Mais do que um bom livro, você adquiriu um bom amigo.

Relativamente às comparativas temporais, estas englobam estruturas subordinadas adverbiais temporais com valor comparativo, como ilustrado em (16).

- (16) A Maria leu esse livro antes/depois da Ana. (Brito & Matos 2003: 752)

Por sua vez, as comparativas-condicionais englobam as construções com o conector *como se* (exemplo 17). Contrariamente às estruturas comparativas canónicas, estas construções admitem clivagem, mas não admitem mobilidade (à semelhança das comparativas canónicas), o que leva as autoras a afirmarem que estas apresentam um comportamento misto.

(17) Ela conduz como se a rua fosse toda dela. (Brito & Matos 2003: 753)

As consecutivas designam orações iniciadas por *que*, estando na dependência de elementos que veiculam a intensidade/quantidade, como *tal*, *t o*, *tanto*, *tamanho*, que ocorrem na oração subordinante. Em termos de significado, expressam uma consequência da intensidade que é descrita nessa oração principal, podendo ocorrer junto com essa expressão de intensidade nomes, adjetivos, verbos e advérbios, como ilustrado em (18). Os adjetivos, os verbos e os advérbios são graduáveis.

- (18) a) Ela comprou tantos cadernos que gastou todo o dinheiro.  
b) Ela é tão alta que tem problemas de coluna.  
c) Ela correu tanto que se lesionou.  
d) Ele correu tão depressa que ganhou a corrida.

Brito e Matos (2003) questionam a sua pertença às orações subordinadas adverbiais, tal como ocorre com as comparativas, pois apresentam diferentes propriedades que as fazem distanciar deste grupo: impossibilidade de deslocação (19a), de realização do teste de pergunta com *fazer/acontecer* (19b). Embora a oração consecutiva mantenha uma relação de dependência com a expressão de intensidade da oração principal, o que se pode assemelhar à relação que é estabelecida entre os determinantes presentes no SN e as orações relativas, as autoras realçam que as orações consecutivas têm também propriedades distintas das relativas. As propriedades que as distinguem das relativas são as seguintes: a presença de uma expressão de intensidade/quantidade; a dependência de um SN, de um SA, de um SAdv ou de um SV; ausência de função do morfema *que*. Acrescentam ainda que mantêm propriedades distintas das comparativas, dado que, nas consecutivas, o *que* é um complementador.

- (19) a) \*Que gastou todo o dinheiro, ela comprou tantos cadernos.  
b) \*O que ela fez que gastou todo o dinheiro? Comprou tantos cadernos.

Quanto às orações conformativas, estas designam as orações iniciadas pelos conetores *conforme*, *como*, *segundo* e *consoante*. O conector *como*



pode ser acompanhado de *tal*. Estas orações são distintas das orações comparativas, uma vez que podem ser deslocáveis, são adjuntos (20b) e possibilitam a clivagem (20c), como exemplificado por Brito e Matos (2003: 762).

- (20) a) A Maria fala conforme escreve.
- b) Conforme [-] escreve, [a Maria] fala.
- c) O que é que a Maria faz conforme escreve?

Por fim, nas construções de grau, encontramos, ainda, as orações proporcionais que são introduzidas ou por conectores correlativos como *quanto mais ... (tanto) mais, quanto mais ... (tanto) menos* ou conectores isolados como *proporç o que, medida que, enquanto*. Nestas construções há uma relação de proporcionalidade em termos de graus de intensidade. Nos dois últimos conectores, associado a um valor temporal. Atentem-se nos seguintes exemplos:

- (21) a) Quanto mais estudares, melhores resultados terás.
- b) À medida que as pessoas terminaram o trabalho, foram saindo.
- c) \*Melhores resultados terás, quanto mais estudares
- d) Foram saindo, à medida que as pessoas terminaram o trabalho.
- e) O que é que aconteceu à medida que as pessoas terminaram o trabalho?  
      Foram saindo.

Em termos de propriedades sintáticas, o primeiro grupo de orações com conectores correlativos, contrariamente às orações subordinadas, não permite a deslocação, nem a clivagem e nem as orações funcionam como adjunto. Por sua vez, o segundo grupo de orações, com conectores isolados, admite estas três propriedades.

Posto isto, em português, existem diferentes construções de expressão de grau, que manifestam comportamentos sintáticos heterogéneos.

### 3. Enquadramento pedagógico ou normativo: a expressão do grau nos documentos orientadores do ensino do Português nos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico

Após esta análise das diferentes formas de expressão de grau, analisar-se-á a sua presença nos documentos normativos – *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (PMCP) (Buescu, Morais, Rocha & Magalhães 2015) e *Aprendizagens Essenciais* (AE) de Português do 1.º CEB (DGE - Ministério da Educação 2018a, 2018b, 2018c, 2018d) – com base numa metodologia interpretativa. Com este estudo, pretende-se refletir sobre a proposta de abordagem científico-pedagógica que os documentos orientadores do ensino do Português veiculam quanto à expressão do grau.

Relativamente aos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, analisando o *PMCP* (Buescu et al. 2015) e as *AE* (DGE - Ministério da Educação 2018), não se encontra este conteúdo em todos os anos de escolaridade. Nas seguintes figuras (Figura 1 e Figura 2), são identificadas as referências que surgem ora de forma direta ou indireta ao grau nos diferentes anos.

FIGURA 1 - Diagrama relativo aos conteúdos trabalhados no domínio da gramática referentes à expressão do grau nos 1.º e 2.º CEB. Construído com base nos *PMCP*.

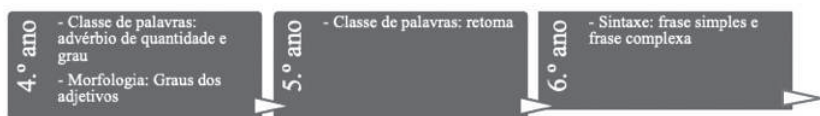


FIGURA 2 - Diagrama relativo aos conteúdos trabalhados no domínio da gramática referente à expressão do grau nos 1.º e 2.º CEB. Construído com base nas *AE*



Assim, nos 1.º, 2.º e 3.º anos, no *Programa e Metas Curriculares do Português do Ensino Básico* (Buescu et al. 2015) não surge qualquer referência à expressão de grau.

Já no que concerne às *Aprendizagens Essenciais*, no 3.º ano de escolaridade, no domínio da Gramática, mais concretamente na classe de

palavras, surge a referência ao advérbio. São ainda mencionados os seguintes descritores: “Manipular diferentes processos para expressar noções de grau numa frase, tendo em conta os seus valores. (G3)” e “Usar frases complexas para exprimir sequências ([tão] que, para que) (G3)”.

No 4.º ano, o domínio da Gramática, no *PMCP* (Buescu et al 2015), encontra-se subdividido em duas áreas: na classe de palavras, a referência ao advérbio de quantidade e grau; na morfologia e lexicologia, a referência aos graus dos adjetivos. Já nas *Aprendizagens Essenciais*, aparece a mesma referência quanto aos graus dos adjetivos: “Reconhecer a flexão nominal e adjetival quanto ao número e grau.”. Note-se que o grau, de acordo com Villalva (2008), não é realizado por flexão, mas por variação, sendo, nos adjetivos, o resultado de processos lexicais, morfológicos e sintáticos.

No 5.º ano, a expressão do grau não surge referenciada de forma direta, quer no *PMCP*, quer nas *AE*. No primeiro documento, é referida a retoma da exploração das classes de palavras do ano anterior e, no segundo, as referências à classe dos advérbios e à noção de frase complexa. E, por último, esta mesma situação verifica-se no 6.º ano, em que, no *PMCP*, no domínio da Gramática, aparece a noção de frase complexa e, nas *AE* também, expressa por meio do descritor “Classificar orações subordinadas adverbiais temporais”, em que, como vimos no enquadramento teórico, em algumas encontramos a expressão de grau.

Analisando os diferentes documentos normativos, verifica-se que, no 3.º ano, sem uso de metalinguagem, há uma referência explícita à construção de diferentes frases, expressando graus diferentes; no entanto, esta referência é abrangente demais e vaga. Acredita-se que não há uma proposta de abordagem do grau que preveja um desenvolvimento gradual e dos seus diferentes mecanismos.

#### 4. Expressão do grau na obra *A girafa que comia estrelas* de José Eduardo Agualusa

À entrada na escola, os alunos possuem um conjunto de conhecimentos da sua língua materna, adquiridos de forma natural e espontânea, sendo assim capazes de produzir sons, reconhecer palavras, produzir frases, atribuir

significado (Amor 2006; Duarte 2000). Dessa forma, partindo do princípio de que as crianças são falantes competentes, em que vão manipulando, de forma automática, a gramática da sua língua, em sala de aula, ao pretender-se trabalhar conteúdos de gramática, estes não são necessariamente novos. O objetivo é levar os alunos a refletir sobre a língua que usam de forma inconsciente e a verem a sua relevância na construção do texto e do(s) sentido(s) do mesmo, permitindo que desenvolvam as suas competências comunicativas e linguísticas.

Como referem Viana et al. (2018: 3), “Ler é, por definição, extrair sentido do que é lido, pelo que não se pode falar em leitura se não houver compreensão.”. Para os autores, a compreensão resulta de uma junção de três fatores: fatores derivados do texto, fatores derivados do leitor e fatores derivados do contexto. No que diz respeito aos primeiros, estes englobam a estrutura, o conteúdo, a sintaxe e o vocabulário. Os fatores derivados do leitor relacionam-se com as estruturas cognitivas e as estratégias que são utilizadas. Por último, os fatores relacionados com o contexto englobam as variáveis psicológicas, sociais e físicas do leitor, nomeadamente o seu interesse e a sua motivação.

O texto e a sua leitura assumem um lugar importante na disciplina de Português. Na leitura, o importante é a construção de sentidos e, para esse aspeto, é necessário um conjunto de estratégias. De acordo com Viana et al. (2018: 15), ao nível da compreensão existem as seguintes estratégias: compreensão literal, que consiste no reconhecimento de um conjunto de informações no texto; compreensão inferencial, que diz respeito à formulação de hipóteses, à dedução; reorganização, que corresponde a processos de síntese, resumo, esquematizações; compreensão crítica, que consiste na formulação de juízos de valor e os processos lexicais, que correspondem à identificação do significado de palavras, expressões.

Sendo o texto um elemento central para a compreensão da leitura, verifica-se que a expressão do grau assume um particular destaque nesta obra, permitindo construir as personagens, caracterizar a ação, o espaço e o tempo.

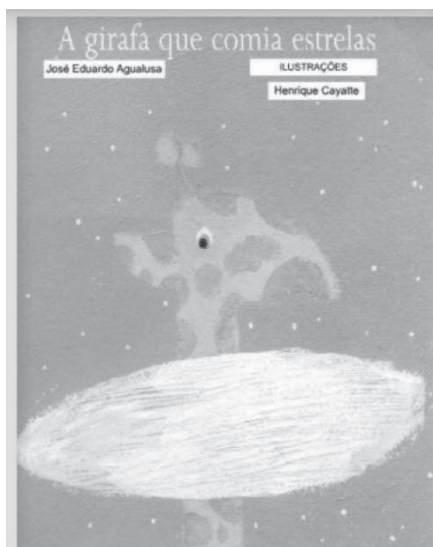
A obra *A girafa que comia estrelas* integra o plano nacional da leitura para o 2.º ano de escolaridade e é uma obra narrativa.

De acordo com Jean-Michel Adam (1999), os textos são demasiado

heterogêneos para que possam ser classificados como tipos de texto, defendendo a noção de sequências. Deste modo, um texto é composto por diferentes sequências, podendo atualizar seis protótipos distintos: narrativo, descritivo, expositivo-explicativo, argumentativo, injuntivo e dialogal. Assim, um protótipo narrativo caracteriza-se por uma sucessão de acontecimentos que se desenvolvem no tempo e no espaço.

De uma forma simples, a obra *A Girafa que comia estrelas* aborda a amizade aparentemente estranha entre uma girafa e uma galinha-do-mato. Ao analisar os elementos paratextuais, resulta um efeito de estranhamento, presente não só no título, a particularidade de esta girafa comer estrelas, mas também na própria ilustração da capa, em que a protagonista da obra surge com a cabeça por cima de uma nuvem (veja-se Figura 3).

FIGURA 3 - Capa da obra *A girafa que comia estrelas*, de José Eduardo Agualusa



Para além disso, nesta ilustração, verificam-se dois elementos centrais da obra: a nuvem e as estrelas. A nuvem estará ao serviço da contextualização familiar da girafa e evidencia a amizade com a galinha-do-mato, D. Margarida, e as estrelas serão o elemento saciador da fome da girafa durante a seca da savana.

Embora o foco do artigo seja a expressão do grau e a sua relevância na construção dos sentidos da obra, é de ressaltar que esta obra apresenta, ao nível da estruturação sintática, uma alternância entre frases curtas e simples e frases longas e complexas (coordenadas e subordinadas). Nas frases simples, há a apresentação da informação mais importante para depois ser desenvolvida nas frases complexas.

A personagem principal aparece logo na primeira página: Olímpia. Analisar-se-á de que forma esta personagem é apresentada e caracterizada.

Logo no início, de forma literal, reconhece-se que a sua altura seria bastante saliente. Atente -se na seguinte passagem:

- (1) “Aos cinco anos, Olímpia já ultrapassava todas as girafas da savana. Era t o  
alta que quando levantava o pescoço e se punha na ponta dos pés a cabeça  
dela desaparecia entre as nuvens.”

A oração subordinada consecutiva de intensidade “que a cabeça dela desaparecia entre as nuvens” selecionada por um adjetivo de medida “alta” realça a sua altura, não havendo uma quantificação precisa; aliada a outras formas de expressão do grau, nomeadamente através de uma comparação implícita com as outras girafas da savana (“já ultrapassava todas as girafas da savana”) corrobora-se este aspeto. Reconhece-se, nesta passagem, de forma explícita que esta personagem desaparecia nas nuvens. No entanto, procedendo a uma reorganização da informação, pode evidenciar-se de forma inferencial que este perder-se nas nuvens será o perder a cabeça, o entrar num mundo de sonho e fantasia. Assim, Olímpia realiza a ligação entre o mundo físico (terra) e mundo da fantasia, do sonho (céu)<sup>3</sup>.

Olímpia gostava de andar sempre com a cabeça nas nuvens, de forma literal ela estava com a cabeça nas nuvens. No entanto, esta expressão idiomática “andar nas nuvens” de forma inferencial significa estar no imaginário e realmente a personagem tinha este contato privilegiado através da sua altura com este mundo. Apesar de os constantes alertas da mãe sobre as suas consequências, que também são referidas com recurso a estruturas de

---

<sup>3</sup> Na literatura infantil, em algumas obras, é recorrente esta temática de ligação entre o mundo terreo e o mundo de fantasia. Veja-se a título de exemplo, o conto tradicional *Jo o e o p de feij o*, as obras *A que sabe a lua*, de Michael Grejniec, *O gato e o escuro*, de Mia Couto.

grau (observe-se (2)), Olímpia continuava a andar com a cabeça nas nuvens.

- (2) “O *pior* que podia acontecer a uma girafa era ficar constipada. (...). Primeiro, porque quando espirram assustam todos os outros bichos, e sacodem as árvores e as coisas, e algumas chegam mesmo a perder a cabeça ... (a cabeça pode saltar fora com a força do espirro); Depois, porque é difícil conseguir um cachecol capaz de cobrir pescoços *tão compridos*”

O uso do superlativo relativo de superioridade “O *pior* [de tudo] era ficar constipada” é usado no início da enumeração das consequências de uma girafa ficar constipada: a possível perda da cabeça ao espirrar, o susto dos outros animais e a ausência de cachecóis para os seus pescoços. Os pescoços são referidos, de forma literal, como *compridos*, sendo este adjetivo modificado pelo advérbio “*tão*”. O comprimento dos pescoços é assim expresso, de forma inferencial, pela dificuldade de encontrar cachecóis. Reorganizando-se as enumerações das consequências, reforça-se mais uma vez o comprimento do pescoço.

Este comportamento recorrente da girafa Olímpia em “andar com a cabeça nas nuvens” é justificado nas passagens seguintes da obra. Ela tinha saudades da sua avó e a avó Rosália, mãe de Dona Augusta, tinha-lhe dito que, na morte, as pessoas se transformam em anjos, como se observa na seguinte passagem:

- (3) “Também lhe dissera que quando as pessoas morrem se transformam em anjos. Dissera-lhe isto *pouco* antes de morrer.”

Na frase anterior, verifica-se que o uso do advérbio de quantidade também está ao serviço da categoria tempo, traduzindo um certo intervalo de tempo entre a morte e a informação transmitida.

Para além do comportamento da Olímpia, que era censurado pela mãe e que revela uma particularidade desta personagem, ela também gostava de comer estrelas. Veja-se a seguinte passagem:

- (4) “Enquanto as outras girafas dormiam, Olímpia subia ao *morro mais alto da savana*, levantava o pescoço e comia estrelas.”

A oração temporal introduzida por “enquanto” traduz uma simultaneidade de situações, contrastando a atividade da Olímpia com a inatividade das outras girafas. Ao mesmo tempo que as girafas dormiam, Olímpia comia. Para este hábito, teria de subir muito. O recurso a uma estrutura comparativa de superlativo “o morro mais alto da savana” e a identificação do período do dia em que realizava esta subida (a noite), de forma inferencial, destacam a coragem de Olímpia.

Assim, Olímpia, durante a noite, comia estrelas, gostava do seu paladar: “eram doces e macias, e sabiam a pêssego.”. De forma implícita, as estrelas são comparadas ao sabor do pêssego. No entanto, o facto de comer as estrelas permitia a renovação do céu e o surgimento de mais brilho, como se verifica na expressão de grau das seguintes frases:

- (5) “Ao contrário do que seria de supor, a noite não ficava *mais vazia* por causa disso.”
- (6) “ *medida que* Olímpia comia estrelas, outras estrelas nasciam novinhas em folha, *brilhando ainda mais do que as antigas*”

Este comportamento de Olímpia, que, à partida, podia ser negativo para o céu, é definido como sinónimo de renovação, como se comprova pela negação de “mais vazia”. Há uma relação de proporcionalidade em termos de graus entre o comer das estrelas por Olímpia e o renovar do céu. No final, há ainda o reduplicar do brilho das novas estrelas como se observa na comparativa de superioridade e na reorganização da informação contida na passagem.

Na fase final da obra, em que na savana reinava a seca, é evidenciada a preocupação de Olímpia, mais uma vez, por meio de uma expressão de grau, com o uso de uma estrutura comparativa de superlativo. Para além disso, o contraste entre esta personagem, como sendo a única capaz de resolver a situação por ter mais forças, comparativamente com as restantes girafas, que estavam “muito fracas”, expresso de forma literal, em que se usa novamente uma estrutura comparativa de superlativo, permite de igual modo deduzir que estaria mais alimentada, como se observa nas seguintes passagens:



(7) “O que fazer?” – perguntou Olímpia  *muito preocupada*.

(8) “As girafas estavam  *muito fracas*, Dona Augusta já quase não conseguia caminhar.

Olímpia era o único animal, em toda savana, que continuava gordo...”

Como expresso na passagem (8), Olímpia mantinha-se gorda em comparação com os restantes animais da savana. Para se compreender esta disparidade, Olímpia estar gorda e os outros estarem fracos, é necessário, de forma inferencial, estabelecer uma comparação entre o comportamento noturno dela e o dos restantes animais. Ela não era preguiçosa, subia ao morro mais alto na busca de alimento enquanto as outras dormiam.

A preocupação de Olímpia pela situação da savana também se comprova na passagem do tempo, em que temos a gradação expressa pela repetição de um verbo de atividade ( *andou, andou, andou*) e o uso de reticências também marcam a intensidade. Veja-se (9):

(9) “Andou, andou, andou...andou  *muito*.”

Nos diferentes momentos em que Olímpia se encontra com a cabeça nas nuvens, encontra uma nova personagem, a galinha-do-mato, D. Margarida. A primeira reação de Olímpia ao vê-la foi questioná-la se seria um anjo, pois recordara-se do que dissera a avó Augusta.

Atentemos agora na caracterização desta personagem. À semelhança de Olímpia, reconhecemos em algumas passagens a sua caracterização, realizada de forma literal:

(10) “As galinhas-do-mato são  *muito bonitas*, todas pretas com pintinhas brancas, e por isso também lhes chamam galinhas pintadas.”

(11) “Aquela pareceu a Olímpia ainda  *mais bonita do que as restantes*.”

(12) “As penas dela brilhavam com uma luz própria  *como se pelo facto de viver t o alto tivesse adquirido um pouco de fulgor do sol*.”

Analisando as frases anteriores, na visão do narrador e na de Olímpia, partindo de uma estrutura comparativa de superlativo e de uma estrutura comparativa de superioridade, verifica-se a sua beleza por comparação com

os restantes membros da mesma espécie. Do mesmo modo, a partir de uma estrutura comparativa-condicional são focadas as suas penas, colocando a hipótese de o seu brilhar ser condição da sua morada no céu.

A sua beleza contrasta, porém, com a sua falta de inteligência e dificuldade em pensar. Observem-se as seguintes passagens:

(13) “Não era *muito inteligente*, coitada, mas gostava de pensar... *Pensava, pensava, pensava* e depois dizia coisas óbvias, que já toda a gente conhece e sabia como se ela mesmo as tivesse inventado...por exemplo: “Quem tudo quer tudo perde.” ,... “Devagar se vai ao longe.”...”Nem tudo o que reluz é ouro, etc... Dizia estas coisas piscando os olhinhos e torcendo a cabeça. Via-se que fazia *muita força* para pensar”

A falta de inteligência de Margarida é manifestada pela negação (*n o era*) da comparativa de superlativo “*muito inteligente*”, evidenciando que no pensamento teria de fazer “*muita força*”. Este fazer “*muita força*” não adquire um sentido literal, mas de forma inferencial remete para a necessidade de muita concentração, atenção e associação de ideias. O quantificador “*muita*” expressa a intensidade do ato de pensar. Tudo isto se intensifica com a gradação na repetição da forma verbal “*pensava*”.

Ao longo da obra, sempre que é referida esta personagem, é mencionado este aspeto - o ter de fazer “*muita força*” para pensar. Aquando da resolução do problema mencionado em (14), em que o quantificador “*muito*” permite quantificar a categoria “*tempo*”, a seca da savana em termos temporais já durava há algum tempo, é então que D. Margarida, depois de muito se esforçar a pensar, conseguiu encontrar uma solução (veja-se 15):

(14) “Contou-lhe o que tinha acontecido: na savana não chovia há *muito* tempo, o capim secara, as árvores tinham perdido as folhas e os animais estavam a morrer.”

(15) “Dona Margarida fechou os olhinhos para pensar melhor.

Pensou com *muita força* e disse:

-Já sei! Vamos soprar as nuvens.”

(16) “As duas juntas, *soprando e soprando*, foram *pouco a pouco* enchendo de nuvens o céu da savana.

Em (16), a locução adverbial “pouco a pouco” permite identificar que, em termos da categoria tempo, esta resolução foi paulatina.

Esta personagem, D. Margarida, reflete sobre o comportamento humano nas suas viagens pelo mundo:

(17) “Os Homens ... contou ela a Olímpia depois de pensar muito...”

“Os Homens são animais *muito estranhos*, vivem empoleirados uns em cima dos outros, em grandes galinheiros. Estão sempre com pressa, correm o tempo todo, como formigas, de um lado para o outro e acham que são felizes assim.”

Apesar de o esforço manifestado, esta personagem não deixa de pensar e de observar e refletir o mundo a partir da sua casa, a nuvem. Compara os homens às formigas pela sua azáfama do dia a dia, o que a leva a concluir, usando uma comparativa de superlativo que os homens são “muito estranhos”.

Em síntese, na construção das duas personagens principais da obra, Olímpia e a D. Margarida, que aparecem personificadas, são mobilizadas diferentes construções de expressão de grau, diria de uma forma equitativa tanto no uso de estruturas comparativas de superioridade como de comparativas de superlativo. A diferença surge no uso de estruturas consecutivas, apenas para a personagem Olímpia, e nas estruturas comparativas condicionais para a galinha-do-mato. Nas estruturas comparativas de superioridade, no 1.º termo de comparação, além de adjetivos graduáveis, surgem também verbos.

Ao nível da categoria tempo, as estruturas gradativas com repetição e a presença de advérbios de grau permitem evidenciar a passagem do tempo no desenrolar da narrativa, no tempo de procura de uma solução e no tempo de resolução. Do mesmo modo, os sinais de pontuação, como o uso das reticências, contribuem para uma inferência da passagem do tempo.

Ao nível das estruturas de grau elencadas no enquadramento teórico, na obra analisada, não se verificavam exemplos de pseudocomparativas, de comparativas temporais e de orações conformativas. Apresenta-se, na Tabela 1, uma síntese do número de ocorrências da expressão de grau por tipo de estruturas.

TABELA 1 - Síntese do número de ocorrências da expressão de grau

	Modificação por advérbio	Orações Comparativas			Orações consecutivas	Orações proporcionais	Outras estruturas <sup>3</sup>
		Comparativas superioridade	Comparativas condicionais	Comparativas superlativo			
N.º de ocorrências	8	2	1	7	1	1	10

## 5. Considerações finais

No enquadramento teórico, tornou-se evidente que a expressão de grau abarca construções sintáticas distintas, desde a sua presença em orações simples até à sua presença em orações complexas como as comparativas, as consecutivas, as proporcionais e as conformativas.

Atendendo aos objetivos específicos definidos no início, verificou-se que a expressão do grau assume particular relevância na obra *A girafa que comia estrelas*, permitindo equacionar questões de compreensão ao nível das diferentes categorias da narrativa.

Embora, nos documentos orientadores do ensino do Português, a referência à expressão do grau não surja de forma muito explícita e gradual, não sendo proposta nos primeiros anos e surgindo de forma indireta no 2.º ciclo, considera-se que é possível realizar de forma implícita um trabalho neste âmbito, sem recurso a metalinguagem. Nesse sentido, todo o trabalho implícito em volta das construções de grau pode ser realizado ao serviço da compreensão da leitura e construção de sentidos. Pode ainda ser trabalhado em atividades de ampliação de frases em que se associa nomes ou adjetivos a elementos como advérbios e quantificadores de grau. Mais do que dotar o aluno de um conhecimento metalinguístico, é importante levá-lo a desenvolver capacidade de relacionar saberes, de ver a

<sup>3</sup> Nas outras estruturas estão englobadas construções de gradação, modificação por um quantificador (muito) e estruturas de comparação implícita.

sua operacionalização na construção dos sentidos do texto. A apropriação da diversidade de estruturas linguísticas deverá surgir como facilitadora e auxiliadora da construção discursiva, ao serviço da competência comunicativa do aluno.

## REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. & Lorda, C.-U. 1999. *Linguística de los textos narrativo*. Barcelona: Ariel.
- Amor, E. (2006). *Didática do Português - Fundamentos e Metodologia* (6.ª Edição ed.). Lisboa: Texto Editores, Lda.
- Bertochi, D. 2006. O trabalho com o texto literário no ensino obrigatório. In C. Lomas (Aut.), *O Valor das Palavras (II). Gramática, literatura e cultura de massas na aula*. Porto: Edições ASA, 89-112.
- Buescu, H., Morais, J., Rocha, M. R. & Magalhães, V. 2015. *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência/Direção-Geral da Educação.
- Brito, A. M. 2003. Categorias sintáticas. In M. H. Mateus et al. (Aut.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 323-432.
- Brito, A. M. & Matos, G. 2003. Construções de graduação e comparação. In M. H. Mateus et al. (Aut.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 729-766.
- Brito, A. M. & Lopes, H. C. 2001. Da Linguística ao Ensino da Gramática: para uma reflexão sobre a coordenação e a subordinação. In F. I. Fonseca, I. M. Duarte, & O. Figueiredo (Eds). *A Linguística na Formação do Professor de Português: Actas do Colóquio*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 49-63.
- Camps, A. 2006. Secuencias didácticas para aprender gramática (SDG). In A. Camps & F. Zayas (Coords.), *Secuencias didácticas para aprender gramática*. Barcelona: GRAÓ, 31-37.
- Coutinho, A. M. 2012. *Dos géneros de texto gramática*. D.E.L.T.A., 28 (1): 27-50
- Coutinho, M. A. 2003. *Texto(s) e competência textual*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Direção-Geral da Educação (2018a). *Aprendizagens Essenciais – 1.º Ciclo do Ensino Básico: Português 1.º ano de escolaridade*. Acedido em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/1\\_ciclo/ae\\_1.o\\_ano\\_1o\\_ciclo\\_eb\\_portugues.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/ae_1.o_ano_1o_ciclo_eb_portugues.pdf).

- Direção-Geral da Educação (2018b). *Aprendizagens Essenciais – 1.º Ciclo do Ensino Básico: Português 2.º ano de escolaridade*. Acedido em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/1\\_ciclo/portugues\\_1c\\_2a\\_ff.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/portugues_1c_2a_ff.pdf).
- Direção-Geral da Educação (2018c). *Aprendizagens Essenciais – 1.º Ciclo do Ensino Básico: Português 3.º ano de escolaridade*. Acedido em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/1\\_ciclo/portugues\\_1c\\_3a\\_ff.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/portugues_1c_3a_ff.pdf).
- Direção-Geral da Educação (2018d). *Aprendizagens Essenciais – 1.º Ciclo do Ensino Básico: Português 4.º ano de escolaridade*. Acedido em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens\\_Essenciais/1\\_ciclo/portugues\\_1c\\_4a\\_ff.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/portugues_1c_4a_ff.pdf).
- Duarte, I. 2000. *Língua Portuguesa – Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Lopes, A. S. & Morgado, C. no prelo. Estatuto e valores de alguns sufixos tradicionalmente associados a grau no nome: pistas para o ensino. *Pangeia. Revista de Educação Linguística e Artística*. Volume 1. Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
- Marques, R. 2013. Construções de grau. In E. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português*, Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2140-2173.
- Raposo, E. 2013. Advérbio e Sintagma Adverbial. In E. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português*, Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1569-1675.
- Rio-Torto et al. 2013. *Gramática Derivacional do Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, I. et al. 2010. *Compreensão da leitura: dos modelos teóricos ao ensino exploratório. Um Programa de Intervenção para o 2.º Ciclo do Ensino Básico*. Coimbra: Edições Almedina
- Sim-Sim, I. 2009. *O Ensino da Leitura: A Decifração*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular – Ministério da Educação.
- Sim-Sim, I., Duarte, I. & Ferraz, M. J. 1997. *A Língua Materna na Educação Básica - Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Educação Básica.
- Sim-Sim, I. 1998. *Desenvolvimento da Linguagem*, Lisboa, Universidade Aberta.

- Sousa, H. 2006. *A Comunicação Oral na Aula de Português – Programa de Intervenção Pedagógico-Didática*. Porto: Edições ASA.
- Viana, F. L., Ribeiro, I. S., Fernandes, I., Ferreira, A., Leitão, C., Gomes, S., Mendonça, S. & Pereira, L. 2018. *O Ensino da Compreensão Leitora. Da Teoria Prática Pedagógica. Um Programa de Intervenção para o 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Coimbra: Edições Almedina.
- Veloso, R. & Raposo, E. 2013. Adjetivo e Sintagma Adjetival. In E. Raposo, M. F. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português*, Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1359-1496.
- Villalva, A. 2008. *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta
- Xavier, L. G. 2013. Ensinar e aprender gramática: algumas abordagens possíveis. *Exedra: Revista Científica*, 7: 139 – 148.





## Element Iteration Respecification: Unstressed Word-Final [u] in Portuguese

João Veloso

[jveloso@letras.up.pt](mailto:jveloso@letras.up.pt)

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto,  
Centro de Linguística da Universidade do Porto<sup>1</sup> (Portugal)*

### ABSTRACT.

This study assumes that the internal structure of vowels consists of the combination of elements which can be iterated. According to previous research, it is also assumed that element iteration in Portuguese provides vowels with inherent weight; word-finally, such vowels are stress-attractors. Notwithstanding, Portuguese has a great amount of words with unstressed final [u] (i.e., a vowel consisting of the iteration of {U}), as it is the case of inflected forms of nouns and adjectives. After analysing diachronic and morphological data, it is proposed that element iteration can have different representations at the lexical and the post-lexical levels. On the basis of this observation, it is proposed that element iteration functions as a weight- and stress-assigner only when lexically specified.

### KEYWORDS.

Element iteration; phonological weight; element specification; element respecification.

### RESUMO.

Este artigo assume que a estrutura interna das vogais resulta da combinação de elementos, que têm uma natureza iterativa. De acordo com estudos anteriores, assume-se ainda que a iteração de elementos em português confere peso inerente às vogais e que vogais formadas por iteração de elementos são obrigatoriamente portadoras de acento quando em posição final. No entanto, o português apresenta uma elevada quantidade de palavras com [u] átono final (uma vogal formada com iteração de {U}), como sucede nas formas flexionadas de muitos nomes e adjetivos. Analisando informação diacrónica e morfológica, propõe-se aqui que a iteração de elementos possa ter representações diversas no nível lexical e no nível pós-lexical. Com base nesta observação, é então formulada a proposta de que a iteração de elementos só funcione para efeitos de atribuição de peso e de acento quando for lexicalmente especificada.

---

<sup>1</sup> Research funded by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal, through the Centre of Linguistics of the University of Porto (FCT/CLUP-UIDB00022/2020), and by Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal, through the Project “Is Portuguese a Heavy Language?” (FCG-PGLCP065/207457).

## PALAVRAS-CHAVE.

Iteração de elementos; peso fonológico; especificação de elementos; reespecificação de elementos.

*Dedicado Professora Doutora Ana Maria Brito*

## 1. Introduction

In this paper, it is our wish to return to a question that was presented and discussed in a previous volume of this journal under the editorship of Prof. Ana Maria Brito, the academic whose career is celebrated in this special issue: the relationship between element iteration (EI), inherent weight of segments (IWS) and primary stress assignment in Portuguese (see Veloso 2017). In this study, we shall look more carefully at two questions that were not sufficiently taken into consideration in the aforementioned article: (i) whether element iteration can be derivationally respecified, and (ii) if the mismatch between lexical and post-lexical EI specification can somehow explain how Portuguese words ending with [u] behave differently in respect to stress assignment.

Two main reasons explain our motivation for choosing this topic, as we explain next.

First and beforehand, element iteration is an interesting subject in phonological research, since it can shed some light on the much-debated issue of whether phonology can (or cannot) admit any type of recursion. As we shall see in more detail in section 2, many theoretical developments – both in syntax and in phonology – have insisted on trying to find “what keeps phonology and syntax apart”. Recursion is often mentioned as the critical linguistic property that traces the border between the syntactic and the phonological modules of grammar. As part of a volume in tribute to a leading syntactician like Ana Maria Brito – the author’s first Linguistics teacher, more than 30 years ago! –, it seemed appropriate to explore this topic, also as a memory of the unforgettable, endless talks that Prof. Brito and I had about, precisely, how syntax and phonology can be (un)related as grammatical domains particularly prone to formal approaches in linguistic description.

Secondly, we would like to address a question that was not wholly scrutinised in our previous study of 2017: how to explain that iteration in

Portuguese vowels seems to function differently with {I} and {A}, by the one hand, and {U}, by the other hand. Namely, we shall try to find an explanation for the discrepancy between Portuguese word-final phonetic stressed and unstressed [u] concerning our previous proposal, which claims that word-final vowels built upon element iteration behave as stress attractors in Portuguese. This paper will propose that such a claim is valid exclusively when EI is found at the lexical representation level. According to the arguments that will be presented below, post-lexical {U}-iteration is irrelevant to stress-assignment, and the different prosodic behaviour of words with final [u] might be explained by postulating that stress-assignment based on EI is bound to lexically specified representations only.

We will start by reviewing, in section 2, some fundamental assumptions related to element iteration. In the same section, some short notes on the distinction between iteration and recursion will also be formulated. In section 3, we will focus on the relationship between element iteration and weight- and stress-assignment in Portuguese. Section 4 will focus on the central issue of this paper: why can final [u] (a vowel that surfaces {U}-iteration) behave as stressed or unstressed in Portuguese? After reviewing some diachronic and morphological information, it will be proposed that phonetic final [u] can correspond, lexically, to /u/ or to /o/. This conclusion makes it mandatory to accept that the lexical specification of elements of one given phonetic vowel might not always be the same. Both in section 4 and in section 5, we shall insist on the need of viewing elements and the elemental representation of vowels differently when we look at lexical or post-lexical levels. The different accentual behavior of final [u] in Portuguese will be explained, in sections 4 and 5, mainly, as the result of this lexical/post-lexical dyadic representation of vowel elements.

## 2. Element Iteration

### 2.1. Element Iteration and the Internal Structure of Vowels in Element Theory

In this study, we assume one of the most fundamental tenets of Element Theory (ET): element iteration, i.e., the possibility of one given element

occurring more than once within a given vowel segment<sup>2</sup> (e.g., Schane 1984: 151; Brandão de Carvalho 1993: 66, 67). EI has led to phonological descriptions of the “universal vowels” /a i u / as the best exemplars of iteration, since they are the result of nothing else than the iteration of, respectively, {A}, {I} and {U} (Schane 1984; Van Der Hulst 1989; Boltanski 1999; Angoujard 2003; 2006; Brandão de Carvalho et al. 2010; Backley 2011). In (1), we show how these vowels are built upon EI solely. Per Kaye, Lowenstamm & Vergnaud’s (1985: 309 ff.), Van Der Hulst’s (1989: 257 ff.), Scheer’s (1998: 141 ff.), Brandão de Carvalho’s (1993: 70), Angoujard’s (2003: 176; 2006: 37) and Veloso’s (2012; 2013; 2016; 2017) assumption that each vowel consists of a {Head, Operator} relation, these vowels show the same element in both structural positions. As a consequence of this, these vowels have also quite often been called “pure vowels” (Schane 1984: 131; Lass 1984: 275; Kaye, Lowenstamm & Vergnaud 1985: 306; Van Der Hulst 1989: 260; Boltanski 1999: 78-79; Brandão de Carvalho et al. 2010: 87; Angoujard 2006: 37 ff.; Backley 2011: 17 ff.).

(1). /a i u / as the “pure vowels” resulting from element iteration

/a/ = {A, A}

/i/ = {I, I}

/u/ = {U, U}

## 2.2. Iteration and Recursion in Phonological Structure

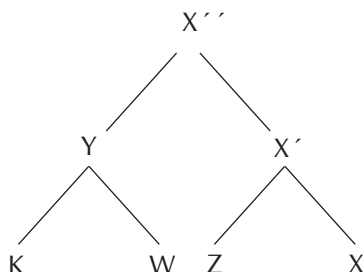
In the sense exposed in 2.1, iteration should not be equated with recursion, even though some relationship between these two concepts could be accepted.

**Recursion**, which is often referred to as the property that distinguishes (nonrecursive) phonology from (recursive) syntax (see below), is the possibility of a given structure *n* of a level *N* licensing iteratively endless *n*-structures as dependencies of other consecutive (iterative) *n*-structures

<sup>2</sup> This paper deals with vowels exclusively; consonants are excluded from the central discussion here.

(e.g., Baker 2001: 267 ff.). (2) tries to give a simple example of recursion from an abstract point of view.

(2). X-Recursion



As it is shown in (2), any X is recursively licensed by a higher-level X; any higher X commands all the lower Xs ( $X''$  commands  $X'$ ,  $X'$  commands X), and this cascade – at least theoretically – can run endlessly:  $X \rightarrow X'$ ,  $X' \rightarrow X''$ ,  $X'' \rightarrow X'''$ ,  $X''' \rightarrow X''''$ , ..., and so forth.

A typical example of this is found in the successive  $S \rightarrow VP \rightarrow CP$  embeddings that are common in many languages (see (3)).

(3). An example of  $S \rightarrow VP \rightarrow CP$  syntactic recursion (from Baker 2001: 267)

Mary likes Bill.

John thinks that Mary likes Bill.

Bill thinks that John thinks that Mary likes Bill.

Mary thinks that Bill thinks that John thinks that Mary likes Bill.

John thinks that Mary thinks that Bill thinks that John thinks that Mary likes Bill.

From this view, it emerges that iteration – the “mere repetition” of a unit or a structure within a larger domain – is a necessary condition for recursion. However, it is not a sufficient condition for it (for a distinction between both, see, for example, Luuk & Luuk (2012), Van Werven (2015), Huybregts (2019) and Pöchtrager 2020). The several Xs in (2) are recursive not only because they are iterated within a higher, more complex structure, but also because they are hierarchically ordered as hierarchically *dependent* within a multi-level scale where an  $X_{n+1}$  always dominates an  $X_n$ .

Recursive organisation, which is typical in syntax, is generally presented

as unallowed in phonology, and this is generally accepted as the major linguistic property that keeps phonology and syntax apart. The quotes in (4) witness this interpretation:

(4). Phonology is allegedly non-recursive

“[...] [phonological] structures, though hierarchical, are not recursive, in that, unlike syntactic structures, they cannot be embedded indefinitely deeply in other structures of the same type. [...] For example, a rhyme cannot be subordinate to a syllable that is in turn subordinate to another rhyme.”

(Jackendoff 2007: 39)

“Independently of the answer to these last questions, the introduction of recursivity blurs what has been considered a fundamental difference between morpho-syntactic structure and phonological structure. While the former is widely viewed as permitting indefinite depth via recursivity, the latter was argued to be crucially flatter in this regard, an issue that has recently been brought into focus again.”

(Nespor & Vogel 2007: viii)

“In relation to the difference between the morpho-syntactic and prosodic hierarchies, it should be noted, furthermore, that the two differ not only in the way they divide a given string into constituents. They also differ with respect to depth. That is, since the rules that construct the phonological hierarchy are not recursive in nature, while the rules that construct the syntactic hierarchy are, the depth of phonological structure is finite, while the depth of syntactic structure is, in principle, not finite.”

(Nespor & Vogel 2007: 2)

However, despite being very common, this view admits some discussion, too (Schreuder & Gilbers 2004; Van Der Hulst 2010; Nasukawa 2014; Van Werven 2015; Huybregts 2019; Bradfield 2019; Pöchtrager 2020; Dikken & Van Der Hulst 2020). This is not our central issue for now. Nonetheless, we will sum up here some of the most important arguments that are found in the phonological literature allowing us to accept, even if very limitedly,

the possibility of any type of recursive organisation in the phonological architecture of languages: (i) within some autosegmental models, it is admitted that features might be recursively organised (Nasukawa 2014); (ii) in strict CV models, which refuse the metric Onset-Rhyme model, surface VC sequences are described as embedded CVs governed by higher CVs (Van Der Hulst 2010, a.o.); (iii) Pöchtrager's (2020) analyses of English diphthongs show that elements function as hierarchised autosegmental bundles recursively organised through binding relations; (iv) Brandão de Carvalho's (2011) and Pöchtrager's (2020) analyses of Portuguese Vowel Reduction (both in European and in Brazilian Portuguese) show that iterated elements are recursive by nature, as the deletion of a superordinate element also implies the deletion of lower-leveled elements or bundles of elements. Even authors who refute phonological recursion (e.g., Nespor & Vogel 2007; Vigário 2010) accept, under certain conditions, some recursive-like limited functioning of prosody. An example is found when these authors discuss constituents such as the phonological phrase or the accommodation of clitics and the clitic group within the universal set of hierarchical prosodic levels (namely through SLH Weakening) (Nespor & Vogel 2007: xvi ff., 2).

As we said in the introductory remarks, the role of recursion for a robust distinction between phonology and syntax, very often present in the talks between Prof. Ana Maria Brito and the author, was an important motivation for this study. In a way, this is also the main reason for these brief considerations about the notion and essential distinctions such as phonological structure vs syntactic structure or iteration vs recursion. As for the former, we should also mention that many ET-based descriptions are closely related to syntactically-oriented phonological models, like Dependency Phonology and Government Phonology (Anderson & Ewen 1980; 1987; Ewen 1982; Kaye, Lowenstamm & Vergnaud 1985; Van Der Hulst 1989). The syntactic orientation of these models becomes apparent in view of the considerable number of "syntactic" principles like Command, Headedness, Binding, Merge, etc., as phonological principles, too. The importance of these models and the theoretical arguments on which they are grounded feed a highly interesting debate about the architecture of grammar and the borders between grammatical modules – namely, between syntax

and phonology. This is not, however, the very issue of this study. For the sake of our central purposes, we only shall make it clear that *iteration* – the core focus of this study – and *recursion* (to which no explanatory status will be given in the present study) are regarded as independent, yet inter-related, properties. As an example of how iteration can be dealt with without any reference to recursion, we could recall here, among many others, Halle & Idsardi's (1995) description of iterative stress assignment rules (with no reference to recursion at all) in languages like Warao, Weri and Maranungku.

### 3. Element Iteration and the Inherent Weight of Segments

Another founding ground of this work is the assumption that certain segments are intrinsically specified for weight. To be more precise, we assume that weight is not only a function of the internal organisation of prosodic constituents (such as rhyme branching, for instance): it can also depend on some autosegmental properties of the segments themselves, which can determine the prosodic weight of their licensing constituents. As proposed elsewhere, vowels' sonority and consonants' palatality (Veloso 2017; 2018a; 2018b; 2019; 2021a) are among the autosegmental properties that make open/mid-open vowels (i.e., vowels with {A} as their elemental Head) and palatal consonants (“{I}-consonants”) “inherently heavy”, with observable consequences at the level of stress-assignment in Portuguese: sonorous vowels, when found in the Word-Final Primary Stress Three-Syllable Window of Portuguese, are stress attractors or perceived as stressed by native listeners of the language (Veloso 2018a; 2018b). As for palatal consonants, it is widely acknowledged that, when they are found as the (phonetic) onset of a final syllable, they attract stress to the penultimate, prohibiting proparoxytonic stress (Veloso 2019; 2021a). According to Wetzels (2000), this is explained through viewing palatal consonants as lexical geminates; in a slightly different way, we interpret these consonants as “complex segments”, with Palatality ({I}) functioning as an “additional autosegment” that renders these consonants inherently heavy (for more details, see Veloso 2019).

Within this general framework, element iteration was previously



suggested (Veloso 2017) as another linguistic property capable of assigning inherent weight to the vowels that result from the iteration of the same element ( $\{A\}$ ,  $\{I\}$  or  $\{U\}$ ) as their Head *and* as their Operator (therefore, it applies to  $[a](= \{\underline{A}, A\})$ ,  $[i](= \{\underline{I}, I\})$ , or  $[u](= \{\underline{U}, U\})$ ).

As already mentioned, the main argument for accepting these vowels as inherently heavy has to do with the fact that, when found word-finally, they are always stressed, inhibiting (save a very few, dubious counter-examples) paroxytonic and proparoxytonic stress. The examples of (5), most of them from Veloso (2017), illustrate this view.

(5). Words with a “pure vowel” (with element iteration) in final, stressed position

$[a]=\{\underline{A}, A\}$	$[i]=\{\underline{I}, I\}$	$[u]=\{\underline{U}, U\}$
<i>jacarandá</i> [ʒəkərɐ̃ˈda], ‘jacaranda tree’	<i>abacaxi</i> [əbakaˈʃi], ‘pineapple’	<i>canguru</i> [kɛ̃guˈru], ‘kangaroo’
<i>sofá</i> [suˈfa], ‘sofa’	<i>colibri</i> [kɔliˈbri], ‘hummingbird’	<i>peru</i> [pɨˈru], ‘turkey’
<i>sabiá</i> [saˈbja], ‘thrush’	<i>rubi</i> [ruˈbi], ‘ruby’	<i>gabiru</i> [gəbiˈru], ‘ill- behaved boy’
<i>oxalá</i> [oʃeˈla], ‘inshallah’	<i>aquí</i> [ɐˈki], ‘here’	<i>tabu</i> [taˈbu], ‘taboo’
<i>maracujá</i> [mərəkuˈʒa], ‘passion fruit’	<i>javali</i> [ʒəvɐ̃ˈli], ‘wild boar’	
<i>maná</i> [mɐˈna], ‘manna’	<i>nazi</i> [naˈzi], ‘nazi’	

Most examples from Veloso (2017). Final [a] stress can also be related to sonority (Veloso 2017).

\*\*\*\*\*

After briefly explaining the importance, according to our proposal, of IWS and, what is more, the importance of EI for IWS, we shall return, in the next section, to a particular issue that remained unexplained after Veloso (2017): in Portuguese, we find a vast amount of inflected forms ending with the an unstressed final [u] (for instance, in nouns and adjectives like *menino* [miˈninu], ‘little boy’, and *alto* [ˈaʎtu], ‘tall/high’), apparently in contradiction with our proposal of viewing EI as a mandatory stress attractor when [u] is found word-finally in this language. This contradiction is, in fact, the main topic we want to discuss for now, and it will be developed in the following section.

#### 4. Element Iteration and the Inherent Weight of Final Vowels in European Portuguese: The Case for /u/

##### 4.1. Some data regarding word-final (stressed/unstressed) [u] in European Portuguese

The examples in (5) offer us evidence that EI assigns weight to vowels in European Portuguese (EP), making them, consequently, stressed when they occur word-finally (see the summarising remarks above and see, for further details, Veloso 2017). As far as [a] and [i] are concerned, little has to be said in addition to this. Indeed, unstressed final [a] is never found in EP. Unstressed final /i/ is found in a very few words that are often subject to repair strategies like reduction to [ĩ], especially in the colloquial realisations of Northern dialects (*biquini* [bi'kini]/[bi'kini], 'bikini'; *táxi* ['taksi]/['taksi], 'taxi'; *juris* ['ʒuri]/['ʒuri], 'jury'; *penalti* [pɛ'nałti]/[pɛ'nałti], '[football] penalty').

As for final [u], though, it has to be noticed that, at the phonetic level, we find a considerable amount of what could be seen as counter-examples of word-final EI as a stress-attractor: these correspond mainly to inflected forms where unstressed [u] is found word-finally. In (6) we gather some examples of nouns and adjectives that illustrate this condition.

(6). Portuguese nouns/adjectives with unstressed final [u]

*menino* [mi'ninu], 'little boy'

*livro* ['livru], 'book'

*vaso* ['vazu], 'vase'

*alto* ['ałtu], 'tall/high' [masc. sg.]

*rico* ['riku], 'rich' [masc. sg.]

Comparing the examples of (6) with the examples of (5), some remarks emerge. Next, we shall comment on them, considering separately diachronic information and morphological information.

### 1) *Diachronic information*

All the examples of (5), and all other identical forms in EP, are recent words in the history of the Portuguese lexicon. Most of them are relatively recent loanwords. They do not belong to the hereditary lexicon of the language. In fact, a vast majority of them were borrowed from other languages, mainly from African, Asian and American languages. Therefore, they did not undergo the constraints of Portuguese phonology that ruled the regular phonetic changes which incorporated Latin etyma to the core lexicon of the earliest stages of Portuguese.

On the contrary, the words in (6) are part of the hereditary lexicon and entered Medieval Portuguese through the regular phonological processes applied to Latin etyma to make them fit within the principal language phonological rules.

Contrarily to what happens with the stressed final [u] that is found in the words of (5), the final [u] of the words in (6) corresponds, etymologically, to a final Latin *ŭ* (e.g. Lat. *altŭ* > MedPort. *alto*), whose regular result in Portuguese is [o] (Maia 1986: 517 ff.; Teyssier 1990: 8). It seems highly credible that, in Medieval Portuguese, the final vowel of these Portuguese words was not a phonetic [u], as it happens in most dialects of Contemporary European Portuguese, but, instead, a phonetic [o]. Language historians admit this possibility, even if only partially or accepting a period in the past when both options possibly showed some fluctuation, as attested by old written forms (Maia 1986: 414 ff., 525-526; Mattos e Silva 2008: 496-497). In this respect, Teyssier (1990) is more categorical, saying that, before the 18<sup>th</sup> century, final <o> (i.e., in words like the examples of (6)) was mainly realised as [o] (Teyssier 1990: 57-58). This could explain, indeed, why the modern spelling conventions still preserve <o> instead of <u> to write this final, unstressed vowel. In this respect, it is worth noting that such [o]-realisations, quite interestingly, are still kept in many variants of (Northern) European<sup>3</sup> and Brazilian Portuguese.

In our view, these data are relevant because they give us an important hint about the nature of the unstressed final [u] found in the examples of (6): at least diachronically, its phonetic realisation as [u] (i.e., as surface {U, U})

---

<sup>3</sup> According to the author's empirical observations, final [o] in words like the examples given in (6) are still produced by speakers from Vinhais, Bragança, Chaves and Montalegre (Northern Portugal).

corresponds to a relatively later stage of the history of the language. Until relatively late, this vowel phonetically corresponded to [o] (= surface {U, A}, i.e., *without element iteration*, at least phonetically), as it is still found in some Portuguese dialects.

The same cannot be postulated for the stressed final [u] of the words found in (5), for which we do not have any reliable historical information suggesting that it ever had a phonetic (or phonological) form different from [u]/u/.

## 2) Morphological information

Another important difference between the words of (5) and (6) has to do with their internal structure and, accordingly, with the morphological status of the final [u] in both cases.

In the examples of (6) (unstressed final [u]), [u] is always the phonetic manifestation of an inflectional morpheme, the gender/class marker, as shown in the morphological analysis in (7).

This contrasts with the morphological status of the final vowel of the words of (5). Even though the morphological status of stressed [u] in these cases seems a little more obscure and has been subject to various analyses (see, for instance, Schwindt 2018), it is usually interpreted as a root-internal segment. Indeed, most conservative approaches propose that nouns with a final stressed vowel correspond to “athematic nouns”, interpreting such vowel as part of the root. This is the description found in Camara (1970), as sketched out in (7)<sup>4</sup>.

(7). Morphological status of final [u] in Portuguese noun forms (according to Camara 1970)

Unstressed final [u] “Thematic Nouns”	Stressed final [u] “Athematic Nouns”
<i>menino</i> [miˈninu], ‘little boy’ [[menin]Root+[o([u])]ClassMarker]Noun	<i>canguru</i> [kɛ̃guˈru], ‘kangaroo’ [[canguru]Root+[∅]ClassMarker]Noun

<sup>4</sup> In (7), we assume Camara’s (1970) morphological proposals both for “[u]-thematic” and “athematic” nouns.

## 4.2. Discussion

The remarks made in 4.1 about some crucial differences between words ending with stressed [u] and words ending with unstressed [u] allow us to see that such differences go beyond the mere grouping of these words into two different sets just according to the traditional division between “oxytones” and “paroxytones”. They allow us to relate in a minimally systematic way each group with some historical and grammatical regularities, as summarised in (8). These regularities are understood here as a valid cue for accepting that the words belonging to (5) and (6) correspond to different phonological realities.

### (8). Summary of the main differences between unstressed and stressed final [u] in Portuguese inflected forms

	Unstressed final [u] “[u]-Thematic Nouns” (example:) <i>menino</i> : [[ <i>menin</i> ] <sub>Root</sub> +[[ <i>o</i> ][ <i>u</i> ]] <sub>ClassMarker</sub> ] <sub>Noun</sub>	Stressed final [u] “Athematic Nouns” (example:) <i>canguru</i> : [[ <i>canguru</i> ] <sub>Root</sub> +[[∅]] <sub>ClassMarker</sub> ] <sub>Noun</sub>
Diachronic Information	-Hereditary lexicon -Regular change Lat. <i>ū</i> > MedPort > [o] - Realized as [o] until relatively late (cf. modern orthography and contemporary dialects). (→ Possible phonologisation as /u/: recent)	-Recent “exotic” lexical borrowings  -No evidence of a different realisation ever.  (→Probably phonologised as /u/ ever since)
Morphological information	Final [u]: -Inflectional morpheme -Root-external	Final [u]: -Non-Inflectional morpheme -Root-internal

Taken as a whole, all these data sustain some critical differences related to the nature and behaviour of the final [u] of words where it is stressed and in words where it is unstressed.

In contrast with stressed final [u], unstressed final [u] has evolved from a vowel different from [u] ([o], elementally non-iterative). Its alignment in the word forms results from post-lexical inflectional procedures and takes place outside the word root. We do not assume that underlying representations correspond to ancient forms found in diachrony. However,

it seems reasonably acceptable that phonologisation – the process through which “‘low-level’ [...] phonetic tendencies attain the status of phonological generalisations in a specific language” (Carr 2008: 129) – expands slowly over time. Even if speakers are not aware, obviously, of the past forms of the words/morphemes, the grammar itself finds many ways of preserving at unobservable levels some past characteristics of linguistic forms. This could be the case of inflectional [u] of forms like the ones we find in (6): notice that recent phonological descriptions of the language, such as Mateus (1982: 33) or Mateus & Andrade (2000: 66 ff.), still consider that the underlying form of this morpheme is a phonological /o/.

None of these conditions applies to the words of (5), for which no hint exists suggesting that the phonological specification of [u] should be different from /u/(= {U, U}).

In our view, the coincidence between the regularities that have been mentioned so far distinguishing stressed final [u] from unstressed final [u] provides a reasonable amount of information that cannot be neglected.

The first remark that has to be drawn from these observations is that, at the lexical level, final stressed [u] and final unstressed [u] *are not the same*, indeed. Even if they are phonetically identical, phonologically they differ in important aspects: their different historical origins (hence, their different phonologisation paths) might have led to different lexical statuses. The same can be said regarding their different morphological nature. To the best of our understanding, the arguments reviewed so far seem sufficient, thus, to propose different lexical representations for each of them, as in (9).

(9). The lexical representation for stressed final and unstressed final [u] in Portuguese

	Stressed final [u]	Unstressed final [u]
	<i>canguru</i> [kɛ̃gu'ru], 'kangaroo' <i>peru</i> [pi'ru], 'turkey' <i>gabiru</i> [gɐbi'ru], 'ill-behaved boy' <i>tabu</i> [ta'bu], 'taboo'	<i>livro</i> [ˈlivru], 'book' <i>vaso</i> [ˈvazu], 'vase' <i>alto</i> [ˈaltu], 'tall/high' [masc. sg.] <i>rico</i> [ˈriku], 'rich' [masc. sg.]
Lexical Representation	[u]=/u/={ <u>U</u> , U}	[u]=/o/={ <u>U</u> , A}

If these representations prove adequate, it is possible to maintain our previous proposal, with an additional restriction: EI is responsible for assigning IWS to “pure vowels” – and this is particularly evident when such vowels occur as the last vowel of Portuguese word forms – under one necessary condition, that is, **EI has to be phonologically represented at the lexical specification of these vowels.** In other terms, it is not sufficient that EI is present at the phonetic level. Only vowels lexically specified as built upon phonological EI correspond to inherently heavy (stress-attractors) vowels.

Apart from the descriptive consequence of this, a theoretical aspect that should be emphasised is that this kind of examples allow us to accept that ET-based segment descriptions may differ across different derivational levels. In fact, what is being proposed here is that for final [u] in Portuguese, in the forms that have been observed so far, the same phonetic, post-lexical specification ([u] = {U, U}) can correspond to two different lexical, abstract specifications (stressed final [u] = /u/ = {U, U}; unstressed final [u] = /o/ = {U, A}). The latter, i.e.,

$$|/o/ = \{\underline{U}, A\} \rightarrow ([u] = \{\underline{U}, U\})|$$

corresponds, therefore, to a possible example of respecification, since one phonological property ({A} as Operator of the abstract /o/) is “reshaped”,

being replaced at the surface level by {U}, and this has no impact on weight- and stress-assignment.

To put it shortly, this is the core of our proposal, as summarised in (9) and (10). Keeping the key point that was proposed in Veloso (2017), we suggest that EI is relevant for weight and stress if, and only if, EI is found lexically; post-lexically, it is entirely invisible to these prosodic processes.

(10). Summary of lexical and post-lexical elemental structure of stressed and unstressed final [u] in Portuguese

	Stressed final [u]	Unstressed final [u]
	<i>canguru</i> [kẽ̃gu'ru], 'kangaroo' <i>peru</i> [pi'ru], 'turkey' <i>gabiru</i> [gɛbi'ru], 'ill-behaved boy' <i>tabu</i> [ta'bu], 'taboo'	<i>livro</i> [l'ivru], 'book' <i>vaso</i> [vazu], 'vase' <i>alto</i> [a'tu], 'tall/high' [masc. sg.] <i>rico</i> [riku], 'rich' [masc. sg.]
Lexical Representation	[u]=/u/= { <u>U</u> , U} LEXICAL ITERATION → HEAVY SEGMENT → STRESSED	[u]=/o/= { <u>U</u> , A} NO LEXICAL ITERATION → LIGHT SEGMENT → UNSTRESSED
Post-lexical Representation	[u]={ <u>U</u> , U} IRRELEVANT FOR WEIGHT- AND STRESS-ASSIGNMENT	[u]={ <u>U</u> , U} IRRELEVANT FOR WEIGHT- AND STRESS-ASSIGNMENT

If this proposal is accepted, an additional consequence has to be considered: most phonological models that assume segments within ET-based representations – Declarative Phonology, Government Phonology, Dependency Phonology, to mention but the most outstanding – are non-derivational. This proposal introduces the possibility of combining models that are essentially “monostratal” (Veloso 2021b) with derivationalist assumptions and explanations. At a rather theoretical level, this could be seen as a secondary contribution of this study, to be developed in the future.



## 5. Final Remarks

Throughout this paper, we tried to address the question of why final [u] in Portuguese can be stressed or unstressed. The motivation for this question is the assumption that element iteration provides vowels with inherent weight which, in turn, attracts weight when “element-iteration vowels” are found in the last syllable. This generalisation is almost exceptionless as far as final [a] and [i] are concerned in Portuguese; however, final [u] can be unstressed in many cases, namely when it corresponds to an inflectional morpheme. In these cases, we think we had the possibility of gathering suggestive evidence that element iteration is subject to post-lexical respecification. Its role as a weight-assigner and stress-attractor is effective only when final [u] is lexically specified as {U, U}. In the cases when, according to our analysis, its lexical specification is {U, A} – without element iteration, then – such prosodic function is absent. Apart from explaining the different behaviour of final [u] regarding stress-assignment, this proposal also leads us to emphasise the view that elements can be lexically specified and subject to post-lexical respecification, even if most phonological models that assume elemental approaches are non-derivational.

### MAIN ABBREVIATIONS

EI = Element Iteration

EP = European Portuguese

IWS = Inherent Weight of Segments

### REFERENCES

- Anderson, J. M. & Ewen, C. J. 1980. Introduction: A sketch of dependency phonology. In: J. M. Anderson, C. J. Ewen (Eds.). *Studies in Dependency Phonology*. Ludwigsburg: R.O.U. Strauch, 9-40.
- Anderson, J. M. & Ewen, C. J. 1987. *Principles of dependency phonology*. Cambridge: Cambridge University Press
- Angoujard, J.-P. 2003. Phonologie et diachronie. In: J. P. Angoujard et al. (Eds.). *Phonologie: Champs et perspectives*. Lyon: ENS Editions, 173-194.

- Angoujard, J.-P. 2006. *Phonologie d'clarative*. Paris: CNRS.
- Backley, P. 2011. *An Introduction to Element Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Baker, M. 2001. Syntax. In: M. Aronoff, J. Rees-Miller (Eds.). *The Handbook of Linguistics*. Oxford: Blackwell, 265-294.
- Boltanski, J.-E. 1999. *Nouvelles directions en phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bradfield, J. 2019. Recursivity in phonology – what can it mean below the word?. *RecPhon2019*. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Brandão de Carvalho, J. 1993. De quoi sont faites les voyelles? Phonologie tridimensionnelle des particules et harmonie vocalique. In : B. Laks, M. Plénat (Eds.) *De natura sonorum: Essais de phonologie*. Saint Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 65-100.
- Brandão de Carvalho, J. 2011. Contrastive hierarchies, privative features, and Portuguese vowels. *Linguística*. 6(1): 51-66.
- Brandão de Carvalho, J.; Nguyen, N. & Wauquier, S. 2010. *Comprendre la phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Camara Jr., J. M. 1970. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Carr, P. 2008. *A Glossary of Phonology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Dikken, M. d & Van Der Hulst, H. 2020. On Some Deep Structural Analogies between Syntax and Phonology. In: K. Nasukawa (Ed.). *Morpheme-Internal Recursion in Phonology*. Berlin: De Gruyter, 57-116.
- Ewen, C. J. 1982. The internal structure of complex segments. In: H. Van Der Hulst, N. S. H. Smith (Eds.). *The Structure of Phonological Representations*. Dordrecht: Foris, II, 27-67.
- Halle, M. & Idsardi, W. 1995. General Properties of Stress and Metrical Structure. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 403-443.
- Huybregts, M. A. C. 2019. Infinite Generation of Language Unreachable From a Stepwise Approach. *Frontiers in Psychology. Language Sciences*. 10: 1-9.
- Jackendoff, R. 2007. *Language, Consciousness, Culture. Essays on Mental Structure*. Cambridge MA: The MIT Press.
- Kaye, J., Lowenstamm, J. & Vergnaud, J.-R. 1985. The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology Yearbook*. 2: 305-328.
- Lass, R. 1985. *Phonology: An introduction to basic concepts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Luuk, E. & Luuk, H. 2012. Natural language – no infinity and probably no recursion.

- Proceedings of the Annual Meeting of the Cognitive Science Society*. 34: 1942-1947.
- Maia, C. A. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: INIC.
- Mateus, M. H. M. 1982. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: INIC.
- Mateus, M. H. & Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Mattos e Silva, R. V. 2008. *O Português Arcaico. Uma Aproximação. Volume II. Sintaxe e fonologia*. Lisboa: INCM.
- Nasukawa, K. 2014. Features and Recursive Structure in Phonology. *Proceeding of Phonology 2013*, 1-11.
- Nespor, M. & Vogel, I. 2007. *Prosodic phonology*. With a new foreword. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Pöchtrager, M. 2020. Recursion and GP 2.0. In: K. Nasukawa (Ed.). *Morpheme-Internal Recursion in Phonology*. Berlin: De Gruyter, 237-266.
- Schane, S. A. 1984. The Fundamentals of Particle Phonology. *Phonology Yearbook*. 1: 129-155.
- Scheer, T. 1998. La structure interne des consonnes. In: P. Sauzet (Ed.). *Langues et Grammaire (II-III): Phonologie*. Saint Denis: Université de Paris 8, 141-172.
- Schreuder, M. & Gilbers, D. 2004. Recursive Patterns in Phonological Phrases. *Speech Prosody 2004*.
- Schwindt, L. C. 2018. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. *DELTA*. 34(2): 745-768.
- Teyssier, P. 1990. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Van Der Hulst, H. 1989. Atoms of Segmental Structure: Components, Gestures and Dependency. *Phonology*. 6(2): 253-284.
- Van Der Hulst, H. 2010. A note on recursion in phonology. In: H. Van Der Hulst (Ed.). *Recursion and Human Language*. Berlin: Mouton de Gruyter, 301-342.
- Van Werven, J. F. 2015. *Reconsidering Recursion*. MA Thesis. Utrecht University.
- Veloso, J. 2012. Vogais centrais do português europeu contemporâneo: Uma proposta de análise à luz da fonologia dos elementos. *Letras de Hoje*. 47(3): 234-243.
- Veloso, J. 2013. Redução do vocalismo átono do português europeu contemporâneo: Assimetria dos elementos de tonalidade e interação entre diversos tipos de redução vocálica. *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL, 655-672.

- Veloso, J. 2016. O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas em português europeu contemporâneo. In: A. M. Martins, E. Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter, 636–662.
- Veloso, J. 2017. Monossílabos CV do português: leves e degenerados? Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na preservação da minimalidade em português. *Linguística*. 12: 201-226.
- Veloso, J. 2018a. Vowel Reduction, Vowel Assimilation, and Inherent Vowel Weight in European Portuguese: Element Asymmetries and Elements for Prosody. *Elements – State of the Art and Perspectives*. Université de Nantes.
- Veloso, J. 2018b. Sonority and Word Primary Stress by Native Listeners of European Portuguese. *The SALT Launch – An Interdisciplinary Workshop on Syllable Structure and Sonority*. Tromsø, UiT The Arctic University of Norway.
- Veloso, J. 2019. Complex Segments in Portuguese: The Unbearable Heaviness of Being Palatal. In: I. Epelde Zendoia, O. Jauregi Nazabal (Eds.). *Bihotz ahots. M. L. O ederra irakaslearen omenez*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 513-526.
- Veloso, J. 2021a. Segment Complexity and Segment Inherent Weight: The Behaviour of Palatality in Portuguese. *54th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea*.
- Veloso, J. 2021b. Declarative Phonology and Suppletion: Non-stratal, Non-Derivational Models of Phonology and Morphological Alternation. *Preprints 2021*.
- Vigário, M. 2010. Prosodic structure between the prosodic word and the phonological phrase: Recursive nodes or an independent domain? *The Linguistic Review*. 27: 485-530.
- Wetzels, W. L. 2000. Consoantes palatais como geminadas fonológicas no Português Brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*. 9(2): 5-15.

## O que tem de ser tem muita força... deôntica Contributos para a caracterização do verbo modal *ter de*<sup>1</sup>

José António Costa  
joseacosta@ese.ipp.pt

*Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

### ABSTRACT.

In this paper, we will aim at contributing to the linguistic characterization of the verb *ter de* [*have to*], pointing out some particularities that individualize it among the modal semi-auxiliaries of Portuguese. We will gather information from morphology, syntax, semantics and textual and discourse linguistics, also observed in examples collected from the CETEMPúblico corpus. The semi-auxiliary *ter de*, like *dever* [*must*], appears in the domain of necessity. Although the deontic reading prevails in several contexts, it is possible to find utterances of epistemic nature, external to the participant and even internal to the participant, following the typological classification proposed by van der Auwera and Plungian (1998). Its modal strength results from a maximum restriction of possible worlds (Kratzer 1981; 2012), being situated in the positive pole (*certain/obligatory*) of the modal verbs scale, which, in Portuguese, contemplates two other verbs, *poder* [*can*] and *dever* (Oliveira 1988). However, the prototypical strong obligation reading associated with *ter de* is only available in controllable by the subject situations and, even in these cases, the principle of politeness and the hedging effect can convert utterances with this semi-auxiliary into suggestions or recommendations, particularly in injunctive acts of a non-impositive nature and in certain expressive acts. From a syntactic point of view, and following a proposal outlined by Óscar Lopes (2005), we tried to evaluate the effects of the combination of *ter de* with different syntactic types of verbs, namely unaccusative verbs and unergative verbs. Besides the aspects mentioned above, it was necessary to consider criteria such as the aspectual class of the verb, the nature (impositional or not) of the discourse acts, and the intentionality and status of the interlocutors. As a rule, and taking into account the analysis of utterances from CETEMPúblico, unaccusative verbs combine with aspectual classes that predict an achievement and, in the face of the modal semiauxiliary *ter de*, they may activate readings that focus on needs determined by external or internal circumstances of the participant. Regarding unergative verbs, we see that the atelic verbs are present in predicates that configure processes and activate the reading of modality external to the participant, while the potentially telic verbs are articulated with accomplishments and may also assume a modal reading external to the participant. Careful observation of other examples may, however, open the way to new modal readings.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

## KEYWORDS.

Linguistic modality; portuguese modal verb *ter de*; unaccusative and unergative verbs; verb's aspectual classes.

## RESUMO.

Neste texto, procuramos trazer alguns contributos para a caracterização linguística do verbo *ter de/ter que*, assinalando particularidades que o individualizam no quadro dos semiauxiliares modais do português. Reunimos informações oriundas da morfologia, da sintaxe, da semântica e da linguística textual e discursiva, observadas, igualmente, em exemplos recolhidos no *corpus* CETEMPúblico. O semiauxiliar *ter de*, tal como *dever*, surge no domínio da necessidade. Embora a leitura deôntica prevaleça em vários contextos, é possível encontrar enunciados de natureza epistémica, externa ao participante e, até, interna ao participante, seguindo a classificação tipológica proposta por van der Auwera e Plungian (1998). A sua força modal resulta de uma restrição máxima de mundos possíveis (Kratzer 1981; 2012), situando-se no polo positivo (*certo/obrigat rio*) da escala dos verbos modais, que, em português, contempla dois outros verbos, *poder* e *dever* (Oliveira 1988). Contudo, a leitura de obrigação forte prototípica associada a *ter de* está presente apenas em situações controláveis pelo sujeito e, mesmo nesses casos, o princípio da cortesia e o efeito de atenuação podem converter enunciados com este semiauxiliar em sugestões ou recomendações, particularmente em atos injuntivos de natureza não impositiva e em certos atos expressivos. Do ponto de vista sintático, e seguindo uma proposta esboçada por Óscar Lopes (2005), procurámos avaliar os efeitos da combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos de verbos, designadamente verbos inacusativos e verbos inergativos. Além de aspetos atrás enunciados, tornou-se necessário considerar critérios como a classe aspetual do verbo, a natureza (impositiva ou não) dos atos discursivos e a intencionalidade e o estatuto dos interlocutores. Por norma, e tendo em consideração a análise de enunciados presentes no CETEMPúblico, os verbos inacusativos combinam com classes aspetuais que preveem uma culminação e, perante o semiauxiliar modal *ter de*, ativam leituras que focam necessidades determinadas por circunstâncias externas ou internas ao participante. Relativamente aos verbos inergativos, verificamos que os atélicos estão presentes em predicados que configuram processos e ativam a leitura de modalidade externa ao participante, enquanto os potencialmente télicos se articulam com processos culmináveis e podem assumir uma leitura modal igualmente externa ao participante. A observação cuidada de outros exemplos poderá, contudo, abrir caminho a novas leituras modais.

## PALAVRAS-CHAVE.

Modalidade linguística; verbo modal *ter de*; verbos inacusativos e inergativos; classes aspetuais dos verbos.

O funcionamento linguístico de *ter de/ter que* é habitualmente associado ao do verbo *dever*, sendo ambos marcadores modais situados no domínio da necessidade e com maior intensidade modal quando comparados com *poder*. Embora efetiva, essa aproximação é *bloqueada* em certos cenários

em que os dois semiauxiliares se distinguem e ativam leituras diversas. Assim, procuraremos assinalar algumas das particularidades que individualizam o verbo *ter de* no quadro dos semiauxiliares modais do português, tendo a consciência, com Óscar Lopes (2005 [1983]), de que “seria extraordinário que certas regularidades ou sub-rotinas fundamentais se não inscrevessem na própria morfologia, quero dizer, no conjunto básico de paradigmas do discurso linguístico” (Lopes 2005: 16). Além da morfologia, reuniremos contributos oriundos da sintaxe, da semântica e da linguística textual e discursiva, observados, igualmente, em exemplos recolhidos no corpus CETEMPúblico. Conquanto esses contributos percorram diferentes áreas, prestaremos maior atenção à combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos, em particular com verbos inacusativos e inergativos, porque também aí se encontram algumas das singularidades do modal em análise, “aparentes ambiguidades modais” (Lopes 2005: 32) que resultam em leituras deônticas ou disposicionais.

### 1. Aspetos semânticos, pragmáticos e morfológicos

A modalidade assume-se como uma categoria linguística através da qual os locutores veiculam a sua perspetiva sobre o conteúdo dos enunciados que produzem ou a sua atitude face a outros locutores. Pode ser expressa através de várias classes de palavras (nomes, verbos e adjetivos), de afixos, de tempos e modos verbais, de certas estruturas predicativas (como *prov vel que...*) e até da entoação, surgindo em atos expressivos (crenças e convicções, opiniões) e em atos injuntivos (ordem, pedido, sugestão, permissão, proibição) específicos. Neste texto, estaremos atentos a uma destas estruturas, os verbos semiauxiliares modais<sup>2</sup>, em particular *ter de/ter que*.

Na caracterização linguística deste verbo, seguimos a proposta tipológica de van der Auwera e Plungian (1998), autores para quem as leituras modais resultam da combinação de dois domínios – a possibilidade e a necessidade – com quatro tipos de modalidade: interna ao participante, externa ao participante, deôntica e epistémica, tal como expresso na tabela 1.

---

<sup>2</sup> Para uma caracterização dos verbos modais como semiauxiliares, ver, por exemplo, Gonçalves (2002).

TABELA 1 – Tipos modais (van der Auwera &amp; Plungian 1998)

Tipos de modalidade	Possibilidade	Necessidade
Modalidade externa ao participante	condições possíveis	condições necessárias
Modalidade interna ao participante	capacidade	necessidade (interna)
Modalidade epistémica	possível	provável
Modalidade deôntica	permitido/ proibido	obrigatório

A essas informações, juntam-se, ainda, “the lexical properties of individual modals, the syntactic structures they appear in, and the discourse context” (Kratzer 2012: 68), convocando diferentes fatores linguísticos para tornar a avaliação modal mais rigorosa. Tendo em consideração que, na secção 2, faremos referência a uma proposta de Óscar Lopes sobre a relação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos, referiremos, igualmente, neste texto, a modalidade disposicional, seguindo a terminologia do autor (Lopes 2005). Situa-se no âmbito da modalidade circunstancial (Kratzer 1981), que exprime as circunstâncias internas ou externas que tornam possível ou necessária uma situação, aproximando-se das modalidades interna e externa ao participante de van der Auwera e Plungian (1998).

Ainda antes de situarmos o verbo em análise no espectro modal, importa lembrar que ocorre em várias construções como *ter de* ou *ter que*. Esta particularidade morfológica, habitualmente associada a questões de registo, sendo mais formal a primeira ocorrência, permite evidenciar “o comportamento sintático opaco de *que* e *de* e também o significado composicional modal não derivado de suas partes” (Resende 2021: 253). Deste modo, estaremos perante uma estrutura idiomática *verbo + partícula*, eventualmente na linha dos *phrasal verbs* típicos da língua inglesa (Resende 2021), cuja interpretação não resulta da mera soma das partes constitutivas. Uma maior prevalência de *ter que* sobre *ter de* foi assinalada, no português do Rio de Janeiro, por Barros e Paiva (2014), conjecturando os autores que tal poderá dever-se à afinidade formal entre estes verbos e estruturas modais como *ser provável que* ou *parecer que*, apesar de a natureza morfológica dos dois *que* ser diversa.



TABELA 2 – Os verbos modais do Português (com base em Oliveira 2000 e 2003)

Domínios Modalidades	Possibilidade		Necessidade	
	verbos	Exemplos	verbos	Exemplos
Interna ao participante (capacidade e necessidade)	<b>poder</b> <b>ser capaz de</b>	Ele pode/é capaz de/foi capaz de correr sem parar.	<b>precisar</b> <b>necessitar</b> <b>ter de</b>	Ele precisa de ir ao médico.
Epistémica (in)certeza/probabilidade		Ele é capaz de/pode/foi capaz de/?era capaz de ter razão. Ele pode até nem vir.		Ele deve/tem de ter chegado há minutos.
Externa ao participante (circunstâncias externas que tornam a situação possível/necessária)	<b>poder</b>	Ele pode vir de metro para a Faculdade.	<b>dever</b> <b>ter de</b>	Ele deve/tem de vir de metro para a Faculdade.
Deôntica (circunstâncias externas, pessoais ou sociais, que permitem/obrigam)		Podes sair já.		Deves sair já!

O semiauxiliar *ter de*, tal como *dever*, surge no domínio da necessidade. Embora a leitura deôntica prevaleça em vários contextos, como adiante veremos, é possível encontrar enunciados de natureza epistémica, externa ao participante e, até, interna ao participante (Tabela 2), correspondendo, aqui, a uma necessidade interna também expressa através do verbo *precisar*. A sua força modal resulta de uma restrição máxima de mundos possíveis (Kratzer 1981; 2012), situando-se no polo positivo (*certo/obrigat rio*) da escala dos verbos modais, que, em português, contempla dois outros verbos, *poder* e *dever* (Oliveira 1988).

Encontramos aqui uma primeira amostra de afastamento face a *dever*, cuja restrição sobre mundos possíveis não é tão impositiva. Mesmo sem outras informações contextuais, é viável, a partir da avaliação dos exemplos contidos na Tabela 2, identificar diferenças entre (1) e (2):

- (1) *Ele deve ter chegado há minutos.*
- (2) *Ele tem de ter chegado há minutos.*

O segundo enunciado corresponde a um maior grau de crença por parte do locutor na verdade do que é assertido. O mesmo se verifica na interpretação de enunciados situados no âmbito da modalidade externa ao participante e da modalidade deôntica. Atente-se nos exemplos (3) a (6):

- (3) *Ele deve vir de metro para a Faculdade.*  
 (4) *Ele tem de vir de metro para a Faculdade.*  
 (5) *Deves vir j .*  
 (6) *Tens de vir j .*

Os enunciados (4) e (6), construídos com formas do verbo *ter de*, apresentam maior intensidade modal quando comparados com (3) e (5), o que corresponde a um maior ou menor grau de necessidade no primeiro par e a uma obrigação forte em (6) e fraca em (5)<sup>3</sup>.

A identificação dos subtipos modais torna-se mais complexa quando se juntam certas informações semânticas, designadamente quando os semiauxiliares modais se combinam com alguns valores aspetuais (perfeito e progressivo) e com diferentes classes aspetuais (Tabela 3). Essa combinação determina leituras preferenciais de que agora nos vamos ocupar, evidenciando as afinidades entre *dever* e *ter de*, mas também singularidades deste último verbo, em parte dependentes de um outro critério relevante: a possibilidade de controlo da situação pelo destinatário, tanto em situações eventivas, quanto em situações estativas (Campos 1998; Johnen 2010).

TABELA 3 – Leituras modais e valores aspetuais (com base em Oliveira & Mendes 2013)

Informação aspetual do complemento		Condições		Leitura modal		
				Poder	Dever	Ter de
Aspeto perfeito (com infinitivo composto)		Predicados controláveis	Pres./Fut.	E	E/D	E/D
			Imp./Cond.	contraf.	D	D/EP
		Predicados não controláveis		E	E	E
Aspeto progressivo (com auxiliar progressivo)		Predicados controláveis		E/D	E/D	D/E/EP
		Predicados não controláveis		E	E	E
Exemplos						
Classe aspetual do verbo	Processo culminado	<i>ler o livro até amanhã</i>		D/ E/IP/EP	D/E	D/E
	Processo	<i>agente correr os 100m</i>			D/E	D/E
	Culminação	<i>ganhar a prova/fechar a porta</i>		E/D	D/E	
	Processo	<i>não agente nevar</i>		E	E	EP
	Estado estável	<i>ser alto</i>		E	E/EP	E/EP
	Estado episódico	<i>estar atento</i>		D/E	D/E	D/E
	Estado faseável	<i>viver no Porto</i>		D/E	D/E	D/E

Leituras: E – epistémica; D – deôntica; EP – externa ao participante; IP – interna ao participante.

<sup>3</sup> No contexto jurídico, o verbo *dever* assume a mesma força modal (obrigação forte) que *ter de* em outros contextos. Nos textos legais, não é habitual ocorrer *ter de*, mas *dever*, constatação que permite argumentar a favor da ideia de que as Tradições Discursivas em que os textos se inscrevem criam práticas linguísticas particulares (Costa 2016).

Começemos pela presença de *ter de* em construções perfeitivas, com o infinitivo composto, e progressivas. Em predicados não controláveis pelo sujeito, apenas a leitura epistémica é possível, uma vez que se torna impossível impor ao sujeito algo que ele não pode autonomamente decidir fazer ou não, como se constata em (7) e (8):

- (7) O cliente tem de ter sido atendido.
- (8) O cliente tem de estar a ser atendido.

Em ambos os enunciados, a única leitura possível reporta-se à crença do locutor na verdade do estado de coisas expresso na oração encaixada. Apenas a explicitação de um alvo deôntico, associada a nova informação contextual e à construção na voz ativa, tornaria viável uma leitura de obrigação forte, presente em (9):

- (9) O funcionário tem de estar a atender o cliente por muito que lhe apetecesse ir embora.

As estruturas com controlo do sujeito desencadeiam preferencialmente interpretações deônticas, embora com certas *nuances*, analisáveis nos exemplos (10) a (13):

- (10) O funcionário tem de estar a trabalhar a esta hora.
- (11) O funcionário deve estar a trabalhar a esta hora.
- (12) O funcionário tem de ter concluído a tarefa.
- (13) a. O funcionário tinha de ter concluído a tarefa.  
b. O funcionário devia ter concluído a tarefa.

No enunciado (10), a leitura deôntica é preferencial, embora a leitura epistémica ou mesmo a leitura externa ao participante também estejam disponíveis. A menor intensidade modal de *dever* permite admitir a interpretação epistémica como preferencial em (11), mesmo que a deôntica seja igualmente admissível. Numa estrutura com infinitivo composto, o tempo verbal do semiauxiliar desempenha também um papel crucial na avaliação dos enunciados, como se verifica em (12) e (13). O imperfeito (ou

o condicional) ativa uma leitura de contrafactualidade que coloca a tónica no incumprimento da tarefa, tornando preferencial a interpretação deôntica. O presente (ou o futuro) não apresenta o mesmo *peso*, razão pela qual se apresentam como quase equiprováveis as leituras epistémica e deôntica. Curiosamente, o contraste entre (13a) e (13b) coloca em evidência uma maior força deôntica no enunciado com *dever*, aparentemente a única leitura possível, porquanto, neste cenário, *ter de* também pode sugerir uma leitura externa ao participante, parafraseável por *O funcionário tinha todas as condições para concluir a tarefa, mas, ainda assim, não o fez*.

No que diz respeito à combinação com diferentes classes aspetuais de verbos (exemplos presentes na Tabela 3), *ter de* ativa preferencialmente uma interpretação deôntica perante processos culminados, culminações e processos envolvendo agentividade, bem como perante estados episódicos ou faseáveis, embora a leitura epistémica também seja possível. Neste particular, o funcionamento de *dever* é bastante semelhante, se excetuarmos o que sucede com culminações:

- (14) a. Ele tem de ganhar a prova.  
b. Ele deve ganhar a prova.

A comparação entre os dois exemplos acima parece sugerir maior obrigatoriedade em (14a) e probabilidade forte em (14b), precisamente porque a força modal de *ter de* é superior. A leitura pode complexificar-se se recuperarmos um outro critério: o controlo da situação pelo sujeito. *Ganhar a prova* é algo menos controlável do que, por exemplo, *fechar a porta*. Logo, o valor deôntico estrito apenas será aplicável ao segundo caso, porquanto é impossível obrigar alguém a fazer algo que não depende exclusivamente de si. Assim, (14a) é um exemplo da afinidade que caracteriza as modalidades externa ao participante e deôntica, constituindo esta, na perspetiva de alguns autores (por exemplo, van der Auwera e Plungian 1998), um subtipo daquela, na medida em que ambas convocam circunstâncias externas que possibilitam ou determinam um estado de coisas, distinguindo-se, apenas, pelo tipo de circunstâncias que, na modalidade deôntica, são de natureza legal, moral ou ética.

No caso dos estados estáveis e dos processos não agentivos, a leitura

preferencial de *ter de* é epistémica, estando em causa a convicção do locutor, ou externa ao participante, se se evidenciarem as circunstâncias externas que tornam algo necessário, como sucede em (15):

(15) Tens de ser alto para entrares na equipa de basquetebol.

A partir dos exemplos até agora analisados, é possível constatar que a presença de mais informações contextuais tornaria mais precisas algumas das leituras apresentadas. Por norma, a distinção entre valores não epistémicos depende de particularidades semânticas, mas também pragmáticas (Johnen 2010). Por isso, “considerar, simplesmente, o contexto lingüístico, por mais amplo que ele seja, implica minimizar, ou mesmo descartar, as relações intersubjetivas, em particular a modulação das funções ilocutórias, bastante visível em construções com verbos modais” (Neves 2000: 124).

TABELA 4 – Leituras modais pragmática e semanticamente determinadas (fonte: Costa 2016)

Tipos		Possibilidade ( <i>poder</i> )		Necessidade ( <i>dever/ter de</i> )		
		paráfrases	valores	paráfrases	valores	
Epistémica		<i>É possível que... Não está excluído que...</i>	não exclusão	<i>É provável / quase certo que...</i>	suputação predição	
Interna ao Participante		<i>Tem a capacidade...</i>	capacidade	<i>É preciso...</i>	necessidade interna	
Externa ao Participante		<i>Há condições para...</i>	possibilidade não epistémica	<i>Está previsto que... As condições conduzem a que...</i>	previsão	
Deôntica	CD	I	<i>É proibido...</i>	proibição	<i>É obrigatório...</i>	ordem instrução
		NI	<i>É permitido...</i>	permissão	<i>É aconselhável...</i>	convite sugestão pedido
	NCD				<i>É desejável...</i>	desejo exortação

Valores deônticos pragmaticamente condicionados: I – impositivos; NI – não impositivos; CD – controláveis pelo destinatário; NCD – não controláveis pelo destinatário

No domínio acional, quando um locutor utiliza *dever* ou *ter de*, não se limita a apontar alternativas, mas procura direcionar a escolha do interlocutor: usando *dever*, destaca uma de poucas possibilidades acionais, enquanto, com *ter de*, exclui qualquer outra. A Tabela 4 sistematiza, para cada tipo modal básico, diferentes valores semântico-pragmaticamente construídos, equacionando, além do controlo pelo sujeito acima mencionado, fatores

como a quantidade de informação considerada relevante pelo locutor, os aspetos concetuais que ele valoriza, a relação social entre os interlocutores e a avaliação que o locutor faz sobre o conhecimento que o seu interlocutor tem do contexto.

A leitura de obrigação forte prototípica associada a *ter de* está presente apenas em situações controláveis pelo sujeito e, mesmo assim, há vários casos em que a suposta ordem se apresenta como uma sugestão. Este efeito de atenuação ocorre em atos injuntivos de natureza não impositiva (Duarte, 2006), como se verifica em convites (16) e pedidos (17):

- (16) Tens mesmo de vir à minha festa de anos.
- (17) Tens de me ajudar a arrumar a casa.

Este efeito de atenuação pode ser, igualmente, obtido em enunciados modalizados pelo princípio da delicadeza, que evidencia afinidades com a modalidade (Carreira 2001). Repare-se em (18):

- (18) Tens de provar este bolo.

O que poderia constituir uma imposição apresenta-se como uma recomendação. Nesta medida, a cortesia inverte, tal como a negação<sup>4</sup> (Oliveira & Mendes 2013), a escalaridade modal, transformando uma obrigação forte numa sugestão, tal como Lakoff (1972) sinalizou para o inglês: se, habitualmente, *ter de* impõe ao alvo deôntico a obrigação de fazer algo que não lhe agrada, neste caso, o que lhe é proposto pelo locutor é algo que lhe dará prazer.

Apresentámos, assim, uma caracterização de *ter de* a partir de argumentos morfológicos, semânticos e pragmáticos, evidenciando que o contexto linguístico não é suficiente para que esse cenário fique completo. Tal constatação decorre do facto de os enunciados modais ocorrerem no âmbito das mais diversas formações sociodiscursivas, designadamente em vários subgéneros do discurso jornalístico; no discurso científico e académico

---

<sup>4</sup> Os semiauxiliares modais do português permitem ilustrar este efeito da negação: em enunciados afirmativos, o aumento da intensidade modal verifica-se de *poder* (*poder fazer*) para *ter de* (*ter de fazer*), mas, em enunciados sob o escopo da negação, *ter de* apresenta menor força modal (*n o ter de fazer*), enquanto *poder* evidencia maior intensidade (*n o poder fazer*).

(Pinto, Osório e Martins, 2014); no discurso médico (Vihla 1999); e no discurso pedagógico, tanto no regulador, como no instrucional. Na secção seguinte, sem perder de vista estas informações, dedicaremos maior atenção a critérios sintáticos relevantes na caracterização de enunciados modais.

## 2. A combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos de verbos

A análise da combinação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos pressupõe, na sequência do que acabámos de assinalar, considerar a possibilidade de controlo da situação pelo sujeito, mas também a intencionalidade e o estatuto do locutor, que configuram diferentes atos discursivos. Avaliaremos, nesta secção, as possíveis leituras deste semiauxiliar modal em enunciados com verbos inergativos e inacusativos, aprofundando uma proposta esboçada por Óscar Lopes ainda nos anos de 1980 (Lopes 2005 [1983]).

Nesse sentido, enunciaremos, brevemente, os principais traços que definem estes dois tipos sintáticos de verbos e os vários subtipos possíveis para, num segundo momento, analisarmos a sua ocorrência numa amostra de 200 enunciados com o modal *ter de* presentes no *corpus* CETEMPúblico.

### 2.1. Propriedades dos verbos inacusativos e dos verbos inergativos

Os verbos inacusativos e os verbos inergativos seleccionam um só argumento e não são uniformes, apesar de a tradição gramatical os designar genericamente como *intransitivos*. A bibliografia extensa sobre este tema aponta características que permitem definir cada um destes tipos sintáticos, mas também alguns aspetos menos inequívocos ou que podem situá-los em zonas de fronteira, como veremos na subsecção 2.3., quando analisarmos ocorrências presentes no CETEMPúblico. O nosso objetivo não é aprofundar os debates em torno destes verbos, mas apenas apresentar propriedades que contribuirão, seguidamente, para avaliar o modo como se combinam com o semiauxiliar modal *ter de*.

Para evidenciarmos as propriedades típicas dos **verbos inacusativos**, socorremo-nos das propostas fundadoras de Perlmutter (1978) e de Levin

e Rappaport Hovav (1995), bem como de releituras posteriores, com produtiva aplicação ao Português Europeu, de Brito (2005) e Duarte (2003), e ao Português do Brasil, de Ciríaco e Cançado (2004). Enunciamos, esquematicamente, esses traços, nem sempre verificáveis na totalidade dos verbos desta categoria:

- selecionam um argumento interno com a função sintática de sujeito, que, tratando-se, na estrutura profunda, de um objeto, admite a posposição à forma verbal (*Desapareceu o João*);
- assumem papel temático de paciente, experienciador ou tema;
- correspondem a culminações, aceitando uma localização temporal exata (*O João desapareceu às 12h50*);
- admitem orações de particípio absoluto (*Desaparecido o João, começaram as buscas imediatamente*), na medida em que, embora, na estrutura de superfície, se encontre um sujeito, na estrutura profunda estamos perante um objeto (argumento interno do verbo) e só os objetos admitem esta construção oracional;
- podem modificar, como adjetivo derivado do particípio, o nome do argumento interno (*O indivíduo desaparecido foi encontrado sem vida*).

Os verbos inacusativos podem distribuir-se por quatro subcategorias ou subtipos:

- aparecimento, desaparecimento ou existência (*aparecer, nascer, existir*);
- movimento (*entrar, sair, descer*);
- mudança de estado por causa externa (*abrir, derreter, afundar*);
- mudança de estado por causa interna (*explodir, empalidecer, florir*).

Adiante, analisaremos estes subtipos com mais pormenor, considerando critérios sintáticos e pragmáticos que contribuem para a sua interpretação em enunciados modais. Alguns destes verbos admitem uma alternância causativa, com uma estrutura inacusativa (19a e 20a) e outra transitiva (19b e 20b) que explicita a causa da situação expressa:



- (19) a. O João deitou-se.  
b. O João deitou o bebé.
- (20) a. O chocolate derreteu.  
b. O calor derreteu o chocolate.

Para a caracterização dos **verbos inergativos**, socorremo-nos de propostas elaboradas por Ciríaco e Cañado (2004); Leal e Oliveira (2008); e Gonçalves e Raposo (2013). As autoras brasileiras apontam, inclusive, várias situações em que os verbos em causa não seguem todas as propriedades típicas da classe, admitindo, por isso, a existência de inergativos (e também de inacusativos) mais ou menos prototípicos (Ciríaco & Cañado 2004). Alguns verbos surgem ora numa categoria, ora noutra. É, todavia, possível apresentar traços mais comuns nos verbos inergativos, fixando, ao mesmo tempo, um contraste com os inacusativos:

- selecionam um argumento externo com a função sintática de sujeito (*O Jo o caminha diariamente*);
- assumem papel temático de agente, causa ou fonte, o que permite compreender que muitos destes verbos admitam uma nominalização com o sufixo derivacional *-dor* (*corredor, conversador, pensador*);
- correspondem a processos, aceitando a localização temporal *durante x tempo* (*O Jo o caminha diariamente durante uma hora*);
- não admitem orações de participio absoluto, precisamente porque o sujeito *o* é também na estrutura profunda, não permitindo este tipo de construções (*\*Caminhado o Jo o...*).

Tal como os inacusativos, também os verbos inergativos podem distribuir-se por subcategorias ou subtipos, tendo em consideração se contemplam ou não uma finalidade (Leal & Oliveira 2008):

- os inergativos atélicos configuram processos sem telecidade (*vaguear, conversar, passear*);
- os inergativos potencialmente télicos configuram processos culmináveis, cuja culminação é definida na composição aspetual (*caminhar, nadar, correr, pensar, assobiar*); neste caso, a construção inergativa corresponde a um

processo, que pode ganhar culminação numa construção transitiva, como em *nadar os 200 metros, correr a maratona, assobiar uma canção*.

Alguns destes verbos admitem uma **alternância causativa**, com uma estrutura inacusativa e outra transitiva, como se verifica no contraste entre (21a) e (21b):

- (21) a. O João passeou-se.  
b. O João passeou o bebé.

**2.2.** A combinação de *ter de* com inacusativos e inergativos – leituras possíveis

Caracterizados os tipos sintáticos de verbos com os quais estaremos a trabalhar, veremos, agora, quais as leituras preferenciais que a combinação com *ter de* permite ativar. Para cumprir este propósito, importa relembrar que este semiauxiliar modal opera uma restrição máxima de mundos possíveis e que outros critérios são relevantes para as interpretações construídas, em particular, como vimos acima, a possibilidade de controlo da situação pelo sujeito; a classe aspetual do verbo; o efeito de atenuação; a natureza (impositiva ou não) dos atos discursivos; e a intencionalidade e o estatuto dos interlocutores.

No artigo a que aludimos, Óscar Lopes (2005) sugere leituras preferenciais para a combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos. Com verbos inergativos, a interpretação preferencial é deôntica, sendo mais impositiva (ou *autoritaria*, para utilizar as palavras do próprio autor) em enunciados com as segunda e terceira pessoas e não impositiva com a primeira pessoa, desempenhando o sujeito, em qualquer um dos casos, o papel temático de agente. A conjugação de *ter de* com verbos inacusativos ativa uma leitura deôntica autoritária, cabendo ao sujeito uma função semântica não agentiva. No caso dos verbos transitivos, a leitura poderá ser ora deôntica, ora disposicional (*ter de comer – ser obrigado a/dispor de algo para*).

Partindo desta formulação mais genérica, procurámos adicionar alguns critérios semântico-pragmáticos úteis para tornar a leitura mais precisa: o controlo da situação pelo sujeito, o estatuto dos interlocutores e a

intensidade dos atos ilocutórios.

Nas construções inergativas e inacusativas, encontrámos as nuances a que alude Óscar Lopes (2005), com diferentes graus de força deôntica, como se constata quando se comparam os enunciados (22)-(25):

- (22) Tens de andar rápido.
- (23) Tens de brincar com os teus amigos.
- (24) Tens de acordar cedo.
- (25) ? Tens de te magoar.

Em (23), a leitura deôntica forte parece mais facilmente ativada do que em (22), porque o alvo deôntico poderá controlar melhor a segunda situação do que a primeira, sendo ambos os enunciados inergativos. Pela mesma razão, em enunciados inacusativos como (25) a leitura deôntica é bloqueada, mas tal não sucede em (24), dependendo do estatuto dos interlocutores a maior ou menor intensidade do ato injuntivo.

Note-se que adicionar informação contextual poderá favorecer a releitura dos enunciados. A dúvida quanto à aceitabilidade que impende sobre (25) será atenuada se acrescentarmos *para te decidires a ir ao m dico*. Em (24), juntar *para veres o filme* ou *para n o chegares novamente atrasado ao emprego* cria cenários modais diferentes, mais próximo o primeiro da modalidade externa ao participante e da modalidade deôntica o segundo, pela imposição laboral do cumprimento de horários.

Também o subtipo de verbo pode ser relevante nas leituras mais proeminentes de *ter de*. Os verbos inacusativos de mudança de estado por causa interna (Duarte 2003; Brito 2005), como *empalidecer*, não admitem a interpretação deôntica, favorecendo as modalidades interna ou externa ao participante. Nos verbos de alternância, como *derreter*, a construção inacusativa (*O gelo tem de derreter*) parece ativar, em primeira instância, a leitura externa ao participante, enquanto a estrutura transitiva admite uma leitura deôntica, dependente do grau de controlo pelo alvo deôntico (*A cozinheira tem de derreter o chocolate*).

Assim, será possível estabelecer uma correspondência entre subtipos sintáticos de verbos e a sua leitura modal preferencial, registada nas Tabelas 5 e 6.

No que diz respeito aos verbos inacusativos, a possibilidade de controlo pelo sujeito é decisiva (cf. Tabela 5) para se assumir ou não como preferencial a interpretação deôntica.

- (26) O bebé tem de nascer nas próximas horas.
- (27) O José tem de sair da casa que vendeu até final do mês.
- (28) Com este tempo quente, o chocolate tem mesmo de derreter.
- (29) A cozinheira tem de derreter o chocolate porque o *chef* assim o impôs.

Em (26) e (28), o sujeito não controla a situação, pelo que são as circunstâncias externas que terminam a necessidade de algo ocorrer. Em (27) e (29), a leitura deôntica prevalece, instigada, igualmente, pela informação contextual, que contempla, por exemplo, a imposição contratual em (27) e o estatuto dos interlocutores em (29). Este último critério é, na verdade, muitas vezes decisivo para determinar a maior ou menor intensidade modal.

Nos subtipos *aparecimento*, *movimento* e *mudança de estado por causa externa*, a leitura proeminente será a de modalidade externa ao participante quando não existe controlo da situação pelo sujeito, como em (26) e (28). Finalmente, nos verbos de *mudança de estado por causa interna*, a modalidade interna ao participante será prevalecente face a outras possibilidades, considerando a inexistência de controlo pelo sujeito nestes casos.

TABELA 5 – Leitura modal preferencial dos subtipos de verbos inacusativos

Subtipos	Controlo pelo sujeito	Leitura modal preferencial	exemplo
Aparecimento (A) e movimento (M)	sem controlo	MEP	<i>nascer cair</i>
	com controlo	Deôntica (forte ou fraca – intenção/ estatuto do locutor)	<i>aparecer sair</i>

mudança de estado (causa externa) (ME)	sem controlo – construção inacusativa	MEP	<i>derreter</i>
	com ou sem controlo – construção transitiva	Deôntica (forte ou fraca em função da intenção / do estatuto do locutor)	<i>derreter</i>
mudança de estado (causa interna) (MI)	sem controlo	MIP (MEP)	<i>corar</i>

MEP – Modalidade externa ao participante; MIP – Modalidade interna ao participante

Quanto aos verbos inergativos (Tabela 6), a distinção baseia-se, igualmente, na possibilidade de controlo pelo sujeito, quer em verbos *at licos*, como *passear*, quer em verbos *potencialmente t licos*, como *trabalhar*. Nestes casos, a leitura deôntica pode assumir-se como prioritária, em enunciados como (30) e (31):

(30) Tens de passear apenas nesta zona da cidade.

(31) Tens de trabalhar este fim de semana para compensar as faltas anteriores.

No caso de não existir possibilidade de controlo pelo sujeito, as leituras preferenciais encaminham-se para as modalidades interna e externa ao participante.

(32) Tenho de respirar mais calmamente para recuperar o fôlego.

(33) Tenho de correr mais rápido para apanhar o autocarro.

Tanto em (32) como em (33), são as circunstâncias internas (*recuperar o f lego*) ou externas (*apanhar o autocarro*) que criam a necessidade expressa na combinação de *ter de* com verbos inergativos.

TABELA 6 – Leitura modal preferencial dos subtipos de verbos inergativos

Subtipos	Controlo pelo sujeito	Leitura modal preferencial	exemplo
Potencialmente télicos (processos culmináveis) (PT)	sem controlo	MEP/MIP	<i>correr</i> <i>chorar</i>
	com controlo	Deôntica (forte ou fraca – intenção/estatuto do locutor)	<i>caminhar</i> <i>trabalhar</i>
Atélicos (processos) (At)	sem controlo	MEP/MIP	<i>respirar</i>
	com controlo	Deôntica (forte ou fraca – intenção/estatuto do locutor)	<i>passear</i>

MEP – Modalidade externa ao participante; MIP – Modalidade interna ao participante

Esta abordagem exploratória da combinação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos constitui mais um argumento a favor da ideia, que neste texto pretendemos explorar, de que é da combinação entre informações aspetuais, tempos verbais, dimensão agentiva dos predicados e controlo pelo sujeito que resulta um espectro bastante variado de leituras do semiauxiliar modal *ter de*. Aliás, tal é verdadeiro também, por exemplo, na definição de telecidade dos verbos inergativos, como acima vimos, o que pode, consequentemente, condicionar também as leituras modais que temos estado a apresentar.

### 2.3. A combinação de *ter de* com inergativos e inacusativos no corpus CETEMPúblico

De forma a avaliar o funcionamento linguístico de *ter de* combinado com verbos inergativos e inacusativos, procedemos à constituição de uma amostra de 200 ocorrências de *ter de/que* provenientes do corpus CETEMPúblico. Dessas, selecionámos aquelas em que estão presentes os dois tipos sintáticos de verbos em análise, considerando o tipo de sequências textuais em que figuram, o subtipo sintático que exprimem e a classe aspetual dos predicados. Posteriormente, procurámos identificar qual a leitura modal preferencial em cada enunciado. Em várias situações, as dúvidas subsistem,

precisamente pelo maior ou menor grau de prototipicidade dos inacusativos e dos inergativos em causa.

### 2.3.1. Verbos inacusativos

Começamos pelos verbos inacusativos encontrados no *corpus*. Apenas identificámos dois dos subtipos atrás enunciados: verbos de movimento e verbos de mudança de estado por causa externa. Entre os verbos de movimento, contam-se *retirar(-se)*, *deslocar-se* e *ir*, presentes nos enunciados (34) a (38):

- (34) A progressão das forças russas em Grozni está a ser lenta mas inelutável, e enquanto decorriam ontem combates na parte leste da cidade, até ao momento ainda nas mãos dos tchetchenos, estes sabem que antemão que vão **ter de retirar** para prosseguir a luta. (CETEMPúblico, par=ext881853-pol-95a-3)
- (35) Vai chegar o dia em que vou **ter de me retirar** do futebol de competição. (CETEMPúblico, par=ext666992-des-91a-1)
- (36) Por seu lado, Cláudia Sofia, de 16 anos, estudante do 11º ano, está contra o facto de **ter que se deslocar** a Guimarães – município a que pertence Vizela – para... divertir-se. (CETEMPúblico, par=ext950101-soc-95b-2)
- (37) Sim, vejam lá, no dia em que ele deveria ter entregue as apostas não é que se dá o caso de **ter que ir** a um funeral e... Smith, de 75 anos, declarou à imprensa (...) (CETEMPúblico, par=ext936691-soc-94a-3)
- (38) O artigo explica como ao «homem de negócios» pretendente ao domínio da instituição o Governo tinha «alisado o caminho» para poder comprar a metade das ações «sem **ter de ir** à Bolsa». (CETEMPúblico, par=ext362775-nd-95a-2)

Em (34) e (35), estamos perante uma culminação, tendo valor semelhante, no contexto, a presença ou ausência da forma pronominal. No primeiro caso, a leitura modal aponta para a modalidade externa ao participante, pelas circunstâncias externas que determinam a retirada, enquanto, em (35), serão as condições físicas do jogador que forcem o afastamento, o que configura uma situação de modalidade interna ao participante. Na classificação do

subtipo sintático em (35) hesitámos, na medida em que, ao contrário do que sucede em (34), aqui não se verifica um efetivo movimento deliberado, mas um afastamento que configura, preferencialmente, uma mudança de estado (*ativo no futebol > retirado do futebol*).

O verbo *deslocar-se*, presente em (36), constitui um movimento semanticamente assumido como uma culminação, que tem como estado resultante a presença em Guimarães e admite uma localização temporal exata (por exemplo, *s 13 horas*). Cremos que esta leitura prevalece sobre a de processo culminado, porquanto afirmar que se deslocou *durante x tempo*, não sendo impossível, configura uma situação atélica que não corresponde ao expresso no enunciado em análise. São as circunstâncias externas ao sujeito que determinam a sua deslocação àquela cidade, razão pela qual vemos aqui um caso de modalidade externa ao participante. O mesmo raciocínio modal e a mesma classe aspetual são válidos para as duas ocorrências de *ir*, em (37) e em (38), embora seja admissível, em (37), uma interpretação deôntica, evocando uma eventual obrigação moral de o sujeito estar presente no funeral.

Entre os verbos inacusativos de mudança de estado por causa externa, assinalamos, embora com diferentes níveis de prototipicidade, *voltar*, *voltar atr s*, *recuar* e *sofrer*, ilustrados nos exemplos (39) a (42):

- (39) Espera, secretamente, não **ter de voltar** a elas durante o ano que está prestes a começar. (CETEMPúblico, par=ext819612-opi-97b-3)
- (40) Agora continua a ser um membro da geração dos quatro «P» – pós-pílula, pré-praga – e verifica, com uma clareza não isenta de consternação, que não gostaria de ter novamente vinte anos, e que não lhe apetecia nada **ter de voltar atrás**. (CETEMPúblico, par=ext357751-nd-91b-2)
- (41) «Há professores que vão **ter de recuar** na carreira», afirma Teodolinda Boucinha, dirigente da Fenprof, que ontem reuniu o seu secretariado nacional para debater estas questões. (CETEMPúblico, par=ext338367-soc-94a-2)
- (42) Queixava-se também do que iria **ter que sofrer** durante as primeiras semanas de aulas devido à praxe ao caloiro. (CETEMPúblico, par=ext1527241-opi-97b-2)



Considerámos, para os três primeiros casos, estarmos perante verbos de mudança de estado e não de movimento porque não está verdadeiramente em causa uma deslocação física, mas uma alteração da situação do sujeito. Por outro lado, *voltar atrás* e *recuar* funcionam com significados equivalentes. Em (39)-(41) verificamos três exemplos de culminações, que desencadeiam a leitura de modalidade externa ao participante, como, aliás, o subtipo sintático dos verbos em causa faria supor, por evidenciar uma mudança de estado por causa externa.

Relativamente a (42), trata-se de um processo, delimitado temporalmente no próprio enunciado através da expressão *durante as primeiras semanas*, em que o sujeito surge como experienciador, por força de circunstâncias que lhe são externas (modalidade externa ao participante), não se perspetivando, pela informação disponível, o final da situação (evento atético). Apesar de não cumprir todos os testes para ser admitido entre verbos inacusativos (não admitindo, por exemplo, uma oração de participípio absoluto), considerámos que o papel temático atribuído por *sofrer* ao sujeito permite enquadrá-lo neste tipo sintático de verbos. Aliás, é comum ouvir-se, em contextos informais, dizer-se de alguém que é *uma pessoa sofrida*, funcionando este adjetivo derivado do participípio passado como modificador do nome.

Finalmente, apontamos alguns exemplos de verbos inacusativos que admitem uma estrutura de alternância causativa, tal como visto acima com *derreter*: *modificar-se*, *encerrar*, *afastar-se*, *assentar* e *deitar-se*. Considerem-se os enunciados (43) a (47):

- (43) A publicidade vai **ter que se modificar**. (CETEMPúblico, par=ext1266777-clt-soc-94a-2)
- (44) Segundo Gerhard Kemp, conhecido analista sul-africano da indústria mineira, nos próximos seis meses algumas minas vão **ter que encerrar**, enquanto outras vão ter de passar por muitas dificuldades para ultrapassar a crise. (CETEMPúblico, par=ext49643-nd-98a-3)
- (45) Quer isto dizer, na prática, que muitos outros juízes que ocuparam ou ocupam cargos em associações desportivas poderão **ter de se afastar** definitivamente de tais cargos ou abandonar a magistratura. (CETEMPúblico, par=ext592527-nd-96b-1)
- (46) A edificação vai **ter que assentar** sobre estacaria sobre-elevada, deixam

de existir estruturas localizadas na base da arriba ou na faixa de varrimento sazonal. (CETEMPúblico, par=ext106355-soc-97b-1)

- (47) Malik, então com 23 anos, recorda-se de **ter que se deitar** por cima de vidros das janelas da carruagem, à medida que o seu comboio era alvo de fogo esporádico no seu caminho para Lahore. (CETEMPúblico, par=ext1405926-pol-97b-1)

Em (43) e (44), *modificar-se* e *encerrar* configuram uma mudança de estado por causa externa, estando, conseqüentemente, presente a modalidade externa ao participante. Enquanto *encerrar* constitui uma culminação, *modificar* parece apontar mais para um processo (por exemplo, *durante dois meses*) com culminação possível, razão pela qual estes verbos se enquadram completamente nos critérios de delimitação dos inacusativos. Nos exemplos (46) e (47), *assentar* e *deitar-se* funcionam como verbos de movimento e correspondem a culminações e a uma leitura modal externa ao participante, ficando expressas as circunstâncias em que determinadas necessidades emergem.

O enunciado (45) constitui um caso particular a vários níveis. Em primeiro lugar, encontramos uma ocorrência de sobremodalização, estando a estrutura modal *ter de se afastar* sob o escopo da forma verbal epistémica *poder o*. Além disso, as circunstâncias expressas que determinam o afastamento são de natureza legal, razão pela qual encaramos aqui a presença de uma obrigação forte (modalidade deôntica), que enquadra uma culminação expressa através de um verbo inacusativo de movimento, constituindo caso único inequívoco de modalidade deôntica no conjunto dos verbos até agora analisados.

Em suma, na generalidade dos casos, os verbos inacusativos combinam com classes aspetuais que preveem uma culminação e, perante o semiauxiliar modal *ter de*, ativam leituras que focam necessidades determinadas por circunstâncias externas ou internas ao participante, embora tenhamos encontrado um exemplo de um enunciado deôntico. A integração de *sofrer* neste conjunto de exemplos não é pacífica, precisamente pela ausência de telecidade, característica esperada nas culminações.

### 2.3.2. Verbos inergativos

São menos frequentes e diversos os exemplos de verbos inergativos presentes no *corpus* CETEMPúblico que analisámos, apesar de termos atestações referentes aos dois subtipos acima identificados. Entre os inergativos atélicos, contam-se *aplicar-se*, *gritar* e *lutar*, conforme se verifica em (48) a (50):

- (48) A equipa «encarnada» percebeu que vai **ter de se aplicar** bastante se quiser passar a eliminatória sem recorrer o terceiro jogo. (CETEMPúblico, par = ext513365-des-97a-2)
- (49) Quero espiolhar cada recanto deste navio; descobrir os segredos de quem assim trabalha, entender como é que aquele tipo impõe a autoridade sem **ter que gritar** nem dar castigos. (CETEMPúblico, par = ext298580-nd-91b-1)
- (50) «Sabe-se que os croatas têm interesses territoriais muito diferentes dos muçulmanos, e o Governo bósnio vai **ter que lutar** para conciliar essas diferenças. (CETEMPúblico, par = ext138547-pol-95b-1)

Nos três casos, a classe aspetual dos predicados em causa é a dos processos, que, por definição, não são atélicos, enquanto o sujeito corresponderá sempre ao papel temático de agente, fatores que estão alinhados com os critérios necessários à definição de verbos inergativos atélicos. A utilização de formas do verbo *ter de* ativa uma leitura de modalidade externa ao participante, por haver circunstâncias externas a condicionarem a necessidade expressa no enunciado.

Nos verbos inergativos potencialmente atélicos, considerámos *trabalhar* e *negociar* e vamos analisá-los separadamente. O enunciado (51) ilustra a ocorrência de *negociar*:

- (51) O PS porá em cima da mesa a sua proposta de lei, mas vai **ter que negociar**. (CETEMPúblico, par = ext196101-pol-95b-2)

Enquadramos este verbo no grupo dos potencialmente atélicos porque, com mais informação contextual, é possível admitir a construção transitiva *negociar algo*, bem como um estado consequente. Em (51), temos, então,

um processo culminável, embora a culminação não esteja expressa, sendo admissível a leitura modal externa ao participante.

Relativamente ao verbo *trabalhar*, apresentamos, em primeiro lugar, as três ocorrências que serão objeto de análise:

- (52) Vítor Oliveira, que hoje assina um compromisso por ano e meio com a direção da Académica, vai **ter que trabalhar muito esse sector**, o mais fraco desta equipa, que sabe jogar a bola e tem alguns jogadores muito dotados do ponto de vista técnico. (CETEMPúblico, par=ext31522-des-96a-2)
- (53) «Vamos **ter de trabalhar** com enorme espírito de sacrifício e estou convencido de que vai ser um bom jogo, no qual o Rio Ave vai tentar a sua sorte. (CETEMPúblico, par=ext1019483-des-96b-1)
- (54) É o tu levatares-te de manhã e dizeres: ` (...), vou **ter de trabalhar** hoje o dia todo. (CETEMPúblico, par=ext1236595-nd-91b-1)

Apesar de, tipicamente, *trabalhar* configurar um processo, é possível ganhar culminação numa estrutura transitiva como a que registámos em (52), razão pela qual a apresentamos aqui, apesar de não se tratar de um uso inergativo. Deste modo, *trabalhar* deixa em aberto, antes de cada instanciação, o seu estatuto télico, preenchido numa estrutura transitiva como (52), mas não em (53) e em (54). Nestes dois últimos exemplos, temos processos sem culminação expressa ou sugerida, o que não impede, pelas razões aduzidas, que se considere o verbo em causa potencialmente télico. Em (53), a modalidade externa ao participante assume-se com a leitura modal preferencial. Em (54), falta alguma informação para perceber se as circunstâncias que determinam a necessidade de trabalhar são externas ou internas ao participante.

Deste modo, no que aos verbos inergativos diz respeito, verificamos, na amostra avaliada, que os atélicos estão presentes em predicados que configuram processos e ativam a leitura de modalidade externa ao participante, enquanto os potencialmente atélicos se articulam com processos culmináveis e podem assumir uma leitura modal semelhante.

### 3. Considerações finais

Apesar das suas afinidades com *dever*, o modal *ter de* evidencia propriedades específicas, a primeira das quais corresponde ao facto de operar uma restrição máxima de mundos possíveis. Além disso, e permitindo diferentes leituras modais que vão para além da prototípica interpretação deôntica de obrigação forte, pressupõe a adoção de critérios linguísticos que tornem mais precisas essas leituras, entre os quais se contam a possibilidade de controlo da situação pelo sujeito, a classe aspetual do verbo, a atenuação e a natureza (impositiva ou não) dos atos discursivos e a intencionalidade e o estatuto dos interlocutores.

Alguns destes fatores são igualmente relevantes para a análise da combinação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos, em particular as construções inergativas e os enunciados inacusativos. Também o subtipo de verbo pode ser relevante nas leituras mais proeminentes de *ter de*. Os verbos inacusativos de mudança de estado por causa interna, como *empalidecer*, não admitem a interpretação deôntica, favorecendo as modalidades interna ou externa ao participante. Nos verbos de alternância, a construção inacusativa parece ativar, em primeira instância, a leitura externa ao participante, enquanto a estrutura transitiva admite uma leitura deôntica, dependente do grau de controlo pelo alvo deôntico. A combinação de diferentes fatores torna, por vezes, difícil o enquadramento de certos verbos, como atrás constatámos. Além dos exemplos já analisados, veja-se como *recuar* pode funcionar como verbo inacusativo (cf. exemplo (41) do corpus CETEMPúblico), uma vez que *recuar* na carreira não depende do sujeito e ocorre sem a sua intervenção, sendo por isso o sujeito paciente, mas também como inergativo, em ocorrências que evidenciem uma situação agentiva e controlável pelo sujeito (*Ele recuou rapidamente para evitar o precipício*).

Aliás, como se constata pela comparação entre as informações apresentadas em 2.2. e em 2.3., apesar de a informação teórica disponível apontar a obrigação forte como leitura prototípica de *ter de*, quase não encontramos, no corpus CETEMPúblico analisado, exemplos desta natureza, antes de modalidade externa ao participante. Não encaramos tal constatação como uma contradição, mas como sinal da diversidade de interpretações

modais que este semiauxiliar proporciona.

Apesar de algumas conclusões que esboçámos ao longo da secção 2, e na sequência do que acabámos de afirmar no parágrafo anterior, temos a consciência de que este estudo está ainda numa fase embrionária, faltando, entre outras possíveis tarefas, alargar o *corpus* considerado e organizar as ocorrências de acordo com as sequências textuais e os atos discursivos; considerar o verbo *ter de* em formas conjugadas em diferentes pessoas e tempos gramaticais, para avaliar eventuais efeitos; e analisar enunciados epistémicos com *ter de*, ainda em falta, o que, uma vez mais, envolverá diferentes tipos de texto e géneros discursivos.

## REFERÊNCIAS

- Barros, E. C. M. & Paiva, M. C. 2014. Construções 'ter que + infinitivo': modalidade e propriedades gramaticais do verbo 'ter'. *Estudos Linguísticos*, n. 43. v. 1: 91-102.
- Brito, A. M. 2005. Nomes derivados de verbos inacusativos: estrutura argumental e valor aspectual. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII: 47-64.
- Campos, M. H. C. 1998. *Dever e poder. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG e JNICT.
- Carreira, M. H. 2001. *Semântica e Discurso. Estudos de Linguística Portuguesa e Comparativa (Português/Francês)*. Porto: Porto Editora.
- Ciríaco, L. & Cançado, M. 2004. Inacusatividade e inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 46 (2): 207-225, julho/dez.
- Costa, J. A. 2016. *As pontes entre Didática e Linguística: o possível e o necessário. Contributos da Linguística sincrónica e diacrónica para o ensino implícito da modalidade e dos verbos modais no 1.º CEB*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Tese de Doutoramento não publicada].
- Duarte, I. 2003. A família das construções inacusativas. In M. H. M. Mateus et al. (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 507-548
- Duarte, I. M. 2006. De la suggestion à l'injonction en portugais: le point de vue du discours rapporté. *Travaux et Documents. Venez, venez! De la suggestion à l'injonction dans les langues romanes*, 32. Vincennes – Saint-Denis: Université Paris 8, 155-176.
- Gonçalves, A. 2002. Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do Português Europeu. In I. M. Duarte et al. (orgs.). *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Gonçalves, A. & Raposo, E. B. P. 2013. Verbos inacusativos e verbos inergativos. In: E. B. P. Raposo et al. (orgs.). *Gramática do Português* Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1199-1205.
- Johnen, T. 2010. A semântica dos verbos modais e suas funções discursivas numa perspectiva de pragmática funcional. In M. J. Marçalo et al. (eds.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Universidade de Évora. ISBN: 978-972-99292-4-3.
- Kratzer, A. 1981. The notional category of modality. In: H. J. Eikmeyer & H. Rieser (eds.).

- Words, worlds, and contexts: New approaches in word semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 38–74.
- Kratzer, A. 2012. *Modals and conditionals*. Oxford: Oxford University Press.
- Lakoff, R. 1972. Language in context. *Language*, 48 (4), 907-927.
- Leal, A. & Oliveira, F. 2008. Subtipos de verbos de movimento e classes aspetuais. *Textos Seleccionados. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 287-298.
- Levin, B. & Rappaport Hovav, M. 1995. *Unaccusativity. At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Lopes, Ó. 2005 [1983]. Algumas peculiaridades semânticas do Português. In Oliveira, F. & Brito, A. M. (coord.). *Entre a palavra e o discurso. Estudos de Linguística 1977-1993*. Porto: Campo das Letras, 15-40.
- Neves, M. H. 2000. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa. Revista de Linguística*, 44: 115-145.
- Oliveira, F. 1988. *Para uma Semântica e Pragmática de dever e poder*. Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento.
- Oliveira, F. & Mendes, A. 2013. Modalidade. In E. B. P. Raposo et al. (orgs.). *Gramática do Português* Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 623-669.
- Perlmutter, D. M. 1978. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 38: 157-189.
- Resende, M. 2021. A morfologia dos modais: notas sobre a caracterização morfológica de dever, poder e ter que/de. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 52, n.º 1: 236-256, jan-maio 2021.
- van der Auwera, J. & Plungian, V. 1998. Modality's semantic map. *Linguistic Typology*, 2: 79-124.



## Some notes on *outro* in Portuguese

Laura Brugè  
laurabrg@unive.it

Giuliana Giusti  
giusti@unive.it

*Department of Linguistics and Comparative Cultural Studies (Italy)*  
*Ca' Foscari University of Venice (Italy)*

### ABSTRACT.

This paper studies the syntactic behavior of *outro(s)* in Brazilian and European Portuguese. Starting from the syntax of its Italian counterpart *un altro/(degli) altri*, we argue that *outro(s)* in prenominal position is neither an adjective nor a determiner, but an existential quantifier and that the presence of the indefinite article, *um outro/uns outros*, gives rise to a complex existential quantifier, like the corresponding Italian form. We also argue that *outro(s)* and *um outro/uns outros* do not specialize for different interpretations since they both substantially show the same ambiguity (one/some more or a/some different one(s)) and behave in the same way in relation to possible semantic interpretations typical of existential quantifiers.

### KEYWORDS.

Adjective; determiner; (complex) quantifier; scope; partitive.

## 1. Introduction<sup>1</sup>

The lexical item “other” is a context dependent word, in the sense that when a speaker utters a nominal expression modified by it he/she is aware that the interlocutor knows the previous context of communication. Furthermore, in many languages, including the Romance languages, it is ambiguous from both the interpretative and the categorial points of view.

---

<sup>1</sup>We thank for data and insightful comments Ana Maria Brito, Vanessa Castagna, Matilde do Santos Miguel Sarmento, António Leal, Monica Muiz de Souza Sima, Aquiles Tescari Neto, Igor Porsette, and other informants who wished to remain anonymous. All remaining errors are exclusively ours. This research is part of the Department of excellence project Multilingualism, multiculturalism, linguistic and cultural diversity for the well-being of persons and society. <https://www.unive.it/pag/40760/> of the Department of Linguistics and Comparative Cultural Studies.

From the semantic-interpretative point of view, it may refer to alterity with respect to the description of the nominal expressed previously in the communicative context – its referent – meaning “different” or it may express an additional value with respect to its referent meaning “one/some more”.<sup>2</sup> From the point of view of the morphosyntactic category, it can be an adjective or a determiner.

As an adjective, Italian *altro* maintains the ambiguous meaning of “different” or “one/some more” when it is in prenominal position. When it is postnominal or predicative, it can only be interpreted as modifying the description: it can only mean “different” and never “one/some more”:

- (1) a. Devo risolvere questi altri due problemi.  
       I-must solve these other two problems
- b. Devo risolvere questi due altri problemi.  
       I-must solve these two other problems
- (2) a. Ho due problemi altri da quelli che mi aspettavo.  
       I-have two problems other from those that I expected
- b. Questi problemi sono altri rispetto a quelli che mi avevi prospettato.  
       These problems are other from those that I expected

This freedom of order in the position of *altro* with adjectival function is not always found in other Romance languages. Portuguese (3) admits *outró* in postnominal position even if it cannot select a PP (3b-c).<sup>3</sup> “Other” in postnominal position without modifier is not allowed in any of the other languages taken in consideration. French (4) appear as liberal as Italian. Only the prenominal position in either order with respect to a cardinal is possible in Catalan (5). Only the prenominal position preceding the cardinal and the predicative function is possible in Spanish (6). In Romanian, *alt*

---

<sup>2</sup> Thus, a sentence such as “I would like to have another beer” is ambiguous as regards the wish of one more beer of the same type or a beer of a different type. Cinque (2015) refers to these two readings as “further token(s) of x (where x is some substance/entity/measure)” and “further type(s)/kind(s) of x (where x is some substance/entity/measure) respectively”. Cinque claims that the two meanings derive from different points of merger in the structure which roughly correspond to the two positions with respect to a numeral in “these other two beers” (viz. these two more beers) vs. “these two other beers” (viz. these two different beers).

<sup>3</sup> The complement PP in the other languages helps accepting the adjective in postnominal position. This difference is irrelevant to our discussion here and will not be considered.

precedes the cardinal in prenominal position (7a) and is not fully acceptable in postnominal position (7b). In predicative position (7c), it is only possible if it is inflected with the definite article, which does not convey referential interpretation here:

- (3) a. Eu tenho que resolver esses outros dois problemas/ esses dois outros problemas.  
b. Eu tenho dois problemas outros (\*dos que eu esperava).  
c. Esses problemas são outros (\*dos que você me propôs).
- (4) a. Je dois résoudre ces autres deux problèmes/ ces deux autres problèmes.  
b. J'ai deux problèmes autres que ceux auxquels je m'attendais.  
c. ?Ces problèmes sont autres de ceux que tu m'as proposés.
- (5) a. He de resoldre aquests altres dos problemas/ altres dos problemas.  
b. \*Tinc dos problemas altres dels que esperava.  
c. ???Aquests problemas són altres dels que em vau dir.
- (6) a. Tengo que resolver estos otros dos problemas/ \*?estos dos otros problemas.<sup>4</sup>  
b. \*Tengo dos problemas otros de los que esperaba.  
c. Estos problemas son otros con respecto a los que me habías propuesto
- (7) a. Trebuie să rezolv alte două probleme / ??două alte probleme.  
b. ??Am două probleme alte decât mă așteptam.  
c. Aceste probleme sunt alte\*(le) decât cele la care mă așteptam.

As often noted in the literature, "other" can also function as a determiner in that it can be the first element in the nominal expression, unlike almost all the other determiner-like adjectives (e.g. the ordinal numerals) which cannot. In Italian, when the definite article is missing in (8a), the nominal expression receives indefinite interpretation. Note that in (8b) the article cannot be missing:

---

<sup>4</sup> The order *Card* > *otro* is documented in old Spanish. As regards contemporary Spanish, this same order is possible in some areas of Spain and Latin America. RAE-ASALE (2009:971) considers the order *otro* > *Card* to be preferable.

- (8) a. Devo risolvere (gli) altri due problemi.  
 I-must solve (the) other two problems  
 b. Devo risolvere \*(gli) ultimi due problemi  
 I-must solve (the) last two problems  
 c. Devo risolvere difficili problemi  
 I-must solve difficult problems

The ungrammaticality of (8b) when the article is missing suggests that in (8a) *altri* is not a determiner-like adjective like *ultimi* and that the whole nominal expression is not a modified bare plural like the object in (8c) but something more similar to an existentially quantified expression.

The quantifier function of “other” in Italian is limited to plural *altri*. In the singular, the indefinite article *un* must precede *altro* (9a). On the contrary, Spanish “bare” *otro* is not only possible but mandatory (9b):

- (9) a. Devo risolvere \*(un) altro problema.  
 b. Tengo que resolver \*(un) otro problema.  
 I-must solve (an) other problem

In the plural, Italian *altri* can be preceded by the plural indefinite determiner *dei*, while in Spanish, again, it cannot be preceded by *uns*:

- (10) a. Devo risolvere (degli) altri problemi.  
 b. Tengo que resolver (\*unos) otros problemas.<sup>5</sup>  
 I-must solve (some) other problems

French presents a mirror image of Spanish, since *autre(s)* must be preceded by the indefinite article in the singular and by partitive *de/des* in the plural:

- (11) a. Je dois résoudre \*(un) autre problème.  
 b. Je dois résoudre \*(des/d') autres problèmes.

---

<sup>5</sup> In Spanish, the presence of the indefinite article *un(os)* with *otro(s)* is documented in the medieval and classical stages of the language (cf. Brugè, 2018, fn.13).

Portuguese displays optionality in both singular and plural:

- (12) a. Eu tenho que resolver (um) outro problema.  
b. Eu tenho que resolver (uns) outros problemas.

Catalan is like Italian, with mandatory *un* in the singular and optional indefinite determiner in the plural (13):

- (13) a. He de resoldre \*(un) altre problema.  
b. He de resoldre (uns) altres problemes.<sup>6</sup>

Romanian displays optionality only in the singular and impossibility of the indefinite determiner in the plural (14):

- (14) a. Trebuie să rezolv (o) altă problemă.  
b. Trebuie să rezolv (\*niște) alte probleme.

The observed variation in the co-occurrence of “other” with the indefinite determiner across Romance languages and the optionality of determiner insertion found in some languages but not in others raise the following questions:

- i. Despite the differences with respect to the cooccurrence with an indefinite determiner, can the categorial status of “other” be unified across Romance languages?
- ii. What is the property that establishes the insertion of the determiner? What makes it (im)possible? What makes it necessary?
- iii. Does optionality convey different interpretations?

In this paper, we adopt Brugè’s (2018) comparative analysis of Italian and Spanish and extend it to Portuguese, leaving Romanian and Catalan

---

<sup>6</sup> In some varieties of Catalan it is also possible to use *de* in contexts like the one in (13b):

(i) He de resoldre (d’)altres problemes.

In this work we will not address the linguistic implications due to the presence of *uns* or *de* in Catalan. We will leave this point to subsequent research.

for future research. Section 2 claims that singular *un altro* as well as plural *altri due*, *molti altri* and *degli altri* are complex existential quantifiers. The diagnostics used for Italian are those that distinguish existential quantifiers from other determiners, that is *ne*-extraction and the cooccurrence with a definite partitive phrase referring to the superset from which the variable of the quantifier is picked. In section 3, the two diagnostics are *mutatis mutandis* applied to Portuguese which does not have a partitive clitic but has an elliptic nominal in the complement of an existential quantifier. Section 4 turns to the issue of whether presence or absence of the indefinite article with *outro(s)* gives rise to true optionality or creates two different quantifiers that specialize for different interpretations. Section 5 draws the conclusions.

## 2. Section 2 *Altro* as part of complex quantifiers

In Italian, plural *altri* has the properties of existential quantifiers. Like *molti/pochi/alcuni*, it can combine with a partitive PP and must cooccur with *ne* if the noun is missing and the quantified expression is in object position (15). This makes it different from other determiners, such as demonstratives (16):

- (15) a. Ho letto altri/molti/pochi/alcuni dei suoi libri.  
I-have read other/many/few/some of-the his books  
b. Di libri, \*(ne) ho letti altri/molti/pochi/alcuni.  
Of books, NE I-have read other/many/few/some
- (16) a. Ho letto questi (\*dei) suoi libri.  
I-have read these of-the his books  
b. Di libri, (\*ne) ho letti questi.  
Of books, NE I-have read these

Cardinaletti and Giusti (2006, 2017) argue that the quantifiers *molti*, *pochi*, *alcuni* are diadic predicates that select an indefinite DP (the variable) and assign partitive case to it, which is detected on the genitive morphology displayed by *ne* and on the (apparent) preposition *di* preceding the dislocated bare nominal. Such quantifiers take a second optional argument, the partitive PP, which refers to the definite superset out of which the variable is picked. In (17) we give simplified structures of *ne*-extraction and of a partitive construction:

- (17) a. Ne ho letti [<sub>QP</sub> [<sub>Q</sub> altri/molti/pochi/alcuni [<sub>DP</sub> *ne*]].<sup>7</sup>  
NE I-have read.M.PL other/many/few/some.M.PL
- b. Ho letto [<sub>QP</sub> [<sub>Q</sub> altri/molti/pochi/alcuni [<sub>DP</sub> 0 [<sub>NP</sub> ~~libri~~]]] [<sub>PP</sub> de- [<sub>DP</sub> -i suoi [<sub>NP</sub> libri]]]].<sup>8</sup>  
I-have read other/many/few/some of- -the his books  
'I read other/many/few/some of them/of his books'

When the quantifiers are preceded by a definite article, they are functioning as adjectives; they modify the nominal expression and do not have selectional properties. For this reason, they cannot occur with a partitive PP or allow *ne*-extraction.

Not all quantifiers can have adjectival function. *Altri* does, on a par with *molti*, *pochi* and cardinals, as shown in (18a). *Alcuni* ('some') does not, on a par with universal *tutti* ('all') and *entrambi* ('both'), as shown in (18b):<sup>9</sup>

- (18) a. Ho letto gli altri / i molti / i pochi / i due romanzi in programma.  
I-have read the other / the many / the few / the two novels on syllabus
- b. \*Ho letto gli alcuni / i tutti / gli entrambi romanzi in programma.  
I-have read the some / the all / the both novels on syllabus

As said above, quantity adjectives do not have the properties of their homonymous quantifiers. Thus, they cannot occur with a partitive PP (19a) or with *ne*-extraction (19b):

---

<sup>7</sup> The claim that *ne* is a DP and not a PP is further supported by the fact that it triggers past participle agreement like accusative clitics and unlike prepositional clitics, cf. Giusti (to appear).

<sup>8</sup> That the PP is a second complement of the quantifier is shown by the fact that it cannot be adjoined to any nominal expression as in \**questi dei tuoi libri* ('\*these of your books'). Also cf. (19).

<sup>9</sup> The adjectival function is unrelated to the existential vs. universal interpretation of the quantifier. In German the dual universal *beide* ('both') is ambiguous between quantifier and adjectival status, as shown by the different morphology and the different position with respect to the determiner displayed in (i)-(ii):

- (i) Beide diese Kinder sind angekommen  
Both these children have arrived
- (ii) Diese beiden Kinder sind angekommen  
These both children have arrived

This is one of many pieces of evidence across language that show that the existential vs. universal semantics is irrelevant to the categorial status of the quantity item.

- (19) a. \*Ho letto gli altri / i molti / i pochi / gli alcuni dei suoi libri.  
 I-have read the other / the many / the few / the some of his books  
 b. \*Di libri, ne ho letti gli altri / i molti / i pochi / gli alcuni.<sup>10</sup>  
 Of books, I-have read the other / the many / the few / the some

When *altri* combines with cardinals and existential quantifiers the orders are not free. The unmarked orders are *altri* > Card and Q > *altri* (20a)-(21a). The reverse order Card > *altri* is only possible with the interpretation of *altri* as “different” and not as “additional” (20b). The order *altri* > Q is marginal with *molti/pochi* and ungrammatical with *alcuni* (21b):

- (20) a. Ho risolto altri due problemi.  
 b. <sup>?</sup>Ho risolto due altri problemi.  
 (21) a. Ho risolto molti/pochi/alcuni altri problemi.  
 b. <sup>??</sup>Ho risolto altri molti/pochi/\*alcuni problemi.

This suggests that in this order the two quantifiers are independently inserted and the second one is a quantity adjective.

Following an insight by Giusti (1993) (also cf. Brugè 2018), we claim that *altri* > Card in (20a) and Q > *altri* in (21a) are complex quantifiers. In other words, they are not separately stacked in the nominal spine, as is the case of the reverse orders in (20b) and (21b), but are merged as complex heads or complex constituents.<sup>11</sup>

This claim is supported by the fact that they allow *ne*-extraction in (22) and cooccur with a partitive PP in (23), while this is not the case with the reversed orders which we claim to be the result of the stacking of a quantifier and a quantity adjective in (24b) and (25b).

- (22) a. Ne ho risolti altri due.  
 NE I-have solved other two

<sup>10</sup> Note that a definite article does not block extraction of a genitive *ne*: *Ne ho visto la sorella* (NE(=of him) I saw the sister). It cannot therefore be the reason for the ungrammaticality of (19).

<sup>11</sup> It is not crucial here to decide whether we are dealing with a complex head Q or a Q modified by a concurring modifier in Spec, what is crucial is that *altri* > Card and Q > *altri* can be quantifiers, as we argue in the text, and also quantity adjectives.



b. Ne ho risolti pochi altri.

NE I-have solved few others

(23) a. Ho risolto altri due di questi problemi.

I-have solved other two of these problems

b. Ho risolto molti altri di questi problemi.

I-have solved many others of these problems

In (24), the quantifier *due* precedes the quantity adjective *altri*, which is part of its DP complement. For this reason, *altri* cannot be left in place when the DP is realized as the clitic pronoun *ne* (24a) or as a silent *pro* in the presence of the partitive PP (24b):

(24) a. Ne ho risolti due (\*altri).

NE I-have solved two others

b. Ho risolto due (\*altri) di questi problemi.

I-have solved two others of these problems

In (25), the quantifier *altri* precedes the quantity adjectives *molti*, *pochi* and *alcuni* which are part of the DP complement. For this reason, *molti*, *pochi* and *alcuni* cannot be left in place when the DP is realized as the clitic pronoun *ne* (25a) or as a silent *pro* in the presence of the partitive PP (25b):

(25) a. Ne ho risolti altri (\*molti / pochi / alcuni).

NE I-have solved other many/few/some

b. Ho risolto altri (\*molti/pochi/alcuni) di questi problemi.

I-have solved others many/few/ some of these problems

We expect complex quantifiers to be language specific. For example, Italian universal quantifiers coordinate with cardinals building complex universal quantifiers, which select a definite DP, as in (26a), allow the extraction of an accusative clitic, such as *le* in (26b), and can float, as in (26c). All these properties characterize the universal and are not shared with the cardinal, thus absence of *tutte e* gives ungrammaticality in (26):

- (26) a. Ho visto \*(tutte e) tre le ragazze.  
 I-have seen (all and) three the girls  
 b. Le ragazze, le ho viste \*(tutte e) tre.  
 The girls, CL.ACC I-have seen.F.PL (all and) three  
 c. Le ragazze sono arrivate \*(tutte e) tre.  
 The girls have arrived.F.PL (all and) three

If the formation of complex quantifiers is language specific, we are not surprised that in French the order *Card* > *autre* also allows extraction of *en* and cooccurrence with a partitive PP:

- (27) a. J'en ai deux autres.  
 I EN have two others  
 b. ....régulièrement associé à un facteur anxieux et un facteur psychotique, qui sont deux autres de ces spécifications."  
 that are two others of these specifications  
 (<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0013700613701131>)

As observed in section 1, singular *altro* cannot function as a quantifier with count nouns (cf. (9a) above). However, *un altro* and its plural *degli altri* (for some speakers) show the same quantifier behaviour as plural *altri*, *altri* > *Card* and *Q* > *altri*. They are compatible with *ne* extraction (28a) and cooccur with a partitive PP (28b), with lower acceptability in the case of *degli altri*:

- (28) a. Di colleghi di Maria, ne vorrei conoscere un altro / (degli) altri.  
 Of colleagues of Maria, NE I-would-like to-know an other / (some) others  
 b. Vorrei conoscere un altro / (%degli) altri dei colleghi di Maria.  
 I-would-like to-know an other / (some) others of-the colleagues of Maria

Two factors may cause the lower acceptability of *degli altri* in (28b). On the one hand, the partitive determiner (*di* + article), which is part of the complex quantifier, may for some speakers be incompatible with a partitive

PP, parallel to what we observe when it functions as a true quantifier.<sup>12</sup> On the other hand, economy of insertion may favour the simple quantifier *altri* over the complex quantifier *degli altri*. This does not apply to (28a) where the complex quantifier *un altro* is not in competition with a simple quantifier.

Let us organize the results of this section in a “protocol” fashion.<sup>13</sup>

TABLE 1 - *altra/o/e/i* in Italian

	(i) introduce a full nominal expression	(ii) allow <i>ne</i> -extraction	(iii) occur with a partitive PP
<i>molti /pochi / alcuni</i>	+	+	+
Card	+	+	+
<i>altri</i>	+	+	+
<i>altro</i>	-	0	0
Card > <i>altri</i>	%	-	-
<i>molti /pochi / alcuni</i> > <i>altri</i>	+	+	+
<i>un altro</i>	+	+	+
<i>degli altri</i>	+	+	%
<i>altri</i> > Card	+	+	+
<i>altri</i> > <i>molti /pochi</i>	+	-	-

The protocol in Table 1 presents three sections: a) simple quantifiers, b) complex quantifiers formed by an element preceding “other”, c) complex quantifiers formed by an element following “other”. Column (i) tells us

<sup>12</sup> The diagnostics for quantifier status distinguish indefinite determiners from existential quantifiers in Italian. With the plural indefinite determiner (*di* + art) it is not possible to have *ne*-extraction or the partitive PP:

(i) \*Ne conosco degli.  
 NE I-know of-the  
 intended reading: ‘I know some of them’  
 (ii) \*Conosco degli dei ragazzi.  
 I-know of-the of-the boys  
 intended reading: ‘I know some of the boys’

<sup>13</sup> A “protocol” in science is an established procedure, which applies in the same way with the same tools in different situations to ensure comparability. General linguistics is used to expressing correlations across phenomena and languages in table charts that display a +/- value. Giusti (2011, 2021, to appear) and in collaboration with others (Giusti and Zegrean 2015; Giusti and Di Caro 2015), proposes to go one step further in the appropriate design of the table charts, presenting the features of the elements under investigation in a reflected way. In the streamline of the search for parameters or implicational universals, the features of the protocol can be organized in clusters of properties that contribute to the understanding of parameter hierarchy and parametric variation.

whether the sequence is found in a full nominal expression. Columns (ii)-(iii) report the results of the diagnostics for existential quantifier status: *ne*-extraction and partitive PP. The symbol [+] means that the property gives grammatical results, [-] that it is ungrammatical, [%] that it is accepted only by some speakers, [0] that the property is irrelevant, due to lack of the base condition indicated as a [-] in column (i):

### 3. *Um outro / uns outros* in Portuguese

*Mutatis mutandis*, let us apply the protocol in Table 1 to Portuguese *outro(s)*.

First of all, recall that in (12) we observed that Portuguese is half-way between Italian (which cannot have singular *altro* as a self-standing quantifier, cf. (9a)-(10a)) and Spanish (which does not form complex quantifiers with *otro(s)* preceded by an indefinite determiner, cf (9b)-(10b)). Thus, unlike Italian and parallel to Spanish, Portuguese allows singular *outro* without the presence of an indefinite determiner on a par with plural, as repeated here in (29):

- (29) a. Eu conheci outro amigo da Maria.  
I met other friend of-the Maria  
b. Eu conheci outros amigos da Maria .  
I met other friends of-the Maria

The grammaticality of (29a) in the singular suggests that bare *outro* is a quantifier, and not a prenominal adjective because bare singular nominals are ungrammatical in this context.<sup>14</sup> In (30) we observe that both singular and plural *outro(s)* are found in elliptic constructions with or without a partitive PPs:

- (30) a. Eu conheci outro (dos amigos da Maria).  
I met other (of-the friends of-the Maria)  
b. Eu conheci outros (dos amigos da Maria).  
I met others (of-the friends of-the Maria)

<sup>14</sup> The possibility of bare singular nouns is restricted to Brazilian Portuguese and has the interpretation of reference to kind (de Oliveira and Rothstein 2011 and the copious references therein). This is clearly not the case of (27a).

The elliptic construction in the absence of the PP in object position will be used as a diagnostic parallel to *ne*-extraction. We therefore conclude from (30) that bare *outro(s)* is a quantifier.<sup>15</sup>

As observed in (12) above, Portuguese is like Italian in that it allows *outro(s)* preceded by an indefinite determiner both in the singular and in the plural:

- (31) a. Eu conheci um outro amigo da Maria.  
I met an other friend of-the Maria  
b. Eu conheci uns outros amigos da Maria.  
I met some others friends of-the Maria

The question arises as to whether they form complex quantifiers, parallel to Italian *un altro / degli altri*, or whether *outro(s)* in (31) is a pronominal adjective preceded by the indefinite determiner *um/uns*.

Our informants judge elliptic constructions in (32) as fully grammatical but insertion of a partitive PP is controversial, especially with the plural:

- (32) a. Eu conheci um outro (<sup>??</sup>dos amigos da Maria).  
I met an other (of-the friends of-the Maria)  
b. Eu conheci uns outros (\*dos amigos da Maria).  
I met some others (of-the friends of-the Maria)

The inconsistency of the results of the two diagnostics may suggest that the complex quantifier *um outro / uns outros* only selects an indefinite DP and not a partitive PP. However, a google search reports many cases of singular *um outro* with a partitive PP, while the plural is much more sporadic (33):<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> The possibility that it can be analyzed as a determiner is excluded, since it can express a partitive PP, as (30) shows vs., for example, \**Eu conheci esse/esses dos amigos da Maria* 'I met this/these of-the friends of-the Maria'.

<sup>16</sup> In google we found few cases of *uns outros* > partitive PP, some of them dating back to the nineteenth century and others in some blogs:

(i) Gostei desse macacão e uns outros dos seus anúncios, se eu comprar mais de um da pra fazer frete grátis?  
<https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1353270416-macaco-de-trico-linha-menino-bordado-urso-gravata-cores-JM>

'I liked this newborn onesie and some others of your ads, if I buy more than one may I have free shipping?'

- (33) a. ...o mesmo deverá escolher um outro dos cursos ofertados.  
 ..the same [student] will have to choose another one of the courses offered.  
<https://www.faculdadealfa.com.br/noticias-e-eventos/regulamento-de-sorteio-de-bolsas-de-estudo-para-a-alfa-faculdade-de-almenara-mg-2%C2%BA-semester-2020>
- b. Segundo Leonardo Oliveira, um outro dos organizadores do evento é um brasileiro que mora nos Estados Unidos...  
 According to Leonardo Oliveira, another of the event's organizers is a Brazilian who lives in the USA ...  
 (<https://www.dn.pt/portugal/brasileiros-em-portugal-manifestam-se-contra-corrupcao-e-fraude-eleitoral-4409483.html>)
- c. Sob este último, destaca-se um outro dos elementos mais reveladores do estilo Arte Nova,...  
 Under the latter, stands out another of-the elements most revealing of-the Art New...  
 (<https://www.cm-ilhavo.pt/viver/cultura/patrimonio-edificado/artenova>)

Recall that the same contrast was also found in Italian (28) with the singular, more easily combinable with a partitive PP, and the plural, less acceptable with a partitive PP. The comparison with Portuguese confirms the two hypotheses suggested for Italian above. For economy reasons, simple quantifiers display canonical selectional properties, complex quantifiers may have a reduced argument structure and may not select a partitive PP. For some Portuguese speakers this is the case of both singular and plural. Other speakers allow the partitive PP more easily with *um outro* than with *uns outros*. This may also be due to economy, if [+plural] is a marked choice of the Number feature specification. The different nature of the plural indefinite determiners (*di* + art in Italian and plural *uns* in Portuguese) does not seem to make any difference between the two languages.

The combination of *outro(s)* with cardinals and existential quantifiers gives the same orders we found in Italian, the orders Card > *outros* and *outros* > Card are both acceptable in full nominal expressions, with different interpretations:

- (34) a. Eu conheci outros dois amigos da Maria.  
I met other two friends of-the Maria  
b. Eu conheci dois outros amigos da Maria.  
I met two other friends of-the Maria

Applying the diagnostics, we observe that all speakers accept *outros* > Card as a complex quantifier in an elliptic construction and combined with a partitive PP. Only some speakers accept *outros* > Card in elliptic constructions and even less with a partitive PP:

- (35) a. Eu conheci outros dois (dos amigos da Maria).  
I met other two (of-the friends of-the Maria)  
b. Eu conheci dois outros (%dos amigos da Maria).<sup>17</sup>  
I met two other (of-the friends of-the Maria)

The data in (35) suggest that Portuguese complex quantifiers may have the order *outros* > Card, like in Italian or Card > *outros* like in French. The selection of the partitive PP, which is a diagnostic for full lexicalization as a complex quantifier is not available to all speakers in the case of Card > *outros*.

With *muitos* the order Q > *outro(s)* is preferred (36a), as in Italian (21). The order *outro(s)* > Q is possible (36b) but due to independent insertion of *outros* as a simple quantifier and *muitos* as a quantity adjective:

- (36) a. Eu conheci muitos outros amigos da Maria.  
I met many other friends of-the Maria  
b. ?Eu conheci outros muitos amigos da Maria.  
I met other many friends of-the Maria

In elliptic constructions the order *outros* > Q is less acceptable, while the partitive PP is judged as ungrammatical by all of our informants:

---

<sup>17</sup> Matilde do Santos Miguel Sarmiento provides us with the following real sentence from Linguateca, Projeto AC/DC: corpo CETEMPúblico: *par-ext792449-clt-soc-93b-1*:

(i) Esta missão do Discovery já realizou duas outras das operações previstas...  
This Discovery mission has already carried out two others of the planned operations

(37) a. Eu conheci muitos outros (dos amigos da Maria).

I met many other (of-the friends of-the Maria)

b. ?Eu conheci outros muitos (\*dos amigos da Maria).

I met other many (of-the friends of-the Maria)

This confirms our hypothesis that *muitos outros* is a complex quantifier, while *outros muitos* in (37b) is due to independent insertion of the quantifier *outros* and the quantity adjective *muitos*. Prenominal quantity adjectives cannot appear as modifiers of elliptic constructions, parallel to what we observed in Italian (24)-(25) above.

We are now able to draw a protocol for *outro(s)* in Portuguese in Table 2, where *ne*-extraction is replaced by elliptic constructions. The differences are highlighted in yellow.

Unlike Italian singular *altro*, Portuguese *outro* can function as a quantifier. Unlike Italian plural *altri*, Portuguese *outros*, at least for some speakers, forms a complex quantifier with a preceding cardinal that does not easily combine with a partitive PP. The competition with bare *outro(s)* both in the singular and in the plural makes *um outro* less acceptable with a partitive PP in grammaticality judgement tasks, although it is robustly attested in a google search, while plural *uns outros* is only possible in elliptic constructions but not with a partitive PP:

TABLE 2 - *outro(s)* in Portuguese

		(i) introduce a full nominal expression	(ii) appear in elliptic constructions	(iii) select a partitive PP
	<i>muitos</i>	+	+	+
	Card	+	+	+
	<i>outros</i>	+	+	+
	<i>outro</i>	+	+	+
	Card > <i>outros</i>	+	+	%
	<i>muitos</i> > <i>outros</i>	+	+	+
	<i>um outro</i>	+	+	+/%
	<i>uns outros</i>	+	+	%/*
	<i>outros</i> > Card	+	+	+
	<i>outros</i> > <i>muitos</i>	+	-	-



The differences between the two languages are minimal and can be considered as nano-parameters in the sense of Biberauer and Roberts (2012), that is properties that are associated to single lexical items. In both Italian and Portuguese, “other” is categorially ambiguous, appearing in the function of a quantifier and combining with cardinals, quantifiers, and indefinite determiners to form complex quantifiers. The formation of a complex quantifier is costly in the lexicon and displays cross-speaker variation.

It is interesting to note that in our discussion with linguist native speakers of European and Brazilian Portuguese and in google search, there was no hint at a difference between the two otherwise quite different varieties of Portuguese. Controversial judgements (marked with % in the protocols) were equally distributed across our informants irrespective of their native variety.

#### 4. Interpretive and syntactic differences between *outro(s)* and *um/uns outro(s)*

Given the variation between two forms (a bare and a complex quantifier), the question arises as to whether they are semantically equivalent to one another (and we are facing true optionality) or whether either form specializes for some of the many different nuances of indefiniteness. This is the topic of this section.

At the beginning of section 1, we reported the general interpretive ambiguity of “other” with respect to the fact that it may refer to “further token(s) of x” and “further type(s)/kind(s) of x” (cf. Cinque 2015 and fn.2). The first hypothesis to check is whether *um/uns* disambiguates these two readings. According to our informants’ judgments, in ‘out-of-the-blue’ contexts the two readings are available independently of the presence or absence of the indefinite determiner, as the examples in (38)-(39) show:

(38) a. Quero *outro(s)* café(s).

b. Quero *um outro* café/*uns outros* cafés.

<sup>ok</sup> I want one more/some more coffe(s)

<sup>ok</sup> I want a different type of coffe /some coffes of (a) different type(s)

- (39) a. Eu li outro(s) livro(s).  
 b. Eu li um outro livro/uns outros livros.  
     <sup>ok</sup>He read one more/some more book(s)  
     <sup>ok</sup> He read a different type of book/ some books of (a) different type(s)

However, most of our informants did suggest that the two forms are not totally synonymous. In commenting examples such as those in (40)-(41), they found that any referent can satisfy the description of the NP *amigo(s) da Maria* in (40), while in (41), a particular referent is suggested whose identity could possibly be determined:<sup>18</sup>

- (40) a. Eu conheci outro(s) amigo(s) da Maria.  
       I met other(s) friend(s) of-the Mary  
 b. Chegou outro(s) amigo(s) da Maria.  
       Arrived other(s) friend(s) of-the Mary  
 (41) a. Eu conheci um/(uns) outro(s) amigo(s) da Maria.  
       I met an/(some) other(s) friend(s) of-the Mary  
 b. Chegou um/(uns) outro(s) amigo(s) da Maria.  
       Arrived an/(some) other(s) friend(s) of-the Mary

Moreover, in agreement with this type of interpretative paraphrase, which coincides with the description that is generally proposed to differentiate specific and non-specific indefinite nominal expressions, António Leal (p.c.) suggested, as an example, that the elliptic nominal expression *outro* in (42) admits both (a) and (b) as sentence completion, while *um outro* in (43) favours (b) over (a):

- (42) No ano passado, comprei um telemóvel. Este ano, quero comprar *outro*,  
 a. ... mas ainda não sei qual irá ser.  
 b. ... o iPhone8.  
 (43) No ano passado, comprei um telemóvel. Este ano, quero comprar *um outro*,  
 a. ... <sup>???</sup>mas ainda não sei qual irá ser.  
 b. ... o iPhone8.

---

<sup>18</sup> We are indebted to Aquiles Tescari Neto for discussing this issue at length.

In the linguistic literature “specificity” has always proved to be a complex and controversial issue and up to now no uniform definition has been proposed to motivate the specific/non-specific distinction in indefinite nominal expressions. In formal semantics, Hellan (1981), Kripke (1977) and Fodor and Sag (1982)<sup>19</sup> treated the specific/non-specific dichotomy as scope ambiguity, due to the interaction between the indefinite article or a weak quantifier with another logical operator –intensional verbs, subjunctive mood, strong quantifiers, etc. However, in cases like (40)-(41) the interpretive ambiguity cannot be ascribed to a scopal effect. In fact, in extensional contexts, such as that determined by the verbs *conhocer* ‘to know’ and *chegar* ‘to arrive’, the existential import is not affected, because the existential generalization applies in both readings.

Farkas (2002) and Farkas and Brasoveanu (2013) define this as *epistemic specificity*.<sup>20</sup> According to the authors, epistemic specificity depends on speaker’s knowledge or on his/her intention to mark the descriptive content of the indefinite nominal expression as salient. It is for this reason that they suggest that it should be treated by Pragmatics and not Semantics. The same authors propose that what is crucial for a general characterization of specificity in Semantics is scopal effects and partitivity. Following their proposal, in the rest of this section we apply these diagnostics to the indefinite nominal expressions introduced by *outro(s)* and by *um/uns outro(s)*. As we will show, none of these properties allows us to restrict the interpretation of *outro* to a non-specific reading and of *um/uns outro(s)* to a specific one.

#### 4.1. Existential sentences

In European Portuguese existential sentences are a diagnostic for weak indefinites,<sup>21</sup> as they are in Spanish and English (cf. Milsark 1974). In (44)

---

<sup>19</sup> Hellan characterized a nominal expression as specific when the speaker has an individual in mind as its referent, while Kripke proposed that indefinites can refer to a *speaker referent*. Again, Fodor and Sag (1982), suggested that the indefinite nominal expressions can be ambiguous between a quantificational value, associated with the non-specific reading, and a referential value, associated with the specific reading. Neale (1990) argues against this hypothesis.

<sup>20</sup> The authors distinguish three type of *specificity*: epistemic specificity, scopal specificity and partitive specificity. Scopal specificity and partitive specificity will be examined below in the text.

<sup>21</sup> Brazilian Portuguese does not display a systematic definiteness effects with neither of the two existential verbs *haver* and *ter* that are used in this variety.

we observe that both singular *outro* and *um outro* pass the test. In (45) we observe that in the plural only bare *outros* passes the test, while *uns outros* does not:

- (44) a. Há outro homem na rua.  
 b. Há um outro homem na rua.  
 ‘There is another man on the street.’
- (45) a. Há outros homens na rua.  
 b. \*Há uns outros homens na rua.<sup>22</sup>  
 ‘There are other men on the street.’

Note that *uns outros* in (45a) behaves differently from *uns*, which can introduce indefinite nominals in existential constructions (46a) provided it is not combined with a partitive PP which forces specific interpretation (46b):

- (46) a. Há uns homens na rua.  
 ‘There are some men on the street.’  
 b. \*Há uns dos homens na rua.  
 ‘There are some of the men on the street.’

At first sight, the ungrammaticality of (45b) may suggest that the complex quantifier *uns outros* only conveys specific interpretation and for this reason it fails the diagnostics of existential contexts. However, note that (45b) is ungrammatical even for Brazilian informants, who admit definite (and specific) descriptions in the domain of existential verbs (cf. fn. 21). Moreover, as we present later in this section, *uns outros* can also appear in contexts that force non-specific interpretation.

---

<sup>22</sup> Notice that in Italian *degli altri* can appear in the domain of the existential verb *esserci* “there be”, but this is not to be taken as a diagnostic for existential status, since existential sentences in Italian allow specific and even definite descriptions:

- (i) Ci sono degli altri uomini per strada.  
 There are of-the other men on street
- (ii) Ci sono molti degli uomini per strada  
 There are many of the other men on street
- (iii) Ci sono tutti i miei studenti per strada.  
 There are all the my students on street

## 4.2. Scope.

As observed in the linguistic literature, an existential quantifier introduces a variable or variables which must be assigned values by a set of assignment functions. When this element interacts with a universal quantifier its semantic scope can be different. This explains the ambiguity that (47) shows which can be spelled out as in (47a) or (47b):

(47) Todos os estudantes viram outro(s) menino(s).

All the students saw another(some other) boy(s)

a. "For every student there is another/some other boy(s) such that he saw him/them."

b. "There is another boy(some other boys) such that every boy saw him(them)."

In (47a) the existential *outro(s) menino(s)* is interpreted within the scope of the universal quantifier *todos*. The narrow scope interpretation corresponds to the non-specific reading. In (47b), the indefinite expression is interpreted out of the scope of the universal. The wide scope interpretation corresponds to the specific reading. Therefore, given the ambiguity in (47), we can assume that *outro(s)* is ambiguous with respect to specificity. More precisely, both in the singular and in the plural it can be specific, as shown by the full acceptability of the continuation in (48):

(48) a. Todos os estudantes viram outro menino. Era muito jovem.

b. Todos os estudantes viram outros meninos. Eram muito jovens.

All the students saw another boy/some other boys. He/they was/were very young

In (48) the null subject of the copular sentence *Era muito jovem / Eram muito jovens* can be anaphoric to *outro menino/outros meninos* only if the indefinite (existential) is interpreted out of the scope of the universal quantifier *todos*. Therefore, in these contexts only specific interpretation is possible.

Some of the informants suggested that in a sentence like (49) the preferred interpretation of *um outro menino* and *uns outros meninos* is out of the

scope of the universal quantifier *todos*. However, other informants did not rule out the possibility of narrow scope interpretation for the indefinite direct object:

- (49) a. Todos os estudantes viram um outro menino.  
 b. Todos os estudantes viram uns outros meninos.

Furthermore, if *um outro/uns outros* could only trigger wide scope interpretation, we would expect it to be ungrammatical when the nominal expression is modified by a restrictive relative clause in the subjunctive mood.

Vilela (1995) observes that the indefinite direct object of the verb *procurar* “to look for” does not receive the same interpretation in (50a) when modified by a relative clause in the indicative and (50b) when it is modified by a relative clause in the subjunctive:<sup>23</sup>

- (50) a. Procuo um homem que fala português.  
 I’m looking for a man who speaks-IND portuguese  
 b. Procuo um homem que fale português. (Vilela, 1995, p. 298)  
 I’m looking for a man who speaks-SUBJ portuguese

The mood contrast reveals an interpretive difference in terms of specific/non-specific reading. In fact, (50a) conveys an inference that a man that speaks Portuguese exists and that the speaker is looking for him, i.e., the existential generalization applies. The same inference is not provided in (50b). In semantic terms, this difference is represented through scopal effects, that is, due to the presence of the indicative mood (50a), the indefinite nominal expression would take scope over the intensional predicate *procurar* “to look for”; thus, the result is a specific reading for the object DP. On the other hand, the presence of the subjunctive mood in (50b) forces the indefinite to be interpreted within the scope of the intensional predicate, and this gives

---

<sup>23</sup> The mood contrast was already noted by Quine (1956). See Rivero (1975) and Leonetti (2012) for Spanish, a.o. Also cf. Brugè and Brugger (1996:31-32) and references cited there for the relevance of mood in the distribution of accusative *a* in Spanish.

rise to a non-specific reading.

As regards *outro(s)*, a google search provides sentences like (51a-b), where it introduces a nominal expression modified by a restrictive relative clause in the subjunctive mood, alongside sentences like (51c-d), where the same element introduces a nominal expression modified by a restrictive relative clause in the indicative mood:

- (51) a. Por vezes, até atribuem incompetência aos médicos porque desvalorizou determinado sintoma e *procuram outro m dico que o valide*.  
(<https://www.atlasdasaude.pt/publico/content/o-que-e-hipocondria>)  
...and they look for another doctor who validate-SUBJ him.
- b. Nesse sentido, os profissionais [...] *procuram outros pa ses que melhor remunerem e d em um ambiente favor vel à ciência*,...  
(<https://www.imaginie.com.br/enem/exemplo-de-redacao/a-desvalorizacao-da-ciencia-no-brasil/911324>)  
...they look for other countries that pay-SUBJ better and provide-SUBJ a favorable environment...
- c. ...quando um médico se recusa a aplicar o tratamento que o paciente quer, por acreditar que tal causará a sua morte, e este *procura outro m dico que o aplica*,...  
(<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28973/1/Eutan%C3%A1sia%20-%20a%20fronteira%20entre%20o%20direito%20%C3%A0%20vida%20e%20o%20eventual%20direito%20a%20morrer.pdf>)  
... and this [patient] looks for another doctor who applies-IND it,...
- d. ...diante disso *procuram outros pa ses que disponibilizam preços inferiores*.  
<https://eg.ucp.t/bitstream/10316/31709/1/DISSERTA%C3%87%C3%82O%20COMPLETA%20LARISE.pdf>  
...because of that, they look for other countries that offer-IND lower prices.

This confirms that *outro(s)* is ambiguous with respect to specificity.

The same result is abundantly found with the complex quantifier *um outro* (52a-b). With *uns outros* are less frequent but possible, as shown by (52c):<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Thanks to Aquiles Tescari Neto for suggesting us this example.

- (52) a. Nele, as seis personagens do título, rejeitadas pelo dramaturgo que as criou, *procuram um outro autor que possa encenar as suas vida*.  
 (https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/36685/4/ulfl255464\_td.pdf)  
 ...they are looking for another author who can-SUBJ stage their lives.
- b. ...ele *vai procura um outro profissional que consiga atente as necessidades dele que voc n o supriu*.  
<http://www.uel.br/grupo-estudo/cemidefel/tccs/bacharelado/2011/2011-tccedfbach067.pdf>  
 ...he will look for another professional who can-SUBJ meet his needs that you did not meet
- c. Eu *procuo uns outros pedreiros que possam me ajudar no trabalho*.  
 I'm looking for some other masons who can-SUBJ help me in the work

The well formedness of examples (51c-d) and (52) proves that it is the nature of the relative clause that is responsible for the semantic contrast (wide scope/specific and narrow scope/non-specific) and not the specialization of *outro(s)* for non-specificity or *um outro/uns outros* for specificity.<sup>25</sup>

A comparison with Italian gives the same result with *un altro, altri* and *degli altri*. In (53a) the indefinite is ambiguous between wide scope and narrow scope with respect to the universal quantifier *tutti*, while in (53b), where only wide scope interpretation is available, all three forms can appear:

- (53) a. *Tutti gli studenti hanno visto un altro ragazzo/altri ragazzi/degli altri ragazzi*.  
 ok "For every student there is another/some other boy(s) such that he saw him/them."  
 ok "There is another boy(some other boys) such that every boy saw him(them)."  
 All the students saw another(some other) boy(s)

---

<sup>25</sup> Another evidence that *um outro* and *uns outros* not necessarily trigger a specific reading is that they can introduce a nominal modified by *qualquer/quaiquer* that, according to Farkas and Brasoveanu (2013), do not make wide scope (specific) interpretation possible:

- (i) a. O menino queria ler um outro livro qualquer.  
 The boy wanted to read another book any  
 b. O menino queria ler uns outros livros quaisquer.  
 The boy wanted to read some other books any



- b. Tutti gli studenti hanno visto un altro ragazzo/altri ragazzi/degli altri ragazzi.  
Era/Erano molto giovane/giovani.  
All the students saw another boy/some other boys. He/they was/were very young

The same ambiguity is found with restrictive relative clauses in (54)-(55):

- (54) a. Cerca un altro avvocato che l'aiuta nella causa di divorzio.  
b. Cerca un altro avvocato che l'aiuti nella causa di divorzio.  
He is looking for another lawyer who helps-IND/SUBJ him in the divorce case  
(55) a. Cerca altri/degli altri articoli che parlano di lui.  
b. Cerca altri/degli altri articoli che parlino di lui.  
He is looking for other/some other articles which speak-IND/SUBJ of him.

Therefore, regarding scopal effects, the only difference between the two languages concerns the plural *uns outros*, that some informants consider specific (only wide scope) when it appears in the domain of a universal quantifier, while *degli altri*, which is unanimously ambiguous in the same contexts.

#### 4.3. Partitivity

Farkas (2002) and Farkas and Brasoveanu (2013), argue that partitive is another property to determine the specific reading of the indefinite nominal expressions. The reason is that a partitive imposes a constraint on the set of the assignment functions that give value to the variable introduced by the indefinite nominal expression. In other words, partitive limits the possibilities of variation, given that in this case the variable must choose a value from a contextually established set.<sup>26</sup> Partitivity would correspond to Pesetsky's (1987) *D-Linking* interpretation.

According to this proposal and the interpretive intuition of the informants regarding the contrast between indefinites introduced by *outro(s)* and *um/uns outros*, we would expect with the extentional verb *ler* to find that in (56a)

---

<sup>26</sup> Enç (1991) calls this type of interpretation "presuppositional interpretation".

the speaker does not presuppose the existence of a contextually established set of books (e.g. “the books that are on the shelf”), that coincides with the partitive specificity in terms of Farkas (2002) and Farkas and Brasoveanu (2013), while in (56b) the speaker does:

- (56) a. O menino leu outro(s) livro(s).  
 b. O menino leu um outro livro/uns outros livros.  
 The boy read another/some other book(s)

However, if we force the partitive reading, by expressing, for example, an overt partitive PP, we observe that the indefinite direct object can be introduced by both *outro(s)* (57a) and *um outro* (57b) but not *uns outros*, which is ungrammatical for independent reasons, as we discussed in section 3:

- (57) a. O menino leu outro/outros desses livros.  
 b. O menino leu um outro desses livros.  
 The boy read another/some others of these books  
 c. O menino leu uns outros desses livros.  
 The boy read some others of these books

Table 3 presents the protocol of the semantic properties of (*um/uns*) *outro(s)*. *Outro(s)* displays all the properties of an existential quantifier, it is ambiguous with respect to specificity, it can have wide or narrow scope, and can be merged with a partitive PP. *Um outro/uns outros* basically display the same properties, but for some speakers it conveys specific/wide scope interpretations, even if it is perfectly grammatical in non-specific nominal expressions modified by a subjunctive clause. *Uns outros* is the only form which is ungrammatical with an overt partitive:

TABLE 3 - Semantic behavior

	Existential sentences	Scope				Partitivity
		Universal Q		Relative clause		Overt partitive
		w.s. [+spec]	n.s. [-spec]	Indicative w.s. [+spec]	Subjunctive n.s. [-spec]	n.s.
<i>outro</i>	+	+	+	+	+	+
<i>outros</i>	+	+	+	+	+	+
<i>um outro</i>	+	+	%	+	+	+
<i>uns outros</i>	-	+	%	+	+	-

According to what we argued so far, the intuitive difference between the use of *outro/s* and *um/uns outro(s)* that speakers perceive in general contexts do not comply with the criteria that formal semantics propose to characterize the *specific/non-specific* distinction. There is no difference in acceptability between European and Brazilian Portuguese in this respect.

Furthermore, comparison with Italian shows that complex quantifiers are endowed with the same property of simple quantifiers in being ambiguously specific or non-specific. In both languages the plural complex quantifiers *degli altri / uns outros* are incompatible with overt partitive PPs, we claimed, for independent reasons, that is a reduced argument structure.

## 5. Conclusions

In this paper we studied the syntax of Portuguese in a comparative perspective with Italian.

We established that “other” is a quantifier which can build complex quantifiers in both Italian and Portuguese, combining with cardinals, existential quantifiers and indefinite determiners.

Considering the detailed discussion of *otro* in Spanish by Brugè (2018) and the data of other Romance languages in section 1, we give a positive answer to our first research question above and claim that, despite the

lexical differences, it is possible to unify the categorial status of “other” as a quantifier alongside its adjectival function.

We proposed that the mandatory / possible / impossible insertion of an indefinite determiner preceding “other” is to be reduced to nano-parameters associated to each of these lexical items. In Italian, Catalan and Romanian bare “other” is not specified as a quantifier in the singular, while it is in the plural. Determiner insertion gives rise to a complex quantifier, which must be specified as such in the lexicon. Complex quantifiers formed of an indefinite determiner and “other” are present in all Romance languages except Spanish. Such complex quantifiers may be the only possibility in French for both singular and plural, no optionality is present in this language. In Catalan and Italian, they are mandatory in singular and optional in plural, while in Romanian the optionality is limited to the singular. Optionality between simple and complex quantifiers in both singular and plural is only displayed by Portuguese:

TABLE 4 - Simple and complex ‘other’ in Romance

	singular		plural	
	other	det + other	others	det + others
Portuguese	+	+	+	+
Spanish	+	-	+	-
Catalan	-	+	+	+
French	-	+	-	+
Italian	-	+	+	+
Romanian	+	+	+	-

Our answer to the second research question resorts to lexical feature specifications on simple and complex quantifiers. The nano-parametric hypothesis also derives the different orders found in complex quantifiers formed of “other” and cardinals or existential quantifiers.

Portuguese has provided the most relevant empirical field to give an answer to our third question, that is whether optionality between a simple and a complex quantifier gives rise to different interpretations. Despite the classic ambiguity of “other” and the different possible semantic

interpretations typical of existential quantifiers, we concluded that both simple and complex quantifiers formed with the indefinite determiners are substantially ambiguous and do not specialize for any of the possible interpretations.

We analyzed the ungrammaticality of *uns outros / degli altri* with a partitive PP to a reduced argument structure associated to this quantifier in the Portuguese and the Italian lexicon.

More research is needed to confirm our proposal in the pan-Romance perspective applying the protocols in a detailed fashion to French, Catalan and Romanian.

#### REFERENCES

- Biberauer, T. & Roberts, I. 2012. Towards a parameter hierarchy for auxiliaries: diachronic considerations. *Cambridge Occasional Papers in Linguistics*, 6: 267-294, [https://www.mml.cam.ac.uk/files/copil\\_6\\_9\\_biberauerroberts.pdf](https://www.mml.cam.ac.uk/files/copil_6_9_biberauerroberts.pdf).
- Brugè, L. 2018. *Otro*: Consideraciones a favor de su no inclusión en la categoría Determinante. *Borealis*, 7/2: 109-134. <https://septentrio.uit.no/index.php/borealis/article/view/4582>
- Brugè, L. & Brugger, G. 1996. On the accusative *a* in Spanish. *Probus* 8: 1-51.
- Cardinaletti, A. & Giusti, G. 2006. The syntax of quantified expressions and quantitative clitics. In Martin Everaert & Henk van Riemsdijk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*, vol 5. Oxford: Blackwell, 23-94.
- Cardinaletti, A. & Giusti, G. 2016. The syntax of the Italian indefinite determiner *dei*. *Lingua* 181: 58-80.
- Cardinaletti, A. & Giusti, G. 2017. Quantified expressions and quantitative clitics. In Martin Everaert & Henk van Riemsdijk (eds.) *The Wiley Blackwell Companion to Syntax*, Second Edition, Wiley online library, DOI:10.1002/9781118358733 (1-42).
- Cardinaletti, A. & Giusti, G. 2018. Indefinite determiners, variation and optionality in Italo-Romance. In Roberta D'Alessandro and Diego Pescarini (eds.) *Advances in Italian Dialectology*, Sketches of Romance Grammars vol 1. Amsterdam: Brill, 135-161
- Cardinaletti, A. & Giusti, G. 2020. Indefinite determiners in informal Italian. A preliminary approach. *Linguistics* 58.3: 679-712.

- Cinque, G. 2015. A note on 'other'. In Guglielmo Cinque (ed.) *Charting the Landscape of Linguistics. Webschrift for Josef Bayer*. Konstanz: Universität Konstanz, 22-27.
- Chierchia, G. 1997. Partitives, reference to kinds and semantic variation. In: Aaron L. (ed.) *Proceedings of Semantics And Linguistic Theory*, Volume VII, Ithaca, NY. Cornell University: CLC Publications, 73-98. .
- Di Caro, V. & Giusti, G. 2015. A protocol for the Inflected Construction in Sicilian Dialects. *Annali di Ca' Foscari Serie Occidentale* 49: 293-322.
- Enç, M. 1991. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry* 22: 1-26.
- Farkas, D. 2002. Specificity distinctions. *Journal of Semantics* 19: 1-31.
- Farkas, D. & Brasoveanu, A. 2013. "A Typology of Specificity". *Revue Roumaine de Linguistique* 58.4: 355-369.
- Fodor, D. & Sag, I. 1982. "Referential and quantificational indefinites". *Linguistics and Philosophy* 5: 355-398.
- Giusti, G. 1993. *La sintassi dei determinanti*. Padova, Unipress.
- Giusti, G. 2011. Structural Protocols for linguistic awareness enhancing language identity. Research project at CRASSH, University of Cambridge, October-December 2011. <http://www.crassh.cam.ac.uk/people/profile/giuliana-giusti>
- Giusti, G. 2021. A protocol for indefinite determiners in Italo-Romance. In Tabea Ihsane (ed.) *Disentangling Bare Nouns and Nominal Introduced by a Partitive Article*, Syntax and Semantics vol. 43 Leiden: Brill, 262-300.
- Giusti, Giuliana. (to appear). "Partitivity in Italian. A protocol approach to a multifaceted phenomenon". In: Giuliana Giusti and Petra Sleeman (eds.) *Partitive determiners, partitive pronouns and partitive Case*. Berlin, De Gruyter.
- Giusti, G. & Zegrean, L. 2015. "Syntactic Protocols to enhance inclusive cultural identity. A case study on Istro-Romanian clausal structure". *Quaderni di Linguistica e Studi Orientali* 1: 117-138.
- Hellan, L. 1981. "On Semantic Scope". In Frank Heny (ed.) *Ambiguities in Intensional Contexts*. Reidel, Dordrecht, 47-81.
- Keenan, E. L. 1987. A semantic definition of "indefinite NP. In Eric J. Reuland and Alice G. B. ter Meulen (eds.) *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, MA: MIT Press, 286-317.
- Kripke, S. 1977. Speaker's reference and semantic reference. In Peter A. French, Theodore E. Uehling Jr and Howard K. Wettstein, (eds.) *Midwest Studies in Philosophy vol. II: Studies in the philosophy of language*. Morris, MN, University of Minnesota, 255-276.

- Leonetti, M. 2012. Indefiniteness and Specificity. In José Ignacio Hualde, Antxon Olarrea and Erin O'Rourke (eds.) *The Handbook of Hispanic Linguistics*. Hoboken NJ, Wiley-Blackwell, 285-305.
- Milsark, G. 1974. *Existential sentences in English*. Unpublished Ph.D. dissertation. MIT, Cambridge.
- Neale, S. 1990. *Descriptions*. Cambridge MA: MIT Press.
- Pesetsky, D. 1987. Wh-in-situ: Movement and unselective binding. In Eric J. Reuland and Alice G. B. ter Meulen (eds.) *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, MA: MIT Press, 98-129.
- Quine, W. van Orman. 1956. Quantifiers and propositional attitudes. *Journal of Philosophy* 53. (Reprinted in W. Quine, *The ways of paradox*, 185-196). Harvard University Press, 1976.)
- Rivero, M. 1975. Referential properties of Spanish noun phrases. *Language* 51: 32-48. (Revised Spanish version: Referencia y especificidad, in *Estudios de gramática generativa del español*, (pp. 123-158). Madrid: Cátedra, 1978.)
- Vilela, Mário. 1995. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina.
- Zamparelli, R. 2008. *Dei ex-machina*: a note on plural/mass indefinite determiners. *Studia Linguistica* 63.3: 301-327.





# Deverbal nominalizations without overt suffixation in French<sup>1</sup>

Petra Sleeman

a.p.sleeman@uva.nl

*Amsterdam Center for Language and Communication (ACLC)*

*University of Amsterdam (Netherlands)*

## ABSTRACT.

Recent work on argument taking deverbal zero nouns in English has shown that they are more present in that language than was previously thought. In this paper the presence and productivity of argument taking zero-derived nouns in French is investigated. It is shown that to determine which nouns can count as zero nouns, several decisions have to be made. This concerns their gender (do both masculine and feminine nouns have to be included in the research?), the determination of what counts as an argument, the criteria used to determine if a noun is an argument taking noun, the form and category that the base may have. On the basis of the adopted criteria and a dictionary and database research, a corpus of French zero-derived nouns in French is composed and analyzed. The results show that, as in English, zero-derived nouns in French are more productive than was thought.

## KEYWORDS.

Nominalization; zero-nouns; French; argument structure; Complex Event Nouns.

## 1. Introduction

Whereas Lees (1960) derived all types of nominalizations in the syntactic component of grammar, in Chomsky's *Remarks on Nominalizations* (1970) a distinction was made between gerunds like *destroying* and derived nominals like *destruction*. Chomsky argued that gerunds could still be derived in syntax, but that the place for derived nominalizations was the lexicon. This was called "the lexicalist hypothesis". Chomsky (2020), 50 years on from his *Remarks*, justifies the placement of derived nominals in

---

<sup>1</sup> This paper builds on my earlier work on nominalizations with Ana Maria Brito. I am very grateful to Ana for the interesting discussions that we had about the mixed properties of suffixed nominalizations and the problem that they raise for linguistic theories. Some of these discussions are reflected in this paper.

the lexicon as a natural consequence of the fact that in that period, in order to increase its explanatory power, syntax was already drastically simplified with respect to earlier models, such as Chomsky (1965). This holds both for Phrase Structure rules and Transformation Grammar (TG) rules. As Chomsky (2020: 28) puts it: “One category of nominalizations, gerunds, raises no problems: The rules are simple and productive, with no relevant anomalies. But application of TG-style devices to other types of nominalization was highly problematic. The rules were complex, varied, unmotivated, often idiosyncratic in form and interpretation.”

Although gerunds and derived nominalizations were separated with respect to the modules of grammar to which they were argued to belong, in the  $X'$ -schema that was introduced in Remarks, Chomsky still wanted to account for parallels in argument structure between a verb such as *destroy* and a nominalization such as *destruction*. To account for the fact that both (can) have argument structure, he proposed that they were inserted as a category-less lexical entry under  $X^0$  ( $V^0$  or  $N^0$ ), depending on their subcategorization frame. The  $V^0$  or  $N^0$  head under which they were inserted would determine their pronunciation as *destroy* or as *destruction* (Alexiadou & Borer 2020). This solved the problem of the apparently mixed categorial nature of deverbal nominalizations. Allowing for argument structure, they should have been inserted under  $V^0$ , which, in its turn, should have been inserted under NP (Sleeman to appear).

Within the framework of the Lexicalist Hypothesis, Grimshaw (1990) focuses on argument structure differences between different types of nominalizations. For Complex Event nouns she argues that they have argument structure, licensed by an event argument in their theta-grid. Result nominals only have a referential argument,  $R$ , in their theta-grid. Grimshaw develops different diagnostics to distinguish Complex Event nouns from Result nouns: some of these are obligatory arguments, *by*-phrases as arguments, no pluralization with the first type, but not with the second type. A third type, Simple Event nouns, is being characterized as expressing an event, but without argument structure.

The strict dichotomy between Complex Event nominals and Result nouns has, however been criticized by, among others, Sleeman & Brito (2010a,b). They argue that Grimshaw’s criteria for the distinction between Complex

Event nominals and Result nouns are too strict and that there are also mixed cases that are neither completely Complex Event nouns nor completely Result nouns, and that have mixed properties.

While Grimshaw (1990) argues that derived nominalizations with an overt derivational suffix such as *-ation* forming nouns such as *destruction*, can be ambiguous between a Complex Event nominal and a Result noun, she assumes that *-ing* always forms Complex Event nominals. For a third type of derived nominal, viz. zero-derived deverbal nouns, Grimshaw assumes, on the basis of English, that they are Result nouns and that there is no relation with event structure in the theta-grid.

Grimshaw's analysis of zero-derived nouns as Result nouns has been defended by, e.g., Borer (2003, 2013). According to Borer, this type of zero-derived noun is rare in English. Other linguists have argued against an analysis as Result nouns. Harley (2009) and Newmeyer (2009) provide counter-examples in English that show that zero-derived nouns can have argument structure:

- (1) *the use of instruments by professionals*

lordăchioaia (2020) argues, based on an extensive corpus research, that there are many zero-derived nouns in English that respect Grimshaw's criteria for Complex Event nominals.

This divergence in opinions between Grimshaw and Borer on the one hand, and Harley, Newmeyer and lordăchioaia on the other, may have to do with their interpretation of what counts as a CEN. In this paper I study zero-derived nouns in French. The goal of the research is to find out what criteria may help to identify them and to determine on that basis their productivity.

The paper is organized as follows. In Section 2, the distinction between Complex Event nominals, Result nouns and Simple Event nouns is discussed. In Section 3, lordăchioaia's (2020) analysis of zero-derived nouns in English is presented. In Section 4, previous literature on French zero nouns is presented. Section 5 presents the methodology for my corpus research on zero-derived nominals in French and the results of the analysis. In Section 6, the results are discussed. Section 7 ends the paper with a short summary of the results and some conclusions.

## 2. Three types of nouns

Grimshaw (1990) distinguishes three types of nouns: Complex Event Nouns (CENs), Simple Event Nouns (SENs) and Result Nouns (RNs). Grimshaw presents several criteria that distinguish CENs from RNs. Some of these are summarized in Table 1, on the basis of Roy & Soare (2013), who use the notion Argument Structure Nouns for CENs and Referential Nominals for Result Nouns:

TABLE 1: *properties of CENs, RNs and SENs (adapted from Roy & Soare 2013)*

	CENs	RNs	SENs
(i)	Event reading	No event reading	Event reading
(ii)	Obligatory arguments	No arguments	No arguments
(iii)	Compatible with aspectual modifiers like <i>in/for three hours</i>	Not compatible with aspectual modifiers like <i>in/for three hours</i>	Not compatible with aspectual modifiers like <i>in/for three hours</i>
(iv)	<i>Constant, frequent</i> with the singular	<i>Constant, frequent</i> possible only with the plural	<i>Constant, frequent</i> possible only with the plural
(v)	<i>By</i> -phrase is an argument	<i>By</i> -phrase is not an argument	<i>By</i> -phrase is not an argument
(vi)	Cannot be selected by predicates that require an entity noun like 'to be on the table'	Can be selected by predicates that require an entity noun like 'to be on the table'	Cannot be selected by predicates that require an entity noun like 'to be on the table'
(vii)	Can combine with a predicate like 'take place', 'last x time', and 'be interrupted'	Cannot combine with a predicate like 'take place', 'last x time', and 'be interrupted'	Can combine with a predicate like 'take place', 'last x time', and 'be interrupted'
(viii)	Can be used in PP 'during the N'	Cannot be used in PP 'during the N'	Can be used in PP 'during the N'
(ix)	Restrictions on the use of quantifiers, numerals and determiners	No restrictions on the use of quantifiers, numerals and determiners	No restrictions on the use of quantifiers, numerals and determiners

The distinction between CENs and RNs is illustrated by Roy & Soare

with examples such as those in (2)-(4). Grimshaw (1990) uses the form *examination* to illustrate CENs and the form *exam* to illustrate RNs. As Roy & Soare observe (2013: 126), “-ation nominals may denote either an event or an entity (i.e., object), which may but must not be the result of an event.”

(2) CENs

- a. *the examination of the students by the teachers* (i), (ii) and (v)
- b. *the examination \*(of the students) (by the teachers) (in three hours)* (i), (ii), (iii) and (v)
- c. *the (frequent) examination of the students by the teachers* (i), (ii), (iv) and (v)
- d. *\*The examination of the patients was on the table.* (vi)
- e. *The destruction of the city took place at noon.* (vii)
- f. *during the examination of the paper by the committee* (viii)
- g. *\*several / two / these elections of John by the department* (ix)

(3) RNs

- a. (indent) *the form / the exam* (i) and (ii)
- b. *the exam \*(by the teachers) \*(in three hours)* (i), (ii), (iii) and (v)
- c. *the frequent exam\*(s)* (i), (ii), and (iv)
- d. *The exam was on the table.* (vi)
- e. *\*The form took place at noon.* (vii)
- f. *\*during the form* (viii)
- g. *one form / that exam* (ix)

(4) SENs

- a. *the movie / the meeting / the game* (i) and (ii)
- b. *the play \*(of Macbeth) \*(by the actors) \*(for two hours)* (i), (ii), (iii) and (v)
- c. *the frequent concert\*(s) / the frequent movie\*(s)* (i), (ii), and (iv)
- d. *\*the movie / concert / meeting was on the table* (vi)
- e. *The movie / meeting took place at noon.* (vii)
- f. *during the movie / concert / game / meeting* (viii)
- g. *many concerts / three movies* (ix)

The criteria used by Grimshaw may be too strong. First, as Roy & Soare (2013: 131) show, CENs may be ambiguous. Whereas *meeting* in (4) acts as a SEN, in (5), in which it takes a complement, it functions as a CEN, and may therefore combine with an aspectual *for*-PP:

(5) *the meeting of the president with the Prime Minister (for three hours)*

Second, the criteria given in Table 1 do not always properly distinguish between the three types of noun. As has been observed by, a.o., Sleeman & Brito (2010a,b):

(i) CENs do not obligatorily take internal arguments:

(6) *The discussion lasted two hours.*

(ii) Result nouns can optionally select an internal argument, contrary to object nouns:

(7) *La discussi de les dades es va publicar a la revista.* (Picallo 1991 for Catalan)

'The discussion of the data was published in the journal.'

(iii) Event nouns can pluralize:

(8) *Os jornalistas estavam a assistir a varias destruiç es de pontes, quando chegaram as tropas.* (Brito & Oliveira 1997: 61 for Portuguese)

'The journalists were watching several destructions of bridges, when the troops arrived.'

(iv) The Complex Event nominal may be preceded by an indefinite determiner:

(9) *Os jornalistas estavam a assistir a uma destruiç o da ponte, quando a bomba caiu.* (Brito & Oliveira 1997: 60)

'The journalists were watching a/one destruction of the bridge, when the bomb fell.'

(v) The combination with a demonstrative with a contrastive effect is also possible:

(10) *Os jornalistas estavam a assistir a essa destruição da ponte, quando a bomba caiu.* (Brito & Oliveira 1997: 61)  
'The journalists were watching that destruction of the bridge, when the bomb fell.'

(vi) Certain nominalizations can combine with a genitive representing the agent, even when they have an event interpretation:

(11) *Ik heb alle uitvoeringen van Youri Egorov van het Schumann-programma bijgewoond.* (Van Hout 1991 for Dutch)  
'I have attended all of Youri Egorov's performances of the Schumann program.'

Third, what may be RNs on the basis of criterion (i) and (vi) in Table 1, may also be interpreted as a CEN. Brito & Oliveira (1997) show, for Portuguese, that a result noun (as evidenced by the type of predicate) may even be combined with a *by*-phrase expressing the agent (12) and can be used in control constructions (13). This means that such examples may also be interpreted as CENs.

(12) *A análise do texto pelo aluno enriqueceu o conhecimento dos colegas.*  
'The analysis of the text by the students enlarged the knowledge of the colleagues.'

(13) *A construção do campo de jogos para entreter as crianças trouxe benefícios para a comunidade.*  
'The building of the playground to entertain the children benefited the community.'

Fourth, Meinschaefter (2016) observes that "one implication of Grimshaw's hypothesis, at least under its original formulation, is that event-denoting, argument-taking deverbal nouns may be derived only from predicates disposing of an external argument, such as causative verbs like *destroy*, but not from

others, such as certain psychological verbs and unaccusative verbs (Grimshaw 1990:120–123)". According to Picallo (1991), however, unaccusative nominals are ambiguous between a CEN and a RN reading, and may take an argument both in the event and in the result interpretation, as she shows for Catalan:

- (14) *la desaparici d'en Joan*  
'the disappearance of John'

Meinschaefter (2003) assumes that participants realized with nominalizations of psych verb (in French) are arguments. She relates the realization of the arguments, such as the form of the introducing preposition, to the semantic role of the argument with respect to the base verb (subject experiencer or object experiencer) and the aspectual properties of the base verb. Since subject experiencer (ES) verbs have a stative interpretation, their subject is expressed by an 'of'-phrase and their object by a 'for'-phrase:

- (15) *l'admiration du lecteur pour ce livre*  
'the admiration of the reader for this book'

Some object experiencer (EO) verbs are non-stative and atelic. With nominalizations, their semantic participants are expressed by 'of'-phrases:

- (16) a. *La fascination de l'auditoire tait facile.*  
'The fascination of the audience was easy.'  
b. *La fascination de l'orateur m'a surpris.*  
'The fascination of the speaker surprised me.'

Other EO verbs are non-stative and telic. With nominalizations, only one of the semantic participants can be realized as an 'of'-phrase. The other one is realized as a 'by'-phrase:

- (17) a. *la d'ception de la jeune fille*  
'the deception of the young girl'  
b. *la d'ception par le Gault Millau*  
'the deception by the Gault Millau'



In Grimshaw's (1990) view, zero nouns, i.e., deverbal nouns without a derivational suffix, are RNs and not CENs. This view is also defended by Borer for English (2003, 2013). It is contested, however, by Iordăchioaia (2020), as presented in the next section.

### 3. Zero Nouns in English

Borer (2003) shows that  $V \rightarrow N$  conversions in English such as nouns like *drive*, *walk*, *break*, as in (18), cannot be combined with complements. She argues therefore that they are RNs (which also include SENs in Borer's analysis) and not CENs:

- (18) a. \**the / John's drive of this car*  
b. \**the / Mary's walk of this dog*  
c. \**the / Kim's break of the vase*

In a footnote (fn. 13) Borer (2003) observes that the generalization that  $V \rightarrow N$  nominals can only function as result nouns has some counterexamples. She notes that there are at least some speakers who reject (19a-c), but that others find them acceptable. As we have seen in the previous section, the use of adjectives like *constant* and *frequent* without a plural, theta-assignment, aspectual modifiers and *by*-phrases as arguments are diagnostics used by Grimshaw (1990) to distinguish CENs from RNs. They are used by Borer as well.

- (19) a. *my constant change of mentors from 1992-1997*  
b. *the frequent release of the prisoners by the governor*  
c. *the frequent use of sharp tools by underage children*

Based on work by Harley (2009) and Newmeyer (2009), Borer (2013: 331) enumerates a longer list of deverbal CENs in English:

- (20) *change, exchange, release, use, misuse, abuse, murder, discharge, endeavor, consent, resolve, descent, ascent, decline, collapse, rape*

The list given by Borer (2013) in (20) contains verbs such as *change*, *release*, and *use*, illustrated in (19). In Borer's Exo-Skeletal model (2003, 2013) cases such as these cannot be accounted for, because this model does not allow for zero suffixes. Borer observes that the list is rather small and that verbs as those in (20) are rather exceptional in English.

Contrary to Borer, lordăchioaia (2020) shows that  $V \rightarrow N$  conversions are much more common in English than thought. The goal of her paper is to find out which zero nouns may realize argument structure and what exactly, in the lexical semantics of their base verbs, allows CEN-formation (called Argument Structure Noun-formation by lordăchioaia). Based on the entries in the Oxford English Dictionary (OED) and on an extensive corpus research, lordăchioaia argues that many deverbal nouns in English are CENs: they occur with arguments, adjectives like *frequent* or *constant*, or with predicates expressing an event, like *witness*, or with aspectual verbs such as *resume*, *begin* and *stop*. She shows that the verbs on which the zero nouns are based are change-of-state verbs, causative or inchoative:

- (21) a. *Coast Gard begins controlled burn of oil in Gulf.*  
 b. *[he] probably witnessed their murder of his mother.*  
 c. *satellites have tracked the gradual rise of the world's ocean.*  
 d. *The oldest most experienced workers .... are beginning their gradual exit from the workforce.*

Some verbs may have both an inchoative and a causative reading:

- (22) a. *what I think will ultimately lead to a complete crash of the US economy.*  
 b. *investigated the deliberate crash of a Germanwings passenger jet into a mountainside.*

lordăchioaia observes that appropriate contexts may enforce CEN readings for some speakers (cf. Roy & Soare's remark with respect to example (5) in the previous section).

For nominalizations of psych verbs, lordăchioaia assumes that zero nouns built on both types of psych verbs, subject and object experiencer verbs, do not represent CENs. She argues that both are stative. Therefore, she

assumes, like Grimshaw (1990) that they only realize semantic arguments of the base, which for the derived zero nouns act as modifiers, since event structure is absent.

In the next section, I discuss some previous research on zero nouns in French.

#### 4. Previous research on zero nouns in French

There is not much literature on zero nouns in French. Either they are discussed together with other types of nominalizations or they are excluded from such discussions. In this section I will present some of this literature.

There are two types of zero nouns in French: masculine and feminine zero nouns. Kerleroux gives the following examples of the masculine ones in (23) and the feminine ones in (24). The nouns in (23a) are derived from the *-er* conjugation class, those in (23b) from the *-ir* class (with a diphthong in the nouns), and those in (23c) from the *-re* class of verbs. Kerleroux classifies the nouns in (23a-c) and (24a) as having a stem common to inflexion and derivation. She categorizes the nouns in (23d) as being formed on an “extra stem”. She observes that the masculine ones (in 23a) are unproductive since the 17<sup>th</sup> century.

- (23) a. *change* ‘change’, *legs* ‘bequest’, *rabais* ‘discount’, *rebut* ‘waste’, *progr s* ‘progress’, *trot* ‘trot’, *port* ‘wearing, carrying’, *accord* ‘agreement’, *encart* ‘insert’, *don* ‘gift’ *abandon* ‘abandonment’, *pardon* ‘foregiveness’, *regret* ‘regret’  
b. *maintien* ‘conservation’, *soutien* ‘support’  
c. *d bat* ‘debate’, *bat* ‘frolic’, *rabat* ‘flap’, *combat* ‘fight’  
d. *insert* ‘insert’, *tact* ‘tact’, *tract* ‘flyer’, *abstract* ‘abstract’, *concept* ‘concept’, *percept* ‘percept’, *attribut* ‘attribute’, *institut* ‘institution’, *substitut* ‘substitute’
- (24) *attaque* ‘attack’, *coute* ‘listening’, *annonce* ‘announcement’, *commande* ‘order’, *baisse* ‘decrease’, *donne* ‘dealing’, *rel che* ‘break’, *nage* ‘swimming’

Kerleroux classifies zero nouns as in (23-24) as cases of “conversion”, i.e. deverbal nouns without overt nominal suffixation. It has been observed by Tribout (2010, 2015) that in verb / noun pairs the direction of conversion is difficult to determine (see also Knittel 2015). Tribout argues that we cannot trust “first attestation” dates in dictionaries to determine the direction of derivation. Semantic criteria may not be helpful either. Although for instrument nouns such as *scie* ‘saw’ it has been argued that they form the base for the verb *scier* ‘saw’ (following Marchand 1964 for English), it has also been argued that the instrumental noun has been derived from the verb (Corbin 1987). Tribout shows that presumed N → V conversions and V → N conversions belong to more or less the same semantic classes, such as action, result, location or instrument. For instance, the presumed N → V conversion *plumard(er)* ‘to put in a bed’ and the presumed V → N conversion *d charge* ‘garbage dump’ both have a locative meaning. For this reason, “converted” nouns are not always taken into account in studies on underived event nouns (Huyghe et al. 2017). Fradin (2014) excludes them from his study on event nouns because they do not always have an eventive meaning, as also shown by Tribout. They are also excluded by Missud, Amsili & Villoing (2020) in an automatic search for event noun forming suffixes in a massive web corpus, to determine their frequency. The authors note, however, that they should be included in follow-up research.

There are also studies in which masculine deverbal zero nouns are studied as a category. Although according to Grimshaw (1990) and Borer (2003, 2013) zero nouns in English are result nouns and therefore do not have argument structure, for French it has been assumed, just as Lordăchioaia (2020) does for English, that they are event nouns and do have argument structure. Zwanenburg (1988: 395-399), for instance, treats the zero noun *accord* ‘agreement’ as a CEN, provided with argument structure, just like the nouns *bavardage* ‘chatting’, *arrestation* ‘arrest’, *armement* ‘armament’ and *ouverture* ‘opening’. The most productive suffixes for forming event nouns are *-ion*, *-age* and *-ment*, according to Fradin (2014) and Missud et al. (2020).

Kerleroux gives the following examples for zero derived nouns:

- (25) a. *Le maintien des frontières de la République est un devoir sacré.*  
'Maintaining the borders of the Republic is a sacred duty.'
- b. *Le port constant du casque lui avait occasionné une légère tonsure.*  
'The constant wearing of a helmet had given him a slight tonsure.'
- c. *Le transport trop fréquent de ces dessins a causé de graves dommages.*  
'The too frequent transport of these designs has caused serious damage.'
- d. *Le récit de ses malheurs lui avait pris deux jours.*  
'Telling his misfortunes took him two days.'
- e. *La baisse du prix du pétrole a eu lieu au plus mauvais moment.*  
'The drop in the oil price came at the worst moment.'
- f. *L'attaque de la diligence a eu lieu dans la forêt.*  
'The attack on the stagecoach took place in the forest.'
- g. *L'annonce de sa mort a eu lieu hier midi.*  
'The announcement of his death took place yesterday at noon.'

Knittel (2015) argues that the dynamic character of zero nouns can be shown by the combination with expressions that denote the progression of an action. She therefore analyzes the noun *vol* 'flight' as a CEN (see also Corbin 1987, according to whom the noun *vol* means 'the action of flying').

- (26) *en plein vol*  
'in full flight'

Knittel (2011) gives an example for the zero noun *vol* in the interpretation of 'theft', which she classifies as an achievement (Vendler 1967):

- (27) *Le vol du tableau s'est produit minuit.*  
'The theft of the painting occurred at midnight.'

In scholarly work on deverbal nominalizations it is often shown that they can have a result reading besides an eventive interpretation (see, e.g., Meinschafer 2016). As Tribout (2015) shows, zero nouns can also have an agentive interpretation (*clair* 'something that lights'), a patient interpretation (*transplant* 'transplant'), an instrumental interpretation (*réveil* 'alarm clock') and a locative interpretation (*décharge* 'garbage dump'). This shows that

deverbal nominalizations can also have an entity interpretation.

It has also to be remarked that nouns with arguably are not deverbal may apparently have argument structure. This is shown for French (simple) event nouns by Huyghe et al. (2017). In (28a) the complement is an agent, in (28b) it is a patient and in (28c) it is an experiencer:

- (28) a. *le crime de Pierre*  
          ‘Pierre’s crime’  
      b. *le rapt de la jeune fille*  
          ‘the abduction of the young girl’  
      c. *la transe du shaman*  
          ‘the shaman’s trance’

What this literature review shows us is, first, that there are two types of (deverbal) zero nouns, masculine and feminine, and that from the largest class of verbs in French, the verbs ending in *-er*, masculine zero nouns are apparently not derived anymore. Second, the direction of derivation is not always clear. Third, (deverbal) zero nouns may have different meanings. They can be polysemous and have an event and a result interpretation, but they can also have entity interpretations. Fourth, (simple) event nouns may seemingly take arguments as well.

In the next section I will show some results of a dictionary and corpus research that I effectuated on zero nouns in French. I focused on masculine zero nouns related to verbs. The goal of this exploratory study is, as in Iordăchioaia’s (2020) research, to investigate their occurrence in French and to characterize them.

## 5. A corpus research on zero nouns in French

In this subsection I present the results of my corpus research on deverbal zero nouns in French. I start with the methodology, after which the results are presented.

### 5.1. Methodology

As has been observed in the previous subsection, in researches on deverbal zero nouns in French feminine and masculine nouns are often not discriminated. It could, however, be the case that they are not formed in the same way. Kerleroux (2005) remarks that in masculine zero nouns the final consonant of the verbal base is often not pronounced, as for instance, in *port* ([pɔʁ]) in (23a) and (25b) and that there is nasalization of the vowel preceding the final nasal consonant, as in *pardon* ([paʁdɔ̃]) in (23a). The feminine nouns in (24) all end in a schwa. The presence of the schwa makes that the final consonant of the verbal base is pronounced: *coute* ([ekut]). Furthermore, there is no nasalization of the final vowel of the verbal base: *donne* ([dɔn]). This suggests that the feminine forms are not really zero-derived, but that the schwa is a derivational suffix added to the verbal base, and that only the masculine forms are zero-derived nouns.

To select a corpus of masculine zero nouns in French, I made use of the online dictionary Le Petit Robert. With the help of the advanced search option, I listed all masculine nouns present in the dictionary. Out of these 19,006 masculine nouns all non-derived ones were subsequently selected that have the form of the base of a related verb that is also present in the dictionary. All archaic, technical and regional forms were not included in the corpus. I also discarded most nouns that, according to the etymological description in the dictionary, are not derived from verbs, but that were borrowed as a noun from, e.g., Latin.

For all nouns I searched for examples in Le Petit Robert, in the online dictionary Le Robert Dico en Ligne, and in the electronic database Frantext, searching only in the corpus of French texts of the twentieth and twenty-first centuries. For the nouns that were integrated in the 21<sup>st</sup> century into the Petit Robert dictionary, I searched for examples in Google.

To determine if a noun may have a CEN interpretation, I made use of the criteria presented in Sections 2 and 3, viz. the possibility of the combination with argument structure, the possible combination with a predicate that takes events as its arguments, and the possible combination with a modifier signaling the eventive interpretation of the deverbal noun. However, in Section 2 we saw that Grimshaw's criteria do not always properly distinguish

between CENs, RNs and SENs. Furthermore, we saw in Section 2 that some categories, although they may have an eventive interpretation, are excluded by the criteria. Therefore, I made use of an additional criterion, which is the possibility to replace the nominalization by a nominalized infinitive, which in modern French is only still present as a lexicalized noun, but which is still present in other European languages (Sleeman 2010; Alexiadou, lordăchioaia & Schäfer 2011), an English gerundive or a deverbal noun introduced by the prefix *ge-* in German or Dutch (*het gezang* ‘the singing’) for nouns derived from atelic verbs. By doing so I also included nouns derived from unaccusative verbs and nouns derived from psych verbs.

In this way many of the examples given in the previous section were discarded as being result nouns (RNs), simple event nouns (SENs) or entity nouns. In this way I discarded all feminine nouns in (24) and (25e-g). All nouns in (23d) were not included because according to the etymological description in *Le Petit Robert* they have been based on a Latin noun. Furthermore, they function as RNs or entities, but not as CENs. The nouns *legs*, *rabais*, *rebut* are not described as events in *Le Petit Robert*. For *progr s* the interpretation ‘action of’ is archaic and for *soutien* it is rare according to the dictionary. These five nouns seem to be RNs rather than CENs. For *legs*, *Frantext* offers an example with a complement (*acceptant le legs de ses tristesses* ‘accepting the bequest of his sorrow’), but in combination with the verb *accepter* it is difficult to replace *le legs* by a nominalized infinitive or a gerund. Although for *progr s* it may be argued that it is related to the verb *progresser*, the same reasoning as for *legs* may be applied. Furthermore, according to *Le Petit Robert*, *progresser* has been derived from *progr s*, which may indeed be the case, because *progresser* has as its synonym *faire du progr s* ‘make progress’. The deverbal nouns in (25a-d), which have a clear argument structure, were all included, as well as the noun *vol*, in (26-27), in both of its interpretations. The noun *crime* in (28a) is not deverbal. The noun *transe* in (28c) is a feminine noun. The noun *rapt* in (28b), although it seems to take a complement, was not included because it was borrowed as a noun from Latin, making the derivation from a French verb difficult to establish. The results are presented and analyzed in the following subsection.



## 5.2 Results

The final list contains exactly 198 nouns, which I classify as CENs, in at least one of their uses. The graph in Figure 1 represents the distribution of the data over the centuries, expressed in percentages.

FIGURE 1: *distribution of masculine deverbal zero nouns in French in percentages over centuries*

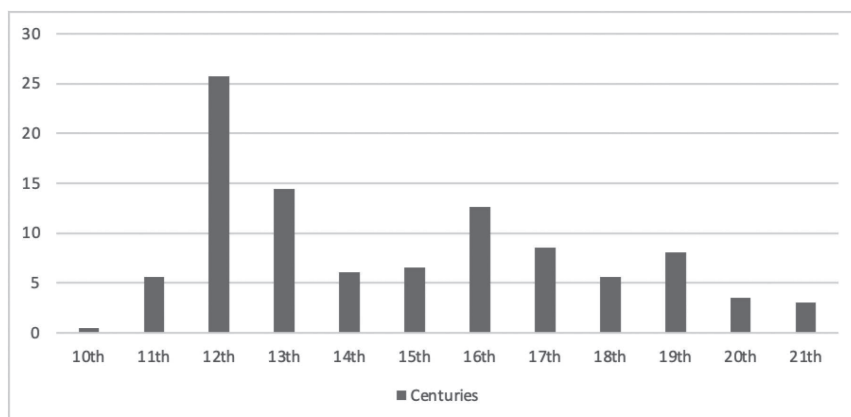


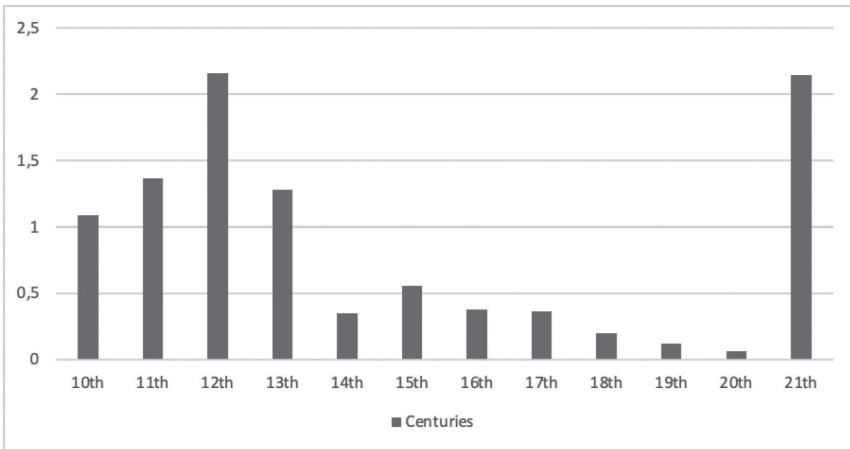
Figure 1 shows that most masculine deverbal zero nouns present in the French electronic dictionary *Le Petit Robert* were first attested in the medieval period, i.e. the Old French period, especially until the 13<sup>th</sup> century. After that period, their productivity decreased, although there were several small “revivals” in the 16<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> century. In the Old French period, there were several other mechanisms to derive deverbal nouns than zero-derived deverbal nouns, namely nominalized infinitives and nouns derived by means of an overt suffix. Like masculine zero nouns, the formation of nominalized infinitives became unproductive after the Old French period (Rochette 1988; Buridant 2008; Sleeman 2010). After that period deverbal nouns were essentially formed by overt suffixes, such as *-age*, *-ment* and *-ion*, which are still the most productive ones, according to Fradin (2014) and Missud et al. (2020).

Kerleroux (2005) observes that the masculine nouns derived from *-er* verbs are unproductive since the 17<sup>th</sup> century. My data show do not show

this. In fact, it is the reverse: whereas zero nouns continue to be derived from *-er* verbs after 1600, there are no nouns derived from *-ir*, *-re* or *-oir* verbs after 1600 in my corpus.

If we take into account the total numbers of words that were first attested per century in the dictionary, the relatively highest percentage of first attestations of zero-derived nouns is again in the 12<sup>th</sup> century.

*FIGURE 2: percentage of masculine deverbal zero nouns in French over total number of first attestations of words per century in the Petit Robert*



What Figure 2 shows is that related to the total number of first attestations of words per century, the Old French period, that is the period until 1300, was indeed the most productive period for the formation of zero-derived CENs, and that after the 17<sup>th</sup> century it becomes less productive, showing that Kerleroux' observation holds for all masculine zero nouns. Since Kerleroux' paper was published in 2005, data about the 21<sup>th</sup> century were still largely lacking. However, my data reveal that there seems to be a revival of zero-derived CENs in the 21<sup>th</sup> century. The reason for this will become clear in the classification of the data according to the morphosyntactic type of zero-derived CENs.

As in Lordăchioaia's (2020) results on English zero-derived nouns, the French zero-derived CENs can be divided into nouns derived from transitive

verbs (29) and nouns derived from intransitive verbs. The intransitive verbs contain both unergative verbs (30) and unaccusative verbs (31). The inchoative verbs in (31) also contain reflexive verbs (31c). Contrary to Lordăchioaia's data, my results do not contain a majority of nouns derived from causative and inchoative verbs.

- (29) a. *l'emploi fr* quent de -ζ- *par les auteurs grecs*  
'the frequent use of -ζ- by the Greek authors'  
b. *poursuit le* massacre *de millions d'hommes*  
'continues the slaughter of millions of men'  
c. *leur* effort *continu de monter plus haut sur les villes*  
'their continuous effort to climb higher on the cities'
- (30) a. *le* chant *continu des cigales*  
'the continuous singing of crickets'  
b. *reproduisant le moindre bruit: le* saut *d'un criquet, le* trot *d'une souris, le glissement d'une vip* *re*  
'reproducing the slightest noise: the jump of a cricket, the trot of a mouse, the slithering of a viper'  
c. *Kment tressaille au* sursaut *et au* cri *du dormeur.*  
'Kment trembles when the sleeping man jumps up and shouts.'
- (31) a. *On assiste au* retour *pur et simple de l'id* *ologie concurrentielle.*  
'We are witnessing the pure and simple return of the competitive ideology.'  
b. *admirant sur la plaine en feu le* d clin *brusque de la jour* *ne*  
'admiring on the plain on fire the sudden decline of the day'  
c. *Mais la fin de ce m* *me si* *cle verra le* discr dit *graduel, dans le monde savant, de l'alchimie traditionnelle.*  
'But the end of this same century will see the gradual falling into discredit, in the scientific world, of traditional alchemy.'

I included also deverbal zero nouns derived from psych verbs. They include nouns derived from both subject experiencer verbs and object experiencer verbs:

- (32) a. *sa passion de jouir du pr<sup>s</sup>ent et son d<sup>is</sup>dain de l'avenir*  
'his passion for enjoying the present and his disdain for the future'
- b. ... *et chaque soir, en me couchant, encore sous le charme de la repr<sup>s</sup>entation laquelle je venais d'assister*  
'... and every evening, when I went to bed, still under the spell of the performance that I had just attended'

The corpus also contains prefixed deverbal zero nouns, among which the nouns formed with the prefix *non-* or *re-*:

- (33) a. ... *d noncer "les actes douteux" que ce soit le non-respect du code de la route par un camarade v<sup>o</sup>lo ou le vol l' talage...*  
'... denounce "dubious acts" whether it is non-compliance with the highway code by a friend on a bicycle or shoplifting...'
- b. *avant d'avoir proc<sup>é</sup>dé à un r<sup>e</sup>examen syst<sup>é</sup>matique de mes vues sur son sujet*  
'before having proceeded to a systematic reexamination of my ideas on this subject'

There are also zero nouns of which the deverbal nature is not immediately apparent. These are nouns formed by reduplication, among which onomatopoeia, which are often used in child language and child addressed speech. These have, however, been derived from verbs or from the verb *faire* 'make' + sound expressing the onomatopoeia and they can be interpreted as CENs:

- (34) a. *Quand le clic-clac de l'interrupteur et des pas de la gardienne permet enfin de remonter la surface...*  
'When the click-clack of the switch and the guardian's footsteps finally makes it possible to rise again to the surface...'
- b. *Un silence poignant r<sup>é</sup>gnait dans la salle myst<sup>é</sup>rieuse, que troublait, seul, le glou-glou frais de la fontaine.*  
'A poignant silence reigned in the mysterious room, disturbed only by the cool gurgling of the fountain.'

There are also reduplications forming masculine zero nouns in my corpus that cannot be related directly to verbs, but which can be replaced by a verb, such as in the following examples:

- (35) a. *Pour y offrir des dentelles y renonce même au fric-frac...*  
'To offer her lace he even gives up the break-ins...'  
b. *Un peu plus tard on entendit le coïn-coïn d'une trompe*  
'a little later we heard the honking of a French horn'  
c. *Et le tam-tam fou de mon coeur qui me tenait veillé de longues nuits.*  
'And the accelerated beating of my heart that kept me awake for long nights.'

Starting in the 19<sup>th</sup> century, deverbal masculine zero nouns in French can also be derived from loan words, most often English verbs:

- (36) a. *l'abaissement des tarifs provoque le "rush" de la client* le  
'the lowering of prices causes the "rush" of customers'  
b. *Après l'exit des girls l'orchestre reprend...*  
'after the girls' exit the orchestra resumes...'

In the 21<sup>st</sup> century, the zero-derivation of masculine nouns from English verbs or verb forms is almost the only means to derive non-suffixed deverbal nouns in French. The only other noun in my corpus is formed by reduplication, as in (37d), which is an underived form, like the English infinitive. The reduplication *dodo* is based on the verb *dormir* 'to sleep', and can be used with the verb *faire* 'do' in this meaning.

- (37) a. *et vous aider faciliter le scroll sans fin*  
'and help you facilitate the endless scrolling'  
b. *permettre le podcast de toutes les missions*  
'allow podcasting of all shows'  
c. *un accord permettant le replay des films*  
'an agreement permitting replaying films'  
d. *... le cododo ou co-sleeping fait un retour en force.*  
'... co-sleeping is making a come-back'

After the presentation of the results, we will turn to a short discussion in the next section.

## 6. Discussion

In the previous section we have seen that although the number of deverbal masculine zero nouns in French in the 21<sup>st</sup> century is still small, relatively its percentage is as high already as in the 13<sup>th</sup> century. While the nouns are not productively formed from transitive and intransitive French verbs, two new forms of derivation have emerged: reduplication (essentially based on verbs and essentially consisting of onomatopoeia) and in the 21<sup>st</sup> century especially zero-derivation from an English verb (generally an infinitive). With these results the two research questions of this paper are answered: is masculine deverbal zero-derivation still productive in French and what are the morphosyntactic categories of the bases? It seems that there is a revival of the formation of zero nouns. The fact that their bases are loan words or reduplications seems to favor their masculine gender.

It was not always easy to determine if a noun could be included in the corpus or not. They were included if they seemed to be a CEN according to the criteria that I used to identify them in the database that I consulted. Besides the criteria presented in Sections 2 and 3 I checked if the translation by a nominalized infinitive, a gerund or a deverbal noun with the prefix *ge-* (as in German or Dutch) was possible. This extra criterion gave me a clearer indication of the CEN interpretation than Grimshaw's criteria. It has made that I also included nouns in my corpus on the basis of uses that have been qualified by Sleeman & Brito (2010a,b) as mixed. Non-derived deverbal nouns provide additional support for their claim that there is no strict dichotomy between CENs and RNs.

In my corpus I have also included zero nouns derived from unaccusative verbs and psych verbs. This means that I consider their semantic participants to be arguments, and that therefore the zero nouns in my corpus can all be considered to be Argument Structure nouns, a notion that has also been used in the literature instead of CENs. This implies that in my analysis a genitive phrase or a possessive adjective may be interpreted as an external

argument (agent, experiencer, source) rather than as a possessor, that is as a semantic participant only without argument status.

This is an exploratory study. More research is needed to check the number of occurrences in French and verify if they really have argument structure in at least one of their interpretations.

## 7. Conclusion

The goal of this paper was to verify if the formation of masculine zero-derived nouns in French is still productive, and if it is, in what form. I hope to have shown that, although this type of nouns apparently “retired”, its formation is still productive, although in a different form. Its most productive forms are based on reduplications, among which onomatopoeia, also present in child language and child addressed speech, and especially on English, creating word forms that are a mix of Romance and Germanic.

Based on Sleeman & Brito (2010a,b) and Meinschaefer (2003) and because of the fact that I allowed English verbs and reduplications as bases, I have been rather liberal with respect to the inclusion of zero-derived nouns within the group of CENs, which may be subject to discussion. This is an exploratory study, which means that a broader investigation is needed to verify the results of this paper. I leave this for future research.

## REFERENCES

- Alexiadou, A. 2020. D vs. n nominalizations within and across languages. In: A. Alexiadou & H. Borer (Eds.). *Nominalization: 50 years on from Chomsky’s remarks*. Oxford: Oxford University Press, 87-109.
- Alexiadou, A. & Borer, H. 2020. Introduction. In: A. Alexiadou & H. Borer (Eds.). *Nominalization: 50 years on from Chomsky’s remarks*. Oxford: Oxford University Press, 1-23.
- Alexiadou, A., Iordăchioaia, G. & Schäfer, F. 2011. Scaling the variation in Romance and Germanic nominalizations. In: P. Sleeman & H. Perridon (Eds.). *The noun phrase in Romance and Germanic: Structure, variation and change*. Amsterdam &

- Philadelphia: John Benjamins, 25-40.
- Base textuelle Frantext, ATILF – CNRS & University of Lorraine.
- Borer, H. 2003. Endo-skeletal versus exo-skeletal explanations: syntactic projections and the lexicon. In: J. Moore & M. Polinsky (Eds.). *Explanation in linguistic theory*. Stanford: CSLI publications, 31-67.
- Borer, H. 2013. *Taking form*. Oxford: Oxford University Press.
- Brito, A. M. & Oliveira, F. 1997. Nominalization, aspect and argument structure. In: G. Matos, I. Miguel, I. Duarte & I. Faria (Eds.). *Interfaces in linguistic theory*. Lisbon: APL/Colibri, 57-80.
- Buridant, C. 2008. *La substantivation de l'infinitif en français: Etude historique* [The nominalization of the infinitive in French: Historical study]. Paris: Honoré Champion.
- Chomsky, N. 1965. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N. 1970. Remarks on nominalizations. In: R.A. Jacobs & P.S. Rosenbaum (Eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham, MA: Ginn, 184-221.
- Corbin, D. 1987. *Morphologie d'origine rivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Niemeyer.
- Fradin, B. 2014. La variante et le double. In: F. Villoing, S. David & S. Leroy (Eds.). *Foisonnements morphologiques. études en hommage Françoise Kerleroux*. Presses Universitaires de Paris Ouest, 109-147.
- Grimshaw, J. 1990. *Argument structure*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Harley, H. 2009. The morphology of nominalizations and the syntax of vP. In: A. Giannakidou & M. Rathert (Eds.). *Quantification, definiteness and nominalization*. Oxford: Oxford University Press, 321-343.
- Hout, A. van. 1991. Deverbal nominalization, object versus event denoting nominals: implications for argument and event structure. *Linguistics in the Netherlands* 8: 71-80.
- Huyghe, R., Barque, L., Haas, P. & Tribout, D. 2017. The semantics of underived event nouns in French. *Italian Journal of Linguistics* 29(1): 117-142.
- Iordăchioaia, G. 2020. Categorization and nominalization in zero nominals. In: A. Alexiadou & H. Borer (Eds.). *Nominalization: 50 years on from Chomsky's remarks*. Oxford: Oxford University Press, 231-253.
- Kerleroux, F. 2007. On a subclass of non-affixed deverbal nouns in French. In: G. Booij, L. Ducceschi, B. Fradin, E. Guevara & A. Ralli (Eds.). *On-line proceedings of the fifth Mediterranean Morphology Meeting (MMM5)*, 93-103.
- Knittel, M.-L. 2011. French event nominals and number-inflection. *Recherches*



- Linguistiques de Vincennes* 40: 27-148.
- Knittel, M.-L. 2015. Les nominalisations: un état des lieux. *Le Français Moderne* 2015(1) [special issue: *Nominalisations*]: 3-17.
- Lees, R. 1960. *The grammar of English nominalizations*. Bloomington: Indiana University.
- Le Petit Robert électronique, 2021 edition. Editions Le Robert.
- Le Robert dico en ligne. 2021. Editions Le Robert.
- Marchand, H. 1964. A set of criteria for the establishing of derivational relationship between words unmarked by derivational morphemes. *Indogermanische Forschungen* 69: 10-19.
- Meinschaefer, J. 2003. Nominalizations of French psychological verbs. Syntactic complements and semantic participants. In: J. Quer, J. Schroten, M. Scorretti, P. Sleeman & E. Verheugd (Eds.). *Selected papers from Going Romance 2001*. Amsterdam: Benjamins, 235-250.
- Meinschaefer, J. 2016. Nominalizations. In: S. Fischer & C. Gabriel (Eds.). *Manuel of grammatical interfaces in Romance*. Berlin: Walter de Gruyter, 391-417.
- Missud, A., Amsili, P. & Villoing, F. 2020. VerNom: une base de paires morphologiques acquise sur très gros corpus. *Proceedings of the 6th joined conference of JEP, TALN and R CITAL, Nancy, 8-19 June 2020*.
- Newmeyer, F. J. 2009. Current challenges to the lexicalist hypothesis: an overview and critique. In: W. Lewis, S. Karimi, S.O. Farrar & H. Harley (Eds.). *Time and again*. Amsterdam: John Benjamins, 91-117.
- Picallo, C. 1991. Nominals and nominalizations in Catalan. *Probus* 3: 279-316.
- Rochette, A. 1988. Réseau de corrélations: sujet nul, montée et placement des clitiques et le caractère nominal des infinitives (Network of correlations : null subject, raising and clitic placement and the nominal character of infinitives). *Revue Quibcoise de Linguistique Théorique et Appliquée* 7(3): 175-192.
- Roy, I. & Soare, E. 2013. Event related nominalizations. In: G. Iordăchioaia, I. Roy & K. Takamine (Eds.). *Categorization and category change*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 123-152.
- Sleeman, P. 2010. The nominalized infinitive in French: Structure and change. *Linguistica: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* 5: 145-173.
- Sleeman, P. To appear. Mixed nominalizations. To appear as chapter 42 in: P. Ackema, S. Bendjaballah, E. Bonet & A. Fábregas. *Wiley Blackwell companion to morphology*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Sleeman, P. & Brito, A. M. 2010a. Nominalization, event, aspect, and argument structure:

- A syntactic approach. In: M. Duguine, S. Huidobro & N. Madariaga (Eds.). *Argument structure from a crosslinguistic perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 113-129.
- Sleeman, P. & Brito, A. M. 2010b. Aspect and argument structure of deverbal nominalizations. In: A. Alexiadou & M. Rathert (Eds.). *The Syntax of nominalizations across languages and frameworks*. Berlin: Mouton de Gruyter, 199-217.
- Tribout, D. 2010. Les conversions de nom à verbe et de verbe à nom en français. PhD Dissertation, University of Paris Diderot – Paris 7.
- Tribout, D. 2015. Problèmes de compositionnalité en morphologie dérivationnelle: le cas de conversion. *Verbum* 37(2): 235-255.
- Vendler, Z. 1967. *Linguistics in philosophy*. Ithaca (NY): Cornell University Press.
- Zwanenburg, W. 1988. Morphological structure and level ordering. In: M. Everaert, A. Evers, R. Huybregts & M. Trommelen (Eds.). *Morphology and modularity. In honour of Henk Schultink*. Dordrecht: Foris, 395-410.

# Ensinar gramática Percurso que se cria, caminhos que se trilham<sup>1</sup>

Sónia Valente Rodrigues  
srodrigues@letras.up.pt

*Faculdade de Letras – Universidade do Porto (Portugal)*

Filomena Viegas  
filomena.viegas@app.pt

*Associação de Professores de Português (Portugal)*

Carmo Oliveira  
carmooliveira@ae-aureliadesousa.com

*Agrupamento de Escolas Aurélia de Sousa (Portugal)*

## ABSTRACT.

This article has as framework the inductive approach to grammar teaching, in which the students are expected to discover and to recognize grammar rules through data observation, detection of regularities and generalization. It is based on Ana Maria Brito's works in which grammar learning is viewed as "discovery learning".

In the first part, the author's body of work on this subject is revisited, in order to create an unified suggestion of grammar teaching. In a second part, a teaching sequence plan is presented: based on grammar teaching as reflective activity, it shows a consistent and articulated development of learner's syntactic knowledge from early ages, namely from the 1st cycle of basic education.

## KEYWORDS.

Grammar didactics; discovery learning; reflective activity; explicit knowledge of language, syntax.

## RESUMO.

Este artigo tem como quadro teórico a abordagem indutiva de ensino da gramática, através da qual os alunos descobrem e reconhecem princípios gramaticais por meio da observação de dados, da deteção de regularidades e da generalização. Parte dos trabalhos de Ana Maria Brito em que o ensino da gramática é perspectivado como "aprendizagem pela descoberta".

Na primeira parte, revisitam-se os trabalhos da autora sobre este assunto, de modo

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelo Centro de Logística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

a construir uma fundamentação de uma proposta unificada de ensino da gramática. Na segunda parte, apresenta-se uma planificação de uma sequência didática: baseada no ensino da gramática como atividade reflexiva, a proposta mostra o desenvolvimento articulado e consistente do conhecimento sintático dos alunos desde o primeiro ciclo do ensino básico.

#### PALAVRAS-CHAVE.

Didática da gramática; aprendizagem pela descoberta; atividade reflexiva; conhecimento explícito da língua; sintaxe.

#### Introdução

O presente trabalho situa-se no âmbito da didática, mais especificamente, da didática da gramática entendida como campo de conhecimento (estudo e investigação) específico e bem definido, que tem por objeto *“el complejo proceso de enseñar y aprender lenguas con el fin de mejorar las prácticas y adecuarlas a las situaciones cambiantes en que esta actividad se desarrolla”* (Camps, Guasch & Bikandi 2010: 71). De acordo com esta conceção, não existe uma distinção entre uma *“didática teórica”* e *“a didática da sala de aula”*, já que *“entre las teorías que se elaboran y las prácticas de enseñanza se establece un continuo ir y venir, en una relación dialéctica que las hace inseparables.”* (Camps 2012: 23)

Os professores, contudo, continuam a dissociar estas dimensões inseparáveis, como revela um estudo recente (Costa, Rodrigues & Sebastião 2017), que conclui que os professores entendem a didática como um campo de conhecimento *“exterior ao fazer pedagógico-didático da sala de aula”, “sem propostas de ações estratégicas de ensino flexíveis e adaptáveis aos alunos concretos das nossas escolas.”* (Costa, Rodrigues & Sebastião 2017: 825). Estudos como este justificam o investimento em ações que desenvolvam e intensifiquem áreas integradas de construção de conhecimento didático constituídas pelos professores em articulação com investigadores, como apontam as autoras, em redes colaborativas de planificação, implementação e monitorização da prática letiva. Para a conceção de uma dada sequência de aprendizagem, não basta ao professor perguntar *“Como que vou organizar a apresentação deste conteúdo de modo a ser claro e perceptível?”*, como refere Roldão (2009: 157). Para conseguir que os alunos concretos de um professor desenvolvam

as aprendizagens desejadas em relação a um determinado conteúdo, é necessário dar resposta a um conjunto de condições, como propõe Roldão (2009:157), tais como: (i) que estratégia ou linha de atuação seguir?; (ii) Com que tarefas?; (iii) Com que recursos?; (iv) Com que passos?.

O objetivo do presente trabalho é mostrar como estratégias sugeridas por linguistas no âmbito de reflexões sobre o ensino da gramática nos ensinamentos básico e secundário constituem linhas de atuação flexíveis e facilmente adaptáveis aos alunos concretos das nossas escolas. De facto, nos últimos quarenta anos, têm surgido da parte de linguistas contributos didáticos relevantes sob a forma de reflexões que equacionam questões fulcrais como: (i) o que aprender em gramática?; (ii) porquê e para quê aprender gramática na escola? Além disso, têm sido também sugeridas estratégias<sup>2</sup> consideradas apropriadas às finalidades educativas almejadas. Nos contributos dos linguistas para a didática, a estratégia predominantemente sugerida é a de um ensino da gramática como processo em que os alunos realizam atividades metalinguísticas, potenciadoras de reflexão a partir de dados linguísticos. Esta estratégia, comprovadamente exequível<sup>3</sup>, aponta linhas de atuação pedagógico-didática, mas por si só não preenche todas as condições necessárias a uma planificação completa de um percurso de trabalho. Sem dimensões fundamentais para a sua concretização (como tarefas, passos, recursos, por exemplo) dificilmente se torna prática corrente, coerente e sistemática em sala de aula e se converte em metodologias e técnicas comuns, adotadas em larga escala pelos professores, ao serviço do processo de ensino-aprendizagem da gramática.

Ana Maria Brito integra o grupo de linguistas portugueses que tem defendido um ensino da gramática orientado por princípios da reflexão metalinguística e da descoberta orientada. Em diversas reflexões sobre o ensino da gramática, em diferentes momentos do seu percurso de linguista, indica caminhos possíveis, a partir dos quais professores-investigadores realizaram estudos baseados na sua operacionalização em sala de aula, com resultados de base empírica (Lopes 2004; Oliveira 2011; Nunes 2011;

---

<sup>2</sup> Em Rodrigues (2017) é disponibilizada informação sobre trabalhos produzidos entre a década de 80 do século XX e a primeira década do século XXI.

<sup>3</sup> Prova disso são os múltiplos relatórios de investigação-ação produzidos nas duas últimas décadas sobre ensino da gramática segundo essas propostas. O trabalho realizado por Rodrigues e Silvano (2019) mostrou a quantidade significativa de estudos baseados em aulas de ensino reflexivo de gramática.

Gomes 2012). Os resultados positivos obtidos justificam uma reavaliação das propostas originais de Ana Maria Brito. A partir de seis estudos seus (Brito 1997a, 1997b, 2006, 2011; Brito & Lopes 2001; Brito, Morgado & Oliveira 2019), serão convocados conhecimentos de pedagogia e de didática específica para a construção de uma planificação completa de seqüências de ensino reflexivo da gramática.

O trabalho está organizado em três partes: (i) sistematização dos princípios subjacentes ao ensino da gramática como atividade de reflexão metalinguística baseada na aprendizagem pela descoberta; (ii) apresentação de seis propostas didáticas formuladas por A. M. Brito; (iii) didatização de uma das propostas formuladas.

## 1. O ensino da gramática como atividade de reflexão metalinguística baseada na aprendizagem pela descoberta

### 1.1. O que aprender no âmbito da gramática?

Em Portugal, entre as décadas de 70 e 80 do século XX, começou a ser defendida a necessidade de reconfigurar a gramática como objeto de aprendizagem. Sem excluir em absoluto a dimensão normativa inerente ao ensino da língua materna, encarada numa ótica tradicional que a define como capaz de determinar aquilo que configura a correção da expressão - oral e escrita -, emerge uma perspetiva descritiva da língua. Passando, assim, a ser encarada enquanto objeto de ensino e de aprendizagem, surgem novas propostas, de que é exemplo o alargamento das aprendizagens gramaticais desejadas.

Neste sentido, Brito (1997b, 2011) propõe que o ensino da gramática envolva *“n o s uma reflex o sobre sons, palavras e frases mas tamb m sobre problemas do sentido, da construç o textual e da utilizaç o social da l ngua.”* (Brito 1997b: 58), numa *“conceç o abrangente e modular, que integra a reflex o sobre a l ngua nos seus m ltiplos aspetos, dos sons s palavras, das palavras frase, da frase ao texto.”* (Brito 2011: 168). Este alargamento inclui, portanto, duas direções.

Por um lado, alarga o âmbito dos conhecimentos dos diversos planos de descrição da língua (fonológico, morfológico, sintático, semântico,

pragmático, textual), uma vez que para Brito (1997b: 54) a gramática, enquanto objeto de ensino, “*deve incluir a descrição de vários planos ou níveis de organização da língua que podem ir desde a análise das suas unidades menores, os sons da fala, até ao estudo de unidades como os textos, de diferentes tipos, que os sujeitos falantes produzem, até à consideração da linguagem como uma forma de ação social*”. Esta conceção de ensino de gramática, fundamentada em critérios pedagógico-didáticos, configura-se em função de uma visão dinâmica, modular e integradora, que prevê “*uma correta sequencialização, pensada em função das metas a atingir em cada ciclo de ensino e adequada ao nível cognitivo dos estudantes*” (Brito 1997b: 56). A presente proposta alinha-se com uma visão integral do desenvolvimento dos alunos ao longo da escolaridade obrigatória e encontra eco em documentos curriculares, como as *Aprendizagens Essenciais de Português*, que incluem como necessárias aprendizagens gramaticais dos diversos planos, e em documentos de apoio à atividade docente, como o Dicionário Terminológico<sup>4</sup>.

Por outro lado, diz respeito a um alargamento do que é entendido como procedimento de aprendizagem a desenvolver pelos alunos. O objetivo do estudo da gramática não é a aquisição exclusiva de conhecimentos conceptuais, ou o domínio abstrato de uma terminologia gramatical, será, outrossim, “*a descoberta do conhecimento linguístico que os falantes e, neste caso, os alunos espontaneamente dominam sem ter consciência disso*” (*idem*, p. 56). É, em suma, aprender a observar, a analisar, a manipular, a interpretar (elaborar generalizações), enfim, a refletir sistematicamente e estrategicamente sobre a língua. Importa sublinhar a importância que a reflexão assume nesta perspetiva de ensino e de aprendizagem da gramática. Assumir o seu relevo permite ultrapassar uma prática didática sustentada, essencialmente, numa estratégia de ensino tradicionalmente consagrada e radicada sobretudo no recurso à memorização de saberes transmitidos, que resulta numa aprendizagem mecânica e repetitiva. Através desta prática, o aluno não se torna capaz de estabelecer e desenvolver relações entre conceitos - já adquiridos e novos -, dado que nunca se chega a apropriar dos saberes e, como consequência, não desenvolve verdadeiramente aprendizagens, não promove qualquer tipo de desenvolvimento de

---

<sup>4</sup> Dicionário Terminológico para consulta em linha: [dt.dge.mec.pt/](http://dt.dge.mec.pt/)

consciência linguística, nem promove uma utilização correta da língua quer para comunicar de forma adequada quer para organizar o pensamento, o que, previsivelmente, terá implicações negativas no comportamento social do aluno.

Por outro lado, a integração destes procedimentos didáticos na aula de língua materna vai ao encontro do que se preconiza no *Perfil dos alunos Sa da da Escolaridade Obrigatória*, quando define como área de competências-chave o raciocínio e a resolução de problemas (Martins et al 2017: 12).

## 1.2. Como ensinar gramática

A escola acolhe, todos os anos, milhares de alunos, que entram no sistema dotados de duas qualidades: uma gramática implícita, que permite a comunicação, e a chamada faculdade da linguagem, *i.e.*, a capacidade inata para a aquisição de uma língua. Assim, não será a principal função da escolarização ensinar crianças e jovens a comunicar. Contudo, a escola contempla no seu currículo, desde tempos imemoriais, no sentido mais amplo do termo, aulas de língua e de gramática. Parece, então, ser consensual e transversal a várias visões políticas de ensino que o ensino-aprendizagem da gramática é necessário. Todavia, a didática da gramática que caracteriza as salas de aula parece não ter ainda captado as necessidades dos alunos, inerentes a uma aprendizagem significativa capaz de promover uma consciência da realidade linguística, entendida como *"fascinante, de uma delicada complexidade, que passa vel de ser observada, descrita nos elementos que a constituem, e compreendida no modo regular e regulado como eles se combinam para nos permitir, no quotidiano, comunicar, agir sobre os outros, exprimir o que pensamos, inventar, criar."* (Duarte 1997: 74). Deste modo, o ensino da língua visa, sobretudo, o aperfeiçoamento *"da competência linguística, oral e escrita, dos alunos"* (Brito 2011: 168) fornecendo-lhes, simultaneamente, instrumentos e capacidades de análise que lhes permitam refletir e aprender sobre a sua língua ao longo da vida.

### 1.2.1. Um ensino reflexivo

É sabido que o método dedutivo (da regra para os exemplos) é tipicamente



dominante como forma de ensino e aprendizagem da gramática, quer nas salas de aula, quer nos materiais didáticos (manuais escolares, gramáticas pedagógicas, materiais de apoio ao estudo autónomo dos alunos). São vários os exemplos ilustrativos da sequência pela qual são apresentados os conceitos gramaticais: termo, definição, exemplificação. Em termos práticos, a dinâmica pedagógica que caracteriza de uma forma generalizada o trabalho com a gramática em sala de aula consiste na apresentação de um conceito, ou termo gramatical, que se concretiza em exemplos selecionados pelo professor, e numa subsequente bateria de exercícios, cujo objetivo é permitir a tomada de consciência do novo conceito através da repetição e da mecanização. Não só este tipo de prática não promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas de alto nível, como alguns estudos realizados para determinar o conhecimento da gramática dos alunos têm vindo a pôr em evidência a fragilidade das aprendizagens e do desenvolvimento da competência metalinguística dela resultantes (Costa 2008; Choupina, Baptista, Costa, Oliveira & Querido 2016). Tornou-se, por conseguinte, evidente a necessidade de os professores recorrerem, no ensino-aprendizagem da gramática, a uma estratégia pedagógica alternativa ao método dedutivo.

Em contraciclo a esta metodologia prevalecente, começam a ser concebidas, experimentadas e investigadas práticas de ensino baseadas no método indutivo (dos exemplos para a regra). Um conjunto de propostas que se subsumem à estratégia da aprendizagem ativa da gramática passa a ser divulgado<sup>5</sup>; em Portugal, surge com particular ênfase o *laborat rio gramatical* ou *oficina de gram tica* (Duarte 1992, 1996, 1997, 2008; Santos & Costa 1999). A prática pedagógica encerrada nestas designações consiste, essencialmente, na reflexão gramatical, assente num trabalho experimental, capaz de levar os alunos a trabalhar “a lngua, a construir e a desconstruir as frases e as sequ ncias de unidades, a observar regularidades e a formular generalizaç es sobre essas regularidades, que n o t m de ser, obviamente, as regras que os linguistas formulam sobre os mesmos tipos de dados”

---

<sup>5</sup> Como metodologias reflexivas de ensino da gramática podemos referir, por exemplo, a *pedagogia dos discursos* (Fonseca & Fonseca 1990 (1977), F. I. Fonseca 1994 e 2000b, J. Fonseca 1986 e 1988-89), as *fichas de gram tica* (Prista 1992), as *sequ ncias para aprender gram tica* (Camps, A., & Zayas, F. (coord.), 2006), a *articulaç o entre a pedagogia dos discursos e o laborat rio gramatical* (Silvano & Rodrigues 2010; Costa 2009), a *aprendizagem lingu stica ativa* (Pilati 2017).

(Brito 2019: 52).

Assim, sob estas designações passam a ser implementadas em aula sequências de aprendizagem pela descoberta (de acordo com os princípios de J. Bruner), apesar de nem sempre respeitarem o pressuposto basilar da proposta de Inês Duarte (1992, 1996, 1997, 2008). Na verdade, o *laboratório gramatical*, tal como é proposto e defendido pela sua autora, tem por base o conhecimento intuitivo da gramática da língua adquirido informalmente pelos alunos e pressupõe um percurso de descoberta que promove a consciência linguística e conduz ao desenvolvimento do conhecimento explícito da língua. Todavia, uma oficina de gramática (ou um laboratório), ainda que possa assentar nos saberes gramaticais intuitivos, deve promover um conjunto de procedimentos que permitam que o aluno - de uma forma ativa e experimental - detete regularidades, reflita sobre elas e chegue a generalizações. Verifica-se, por conseguinte, a coexistência de dois procedimentos: um que assenta no conhecimento intuitivo dos falantes e nos seus juízos de gramaticalidade para determinar regras e regularidades e outro que promove a reflexão sobre dados linguísticos que podem não integrar a gramática implícita do aluno.

Atualmente, temos acesso a considerável investigação em didática da gramática<sup>6</sup> que nos permite sistematizar resultados e conclusões quanto às potencialidades e às limitações pedagógico-didáticas das metodologias reflexivas. Estamos cientes de que a resposta didática do professor em situações concretas de aula não implica encarar os métodos como alternativos ou mutuamente exclusivos (ou apenas este ou apenas aquele), mas sim como complementares. A opção por diferentes estratégias (por exemplo, expositiva, demonstrativa, interrogativa ou de “active learning”<sup>7</sup>) é determinada pelas necessidades de aprendizagem diagnosticadas através do desempenho do aluno (necessidade de revisão, de treino e consolidação, de reaprendizagem ou de progressão através de complexificação de um dado conceito). Todavia, esta gestão prática em sala de aula, da máxima

---

<sup>6</sup> Em Rodrigues e Silvano (2019), é feito um estudo baseado nas investigações portuguesas nos últimos anos no âmbito da didática da gramática.

<sup>7</sup> De acordo com Felder and Brent (2009), “active learning” is “anything course-related that all students in a class session are called upon to do other than simply watching, listening and taking notes”. (2009:1). Combinadas com outras práticas mais comuns na escola ou promovidas em exclusividade, as práticas de “active learning” revelaram o seu forte potencial no envolvimento dos alunos na aprendizagem (Moutinho & Sá 2018).

responsabilidade do professor, não invalida a importância de se continuar a desenvolver uma didática da gramática assente em práticas de “active learning” numa lógica indutiva de ensino-aprendizagem.

### 1.2.2. Um ensino modular e abrangente

Em relação à didática da gramática, há ainda que considerar a forma modular e abrangente que a deve caracterizar, sem perder de vista a adequação pedagógica ao nível cognitivo dos alunos, devendo o professor, por conseguinte, ser capaz de proceder a uma seleção criteriosa de temas a abordar (e de métodos de abordagem). Embora tradicionalmente a gramática se organize em áreas não raro consideradas de forma quase estanque, a verdade é que múltiplos estudos preconizam a concretização de uma interface entre elas e a aposta numa sequencialização que *“deve ser feita de modo que os alunos tenham a percepção de que os programas progridem realmente e não o que retomam continuamente as mesmas rubricas.”* (Brito, 1996: 258). Assim, as várias áreas da gramática podem ser trabalhadas de uma forma combinada, sequencial e abrangente.

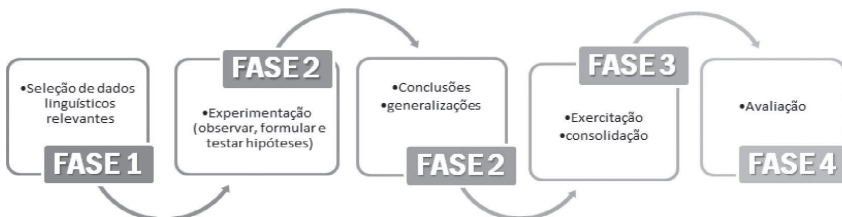
Deste modo, o trabalho didático com um item gramatical não tem necessariamente que se circunscrever às propriedades apenas sintáticas, apenas morfossintáticas ou apenas morfológicas. A título de exemplo, veja-se a proposta de Brito (1997a: 259-261), que contempla o trabalho com as categorias Nome e Verbo, para o 4.º ano de escolaridade. A autora propõe um pequeno percurso didático que assenta na observação das regularidades detetáveis nas suas ocorrências e, com base nessa reflexão, torna viável (i) proceder à generalização dos contextos de adjacência dessas categorias e de ocorrência sintática canónica, (ii) relacionar a constituição interna do grupo nominal com processos morfossintáticos que permitem, por exemplo, a conversão de infinitivos ou adjetivos em nomes e (iii) identificar as propriedades morfológicas das várias categorias, sendo, deste modo, promovido um trabalho sequencial e global com as várias áreas da gramática.

Por outro lado, esta visão abrangente da didática da gramática propõe que os professores realizem uma reflexão informada sobre os conteúdos gramaticais que trabalham em vários momentos, sendo capazes de

contemplar a gramática não de uma forma fechada e compartimentada, mas sim de um modo global e abrangente. Veja-se, por exemplo, o trabalho com a coordenação (Brito & Lopes 2001: 62). Geralmente, o trabalho didático em sala de aula sobre este processo de articulação de itens não contempla a possibilidade de coordenar itens inferiores à oração (coordenação sintagmática), que poderão ser abordados em momentos próprios e que ajudam a distinguir sintaticamente coordenação de subordinação, dado que esta, tipicamente, não articula sintagmas. Assim, o tratamento didático destes processos conetivos pode ocorrer de forma combinada e pode mesmo (*idem*: 62) incorporar abordagens semânticas, na medida em que é possível identificar paralelismos semânticos entre estruturas (por exemplo, entre adversativas e concessivas e entre explicativas e causais), e detetar, por outro lado, diferenças ao nível da sintaxe.

Em suma, o ensino da gramática deve ser concebido numa perspetiva dinâmica, que tem o seu início no planeamento de uma sequência de aprendizagem, que contempla as várias áreas gramaticais numa visão de complementaridade, assumindo o aluno como capaz de proceder à observação experimental dos dados linguísticos tomados como significativas, para detetar regularidades e regras, obter conclusões e proceder a generalizações que lhe permitam desenvolver aprendizagens relevantes. O final do processo consistirá na avaliação ou monitorização, de forma a realizar as devidas adequações. Este tipo de procedimento didático é recursivo, na medida em que a sequência de aprendizagem seguinte pode partir do já aprendido para o novo. A Figura 1 representa esquematicamente as várias fases deste processo.

FIGURA 1 - Proposta de sequência de trabalho (Duarte 1997, 2008)



Esta prática didática tem, como é óbvio, diversas limitações, não sendo

de menosprezar o tempo de aula que pode consumir, sobretudo em idades mais precoces, além de que a sua aplicação não sofreu até à data uma divulgação suficientemente ampla para permitir um ensino da gramática com diversas metodologias pedagógicas integradas. É, ainda assim, um contributo relevante, na medida em que é totalmente compatível com o preconizado no *Perfil dos Alunos da da Escolaridade Obrigatória*, contribuindo para, por exemplo, permitir que o aluno termine a sua escolaridade “*munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia*” e “*capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação*” (Martins et al. 2017: 15).

É nesta linha de atuação pedagógico-didática que as propostas de Ana Maria Brito se situam.

## 2. Propostas de Ana Brito para a didática da gramática

O ensino do português, enquanto atividade reflexiva e orientada em sala de aula, visa cumprir múltiplos objetivos, não sendo de desprezar a finalidade última da escola: proporcionar às crianças e jovens a possibilidade de desenvolverem as suas capacidades e de se tornarem cidadãos socialmente responsáveis e interventivos. Assim, não deixa de ser relevante o papel da instituição escolar para o desenvolvimento de competências linguísticas - e outras - que exigem aprendizagens especializadas e que são capazes de levar os alunos a desenvolver o seu conhecimento implícito da língua, proporcionando uma crescente mestria e uma conseqüente capacidade de experimentar uma cidadania plena. Nesta medida, a planificação de aulas experimentais de gramática implica uma seleção adequada de aprendizagens específicas. Usando como tópicos gramaticais conteúdos referidos nos programas curriculares como obrigatórios, Ana Brito (1997a, 1997b, Brito & Lopes 2001, Brito 2011) apresenta seis propostas concretas de abordagem adequada a um ensino experimental da gramática, de que destacaremos três.

## 2.1. Proposta de uso de critérios sintáticos para a inclusão das palavras em classes (Brito 1997a, 1997b)

Identificar determinantes artigos, reconhecer diferentes processos para formar o feminino dos nomes e usar regras de flexão em número, com base na descoberta de regularidades das ocorrências sintáticas do nome e do adjetivo são aprendizagens essenciais de Português nos 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo do ensino básico. A. M. Brito sugere a criação de situações de ensino explícito da gramática, propondo uma linha de atuação didática conforme com as aprendizagens esperadas. Num percurso que parte da forma para a significação, o professor apresentará pequenas amostras representativas de contexto sintático dos nomes, valorizando as suas propriedades categoriais, morfológicas e distribucionais.

Assim, a propósito das categorias Nome e Verbo, a autora propõe um percurso didático que permite que os alunos detetem, a partir do material linguístico selecionado, as regularidades que lhes permitem elaborar, com auxílio do professor, um conjunto de generalizações, que podem ser, por exemplo, relativas às propriedades morfológicas dos nomes, ou às propriedades sintáticas de combinação dos nomes. Em termos concretos, os alunos podem verificar experimentalmente a concordância entre artigos e nomes para determinarem as propriedades de flexão dos nomes (o livro/ os livros). Estas aprendizagens ao nível morfossintático não esgotam o trabalho de observação e de teste, pelo que pode ser dada continuidade à experimentação no sentido de apurar a organização interna do grupo nominal (GN), através de um alargamento dos dados a observar, introduzindo, por exemplo, determinantes possessivos.

Em síntese, um percurso deste género pode ter o seu início na verificação das propriedades flexionais dos nomes, partindo da combinação com determinantes, artigos e outros, para depois se expandir o GN, com a introdução de modificadores e de complementos de nome, que podem ir desde o adjetivo à oração relativa, sendo, assim, viável a sua apresentação em trabalhos com idades precoces. Em Brito (1997b) aparece ainda a proposta de alargamento do trabalho experimental com dados linguísticos com a introdução das orações relativas com base em critérios de “*vizinhança linguística*”, i.e., o item *que* em vizinhança de nome ou de

verbo, (1997b: 60), o que permite determinar a diferença entre pronome relativo e conjunção, aspetos que discutiremos no ponto 2.2.

Deste modo, a autora propõe um percurso sequencial e experimental, no qual os alunos, com o auxílio do professor, acedem a generalizações várias, que lhes permitem tomar contacto com a noção de categoria enquanto núcleo de um sintagma/grupo, estruturado de acordo com certas regras combinatórias/sintáticas, que eles próprios serão levados a formular. Em termos concretos: a categoria nome, por exemplo, é núcleo de um grupo nominal e impõe restrições de combinação a outras categorias. Veja-se o contraste entre (1) e (2) para a determinação da regra combinatória “o determinante ocorre obrigatoriamente à esquerda de nome”, por exemplo.

- (1) o livro/ os livros
- (2) \*livro o/ livros os

Este tipo de sequência adequa-se ao trabalho com outras categorias sintáticas, como seja o Verbo – que integra as *Aprendizagens Essenciais de Português* dos 1.º e 2.º anos – e, assim, o estudo da organização interna e da combinação dos vários sintagmas/grupos conduz à estrutura da frase. Considerando que a oficina de gramática propõe uma abordagem abrangente do estudo dos vários tópicos, o estudo do GN permite também perceber as questões de significado e de referência, ou seja, um nome tem significado, mas não tem referência, enquanto o GN já remete referencialmente para entidades.

É interessante notar que esta proposta permite assumir o trabalho com categorias e organização sintática a partir do 2.º ano do primeiro ciclo, altura em que, de acordo com as *Aprendizagens Essenciais*, os alunos contactam pela primeira vez com a categoria nome e com o artigo.

## 2.2. Proposta de abordagem sintático-semântica das orações relativas (Brito 1997b)

Nas *Aprendizagens Essenciais de Português*, o ensino explícito da oração subordinada adjetiva relativa, restritiva e explicativa, bem como das palavras relativas - pronome, determinante e advérbio - tem início

no 7.º ano, do 3.º ciclo do ensino básico, a par do estudo das orações subordinadas substantivas e adverbiais. Todavia, conforme foi visto em 2.1., a adoção de um percurso experimental para o ensino da gramática pode ser facilitadora quer do contacto precoce, em contexto de reflexão, com certos itens gramaticais complexos quer do entendimento do seu comportamento sintático, pela observação de regularidades, deteção e comprovação de regras e consequentes generalizações. Como consequência, a introdução das orações adjetivas relativas pode ocorrer num momento em que se trabalha o GN, em idades mais precoces, sem que seja obrigatório ensinar nesse momento o seu estatuto de oração subordinada. De facto, estudos comprovam que a aquisição de estruturas relativas ocorre relativamente cedo, por volta dos 3/4 anos (Diessel 2004; Vasconcelos 1991, 1996, cit. Antunes & Brito 2008), pelo que elas podem perfeitamente ser convocadas para práticas experimentais, sem que seja necessário desenvolver o conhecimento explícito da subordinação, cujo estudo pode ser enquadrado, posteriormente, num módulo de gramática que dela se ocupe especificamente. A proposta de trabalho de Brito (1996b: 60) contempla um percurso que pode partir de uma primeira fase em que são valorizados os contextos distribucionais, ou seja, de ocorrência sintática de *que*, que ocorre em vizinhança de nome em frases como (3):

- (3) Gostei do livro *que* me deram nos meus anos. (exemplo de Brito)  
e que permitem a comparação com (4), onde *que* ocorre em vizinhança de verbo:
- (4) Ele disse *que* estava cansado.

A comparação deste tipo de material permite uma generalização sobre o *que*, que parte do contexto em que ocorre e que possibilita a distinção entre o pronome relativo e a conjunção integrante. Outras sugestões de trabalho com as relativas passam, por exemplo, por operações de substituição de constituintes por pronomes, o que permite determinar a possibilidade de substituição de toda a sequência que incorpora a oração relativa, como se pode verificar pelo contraste entre a gramaticalidade de (a) e a agramaticalidade de (b):



(5) Gostei do livro que me deram nos meus anos.

(a) Gostei dele.

(b) \*Gostei dele que me deram nos meus anos.

A autora propõe ainda operações experimentais de supressão de constituintes para determinar o potencial de referencialidade das orações relativas e poder, como consequência, proceder-se a generalizações que permitam detetar e clarificar as propriedades sintático-semânticas das relativas restritivas.

Assim, de acordo com esta proposta, é possível construir uma sequência de trabalho abrangente e rigoroso, em que o conhecimento explícito da língua se vai expandindo e abarcando, de forma planeada e sequencial, as várias áreas da gramática. Deve ainda ser reiterado que, de acordo com esta proposta, o primeiro contacto com determinados conceitos gramaticais pode ser feito em idades precoces, desde que seja planeado com rigor e leve em linha de conta os estudos científicos sobre os tempos de aquisição dos vários aspetos da gramática, e retomado noutros momentos, de forma mais complexa e com outros enquadramentos, compatíveis com o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

### 2.3. Abordagem da coordenação e da subordinação (Brito & Lopes 2001, Brito 2011)

A abordagem didática da coordenação é, regra geral, entendida como uma operação de articulação de orações relativamente simples, pelo que o seu estudo antecede, regra geral, o da subordinação. Todavia, a coordenação é um fenómeno altamente complexo que opera ao nível frásico e sintagmático, que envolve fenómenos de elipse e de referência anafórica, de modo que nem sempre é claro exatamente a que nível se concretiza. O processo de coordenação ao nível sintagmático é particularmente interessante para amplificar o ensino da gramática, na medida em que as restrições que são impostas ocorrem não ao nível da categoria dos constituintes, mas ao nível da função sintática que desempenham, ou do seu papel temático.

Em termos concretos, seria expectável que a coordenação sintagmática validasse todas as ocorrências com constituintes da mesma categoria, *i.e.*,

seria sempre possível coordenar GN com GN, ou GPrep com GPrep, por exemplo. No entanto frases como (6) e (7) desmentem essa expectativa e validam a possibilidade de coordenar sintagmas de categorias diversas:

(6) Lentamente e com cautela, o Rui abriu a porta.

(7) \*O Rui caminhou com cautela e de casaco.

De facto, a coordenação a nível sintagmático parece exigir que os constituintes coordenados mantenham alguns paralelismos, que podem ser de equivalência de funções, ou de papéis temáticos, por exemplo, sendo bastante distinta da coordenação entre orações. Assim, em Brito & Lopes (2001) sugere-se que seja trabalhada na escola em momentos que não forçosamente aqueles dedicados à coordenação frásica. O estudo da coordenação, que aparece referido nas *Aprendizagens Essenciais* para o 2.º ano do 1.º ciclo, (“Conhecer as estruturas de coordenação copulativa e disjuntiva.”), pode, por conseguinte, ter como ponto de partida a tomada de contacto - sem recurso a metalinguagem gramatical - com coordenação sintagmática, que pode, mais tarde, ser complementado, por exemplo, com o estudo das funções sintáticas (veja-se o caso do sujeito composto, por exemplo).

As *Aprendizagens Essenciais* preveem o primeiro contacto explícito com a coordenação e com a subordinação no 7.º ano, pretendendo-se que a) os alunos identifiquem “*conjunç o e locuç o conjuncional coordenativa disjuntiva, conclusiva e explicativa e subordinativa final, condicional e completiva; locuç o prepositiva*” e b) “*classifiquem oraç es subordinadas: adverbiais finais, condicionais; substantivas completivas (seleccionadas por verbo) e adjetivas relativas (restritiva e explicativa)*”.<sup>8</sup>

O estudo dos processos coordenativos e subordinativos é, regra geral, iterativo ao longo da escolaridade, dado que os alunos têm grande dificuldade em estabelecer distinção entre eles e em identificar de forma consciente as relações semânticas que se estabelecem entre os itens articulados, recorrendo, tipicamente, a processos de memorização de

---

<sup>8</sup> A abordagem da coordenação e da subordinação no *Programa e Metas curriculares do Ensino Básico* aparece no 7.º, mas é diferente a) Conjunção coordenativa: copulativa, adversativa, disjuntiva, conclusiva e explicativa Conjunção subordinativa: causal e temporal e b) Subordinação entre orações: oração subordinante; orações subordinadas adverbiais causais e temporais; orações subordinadas adjetivas relativas.

listas de itens conetivos para a sua identificação. Não se regista, assim, a construção de conhecimento significativo sobre a estrutura da língua, pelo que o impacto destas aprendizagens para uma crescente mestria linguística é nulo e, não raro, um fator de desmotivação e de frustração em relação ao estudo da gramática.

Partindo da descrição de várias propriedades sintáticas, Brito & Lopes (2001) propõem alguns percursos de abordagem didática destes processos de construção de unidades complexas. Assim, há várias diferenças ao nível do comportamento sintático que permitem a identificação quer das estruturas coordenadas e das conjunções coordenativas, quer a distinção entre estas e os complexos subordinados. Do elenco apresentado pelas autoras destacamos, a título de exemplo, as seguintes propriedades:

- (a) as conjunções coordenativas não se combinam com outras conjunções, o que permite a distinção entre conjunções coordenativas, advérbios conetivos e conjunções coordenativas.
- (8) a. \*O Rui come ervilhas e, mas não gosta, compra-as.  
b. O Rui come ervilhas e, embora não goste, compra-as.  
c. O Rui come ervilhas e, no entanto, não gosta.
- (b) as estruturas complexas coordenadas obedecem a uma ordem sequencial fixa, que impõe a ocorrência do item conetivo (conjunção, advérbio ou locução) em posição medial. Assim, só são viáveis as estruturas como (9):
- (9) a. O Rui chegou a casa e ligou a televisão.  
b. \*E ligou a televisão, o Rui chegou a casa.

Esta propriedade permite estabelecer a distinção entre coordenação e subordinação adverbial.

Estas e outras propriedades apresentadas pelas autoras podem ser um recurso a utilizar na didática das frases complexas. Consideram Brito e Lopes (2001):

a mais forte é sem dúvida a que se relaciona com a posição da conjunção e com a ordem das orações, nomeadamente a impossibilidade de colocar em posição inicial o segundo membro coordenado precedido da conjunção e é essa, que, de uma maneira simples, pode ser aproveitada pedagogicamente

na aula de Português para distinguir a coordenação da chamada subordinação adverbial (2001:60).

Assim, através de manipulações de exemplos selecionados, os alunos podem distinguir entre estruturas que se assemelham do ponto de vista semântico, como sejam as coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas e as coordenadas explicativas e as subordinadas causais, mas que apresentam comportamentos sintáticos diversos, permitindo concluir, por exemplo, que a expressão de contraste pode ser linguisticamente realizada por estruturas diferentes. Esta proposta permite conceber uma abordagem das estruturas complexas assente em procedimentos experimentais que, tendencialmente, promoverão aprendizagens significativas, capazes de desenvolver o conhecimento linguístico explícito e de determinar um impacto positivo na mestria linguística.

3. Exemplificação de uma sequência de aprendizagem baseada em proposta de AMB

As propostas de ensino da gramática de A. M. Brito sugerem aos professores percursos didáticos orientados para uma aprendizagem reflexiva. Faremos, de seguida, a transposição didática da proposta relacionada com o uso de critérios sintáticos para a inclusão das palavras em classes (Brito 1997a, 1997b), tratada em 2.1.

O exercício de transposição didática da proposta referida envolve soluções pedagógico-didáticas para as questões seguintes:

- a) qual a correspondência entre a graduação proposta para a aprendizagem do *nome* e os níveis e ciclos de ensino?
- b) que método privilegiar na condução da reflexão sugerida: interrogativo, demonstrativo, “active learning”?
- c) que atividades (tarefas) permitem articular o critério sintático com os critérios semântico e morfológico no processo de formação do conceito *nome*?
- d) qual a sequência de procedimentos: do critério semântico para o sintático e finalmente para o morfológico?; do critério sintático, para o morfológico e

finalmente para o semântico?; ou do critério morfológico para o sintático e finalmente para o semântico?

- e) que características específicas devem ter os exemplos e como devem ser selecionados e utilizados: a partir de textos? A partir de exemplos manipulados ou construídos pelo professor?

As sequências construídas como exemplificação respondem às aprendizagens enunciadas currículo de Português. A Figura 2, que ilustra a graduação e a progressão dessas aprendizagens ao longo do ensino básico.

FIGURA 2 – Progressão de aprendizagens relacionadas com proposta de Brito (1997a, 1997b)

<p><b>1.º Ciclo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Item <b>N &gt; GN</b></li> <li>▪ Item <b>V &gt; GV</b></li> <li>▪ Item funções (S, Pred)</li> </ul>	<p><b>2.º Ciclo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Item <b>GN</b> (alargamento a ocorrências de GN com quantificadores)</li> <li>▪ Item funções GN (<b>S, CD</b>)</li> </ul>	<p><b>3.º Ciclo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ item GN (alargamento a ocorrências de GN com <u>or.</u> Rel.)</li> <li>▪ item <b>GV</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alargamento com <b>oração substantiva completiva</b></li> <li>○ Item funções (S, <b>CD</b>)</li> </ul> </li> </ul>
<p>Ocorrências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>contexto</u> típico GN (Art. + N)</li> <li>- <u>contexto</u>: frase simples</li> </ul>	<p>Ocorrências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>contexto</u> Quant + N; N+adj</li> <li>- <u>contexto</u>: frase simples</li> </ul>	<p>Ocorrências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>contexto</u> GN (N + <u>or.</u> Rel.)</li> <li>- <u>contexto</u> GN + GV (<u>V+or.</u> completiva)</li> </ul>

A exemplificação inclui sequências de atividades para o 1.º ciclo (Tabela 4), para o 2.º ciclo (Tabela 5) e para o 3.º ciclo (Tabela 6) desenhadas num *continuum* orientado por uma progressão na abordagem dos conceitos nucleares. As atividades são meramente exemplificativas, cabendo a cada professor adaptar o modo de realização ao grau de desafio adequado aos seus alunos garantindo suporte nas fases do percurso em que eles não consigam resolver as questões por si próprios. As sequências didáticas foram construídas com base na metodologia proposta por Silvano & Rodrigues (2010), em particular a do 3.º ciclo do ensino básico.

Para uma realização adequada de sequências didáticas orientadas para a aprendizagem reflexiva da gramática, o professor tem um papel fundamental antes (no desenho da sequência e na elaboração de materiais didáticos de suporte às atividades), durante (garantindo suporte adequado aos alunos em face dos desafios que algumas das etapas da atividade de reflexão suscitam) e depois da aula (analisar o trabalho realizado pelos alunos durante a aula para identificar os passos da atividade mais críticos e planear o reforço ou explicitação de questões). Para poder gerir de um modo inclusivo a série de atividades, o professor tem de conhecer muito bem os seus alunos e saber o que cada aluno ou grupo de alunos é capaz de resolver de modo independente e, conseqüentemente, prever o suporte necessário para as fases mais desafiantes (através, por exemplo, de acesso a vídeos educativos sobre um dado conceito, a uma gramática pedagógica; através da resolução de uma dada fase da atividade em grupo-turma numa dinâmica gerida pelo professor; através da resolução das atividades em pequenos grupos ou em pares formados pelo professor). Numa situação de trabalho experimental orientado para a formação de conceitos gramaticais, importa não esquecer que “[o] professor, ao trabalhar na escola com a criança uma dada questão, explica, informa, interroga, corrige e obriga a criança a explicar. Todo este trabalho sobre os conceitos, o processo global da sua formação, levado a cabo pela criança na sua aprendizagem em colaboração com o adulto.” (Vygotsky 2007: 276).

## Conclusão

A didática constitui uma área de conhecimento relacionada com o ensino e a aprendizagem em sala de aula, um espaço em que “se interrelacionam o professor, o aluno e o objeto de aprendizagem” (Camps 2012: 27). Essa inter-relação específica (re)construída permanentemente em sala de aula obedece a princípios e a dinâmicas da ordem da pedagogia e da didática: depende do conhecimento profissional dos professores, convoca uma multiplicidade de saberes oriundos de diversas áreas científicas, assenta numa matriz teórico-prática profundamente ligada ao ato didático como objeto central, de que fazem parte o aluno, o professor e o que se ensina. Neste sentido, na senda de Costa e Batalha (2019), entende-se a didática da

gramática como campo específico, relativo “aos processos de ensino e aos processos de aprendizagem envolvidos no conhecimento sobre a Língua em contexto escolar” (Costa & Batalha 2019: 65), embora necessariamente articulada com a linguística.

A articulação entre a didática da gramática e a linguística é visível em múltiplas dimensões. Neste artigo, quisemos pôr em destaque uma dessas dimensões: o contributo de linguistas para a didática objetivado como sugestões de estratégias orientadoras da ação didática em contexto de sala de aula. Partiu-se do trabalho de Ana Maria Brito, isto é, da sugestão de uma estratégia pedagógico-didática (a gramática como atividade reflexiva e o seu ensino orientado por atividades metalinguísticas e descoberta orientada) articulada com uma estratégia específica de desenvolvimento de conhecimento sintático específico ao longo do ensino básico. Construiu-se, com base em conhecimento didático oriundo de investigação em didática e de conhecimento profissional de sala de aula, uma planificação de três sequências de ensino que operacionalizam as estratégias anteriormente enunciadas, mostrando como o trabalho de sala de aula se pode ajustar aos alunos, aos contextos e aos documentos orientadores de referência. Pensamos, desta forma, contribuir para desfazer a ideia dos professores de que a didática não apresenta “*propostas de ações estratégicas de ensino flexíveis e adaptáveis aos alunos concretos das nossas escolas.*” (Costa, Rodrigues & Sebastião 2017: 825).

Assumindo a clarificação conceptual do campo da didática da gramática de Costa e Batalha (2019), não podemos deixar de vincar a necessária e imprescindível colaboração entre esta área científica e a linguística. Fizemo-lo através da revisitação dos trabalhos inspiradores de Ana Maria Brito sobre a gramática no ensino básico, mantendo viva a necessidade de

reinventar o seu ensino quanto ao objeto, no quadro de uma noção alargada e abrangente de gramática, que deverá incluir a reflexão sobre o Português, não só em relação aos níveis mais especificamente linguísticos, mas também a certas condições de uso da língua, e quanto aos seus métodos, utilizando, sempre que possível, práticas de observação, descrição e generalização, que os alunos conhecem de outras disciplinas e que privilegiem o raciocínio e a descoberta. (Brito 1997b: 53).

## REFERÊNCIAS

- Antunes, J. D. & Brito, A. M. 2008. Contribuição para a definição do perfil linguístico dos alunos do ensino básico: o caso das orações relativas. In: F. Oliveira & I. M. Duarte (Org.), *O fascínio da linguagem. Actas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: CLUP/FLUP, 237-254.
- Brito, A. M. 1997a. Que gramáticas ensinar? *Actas do II Encontro Nacional da APP – Aprendendo a ensinar português*. Lisboa: Associação de Professores de Português, 255–261.
- Brito, A. M. 1997b. Retomar e reinventar o ensino da gramática da língua materna. *Atas do 2.º Encontro de Professores de Português “A língua mãe e a paixão de aprender – Homenagem a Eugénio de Andrade*. Porto: Areal Editores, 53–64.
- Brito, A. M. & Lopes, H. C. 2001. Da linguística ao ensino da gramática: para uma reflexão sobre a coordenação e a subordinação. In: F. I. Fonseca, I. M. Duarte & O. Figueiredo (Org.), *A Linguística na formação do professor de Português*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 49-64.
- Brito, A. M. 2006. Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário: algumas reflexões sobre o subdomínio *sintaxe*. In: I. Duarte & O. Figueiredo (Org.), *Terminologia Linguística: das teorias às práticas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 29-41.
- Brito, A. M. 2011. Subordinação frásica: da investigação ao ensino. In: I. M. Duarte & O. M. Figueiredo, *Português, língua e ensino*. Porto: Universidade do Porto, 141-172.
- Brito, A. M., Morgado, C. & Oliveira, M. do C. 2019. A reflexão gramatical na aula de língua materna: porquê? Quando? Como?. In: A. Leal, F. Oliveira, F. Silva, I. M. Duarte, J. Veloso, P. Silvano e S. V. Rodrigues, *A linguística na formação do professor: das teorias às práticas*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 47-60. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-20-0/linga4>.
- Camps, A. 2012. La investigación en didáctica de la lengua En la encrucijada de muchos caminos. *Revista Ibero-Americana de Educación*. 59: 23-41.
- Camps, A. & Zayas, F. (coord.). 2006. *Secuencias didácticas para aprender gramática*. Barcelona: Graó.
- Camps, A., Guasch, O. & Bikandi, R. 2010. La didáctica de la lengua (las lenguas) y la literatura. *Revista Textos. Didáctica de la lengua y de la literatura*. 55: 71-80.
- Choupina, C., Baptista, A., Costa, J. A, Oliveira, I. & Querido, J. 2016. Conhecimentos e regras explícitos e implícitos sobre género linguístico nos alunos dos 1.º e 2.º ciclos



- do ensino básico: a influência da classe formal do nome. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*. 1: 121-150.
- Costa, A. 2010. Estruturas contrastivas: desenvolvimento do conhecimento explícito e da competência de escrita (Dissertação de doutoramento). Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/2216>.
- Costa, A. 2020. Grammar teaching 91-19: an analysis of the Portuguese curricula. *L1 Educational Studies in Language and Literature* 20: Running Issue (Running Issue):1-31. DOI: <http://dx.doi.org/10.17239/l1esll-2020.20.03.03>
- Costa, A., Rodrigues, S. V. & Sebastião, I. 2017. Para que serve a didática?: Um estudo no âmbito da didática do português. In: L. G. Correia, R. C. Leão & S. Poças, (Org.). *O tempo dos professores*. Porto: CIIE - Centro de Investigação e intervenção Educativas / FPCE da U. do Porto: 811 - 827.
- Costa, A. & Batalha, J. 2019. Para um mapa das fronteiras e das pontes na investigação em didática da gramática. In: A. Leal, F. Oliveira, F. Silva, I. M. Duarte, J. Veloso, P. Silvano & S. V. Rodrigues, *A linguística na formação do professor: das teorias às práticas*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 61-80. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-20-0/linga5>
- Costa, M. A. 1999. Incidências da investigação psicolinguística na didáctica da língua materna. *Jornadas científico-pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina, 91-112.
- Costa, M. A. 2008a. Compreensão da linguagem verbal. In Mateus, M. H. et al. (Org.). *Diversidade linguística na escola portuguesa*. Lisboa: FCG, 265-270.
- Costa, M. A. 2008b. Aprender gramática, compreender e produzir melhor. In C. Reis, (Org). *Actas da Conferência Internacional sobre o Ensino do Português* Lisboa: ME/DGDIC, 167-182.
- Costa, J. 2008. Conhecimento gramatical à saída do Ensino Secundário: estado actual e consequências na relação com leitura, escrita e oralidade. In: C. Reis (org.). *Actas - Conferência Internacional sobre o Ensino do Português* Lisboa: Ministério da Educação, 149-165.
- Costa, J. et al. 2011. *Guião de Implementação do Programa – Conhecimento Explícito da Língua*. Lisboa: DGIDC-ME.
- Costa, J. A. 2016. *As pontes entre Didática e Linguística: o possível e o necessário. Contributos da Linguística sincrónica e diacrónica para o ensino implícito da modalidade e dos verbos modais no 1.º ciclo*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto.

- Delgado-Martins, M. R. & Duarte, I. 1993. Brincar com a linguagem, conhecer a língua, fazer gramática. In: F. Sequeira (Org.), *Linguagem e desenvolvimento*. Braga: Instituto de Educação-Universidade do Minho, 9-16.
- Diessel, H. 2004. *The Acquisition of Complex Sentences*. Cambridge: Cambridge UP.
- Duarte, I. 1986. O ensino da gramática: do imobilismo às modas. *Palavras* n.º 9, Lisboa: Associação de Professores de Português, 38 – 42.
- Duarte, I. 1992. Oficina gramatical: contextos de uso obrigatório do conjuntivo. In: M. R. Delgado-Martins et al., *Para a Didáctica do Português. Seis estudos de Linguística* Lisboa: Edições Colibri, 165 – 177.
- Duarte, I. 1993. O ensino da gramática como explicitação do conhecimento linguístico. In: L. F. Barbeiro et al. (Orgs), *Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa* Leiria: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Leiria.
- Duarte, I. 1997. Ensinar gramática: para quê e como? *Palavras* n.º 11, 67 – 74.
- Duarte, I. 2008. *O conhecimento da Língua: desenvolver a consciência linguística*. PNEP. Lisboa: ME- DGIDC.
- Duarte, R. (coord.). 2009. *Programas de Língua Portuguesa – uma visão diacrónica*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Faria, I. H. 1995. Conhecer o que se sabe e saber o que se conhece. In: *Português, a Língua dos nossos projectos. Actas I Encontro de Professores de Português*. Lisboa: Associação de Professores de Português, 10-17.
- Felder, R. M. & Brent, R. 2009. Active learning: an introduction. *ASQ Higher Education Brief*, vol. 2.4.: 1-5.
- Fonseca, J. 1986. A frase no texto. Algumas propostas de trabalho para a aula de língua materna. *Palavras*. 9: 11-14.
- Fonseca, J. 1989. Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos. *Diacrítica*. 3-4: 63-77.
- Fonseca, F. I. 1986. Competência narrativa e ensino da língua materna. *Palavras*. 9: 6-10.
- Fonseca, F. I. 2000a. Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da literatura. In: C. Reis et al (Org.), *Didáctica da Língua e da literatura* (vol.1). Coimbra: Almedina/ILLP Faculdade de Letras, 37–45.
- Gomes, J. P. 2012. *O conhecimento sintático explícito no ensino do português e do latim: um conflito terminológico na aprendizagem dos alunos?* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lopes, A. C. M. 2006. O “conhecimento sobre a língua” no ensino do Português. In: I.

- Duarte & P. Morão (org.), *Ensino do Português para o século XXI*. Lisboa: Edições Colibri / Departamento de Linguística Geral e Românica e Departamento de Literatura Românica | FLUL, 75–81.
- Lopes, H. C. 2004. *Aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das construções causais. Contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática*. Tese de Doutoramento em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mateus, M. H. M. 1989. Que gramática saber? Que gramática ensinar? *Diacrítica*. 3-4: 27-31.
- Mateus, M. H. M. 2002. Ensino da língua e desenvolvimento educativo. *Perspectiva*. 20 (1): 13-22.
- Martins, O. et al. 2017. *Perfil dos alunos da escolaridade obrigatória*. Lisboa: MEC- DGE.
- Moutinho, A. & Sá, S. 2018. Implementing active learning through pedagogical coaching in Control Systems lectures. *2018 3rd International Conference of the Portuguese Society for Engineering Education (CISPEE)* (1-6). Aveiro. Doi: 10.1109/CISPEE.2018.8593470.
- Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/8593470>
- Nunes, N. 2011. *As orações relativas com antecedente no contexto pedagógico-didático: relato de duas experiências de ensino-aprendizagem com alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, M. C. 2011. *A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos. Estudo de caso: a coordenação conclusiva na estruturação de textos argumentativos de jovens em idade escolar*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63224/2/000162347.pdf>
- Pereira, S. 2011. Explicitação gramatical no 1.º ciclo. In: O. C. Sousa e A. Cardoso (Eds.), *Desenvolver competências em língua – percursos didáticos*. Lisboa: Edições Colibri/ CIED. 2.ª edição, 145 – 174.
- Pinto, M. G. C. 2009. *A linguagem ao vivo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8218.pdf>.
- Prista, L. 1992. Mar, Maria, Dadinha, Cunha, Tentar que digam que consideramos que, anticonstitucionalíssimamente, off-shore, falabaláqueo ou oito fichas de gramática. In: M. R. Delgado-Martins et al., *Para a didática do Português, seis estudos de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri, 119-163.

- Rodrigues, S. V. 2017. O ensino do Português nas primeiras décadas do século XXI. In: Conselho Nacional de Educação, *Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospetiva* (Vol. I). Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 247-291.  
[[http://www.cnedu.pt/content/noticias/geral/af\\_lei\\_de\\_bases\\_vol-i.pdf](http://www.cnedu.pt/content/noticias/geral/af_lei_de_bases_vol-i.pdf) ]
- Rodrigues, S. V. & Silvano, P. 2019. O laboratório gramatical como método de ensino-aprendizagem da gramática: uma análise do percurso feito e a fazer em Portugal, *III Congreso Internacional sobre enseñanza de la gramática* (ConGram), Universitat Autònoma de Barcelona, de 23 a 25 de janeiro de 2019.
- Silvano, P. e Rodrigues, S. V. 2010. A pedagogia dos discursos e o laboratório gramatical no ensino da gramática. Uma proposta de articulação. In: A. M. Brito (Org), *Gramática, História, Teorias e Aplicações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto, 275-286.
- Vasconcelos, M. 1991. Compreensão e produção de frases com orações relativas: um estudo experimental com crianças dos três anos e meio aos oito anos e meio. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- Vasconcelos, M. 1996. Compreensão e produção de frases relativas em Português Europeu. In: Faria, I. et al. (orgs), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Vygotsky, L. 2007. *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.



**Tabela 2 – Distribuição de conceitos de acordo com o Programa e as Metas no plano da morfologia e classe de palavras**

3.º ciclo	G7 [Morfologia] Explicitar o significado de palavras complexas a partir do valor do radical e de <b>prefixos e sufixos nominais</b> , adjetivais e verbais do português
	G7 [Classe de palavras] Classes de palavras estudadas no ciclo anterior (retoma) ( <b>Nome (próprio, comum, comum coletivo)</b> )
2.º ciclo	G6 [Classe de palavras] Classes de palavras estudadas no ciclo anterior (retoma) ( <b>Nome (próprio, comum, comum coletivo)</b> )
	G5 [Classe de palavras] Classes de palavras estudadas no ciclo anterior (retoma) ( <b>Nome (próprio, comum, comum coletivo)</b> )
1.º ciclo	G4 [Classe de palavras] <b>Nome comum coletivo</b> , Determinante interrogativo, Adjetivo (qualificativo e numeral), Verbo, Advérbio (de quantidade e grau), Pronome pessoal (forma tónica e forma átona); pronomes demonstrativo e pronomes possessivos, Preposição
	G3 [Classe de palavras] Determinante demonstrativo; determinante possessivo, Quantificador numeral, Advérbios (de negação e de afirmação)
	G2 [Classe de palavras] <b>Nome próprio e nome comum</b> , Determinante artigo (definido e indefinido), Pronome pessoal (forma tónica), Verbo, Adjetivo (qualificativo), Interjeição
	G1 [Classe de palavras] <b>Nome</b> e adjetivo (qualificativo): flexão em género e número (regular)

**Tabela 3 – Distribuição de conceitos de acordo com o Programa e as Metas quanto às funções sintáticas de expressões nominais**

3.º ciclo	G9 Orações substantivas relativas
	G8 Subordinação entre orações: subordinadas adverbiais condicionais, finais, comparativas, consecutivas e concessivas; subordinadas substantivas completivas (função de complemento direto)
	G7 Subordinação entre orações: oração subordinante; orações subordinadas adverbiais causais e temporais; orações subordinadas adjetivas relativas)
	G7 Funções sintáticas estudadas nos ciclos anteriores (retoma) Sujeito: subentendido e indeterminado
2.º ciclo	G6 predicativo do sujeito, complemento oblíquo, complemento agente da passiva e modificador, complemento direto e complemento indireto e pronomes correspondentes
	G5 sujeito (simples e composto), vocativo, complemento direto, complemento indireto
1.º ciclo	G4 Funções sintáticas: sujeito e predicado

**Tabela 4 - Sequências de atividades para o 1.º ciclo<sup>8</sup>**

Nível de ensino	<b>1.º ciclo do ensino básico</b>
Principal objetivo de aprendizagem	No final da sequência didática, os alunos terão aprendido a reconhecer, numa frase, o <i>nome</i> e o <i>verbo</i> a partir das suas “vizinhanças”.
Objetivo de aprendizagem subsidiário	No final da sequência, os alunos terão associado o <i>nome</i> ao GN e o <i>verbo</i> ao GV.
Enquadramento	<b>Características gerais da turma</b> A turma é constituída por 20 alunos do 2.º ano. Cerca de 12 alunos leem com velocidade adequada à idade e ano escolar; 8 estão a desenvolver a velocidade de leitura. Todos dominam o conceito de <i>artigo</i> (definido e indefinido).
Suposições	- Supõe-se que os alunos conhecem as palavras <i>nome</i> e <i>verbo</i> em contexto de uso espontâneo da língua, mas não têm ainda consciência destes conceitos como termos específicos para designar palavras com determinadas características. - Supõe-se que os alunos possam eventualmente associar genericamente <i>nomes</i> a palavras que referem objetos e <i>verbos</i> a palavras que designam ações, numa base nocional ainda imprecisa da concetualização destas categorias gramaticais, fruto de um ensino não desejável, mas que pode ter acontecido.
Sequência	<i>QUE AULAS TIVERAM ANTES E O QUE PODERÁ VIR DEPOIS? PORQUÊ ESTAS AULAS NESTE MOMENTO?</i> As aulas anteriores foram sobre narrativas, com atividades de compreensão oral e leitura de uma história relacionada com família. As aulas seguintes incluirão escrita e expressão oral em torno de uma história em que a personagem principal é um elemento da família de cada aluno.
Antecipação de problemas	<i>O QUE PODE CORRER MAL? Solução   COMO SE PODERÁ RESOLVER?</i>

<sup>8</sup> O modelo de planificação foi adaptado de CELTA Lesson Plan, da International House Teacher Training.

AULA 1

Tarefa do professor	Meio (como é que o professor vai cumprir a sua tarefa)	Procedimentos	Atividades																								
Inserir o que os alunos vão aprender num contexto e envolvê-los na aula.	Contar uma história que tenha como universo de referência a família.	<ul style="list-style-type: none"> <li>O professor conta a história.</li> <li>Leva os alunos a indicarem todas as palavras e expressões do texto relacionadas com família.</li> </ul>																									
Preparar os alunos para compreenderem o texto que vão ler.	Destacar, das palavras e expressões indicadas pelos alunos na etapa anterior, aquelas que vão ocorrer no texto a ler.	<ul style="list-style-type: none"> <li>O professor lê em voz alta o texto.</li> <li>Indica os alunos que vão ler em voz alta (a leitura do texto é dividida por vários alunos).</li> </ul>	<p>Leitura do texto.</p> <p>Em família</p> <p>Maria entra na sala de mansinho. Ninguém a vê. Ninguém a ouve. Ninguém se mexe. A mãe olha para a televisão. O pai assiste a um jogo de futebol e rabaça contra o árbitro. Estão num outro mundo. Maria desiste e vai para o quarto. Mas a avó, adormecida numa cadeira de braços, abre os olhos, põe os óculos e lança um sorriso à neta.</p> <p>Maria corre. Abraça-a. Agora sim, ela está muito feliz.</p>																								
Mostrar aos alunos que as palavras que usamos para contar uma história têm diferentes características e, por causa dessas características, só aceitam certas combinações. Nesta fase não se espera que os professores desvendem que se trata do contexto típico do GN (artigo + nome). Convém que a questão fique em aberto para que se mantenham interessados na atividade de descoberta.	Orientar a atenção dos alunos para frases agramaticais devido a combinações inapropriadas, de modo a compreenderem algumas restrições sintáticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>O professor organiza os alunos em grupos de 3 para fazerem a correspondência das frases agramaticais com as frases equivalentes corretas.</li> <li>Monitoriza a realização da atividade.</li> <li>O <i>feedback</i>, após conclusão da atividade pelos grupos, é dado em grande grupo.</li> </ul>	<p>Resolução de atividade em grupo de 3 alunos.</p> <p>1. A coluna da esquerda contém frases incorretas, mal construídas. A coluna da direita tem as mesmas frases, só que corretas. Associa às frases incorretas o seu par correto.</p> <table border="1"> <tr> <td>1. Mãe a olha para televisão a.</td> <td>a) A televisão está com o som baixo.</td> </tr> <tr> <td>2. Pai o vê jogo o de futebol.</td> <td>b) A avó adormeceu cedo.</td> </tr> <tr> <td>3. Televisão a está com som o baixo.</td> <td>c) A mãe olha para a televisão.</td> </tr> <tr> <td>4. Avó a adormeceu cedo.</td> <td>d) O pai vê o jogo de futebol.</td> </tr> </table> <p>2. Indica as palavras que estavam fora do seu lugar.</p> <p>[R. Os artigos definidos o, a, os, as.]</p> <p>3. Explica para que lugar essas palavras passaram na frase correta.</p> <p>[R. Os artigos passaram para a esquerda das palavras "mãe", "televisão", "pai", "jogo", "som", "avó".]</p>	1. Mãe a olha para televisão a.	a) A televisão está com o som baixo.	2. Pai o vê jogo o de futebol.	b) A avó adormeceu cedo.	3. Televisão a está com som o baixo.	c) A mãe olha para a televisão.	4. Avó a adormeceu cedo.	d) O pai vê o jogo de futebol.																
1. Mãe a olha para televisão a.	a) A televisão está com o som baixo.																										
2. Pai o vê jogo o de futebol.	b) A avó adormeceu cedo.																										
3. Televisão a está com som o baixo.	c) A mãe olha para a televisão.																										
4. Avó a adormeceu cedo.	d) O pai vê o jogo de futebol.																										
Mostrar aos alunos que as palavras que ocorrem do lado direito dos determinantes são <i>nomes</i> .	Estimular nos alunos a observação, a experimentação e a inferência a partir de ocorrências do nome no seu contexto típico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>O professor projeta a pergunta "Como se chamam as palavras que aparecem à direita dos artigos (o, a, os, as; um, uma, uns, umas)?"</li> <li>Organiza os alunos em grupos de 3 para realizarem as atividades.</li> <li>O <i>feedback</i> é dado pelo professor por escrito: entrega a cada grupo um cartão com as respostas; os alunos comparam com as suas respostas e assinalam o que estiver diferente; o professor desloca-se a cada grupo para explicar as discrepâncias.</li> </ul>	<p>Resolução de atividade em grupos de 3 alunos.</p> <p>1. Volta a ler o texto "Em família". Retira do texto as palavras necessárias e completa a tabela seguinte.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Linha do texto</th> <th>Palavras retiradas do texto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2</td> <td>__A__ __mãe__ (1)</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>__[R. a]__ __[R. televisão]__ (2)</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>__[R. o]__ __[R. pai]__ (3)</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>__[R. um]__ __[R. jogo]__ (4)</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>__[R. o]__ __[R. árbitro]__ (5)</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>__[R. o]__ __[R. quarto]__ (6)</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>__[R. a]__ __[R. avó]__ (7)</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>__uma__ __cadeira__ (8)</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>__[R. os]__ __[R. olhos]__ (9)</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>__[R. os]__ __[R. óculos]__ (10)</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>__[R. um]__ __[R. sorriso]__ (11)</td> </tr> </tbody> </table> <p>2. Depois de preencheres a tabela, observa com atenção as palavras que aparecem a seguir aos artigos (o, a, os, as; um, uma, uns, umas). Completa as frases a seguir.</p> <p>As palavras do lado direito da tabela designam seres, objetos, coisas que fazem parte do mundo familiar, na história que leste. Servem para <u>nomear</u> entidades, por isso, chamam-se <b>NOMES</b>.</p> <p>2.1. Completa:</p> <p>a) Três nomes da lista identificam objetos concretos, existentes naquele cenário: televisão _____; [R. cadeira] _____; [R. óculos] _____.</p> <p>b) Três dos nomes da lista identificam pessoas pela relação de parentesco: [R. mãe] _____; [R. pai] _____; [R. avó] _____.</p> <p>3. Observa as expressões que estão a negrito na frase seguinte:</p> <p><b>A avó abre os olhos, põe os óculos e faz um sorriso.</b></p> <p>Completa:</p>	Linha do texto	Palavras retiradas do texto	2	__A__ __mãe__ (1)	2	__[R. a]__ __[R. televisão]__ (2)	2	__[R. o]__ __[R. pai]__ (3)	2	__[R. um]__ __[R. jogo]__ (4)	2	__[R. o]__ __[R. árbitro]__ (5)	3	__[R. o]__ __[R. quarto]__ (6)	3	__[R. a]__ __[R. avó]__ (7)	3	__uma__ __cadeira__ (8)	4	__[R. os]__ __[R. olhos]__ (9)	4	__[R. os]__ __[R. óculos]__ (10)	4	__[R. um]__ __[R. sorriso]__ (11)
Linha do texto	Palavras retiradas do texto																										
2	__A__ __mãe__ (1)																										
2	__[R. a]__ __[R. televisão]__ (2)																										
2	__[R. o]__ __[R. pai]__ (3)																										
2	__[R. um]__ __[R. jogo]__ (4)																										
2	__[R. o]__ __[R. árbitro]__ (5)																										
3	__[R. o]__ __[R. quarto]__ (6)																										
3	__[R. a]__ __[R. avó]__ (7)																										
3	__uma__ __cadeira__ (8)																										
4	__[R. os]__ __[R. olhos]__ (9)																										
4	__[R. os]__ __[R. óculos]__ (10)																										
4	__[R. um]__ __[R. sorriso]__ (11)																										

			<p>Ao conjunto das palavras que se organizam à volta de um nome, chamamos Grupo nominal. Na frase apresentada temos [R. <i>a</i>] grupos nominais. São eles: [R. <i>A avó</i>] ; [R. <i>os olhos</i>] ; [R. <i>os óculos</i>] ; [R. <i>um sorriso</i>].</p> <p>▪ Resolução de atividades.</p> <p>1. Pinta de azul os retângulos que contêm <b>grupos nominais</b>.</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="border: 1px solid black;">Acordou cedo</td> <td style="border: 1px solid black;">[R. Os livros]</td> <td style="border: 1px solid black;">[R. Uma viagem]</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">[R. As amigas]</td> <td style="border: 1px solid black;">Sentado junto</td> <td style="border: 1px solid black;">Para dentro</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">[R. As amigas]</td> <td style="border: 1px solid black;">Agora dorme</td> <td style="border: 1px solid black;">Está contra</td> </tr> </table> <p>2. Completa as frases seguintes com <b>grupo nominal</b>.</p> <p>a) _____ [R. <i>O pai</i>] _____ rabuja.  b) _____ [R. <i>a mãe</i>] _____ canta muito bem.  c) _____ [R. <i>A avó</i>] _____ adormeceu cedo.  d) _____ [R. <i>As amigas</i>] _____ jogaram bem.</p>	Acordou cedo	[R. Os livros]	[R. Uma viagem]	[R. As amigas]	Sentado junto	Para dentro	[R. As amigas]	Agora dorme	Está contra
Acordou cedo	[R. Os livros]	[R. Uma viagem]										
[R. As amigas]	Sentado junto	Para dentro										
[R. As amigas]	Agora dorme	Está contra										
<p>Verificar se os alunos são capazes de utilizar o critério da vizinhança para reconhecer nomes.</p>	<p>Estimular nos alunos a autorregulação das suas aprendizagens.</p>	<p>▪ O professor distribui a cada aluno um cartão com 2 questões.</p> <p>▪ Os alunos resolvem as questões por escrito individualmente.</p> <p>▪ Cada aluno partilha com o colega do lado as respostas; em pares, os alunos comparam-nas e verificam se coincidem; discutem os casos em que há discrepância.</p> <p>▪ Cada par apresenta à turma as respostas a que chegaram em conjunto.</p>										

## AULA 2

Tarefa do professor	Meio (como é que o professor vai cumprir a sua tarefa)	Procedimentos	Atividades						
<p>Contextualizar o que os alunos vão aprender e envolvê-los na aula.</p>	<p>Estimular os alunos para a escuta ativa de um texto. Orientar a atenção dos alunos para a leitura silenciosa, com seleção de informação específica.</p>	<p>▪ O professor lê em voz alta um texto distribuído aos alunos.</p> <p>▪ Pede aos alunos que leiam o texto em silêncio e em seguida selecionem palavras que nomeiam entidades do mundo familiar.</p>	<p>Em família 2</p> <p>Acordei estremunhado. O meu relógio tinha parado. Que horas seriam? Saltei da cama. A minha roupa estava toda espalhada. As minhas calças já estavam limpas. A velha camisola também. Vesti-me depressa e desci a correr. Estava atrasado. A minha bicicleta aguardava viajar, ansiosamente. Saltei para cima dela e pedalei sem parar até chegar à Rua das Glicínias. Os meus queridos amigos viviam logo ali à entrada da rua. Não demoraria a chegar.</p>						
<p>Mostrar aos alunos que, no GN, entre o artigo e o nome podem ocorrer outras palavras. Caso os alunos ainda não conheçam conceitos como <i>determinante possessivo</i> ou <i>adjetivo</i>, a atividade pode realizar-se sem recurso a esta terminologia.</p>	<p>Levar os alunos a observar a composição de grupos nominais com determinantes possessivos e com adjetivos.</p>	<p>▪ O professor organiza os alunos em grupos de 3 para preencherem uma tabela com os grupos nominais de 6 frases.</p> <p>▪ O professor monitoriza a realização da atividade.</p> <p>▪ O <i>feedback</i>, após conclusão da atividade pelos grupos, é dado em grande grupo.</p>	<p>▪ Resolução de atividade em grupo de 3 alunos.</p> <p>1. Observa com atenção as frases que foram retiradas do texto.</p> <p>a) O meu relógio tinha parado.  b) A minha roupa estava toda espalhada.  c) As minhas calças já estavam limpas.  d) A velha camisola também.  e) A minha bicicleta aguardava viajar, ansiosamente.  f) Os meus queridos amigos viviam logo ali.</p> <p>1.1. Preenche a tabela seguinte com o grupo nominal de cada uma das frases.</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="border: 1px solid black;">a) [R. <i>O meu relógio</i>]</td> <td style="border: 1px solid black;">d) [R. <i>A velha camisola</i>]</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">b) [R. <i>A minha roupa</i>]</td> <td style="border: 1px solid black;">e) [R. <i>A minha bicicleta</i>]</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">c) [R. <i>As minhas calças</i>]</td> <td style="border: 1px solid black;">f) [R. <i>Os meus queridos amigos</i>]</td> </tr> </table> <p>2. Compara os grupos nominais da tabela anterior com os grupos nominais seguintes:</p> <p>g) <b>O relógio</b> parou.  h) <b>A roupa</b> estava perfumada.  i) <b>As calças</b> rasgaram-se.  j) <b>A camisola</b> é nova.  k) <b>A bicicleta</b> caiu.  l) <b>Os amigos</b> são um tesouro.</p> <p>2.1. Explica por palavras tuas o que observas de diferente quando comparas os grupos nominais da tabela com os grupos nominais a negrito nas frases de g) a l).</p> <p>3. Completa:</p> <p>O grupo nominal é o conjunto de palavras que tem como centro ou núcleo o nome. Pode aparecer de diferentes maneiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- só com o nome (exemplo: <b>Maria</b> <i>chega de mansinho.</i>);</li> <li>- com artigo seguido de nome (exemplos: _____; _____);</li> <li>- com artigo seguido de outra palavra seguida de nome (exemplos: _____; _____).</li> </ul>	a) [R. <i>O meu relógio</i> ]	d) [R. <i>A velha camisola</i> ]	b) [R. <i>A minha roupa</i> ]	e) [R. <i>A minha bicicleta</i> ]	c) [R. <i>As minhas calças</i> ]	f) [R. <i>Os meus queridos amigos</i> ]
a) [R. <i>O meu relógio</i> ]	d) [R. <i>A velha camisola</i> ]								
b) [R. <i>A minha roupa</i> ]	e) [R. <i>A minha bicicleta</i> ]								
c) [R. <i>As minhas calças</i> ]	f) [R. <i>Os meus queridos amigos</i> ]								
<p>Verificar se os alunos são capazes de utilizar o critério da vizinhança para reconhecer nomes.</p>	<p>Estimular nos alunos a autorregulação das aprendizagens.</p>	<p>▪ O professor distribui a cada aluno um cartão com 2 questões.</p> <p>▪ Cada aluno resolve as questões por escrito individualmente.</p> <p>▪ Cada aluno partilha com o colega do lado as respostas; em pares, os alunos comparam-nas e verificam se coincidem; discutem os casos em que há discrepância.</p> <p>▪ Cada par apresenta à turma as respostas a que chegaram em conjunto.</p>	<p>▪ Resolução de atividades.</p> <p>1. Lê o texto atentamente.</p> <p>Nenhum deles chegou a tempo de ver o concerto, mas eu fiquei feliz por terem vindo. Os meus amigos são importantes para mim. O João é dos mais antigos, conhecemo-nos no jardim de infância. A Maria é minha vizinha. Os nossos pais são colegas. Eu sabia que eles me viriam apoiar neste dia tão importante para mim!</p> <p>1.1. Transcreve do texto quatro grupos nominais.</p> <p>- _____ (1); _____ (2); _____ (3); _____ (4).</p> <p>1.2. Completa as frases com dois grupos nominais ligados por "e":</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- _____ O João e [R. <i>a Maria</i>] são dois amigos importantes para mim.</li> <li>- _____ [R. <i>A minha mãe</i>] e o meu pai estiveram no concerto.</li> <li>- [R. <i>Os meus pais</i>] e _____ [R. <i>os meus amigos</i>] apoiaram-me.</li> </ul> <p>1.3. Explica usando palavras tuas o assunto do texto. De que trata este texto?</p>						



Tabela 5 - Sequências de atividades para o 2.º ciclo

Nível de ensino
2.º ciclo do ensino básico
Principal objetivo de aprendizagem
No final da aula, os alunos terão aprendido a distinguir várias formas de composição do grupo nominal.
Objetivo de aprendizagem subsidiário
No final da aula, os alunos terão associado o GN às funções sintáticas de <i>sujeito</i> e de <i>complemento direto</i> .
Enquadramento
<b>Características gerais da turma</b> A turma é constituída por 20 alunos do 5.º ano, alguns deles ainda com dificuldades em reconhecer o grupo nominal e o grupo verbal.
<b>Suposições</b> - Supõe-se que a maioria dos alunos conhece os conceitos de <i>nome</i> , <i>verbo</i> , <i>determinantes artigos</i> , <i>determinantes possessivos</i> , <i>determinantes demonstrativos</i> , <i>quantificadores</i> , <i>grupo nominal</i> , <i>grupo verbal</i> , <i>sujeito</i> e <i>predicado</i> .
<b>Sequência</b>   <i>QUE AULAS TIVERAM ANTES E O QUE PODERÁ VIR DEPOIS? PORQUÊ ESTA AULA NESTE MOMENTO?</i> As aulas anteriores foram sobre narrativas, com atividades de compreensão oral e escrita. As aulas seguintes incluirão leitura, expressão oral e escrita em torno de uma história com caracterização de personagens e relato de experiências.
<b>Antecipação de problemas</b>   <i>O QUE PODE CORRER MAL?</i> <b>Solução</b>   <i>COMO SE PODERÁ RESOLVER?</i>

Tarefa do professor	Meio (como é que o professor vai cumprir a sua tarefa)	Procedimentos	Atividades																
Alargar o conceito de GN, mostrando diversas composições que pode assumir.	Levar os alunos a observar várias ocorrências de GN para ampliarem o conceito que aprenderam no 1.º ciclo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O professor organiza os alunos em grupos de 3 para realizarem uma atividade sobre diferentes composições do grupo nominal, a correspondência entre grupos nominais retirados de um texto e formas de composição possíveis.</li> <li>▪ O professor monitoriza a realização da atividade.</li> <li>▪ O <i>feedback</i>, após conclusão da atividade pelos grupos, é dado em grande grupo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Resolução de atividades.</li> </ul> <p>Lê o texto atentamente.</p> <p>Dois amigos</p> <p>O meu livro conta a história de dois amigos que descobriram uma casa antiga numa rua da cidade. Alguns músicos vinham a essa casa. Eles reuniam-se muitas vezes e criaram uma divertida canção. Era uma canção sobre um barulhento jardim que ficava atrás da casa. Este livro relata todas as aventuras que os dois amigos viveram nessa casa.</p> <p>1.1. Faz a correspondência entre os grupos nominais à esquerda e a informação à direita sobre o modo como está construído cada grupo nominal.</p> <table border="0"> <tr> <td>1. O meu livro</td> <td>A. Pronome pessoal</td> </tr> <tr> <td>2. Este livro</td> <td>B. Determinante demonstrativo + N</td> </tr> <tr> <td>3. dois amigos</td> <td>C. Artigo + adjetivo + N</td> </tr> <tr> <td>4. uma casa antiga</td> <td>D. Artigo + N + adjetivo</td> </tr> <tr> <td>5. um barulhento jardim</td> <td>E. Artigo + determinante possessivo + N</td> </tr> <tr> <td>6. Alguns músicos</td> <td>F. Quantificador numeral + N</td> </tr> <tr> <td>7. Eles</td> <td>G. Quantificador existencial + N</td> </tr> <tr> <td>8. todas as aventuras</td> <td>H. Quantificador universal + artigo + N</td> </tr> </table> <p>[R. 7A, 2B, 5C, 4D, 1E, 3F, 6G, 8H]</p>	1. O meu livro	A. Pronome pessoal	2. Este livro	B. Determinante demonstrativo + N	3. dois amigos	C. Artigo + adjetivo + N	4. uma casa antiga	D. Artigo + N + adjetivo	5. um barulhento jardim	E. Artigo + determinante possessivo + N	6. Alguns músicos	F. Quantificador numeral + N	7. Eles	G. Quantificador existencial + N	8. todas as aventuras	H. Quantificador universal + artigo + N
1. O meu livro	A. Pronome pessoal																		
2. Este livro	B. Determinante demonstrativo + N																		
3. dois amigos	C. Artigo + adjetivo + N																		
4. uma casa antiga	D. Artigo + N + adjetivo																		
5. um barulhento jardim	E. Artigo + determinante possessivo + N																		
6. Alguns músicos	F. Quantificador numeral + N																		
7. Eles	G. Quantificador existencial + N																		
8. todas as aventuras	H. Quantificador universal + artigo + N																		
Substituir o GN, cujo núcleo é um NOME, por pronomes pessoais tónicos ou átonos, em função da sua posição típica, à esquerda ou à direita do verbo.	Mostrar aos alunos que o GN pode ocorrer à esquerda do verbo, e ser substituído por pronomes pessoais tónicos, ou à sua direita, e ser substituído pelos pronomes pessoais átonos <i>o, a, os, as</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O professor organiza novamente os alunos em grupos de 3 para procederem a operações de substituição de grupos nominais cujo núcleo é um NOME por pronomes pessoais tónicos e átonos.</li> <li>▪ Monitoriza a realização da atividade, acompanhada pelo</li> </ul>	<p>1.2 Substitui os grupos nominais à esquerda e à direita do verbo pelos pronomes pessoais adequados e completa a tabela.</p>																

		registo individual de conclusões.	<table border="1"> <thead> <tr> <th>GN -----&gt;</th> <th>GN (Pronome pessoal)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>O meu livro</b> [conta]</td> <td><b>Ele</b> [conta] -----</td> </tr> <tr> <td>[Descobriram] <b>uma casa antiga</b></td> <td>[Descobriram] - na</td> </tr> <tr> <td><b>Alguns músicos</b> [vinham]</td> <td>Eles [vinham]</td> </tr> <tr> <td>[Criaram] <b>uma divertida canção</b></td> <td>[Criaram] -na (n+a)</td> </tr> <tr> <td><b>Este livro</b> [relata]</td> <td>Ele [relata]</td> </tr> <tr> <td>[relata] <b>todas as aventuras</b></td> <td>[relata] -as</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Ele, ela, eles, elas   -o, -a, -os, -as</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"> <span style="margin-right: 100px;">↓</span> SUJEITO      ↓  <span style="margin-right: 100px;">↓</span> COMPLEMENTO DIRETO </p>	GN ----->	GN (Pronome pessoal)	<b>O meu livro</b> [conta]	<b>Ele</b> [conta] -----	[Descobriram] <b>uma casa antiga</b>	[Descobriram] - na	<b>Alguns músicos</b> [vinham]	Eles [vinham]	[Criaram] <b>uma divertida canção</b>	[Criaram] -na (n+a)	<b>Este livro</b> [relata]	Ele [relata]	[relata] <b>todas as aventuras</b>	[relata] -as		Ele, ela, eles, elas   -o, -a, -os, -as
GN ----->	GN (Pronome pessoal)																		
<b>O meu livro</b> [conta]	<b>Ele</b> [conta] -----																		
[Descobriram] <b>uma casa antiga</b>	[Descobriram] - na																		
<b>Alguns músicos</b> [vinham]	Eles [vinham]																		
[Criaram] <b>uma divertida canção</b>	[Criaram] -na (n+a)																		
<b>Este livro</b> [relata]	Ele [relata]																		
[relata] <b>todas as aventuras</b>	[relata] -as																		
	Ele, ela, eles, elas   -o, -a, -os, -as																		
Estabelecer a correspondência entre GN que podem ser substituídos por pronomes pessoais tónicos e a função sintática de sujeito e GN que podem ser substituídos por pronomes pessoais átonos (o, a, os, as) e a função sintática de complemento direto.	Levar os alunos a observar a diferença entre o GN com função sintática de sujeito e o GN com função sintática de complemento direto.		<p><b>Regista no caderno</b></p> <p>Os GN substituídos por pronomes pessoais tónicos (eu, tu, ele/a, nós, vós/vocês, eles/as) concordam em pessoa e número com o verbo e têm a função sintática de SUJEITO.</p> <p>Os GN substituídos pelos pronomes pessoais átonos o, a, os, as têm a função sintática de COMPLEMENTO DIRETO.</p> <p>1.3 Completa:</p> <p>a) Em 1.2, os GN à esquerda do verbo, com a função sintática de Sujeito são:      ___ O meu livro / Ele ___; Alguns músicos / Eles ___; Este livro / Ele ___.</p> <p>b) Em 1.2, os GN à direita do verbo com a função sintática de Complemento Direto são:      uma casa antiga/ (n)a ___; uma divertida canção / (n)a ___; todas as aventuras/ as.</p>																
Verificar se os alunos utilizam o critério da vizinhança para reconhecer nomes e grupos nominais	Estimular nos alunos a autorregulação das aprendizagens.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O professor distribui a cada aluno um cartão com 3 questões.</li> <li>• Cada aluno resolve as questões por escrito individualmente.</li> <li>• Cada aluno partilha com o colega do lado as respostas; em pares, os alunos comparam-nas e verificam se coincidem; discutem os casos em que há discrepância.</li> <li>• Cada par apresenta à turma as respostas a que chegaram em conjunto.</li> </ul>	<p>Lê o texto atentamente.</p> <p style="text-align: center;">Em família</p> <p>Maria entra na sala de mansinho. Ninguém a vê. Ninguém a ouve. Ninguém se mexe. A mãe continua a olhar distraidamente para a televisão. O pai assiste a um jogo de futebol e rabaça em surdina contra o árbitro. Estão num outro mundo. Maria desiste e vai para o seu quarto. Mas a avó, que tinha estado a dormir numa cadeira de braços e parecia adormecida, abre os olhos, põe os óculos e lança-lhe um grande sorriso.</p> <p>Maria corre. Abraça-a. Agora sim, ela está muito feliz.</p> <p>1.1. Observa o quadro abaixo, com três grupos verbais retirados do texto.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>1</td> <td>[abre] os olhos.</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>[põe] os óculos.</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>[lança-lhe] um grande sorriso.</td> </tr> </table> <p>Completa:</p> <p>À direita do verbo, todos os constituintes do grupo verbal são grupos ___ nominais ___, porque têm como elementos principais os nomes olhos, óculos e sorriso.</p> <p>Junto a cada um desses nomes, só num dos exemplos dados existe um outro constituinte: grande.</p> <p>1.2. Cada um dos três constituintes do grupo verbal pode ser substituído por um pronome pessoal átono: os olhos / os ___; os óculos / (n)os ___; um grande sorriso / ___ o ___. Estes grupos nominais e os pronomes pessoais que os podem substituir têm a função sintática de Complemento direto ___.</p> <p>À esquerda de cada um dos três grupos verbais encontra-se o GN <i>a avó</i> que pode ser substituído pelo pronome pessoal <i>Ela</i>, com a função sintática de Sujeito ___.</p>	1	[abre] os olhos.	2	[põe] os óculos.	3	[lança-lhe] um grande sorriso.										
1	[abre] os olhos.																		
2	[põe] os óculos.																		
3	[lança-lhe] um grande sorriso.																		

Tabela 6 - Sequências de atividades para o 3.º ciclo

<b>Nível de ensino</b>
<b>3.º ciclo do ensino básico</b>
<b>Principal objetivo de aprendizagem</b>
No final da aula, os alunos terão aprendido a reconhecer a função sintática de complemento direto associada a GN e a oração subordinada substantiva completiva.
<b>Objetivo de aprendizagem subsidiário</b>
No final da aula, os alunos terão aprendido a associar a oração subordinada completiva à função de complemento direto de verbos transitivos diretos.
<b>Enquadramento</b>
<b>Características gerais da turma</b>
A turma é constituída por 26 alunos do 7.º ano.
<b>Suposições</b>
- Supõe-se que os alunos conhecem os conceitos de <i>nome, verbo, determinantes artigos, determinantes possessivos, determinantes demonstrativos, quantificadores, grupo nominal, grupo verbal, sujeito e predicado</i> .
<b>Sequência</b>   <i>QUE AULAS TIVERAM ANTES E O QUE PODERÁ VIR DEPOIS? PORQUÊ ESTA AULA NESTE MOMENTO?</i>
As aulas anteriores foram sobre a narrativa, em particular, sobre diálogos dentro de narrativas, a partir dos quais se trabalhou o discurso direto e o discurso indireto. As aulas seguintes incluirão produção escrita de uma notícia a partir de um acontecimento discursivo (uma entrevista, uma comunicação oficial, declarações de uma imprensa, entre outros possíveis).
<b>Antecipação de problemas</b>   <i>O QUE PODE CORRER MAL?</i> <b>Solução</b>   <i>COMO SE PODERÁ RESOLVER?</i>

Tarefa do professor	Meio (como é que o professor vai cumprir a sua tarefa)	Procedimentos	Atividades
Contextualização das aprendizagens a realizar na aula, referindo a frequência com que no quotidiano expressamos desejos, expectativas e mundos possíveis.	Retomar o universo de referência familiar, associado à narrativa que tenha sido trabalhada na sequência anterior, para introduzir o conteúdo a trabalhar na presente aula. O trabalho é iniciado com a expressão de desejos e	<ul style="list-style-type: none"> <li>O professor projeta o livro digital <i>Eu espero...</i>, de Davide Cali e Serge Block, após a instrução de trabalho:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>em grupos de 3, os alunos deverão: identificar uma pessoa de família que possa ser associada ao narrador; identificar quatro desejos e/ou expectativas do narrador,</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução de atividades.</li> </ul> <p>1. Ouve atentamente o texto (versão digital) <i>Eu espero...</i>, de Davide Cali e Serge Block. Após a primeira audição, debate com os teus colegas de grupo as informações que poderás responder às seguintes questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>por que razão o título tem um início de uma frase e reticências a seguir ao verbo?</li> <li>quantos desejos e/ou expectativas são formuladas ao longo do texto? Regista 4.</li> <li>a que fases da vida se refere o texto? Indica uma idade possível associada às diferentes vozes no texto?</li> </ol>
	expectativas na 1.ª pessoa do singular.	<ul style="list-style-type: none"> <li>equivalentes a 4 fases de vida diferentes.</li> <li>O professor monitoriza a realização da atividade.</li> <li>O <i>feedback</i> é dado por escrito: o professor distribui por cada grupo uma folha com a transcrição dos desejos e/ou expectativas formulados no texto e cada grupo compara com as respostas dadas, corrigindo e completando o trabalho realizado.</li> </ul>	<p>Após primeira troca de ideias com o teu grupo, faz uma segunda audição para tornares mais precisa e completa a informação que vais usar para responder às questões.</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 10px 0;"> <p style="text-align: center;"><i>Folha de soluções distribuída pelo professor.</i></p> <p>Espero crescer.</p> <p>[Espero] um beijo antes de adormecer.</p> <p>[Espero] que o bolo esteja cozido.</p> <p>[Espero] que não chova mais.</p> <p>[Espero] que chegue o Natal.</p> <p>Espero o amor.</p> <p>[Espero] o início do filme.</p> <p>[Espero] voltar a vê-la.</p> <p>Espero pelo apito do chefe da estação.</p> <p>[Espero] o fim da guerra.</p> <p>[Espero] uma carta.</p> <p>[Espero] que ela diga <i>sim</i>.</p> <p>Espero um bebé.</p> <p>[Espero] saber se é menino ou menina.</p> <p>[Espero] que os filhos cresçam.</p> <p>[Espero] pelas férias.</p> <p>[Espero] que seja o outro a pedir desculpa.</p> <p>Espero que os filhos telefonem.</p> <p>[Espero] que o médico diga "Não é grave".</p> <p>[Espero] que ela não sofra mais.</p> <p>[Espero] que regresses a Primavera.</p> <p>Espero que batam à porta.</p> <p>[Espero] que os filhos me visitem.</p> <p>[Espero] que, em breve, haja mais alguém na família.</p> <p>Espero o fio da vida.</p> <p style="text-align: right;">Davide Cali e Serge Block, <i>Eu espero...</i></p> </div>
Desenvolver a capacidade de observação de dados sistematizados, a deteção de regularidades e a construção de generalizações acerca das orações completivas de verbo com função de complemento direto.	Levar os alunos a observar várias ocorrências para ampliarem o conceito de complemento direto que aprenderam nos ciclos anteriores, através da identificação dos diferentes constituintes que podem realizar a função sintática de complemento direto do verbo <i>Esperar</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>O professor indica a realização da atividade seguinte por escrito, individualmente numa folha de trabalho.</li> <li>Após a conclusão do trabalho individual, os alunos são agrupados em pares para compararem o trabalho realizado e resolverem as diferenças encontradas.</li> <li>A seguir, cada par partilha com a turma o trabalho.</li> </ul>	<p>Resolução de atividades.</p> <p>1. Tendo como ponto de partida a transcrição do texto <i>Eu espero...</i>, de Davide Cali e Serge Block, que te foi entregue, observa muito atentamente cada uma das frases que o compõem. Encontrarás quatro formas diferentes de construção do constituinte que funciona como complemento direto do verbo.</p> <p>Preenche o esquema seguinte agrupando em cada campo as frases com construções semelhantes.</p> <p>2. Compara as tuas respostas com as do teu colega de carteira e verifiquem se agruparam as frases do mesmo modo. Discutam as diferenças que encontrarem até chegarem a consenso.</p>

		<p>▪ No final, o professor projeta o esquema preenchido com as respostas certas.</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 10px;"> <p><u>crescer.</u> <u>voltar a vê-la.</u> <u>saber se é menino ou menina.</u></p> <hr/> <p><u>pelo apito do chefe da estação.</u> <u>pelas férias.</u></p> <hr/> <p><u>um beijo antes de adormecer.</u> <u>o amor.</u> <u>o início do filme.</u> <u>o fim da guerra.</u> <u>uma carta.</u> <u>um bebé.</u> <u>o fio da vida.</u></p> <hr/> <p><u>que o bolo esteja cozido.</u> <u>que não chova mais.</u> <u>que chegue o Natal.</u> <u>que ela diga sim.</u> <u>que os filhos cresçam.</u> <u>que seja o outro a pedir desculpa.</u> <u>que os filhos telefonem.</u> <u>que o médico diga "Não é grave".</u> <u>que ela não sofra mais.</u> <u>que regresse a Primavera.</u> <u>que batam à porta.</u> <u>que os filhos me visitem.</u> <u>que, em breve, haja mais alguém na família.</u></p> </div> <p>Eu espero...</p> <p><b>Regista no caderno</b> As frases construídas com o verbo <i>Esperar</i> têm sujeito e complemento direto. <i>Esperar</i> é um verbo transitivo direto. O complemento direto de <i>Esperar</i> pode ter diferentes formas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- oração infinitiva (ex.: Espero <u>crescer</u>);</li> <li>- grupo preposicional (com a preposição "por". Ex.: Espero <u>por ti</u>);</li> <li>- grupo _____ (ex.: _____);</li> <li>- oração subordinada completiva (ex.: _____).</li> </ul>
			<p>Será que só o verbo <i>Esperar</i> é que pode ser construído com uma oração subordinada completiva como complemento direto que lhe completa o sentido? Ou há mais verbos que se constroem desta forma?</p>
<p>Verificar se os alunos são capazes de mobilizar o conhecimento explícito adquirido a novas situações.</p> <p>Reinvestir o conhecimento explícito da língua adquirido na produção escrita de modo a desenvolver a consciência linguística.</p>	<p>Estimular nos alunos a mobilização das aprendizagens para ampliarem o <i>corpus</i> de análise de frases complexas com orações completivas de verbo com função sintática de complemento direto.</p> <p>Motivar os alunos para a escrita de um texto diário ou confessional, na 1.ª pessoa do singular, em que se dê espaço para a expressão de expectativas, previsões e desejos para um futuro longínquo, de modo a potenciar a predominância de construções com orações subordinadas completivas.</p>	<p>▪ O professor distribui a cada aluno um cartão com 2 verbos.</p> <p>▪ Cada aluno constrói duas frases (uma com cada um dos verbos) por escrito individualmente. As frases têm de ter uma construção com oração completiva como complemento direto do verbo.</p> <p>▪ Cada aluno partilha com o colega do lado as respostas; em pares, os alunos comparam-nas e verificam se as frases construídas (2 de cada aluno) obedecem à estrutura requerida. Discutem os casos em que há discrepância e corrigem-nos.</p> <p>Cada aluno apresenta à turma as duas frases que construiu. A turma avalia se as construções estão de acordo com a estrutura solicitada. Depois de cada frase validada pela turma, cada aluno vai ao quadro e fixa numa cartolina o seu cartão com as frases.</p>	<p>▪ Resolução de atividade.</p> <p>1. Cada cartão contém dois verbos. Os verbos são diferentes em vários cartões, de modo a haver, no final da atividade, diversidade nas frases construídas com uma estrutura idêntica. Poderão ser referidos verbos como: <i>lamentar, querer, temer, admitir, imaginar, pensar, supor, acreditar, julgar, prever, suspeitar, desejar</i>.</p> <p>As frases a validar no final da atividade têm de obedecer à seguinte construção:</p> <p style="text-align: center;">Eu + Verbo (1.ª pessoa do sing.) + oração subordinada completiva.</p> <p>2. Após a primeira validação pela turma, os alunos trabalharão com as frases que estão nos cartões afixados na cartolina exposta para toda a turma.</p> <p><b>Reparem</b> Para terem a certeza absoluta de que a oração subordinada completiva iniciada pela conjunção <i>que</i> tem a função de complemento direto, fazem o seguinte teste: substituem a oração pelo pronome pessoal "isso". Se a frase nova for correta, significa que é gramatical e, então, a oração que foi substituída é mesmo o complemento direto.</p> <p style="text-align: center;">Vamos experimentar?</p> <p>Exemplo 1 – Eu espero <u>que não chova</u>. &gt; Eu espero <u>isso</u>. &gt; CORRETO = complemento direto</p> <p>Cada aluno vai buscar um cartão dos que estão afixados na cartolina e trabalha com as frases nele escritas para realizarem o teste sintático de identificação do complemento direto.</p> <p>3. Escreve um texto em que expresas o que <i>esperas, imaginas ou prevês</i> acerca do futuro. Como imaginas que será o mundo em 2090? Haverá robôs para tudo? O que <i>supões</i> que seja o teu trabalho nessa altura? Escreve na 1.ª pessoa do singular, como se fosse uma página de diário.</p> <p>No final da aula, o professor pode referir que os alunos aprenderão muito mais sobre orações subordinadas completivas com função de complemento direto selecionado por verbos que também se usam muito no dia a dia: verbos que servem para introduzir o discurso indireto.</p>

<p>Estimular a capacidade de resolução de problemas de compreensão de texto mobilizando conhecimento sobre frases complexas, em particular sobre orações subordinadas completivas de verbo, com função sintática de complemento direto.</p>	<p>Propor aos alunos a realização de uma atividade de leitura de um texto através do qual os alunos são desafiados a convocar conhecimento sintático relacionado com frases complexas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O professor propõe aos alunos a realização de uma atividade para verificação da compreensão do conceito de oração subordinada completiva de verbo. Atividade a realizar individualmente por escrito.</li> <li>▪ Depois de realizada e entregue a atividade 1.1. e 1.2., o professor lança à turma o desafio de identificar, no texto, as diferentes orações coordenadas e subordinadas. Esta atividade será realizada como desafio, em grande grupo.</li> </ul>	<p>1. Lê o texto em silêncio para ficares com uma ideia global do assunto.</p> <p style="text-align: center;">Supõe que me tornava um velho e sábio professor que estudava línguas antigas e quando uns homens que escavavam numas ruínas encontrassem uma pedra enorme com uma escrita esquisita que ninguém compreendia a enviavam para mim para saber qual o significado e eu descobria que era um feitiço secreto que explicava como desaparecer e quando insistissem para lhes dizer eu simplesmente acenava e desaparecia...</p> <p style="text-align: center;">Reid Alastair e JooHee Yoon, <i>Supõe...</i>, Figueira da Foz, Bruuá Editora, 2018.</p> <p>1.1. Selecciona, na lista de frases abaixo apresentada, aquelas que contêm orações subordinadas completivas.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Supõe que me tornava um velho e sábio professor que estudava línguas antigas.</li> <li>b) Uns homens que escavavam numas ruínas encontraram uma pedra enorme.</li> <li>c) Ninguém compreendia que a pedra com a escrita esquisita tinha a receita de um feitiço.</li> <li>c) Imagina que eu descobria que era um feitiço secreto.</li> <li>d) Quando insistissem para lhes dizer, eu desaparecia.</li> </ol> <p>1.2. Explica como pensaste até seleccionares as frases com oração subordinada relativa.</p>
---	--	--	---



# Os operadores discursivos *ahora bien / ahora, (que)* e as suas correspondências em traduções literárias para português<sup>1</sup>

Rogelio Ponce de León

[rromeo@letras.up.pt](mailto:rromeo@letras.up.pt)

Universidade do Porto

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Isabel Margarida Duarte

[iduarte@letras.up.pt](mailto:iduarte@letras.up.pt)

Universidade do Porto

*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

## ABSTRACT.

Following previous work by the authors (Ponce de León & Duarte 2013; Duarte & Ponce de León 2015; Duarte & Ponce de León 2017; Duarte & Ponce de León 2018; Ponce de León & Duarte 2020), the paper aims to analyse the discourse values of the Spanish forms *ahora (que) / ahora bien* - studied in detail by specialists (Martín Zorraquino & Portolés 1999; Santos Río 2003; Fuentes 2009; Loureda & Acín 2010) - and their correspondences with Portuguese discourse markers, by analysing Portuguese translations of Spanish literary texts. The paper is divided in three parts: a) In the first part, following our previous work (Ponce de León & Duarte 2020) and other studies - some of them cited above - that analyse discourse markers, the different discourse values assumed by these forms are briefly presented and analysed, from a synchronic and diachronic perspective, based on grammatical and lexicographical resources, as well as on Spanish corpora. b) In the second part, the correspondences of the analysed values of *ahora (que) / ahora bien* with Portuguese expressions, *ora* and *agora* are determined. Studies on these Portuguese markers (Duarte 1989; Gonçalves 2004; Marques & Rei 2020) are used to establish these correspondences. c) In the third part, the correspondences of *ahora (que) / ahora bien* in a corpus of translations into Portuguese of Spanish-language literary texts are studied, trying to clarify the acceptability of different translation solutions for each value of the forms *ahora (que) / ahora bien*.

## KEY WORDS.

*ahora (que) / ahora bien*; discourse markers; Spanish-Portuguese contrastive pragmatics.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT - UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).  
Para a Professora Ana Maria Brito, a nossa homenagem.

## RESUMO.

Na sequência de trabalhos anteriores dos autores (Ponce de León & Duarte 2013; Duarte & Ponce de León 2015; Duarte & Ponce de León 2017; Duarte & Ponce de León 2018; Ponce de León & Duarte 2020), o artigo tem como objetivo analisar os valores discursivos das formas espanholas *ahora (que) / ahora bien* – estudados com pormenor pelos especialistas (Martín Zorraquino & Portolés 1999; Santos Río 2003; Fuentes 2009; Loureda & Acín 2010) – e as suas correspondências com partículas discursivas do português, tomando como referência traduções para português de textos literários espanhóis. O trabalho é dividido em três partes: a) Na primeira parte, tendo como referência um trabalho nosso anterior (Ponce de León & Duarte 2020), bem como os estudos – alguns deles acima citados – que analisam os operadores discursivos –, são apresentados e analisados, de forma sumária, numa perspetiva sincrónica e diacrónica, os diferentes valores discursivos que assumem as formas, com base em recursos gramaticográficos, lexicográficos, bem como em *corpora* do espanhol. b) Na segunda parte, são determinadas as correspondências dos valores analisados de *ahora (que) / ahora bien* com expressões do português, *ora (bem)* e *agora*. São utilizados, para estabelecer as correspondências, estudos sobre estas partículas portuguesas (Duarte 1989; Gonçalves 2004; Marques & Rei 2020). c) Na terceira parte, são estudadas as correspondências de *ahora (que) / ahora bien* num corpus de traduções para português de textos literários em língua espanhola, tratando de dilucidar a aceitabilidade das diversas soluções de tradução para cada valor das formas *ahora (que) / ahora bien*.

## PALAVRAS-CHAVE.

*ahora (que) / ahora bien*; partículas discursivas; pragmática contrastiva espanhol-português.

## 1 Introdução

No presente estudo, na sequência de trabalhos nossos anteriores (Ponce de León & Duarte 2013; Duarte & Ponce de León 2015; Duarte & Ponce de León 2017; Duarte & Ponce de León 2018; Ponce de León & Duarte 2020), propomo-nos analisar os valores das partículas discursivas espanholas *ahora bien* e *ahora (que)*, em confronto com as formas correspondentes em português, por forma a determinar o grau de aceitabilidade na tradução para português das referidas formas espanholas, registadas em obras literárias. A análise da tradução de espanhol para português tem como base as ocorrências de *ahora bien / ahora (que)* num *corpus* constituído por quatro romances de autores espanhóis com a correspondente tradução para português. O estudo enquadra-se numa perspetiva contrastiva entre as duas línguas românicas, no âmbito da análise dos valores pragmáticos de marcadores discursivos.



## 2 Valores de *ahora bien* / *ahora (que)*

### 2.1 *Ahora bien*

A forma *ahora bien*, de acordo com o *Diccionario crítico-etimológico de la lengua castellana* de Corominas e Pascual (1984: III, 387-388), parece ter-se utilizado como partícula discursiva, pelo menos desde o século XVI, num registo oral, com valores discursivos diversos (continuativo, digressivo ou metadiscursivo) (Ponce de León & Duarte 2020: 265). Neste sentido, Javier Elvira (2009: 110) observa que esta forma, com uma base semântica que combina os sentidos ampliador e matizador de *ahora* e o sentido continuativo de *bien*, já se documenta desde meados do século XVI com o sentido contra-argumentativo, se bem que nós não tenhamos conseguido localizar, no *Corpus de Referencia Diacrónico de Español* (CORDE), ocorrências da partícula com esse valor. De resto, Elvira (2009: 111) refere que o sentido contra-argumentativo de *ahora bien* só se generaliza a partir do século XVIII.

Este valor parece ser, na atualidade, o exclusivo da partícula, tal como é referido por María Antonia Martín Zorraquino e José Portolés Lázaro – e também por outros autores (Santos Río 2003: 182; Fuentes 2009: 38) –:

El conector ***ahora bien*** presenta el miembro del discurso que lo antecede, frecuentemente formado por una secuencia de enunciados, como la exposición completa de un estado de cosas e introduce un nuevo miembro que elimina alguna conclusión que se pudiera inferir de él. Se sitúa en la parte inicial de su miembro discursivo [...].

Este significado de *ahora bien* favorece que sea un único hablante el autor de los dos miembros vinculados. Ello limita en gran medida las apariciones de este conector en el comienzo una nueva intervención (Martín Zorraquino & Portolés Gómez 1999: 4118-4119).

Catalina Fuentes, por seu turno, para além de apresentar os valores argumentativos e informativos da partícula – nomeadamente, de restrição ou objeção e de mudança de tópico –, caracteriza o tipo de texto e o registo em que é habitualmente utilizado: de forma predominante, o esquema é o monológico, num registo culto e escrito:

1. Contraposición al grupo de enunciados precedente. Giro informativo a un aspecto más importante.
2. Se usa, como *pero*, para introducir lo que el hablante privilegia informativa y argumentativamente, en oposición con lo anterior. Puede ser:
  - a) una restricción u objeción;
  - b) un cambio de tópico [...].
3. Aparece generalmente tras un grupo de enunciados, enlazando párrafos, para marcar el giro informativo y dejar sin relevancia lo dicho. También entre enunciados, incluso parentéticos. Es raro entre intervenciones [...] (Fuentes 2009: 38).

## 2.2 *Ahora (que)*

No que toca à partícula *ahora*, (*que*), María Antonia Martín Zorraquino e José Portolés Lázaro caracterizam-na com o valor aproximado a *ahora bien* – portanto, como conector contra-argumentativo –, mas como sendo utilizada num registo oral, se bem que os mesmos autores reconheçam que também aparece na linguagem escrita, mesmo em contexto de não imitação do registo oral:

Aunque con un significado próximo a *ahora bien*, **ahora** es un conector contraargumentativo mucho más frecuente que el anterior en el coloquio [...]. No obstante, también se encuentra en el lenguaje escrito, incluso sin intentar remedar el oral [...].

Al contrario de lo que hemos señalado para *ahora bien*, *ahora* comienza con frecuencia un turno de palabra (Martín Zorraquino & Portolés Lázaro 1999: 4119-4120).

Por sua vez, Catalina Fuentes analiza *ahora*, (*que*) como variante de *ahora bien*:

1. Contraposición de dos informaciones. Paso a lo más relevante.
2. Puede usarse para marcar dicha oposición, o bien como mero continuativo, dando paso al tópico o aspecto temático más importante [...].

3. Su función es paralela a la conjunción pero: oposición de relevancia informativa y argumentativa (y/o de contenidos). A esto añade un quiebro sintáctico, un giro, marcado por la pausa y su restricción a relacionar enunciados o párrafos (Fuentes 2009: 38-39);

no entanto, esta autora reforça, para além do sentido contra-argumentativo, um segundo valor de tipo continuativo, “dando paso al tópico o aspecto temático más o aspecto temático más importante” (Fuentes 2009: 39). Da mesma forma, Margarita Borreguero Zuloaga, num trabalho recente (2019), mostra que, para além do sentido contra-argumentativo, este conetor pode funcionar, num registo oral, com outros valores – relacionados talvez com a base semântica de *ampliador / anunciador* –, entre os quais sobressaem o de introdutor de informações remáticas ou de organizador textual próximo de um digressor, valores estes que, parecem-nos, não têm sido suficientemente analisados, pelo menos até o estudo desta investigadora.

### 3 Correspondências de *ahora bien / ahora (que)* em português

Relativamente às correspondências de *ahora bien* e *ahora, (que)* em português, partimos, como hipótese de trabalho, do confronto com formas etimologicamente aparentadas; isto é: *ora, ora bem* e *agora*; dos valores discursivos das duas primeiras formas, ocuparam-se diversos especialistas (Duarte 1989; Gonçalves 2004; Marques & Sánchez Rei 2020; Ponce de León & Duarte 2020).

#### 3.1 *Ora*

No que toca à partícula *ora*, com base nos trabalhos indicados, sublinhámos (Ponce de León & Duarte 2020: 262-264) a sua ocorrência em *corpora* orais e escritos, e em discursos de diferentes graus de formalidade, sendo o *ora* interjetivo muito mais frequente em discurso oral ou discurso relatado na ficção e no género jornalístico. Quanto aos seus valores predominantes, distinguimos três (Ponce de León & Duarte 2020: 263-264). O primeiro é o já referido valor interjetivo que ocorre em sequências dialogais, marcadas por algum grau de informalidade, em intervenções

reativas e traduz, geralmente, apreciação negativa sobre o enunciado do interlocutor, repúdio. As formas *ora essa! ora ora, ora bolas!*, etc., como em (1), valem por atos expressivos de desvalorização do dito do interlocutor:

- (1) E como explica ele que o Oronte tivesse começado a correr ao contrário? **Ora** diz-me lá [Eça de Queirós, Alves & Cia, 1925].

Quanto ao segundo, com uma entoação específica, uma intervenção reativa reduzida a *ora* (ou ao equivalente *ora exatamente*) tem valor de anuência, equivalendo a *claro, evidentemente*. E *ora* pode iniciar um ato expressivo de saudação, como em (2):

- (2) À saída, quase ia esbarrando com o velho colono.  
- **Ora** viva, senhor Anacleto. - E estendeu-lhe a mão, prazenteiro. [Davies & Ferreira. Soromenho Castro, *Terra Morta*, 1949]

Por isso Duarte (1989) refere valores escalares entre apreciação positiva e negativa e chamada de atenção para o alocutário, como em (3):

- (3) O Paulo Branco é a nossa "Metro Goldwin Mayer". **Ora** veja: o IPACA deu nove subsídios e só se fizeram quatro filmes, todos eles produzidos pelo Paulo Branco. [Davies & Ferreira. 12119Or:Pt:Intrv:Jrml].

Por fim, o *ora* "articulador de segmentos discursivos", organizador textual e marcador argumentativo ocorre sobretudo em sequências monológicas. Tem um funcionamento textual de organizador da informação. Revela, sobretudo, valor de oposição ou restrição, valor argumentativo, contra-argumentativo, contrastivo, ou de marcação de fronteira entre dois pontos de vista diferentes e é mais típico do discurso escrito como em (4):

- (4) Dir-se-á compenetrar-se a mulher cêrca dos trinta anos de quanto o homem lhe deve e o inferno lhe é credor. **Ora** Licinia aproximava-se dessa idade. A sua presença atraia os olhares dos homens e fazia despertar nêles desejos lascivos. [Simões, João Gaspar, Pântano, 1939].

Outros valores dizem respeito à marcação de continuação, argumento coorientado equivalendo a *portanto, de facto, acontece que..., posto isto*, em movimentos discursivos conclusivos, assinalando a progressão narrativa, e frequentemente o marcador específica, reorganiza, reorienta (embora, em nossa opinião, não pareça que reformule), focaliza, e marca, como notam Marques e Sánchez Rei (2020: 450), a passagem da asserção a outros valores ilocutórios, “nomeadamente exclamativos e diretivos”. Os mesmos autores assinalam o uso de *ora* como sintoma de hesitação, planificação, dificuldade de formular o enunciado.

### 3.2. *Ora bem*

No que toca a *ora bem*, recentemente pusemos em relevo (Ponce de León & Duarte 2020: 264-265) que ocorre sobretudo em discurso oral, não existe no discurso académico e, na ficção, encontramos ocorrências nos diálogos entre personagens. As que ocorrem no discurso jornalístico fazem parte, de forma idêntica, de sequências de discurso relatado. *Ora bem* aparece muitas vezes no início (5), frequentemente como anuência e concordância em intervenção reativa, resposta com valor de concordância com o alocutário, mas também para preparar o alocutário para um segmento discursivo eventualmente de força argumentativa contrária (6), ou a fechar uma intervenção (7), e também no meio de intervenção (8), funcionando então como conexão, síntese ou mudança de tópico, contraste antes de um argumento mais forte, ou mera forma de o locutor ganhar tempo para melhor organizar a resposta:

- (5) Recebeu o pícaro os novos bilhetes e tirando entao os que lhe haviam dado no dia antecedente, cotejando uns com os outros, lhes disse: - **Ora bem**, senhoras minhas, já vossas mercês lograram o que prometi, já todas se farao moças. Vossa Mercê tinha ontem noventa anos, agora nao tem mais que cinquenta. [João Baptista de Castro, Hora de recreio, 1742].
- (6) par = ext207709-nd-96a-1: «**Ora bem, ora bem.**» (CETEMPublico)
- (7) par = ext670609-soc-98b-2: Estão ali todos uns com os outros, no restaurante, **ora bem.** (CETEMPublico)
- (8) - Um problema que afecta os Penalvenses é a falta de emprego no

Concelho. O que está previsto para atenuar esta situação? (zona industrial, onde, quando..)

- **Ora bem**, a questão do emprego e do desemprego merece algum debate mais aprofundado: se perguntarmos a qualquer proprietário agrícola do concelho se há desemprego, ele vai dizer que não, porque sempre que pretende um trabalhador não o consegue arranjar, portanto o mercado dá a resposta, ou seja, diríamos que não há desemprego. [Davies & Ferreira. 24-19Or:Pt:intrv:Web]

Os estudos de Gonçalves (2004) e de Marques e Sánchez Rei (2020) sublinham, por fim, um valor contra-argumentativo de *ora bem* em contexto monologal:

[...] [D]a análise a que submetemos em particular '*ahora bien*' e *ora bem* parece resultar que estamos em presença de locuções (adversativas) que favorecem todo o tipo de oposição desde a simples reticência à contradição (Gonçalves 2004: 399).

Em contexto monologal, *ora bem* é um organizador textual, estruturador da informação. Põe restrições à validade do conteúdo dos enunciados anteriores, por isso é comutável, sempre no quadro de valores aproximados, com MD contra-argumentativos como *mas*,  *todavia*, *no entanto*, e recentra o discurso. Atuando como uma pausa na construção discursiva, marca um (contra-) argumento forte ou uma conclusão, em contextos de argumentação (Marques & Sánchez Rei 2020: 457). Relativamente a este último valor, nós julgamos que é pouco usual no português contemporâneo.

### 3.3 Agora

Quanto ao morfema português "agora", foi estudado, nos seus valores temporais e não temporais, por Sérgio Matos num texto publicado em 1988. Partindo dos valores temporais do advérbio e à semelhança do que fez para outras expressões de tempo, o autor analisa os usos que a palavra adquire em contexto conversacional, e que "extravasa da simples referência temporal, adquirindo diversos valores no discurso" (Matos 1988: 119),

sobretudo o valor argumentativo. Esse valor de “agora” é relacionado, pelo autor, com idêntico valor de “ora”. “Ora” partilha a origem com “agora”, mas, por seu lado, perdeu muito do valor temporal, tendo reforçado, em contrapartida, os usos discursivos e pragmáticos, nomeadamente argumentativos e expressivos. Como Matos escreve, a transição de valores temporais para não temporais configura um “processo escalar de perda ou esvaziamento do significado lexical em favor de um significado funcional” (Matos 1999: 442). O autor propõe que não se fale de dois valores (temporal versus argumentativo), mas que se note o predomínio de um ou de outro valor, ativados consoante os contextos, estando o valor de base temporal subjacente aos dois usos de “agora”. O valor argumentativo de “agora” é, sobretudo, de tipo contra-argumentativo.

No mesmo sentido vão outros estudos posteriores (Risso 1993; Lins 2007; Duque 2009; Silva & Oliveira 2016), feitos tendo em conta *corpora* conversacionais brasileiros. Insistem no estudo da gramaticalização de “agora” que teria passado de um valor temporal (que continua a ser o seu, maioritariamente) para um valor como juntivo (adquirindo, nessas ocorrências, um valor contrastivo equivalente a “mas”) e, também, para um valor discursivo de anunciador de tópico.

No que concerne ao português europeu, e em consonância com o analisado por Matos (1988) e pelos linguistas brasileiros referidos acima, o contexto é conversacional, se bem que se encontrem alguns casos de valores não temporais em *corpus* não conversacional, como o CETEMPUBLICO. No entanto, são sobretudo, tanto quanto é possível identificar, ocorrências em que um locutor (o jornalista) está a transcrever as palavras de um outro locutor em discurso direto, pelo que nos parece que o contexto continua a ser, mesmo nestes casos, conversacional.

É este, aliás, o contexto maioritário de ocorrência de “agora”, em qualquer dos seus usos (temporal ou não temporal), como se pode verificar pelo quadro gerado a partir do *corpus* português de Davies & Ferreira. O valor déictico dominante compreende-se, aliás, em textos de género conversacional.

TABELA 1 – Ora no corpusportugues de Davies &amp; Ferreira: oral

Corpus do Português: Gênero/Histórico				
PESQUISAR	CHART		CONTEXT	ACCOUNT
SELECIONAR	FREQ	RAZ (%)	PER MIL	SELECIONAR / VER PER MIL
1200s	97	0.6	176.05	
1300s	662	1.3	514.12	
1400s	1,038	2.8	364.90	
1500s	2,040	4.3	470.79	
1600s	2,055	3.3	628.03	
1700s	1,157	2.2	528.45	
1800s	10,561	9.7	1,084.68	
1900s	17,919	20.3	884.27	
PORT	9,656	10.2	945.22	
BRAZ	8,263	10.0	822.30	
ACAD	773	5.8	134.33	
NEWS	5,051	6.5	778.40	
FICT	7,896	5.9	1,336.59	
ORAL	4,159	2.1	1,096.36	
TOTAL	71,367			SEE ALL TOKENS

Os exemplos (9) a (13), retirados de três *corpora* diferentes, apresentam valores não temporais de *agora*:

(9) ADI - e acham

ZEB- claro //

ADI - que é tudo muito natural //e é porque é natural mesmo// **agora** nas nossas universidades é o que se sabe /não é //

ZEB - pois é (CRPC)<sup>2</sup>

(10) VIT - portanto /eles que não venham com essa desculpa // **agora** o que eles deviam era sabê-lo poupar /que eles /esbanjam o dinheiro //o dinheiro é lançado //fora eles só têm vícios/ e isso é que está mal/ (CRPC)<sup>3</sup>

(11) Penso que não há nenhuma profissão que tenha essa capacidade de expulsar a criação. **Agora** se me pergunta em que medida a prática forense, durante bastantes anos, veio influenciar a minha escrita, eu tenho ideia que me deu alguma contenção de linguagem que era necessária. (Davies&Ferreira, entrevista a Mário de Carvalho).

(12) Se chama isso fazer uma homenagem sê-lo-á. **Agora** se me pergunta se eu, presidente de Câmara eleito, me disponibilizaria para publicamente louvar o trabalho de Lemos Proença, obviamente que lhe diria que não o faria. (Davies&Ferreira, 10-07-1987).

<sup>2</sup> Os dois primeiros são do CRPC: A Juventude\_Ontem\_e\_Hoje.txt, Português Falado, Braga, 08-12-1995.

<sup>3</sup> Desporto\_e\_Dinheiro.txt, Português Falado, Famalicão, 1997



(13) *par = ext275529-soc-92b-1*: Lá que houvesse um acidente, uma qualquer mazela, enfim, não seria agradável, mas não o assustava; **agora** ficar cego, ter na sua frente um permanente buraco negro, isso sim, metia-lhe medo. (CETEMPUBLICO).

Também localizámos ocorrências da forma no CETEMPUBLICO em que o valor não é temporal, mas contrastivo, podendo “*agora*” ser substituído por “*mas*”, como em (13). Neste exemplo, “*lá*”, não é o advérbio de lugar, não tem um funcionamento deíctico, mas sim pragmático, marcando, com “*agora*”, uma polaridade contrastiva, em que o “*lá*” sugere algum afastamento afetivo do locutor, e “*agora*”, pelo contrário, remete para proximidade.

#### 4 *Ahora bien* e *ahora, (que)* e as suas correspondências portuguesas

Na sequência da caracterização – apresentada pelos especialistas referidos nas secções anteriores do presente trabalho – de *ahora bien* e *ahora, (que)* e das suas correspondências na língua portuguesa, podemos estabelecer o confronto entre estas partículas discursivas que aparece, sintetizado, na seguinte tabela:

TABELA 2: *Ahora bien* e *ahora (que)* em confronto com *ora, ora bem* e *agora*

Espanhol	Português
<i>ahora bien</i>	<i>ora</i> (em contexto monologal) <i>agora</i> <i>ora bem</i> (!)
<i>ahora, (que)</i>	<i>ora</i> (em contexto monologal) <i>agora</i>

Dos dados apresentados na Tabela 2 podemos concluir que se observa, na nossa interpretação, certa estabilidade na correspondência entre *ahora bien / ahora, (que)* e *ora / agora*. No que toca a *ora*, a correspondência com as partículas do espanhol em estudo dá-se quando a forma portuguesa assume valores contra-argumentativos ou digressivos. Já quanto à correspondência entre *ahora bien* e *ora bem*, no nosso entender, como já

mostrámos num estudo recente (Ponce de León & Duarte 2020: 269-270), apesar de alguns investigadores apresentarem, como principal, o sentido contra-argumentativo ou adversativo em contexto monologal, este parece-nos muito pouco frequente no português contemporâneo.

## 5 Soluções de tradução de espanhol para português

Partindo do confronto apresentado na secção anterior, passamos a analisar as soluções de tradução para português destas partículas no nosso *corpus*, composto por quatro romances de autores espanhóis – incluídos no *Corpus de Referencia del Español Actual* da Real Academia Española –, com as suas respetivas traduções para português. Antes de mais, é preciso alertarmos para o facto de o número de ocorrências de *ahora, que* que localizámos e de *ahora bien* ser muito reduzido (3 ocorrências para *ahora, que* e 2 para *ahora bien*). No que toca a *ahora*, não encontramos registos dela com sentido opositivo ou digressivo. Parece-nos que, dado o uso predominante destas partículas – como foi referido acima – no registo oral, esta circunstância se poderá explicar, pelas especificidades do nosso *corpus* (escrito; literário) – por este motivo, as ocorrências aparecem integradas em reproduções de discurso oral –. A esta limitação convém acrescentar o número muito escasso de traduções para português das obras nas quais conseguimos localizar outras ocorrências.

Reproduzimos, na seguinte tabela, as passagens com *ahora bien* e as suas respetivas traduções:

TABELA 3: *Ahora bien* em espanhol e traduções para português

<p>Jorge Semprún, <i>Autobiografía de Federico Sánchez</i>. Barcelona: Planeta, 1995.</p>	<p>Jorge Semprún. <i>Autobiografia de Federico Sánchez</i>. Lisboa: Moraes editores, 1989.</p>
<p>(14) Y, sobre todo, porque el sistema de los contactos hace precaria la vida política de los grupos de partido, tanto en el aspecto de la discusión y elaboración de las cuestiones concretas como en el de la continuidad del trabajo. El sistema de los contactos no estimula la iniciativa de los camaradas de las organizaciones de base, de los cuadros dirigentes de empresa o locales; entorpece la corriente vivificadora, imprescindible, que ha de producirse de abajo arriba en el partido; hace que esa corriente sea, casi siempre, unilateral: a un contacto se suele ir con el espíritu de informar y de saber qué “trae” el camarada de “arriba”; <b>ahora bien</b>, el camarada de “arriba” sólo puede traer orientaciones generales, posiblemente abstractas, por capaz que sea, porque no conoce las cuestiones concretas, porque no las domina.</p>	<p>E, sobretudo, porque o <i>sistema dos contactos</i> torna precária a vida dos grupos de partido, tanto no aspecto da discussão e aprofundamento das questões concretas, como no da continuidade do trabalho. O <i>sistema dos contactos</i> não estimula a iniciativa dos camaradas das organizações de base, dos quadros dirigentes de empresa ou locais; entorpece no partido a corrente vivificadora, imprescindível, que deve produzir-se de baixo para cima; faz com que essa corrente seja, quase sempre, unilateral: é costume ir-se aos contactos com o espírito de informar o camarada de “cima” e de saber o que ele “traz”; <b>ora</b>, o camarada de “cima”, por muito competente que seja, só pode trazer orientações gerais, possivelmente abstractas, porque não conhece, não domina, as questões concretas (p.184).</p>
<p>Gonzalo Torrente Ballester, <i>La saga fuga de J/B</i>. Barcelona: Destino, 1995.</p>	<p>Gonzalo Torrente Ballester, <i>A saga/fuga de J. B.</i> Lisboa: Dom Quixote, 1992.</p>
<p>(15) A mí, el plano me atraía cada vez más. - “Me gustaría saber si el almirante-brujo es lo mismo que el brujo-almirante, o sea, si Jacobo Ballantyne y John Balseyro son más o menos lo mismo.” - “No”, me respondió el de la izquierda. - “¿Por qué?” - “Por la disposición interior de los elementos que la componen.” - “¿Quiere decir que yo, Jerónimo Ballantyne, diñero de John Bermúdez de manera visible? ¿No es lo mismo ser obispo y almirante que almirante y obispo?” El de la izquierda sonrió. - “La diferencia salta a la vista. Si V.E. fuese John Bermúdez, en vez de tener delante a dos oficiales tonsurados, tendría a dos curas con espada.” - “Lo comprendo.” - “En ambos casos, una contradicción, pero de distinto desarrollo. <b>Ahora bien...</b>” - “¿Hay un <b>“ahora bien”</b>?” - “Si V.E. se fija en el plano, no con el interés sentimental de quien se encuentra de pronto ante una multiplicación de su personalidad, sino con mirada científica o al menos curiosa, podrá observar que de los siete nombres de cada columna -exceptuada la primera, naturalmente- hay ciertas repeticiones que obedecen a una ley matemática que no hay por qué citar aquí, pero cuyo resultado puede expresarse con la siguiente fórmula (pp. 514-515).</p>	<p>A mim, o plano atraía-me cada vez mais. - Gostaria de saber se o almirante-bruxo é o mesmo que o bruxo-almirante, isto é, se Jacobo Ballantyne e John Balseyro são mais ou menos a mesma coisa. - Não, - respondeu-me o da esquerda. - Porquê? - Pela disposição interior dos elementos que a compõem. - Quer dizer que eu, Jerónimo Ballantyne, sou diferente de John Bermúdez de uma forma visível? Não será a mesma coisa ser bispo e almirante e ser almirante e bispo? - O da esquerda sorriu. - Estou a compreender. - Em ambos os casos, uma contradição, mas de diferente desenvolvimento. <b>Mas...</b> - Existe um <b>“mas”</b>? - Se V. Reverência reparar no plano, não com o interesse sentimental de quem se encontra de repente perante uma multiplicação da sua personalidade, mas sim com o olhar científico ou pelo menos curioso, poderá observar que dos sete nomes de cada coluna - exceptuando a primeira, naturalmente - existem algumas repetições que obedecem a uma lei matemática que não vem a propósito citar aqui, mas cujo resultado pode ser expresso com a seguinte fórmula (pp. 428-429).</p>

Considerando os contextos de tradução relativos aos exemplos (14) e (15), no que toca às correspondências de *ahora bien* (*ora, mas*), parecem-

nos que refletem de forma adequada o sentido contra-argumentativo desta partícula, sendo utilizada, num dos casos, a correspondência através da partícula portuguesa *ora* – que é aquela que propusemos no confronto –. No atinente à tradução através de *mas*, julgamos ser uma solução aceitável, atendendo ao exposto por Catalina Fuentes (2009: 38), autora que refere que *ahora bien* tem propriedades semânticas próximas a *pero*; no entanto, em nossa opinião, esta opção deveria ser analisada como uma infratradução, visto *mas* ser uma forma não marcada quanto ao registo (+oral/ +escrito; +coloquial/ +culto) se comparado com *ahora bien*. Por outro lado, na retrotradução, não se esperaria *ahora bien*, mas *pero*.

Os contextos de tradução de *ahora*, (*que*) aparecem na seguinte tabela:

TABELA 4: *Ahora*, (*que*) em espanhol e traduções para português

Álvaro Pombo, <i>El hroe de las Mansardas de Mansard</i> . Barcelona: Anagrama, 1983.	Álvaro Pombo, <i>O Her i das Mansardas de Mansard</i> , de Álvaro Pombo. Porto: Edições Afrontamento, 1989
(16) -Tía Eugenia, en cambio, sí. Ella sí que te da pena, ¿no? -Pues sí, la verdad. Ella, la señorita Eugenia, al fin y al cabo, está más sola... más sola que tú y me da más pena, además, porque me da más pena, porque me gustaría verla en otro plan, conmigo la pobre mujer, ¿qué quieres que haga? No podemos ir al cine juntos, y salir juntos... la gente es muy puta, por eso me da pena... -Tú subes a mi casa de mi tía a sacarla los cuartos, a meterla mano aprovechándote de que ella es una viciosa, <b>ahora que</b> te vas a acordar de mí, vas a saber quién soy, te vas a ir a reír de tu madre, de mi familia no te ríes, mi familia, a ver si te enteras, toda mi familia somos los más ricos de España, los más ricos y la policía te van a dar más palos, te van a dar más palos que a una estera, y harán bien, por aprovecharte de una medio loca, eso es lo que eres tú, un sinvergüenza... (pp. 199-200).	-Em compensação, a tia Eugénia, sim. Faz-te pena, não? - Sim, é verdade. Ela, a menina Eugénia, ao fim e ao cabo, está mais só... mais só que tu e faz-me pena, além do mais, porque me faz mais pena, porque gostaria de a ver num outro nível, a pobre mulher comigo, que queres que te faça? Não podemos ir ao cinema juntos e sair juntos... a gente é muito puta, por isso tenho pena... - Tu vais à minha casa da minha tia, metê-la nos quartos, meter-lhe a mão, aproveitando-te do facto de ela ser uma viciosa, <b>agora</b> vais lembrar-te de mim, vais saber quem eu sou, vais-te rir da tua mãe, da minha família não te ris, a minha família, a ver se percebes, nós todos somos os mais ricos de Espanha, os mais ricos, e a polícia vai dar cabo de ti, vai-te bater mais de que se bate num tapete, e vão fazer bem, por te aproveitares de uma meia-louca, é isso o que tu és, um sem vergonha. (pp. 199-200).
Almudena Grandes, <i>Los aires dif ciles</i> . Barcelona: Tusquets, 2002.	Almudena Grandes, <i>Os Ares Dif ceis</i> . Lisboa: Dom Quixote, 2008.

<p>(17) - ¿Cuál ella? -la asistenta se enderezó para volverse a mirarla. - Pues... la mujer del médico. Estará casado, ¿no? - No. Y eso es lo raro, fijese... -Maribel volvió a esconder la cara en las tripas de la máquina, y desde allí siguió hablando-. Porque pinta de mariquita no tiene, y eso que es guapo, ¿eh? Bueno, lo que se dice guapo, así, bonito de cara, rubio y todo eso, ya me entiende, pues a lo mejor no, pero que es muy atractivo, desde luego. Verá... -abandonó por un momento la vajilla para enumerar los atributos del doctor Olmedo mientras los contaba con los dedos de una mano-. Alto, delgado pero nada esmirriado, con el pelo negro, sin entradas, bien vestido... Un tío como para estar pillado y requetepillado, vamos, digo yo, y siendo médico y todo, que ganará un pastón... Pues no tiene mujer. Igual está separado, <b>ahora, que</b> la niña no es suya, eso seguro, porque le llama tío Juan... - Vive con una niña -comentó Sara sin asombro alguno, para desviar aquel torrente de noticias hacia la dirección que más le interesaba (pp. 34-35).</p>	<p>(17) - Ela quem? – a empregada endireitou-se para a poder fitar. - Quem havia de ser... a mulher do médico. É casado, não? - Não. E isso é que é estranho, repare... - Maribel voltou a esconder a cara no interior da máquina e continuou a falar de lá de dentro: - Ar de maricas não tem e até é bonito, hã? Bom, o que se diz bonito, bonito de cara, loiro, e tudo o resto, está a ver, pois assim talvez não, mas é muito atraente, claro. Já vai ver... - Abandonou por um instante a máquina para enumerar os atributos do Dr. Olmedo enquanto os contava pelos dedos da mão. – Alto, magro mas não trinca-espinhas, cabelo preto, sem entradas, bem vestido, Um tipo para estar agarrado e bem agarrado, vamos, é o que pelo menos eu penso, e ainda por cima médico, deve ganhar um balúrdio... Mas não tem mulher. Às tantas estará separado, <b>agora, que</b> a menina não é dele, aí isso não é, de certeza, porque lhe chama tío Juan... - Vive com uma menina – comentou Sara, sem qualquer surpresa, para desviar aquela torrente de novidades até à direcção que lhe interessava mais (p. 35).</p>
<p>(18) ¡Vamos! Y después, pues nada, empecé a salir con él, nos pusimos de novios, me regaló unos corales, me paseó por la feria a caballo... Eso sí, eso fue lo más grande que me ha pasado en mi vida, lo reconozco, pero en cuanto que nos bajamos del caballo, me quedé preñada. Hasta ahí todo muy bonito, pero luego... No quería casarse conmigo ni a tiros, <b>ahora que</b>... ¡bueno se puso mi padre!, tendría usted que haberlo oído, y el suyo igual, por cierto, las cosas como son, así que nos casamos (p. 54).</p>	<p>(18) Bom... Nem tanto! E depois nada, claro, comecei a andar com ele como namorados, deu-me uns corais, levou-me à feira a passear a cavalo... Isso sim, isso foi a melhor coisa que me sucedeu na vida, reconheço-o, mas quando nos apeámos do cavalo, estava grávida. Até aí tudo na maior, mas depois... não queria casar-se comigo nem morto, <b>agora que</b>... Aí entrou o meu pai na dança! Havia de o ter ouvido, e o dele também, claro, as coisas são como são, de modo que nos casámos. (p.54).</p>

Das traduções de *ahora*, (*que*) dos exemplos (16), (17) e (18), observamos uma tendência para a tradução literal, através da correspondência com *agora* ou *agora(,) que*, à qual subjaz, em nossa opinião, uma deficiente interpretação pelos tradutores do valor discursivo da partícula, porquanto, no texto de chegada o valor que parece prevalecer é o de modificador temporal, e não o contra-argumentativo ou o digressivo<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Convém reconhecer que, no exemplo (18), *ahora que* poderia também ser interpretado como modificador temporal.

## 6 Considerações finais

Apesar do número reduzido, no nosso *corpus*, de ocorrências localizadas de *ahora bien* e *ahora, (que)* com a respetiva tradução, julgamos poder destacar duas tendências na interpretação destas partículas pelos tradutores, que, pelo menos parcialmente, confirmam os dados fornecidos no confronto: i) certa estabilidade na correspondência semântico-pragmática entre *ahora bien* e *ora* (ou outro marcador com sentido contra-argumentativo, como é o caso de *mas*), talvez propiciada pela identificação formal, pesem embora os valores diferentes, entre *ahora bien* e *ora bem*; ii) as versões para português dos exemplos apresentados com *ahora, (que)* contradizem a nossa proposta de confronto, porquanto os tradutores não parecem ter interpretado corretamente o valor da partícula espanhola, talvez pelo facto de não existir uma correspondência formalmente idêntica em português; daí a tendência para a tradução literal (*agora(,) que*), que veicula o valor primário da forma como modificador temporal. Convém, no entanto, notar que estas observações estão fundamentadas num *corpus* extremamente reduzido de ocorrências. Neste sentido, será oportuno, no futuro, alargar o *corpus* a textos não literários, escritos e orais.

Seja como for, o confronto realizado, no presente trabalho, de *ahora bien / ahora, (que)* parece-nos ser uma manifestação clara da relevância dos estudos contrastivos, no âmbito dos marcadores discursivos, entre duas línguas geneticamente próximas, como o são o espanhol e o português, para áreas como a tradução e o ensino de línguas estrangeiras – neste caso, o português e o espanhol –.

## REFERÊNCIAS

- Borreguero Zuloaga, M. 2019. Valores discursivos de *ahora* en el español hablado. In: A. Cabedo Nebot & A. Hidalgo Navarro (Eds). *Pragmática del español hablado: Hacia nuevos horizontes*. València: Universitat de València, 271-288.
- Coromines, J. & Pascual, J. A. 1980. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos. 5 vols.
- Duque, P. H. 2009. O Processo de Gramaticalização do *Item* agora. *Anais do XIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia* (CiFEFil). v. XIII. Rio de Janeiro: Eduerj, 943-956.
- Elvira, J. 2009. Conectores contraargumentativos en castellano medieval. *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, 32: 101-115.
- Duarte, I. M. 1989. *Alguns operadores de agulhagem comunicativa (na prosa narrativa de Eça de Queirós e José Cardoso Pires)*. Porto: Faculdade de Letras (dissertação de Mestrado). <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56179/2/tesemestisabelduarte000129063.pdf>
- Duarte, I. M. & Ponce de León, R. 2015. Los marcadores *assim mesmo* (*mesmo assim*) / *asimismo* en portugués y en español. In: S. Azzopardi & S. Sarrazin (Dirs.), *Langage et dynamiques du sens. Études de linguistique ibéro-romane*. Bern: Peter Lang, 125-141.
- Duarte, I. M. & Ponce de León, R. 2017. *Today a / today a*: análisis contrastivo de los valores y de contextos de traducción en español y en portugués. In: E. Hernández Socas, J. J. Batista Rodríguez, C. Sinner (Eds.), *Clases y categorías lingüísticas en contraste. Español y otras lenguas*. Berlin: Peter Lang, 37-52.
- Duarte, I. M. & Ponce de León, R. 2018. Valeurs de *ainda* [encore] en portugais et leurs équivalents en espagnol. *Studia Universitatis Babeş-Bolyai. Philologia*, 4, 63-76.
- Fuentes Rodríguez, C. 2009. *Diccionario de conectores y operadores del español*. Madrid: Arco/Libros.
- Gonçalves, M. 2004. Conectores opositivos e conectores de ruptura enunciativa do discurso: *ora, agora, e ora bem*. In: Oliveira, F. & Duarte, I. M. (orgs.): *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 383-401.
- Jollin-Bertocchi, S. 2003. La polyvalence de l'adverbe *maintenant*. *L'Information Grammaticale*, 97, 26-30.
- Lins, M. da P. P. 2007. Gramaticalização de *agora*. *(Con)TextLing*, vol.1, 135-154.
- Loureda, O. & Acín, E. (Coords) 2010. *Los estudios sobre marcadores del discurso en español, hoy* (pp. 524-615). Madrid: Arco/Libros.
- Marques, M. A. & Rei, X.M. S. 2020. *De Ora e Ora Bem a Ahora e Ahora Bien*. In: Fuentes Rodríguez, C., Martí Sánchez, M., Antonio Messias Nogueira. (Coords). *Aportaciones*

- desde el español y el portugués a los marcadores discursivos*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 443-465.
- Matos, S. 2005. Sobre algumas propriedades semânticas e pragmáticas de DEPOIS. In: Rio-Torto, Graça / Figueiredo, Olívia / Silva, Fátima (Orgs.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Vol.II. Porto: Faculdade de Letras, 837-847.
- Matos, S. 1999. *Adverbiais de tempo em português contemporâneo: forma e significado*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (tese de doutoramento não publicada).
- Matos, S. 1988. *Agora: da Deixis temporal à argumentação*. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, série II, vol. 05, nº. 1: 119-136.
- Martín Zorraquino, M. A., & Portolés Lázaro, J. 1999. Los marcadores del discurso. In I. Bosque & V. Demonte (Eds.), *Gramática Descriptiva del español*. Madrid: Real Academia Española/Espasa Calpe. 3 vols., 4051-4213.
- Ponce de León, R. & Duarte, I. M. 2013. *Ali/s/alias: diferencias de empleo en portugués y en español*. In: N. Delbecque, M.-F. Delpont & D. M. Maturana (Orgs.), *Du signifiant minimal aux textes. Études de linguistique ibéro-romane*. Limoges: Lambert-Lucas, 135-152.
- Ponce de León, R. & Duarte, I. M. 2020. Marcadores discursivos com ora e as suas correspondências em espanhol. In: I. M. Duarte & R. Ponce de León (Eds.), *Marcadores discursivos. O português como referência contrastiva*. Bern: Peter Lang, 257-292.
- Risso, M. S. 1993. 'Agora... o que eu acho o seguinte': um aspecto da articulação do discurso no português falado. In: Castilho, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado*, vol. III: *As abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp / FAPESP, 31-60.
- Santos Río, L. 2003. *Diccionario de particulas*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- Silva, C. R. & Oliveira, M. J. 2016. O advérbio AGORA em processo de gramaticalização: é preciso ensinar que/ como/por que a língua muda. *Revista do GELNE*, v. 14, n. 1 Ed. Esp: 57-76.

### Corpus de traduções

- Grandes, A. 2002. *Los aires difíciles*. Barcelona: Tusquets.
- Grandes, A. 2008. *Os Ares Difíceis*. Lisboa: Dom Quixote, trad. Marcelo Correia Ribeiro.
- Pombo, Á. 1990 [1983]. *El hueco de las Mansardas de Mansard*. Barcelona: Anagrama.
- Pombo, Á. 1989. *O Hueco das Mansardas de Mansard*. Porto: Edições Afrontamento.
- Semprún, J. 1995 [1977]. *Autobiografía de Federico Sánchez*. Barcelona: Planeta.
- Semprún, J. 1989. *Autobiografía de Federico Sánchez*. Lisboa: Moraes editores.
- Torrente Ballester, G. 1995 [1972]. *La saga/fuga de J. B.* Barcelona: Destino.



Torrente Ballester, G. 1992. *A saga/fuga de J. B.*. Lisboa: Dom Quixote, trad. Cristina Rodriguez e Artur Guerra.

### **Corpora consultados**

Centro de Estudos Humanísticos – Universidade do Minho (2009–2014). *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*. Disponível em web: <https://sites.google.com/site/projectofalabracarense>.

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. Disponível em web: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/>.

Davies, M. & M. Ferreira. (2006-) *Corpus do Português: 45 millionwords, 1300s-1900s*. Disponível em web: <http://www.corpusdoportugues.org>.

Linguateca (2000-). CETEMPúblico. Disponível em web: <http://www.linguateca.pt/cetempublico/>.

Real Academia Española – Banco de datos [CORDE]. *Corpus diacrónico del español*. Disponível em web: <http://www.rae.es>.

Real Academia Española: Banco de datos [CREA] [disponível em web]. *Corpus de referencia del español actual*. Disponível em web: <http://www.rae.es>.



# Rethinking Depictive Secondary Predicates. A Pair-Merge approach and the Adjunct Condition<sup>1</sup>

Violeta Demonte

[violeta.demonte@uam.es](mailto:violeta.demonte@uam.es)

*Universidad Autónoma de Madrid (Spain)*

## ABSTRACT.

In this article I will propose a new analysis of depictive secondary predication structures. Previous studies of these structures are framed within different approaches: C-command / categorial approaches (Williams 1980, Rothstein 1983, 2001, Demonte 1988, Mallén 1991, Bowers 1993, among others), C-command and Multiple Agree approaches (McNulty 1988, Irimia 2012), linearization after ‘Lateral Movement’ and attachment of identical eventive heads (Gallar 2017), or Parallel-Merge approaches (Irimia 2012, You 2016). Following Chomsky (2019) and Bošković (2020), among others, I will claim here, first, that adjunct depictive secondary predicates start as members of a Pair-MERGE(d) conjunction/ adjunction structure which is unlabeled. There are as many members of these pair merged phrases as modifiers in a sentence, and they are unbounded and unstructured. Pair merged structures are in principle opaque and non-sensible to syntactic operations. However, since they are semantically and syntactically conjoined phrases they have each a Link element. This Link merges at the edge of the phase at which the modifier is conjoined thus allowing extraction out of the opaque domain. I will suggest that perhaps Tagalog expresses overtly these links. I will previously present a detailed description of the properties of DPS in Spanish.

## KEYWORDS.

Secondary predication. Adjunct condition. Merge. Pair-Merge. Predicate composition. Feature sharing. Tagalog linkers.

## 1. Introduction

This paper has a twofold goal: the first one is to try to act on some of Chomsky’s (2019) ideas regarding the two basic operations of a Minimal core syntax, one for structures with arguments, the other for structures with

---

<sup>1</sup> Es un gran placer dedicar este trabajo a la Prof. Ana María Brito, distinguida lingüista y hermosa persona. Su trabajo ha impulsado y enriquecido la lingüística portuguesa y la lingüística romance. Su amistad me ha brindado siempre calor y simpatía. Le deseo felicidad y fecundidad en esta nueva etapa de su vida.

I deeply thank my colleagues Elena Castroviejo and Olga Fernández-Soriano for helpful comments and advices during the preparation of this work. The research behind this paper has been partly financed by a Research Project from the Spanish MINECO: FF12017-87140.C4-4-P.

adjuncts. The second goal is to revisit the main data and generalizations coming from the various previously developed analyses of depictive secondary predicates. These developments are framed within different approaches: C-command / categorial approaches (Williams 1980, Rothstein 1983, 2001, Demonte 1988, Mallén 1991, Bowers 1993, among others), C-command and Multiple Agree approaches (McNulty 1988, Irimia 2012), linearization after ‘Lateral Movement’ and attachment of identical eventive heads (Gallar 2017), or Parallel-Merge approaches (Irimia 2012, You 2016).<sup>2</sup> I will try to rebuild these analyses relying on the idea that adjunct depictive secondary predicates are better derived under the minimalist operation of Pair-MERGE in its last version, set in Chomsky (2019) with antecedents in Chomsky (2004, 2013). I will also rely on Bošković’s (2020) argument for a unification of the Coordinate Structure Constraint (CSC) and the Adjunct Condition (AC) in a view of grammar which intends to satisfy third factor principles like the Minimal Search Principle (MSP) or the Phase Impenetrability Condition (PIC).

The scope of this paper is modest: 1) to isolate a number of syntactic characteristics of depictive secondary predicates that feature their adjunct condition, which makes them islands by definition, and 2) to sketch the idea that the way these properties show in different languages can be better understood if we consider depictive secondary predicates as a sequence, or concatenation, of sets that attach to another set in a separate plane (Pair-MERGE). The head of the pair-merged segment can be or cannot be headed by a kind of Linker (Link) similar to the linkers found in Tagalog. I will try to show that when the attached set has a null unlabeled head (when the adjunct and the modified element do not share features) it remains an island and extraction is banned. When it has a label, (on a par with a feature sharing operation which gives rise to labeling) it can be moved to the edge of a phase (or it can have an escape hatch), thus becoming accessible to

---

<sup>2</sup> There are also semantic approaches to depictive predicates arguing, for instance in Maruta (1995), that they are V’ or VP modifiers, similar to adverbials (modifiers of an action or modifiers of a motion/ change eventuality), and they are not predicates. Whatever the descriptive condition of these elements either an adjectival secondary predicate or an adverbial, it is clear that they are adjuncts and they share properties with other adjuncts. More significant are McNulty’s (1988) or Irimia’s (2012) semantic approaches where the syntactic derivation is led by the idea that different types of secondary predicates are determined by the aspectual condition of the verb (see also Demonte 1991), as well as Napoli (1989) who asserts that the key to subject-predicate relationships in these constructions is theta role assignment. Despite their interest, I will consider semantic constraints on predication only laterally.

extraction operations in principle inaccessible for islands.<sup>3</sup>

This idea could be problematic. Song (2020: 364) suggests that we have two alternative approaches to adjunction and that those “based on labeling (manipulating categories) are more advantageous than those based on Pair MERGE (a specialized UG operation)”. Chomsky (2019: 50-52) strongly upholds Pair-MERGE and indicates that extraction out of adjuncts (and conjuncts) is related to the possibility to move *x* (a category) to the edge of a phase. This possibility establishes a difference between strong phases, opaque for extraction: that you can’t extract from (you have to go first to the edge of the phase and then you can move on), versus “weak phases, unaccusatives and passives, you can extract without first moving to the edge of the phase” (Chomsky 2019: 52). The main idea will be that conjuncts/adjuncts are in fact unlabeled structures, thus you can’t extract out of them, for these it is only possible to extract to the edge; and they get their label (*Label resolution*, Chomsky 2013) when they have ‘features’ that project and trigger movement to the edge of a phase with a link(er) constituent.

The number of explanations available for the complex behavior of DSP, which are on a par with the number of proposals for adjunctions, suggest that maybe the best approach at this moment will be the simplest one and with the widest empirical coverage.

The Spanish examples, and the judgments about them used throughout the text, come in part from Demonte (1988) where the empirical material was extensively elaborated and contrasted. I want to note that extraction from adjuncts (and, in general, extraction out of islands), apart from weakly explored, is a territory where it is not easy to get clear cut judgements. In the spirit of Bošković (2020) I will try to deduce the, so to say, degrees of awkwardness from independent principles.

The structure of this paper is as follows. The Introduction in section 2 will present significant characteristics of depictive secondary predicates and the main generalizations on their syntax, which will frame the empirical basis for the proposal to be developed. In section 3, I will present the main lines of Chomsky (2019) version of Pair-MERGE and I will develop my Pair MERGE based theoretical analysis just mentioned. I section 4, I will briefly

---

<sup>3</sup> In Demonte (1998) this idea was articulated by stating that the predicative adjunct is incorporated to or reanalyzed with the maximal projection of VP, namely AspP, so aspect is what licenses the VP domain.

present data of depictive secondary predicates in Tagalog which appear to empirically support Chomsky's idea that in adjunct constructions there is a Link (similar to a conjunction) attracting the predicate, and thus originating movement to the edge of the phase and further up.

## 2. The data and some questions about them

In this section I will try to isolate relevant characteristics of depictive secondary predicates which will be the basis for the theoretical-descriptive explanation of the adjunct behavior of secondary predicates.

### 2.1. Two types of depictive secondary predicates

Many interesting theoretical questions arise when we have to characterize secondary predicates. As is well known, "secondary predicates", are those elements predicated of an argument which is theta-marked by another lexical head. A classical distinction is established (Rothstein 1983) between "depictive" secondary predicates and "resultative" secondary predication. In this paper I will only refer to "depictive" predicates, those that are not subcategorized by the verb. Depictive secondary predicates [DSP] split into two subtypes: subject-oriented secondary predicates [SOP], as in (1), those whose subject is the external argument (grammatical subject) of the sentence, and object-oriented secondary predicates [OOP], as in (2), those whose subject is the direct object or internal argument:

(1) *Marta despidió a su hija tristísima.*

Marta said-good-by to her daughter very sad(ly).'

(2) *Mi madre compró la lavadora rota.*

'My mother bought the washing machine broken' (In the interpretation: The machine was broken at the moment in which my mother bought it).

## 2.2. Cooccurrence, unordered sequencing

DSP of the two classes can occur in a single clause, as in (3), in this case the order OOP / SOP is strongly preferred maybe due to linearization reasons. More important, predicates of the same class cooccur in a single sentence. Generally, the order between them appears to have no restrictions, the alternative orders generally do not imply different interpretations, and the secondary predicates can be separated by commas. Examples (4a, b) and (5) show that English is similar to Spanish in this respect, but I will not pursue this matter here:

- (3) *Juan<sub>i</sub> comió {la carne<sub>i</sub> cruda<sub>i</sub> contrariado<sub>i</sub>} / <sup>???</sup> la carne contrariado cruda<sub>i</sub>*  
'Juan eat the meat raw, annoyed.'
- (4) a. *pro<sub>i</sub> comieron {la carne<sub>i</sub> cruda<sub>i</sub> (,) tierna<sub>i</sub>} / {la carne tierna, cruda}*  
b. They eat the meat raw, tender (Rothstein 1983: 40, from Simpson 1982)
- (5) *Mar a<sub>i</sub> movió la mano {d bil<sub>i</sub> (,) emocionada<sub>i</sub>} / {emocionada, débil}*  
'María waved her hand weak(ly), moved.'

These examples indicate that we are in front of an unstructured, unbounded sequence of predicates that can be generated at different dimensions, although they have a common subject. I will try to suggest some lines to implement this type of adjunct structures in terms of Pair-MERGE. As noted by Chomsky (2019: 50), unbounded unstructured cases like (3) to (5) indicate that "there are unboundedly many dimensions as adjective phrases are independently adjoined to the host such that you can add any number of adjuncts at any point". However, You (2016: 125) has proposed that sentences like (3) and (4) should be derived by Parallel Merge, namely, two planes/ syntactic objects are constructed in parallel that, at a given point, "are joined together, taking a shared element as a grafting point". I do not intend to discuss this alternative here; I only note that in a multidominance structure where you join independently created constituents to a basic spine, you create strange dominance relations, aside from other questions. In the cases above we do appear to have an unstructured sequence of predicates.

### 2.3. Lexical-semantic restrictions for the licensing of depictive predicates

As largely noted, and as illustrated by previous examples, secondary predicates relate specifically to the process referred in the clause and at the same time ascribe properties to individuals. So they are event oriented and participant oriented. This double ascription has certain restrictions. Irimia (2012: 206) claims that DSP cannot be licensed by pure stative verbs, as in (7a). However, she also asserts that this situation improves under certain conditions, for instance, when the adjectival predicate has a temporal modifier, as in (7b):

- (7) a. \*Jake owned a car *young*. (Winkler 1997, ex.6)  
 b. Jake owned a car *when young*.

Restrictions do not hold equally for both types of depictive predicates. In Spanish, SOP can occur with almost all kinds of aspectual verbs although certainly in certain contexts (state verbs, for instance) presence of an intensifier improves acceptance, a question that I will not address here but that I believe can be accommodated to the proposal I will develop in sections 3.2. and 3.3. Consider the series in (8) (similar to Demonte 1988):

- (8) a. Pedro ama (incluso) *deprimido*. (state)  
 'Pedro loves depressed.'  
 b. Luis siempre trabaja *sonriente*. (activity)  
 'Luis always works smiling.'  
 c. Enrique se dio cuenta *sereno* de lo complejo de la situación. (achievement)  
 'Enrique realized calm how complex the situation was.'  
 d. El pintor dibujó una naturaleza muerta *feliz*. (accomplishment)  
 'The painter painted a still life happy.'

The descriptive generalization appears to be that SOP can be licensed by all kinds of verbs irrespective of their aspectual class. Now, since SOP and the two types of DSP describe a property that holds during the event they are not possible with individual-level predicates:



- (9) María entró en la habitación *cansada* / \**loca* / \**alta*.  
'Maria entered the room tired / \*crazy / \*tall.'

Licensing of OOP is more constrained. Simplifying, OOP coappear mainly with activity verbs, as in (2), (3), above, and in (10) below:

- (10) Pedro devolvió el libro *roto*. (activity, depictive)  
'Pedro returned the book broken.'

They are awkward or unacceptable with accomplishment and state verbs, which do not codify a process (compare (11a) and (11b) with (11c)):

- (11) a. \*Pedro sabe el teorema *válido*. (state)  
'Pedro knows the theorem valid'.  
b. \*Comprendió la noticia *correcta* en su formulación. (achievement)  
'(S)he understood the news correct in its formulation.'  
c. Velázquez pintó a Inocencio X *sentado*. (accomplishment / activity)  
'Velázquez painted (to = object marking P) Inocencio X seated.'

The rule of thumb is that OOP adjectives are compatible with activity and accomplishment verbs (that imply a process) in as much they can build a 'complex predicate' with them. A complex predicate, in more traditional terms, is a 'restructuring' / 'reanalysis' configuration. I will retake the intuition underlying this approach through the idea that adjunct coordinated secondary predicates can move up to the edge of the vP/ AspP when they share features with another constituent. Irimia (2012) formalizes complex predicates as a result of parallel merging of Pred<sub>1</sub> (the main verb) and Pred<sub>2</sub>. Demonte (1988) proposed that certain OOP are submitted to a 'reanalysis' process which places them in the V' projection, thereby explaining their syntactic behavior. In effect, it could be relevant in this regard that in some languages the depictive can *overtly* incorporate into the main predicate. The following examples, due to Irimia (2012), are from Alamlak (Sepic family of Papua New Guinea):

(12) ALAMBLAK (Bruce 1984: 175-6; van der Auwera & Malchukov 2005, ex. 38)

- a. Miyukham        fa-**nfri**-më-an-m.  
Fruit                eat-raw-REM.PST.-1.SG. -3PL.  
'I ate the fruit raw'.
- b. Yënr fëhm hti-**bro**-më-r-m.  
child pigs see-big- REM.PST.-3.SG. -3PL.  
'The child saw the pigs (as being) big'. (From Irimia 2012: 208)

These depictive predicates preserve their own prosodic domain (they can be focus, for instance), yet they 'incorporate' obeying semantic and syntactic aspectual matching with the main predicate. Later on and within the discussion I will briefly consider Tagalog sentences with DSP where DSP are related to their subjects with an explicit marker which is named a linker (LNK) (Scontras & Nicolae 2014), independently of the position of the 'subject' of this predicate (see (26) in 3.3. and the Tagalog data in 4.).

Although apparently unrelated, I want to note at this moment that DSP cannot be predicated of indirect objects

- (13) \*Le di a Juan<sub>i</sub> las noticias borracho<sub>i</sub>  
'I told John the news drunk'.

2.4. Extraction out of depictive secondary predicates. Opacity to syntactic operations

Adjuncts are syntactic objects which, descriptively, satisfy the following characteristics. They are not theta-marked by any element of the sentence in which they occur: they are not selected. They are optional and they have constituency (they have a head and a symmetric complement). Moreover, they are in principle not accessible to syntactic operations, they are opaque constituents (Huang 1982), and, consequently, they are islands. Secondary predicates fulfill all three conditions and should obey the "Adjunct Condition" (AC), which states that "extraction out of adjuncts is disallowed". Yet, voiding of this condition occurs in many languages as we will see in the next section in which I will come back more thoroughly to it regarding DSP.

In this subsection I simply want to present the paradigms of extraction out of adjunct secondary predicates, both SO and OO. We can establish the following descriptive generalizations as to extraction out of DSP. *Extraction out of SOP* is in general disallowed and gives rise to strong ungrammaticality, as in (14a'). However, when the 'complement' of the SOP is lexically selected by the secondary predicate, as in (14b') (or when the predicate is an unaccusative verb, as in (14c)), there are significant differences in the strength of the violation of the AC. Yet the generalization is that grammaticality increases when the main verb and the SC appear in strict adjacency.

(14) *Extraction out of SOP*

- a. *La soprano* cantó el aria [*emocionada* por tantos aplausos]  
'The soprano sang the aria [excited by so much applause]'  
a' \*¿Por qué<sub>i</sub> cantó el aria la soprano [*emocionada* t<sub>i</sub>]?  
a'' ? ¿Por qué<sub>i</sub> **cantó** [*emocionada* t<sub>i</sub>] el aria la soprano?
- b. *Luisa* recibió el premio [*dispuesta* a celebrarlo]  
'Luisa received the award [ready to celebrate.]'  
b' ??¿A qué<sub>i</sub> recibió Luisa el premio *dispuesta* t<sub>i</sub>?  
b'' ¿A qué<sub>i</sub> **recibió dispuesta** t<sub>i</sub> Luisa el premio?
- c. *Pedro* **llegó agotado** de la larga jornada.  
'Pedro arrived exhausted from the long journey.'  
c' ?/ok ¿De qué<sub>k</sub> llegó Pedro **agotado** t<sub>k</sub>?  
c'' ¿De qué<sub>i</sub> **llegó agotado** t<sub>i</sub> Pedro?  
'From what did Pedro arrived exhausted?'

On the other hand, extraction out of OOP is in general disallowed and it gives rise to ungrammaticality, as in (15a', b'). The strength of the violation weakens or disappears when the secondary predicate immediately follows the verb, as in (15a'', b'') and that is what Bošković (2020) names a 'contingent' relation, that is, they are lexically related, they make a complex predicate.

(15) *Extraction out of OOP*

- a. Tú encontraste el *libro* [roto en tres pedazos]  
'You found the book broken in three parts.'
- a' \*¿En cuántas partes<sub>i</sub> encontraste [el libro] [roto t<sub>i</sub>]?  
'In how many parts did you find the book broken?'
- a'' ¿En cuántas partes<sub>i</sub> **encontraste [roto t<sub>i</sub>]** [el libro]?  
'In how many parts did you find broken the book?' (From Demonte 1988: 33)
- b. Velázquez pintó a *Inocencio X sentado* en un sillón de terciopelo  
'Velázquez painted *Inocencio X seated* on a velvet chair.'
- b' \*¿En qué (tipo de) sillón<sub>i</sub> pintó Velázquez a Inocencio X [sentado t<sub>i</sub>]?  
b'' ¿En qué (tipo de) sillón **pintó sentado** Velázquez a Inocencio X?  
'On what (kind of a) chair did Velázquez paint *Inocencio X seated*?'

In the following section I will try to provide an explanation for this series of facts. This explanation will intend to show that Pair MERGE, as briefly delineated in Chomsky (2019), with base on Chomsky (2004) and Bošković (2020), among many others, could set a reasonable attempt to account for adjuncts overcoming AC. Apparent violations of the AC are found in many languages and illustrated by the just mentioned Spanish DSP in (14) and (15) as well as by examples that will be provided in the following section.

### 3. Pair Merge and the Adjunct Condition

#### 3.1. Pair Merge

Chomsky (2019) is an attempt to most clearly state the motivation for the two main syntactic operations for building structures proposed mainly after Chomsky (2004). These operations are the symmetric operation of Set Merge which forms binary sets, as in (16), and the asymmetric operation of Pair Merge which form sequences, as in (17):

(16) SET MERGE: (a, b) → {a, b} (arguments)

(17) PAIR MERGE: (XP, YP) → <XP, YP> (adjuncts)

The first operation produces unordered pairs, the second, ordered pairs. Quite metaphorically, as noted by Oseki (2015: 294), the formulation of the second operation establishes that adjuncts are pair merged on a separate plane, this is the reason for which they are invisible to be probed for extraction: they are in another dimension, beyond the search domain of the probe. According to Chomsky (2004) Adjunction/Pair MERGE is required by C-I to achieve *predicate composition*: instead Set MERGE achieves the *duality of semantics*, argument structure vs discourse oriented/ information related, scopal, edge properties (Chomsky 2004: 118, Chomsky 2019: vii). However, Pair Merge sacrifices the minimalist and evolutionary advantages of the theory, because, as Collins (2017: 52) points out, it has to be stipulated as an independent UG operation, which goes against the strong Minimalist thesis (SMT), “language keeps to the simplest recursive operation” (Song 2020: 362). To avoid multiplicity of operations some authors dispense with Pair Merge and advocate for “Simplest Merge” (concatenate) (Hornstein 2009) assuming that when two phrases (XP, YP) merge but share no features, adjunction cannot be labeled. Regarding this view of Pair Merge briefly summarized it is important to recall that other authors (for instance Bošković 2014, 2018) have established that adjuncts are not by nature opaque and can be in the search domain of a probe if they are available at an escape-hatch which is the edge of a phase. We will come back to this in the following section.

To Chomsky (2019) what “makes sense” is to provide a “genuine explanation”, “one that meets the crucial conditions of learnability and evolvability” (2019: 56). So, if linguistic explanation can reduce the first factor (UG, the simplest computational operation) to MERGE, that problem will be solved, because there will be no questions of learnability (there is no learning) and of evolvability (you will satisfy third factor, computational efficiency). In the fourth lecture in this series, Chomsky, even if very programmatically, makes various proposals regarding Pair MERGE which try to tackle the mentioned problematic questions. Pair MERGE is considered as the second simplest operation but it is set apart from Set-MERGE since while the first operation forms sets, Pair-MERGE forms sequences. So, although two operations are necessary, they are the simplest ones and have their own conceptual necessity. More strictly Chomsky (2019: 22) claims that “They

are not two different operations. These are just the two possible cases of the single operation”.

Basically, Set-MERGE is intuitively necessary for symmetric constituents such as heads and their complements, the head giving the label for the set. Now, some constituents, namely adjectives, adverbials of different classes, or other kinds of modifiers are asymmetrical and they can give rise to asymmetrical unbounded coordination, like in the following example from Chomsky (2019: 49):

(18) *I met someone young, happy, eager to go to college, tired of wasting his time, ...*

or in our examples (3), (4) and (5) above, I repeat one of them for the sake of convenience:

(19) *María<sub>i</sub> movió la mano {d<sub>i</sub> bil<sub>i</sub>(,) emocionada<sub>i</sub>} / {emocionada, débil}*  
'María waved her hand weak(ly), moved'. (= (5) above)

In line with Bošković (2020) who tries to unify the Coordinate Structure Constraint and the Adjunct Condition, Chomsky conjectures that these adjuncts form a conjunction with the element to which they attach, a reasonable view that I will not thoroughly examine in this note, but that I will basically assume, leaving aside for further research its complete elaboration. In the fourth lecture in this series, Chomsky makes a new suggestive proposal saying that these adjuncts:

form “a sequence which begins with some conjunction, and then contains elements, each of which is predicated of something. So we have a sequence of elements that looks like this, with links L<sub>1</sub> “that’s the basic object that gives you unbounded coordination” (Chomsky 2019: 50),

(20) < CONJ, < S<sub>1</sub>, L<sub>1</sub> >, . . ., < S<sub>n</sub>, L<sub>n</sub> > >

In a system which minimizes resources it is plausible to think that adjuncts conceived in that way (sequences of phrases) do not have a label (since they do not have a head to project), however they could become

labeled under certain conditions. Moreover, if sequence of phrases attaching to something as adjuncts are that way, the relevant question is what the link(er) is, and what does it do. In the quite cryptic discussion about this question in Chomsky (2019), the author seems to suggest that the link(er) is the categorizer, actually, *n*, *v*, *a* in the basic cases, and these categorizers are in fact phase markers<sup>4</sup> and we can have both weak and strong phase markers. More specifically, the presence of this extra morphological element will make the phase strong and will allow extraction just out of the edge of the phase. When there is no link(er) the AC will hold and extraction out of an adjunct will not be possible.

In the next section I will play around these very general ideas. I will assume that adjuncts/ conjuncts are by default unlabeled, they get a label when they associate with a link(er). I will assume that linkers can be either explicit morphological elements such as *na* in Tagalog or they can be sets of features that are syncretic with other morphological units. These features trigger *Feature sharing* which induces movement to the edge of a phase, thus permitting voiding AC effects.

### 3.2. The Adjunct Condition

The following generalization, first established by Huang (1982) as the *Condition on extraction domains*, has played a central role in the development of many other ingredients of the theory of formal syntax that we will not be able to deal with here. I am referring to the above mentioned Adjunct Condition (AC):

(21) Movement out of adjuncts is disallowed (= adjuncts are opaque to movement).

The empirical effect of the AC is seen in the constructions in (22):

(22) a. \*Who did Mary cry [AD] after John hit <who>]? (Huang 1982: 503)  
(*Extraction from an adverbial clause*)

---

<sup>4</sup> "In fact, I think elements like *n* and *v* have been somewhat misinterpreted. They're not just nominal and verbal categorizers; they're basically phase markers." (Chomsky 2019: 52)

- b. \*Which paper did you read Don Quixote [AD] before filing <which paper>]?  
(Nunes & Uriagereka 2000: 21) (*Extraction from an adverbial clause*)

Nevertheless, sentences in (23) show that the AC can be violated. In the examples (23a) and (23b) the wh-phrase is extracted out of adjuncts that are secondary predicates

No AC:

- (23) a. What did John arrive [AD] whistling <what>]?  
(Borgonovo & Neeleman 2000: 200)  
b. What did John drive Mary crazy [AD] trying to fix <what>]?  
(Truswell 2007: 1356) (Taken from Oseki 2015: 305)

The AC is voided also in extractions out of PP in adjunct clauses

- (24) a. What<sub>i</sub> did you come around [to work on t<sub>i</sub>]?  
b. What<sub>i</sub> did Christ die [ to save us from t<sub>i</sub>]? (Truswell 2011: 131) (Taken from Bošković 2020: 232)

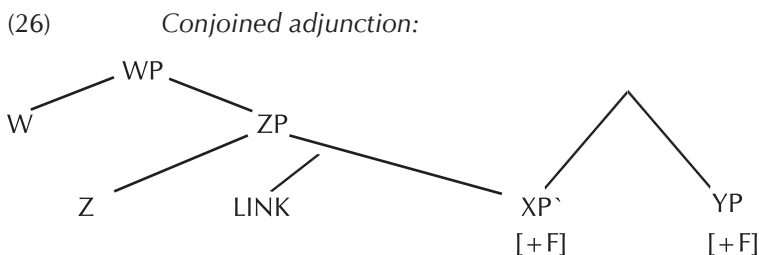
It is also voided in some of our examples in (14c') and (15a'''), extractions out of DSP, which I repeat below for the sake of convenience:

- (25) a. ?/ok ¿De qué<sub>k</sub> **llegó agotado**<sub>k</sub> Pedro? (*Extraction from SOP*)  
b. ¿En cuántas partes<sub>i</sub> **encontraste [roto t<sub>i</sub>]** [el libro]? (*Extraction from OOP*)

I propose the configuration in (26) for the phrase structure representation of adjuncts OOP. This representation is similar to Oseki (2015: (13)). He names this a "two peaked structure". I consider that this could be adequate also for the attachment of conjunct/ adjuncts in a structure derived from Pair MERGE. If this structure is tenable, we can make the additional claim that contrasts like the one in (25b) (coming from the contrast between (15a'), (15a'') and (15a''')), where the extraction is grammatical when the secondary predicate stands immediately after the verb, are the result of movement



of YP to the edge of XP for reasons of feature sharing.<sup>5</sup> We have such an operation since, as said, to get an acceptable derived structure the DSP and the verb have to be considered as a kind of complex predicate where the DSP and the main verb are lexically compatible. To be more explicit YP (=ADJ) in (26) will move to the edge of the phase XP:



My first assumption, as said and as has been noted by Oseki (2015), is that since pair merged adjuncts are symmetric *phrases*, a labeling algorithm will not be able to assign a label to them. If this is so, extraction of YP, and out of YP, will not be possible since movement out of unlabeled constituents is banned. Now, we can also assume, as in Chomsky (2013), that it is possible for structures <XP, YP> to be labelled in some specific syntactic processes such as Feature Sharing. This assumption allows us to claim that, by Feature Sharing, YP in (26) moves to the edge of the phase XP, as shown by LINK in the representation, and consequently it can undergo the feature sharing needed for labeling. Hence, there is no labeling problem and movement out of the adjunct YP to the CP, as in the examples (23) to (25), gives grammaticality. In other words, given the *Phase Impenetrability Condition* (PIC), which states that movement out of phase XP proceed via the edge of XP, movement out of a phase must proceed successive-cyclically, targeting the edge of the phase. Observe that this process is visible in Spanish where we need the DSP adjacent to the verb (at its edge). Observe moreover that if

<sup>5</sup> Bošković (2018, 2010) claims that only elements that are base-generated at an adjunct edge can be moved out of adjuncts. In this way he avoids the traditional ban on movement out of moved elements. Base generation of adjuncts/ conjuncts at the edge of a phase takes place when phases have an agreeing specifier. On an alternative view, Oseki (2015: 309), in the line of Chomsky (2004, 2013) and Hornstein (2009), argues that if XP and the adjunct share some feature [+F], as in (26), the adjunction structure <XP, YP> will be labeled (as I have also assumed) and there will be no reasons to have two peaked structures which are possibly opaque for adjunction, because it will come to be dominated by FP. I will not take any side on this regard.

feature sharing after movement occurs at the edge of the phase there are no problems with the PIC if there is an element at the phase edge which agrees with YP. Although still at a very speculative level, I suggest that the content of the agreeing features proposed in (26) is related to the lexical relatedness between DSP and the verb needed in order for the secondary predicate to appear immediately after the verb. These are the structures which allow extraction out of the adjunct. Let us remind the contrast between (25b) and its counterpart in (27) (= (15a)). (27a) is ungrammatical because you cannot extract a PP from an adjunct and move it straightforward to CP, while in (27) (= (25b) and (15a')) extraction of such a PP is grammatical because the adjunct [*roto en varias partes*] first moved to the edge of VP and then the complement PP is moved to CP yielding (25b), repeated as (27):

- (27) ¿En cuántas partes<sub>j</sub> **encontraste** [**roto** t<sub>j</sub>] [el libro]?  
'In how many parts did you find the book broken?'

This proposal, although in the same spirit, is relatively different from Gallar (2017)'s analysis (based on Truswell 2007) according to whom:

*Extraction from Adjunct Secondary Predicates:*

"Extraction of a complement from a secondary predicate is permitted only if the event denoted by the secondary predicate is identified with an event position in the matrix predicate." (Truswell 2007: 117)

Authors supporting this view assert that extraction in these cases is only possible when the predicate and the verb make a single complex event. For instance, Gallar says you can extract from an OOP when the main predicate is an achievement (see also the contrasts in our examples (14) and (15) where we consider a verb like *retratar* as an accomplishment, which involves a process):

- (28) a. La artista retrató al camaleón bañado en purpurina.  
'The artist portrayed the chameleon bathed in glitter.  
b. ¿En qué *retrat* *ba* *ado* \_\_ la artista al camaleón? (Gallar 2017: 156)

My analysis in (26) captures the same idea through the notion that there is a link at the edge of the constituent to which the participial secondary predicate is conjoined, which triggers a feature sharing operation. My analysis eschews the problematic question of event identification within syntax and makes recourse of established syntactic operations. Yet, these features may well be related to eventive properties.

#### 4. The agreeing feature as a linker. The case of Tagalog<sup>6</sup>

Tagalog is, at least at the surface, a VSO language. In this language secondary predicates surface either at the beginning of the sentence, followed by the verb, as in (29a) and (30a), or, if the sentence starts with the verb, the secondary predicate appears following the name they predicate on, as in (29b) and (30b):

(29) The ambassador arrived nude (SOP)

a. <i>Hubad</i>	<b>na</b>	<i>dumating</i>	<i>ang</i>	<i>embahador.</i>
nude	LNK	arrived	NOM	ambassador
b. <i>Dumating</i>	<i>ang</i>	<i>embahador</i>	<b>na</b>	<i>hubad.</i>
arrived	NOM	ambassador	LNK	nude

(30) John sold the car (very much) used.

a. <i>Baldado</i>	<b>na</b>	<i>ibinenta</i>	<i>ni</i>	<i>John</i>	<i>ang</i>	<i>kotse.</i>
(very)-used	LNK	sold	GEN	John	NOM	car
b. <i>Ibinenta</i>	<i>ni</i>	<i>John</i>	<i>ang</i>	<i>kotse</i>	<b>na</b>	<i>baldado.</i>
sold	GNK	John	NOM	car	LNK	(very)-used

As seen in (29) and (30) Tagalog has a linking particle that appears in the context of modification (adjectival attributive modification, secondary predicates, adverbial modifiers, Noun-Noun modification). It surfaces as enclitic **-ng** on words ending in a vowel and as **na** elsewhere. When the adjectives are attributive predicates, i.e., they assign a property to a noun,

<sup>6</sup> The data in this section have been provided by Jennifer Tan Almazán, a linguist and a native speaker of Tagalog, to whom I am very grateful.

**na** (or -ng) is ungrammatical, as in (31b), as noted in the thorough study of Tagalog linkers developed by Scontras & Nicolae (2014):

- (31) a. bahay \*(na) maganda  
house LK beautiful 'beautiful house'  
b. Maganda (\*-ng) ang bahay.  
beautiful-LK S house 'The house is beautiful.'  
(From Scontras & Nicolae 2014: 21)

As to (29)-(30), In a formal semantic analysis, Scontras & Nicolae (2014), following Rubin (1994), propose that the grammar supplies a functional head of type  $\langle et, \langle et, et \rangle \rangle$  that composes with two predicates and returns a single predicate denoting the intersection of both; this is a head that does the work of modification. For these authors this head in Tagalog is realized overtly as a linker. This is the basis for their assumption that this modification relation, which maps onto a specific syntactic structure: the phrase structure with the linker as a head, is what gives the required (compositional) semantic interpretation. Thus, it is not necessary to postulate a new compositional mechanism, as in other analyses, in addition to functional application.

At the moment, in a purely analogical window, I would like to suggest that these linkers are the overt expression of the relation between the secondary predicate and the verb which may impulse movement of YP to the edge of the phase where the linker is merged. Scontras and Nicolae (2014) suggest that these linkers may or may not have semantic content on their own. In some languages linkers may be affixes which incorporate to the verbal root (see (12) above), in Tagalog they surface overtly as independent particles, in other languages, maybe Spanish, they express through agreement features in the predicates which maintain a predication relation with a given N in the sentence. Chomsky's (2019) idea that adjunction generates a sequence which begins with some conjunction and contains elements, among them a unique Link  $L_1$  (see (20) above), each of which is predicated of something, appears to make sense and be overt in the case of Tagalog.

## 5. Conclusions

In this short note I have developed a new analysis of secondary predication structures. Following Chomsky (2019) and Bošković (2020), among others, I have proposed, first, that adjunct secondary predicates start as members of a pair merged conjunction/ adjunction structure which is unlabeled. There are as many members of these pair merged phrases as modifiers in a sentence, and they are unbounded and unstructured. Pair merged structures are in principle opaque and non-sensible to syntactic operation. However, since they are semantically and syntactically conjoined phrases they have each a Link element. This Link merges at the edge of the phase at which the modifier is conjoined thus allowing extraction out of the opaque domain. I have illustrated all these properties and operations through a detailed analysis of Spanish secondary predicates. I have suggested that perhaps Tagalog expresses overtly these links.

## REFERENCES

- Borgonovo, C. & Neeleman, Ad. 2000. Transparent Adjuncts. *Canadian Journal of Linguistics* 45: 199-224.
- Bošković, Ž. 2014. Now I'm a phase, now I'm not a phase: On the variability of phases with extraction and ellipsis. *Linguistic Inquiry* 45(1): 27–89.
- Bošković, Ž. 2018. On movement out of moved elements, labels, and phases. *Linguistic Inquiry* 49(2): 247–282.
- Bošković, Ž. 2020. On the coordinate structure constraint and the adjunct condition. In: A. Bányi, T. Biberauer, J. Douglas & S. Vikner (eds.) *Syntactic architecture and its consequences II. Between syntax and morphology*. Berlin: Language Science Press, 227-258.
- Bowers, J. 1993. The syntax of predication. *Linguistic Inquiry* 24: 591–656.
- Bruce, Les. 1984. *The Alambalak language of Papua New Guinea (East Sepik)*. Canberra: Pacific Linguistics.
- Chomsky, N. 2004. Beyond explanatory adequacy. In: A. Belletti (ed.): *Structures and Beyond*. Oxford – New York: Oxford University Press, 104-131.
- Chomsky, N. 2013. Problems of Projection. *Lingua* 130: 33-49.
- Chomsky, N. 2019. The UCLA Lectures. Unpublished manuscript. University of Arizona / MIT.

- Collins, C. 2017. Merge  $(X, Y) = \{X, Y\}$ . In: L. S. Bauke & A. Blümel (eds.), *Labels and roots*. Berlin: De Gruyter: 47–68.
- Demonte, V. 1988. Remarks on secondary predicates: C-command, extraction and reanalysis. *The Linguistic Review*. 6: 1–39.
- Demonte, V. 1991. Temporal and aspectual constraints on predicative APs. In: H. Campos & F. Martínez-Gil (eds.). *Current Studies in Spanish Linguistics*. Georgetown: Georgetown University Press, 165-200.
- Gallar, C. 2017. *Adjuntos: Ampliación del Dominio Local y Formación de Cadenas. Una propuesta basada en el movimiento lateral*. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid / CSIC.
- Hornstein, N. 2009. *A theory of syntax: Minimal operations and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huang, C.T.J. 1982. *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. Doctoral dissertation, Cambridge, Ma.: MIT
- Irimia, M.-A. 2012. *Secondary predicates*. Doctoral dissertation. University of Toronto.
- Mallén, E. 1991. A syntactic analysis of secondary predication in Spanish. *Journal of Linguistics* 27: 375–403.
- Maruta, T. 1995. The semantics of depictives. *English Linguistic Society of Japan: English Linguistics* 12: 125-146.
- McNulty, E. M. 1988. *The syntax of adjunct predicates*. Doctoral Dissertation. University of Connecticut.
- Napoli, Donna Jo. 1989. *Predication theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nunes, J., & Uriagereka, J. 2000. Cyclicity and Extraction Domains. *Syntax* 3: 20–43.
- Oseki, Y. 2015. Eliminating Pair-Merge. In: U. Steindl, T. Borer, H. Fang, A. García Pardo, P. Guekguezian, B. Hsu, Ch. O'Hara & I. Chuoying Ouyang (eds.), *Proceedings of the 32nd West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 303-312.
- Rothstein, S. 1983. *The syntactic forms of predication*. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge, MA.
- Rothstein, S. 2001. *Predicates and their subjects*. Dordrecht: Kluwer.
- Rubin, E.J., 1994. *Modification: A Syntactic Analysis and its Consequences*. Doctoral dissertation. Cornell University, Ithaca: NY.
- Scontras, G. & Nicolae, A. C. 2014. Saturating syntax: Linkers and modification in Tagalog. *Lingua* 149: Special issue on *Modification at the interface*, ed. by E. Castroviejo & B. Gehrke: 17-33

- Simpson, J. 1982. *Secondary Predicates in English, Icelandic and Finnish*, ma: MIT.
- Song, C. 2020. Categorizing verb-internal modifiers. In: A. Bány, T. Biberauer, J. Douglas & S. Vikner (eds.), *Syntactic architecture and its consequences I: Syntax inside the grammar*. Berlin: Language Science Press, 357–384.
- Truswell, R. 2007. Extraction from adjuncts and the structure of events. *Lingua* 117: 1355-1377.
- Truswell, R. 2011. *Events, phrases, and questions*. Oxford: Oxford University Press.
- van der Auwera, Johan, & Andrej Malchucov. 2005. A semantic map for depictive adjectivals. In: N. Himmelmann & E. Schultze Berndt (eds.), *Secondary predication and adverbial modification*, Oxford: Oxford University Press, 393-421.
- Williams, E. 1980. Predication. *Linguistic Inquiry* 11: 203-238.
- Winkler, S. 1997. *Focus and secondary predication*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- You, E. 2016. Parallel derivation of Spanish depictive secondary predicates. *Linguistic Inquiry* 47 (4): 723–739





Recensões



Manole, Veronica. *O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e romeno: análise pragmático-discursiva*. Cluj-Napoca: Casa Cărții de Știință. 2020. 443 pp. ISBN 9786061715114

Enio José Porfírio Soares  
up201801805@edu.letras.up.pt  
*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*  
*Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

Quando uma tese de doutoramento consegue alcançar uma versão editorial em livro é de se louvar o reconhecimento da pertinência temática e a ampliação do acesso ao conhecimento produzido com rigor científico. O discurso político é objeto de estudos já estabelecidos em diversas áreas do saber e vem tendo destaque em um mundo marcado pela polarização. As falas de um parlamentar em assembleia são transmitidas e replicadas pelos media com alcance cada vez maior, com a possibilidade de influenciar e serem influenciadas por / em todas as instâncias. Foi neste contexto que a tese de Veronica Manole, defendida em 2015 na *Universit Paris 8 - Vincennes – Saint-Denis*, sob a supervisão de Maria Helena Araújo Carreira, foi publicada em 2020, pela editora romena Casa Cărții Știință, sediada em Cluj-Napoca, cidade na qual a autora vive e é Professora Leitora, na Babeș-Bolyai University.

Veronica Manole focaliza, pelas lentes das ciências da linguagem, o debate parlamentar no Brasil, Portugal e Roménia, para realizar uma análise comparativa sobre um corpus coerente, tanto pelo recorte cronológico (2011-2012) quanto temático (o legislativo a fiscalizar o poder executivo), debruçando-se sobre dois grandes tópicos: i) a arquitetura dos debates parlamentares e ii) a construção das relações interlocutivas e das imagens de si e dos outros em um quadro teórico que permite realizar comparações intralinguísticas (Brasil e Portugal) e interlinguísticas (português e romeno). Manole lança luz sobre um “jogo” que tem se mostrado cada vez mais

agressivo, mas de suma importância para o funcionamento democrático.

A princípio, a autora apresenta um preâmbulo jurídico-político que nos parece de facto pertinente, uma vez que, na perspectiva teórica pragmática-discursiva, o contexto é fundamental para a análise. Assim, estão ali sintetizadas as principais características de organização dos regimes de governo dos três países, diferenciando a federação presidencialista de coalizão do Brasil (bicameral, com muitos partidos), dos Estados unitários semi-presidencialistas de Portugal (monocameral, com poucos partidos) e da Roménia (bicameral, com poucos partidos).

As diferenças entre parlamentarismo, presidencialismo e semi-presidencialismo estão muito bem explicadas, e de forma sucinta, com base em um referencial de estudos de ciência política, antropologia e do direito. Uma vez que o recorte temático do corpus focaliza os debates parlamentares em que o poder legislativo exerce a função de fiscalizar o poder executivo, Manole faz-nos conhecer como estão estabelecidas legalmente as relações entre tais poderes, bem como a liberdade de expressão dos parlamentares e os contextos políticos (2011-2012) vividos nos países em questão.

Além disso, é apresentada a organização institucional das reuniões, seus tipos, as normas regimentais de tomada da palavra e a disposição espacial dos parlamentares, informações que permitem melhor compreender a organização interacional, a estrutura sequencial e a negociação do turno de fala em uma dinâmica de pergunta e resposta com as particularidades rituais, protocolares e de caráter agonial do enfrentamento político.

A primeira parte, que trata da “arquitetura do discurso parlamentar” (1), principia por apresentar o Estado da Arte, ou seja, estudos acerca do discurso parlamentar nas abordagens pragmática, retórica, da Análise do Discurso e da Análise Crítica do Discurso. Manole considera, principalmente, as produções realizadas a partir de 2000 quando, segundo a autora, “a investigação na área do discurso parlamentar conhece um desenvolvimento muito prolífico” (Manole 2020, p. 18). Talvez aqui resida um ponto crítico, pois, uma vez que a tese data de 2015 e esta versão editorial ocorre em 2020, não se fez uma atualização sobre estudos realizados neste hiato, período no qual a própria autora aparece com publicações que guardam relação com o objeto da tese, por exemplo: *“Insult and the construction*

*of the other's identity: remarks on Portuguese political discourse*" (Seara & Manole 2016), ou ainda a obra de Magdalena Bartłomiejczyk (2016), *"Face threats in interpreting: A pragmatic study of plenary debates in the European Parliament"*, objeto de uma revisão da própria Manole, em 2018, para a *Revue Internationale d' Etudes en Langues Modernes Appliquées*.

No entanto, tal facto não retira força da análise intra e interlinguística da tese, baseada em referencial muito bem delimitado nas abordagens escolhidas. A autora apresenta um Estado da Arte sobre o discurso parlamentar português / brasileiro / romeno, dividido em três seções específicas, para além do âmbito geral, nas quais ressalta especificidades temáticas e de abordagens encontradas.

É preciso destacar a seção "Algumas definições" (1.1.2), que clarifica o entendimento sobre o discurso parlamentar como subgénero do discurso político, o qual, por sua vez, é um tipo de discurso público. São apresentadas as definições sobre cada um deles, detendo-se a autora em seu objeto de análise, o debate parlamentar, seus atores e sua dinâmica comunicacional complexa. Tais definições estão ancoradas, principalmente, em trabalhos de Maingueneau e Charaudeau. Manole delinea o dispositivo da situação de comunicação do debate parlamentar e reinterpreta as relações entre as instâncias da comunicação política propostas por Charaudeau (2005). Este movimento mostra-se deveras pertinente por tomar o papel dos media e da comunicação social como fator que ganha uma força cada vez maior e instaura uma bidirecionalidade, que o modelo inicial do autor francês ainda não considerava.

A seguir, tomamos contacto com a constituição do corpus da pesquisa (1.2), com atenção especial para a problemática de se trabalhar com corpus "transcrito" do discurso oral, preocupação mais do que justa e que acompanha a autora em trabalhos prévios (Manole 2012, 2013). Por isso, trata de delimitar características das transcrições portuguesa, brasileira e romena. Para a autora: "É a tarefa do investigador saber até que ponto estas transcrições se adequam às suas análises e em que medida as conclusões tiradas podem ser generalizadas ou não" (Manole 2020, p. 60).

Podemos afirmar que aqui já emergem interessantes gestos analíticos, pois as retexualizações, descaracterizações e normalizações de traços da oralidade são devidamente apresentadas em recortes do corpus. Ainda

que não estejamos mesmo no foco da tese, tal seção mostra-se valiosa para aqueles que se debruçam sobre o tema das transcrições de debates parlamentares.

A partir de “A construção sequencial do debate parlamentar” (1.3), começamos a vislumbrar as formas e estruturas analisadas cuidadosamente nesta primeira parte da tese. Manole ilustra, com riqueza, as três sequências propostas por Kerbrat-Orecchioni (1990): i) sequência de abertura, ii) corpo de interação (e suas subsequências) e iii) sequência de fecho. Considera o nível macro e suas regras de funcionamento do quadro comunicativo (contexto, quadro participativo, particularidades da interação); e o nível micro, dos mecanismos linguísticos (fórmulas de abertura, fecho, regras dos turnos de fala, negociação do significado).

Tanto a sequência de abertura (1.3.1), quanto a de fecho (1.3.3) nos debates parlamentares são essencialmente ritualizadas e protocolares, delimitadas mesmo pelos regimentos das câmaras e assembleias. Quem tem a palavra é o presidente da sessão, com fórmulas estereotipadas, mas, ainda assim, há diferenças encontradas nos três contextos do estudo. Enquanto em Portugal o rito é protocolar e breve, no Brasil é bastante detalhista, com a leitura das regras do debate e especificação dos tempos de fala na abertura (ainda que isto esteja estabelecido em regimento). Já na Romênia, há espaço para comentários acerca de acontecimentos do dia a dia (terramoto do Japão, dia de anos e dia do nome, p. ex.).

O corpo da interação (1.3.2) aparece, portanto, como sequência mais “rica” para análise, e a autora estuda as cinco subsequências identificadas: i) exposição, ii) resposta detalhada, iii) perguntas dos requerentes (exclusiva do subcorpus brasileiro), iv) perguntas e respostas e v) conclusão. Do ponto de vista interacional, a sequência de perguntas e respostas mostra-se como uma zona de turbulência, sobre a qual Manole lança o olhar analítico para as múltiplas vozes (autorizadas, não-autorizadas, que ganham autorização, apartes), em um momento de pouca ritualização e réplicas diretas. Por conseguinte, esta acaba por ser a subsequência que maior material fornece à tese.

A autora, então, passa a tratar da negociação do turno de fala (1.4), tentando limitar a análise à negociação conversacional, com base nos pressupostos de Kerbrat-Orecchioni e a estrutura actancial que envolve

um Moderador e pelo menos dois Negociadores. Por mais que haja uma ritualização protocolar no debate parlamentar, com sequências e tempos de fala estabelecidos, a fuga às regras acontece nos três contextos. É rico, portanto, o desenvolvimento analítico de Manole sobre o papel do moderador (1.4.1) e as estratégias de negociação (1.4.2) nos três subcorpora com as idiossincrasias parlamentares dos países estudados. A estratégia de interromper o interlocutor destaca-se e a autora mobiliza uma tipologia das interrupções (1.4.3) baseada em Ilie (2005) - que estabelece quatro tipos - à qual Manole acrescenta um quinto tipo, ao considerar o papel da estratégia na construção das imagens de si pelos parlamentares.

Na seção “Responder às perguntas” (1.5), fica claro como esta construção das imagens de si influencia sobremaneira as estratégias adotadas pelos atores do debate. Sobressai o artifício de não responder às questões colocadas (1.5.1), o que gera uma constante acusação (principalmente no contexto português), por parte dos inquiridores, de que os inquiridos não respondem às perguntas formuladas. A autora enfatiza dois pontos: i) para a pragmática, isto violaria uma ou mais máximas conversacionais propostas por Grice; ii) questionar agressivamente tem influência na construção de uma imagem positiva da oposição frente ao seu público. O jogo torna-se teatral: “(...) os oradores usam as perguntas e respostas não para pedir e obter informações, mas sim para uma *mise en scene* da disputa política, com o objetivo de ganhar prestígio junto de públicos diferentes” (Manole, 2020, p. 151). Dessarte, a análise pragmática e linguística empreendida apresenta a tipologia das perguntas (1.5.2), mobilizando autores como Serbanescu, Beard, Bull e Chilton, com vistas a identificar, a partir de critérios sintáticos e semânticos, como são construídas as inquirições. É preciso, então, responder, ou melhor, evitar responder. São identificadas e descritas estratégias de evitamento (1.5.3) com as quais os inquiridos previnem danos à imagem de si. Aqui, mais uma vez, a autora vai além de seu referencial teórico e acrescenta a consideração, para os debates parlamentares, das perguntas em cascata (estratégia dos inquiridores) que possibilitam o evitamento dentro do rito do debate parlamentar - pois muitas vezes o interlocutor não pode retomar a questão.

Manole aponta e desenvolve o olhar para a análise ao nível micro (dos mecanismos linguísticos), no que toca à vagueza e imprecisão dos

inquiridos em suas respostas (1.5.4). Destacam-se: i) a vagueza lexical, que explora o significado das palavras em si, a partir de marcadores de atenuação, quantificadores, adjuntos, generalizações, aproximações vagas, entre outros mecanismos; e a vagueza textual ou pragmática, nas frases, atos de fala ou estratégias, pela linguagem indireta, falta de coesão, divergência ilocutória, elipses, substituições e deixis.

Esta primeira parte, dedicada ao estudo da arquitetura do discurso parlamentar, é encerrada com uma seção de considerações parciais em que a autora resume os principais pontos analisados e seus resultados.

Chegamos à segunda parte da tese, dedicada à análise da construção das relações interlocutivas e das imagens de si e dos outros nos debates parlamentares, a partir das formas de tratamento (2). De início, são colocadas, de forma precisa, as considerações teóricas (2.1), primeiro em caráter mais geral, apresentando as diferenças conceituais para as línguas portuguesa, romena e francesa - esta última talvez pelo facto de a tese ter sido defendida na França, já que o corpus não é constituído por esta língua - no que toca às formas de tratamento (no português), *adresare/referire* (no romeno) e *adresse* (no francês). No entanto, a autora detém-se no português (Portugal e Brasil) e no romeno (2.1.1). Com referência maior a obras consagradas de Maria Helena Araújo Carreira - que divide as formas de tratamento em elocutivas, alocutivas e delocutivas - e de Luís F. Lindley Cintra - quanto aos tratamentos pronominal, nominal e verbal -, ficam estabelecidos os critérios pragmático-discursivo e morfológico para suas análises.

Na sequência, conhecemos sua base teórica de forma pormenorizada e focalizada para o discurso político / debate parlamentar acerca de cada um dos tópicos que analisa: elocução (2.1.1.1), alocução (2.1.1.2) e delocução (2.1.1.3). Nota-se o cuidado na diferenciação das formas de tratamento para os três subcorpora, bem como na construção das tabelas que resumem tais diferenças e são valiosas para o leitor. São pontos a destacar: i) os múltiplos valores que o Nós (e no caso brasileiro também o 'a gente' com valor de Nós) pode assumir na construção de um tipo de imagem pessoal na elocução - sobressaem as contribuições de Maria Aldina Marques e de Isabel Margarida Duarte; ii) as aproximações e distanciamentos alocutivos na exploração de valores sociais, hierárquicos, ideológicos, entre outros; iii) as diferenças no uso do você(s), principalmente para o caso brasileiro;



iv) as questões relativas ao tratamento nominal alocutivo e a categorização baseada em Kerbrat-Orecchioni; v) os graus de deferência e (des)cortesia na delocução, que ganham uma subsecção própria (2.1.3), com destaque para as cinco categorias de Kerbrat-Orecchioni (2010) (cortesia, hipercortesia, não-cortesia, descortesia, polirudeza) e a contribuição de Chen (2001) sobre a auto-cortesia na construção da imagem de si; e vi) algumas questões problemáticas (2.1.2) relativas a: alocação dupla e destinatário *in absentia* (consideração dos destinatários diretos e indiretos devido à dimensão pública dos intervenientes) e delocução *in presentia* (referir-se a um alocutário presente, como se estivesse ausente, excluindo-o do quadro interacional).

Após esta fundamentação teórica, a autora passa a mobilizar os conceitos e pressupostos na análise do corpus - não que muitos e variados recortes já não tenham aparecido na exemplificação da teoria, ou, mesmo, na primeira parte que tratou da arquitetura e construção do subgénero em análise.

Primeiramente, Manole trata da construção da imagem de si pelo tratamento pronominal elocutivo (2.2). A autora apresenta os diversos usos do Eu/Nós encontrados no corpus e seus valores - uma peculiaridade do subcorpus brasileiro é o uso de 'a gente' com valor de nós (2.2.1). Quanto ao uso do eu, destaca-se a peculiaridade brasileira do uso da expressão "Eu, como..." (2.2.2), utilizada na construção de imagens pessoais relacionadas a: identidade nacional (brasileiro), identidade regional (nordestino, paulista etc.), identidade cidadã, profissional, política entre outras. No entanto, o uso do Nós (2.2.3) e seus diversos valores referenciais domina esta seção analítica. Foram encontrados e detalhados 13 valores referenciais diferentes (de 2.2.3.1 a 2.2.3.13), sendo ressaltada pela autora a estratégia do Nós vs. os outros (2.2.4) e a relação entre tais valores e o dispositivo de comunicação política proposto por Charaudeau (2005), associando-os às instâncias política, adversária e cidadã.

Na sequência da análise, Manole focaliza a construção da imagem do(s) outros no tratamento pronominal alocutivo e delocutivo (2.3). Analisa o uso cerimonioso de Vossa Excelência, você(s) e seus correlatos em romeno (que apresenta numerosas e diversas formas de tratamento pronominal). O destaque aqui fica para os valores dos usos destes tratamentos, que a autora classifica como *congruentes* (cerimoniosos, de cortesia positiva, de valorização da imagem), *neutros* (formais ou sem valor de cortesia) e

*incongruentes* (quando o uso difere do valor prototípico, usos irónicos ou de ameaça à imagem).

Outra seção da tese é dedicada também à construção da imagem do(s) outro(s), mas quanto ao tratamento nominal (2.4) da qual podemos destacar o modelo de Kerbrat-Orecchioni (2010) utilizado por Manole, que se vale de cinco categorias de tratamento: i) institucional, ii) relacional, iii) profissional e académico, iv) pessoal e v) genérico. Além disso, são valiosas as tabelas e análises sobre as composições de tratamento nominal e seus valores para cada um dos contextos analisados. A autora não deixa de considerar os tratamentos relacionais, com as formas *colega*, *amigo* e *irmo* que se codificam a nível discursivo, sendo muito peculiares os usos nos três países estudados.

Ganha importância no olhar da autora o tópico que trata da negociação do tratamento (2.5), importante na negociação da identidade, da criação de rótulos de tratamento do outro (rótulo identitário que pode se tornar de uso geral através da influência dos media) e na construção da imagem de si. Para Manole, não foi possível retirar conclusões mais definitivas acerca desta estratégia, pois o número de ocorrências foi muito reduzido. Seria preciso um corpus mais alargado, mas a autora destaca como constantes: sanções que buscam a ordem regimental; designações insultuosas, e deturpação designativa (p. ex. Ministro do Desemprego - subcorpus português) para ameaçar a imagem de alocutários e delocutários.

As conclusões parciais afirmam ter sido possível identificar um uso do tratamento nominal mais protocolar e regimental no subcorpus português, enquanto que o brasileiro e o romeno trazem maior diversidade e complexidade de usos. Já das conclusões finais apresentadas na tese, destacamos as considerações sobre os hábitos comunicacionais dos três países (no que toca ao debate parlamentar), que aproximam Brasil e Roménia, quanto à maior presença das marcas da oralidade e de hábitos culturais cotidianos, enquanto Portugal é mais formal e próximo das normas regimentais.

Considerando todo o exposto sobre esta publicação da tese de Veronica Manole, podemos, com certeza, recomendar sua leitura aos afeitos à temática, mas não só. A fundamentação teórica da autora constitui um panorama - talvez mesmo com valor de introdução - de enorme importância

para quem estuda o discurso político em seus diversos subgêneros, mas também para aqueles que, de alguma forma, buscam uma porta de entrada para conceitos linguísticos, pragmáticos e discursivos. Isto porque sua análise aplica e demonstra conceitos em variados recortes retirados dos *subcorpora*, contrastando duas variedades do português (com suas comparações intralinguísticas) com o romeno (comparações interlinguísticas). Por um lado, clarificam-se conceitos e pressupostos teóricos; por outro lado, apresentam-se análises aprofundadas e detalhadas, que delineiam, dentro da abordagem pragmático-discursiva, um caminho analítico e as características do subgênero *debate parlamentar*.

#### REFERÊNCIAS

- Manole, V. 2012. Les discours parlementaire portugais et roumain entre l'oral et l'écrit: le cas des formes d'adresse. In: M. H. A. Carreira & A. Teletin (dir.) *Les rapports entre l'oral et l'écrit dans les langues romanes*. Travaux et Documents n° 54. Université Paris 8, 55-271.
- Manole, V. 2013. De l'oral à l'écrit: quelques remarques sur les transcriptions de séance parlementaires. In L. Pop et al. (eds.) *Studia Universitatis Babeş-Bolyai Philologia* (pp. 127-141). Numéro thématique L'oral: formes émergentes, corpus et modélisations, 4.
- Manole, V. 2018. Magdalena Bartłomiejczyk, Face Threats in Interpreting: A Pragmatic Study of Plenary Debates in the European Parliament, Katowice, Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego, 2016, 320 p. *Revue Internationale d'études en Langues Modernes Appliquées*, 11: 94-97.
- Seara, I., & Manole, V. 2016. Insult and the construction of the other's identity: remarks on Portuguese political discourse. *Revue Roumaine De Linguistique-Romanian Review Of Linguistics*, 61: 301-318.









